ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DA BAHIA



2014

CPI DA TELEFONIA
Presidente: Deputado Paulo Azi (DEM)
Vice-Presidente: Deputado Mário Negromonte Jr. (PP)
Relator: Deputado Joseildo Ramos (PT)
Membros: Deputado Cacá Leão (PP), Deputado Euclides Fernandes (PDT)
Deputado Álvaro Gomes (PCdoB), Deputado Sidelvan Nóbrega (PRB)
Deputado Gaban (DEM)
Suplentes: Deputada Fátima Nunes (PT), Deputado Leur Lomanto Jr. (PMDB)
Deputado Nelson Leal (PSL), Deputado Adolfo Menezes (PSD)

RELATÓRIO FINAL

ÍNDICE

1. Introdução.....03
2. Da Legalidade e Constitucionalidade.....04
3. Do Regimento Interno da CPI.....13
4. Dos Objetivos Gerais.....23
5. Da Metodologia e Plano de Trabalho.....24
6. Da CPI Itinerante.....27
6.1 – Feira de Santana
6.2 – Porto Seguro
6.3 – Itabuna
6.4 – Vitória da Conquista
6.5 – Paulo Afonso
6.6 – Jequié
6.7 – Alagoinhas
6.8 – Barreiras
7. Das Sessões Ordinárias - Sinopse - Notas Taquigráficas.....40
8. Dos Dados Informativos da Bahia.....458
9. Das Denúncias e Reclamações.....469
9.1 – Via Site Oficial
9.2 – Via CPI Itinerante
9.3 – Outros
10. Arquivo de Documentos 479
10.1 Dos Documentos Expedidos e Respondidos
11. Das Conclusões.....511
12. Da Celebração do Termo de Ajustamento de Conduta.....538
13. Dos Agradecimentos.....540
14. Anexos

1. INTRODUÇÃO

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga a qualidade do serviço das operadoras de telefonia móvel, fixa, TV por Assinatura e internet foi instalada no dia 12 de novembro de 2013 na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia mediante requerimento protocolado sob n.º 7.900/2013. O requerimento foi assinado pelas bancadas da maioria e da minoria, sendo submetido à apreciação e análise jurídica da Procuradoria da Assembleia Legislativa. Inicialmente prevista para encerrar os trabalhos em 180 dias, a CPI foi prorrogada por igual período com objetivo de aprofundar as investigações.

A comissão tem caráter suprapartidário, é formada por oito membros titulares e quatro membros suplentes. Nos últimos 360 dias, a comissão realizou oitivas, reuniões itinerantes, audiências públicas nos principais municípios do estado e executou um trabalho investigativo para apurar as denúncias de má prestação dos serviços. Para ampliar o espaço de participação, a CPI da Telefonia abriu canais de diálogo com a população, recebendo denúncias e reclamações por meio da internet e no site oficial do colegiado. Este documento, que agora está à disposição do povo baiano, traz um diagnóstico do setor e a proposta de celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) a ser firmado entre as operadoras, a Assembleia Legislativa, PROCON, Ministério Público Federal (MPF) e Ministério Público Estadual (MPE). Procuramos oferecer um relatório objetivo, conciso, que possa ser de grande serventia para a sociedade baiana.

2. DA CONSTITUCIONALIDADE

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, prevê, em seu art. 58, § 3º, a criação das CPIs: "As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinada e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores." Dispositivo idêntico é encontrado na Constituição da Bahia - art. 83, § 3º.

Depreende-se, do texto constitucional, a necessidade de observação de alguns pressupostos para a criação dessas comissões: requerimento de um terço dos parlamentares (vinte e um no caso da Assembleia Legislativa da Bahia), apuração de fato determinado e prazo certo, prorrogável por igual período (§ 6º do art. 83 da Carta Baiana).

A CPI da Telefonia foi criada através do Requerimento nº 7.900/2013, subscrito por 55 parlamentares, superando, portanto, com largueza, o primeiro requisito. Também o requisito temporal encontra-se inteiramente satisfeito, estabelecendo o Requerimento de criação o prazo de cento e oitenta dias, prorrogado posteriormente por igual período a Requerimento de vinte e cinco deputados (Req. nº 8.156/2014).

Finalmente, em relação ao seu objeto, qual seja a apuração de fato determinado, ensina-nos a doutrina jurídica que este "é fato específico, bem delineado, de modo a não deixar dúvidas sobre o fato a ser investigado" - Cretella Júnior, cit. p/ Gilmar Mendes/Paulo Gustavo Branco, Curso de Direito Constitucional, p. 919. Nesta mesma obra, dissertam os Autores que "para esclarecer sobre a verdade, indispensável ao exercício da função legiferante e

de fiscalização, o parlamento atribui a uma parcela dos seus membros a tarefa de, em seu nome, apurar acontecimentos e desvendar situações de interesse público" (p. 918).

Por sua vez, o renomado constitucionalista Alexandre de Moraes, em seu Direito Constitucional, leciona que "podem ser objeto de investigação todos os assuntos que estejam na competência legislativa ou fiscalizatória do Congresso" (Ed. Atlas, 2014, p. 442).

Dirley da Cunha Júnior afirma ainda que as CPIs "somente podem investigar fatos precisos e determinados, ainda que relacionados a particulares, mas desde que sejam de interesse público." (in Curso de Direito Constitucional, Ed. Podium, 3a ed. p 932)

Já o Dr. Thyers Novaes, Procurador da Assembleia Legislativa da Bahia, em parecer a consulta formulada pelo Presidente desta CPI (anexo a este Relatório), enfatiza que "como fato certo e determinado, há que se compreender aquele que se situe na órbita de competência da respectiva Casa Legislativa, segundo os contornos da Constituição Federal, da Constituição Estadual ou, se for o caso, da Lei Orgânica do Município, isso em se tratando do Órgão Inquisitorial da esfera de governo municipal".

Prosseguindo, no seu esclarecedor pronunciamento, o Dr. Thyers Novaes: "a determinabilidade do objeto da CPI deve se encontrar voltada a atender interesse público subjacente ao fato que visa investigar, o que, outrossim, afasta a possibilidade da apuração de assuntos de índole privada, pessoal ou particularizada, daí a exigência da especificação concreta do tema para o qual se encontra voltada a atuação da CPI, de molde a que, por força da publicidade do ato de instauração, possa a sociedade e os demais órgãos competentes verificarem se ocorre desvio de finalidade no seu objeto.

De outra banda, também defeso se torna apontar generalidades para efeito de justificar a instituição de Comissões Parlamentares de Inquérito, a

exemplo de pretensos indícios de irregularidades administrativas, prática de improbidade, dentre outros temas, sem detalhamento desses fatos, sob pena de violação dos dispositivos constitucionais retro apontados.

Bem por isso é que o professor Uadi Lammêgo Bulos, “Comissão Parlamentar de Inquérito Técnica e Prática”, Saraiva, 2001, p. 220, sobre o tema e debruçado ante o texto constitucional federal, doutrina:

> 'Será inconstitucional a apresentação de fatos vagos como argumento capaz de permitir a criação de CPI's.
>
> Noutro primas, acontecimentos múltiplos, mas determinados e comprovados, enquadram-se na exigência formal apregoada pelo §3º do art. 58.
>
> Não é a diversidade de fatos que ocasiona a falta de legitimidade de uma CPI, e sim a indeterminabilidade que os permeia.
>
> Nesse ínterim, o requerimento solicitando a criação de CPI's deve detalhar o fato ou os fatos (eles podem ser múltiplos) que se pretende investigar. E, caso surjam novos acontecimentos no curso dos trabalhos investigatórios não previstos inicialmente, nada obsta serem acrescentados em sua íntegra, desde que logrem a marca da determinabilidade.”

O Requerimento de criação da CPI aponta como fato determinado a ser alvo da Comissão a má qualidade na prestação de serviços de telefonia, conforme as constantes denúncias da imprensa "e com base nos dados dos órgãos de proteção ao consumidor, compreendendo as empresas de TV fechada e internet a cabo, com relação à prestação de um serviço de má qualidade, falta ou deficiência de sinal, bem como a implantação de novos investimentos e a adequação das tarifas." Prosseguindo na leitura do arrazoado, temos que "o Brasil é o quinto país do mundo em número de celulares e é um dos que possuem maior preço em suas tarifas, o que deveria ser sinônimo de uma prestação de serviço satisfatório", e, "já que as

prestadoras de serviço de telefonia móvel não têm fornecido um serviço de qualidade para justificar preços tão elevados pelos serviços, justa é a necessidade das principais operadoras apresentarem seus custos para justificar preços elevados por uma prestação de serviço ineficiente, é o que demonstra o crescente índice de reclamações, segundo a ANATEL."

O Requerimento refere-se ainda a uma investigação realizada pela ANATEL com o Ministério Público Federal, na qual concluiu-se que "as quedas das chamadas eram provocadas por uma das empresas de telefonia investigadas", configurando uma situação de total desrespeito ao consumidor.

Delineados os contornos do objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito, especialmente no tocante ao inequívoco interesse público a ditar o rumo do processo investigatório, resta-nos tecer algumas considerações acerca de controvérsias levantadas no âmbito da estrita competência para averiguar fatos que, num primeiro momento, poderia gerar - como de fato veio a ocorrer - contestações sobre a legitimidade de suas ações. Isto porque, recaindo sobre o Ministério das Comunicações a atribuição de administrar a outorga desses serviços, a fiscalização da sua prestação caberia à Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, eximindo as concessionárias da obrigatoriedade de comparecimento e fornecimento das informações requisitadas, bem como da adoção de providências no objetivo da melhoria dos serviços.

Se à primeira vista poderiam parecer legítimos tais argumentos contestatórios, numa análise mais acurada vemos que estes não se sustentam. Com efeito, a prestação de um serviço de tal natureza envolve uma série de fatores de natureza econômica, ambiental e social, sedes em que o Estado é sempre chamado a atuar na defesa dos interesses de sua população. Resguardar o interesse público e atentar para a satisfação das necessidades da sociedade são princípios norteadores de toda a ação do Poder Público, mormente quando envolve a prestação de serviços à população que, por sua

natureza, assumem um caráter de essencialidade e, também por isso, somente podem ser executados mediante concessão do próprio Poder Público.

"O interesse público", pois, é um somatório de interesses individuais coincidentes em torno de um bem da vida que lhes significa um valor, proveito ou utilidade de ordem social ou material que cada pessoa deseja adquirir, conservar ou manter em sua própria esfera de valores.

Esse interesse passa a ser público, quando dele participam e compartilham um tal número de pessoas, componentes de uma comunidade determinada, que o mesmo passa a ser também identificado como interesse de todo o grupo, ou, pelo menos, como um querer valorativo predominante da comunidade." (Profa Alice Gonzalez Borges, "Supremacia do Interesse Público: Desconstrução ou Reconstrução?" - artigo publicado na Revista Diálogo Jurídico, nº 15, jan-mar 2007, Salvador-Ba).

Claro é que, no âmbito das relações sociais, sempre haverão de existir conflitos entre o interesse público e os interesses privados, não restando dúvida que ao Estado caberá sempre zelar pela prevalência do interesse público, daquele "querer valorativo predominante da comunidade".

Uma das formas mais manifestas desse conflito entre os interesses público e privado na sociedade ocorre, sem dúvida, na ordem econômica, nas relações contratuais de compra e venda de mercadorias ou de serviços. Também não sobram dúvidas que, nessa relação, a parte mais fraca é aquela representada pelo consumidor. Não à toa, o constituinte de 1988 cuidou firmemente da sua defesa, inserindo-a "entre os direitos fundamentais, com o que se erigem os consumidores à categoria de titulares de direitos constitucionais fundamentais", no dizer de José Afonso da Silva, que reforça: "Conjugue-se a isso a consideração do art. 170, V, que eleva a defesa do consumidor à condição de princípio da ordem econômica. Tudo somado, tem-se o relevante efeito de legitimar todas as medidas de intervenção estatal

necessárias a assegurar a proteção prevista.” (Curso de Direito Constitucional Positivo, 31a ed., pp 262-263).

No que tange a esta CPI da Telefonia, reportamo-nos novamente ao Parecer do Dr. Thyers Novaes, lembrando que “constitui fato público e notório os reclamos dos consumidores dos serviços de telefonia fixa e móvel, como ainda dos de transmissão via internet, ao lado dos de TV a cabo e via satélite, seja em virtude da precariedade desses serviços, seja pela cobrança indevida de tarifas, ou ainda por força do inadimplemento de diversas obrigações diante dos contratos que entabulam tais operadoras com os respectivos consumidores.

A todo tempo se noticia a grande dificuldade que encontram os consumidores para proceder a uma simples reclamação, visando corrigir reiteradas falhas na emissão de faturas de serviços, os quais jamais requisitaram ou desfrutaram, mas que, mesmo assim, foram debitados em seu desfavor, como ainda, até mesmo, operacionalizar um simples distrato do ajuste, diante dos obstáculos que as prestadoras de serviços engendram no propósito de inviabilizar o direito subjetivo daquele que já não mais pretende manter o contrato de prestação de serviços.”

Ora, a legitimar a intervenção da Comissão Parlamentar de Inquérito da Assembleia Baiana, valemo-nos ainda mais uma vez do douto Procurador desta Casa, ao relembrar que: “não obstante se constituir tema da competência do Governo Federal a legislação e o controle dos serviços públicos de telecomunicações e radiodifusão, cônsono o disposto no art. 22, inciso IV, da Magna Carta, decerto que remanesce a competência concorrente dos Estados para atuar nos assuntos voltados à responsabilidade por dano ao meio ambiente e ao consumidor, conforme o preceito do art. 24, inciso VIII, da Carta Republicana em vigor, sem prejuízo de recair sobre esse ente federativo a competência para legislar, também, sobre tema relacionado à proteção e defesa da saúde, conforme a regra do inciso XII do dispositivo constitucional excogitado.”

Traz, ainda, à baila, o Dr. Thyers Novaes, as outras áreas de incursão desta CPI, cuja necessidade se fez sentir com o próprio desenvolvimento dos trabalhos: a proteção ao meio ambiente e à saúde da população. Temas que, ainda que não previstos no Requerimento inicial de criação da CPI, nem por isso podem lhe ser considerados estranhos:

"Observada a determinabilidade do fato motivador de CPI's o Parlamento poderá investigar todos os acontecimentos circunscritos nesse âmbito de atuação."(citação ao prof. Uadi Lammêgo Bulos)

Com isso, quis o doutrinador asseverar que, embora determinado o fato, no curso de sua investigação o Órgão Inquisitorial poderá se confrontar com situações paralelas e afins ao objeto da investigação, havendo, ainda assim, de aprofundar a sua atuação, no propósito de buscar mais elementos que contribuam para que chegue a bom termo o seu natural desiderato.(...)

Sendo assim, desde muito que se vem discutindo sobre os possíveis danos que as emissões de ondas magnéticas, oriundas das antenas transmissoras dos serviços de telefonia fixa e móvel, podem ocasionar à saúde dos respectivos usuários ou mesmo de terceiros, sem se perder de vista o fato de se constituir em assunto recorrente na imprensa nacional os péssimos serviços que as operadoras de telefonia móvel, fixa e internet prestam aos seus consumidores."

Em reforço, o Min. Gilmar Mendes, na obra anteriormente citada, aduz: "Tudo o que disser respeito, direta ou indiretamente, ao fato determinado que ensejou a Comissão Parlamentar de Inquérito pode ser investigado. Ao ver do STF, a CPI 'não está impedida de investigar fatos que se ligam, intimamente, com o fato principal."

O direito à saúde, consagrado na Carta de 1988 entre os direitos fundamentais (art. 6º), "está previsto no art. 196 da Constituição Federal como

‘direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos, regido pelo princípio do acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção proteção e recuperação”. (Gilmar Mendes/Paulo Gustavo Branco, op. cit, p. 696). Peña de Moraes, em sua obra Curso de Direito Constitucional, assim se manifesta: "O direito público subjetivo à saúde traduz bem jurídico constitucionalmente tutelado, por cuja integridade deve velar, de modo responsável, o Poder Público federal, estadual ou municipal, a que incumbe formular - e implementar - políticas sociais e econômicas que visem garantir a plena consecução dos objetivos proclamados no art. 196".

A preocupação com a proteção à saúde da população, atentando-se para os possíveis prejuízos à integridade física das pessoas que poderiam ser causados pela exposição humana aos campos eletromagnéticos gerados pelas torres de celular, constitui uma das mais importantes áreas de atuação da CPI, a qual detém, em seu raio de ação, a completa legitimidade para averiguação dessa temática.

Por sua vez, o meio ambiente ecologicamente equilibrado e protegido também se encontra elevado ao nível de direito fundamental na Constituição Brasileira de 1988. O Supremo Tribunal Federal, em acórdão proferido no julgamento da ADI nº 3.540-1 DF, assim se manifesta:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado”. Trata-se de um típico direito de terceira geração (ou de novíssima dimensão) que assiste a todo o gênero humano (RTJ 158/205-206). Incumbe, ao Estado e à própria coletividade, a especial obrigação de defender e preservar, em benefício das presentes e futuras gerações, esse direito de titularidade coletiva e de caráter transindividual (RTJ 164/158-161).

(...) A ATIVIDADE ECONÔMICA NÃO PODE SER EXERCIDA EM DESARMONIA COM OS PRINCÍPIOS DESTINADOS A TORNAR EFETIVA A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE.

A incolumidade do meio ambiente não pode ser comprometida por interesses empresariais nem ficar dependente de motivações de índole meramente econômica, ainda mais se se tiver presente que a atividade econômica, considerada a disciplina constitucional que a rege, está subordinada, dentre outros princípios gerais, àquele que privilegia a "defesa do meio ambiente (CF, art. 170, VI), que traduz conceito amplo e abrangente das noções de meio ambiente natural, de meio ambiente cultural, de meio ambiente artificial (espaço urbano) e de meio ambiente laboral."

Indubitável, frente a tudo o quanto até aqui analisado, a competência e a legalidade da CPI para investigação das atividades das empresas de telefonia e transmissão de TV e internet a cabo, em todas as nuances e áreas temáticas de abrangência, assentada sobre o interesse público e a defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos, princípios caros e essenciais aos regimes democráticos em todo o mundo.

3. REGIMENTO INTERNO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO
DA TELEFONIA

Os Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, imbuídos do firme propósito de fortalecer a Instituição do Poder Legislativo, reforçando os princípios de suas atividades parlamentares de fiscalização dos atos públicos e privados, preocupados em estabelecer regras, parâmetros, limites e principalmente funções modernas e exequíveis para o desenvolvimento dos trabalhos legislativos no que tange às matérias afetas a inquérito, resolvem aprovar o presente REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA TELEFONIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA BAHIA.

CAPÍTULO I
DA SEDE, COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA

Art. 1º – A Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, instituída através do Requerimento nº 7.900 de 05 de junho de 2013, publicado no Diário Oficial nº 21.154, funcionará na sede do Poder Legislativo, localizado no Palácio Deputado Luis Eduardo Magalhães, 1ª Avenida, nº 130, CEP: 41.745-001, CAB, Salvador-BA.

Art. 2º – A CPI é composta por oito membros titulares e quatro suplentes, Deputados Estaduais indicados na forma do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, atendido o princípio da proporcionalidade partidária, para o fim precípuo de cumprimento da função institucional do Poder Legislativo, no

âmbito público e privado do Estado da Bahia, com a finalidade de investigar as prestadoras de serviço de telefonia móvel, fixa, TV e Internet em relação às elevadas tarifas cobradas, bem como o grave problema de má qualidade na prestação do serviço que tem gerado queda durante a utilização do serviço, constante do requerimento de constituição, recebendo poderes e atividades disciplinados neste Regimento, no Regimento Interno da Assembleia Legislativa, na Constituição do Estado da Bahia e demais legislações pertinentes.

§1º. A CPI da Telefonia é integrada pelos seguintes membros titulares: Paulo Azi (DEM), Mario Negromonte Júnior (PP), Joseildo Ramos (PT) Álvaro Gomes (PC do B); Cacá Leão (PP); Euclides Fernandes (PDT); Carlos Gaban (DEM) e Sildevan Nobrega (PRB);

§2º A CPI da Telefonia é integrada pelos seguintes membros suplentes: Adolfo Menezes (PSD); Fátima Nunes (PT); Leur Lomanto Júnior (PMDB) e Nelson Leal (PSL);

Art. 3º - A Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia tem como Presidente o Deputado Paulo Azi, vice-presidente o Deputado Mário Negromonte Jr. e como Relator o Deputado Joseildo Ramos, eleitos na forma disciplinada no Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

Art. 4º - Compete ao Presidente da Comissão:

I- convocar formalmente as reuniões, informando a hora e local, bem como a pauta a ser discutida;
II - convocar suplentes quando da ausência e ou impedimentos de membros efetivos;
III - presidir a todas as reuniões, dirigindo os trabalhos e suspendendo-os quando julgar necessário, resolvendo as questões na forma deste Regimento e

utilizando-se subsidiariamente das normas contidas no Regimento Interno da Assembleia Legislativa e no Código de Processo Civil e Penal Brasileiro;
IV - determinar a publicação das atas das reuniões, audiências públicas e ou eventos;
V - solicitar ao Presidente da Assembleia, substitutos para os membros da Comissão, quando por cassação, abandono, renúncia, ou excesso de ausências às reuniões da Comissão, deixem de cumprir com suas obrigações junto à Comissão;
VI - manifestar o voto de qualidade no caso de empate da votação.

Art. 5º - Compete ao relator da Comissão:

I – apresentar proposta de plano de trabalho, objetivos e metas da CPI da Telefonia;
II – apresentar proposta de regimento interno da CPI da Telefonia;
III – acompanhar as diligências a serem realizadas para obtenção de informações relativas ao objeto de investigação da CPI;
IV - emitir o relatório final da CPI, com as conclusões relativas ao objeto da investigação;

Art. 6º Compete a Comissão Parlamentar de Inquérito de a Telefonia realizar as seguintes ações:

I- dar pareceres parciais sobre todas as questões em investigação, manifestando-se em todas as matérias correlatas a irregularidades na telefonia no Estado da Bahia quanto aos aspectos técnicos, jurídicos, operacionais, procedendo minuciosas análises, perícias, solicitando o apoio nas investigações à ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, à Polícia Federal, à Secretaria de Segurança Pública, às Policias Civil e Militar e ao Tribunal de Contas do Estado, assim como também o acompanhamento do Ministério Público estadual ou federal e outros órgãos que julgarem

necessários, objetivando buscar a motivação dos delitos e também a responsabilização dos envolvidos em irregularidades;

II- solicitar o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão para prestar informações;

III- receber petições, reclamações ou representações de qualquer cidadão, assim como denúncias, dando a devida destinação aos órgãos competentes para responsabilização dos envolvidos nas irregularidades detectadas;

IV- constituir subcomissões, para cumprir missões, de fiscalização e inquérito, que emitirão relatórios;

V- servir-se do Sitio Eletrônico próprio da CPI, para obtenção de informações, reclamações, investigando denúncias realizadas, garantindo aos denunciantes o sigilo de suas identidades, exceto para o Ministério Público e ao Judiciário.

CAPÍTULO II
DAS REUNIÕES

Art. 7º - As reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia serão, preferencialmente, realizadas na sede do Poder Legislativo, na Sala Luís Cabral, e são divididas em:

I- Reuniões Ordinárias, que são as realizadas obrigatoriamente, no mínimo uma vez por semana, às quartas-feiras, a partir das 10h, dentro do período de sessões legislativas da Assembleia, para análise e cumprimento da investigação, na forma do Regimento Interno da Assembleia Legislativa e deste Regimento, e poderão ser públicas ou reservadas de sigilo.

II- Reuniões Extraordinárias, que são as realizadas a requerimento de qualquer dos membros da Comissão, para análise de fato ou assunto determinado, de

relevante interesse público, e poderão ser públicas ou reservadas de sigilo, bem como realizadas em caráter de emergência.

III- Reuniões Especiais, que são as realizadas fora da sede, em qualquer lugar do território Brasileiro, e poderão ter caráter de reunião ordinária ou extraordinária, sendo públicas ou reservadas de sigilo.

Parágrafo único. O requerimento de qualquer Deputado da Assembleia poder-se-á solicitar ao Presidente da Comissão a convocação de reunião de emergência para tratar de assunto relevante e previamente determinado, vinculado com objetos das investigações.

Art. 8º - Das reuniões lavrar-se-ão atas, bem como resumo dos trabalhos e de tudo que houver ocorrido, digitadas em folhas avulsas e digitalizadas, as quais serão publicadas no Diário Oficial e integrarão o respectivo arquivo do Banco de Dados da CPI, sendo as notas taquigráficas, peças integrantes das atas.

Parágrafo único. Peças documentais ou similares, integrantes de atas ou de investigações, notas taquigráficas, com teor sigiloso e reservado, somente poderão ser publicados com a autorização formal do Presidente da CPI.

CAPÍTULO III
DAS VAGAS E FALTAS

Art. 9º - O membro da Comissão Parlamentar de Inquérito que deixar de comparecer a três reuniões ordinárias consecutivas perderá o lugar, sendo nomeado, desde logo, o suplente pelo Presidente da Comissão, de ofício ou a requerimento de qualquer Deputado.

Art. 10º - Na impossibilidade de comparecimento de membro efetivo da Comissão Parlamentar às reuniões, o mesmo deverá notificar ao Presidente da

Comissão com antecedência mínima de quatro horas antes da reunião, para que seja convocado suplente para substituí-lo.

Art. 11 - Na hipótese de ausência às reuniões, mesmo que justificada para fins de convocação do suplente será computada como falta na ata da reunião e em livro próprio da Comissão, para o propósito manifesto no artigo 9º, deste Regimento.

CAPÍTULO IV
DOS TRABALHOS

Art. 12 - Os trabalhos das reuniões da CPI da Telefonia obedecerão preferencialmente a seguinte ordem:

I- leitura, discussão e votação da ata da sessão anterior;
II- leitura sumária do expediente;
III- leitura da pauta da reunião;
IV- chamamento de depoentes, intimados ou convidados a depor, tomando as seguintes providências:
a) Identificação do depoente, através de documento especificando a qualificação completa;
b) Compromisso verbal e escrito de dizer a verdade perante a Comissão;
c) Coleta dos depoimentos, permitindo-se a apresentação de documentos, fotos e vídeos, como também o acompanhamento de procurador advogado, legalmente constituído com apresentação antecipada de Procuração à CPI, salientando que o causídico não deverá manifestar-se durante o depoimento, por se tratar de inquirição especifica e privativa de membros da Comissão Parlamentar, podendo comunicar-se através de requerimentos escritos endereçados a Comissão.
V- organização de subcomissões para cumprir missões de fiscalização para cumprimento do inciso IV, do artigo 6º, deste regimento;
VI- leitura, discussão e votação de relatórios de subcomissões;

VII- leitura, discussão e votação dos pareceres dos relatores;
VIII- leitura, discussão e votação de requerimentos.

Art. 13 - As convocações dos membros para reuniões extraordinárias da Comissão serão feitas através de documento formal constando a hora, local da realização e a pauta dos trabalhos, que será entregue a qualquer servidor integrante do Gabinete do convocado, além do envio de e-mails aos Deputados, e também mensagem de texto nos aparelhos celulares.

Parágrafo único. As convocações para reuniões extraordinárias deverão ser feitas com antecedência mínima de doze horas.

Art. 14 - As deliberações da Comissão serão por maioria de votos com a presença mínima da maioria do total de membros titulares.

Art. 15 - Quando da análise das questões afetas à Comissão, qualquer Deputado poderá solicitar diligências a órgãos públicos e privados, objetivando buscar novos elementos e opiniões técnicas acerca do assunto, para melhor fundamentar pareceres conclusivos e relatórios de subcomissões, desde que aprovados em requerimento pela Comissão;

Art. 16 - Designado sub-relator para análise de qualquer questão da CPI, o mesmo terá o prazo indicado pelo Presidente da CPI, a contar da designação, para apresentar parecer conclusivo por escrito que será submetido à deliberação da Comissão na primeira reunião subsequente.

§1º. O Presidente da Comissão, a requerimento fundamentado do sub-relator, poderá prorrogar por mais cinco dias o prazo para apresentação do parecer;

§ 2º Esgotado os prazos, sem apresentação do parecer, o Presidente poderá nomear novo deputado sub-relator.

CAPÍTULO V
DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DO ASSESSORAMENTO

Art. 17 – A Estrutura Organizacional da Secretaria Geral da CPI é dimensionada para cumprir as atribuições disciplinadas neste Regimento, tendo também a missão principal de coordenar e garantir a organização administrativa das reuniões, Audiências Públicas e outros eventos promovidos pela Comissão, como fóruns, seminários e Congressos, seja na sede da Assembleia ou fora dela, primando pela manutenção, guarda e segurança do Banco Geral de Dados e pelo integral assessoramento a todos os Deputados membros da CPI.

Art. 18 - A Secretaria Geral da CPI da Telefonia, além de outras funções designadas pelo Presidente, terão as seguintes atribuições:

I- secretariar o Presidente da Comissão, prestando consultoria Jurídica Legislativa;
II- secretariar as reuniões da Comissão;
III- elaborar o instrumento de convocação dos membros da Comissão para reuniões, a pedido do Presidente;
IV- proceder a convocação dos membros da Comissão;
V- elaborar a pauta da reunião da Comissão na forma determinada pelo Presidente;
VI- cientificar os membros da Comissão da pauta da reunião no momento da convocação;
VII- manter registro digital de presença das reuniões em ordem, cientificando, periodicamente, o Presidente das ausências reiteradas e faltas injustificadas dos membros da Comissão;
VIII- responsabilizar-se pelo controle dos prazos regimentais para os relatores das subcomissões cumprirem suas missões, emitindo seus pareceres, informando, periodicamente, ao Presidente a ocorrência de decursos de prazo, a fim de que se proceda a indicação de novos relatores;

IX- elaborar as atas das reuniões da Comissão e mantê-las devidamente arquivadas sob sua responsabilidade e guarda;
X- realizar a publicação no Diário Oficial das atas, pareceres, relatórios das missões da Comissão, e demais atos, após autorização do Presidente;
XI- manter-se bem informado de toda a legislação Estadual e Federal existente que verse sobre o tema principal da CPI, constituindo acervo legislativo e arquivando documentos temáticos sob sua guarda e responsabilidade, bem como estabelecer estreito relacionamento com órgãos e instituições governamentais ou não, a fim de atarem intercâmbio de informações;
XII- organizar e designar as atividades dos agentes administrativos da CPI.
XIII- Responsabilizar-se pela constituição e manutenção do Banco de Dados da CPI, assim composto:
a. Arquivo Digital e Físico de Documentos Expedidos;
b. Arquivo Digital e Físico de Documentos Recebidos;
c. Arquivo Digital e Físico de Atas das Reuniões e Audiências Públicas e demais Eventos;
d. Arquivo Digital e Físico de Registros Taquigráficos;
e. Arquivo Digital e Físico de Fotos e Vídeos;
f. Arquivo Digital e Físico de Depoimentos;
g. Arquivo Digital e Físico Gerado pelo Sistema Disk Denúncias e emails da CPI;
h. Arquivo Digital e Físico de Matérias de Imprensa.

Parágrafo único. Todos os documentos deverão ser formalmente recebidos pela Secretaria da CPI, registrados e numerados, digitalizados, catalogados no respectivo Arquivo do Banco de Dados da CPI, mantidos sempre em ordem e disponíveis, a qualquer momento, a requerimento de qualquer Deputado membro da CPI, e acessíveis diretamente pelo Deputado Relator.

CAPITULO VI
DAS MISSÕES E SUBCOMISSÕES

Art. 20 – A requerimento de qualquer Deputado e por determinação do Presidente da CPI, poderão ser constituídas Subcomissões, que terão missões pré-determinadas a cumprir, com prazo estipulado e metas a serem atingidas, com a finalidade de proceder investigações, fiscalizações e serviços especiais de levantamento de dados e informações, sob a coordenação de um membro titular da Comissão, que apresentará relatório da missão.

Parágrafo único. O requerimento que solicitar a constituição de Subcomissão deverá mencionar os motivos e o caráter da missão, os objetivos a serem alcançados, o prazo para realização e duração, que não poderá ser superior a 15 dias a contar de sua constituição.

Art. 21 – As missões para cumprimento de suas metas, contarão com o apoio técnico de servidores da Assembleia Legislativa indicados pelo Presidente da CPI, bem como de qualquer servidor público de outro Poder do Estado da Bahia, requisitado para prestar serviços temporários para cumprimento de missão.

Parágrafo único. Para cumprimento da missão o Presidente da CPI requisitará servidores efetivos da ALBA para prestarem assessoramento ao Coordenador Geral da Secretaria e à Secretária Geral da CPI.

Art. 22 – Procedida as investigações necessárias, concluída a fase de instrução e inquérito, o Presidente da CPI colocará a disposição do Relator todo o Banco de Dados gerado pelas investigações que, embasado nos pareceres e relatórios das subcomissões e missões, documentos e dados constantes do acervo da CPI, elaborará o relatório final da Comissão, que será submetido à deliberação interna da CPI, antes de ser enviado ao Presidente da Assembleia para as providências regimentais cabíveis.

Art. 23 - Este Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia.

4. DOS OBJETIVOS GERAIS

Esta Comissão Parlamentar de Inquérito foi criada com o objetivo de investigar as razões da má prestação do serviço de telecomunicações no Estado da Bahia. Através desse relatório, a Assembleia Legislativa da Bahia entrega ao povo baiano um trabalho de 360 dias. Longe de qualquer tentativa de “caça às bruxas”, a investigação dos parlamentares foi pautada na certeza de que o parlamento baiano está contribuindo para melhorar efetivamente os serviços em nosso estado. Investigar os problemas e encaminhar todas as medidas possíveis para oferecer ao povo baiano um serviço mais eficiente, justo e de qualidade. Ao término desta comissão provisória, esse é o objetivo maior de todos os seus integrantes.

5. METODOLOGIA E PLANO DE TRABALHO

A CPI da Telefonia adotou uma metodologia que reuniu as experiências exitosas dos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná. Instalada nos termos regimentais, os parlamentares propuseram, com objetivo de estruturar e organizar os trabalhos da Comissão, um Plano de Trabalho que foi aprovado pelo colegiado. O plano foi dividido em etapas.

1ª Etapa - Dezembro

→ Instalação Formal – CPI Instalada no dia 12/11/13

→ Definição de Estruturação

- Definição de Espaço Físico
- Pessoal (Administrativo / Técnico / Apoio)
- Operação / Mobilidade (Transporte Aéreo e Terrestre Garantido)

2ª Etapa - Dezembro

Calendário de Viagens Externas

Uma comissão formada pelos deputados Paulo Azi (DEM), presidente da CPI, Joseildo Ramos (PT), relator, e Cacá Leão (PP) visitou os estados do Rio Grande do Sul e Paraná para conhecer os resultados obtidos naqueles estados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

- Viagem Curitiba/PR – 18 de Dezembro
- Viagem Porto Alegre/RS – 19 de Dezembro

3ª Etapa – Janeiro - Abril

CPI Itinerante

Além das reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas na sede da Assembleia Legislativa da Bahia, o colegiado promoveu uma etapa itinerante, realizando audiências públicas e colhendo denúncias da população em municípios do interior do estado. O objetivo era fazer um diagnóstico dos problemas com os serviços de telecomunicações em cada região do estado. Veja aqui as cidades que receberam a CPI da Telefonia:

> Feira de Santana
> Porto Seguro
> Itabuna
> Alagoinhas
> Jequié
> Vitória da Conquista
> Paulo Afonso
> Barreiras

Com um veículo plotado, a comitiva da CPI Itinerante, formada por servidores da Assembleia Legislativa, deputados e representantes dos órgãos de justiça e de defesa do consumidor, recebia denúncias (Em Anexo) e reclamações da população local em praça pública. O stand funcionava em local com grande circulação de pessoas das 9h até 17h. Ainda na parte da tarde, os deputados membros da CPI participavam de audiência pública com autoridades locais, vereadores e de consumidores. A escolha dos municípios foi feita com base nos 27 Territórios de Identidade da Bahia. Foram escolhidos os maiores municípios, que sediavam a etapa itinerante representando os territórios mais próximos. Por conta do calendário apertado, em meio ao processo eleitoral, a CPI não coletou denúncias no município de Juazeiro e na capital Salvador.

Território Extremo sul / Costa do Descobrimento
Município: Porto Seguro

Baixo Sul / Litoral Sul / Médio Sudoeste

Município: Itabuna

Vale do Jiquiriçá / Médio Rio de Contas

Município: Jequié

Sertão Produtivo / Vitória da Conquista / Bacia do Paramirim

Município: Vitória da Conquista

Bacia do Rio Grande / Bacia do Rio Corrente / Velho Chico / Chapada Diamantina

Município: Barreiras

Piemonte Norte / Sertão São Francisco / Irecê / Piemonte da Diamantina

Município: Juazeiro

Piemonte Paraguaçu/ Portal do Sertão / Sisal / Bacia do Jacuípe

Município: Feira de Santana

Litoral Norte / Recôncavo / Semiárido Nordeste II / Itaparica

Município: Alagoinhas

Região Metropolitana de Salvador

Município: Salvador

6. DA CPI ITINERANTE

FEIRA DE SANTANA – 03/04/2014



RESUMO: Das 9h às 17h, uma equipe formada por funcionários da Assembleia Legislativa e técnicos do PROCON permaneceu no Espaço Cultural Marcos Moraes, na Avenida Getúlio Vargas, centro, recolhendo denúncias dos moradores da cidade sobre as operadoras de telefonia, recordistas de reclamações dos consumidores. À tarde, na Câmara de Vereadores, a CPI realizou uma audiência pública onde foram debatidos, principalmente, aspectos relacionados à legislação sobre instalação de antenas. Ao lado de um veículo plotado da CPI foi montada uma pequena estrutura com três pontos de atendimento com funcionários da AL treinados para receber as reclamações dos feirenses. Foram coletados casos de pessoas que estão há meses sem conseguir resolver problemas simples como cancelamento de linha.

O assessor técnico do PROCON, Filipe Vieira, que há sete anos trabalha no órgão, explicou que o Procon acompanhou a ação fornecendo o suporte de fundamentação das reclamações e apontando o caminho para encontrar a solução dos problemas. “As reclamações, via de regra, refletem a realidade do setor de telefonia que no decorrer do tempo vem realizando uma má prestação do serviço ofertado”, disse.

Um dos casos registrados pela CPI foi o do comerciante Jefferson de Freitas. Morador do bairro do Tomba, ele adquiriu um pacote da OI denominado “conta

total", que, entre outros produtos, oferece banda larga de dois megabytes. Jefferson contou que percebeu que a sua internet estava muito lenta e foi até a loja onde adquiriu o pacote para reclamar. "Um técnico da empresa foi a minha casa e mediu que o máximo de capacidade que chegava a minha casa era de 500k", revelou o comerciante. Sabendo que estava recebendo apenas 25% da capacidade de tráfego de dados do pacote que estava pagando, Jefferson tentou cancelar o serviço e teve uma surpresa desagradável: teria que pagar uma multa pela quebra do contrato. "Gostaria de mudar de operadora, tenho recebido muitas ofertas, mas não quero pagar essa multa que é injusta", contou o comerciante.

> ***"Fico entre 3 e 5 dias sem telefone, todo mês. Já fiz várias reclamações pelo telefone e meu problema não é resolvido. E não posso perder o número do telefone, que é o do meu comércio"***

Mas o problema de Jefferson com as operadoras não se resume à internet. Ele possui uma linha telefônica da Claro e paga as contas em dia. Entretanto, há cinco meses a linha dele é cortada, de forma aparentemente aleatória, por falta de pagamento. "Fico entre 3 e 5 dias sem telefone, todo mês. Já fiz várias reclamações pelo telefone e meu problema não é resolvido. E não posso perder o número do telefone, que é o do meu comércio" contou.

A audiência pública da CPI da telefonia em Feira de Santana foi realizada na Câmara de Vereadores e reuniu, além do presidente da comissão e o seu relator, deputados Paulo Azi e Joseildo Ramos, respectivamente, os deputados estaduais Carlos Geilson, Zé Neto e Sidelvan Nóbrega, parlamentares municipais, lideranças políticas e da sociedade civil. Os trabalhos foram abertos pelo presidente da Casa, vereador Justiniano Oliveira, que chamou as autoridades para formar a mesa e elogiou a iniciativa da Assembleia Legislativa de realizar a CPI, ressaltando a importância do caráter itinerante das investigações.

PORTO SEGURO – 10/04/2014



RESUMO: O simples acesso à internet em Porto Seguro é uma tarefa complicada e afeta o cotidiano de moradores e turistas. Mais de 80% das queixas registradas pela população no stand montado pela CPI da Telefonia da Assembleia Legislativa, na Praça do Relógio, no Centro da cidade, foram sobre esse problema. Polo turístico do estado, Porto Seguro foi o segundo município visitado pelo colegiado, após a boa repercussão da viagem à Feira de Santana, na última semana. A região recebeu as seleções da Suíça e Alemanha durante a Copa do Mundo, mas os seus moradores ainda não usufruem de um serviço de qualidade nem de banda larga nem de telefonia celular.
Uma simples compra com cartão de débito ou crédito pode ser uma dor de cabeça. O acesso é tão ruim que lojistas e donos de hotéis exibem avisos de alerta de que o serviço pode não funcionar.

“Tenho que ficar na rua para receber alguma ligação. Muitos clientes já me disseram que gostam do meu serviço, mas que meu celular não funciona”

O comerciante Luciano Maia, que é proprietário de um delivery de bebidas, demonstrou revolta com os problemas que enfrenta diariamente provocados pela má cobertura do sinal do seu celular. Segundo Luciano, o seu telefone não

funciona em áreas fechadas e para poder atender seus clientes precisa passar quase todo dia no passeio, em frente ao seu estabelecimento. *“Tenho que ficar na rua para receber alguma ligação. Muitos clientes já me disseram que gostam do meu serviço, mas que meu celular não funciona”,* explicou, ressaltando que muitas vezes seu aparelho fica com a memória cheia, com mais de 30 ligações perdidas.

Já a advogada Valéa Sanches, mineira que há 20 anos vive em Porto Seguro, disse que, hoje em dia, o fluxo de turistas de Porto Seguro é constante e a falta de um bom sinal de internet e de celular prejudica a todos, população, comércio e turistas. Durante o período da tarde, a CPI da Telefonia realizou uma audiência pública na Câmara de Vereadores de Porto Seguro, evento que lotou o auditório da Casa e contou com vereadores, lideranças políticas e do movimento social. A prefeita do município, Cláudia Oliveira (PSD), também compareceu ao evento e comemorou a iniciativa da Assembleia e ressaltou a importância da população local para cobrar melhorias para o setor no município. “Essa é uma tarefa de todos. Não será a prefeita sozinha, nem o deputado que irá resolver. Precisamos juntar forças”, disse a prefeita.

ITABUNA – 24/04/2014



RESUMO: A operadora Oi liderou o número de denúncias e reclamações registradas pela população de Itabuna durante passagem da CPI da Telefonia

pela cidade. Créditos descontados da telefonia móvel e cobranças indevidas pela operadora estão entre as reclamações mais frequentes. As denúncias foram feitas em um stand montado na Praça Adamis, centro da cidade. Cliente da Oi, Astor Oliveira, motorista foi até o local para reclamar porque está sendo cobrado por um serviço de R$ 55 mensais que foi cancelado há 90 dias. Ele não consegue resolver seu problema pela Central de Atendimento da operadora. *"A Oi não tem uma loja própria aqui em Itabuna, mas para vender chip tem uma venda em cada esquina"*, protestou. Astor foi orientado por técnicos do PROCON, que estavam no local. Na Câmara de Vereadores, uma audiência pública discutiu os problemas do setor no município e reuniu, além do relator, os deputados Paulo Azi (DEM), presidente da CPI, Coronel Santana (PTN) e Leur Lomanto Júnior (PMDB).

> ***" A Oi não tem uma loja própria aqui em Itabuna, mas para vender chip tem uma venda em cada esquina"***

VITÓRIA DA CONQUISTA – 08/05/2014



RESUMO: A CPI da Telefonia da Assembleia Legislativa aportou na Praça Nove de Novembro, no centro da cidade Vitória da Conquista, para ouvir as queixas da população em relação aos serviços de telefonia móvel e fixa, internet e TV por Assinatura. A maioria das reclamações foi em relação aos

serviços de telefonia móvel oferecidos pela OI. A baixa velocidade da internet também foi motivo de muitas queixas do povo Conquistense

A funcionária pública Tatiane Oliveira contou que no apartamento que está morando o seu celular da OI não funciona. *"Para as pessoas que ligam é como se eu não quisesse atender, mas o celular não toca e nem mesmo as mensagens de aviso "te ligou" não chegam mais"*, reclamou, revelando que várias vezes já realizou o teste de fazer uma chamada pra uma pessoa ao seu lado e a ligação não se completa. "Tive que comprar também um celular da TIM, quando não funciona um eu tento o outro. Mas mesmo assim muitas vezes não consigo fazer a ligação", disse.

> ***" Para as pessoas que ligam é como se eu " não quisesse atender, mas o celular não toca e nem mesmo as mensagens de aviso "te ligou" não chegam mais"***

Maria Reis também é uma usuária que mostrou bastante insatisfação com os serviços de telefonia em Vitória da Conquista. Ela contou que enfrenta todo tipo de problema com o seu celular que não fala e com a navegação na internet que nunca é satisfatória. "Nos últimos seis meses toda a semana é descontado R$ 3,00 nos meus créditos e ninguém consegue me explicar os porquês", contou. Ela elogiou a ação dos deputados baianos de criar uma CPI para investigar os serviços de telefonia na Bahia e o seu caráter itinerante. "A população tem mais facilidade de acesso para fazer a sua reclamação. Eu me sinto refém das operadoras e essa situação precisa mudar", afirmou Maria Reis.

No período da tarde, a CPI Itinerante realizou uma audiência pública na Câmara de Vereadores de Vitória da Conquista. O evento, bastante concorrido, foi aberto pelo presidente em exercício da Casa, Hermínio Oliveira, e contou com todos os vereadores que compõem o legislativo municipal, representantes

do PROCON, do Ministério Público Estadual e também representantes das operadoras OI, VIVO, CLARO e TIM. Hermínio agradeceu a presença da comissão em Conquista e disse que são muitos os problemas enfrentados pela população do município em relação aos serviços de telefonia. “A situação muitas vezes se torna caótica. Não conseguimos fazer ligações, não conseguimos navegar na internet e se formos reclamar não conseguimos ser atendidos”, disse.

Representantes das operadoras Claros, OI, VIVO e TIM também falaram durante a audiência. Em comum, os executivos afirmaram que as leis municipais que restringem a implantação de antenas é um entrave pra a melhoria da qualidade do serviço. Eles elogiaram a determinação dos vereadores de Vitória a Conquista de rever essas leis.

José Ailton, representante da OI, operadora que é campeã de reclamações no município, afirmou que a empresa tem investido na melhoria dos serviços prestados, principalmente em relação a tecnologia 3G que está sendo gradativamente implantada. Participaram do evento o representante do CREA-BA, Alexandre Sampaio, o superintendente do Procon em Vitória da Conquista, Carlos Publio, o promotor do MPE, Carlos Leão, e os representantes da Claro, Maurício Ramalho, da TIM, Luís Fortes e VIVO, Mauro Coquemala.

PAULO AFONSO – 15/05/2014



RESUMO: As operadoras Oi e Tim lideraram o número de denúncias e reclamações registradas pela população de Paulo Afonso, durante passagem da CPI da Telefonia pela cidade. Créditos descontados da telefonia móvel, problemas com sinal e cobranças indevidas pelas operadoras estão entre as reclamações mais frequentes. As denúncias foram feitas em um stand montado na Avenida Getúlio Vargas, centro da cidade. Cliente da Tim, a vendedora externa Gleiciana Rocha reclamou da falta de sinal da operadora e a dificuldade que encontra para entrar em contato com seus clientes. *"Pagamos caro pelo plano oferecido pela operadora e, no entanto, temos dificuldade de entrar em contato com os nossos clientes. Dependemos dos serviços de telefonia para vender e em muitos momentos ficamos incomunicáveis"*, reclama.

> ***" Pagamos caro pelo plano oferecido pela operadora e, no entanto, temos dificuldade de entrar em contato com os nossos clientes. Dependemos dos serviços de telefonia para vender e em muitos momentos ficamos incomunicáveis"***

Quem também esteve no stand, e registrou sua indignação com a operadora Oi, foi o empresário Toni Ferreira. Segundo ele, os valores pagos pelos planos de telefonia fixa e Internet não condizem com a qualidade dos serviços. "Pagamos três vezes mais que o valor cobrado em outras cidades, a exemplo de Feira de Santana e não temos um serviço de qualidade. Espero que a partir desta CPI tenhamos uma melhoria, ao menos no sinal das operadoras", completa.

Na Câmara de Vereadores, uma audiência pública discutiu os problemas do setor no município e reuniu membros da Comissão de Inquérito como o próprio relator e o deputado Mário Negromonte Jr. (PP), vice-presidente da CPI, além de representantes do Ministério Público, PROCON e da operadora Tim.

JEQUIÉ – 22/05/2014



RESUMO: Baixa cobertura de sinal, internet só de madrugada, cobranças indevidas sem uma resposta adequada ao consumidor. Os problemas que foram verificados nos cinco municípios baianos já visitados pela CPI da telefonia da Assembleia Legislativa também foram encontrados na cidade de Jequié, importante polo regional de desenvolvimento do Estado visitado pela CPI.

A comitiva da CPI itinerante foi formada pelo presidente da Comissão, Paulo Azi (DEM), e os membros do colegiado Leur Lomanto Júnior (PMDB) e Euclides Fernandes (PDT) representantes da região no parlamento baiano, além do assessor do PROCON, José Carlos Sacramento e o promotor Maurício Foltz Cavalcanti, representante do Ministério Público.

"Não quero mais essa linha e quero que seja ressarcido o valor que paguei. Mas tenho medo de ter mais problemas na hora de cancelar a linha"

A maioria das reclamações foi em relação aos serviços oferecidos pela OI. Franklin Oliveira reclamou que comprou um chip da OI apenas para poder ter o desconto em ligações entre operadoras e fez um plano de R$ 35,00. Para sua

surpresa, já recebeu duas contas com valores acima de R$ 70,00 com a diferença indicada na fatura como “utilização de serviços com terceiros”. Franklin foi a loja da OI na cidade e o gerente não soube dizer do que se tratava a cobrança e pediu um “prazo”, que não foi definido, par resolver a questão. *“Não quero mais essa linha e quero que seja ressarcido o valor que paguei. Mas tenho medo de ter mais problemas na hora de cancelar a linha”*, disse Franklin, ressaltando que a CPI da Assembleia traz alguma esperança que essa situação mude.

Durante a tarde, foi realizada uma audiência pública na Câmara de Vereadores de Jequié, que foi presidida pelo vereador Manoel Gomes, primeiro secretário do parlamento municipal. Ele agradeceu a CPI pela escolha de Jequié como uma das cidades visitadas pela Comissão e reiterou que a condição da telefonia no município é lamentável. “É uma situação que está comprometendo o desenvolvimento do município”, disse Gomes.

O executivo da OI, José Lyra, disse que nos últimos dois anos houve um grande crescimento de Jequié e consequentemente do uso da telefonia celular e banda larga e afirmou que a empresa tem feitos investimentos constantes para suprir essa demanda. Lyra informou que está havendo uma mudança de tecnologia e equipamentos para implantação do sistema 3G na cidade. “Se somos os maiores queremos ter a melhor qualidade. É um desejo nosso”, disse o executivo. Participaram da audiência pública da CPI Itinerante em Jequié os representantes da TIM, Luís Cláudio Fortes, Vivo, Mauro Coquemala, OI, José Lyra e Claro, Ramon Alcântara.

ALAGOINHAS – 29/05/2014



RESUMO: Os problemas com sinal das quatro operadoras de telefonia móvel que prestam serviço em Alagoinhas lideraram o número de denúncias e reclamações registradas pela população de da cidade, durante passagem da CPI da Telefonia Itinerante. Além das falhas no sinal, cobranças indevidas e créditos descontados da telefonia móvel estão entre as reclamações mais frequentes dos clientes da Oi, Tim, Vivo e Claro. As denúncias foram feitas em um stand montado no calçadão em frente à Praça JJ. Seabra, no centro.

> ***"Tenho dois filhos que moram em cidades distantes e é muito difícil conseguir falar com eles, pois quase sempre as chamadas não completam por conta de falhas no sinal. É um absurdo pagarmos caro pelo serviço e não termos qualidade"***

A dona de casa Joana Fernandes esteve no local e registrou sua indignação com o serviço ofertado pela operadora Tim. *"Tenho dois filhos que moram em cidades distantes e é muito difícil conseguir falar com eles, pois quase sempre as chamadas não completam por conta de falhas no sinal. É um absurdo pagarmos caro pelo serviço e não termos qualidade"*, reclamou. Cliente da

Vivo, o funcionário público Antônio Ferreira reclamou do serviço prestado pela operadora. “Contratei um pacote que inclui telefonia móvel e internet, paguei a conta durante dois meses e o serviço não foi oferecido. Pedi o cancelamento junto à operadora e eles levaram mais um mês para cancelar e continuei recebendo as cobranças”, disse. Na Câmara de Vereadores, uma audiência pública discutiu os problemas do setor no município e reuniu membros da Comissão de Inquérito como o próprio relator e o deputado Paulo Azi (DEM), presidente da CPI, além de representantes do Ministério Público, PROCON e das operadoras.

BARREIRAS – 11-06-2014



No dia 11 de junho, a CPI da Telefonia itinerante desembarcou em Barreiras, no Oeste do estado. Maior região agrícola do Nordeste, reconhecida pela força de seu agronegócio, a cidade sediou uma audiência pública na Câmara de Vereadores. O resultado encontrado foi parecido com o das outras seis cidades já visitadas pela caravana: ligações que caem o tempo todo, quando conseguem ser completadas, créditos descontados indevidamente e total falta de cobertura na zona rural. A internet, oferecida pela OI, por diversas vezes passa semanas sem sinal.

> ***“Hoje o agronegócio é formado por grandes grupos. Mesmo o Oeste da Bahia tendo as melhores condições climáticas e de solo para produção em grande escala a falta de tecnologia inibe, investimentos, que***

podem ir para regiões do país melhor preparadas”

O diretor de Relações Institucionais da Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia, que congrega boa parte dos produtores do Oeste, Ivanir Maia, afirmou que é difícil dimensionar as perdas de produtividade do setor pela defasagem tecnológica que enfrentam tanto na telefonia celular quanto no tráfego de dados. “Um serviço de internet que em Salvador custa cerca de R$ 50, na fazenda, com equipamentos que funcionam via satélite não custa menos que R$ 2 mil. E mesmo assim funcionam de forma precária”, contou.

Ele disse que a situação é crítica, já que o negócio necessita de comunicação em tempo real, tanto entre as fazendas, quanto entre as fazendas e escritórios, que nem sempre estão na Bahia. *“Hoje o agronegócio é formado por grandes grupos. Mesmo o Oeste da Bahia tendo as melhores condições para as condições climáticas e de solo para produção em grande escala a falta de tecnologia inibe, investimentos, que podem ir para regiões do país melhor preparadas”*, disse. Participaram da audiência pública os representantes da OI, José Aílton de Lira, Tim, Luiz Claudio Fortes, Claro, Mauricio Ramalho e Vivo, Sirlene Duarte e o vice-prefeito Paé.

7. DAS SESSÕES ORDINÁRIAS

Relato **da 1ª Reunião Instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia**, realizada em 12/11/2013.

Resumo:

Durante a primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a qualidade dos serviços de telefonia no estado da Bahia, foi realizada eleição secreta com a presença de todos os deputados membros da CPI para a escolha da composição da mesa desta Comissão. Eleitos respectivamente, e por unanimidade, para os cargos de presidente e vice-presidente, os deputados Paulo Azi e Mário Negromonte Júnior escolheram o deputado Joseildo Ramos para exercer o papel de Relator.

Aos doze dias do mês de novembro de dois mil e treze, às doze horas, na sala destinada aos seus trabalhos, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia sob a Presidência do Senhor Deputado Euclides Fernandes, que assumiu o posto segundo o critério de idade, conforme Parágrafo Único do Artigo 67 do Regimento Interno, com a presença dos seguintes Senhores Deputados: Álvaro Gomes, Cacá Leão, Carlos Gaban, Mário Negromonte Júnior, Nelson Leal, Paulo Azi, Sidelvan Nóbrega e Joseildo Ramos. O senhor Presidente abriu os trabalhos explicando a importância dessa CPI para a sociedade baiana e esclarecendo que sua criação tem como finalidade investigar as prestadoras de serviço de telefonia móvel, fixa, TV e internet em relação às elevadas tarifas cobradas, bem como o grave problema de má qualidade na prestação do serviço, o que tem ocasionado interrupções durante sua utilização. A instalação foi feita através de acordo com os líderes da Maioria e Minoria da Assembleia Legislativa da Bahia: os deputados Zé Neto e Elmar Nascimento, respectivamente. Declarando instalada a Comissão, deu-se eleição secreta para escolha do Presidente e Vice-Presidente, tendo como escrutinadores os Senhores Deputados Sidelvan Nóbrega e Cacá Leão. Terminado o escrutínio secreto, foram eleitos por unanimidade os senhores

deputados Paulo Azi e Mario Negromonte Júnior, Presidente e Vice-presidente respectivamente. Declarado empossado, o Senhor Presidente agradeceu a confiança dos seus pares pela acolhida do seu nome para presidir a CPI, destacando o nome dos líderes da oposição e posição, explicando a importância de investigar as companhias telefônicas no Estado, falando sobre os baixos investimentos das mesmas e os níveis de qualidade oferecidos para população. Em seguida, indica o Deputado Joseildo Ramos para ser Relator da CPI. Com a palavra, o Deputado Mario Negromonte Júnior agradeceu a seus pares pela escolha do seu nome, explica a importância da instalação da CPI, e afirma que já esteve em outros Estados do Brasil onde já foi instalada iniciativa semelhante, e propõe organizar um cronograma de trabalho. Com a palavra, o Deputado Joseildo Ramos agradece a confiança que lhe foi depositada e fortalece a importância da instalação da CPI. Sugere que na próxima reunião sejam discutidas as estruturas para se fazer uma CPI que realmente venha trazer melhorias para população baiana. Pela ordem, o Deputado Sidelvan Nóbrega propõe ajudar no que for necessário na parte jurídica da CPI. Pela ordem, o Deputado Cacá Leão parabeniza a todos pela iniciativa da criação da CPI, fala que alguns municípios têm a maior dificuldade com sinais de telefonia e que isso atrapalha o progresso dos mesmos. Nada mais havendo a ser discutido, o senhor presidente encerrou a presente reunião às doze horas e vinte minutos, cujo inteiro teor encontra-se gravado na Secretaria Geral de Comissões, para constar, eu, Elbani de Oliveira, secretária desta Comissão, lavrei a presente Ata, a qual lida e aprovada será assinada por todos para que produza os efeitos legais. Sala das Comissões 12 de Novembro de 2013.

Relato da **2ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia,** realizada em 20/11/2013.

Resumo:

Os deputados membros deliberaram sobre os órgãos que devem ser convidados a comparecer na CPI para colaborar com as investigações da Comissão. Ficou aprovado que representantes do Procon-BA e da Anatel, além de juízes da vara de Defesa do consumidor, devem receber convites para participar. Foi aprovada ainda uma visita à Câmara Federal, em Brasília-DF, para conhecer o andamento de CPI semelhante em andamento no órgão.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Às 10h15min, início a segunda reunião ordinária da CPI da Telefonia, registrando inicialmente que fui informado da ausência do nobre deputado Joseildo Ramos, em decorrência de compromisso externo na data de hoje. Registro as presenças dos deputados Paulo Azi, Álvaro Gomes, Cacá Leão, Gaban, Sidelvan Nóbrega. Portanto, quórum regimental para o início desta sessão.

Concedo a palavra ao deputado Carlos Gaban.

O Sr. GABAN:- Bom-dia, meu caro presidente Paulo Azi e demais membros aqui presentes.

Sr. Presidente, o relator deu naturalmente a justificativa, mas existem suplentes aqui na Casa. Não vou pedir, meu caro presidente, verificação de quórum nominal, porque se eu assim proceder, encerraremos o primeiro dia de funcionamento da CPI, porque há assinaturas na lista de presença, mas não há a presença física dos 5 membros. V.Exª foi muito claro, e eu fiz voz nesse sentido, para a instalação da CPI que V.Exª está comandando, porque estamos na iminência de entrarmos em recesso. No primeiro dia de trabalho na Casa, porque a instalação se deu semana passada, já estamos sem quórum presencial. Essa mania de assinar e cair fora não funciona para esta CPI. Ou se mudam os membros ou paramos, porque não farei – como os demais que

estão aqui –, fazer papel de... Não darei quórum para fazer de conta que a CPI está funcionando.

Sou originário do Sistema Telebras. Minha carreira toda como engenheiro foi nessa área. Entrei na CPI porque acho que é um assunto de extrema importância, é um problema que afeta sobretudo a Bahia, os estados nordestinos, mas também tem afetado o Sul do País. Se for para fazer um trabalho sério, vamos. Mas para fazer de conta que é uma CPI, vai desgastar o nosso partido, já que V.Exª é o presidente da comissão. O governo tem que ter a responsabilidade de colocar as pessoas para trabalhar ou então encerrar a CPI.

Fica dado o alerta. Na próxima sessão, se houver o comportamento dos Srs Deputados que está havendo hoje, denunciarei na imprensa e renunciarei ao cargo aqui, porque não farei papel de idiota aqui dentro, não.

Neste sentido, Sr. Presidente, gostaria de dar uma sugestão para dois convites –peço a concordância dos parlamentares aqui presentes: chamar o Procon para vir na próxima reunião, porque sabemos que o sistema telefônico, sobretudo na Bahia, é recordista em reclamações, não só com relação à internet, as constantes quedas das ligações de celular, mas a falta de qualidade na prestação de serviço.

A meu ver, o primeiro convite deveria ser ao Procon. Solicitaria fossem também convidados, até para terem uma cadeira permanente nesta CPI, o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal, a OAB – a todos estes, não só o Procon, um convite para a primeira reunião e para participar constantemente das sessões.

Acho que o CREA é de fundamental importância, e deve ser o segundo convite da parte desta CPI. Tenho acompanhado vários trabalhos do CREA, há um engenheiro que representou a Bahia no CREA nacional como presidente, com vários artigos sobre este assunto. Trabalhamos juntos desde a época da Telebahia, desde a época da Promon Engenharia, o engenheiro Costa e Silva, acredito que o CREA deve designá-lo. É um estudioso, é um engenheiro. Quando fui diretor-geral do Detel, convidei-o para ser diretor do Detel-Ba. Quer dizer, é uma pessoa de extrema capacidade, professor da Universidade Federal da Bahia. Acredito, não sei, que o CREA deve indicá-lo.

A segunda sugestão para vir aqui dar o depoimento seria por parte do CREA. Entendo, meu caro presidente, deputado Paulo Azi, e demais componentes desta CPI, que deveríamos estender o leque de participação, em princípio, às pessoas que sugiro, mas poderão ser complementadas ou suprimidas – se esse for o entendimento dos demais componentes.

A colocação inicial que faço é essa, para a apreciação dos demais componentes desta CPI.

O Sr. Paulo Azi:- Deputado Gaban, submeterei a solicitação de V. Exª ao Plenário. Sugiro o seguinte: que possamos aprovar a primeira oitiva desta CPI por um representante do Procon até para que a CPI receba de maneira oficial a quanto andas a situação das reclamações com o sistema de telefonia. Encaminharei, se assim for o desejo da comissão ofícios aos representantes dos Ministérios Públicos Estadual e Federal para que participem da CPI. Acho que a presença deles só se justifica quando ocorrer algum tipo de oitiva, algum tipo de participação de algum convidado ou colocado a esta CPI e, da mesma forma, ao CREA.

Quero, também, sugerir, já conversei informalmente com o deputado relator, deputado Joseildo, ele também acena de maneira positiva essa questão, que esta comissão poderia tirar uma representação e três deputados, se for o caso, possa discutir até mais e se for o desejo menos, para fazer uma visita nos outros estados onde esta CPI já foi instalada. Até para que se tenha um conhecimento de como andam as investigações e os levantamentos de informações para nos subsidiar. Com isso, possamos ganhar tempo nos nossos trabalhos enquanto CPI da Telefonia.

Só submeterei a apreciação da comissão a oitiva do representante do Procon; o encaminhamento dos ofícios aos outros representantes do Ministério Público para terem assento na CPI; e, logo depois, abro a palavra para os demais membros da comissão e representante do CREA.

Os deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Com a palavra o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Deputado Paulo Azi, demais colegas da CPI da Telefonia, sugiro que pudéssemos, também, ouvir as contribuições – sem

dúvida nenhuma – do ex-ministro, presidente do Supremo Tribunal Federal, Ayres Britto, tendo em vista que o ex-ministro foi o relator de algumas ações que as empresas de telefonia ingressaram junto ao Supremo, alegando a inconstitucionalidade da lei que acabava com a tarifa assinatura dos telefones fixos e móveis em vários estados. Ele foi o relator, tem conhecimento muito grande sobre a questão da telefonia e da própria legislação. Acredito que poderia dar uma contribuição muito grande a esta CPI. Até porque aprovamos uma lei na Bahia e está sendo questionada no Supremo. Então, as empresas de telefonia conseguiram uma liminar – ainda não foi julgado o mérito da questão central da Bahia –, e o ministro Ayres Britto tem uma contribuição muito grande nesse sentido.

Dessa maneira, eu gostaria de sugerir que fosse chamado, que fosse convidado o ex-ministro Ayres Britto, ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, que tem um acúmulo muito grande sobre essa temática, para que ele pudesse falar um pouco sobre essa questão, que é um dos principais problemas que vivemos, hoje, no que se refere à telefonia.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Álvaro Gomes, acredito ser pertinente o pleito de V.Exª. Apenas quero ponderar que, talvez, fosse conveniente a vinda de Ayres Britto a esta Comissão num momento em que já tivéssemos conhecimento da real situação em que se encontra a telefonia, até para que nós, com os dados que tenhamos em mãos, possamos buscar os demais esclarecimentos com o ex-ministro.

Portanto, eu acho que é um nome importante que pode dar uma contribuição a esta Comissão, mas a minha sugestão é que fique para um momento em que tenhamos dados mais maduros de todo o sistema de telefonia. Se for o desejo de V.Exª, podemos, inclusive, aprovar, aqui, o convite ao ex-ministro, mas reservando a sua vinda à CPI para um momento que o Plenário achar mais oportuno.

O Sr. Álvaro Gomes:- Concordo com V.Exª. Neste caso, ficará a cargo da presidência o momento de convidá-lo, mas gostaria que já aprovássemos a vinda do ex-ministro Ayres Britto.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Elmar Nascimento.

O Sr. Elmar Nascimento:- Presidente, inicialmente, eu estava preocupado com a quantidade de deputados presentes. Quando da instalação desta Comissão, fiz uma reunião com o Líder do governo, com V.Exª e com o relator, mostrando a minha preocupação.

Eu quero deixar bem claro que a responsabilidade do funcionamento da CPI... Nós vamos dar a nossa contribuição. Em razão disso, eu escalei os dois parlamentares mais experimentados da nossa Bancada, mas a responsabilidade é do governo. O quórum para o funcionamento de qualquer Comissão é de cinco deputados, e temos apenas duas indicações, o presidente, que é V.Exª, e o deputado Gaban. Temos um recesso pela frente, e a CPI vai parar. Inclusive eu alertei o Líder do governo que só se justifica instalar a CPI neste instante, ao invés de no reinício, em fevereiro, se houvesse o comprometimento dos que forem indicados para a CPI de ela funcionar, inclusive, no recesso. Não há justificativa, faltando pouco mais de um mês para o recesso, para instalar uma Comissão, se ela ficar parada, sem funcionar por dois meses, quando o seu prazo máximo de funcionamento é de seis meses. Isso prejudicaria os trabalhos. Contudo, o Líder do governo garantiu o funcionamento, quando do início da sessão.

Hoje, aqui, temos apenas mais quatro membros, e eu fico preocupado, porque, numa eventual necessidade ou na impossibilidade de alguém estar presente, só os mesmos membros não garantirão o funcionamento da CPI. Portanto, trago essa preocupação.

Com relação ao que o deputado colocou, quero fazer uma aditamento. Esta Comissão tem competência para examinar a relação de consumo, a relação do consumidor com as empresas telefônicas. Não podemos analisar a concessão, porque essa é uma competência da Anatel, do Ministério das Comunicações, e, na eventualidade de uma investigação no Parlamento, da Câmara ou do Senado Federal. Ficamos limitados, aqui, à relação de consumo ao tipo de serviço que está sendo prestado por essas telefônicas.

Para que tenhamos conhecimento de como as coisas estão acontecendo na Bahia, foi importante a sugestão do deputado Gaban de ouvirmos o Procon. Eu queria aditar esse requerimento, no sentido de que fosse oficiado o presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia para que

solicitasse às varas especializadas de defesa do consumidor e para que nos informasse o número de ações existentes contra as operadoras do sistema de telefonia fixo e de celular, todos que são objeto do escopo da relação de consumo desta CPI.

Em razão dessa quantidade... Às vezes, as pessoas não recorrem ao Procon, para que seja tomada uma medida mais rápida, a exemplo de uma liminar para retirada do nome do Serasa ou esse tipo de coisa, indo direto à Justiça. Aí seria importante até para compararmos os números do Procon com os números dessas varas de defesa do consumidor.

Dessa maneira, de posse desses ofícios, talvez seja interessante que ouvíssemos os próprios juízes titulares dessas varas de defesa do consumidor para eles dizerem não só a quantidade, mas os tipos mais comuns de reclamações e de ações movidas contra essas empresas de telefonia para que tenhamos um diagnóstico. Acho importante a ideia de V.Exª de visitarmos outros estados para vermos de que forma eles avançaram mais rápido. Mas precisamos, paralelo a isso, termos um diagnóstico completo dessa relação de consumo existente entre essas companhias telefônicas e os consumidores do Estado. O ponto de partida principal seria o Procon, sugerido pelo deputado Gaban, e as varas especializadas do Tribunal de Justiça de Defesa do Consumidor. Não sei se é uma ou são duas varas de Defesa do Consumidor, mas podemos nos dirigir ao presidente do Tribunal de Justiça para que ele possa nos informar. No próprio diário do Poder Judiciário podemos ter acesso as oitivas dos juízes. Fica essa sugestão de levantemos esses dados primeiro e de posse dessas informações poderemos começar os trabalhos efetivos das oitivas.

Poderemos ouvir os juízes titulares, pois eles poderão nos dar um diagnóstico melhor sobre o que ocorre com essas empresas.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):-Com a palavra o deputado Sidelvan.

Sr. Presidente, pegando a fala do nobre colega o deputado Elmar Nascimento, acho que essa comissão teria uma dinâmica maior, até porque nós deputados conhecemos todos os dados, nem reclamações, nem as ações que são dirigidas ao Ministério Público, muitas delas ao Procon. Na minha opinião, um dos primeiros trabalhos que temos que fazer nesta comissão, Sr. Presidente, é levantarmos todos os dados e de posse dos mesmos partirmos para uma outra fase, ou seja, chamar as pessoas responsáveis para nos dar as informações mais precisas com relação a isso.

Deputado Elmar e deputado Gaban, acho que seria interessante, também, chamar a delegada responsável pela Delegacia do Consumido, que faz as blitzen. Essa delegacia fica no mesmo prédio do Codecon. É importante trazer essa delegada para que possamos trabalhar em conjunto com ela. Não só a pessoas responsável pelo Procon, como também trazê-la para participar dessas oitivas e até nos ajudar. Fica essa sugestão de levantemos esses dados primeiro e de posse dessas informações poderemos começar os trabalhos efetivos das oitivas.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o deputado Cacá Leão.
Deputado Paulo Azi, nobres colegas deputados, faço coro ao que foi dito, aqui, pelos meus colegas. Apesar de estarmos vivendo um dia atípico no trânsito de nossa cidade por conta de algumas intervenções no entorno do Centro Administrativo da Bahia – um belo trabalho que o prefeito de nossa capital tem feito de recapeamento da nossa malha viária, mas que tem causado alguns transtornos para quem tem tentado se locomover – recebi telefonemas de colegas que estão tentando chegar a esta Casa, porém estão presos no trânsito. Tenho certeza absoluta que isso não atrapalhará o funcionamento da CPI, como também do sucesso do nosso trabalho.
Quero deixar três sugestões de pauta: a Anatel, órgão regulador da nossa telefonia; a Superintendência no governo do Estado da Bahia, no corpo da Secretaria da Infraestrutura, que faz a regulação, controla, cuida das concessões das redes das televisões e faz o contato com as operadoras de

telefonia móvel; e ouvirmos, também, o sindicato das operadoras. Todos esses segmentos podem contribuir bastante com os nossos trabalhos.

Deixo, também, como sugestão, aqui para V.Exªs uma visita à comissão que têm funcionado na Câmara de Deputados. Eu acho que termos uma noção de Brasil, antes de nos aprofundarmos e antes de visitarmos os Estados que têm esta mesma CPI funcionando seria de grande valor para nossos trabalhos. Acho que V.Exª, como presidente, deputado Paulo Azi, poderia fazer contato com o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que está em funcionamento na Câmara de Deputados e nós irmos a Brasília fazer uma visita e trocarmos as experiências que eles têm obtido ao longo dos meses que tem realizado o trabalho na Câmera de Deputados.

O Sr. Paulo Azi:- Agradeço a V.Exª, deputado Cacá Leão.

Resumindo, antes de submeteremos à apreciação do Plenário: a aprovação da visita desta Comissão a outros Estados e à Câmera Federal, para levantarmos dados e informações acerca do andamento dessas CPIs; oitiva do ex-ministro Aires Brito, dos representantes do Poder Judiciário das varas da Delegacia de Defesa do Consumidor do Estado da Bahia; representantes da Anatel; a superintendência do governo do Estado Ligada à energia e comunicação e à telefonia; o representante do sindicato das empresas de telefonia. Deputado Álvaro Gomes sugere o representante do Sindicato dos Trabalhadores.

O Sr. Gaban:- Antes porém, Sr. Presidente, gostaria de fazer rápidas colocações.

Primeiro, acho que a idéia de V.Exª de entramos em contato, visitarmos os estados em que a CPI foi instalada acho de fundamental importância. Até porque acho que um trabalho integrado entre todas as CPIs pode nos levara chegarmos a um resultado prático e objetivo que é o interesse de todos nós da Comissão.

Acho também a idéia do deputado Elmar interessantíssima, solicitarmos e irmos até os juízes que tratam de assuntos desta natureza, até porque as

demandas jurídicas estão indo para o Tribunal. O nosso Líder está dando uma notícia que saiu, parabenizar o Tribunal de Justiça peça escolha. Acho que neste momento de descrédito da Justiça da Bahia e até de uma série de suspeitos com relação ao que tem ocorrido, a eleição do desembargador Eserval veio em um momento importantíssimo. Acho que um desembargador que está fora de qualquer tipo de suspeita, tem seriedade, responsabilidade e o compromisso de valorização do Tribunal de Justiça acho que é bom para a democracia e vai ser bom para a sociedade baiana. Então a solicitação é pertinente.

A minha preocupação, deputado Álvaro, com relação ao que V.Exª colocou, que foi até interessante, de convidar o ex-ministro pra vir aqui. O importante para nós, até pongando, deputado Elmar, no que V.Exª , é que temos que estabelecer um foco, porque o número de assuntos de uma CPI fica muito diversificado. Acho que o inicial, isso até nos convites, nas visitas que temos que fazer e nas pessoas que virão aqui na Casa, deve ser a qualidade da prestação de serviço, esse deve ser o foco. É isso que tem motivado, acima de tudo, as reclamações que existem no PROCON. Nós sabemos que estamos aí pela cidade e a ligação cai, é um negócio assustador.

Na realidade não estamos tendo... os investimentos que estão sendo feitos. Hoje em dia, deputado Cacá, estará se fazendo a manutenção corretiva, não há mais manutenção preventiva, acabou. Então por isso temos que saber como focar para termos resultado.

Com o passar do tempo, depois que tivermos todos os elementos necessários em termos de qualidade da prestação de serviço, a gente desvia para outros assuntos, também pertinentes e importantes como esse que V.Exª, deputado Álvaro Gomes, colocou. Mas acho que de imediato, esse contado, deputado Cacá, que V.Exª sugeriu, com a CPI de Brasília é importantíssimo, bem como o sugerido por V.Exª, deputado Paulo Azi, de visita onde estão funcionados CPIS. Acho que isso vai dar um norte para nós.

Também, calcados no pronunciamento do PROCON que deve trazer elementos aqui, acho que a gente começa a ter um trabalho e ter algum resultado.

São essas as colocações que eu faço.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a V.Exª, submeto a voto as sugestões das oitivas aqueles relacionados anteriormente. Os deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Vou tentar um contato com o representante do PROCON, para ver se já na próxima semana esta CPI receberá o superintendente ou o seu representante a esta Comissão. Daí, acho que poderíamos discutir administrativamente a conveniência de se fazer oitivas conjuntas. Poderíamos avaliar se na oitiva do representante do PROCON, se era conveniente ouvirmos também, se fosse o caso, o juiz da Vara de Defesa do Consumidor do Estado. Isso é algo que poderemos internamente discutir, se tenta fazer uma oitiva já com a vinda dos dois ou se só faz em datas diferentes. Aprovadas as oitivas vamos definir um cronograma de convite a cada um deles. Deputados gostariam de colocar algum assunto, algum tema, ainda?

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):-Com a palavra deputada Fátima Nunes.

A Srª FÁTIMA NUNES:- Bom dia a todos, quero saudar o presidente desta CPI, deputado Paulo Azi, nosso deputado que está na Mesa Cacá Leão, demais deputados presentes, membros da Comissão e reafirmar que não deverá causar preocupação ao deputado Elmar Nascimento a instalação desta Comissão e os trabalhos durante este período até porque sendo uma comissão mista, que proporcionalmente tem deputados da Oposição e da Situação, mas quero dizer que há também os suplentes, que no meu caso sou suplente da comissão e tenho grande interesse por este trabalho, porque é muito ruim para o consumidor de qualquer região, seja na capital, seja no interior onde a gente circula. Mas está se falando em comprar aparelhos caros, pagar a conta e não ter o sinal.

Então, é preciso a gente chamar atenção de quem oferece o serviço para ser de qualidade ou então dizer que não tem. Porque em algumas cidades só existem os telefones e a aquisição dos aparelhos, mas a linha praticamente não funciona. Como é o caso de Pedro Alexandre, Santa Brígida, Canudos e a agente sabe que é preciso responsabilidade por quem oferece o serviço.

Portanto, quero reafirmar aqui a minha contribuição com a minha presença tanto como suplente, mas também no dia em que algum membro da

nossa Base necessitar de uma presença para cumprir aquela ausência, porque sabemos que dia de Quarta-feira, por exemplo, é dia que as pessoas têm outras comissões, também, e a depender da necessidade da presença em outra comissão eu estarei aqui para dar conta e aprovar, ….hoje não tenho direito a voto, porque a comissão está completa, ….Ah, Euclides está faltando? Então, eu também quero votar a favor das proposições que foram feitas até agora e me comprometer com os trabalhos.

Muito obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a V.Exª, deputada Fátima.

Com a palavra Deputado Mário Negromonte.

O Sr. MÁRIO NEGROMONTE:- Sr. Presidente, quero agradecer e me desculpar pela demora, pois estava na SEI debatendo sobre a questão do limite territorial de Ibirataia e quando envolve questão de recursos, quebra de receita, então coloram um pouco o debate, mas acabou tudo bem.

Na verdade, Sr. Presidente, já me passaram aqui o que foi debatido e a questão de quem iria se convidar para participar das comissões , V.Exª poderia reforçar a importância do Ministério Público Estadual e Federal , o PROCON estarem presentes nas comissões, para que a gente possa ao final dos nossos trabalhos de 6 meses, como está previsto, a gente poder fazer como os outros estados, as outras CPIs estão fazendo assinando um TAC, inclusive, cobrando neste TAC multa diária pelo não cumprimento dos compromissos desse termo de ajuste e conduta com as empresas.

Então, é este encaminhamento que faço e fazendo coro aqui aos outros deputados aqui que já levantaram este posicionamento.

Agradeço.

O Sr. Paulo Azi:- Excelência, esse assunto, deputado Mário, já foi tratado nas comissões, já foi aprovada a participação do Ministério Público com esta comissão.

Não havendo mais assunto a tratar, com as presenças dos deputados Paulo Azi, Mário Negromonte, Álvaro Gomes, Cacá Leão, Gaban, Sidelvan, Fátima, às 10h48min, declaro encerrada a presente sessão.

Relato da **3ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia,** realizada em 04/12/2013.

Resumo: Oitiva com o professor Doutor Costa e Silva, engenheiro especializado na área de telecomunicações.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Havendo número legal, abro a terceira reunião ordinária da CPI da Telefonia. Com a palavra o nobre relator, deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Bom dia a todos e a todas. Iniciando os trabalhos, quero saudar o nobre presidente, deputado Paulo Azi, os demais presentes, companheiros deputados e a deputada Fátima Nunes. Na realidade, esta reunião é onde eu acho que devam ser tratados os passos iniciais da estruturação, da sistematização dos trabalhos desta CPI. Estamos aqui com a presença do procurador da Casa, Dr. Thiers, que vai subsidiar os trabalhos. Tenho alguns informes considerados importantes porque tratei, coube-me a incumbência de tratar com dois Estados que já avançaram no processo da CPI, concluíram-nas com as especificidades de cada uma. Trouxemos aqui alguns informes, meu e do deputado Paulo Azi que pode, inclusive, depois da minha fala, passar alguma informação que ele considere interessante. Eu e o deputado Paulo Azi fomos tratar com a administração da Casa acerca da cessão de pessoal, acesso a informações especializadas, contatos, e do ponto de vista de material, pessoal e equipamentos nós tivemos informação da administração local que estaria garantido pessoal para secretariar.

Solicitamos da Secretaria da Infraestrutura e da Agerba, oficialmente, a cessão de dois funcionários especializados. A correspondência já seguiu. Isso foi negociado com o secretário da Infraestrutura do Estado da Bahia.

O deputado Paulo Azi solicitou a presença do Dr. Thiers, subsidiando e assessorando os trabalhos da CPI. Equipamentos e outros materiais serão colocados à disposição, e nós, também, naquela oportunidade, colocamos da necessidade que teríamos de locomoção, passagens aéreas e tudo isso ficou acertado. Portanto, a Casa estaria colocando isso à disposição.

Depois dos contatos, meus nobres deputados, senhores e senhoras aqui presentes, eu não tenho dúvida de que teremos que ter um lugar para além da Sala Luís Cabral para tratar das questões operacionais e administrativas dos trabalhos, porque não vai ser possível a gente ter essa concentração de trabalhos em qualquer um dos gabinetes ou qualquer outro espaço da atividade legislativa, por conta do volume das informações que haveremos de tratar.

Eu trouxe e passarei oficialmente para todos os membros uma sugestão de Regimento Interno baseado naquilo que foi encaminhado nas outras CPIs, principalmente na CPI do Estado do Paraná que só tratou dos serviços de telefonia móvel. Portanto, é diferente de nós. Então, estaremos mandando para todos os membros uma cópia para que eles se debrucem sobre essa sugestão de Regimento Interno, onde aqui constam as competências dos diversos membros, a partir do presidente, do relator e dos demais membros, a possibilidade de segmentar a comissão em subcomissões específicas, na necessidade que houver, atribuindo também sub-relatorias.

A questão das ausências. Prevenindo que não haja solução de continuidade dos trabalhos e tratarmos da permanência ou não dos membros que sistematicamente faltem aos trabalhos. Além disso tem todo um critério de organização das sessões, hierarquicamente, por exemplo, em relação à leitura, discussão da ata da reunião anterior, leitura sumária de expediente. Ou seja, uma sistematização do trabalho, de sorte que haja toda uma liturgia de trabalho na comissão para que estabeleçamos o nível de formalidade que essa empreitada requer.

Aqui também existe uma proposta de Secretaria-Geral da CPI, que tem composição sugerida. Essa composição pode ser ajustada à realidade que considerarmos mais adequada e também a necessidade que teremos de apresentar formalmente um plano de trabalho, principalmente nós, porque estamos à beira do recesso. Deveremos estar com algumas dificuldades de presença, já sabíamos que isso poderia ocorrer, e esse plano de trabalho será também disponibilizado, deputado presidente Paulo Azi, para que todos opinem e que seja objeto de discussão e aprovação nas próximas ou na próxima reunião.

Existe também aqui a previsão de sistematizar a documentação e o arquivo dos feitos da CPI de forma digitalizada, gravação de oitivas e taquigrafia, que é um serviço especializado. Mas também tem uma sugestão que considero por demais importante, que é garantirmos transparência e, acima de tudo, interatividade com a sociedade. A CPI ter a permeabilidade, transparência e a capilaridade no ato de buscar o sentimento que a sociedade tem, enquanto receptora dos serviços que estão sendo reclamados, os órgãos de proteção ao consumidor e que todos nós temos

Para tanto a experiência do Paraná foi exitosa, eles locaram, durante um tempo determinado, um micro-ônibus, uma unidade móvel com uma estrutura e com toda a assessoria, visitando previamente as diversas regiões do estado, e aí no caso poderíamos seguir essa orientação para estabelecer essa interface para que possamos sentir, efetivamente, como é esse serviço, sua qualidade e o sentimento da população nas diversas regiões. E precisamos definir com uma certa brevidade as visitas que deveremos fazer aos outros estados, principalmente naqueles estados que já concluíram a sua

Quero dizer que entrei em contato com os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, e a prontidão, a receptividade e a vontade de se colocar à disposição do pessoal é total. Portanto, eles estão apenas aguardando a nossa sinalização para nos receber de maneira formal e nos coloquem as informações que eles têm.

De antemão, adiantando que os resultados concretos das atividades da CPI nos dois estados foram evidentes, abraçada pela população, e isso resultou em TACs junto ao Ministério Público Estadual e Federal e os órgãos de Controle e Fiscalização, principalmente a Anatel, além da aceleração do plano de expansão e melhoria efetiva de qualidade, inclusive, deputado presidente, a cada serviço, a cada melhoria, as empresas reportaram que o encaminhamento dessas decisões se deveu ao TAC, se deveu ao conjunto de encaminhamentos decorrentes das atividades das CPIs.

Portanto, temos, com as especificidades do Estado da Bahia, a possibilidade de realizarmos um bom trabalho, desde que saibamos da nossa responsabilidade de encaminhar os trabalhos, mesmo tratando-se de um momento de recesso. Eram essas as palavras iniciais que queria colocar para todos e também me colocar à disposição para algum esclarecimento acerca do que acabei de relatar.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o deputado Mário Negromonte.

O Sr. MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR:- Sr. Presidente, quero parabenizar esta comissão. Pelo que ouvi do relator, gostaria de concordar e parabenizar pelo material que foi entregue, ainda não tive condições de ler todo, mas boa parte está de acordo com o que vem acontecendo nos outros Estados. Sabemos do sucesso que foram as reuniões, as comissões, as visitas in loco às CPIs de outros Eu quero fazer um adendo, Sr. Presidente, pedindo ao relator para que já fizesse uma retificação em relação ao art. 3o, que fala sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia. A CPI tem como presidente o deputado Paulo Azi, mas também tem vice-presidente, estou exercendo a função, para ela fui eleito. Gostaria de que fosse incluído o nome, pois nós tivemos uma participação para poder fazer a CPI vir para a Bahia, tivemos uma articulação e nos sentimos até mais valorizados, porque só quem gosta de ser

vice na verdade é o Vitória. (risos) Agradeço, Sr. Presidente, parabenizo V.Exa, o relator e também o presidente pela iniciativa.

O Sr. Joseildo Ramos:- Quero agradecer ao deputado-vice-presidente, com muita honra, deputado Mário Negromonte Júnior, e dizer que esse é resultado da pressa, e esse material é para isso, para que efetivamente se corrijam as omissões, as lacunas. Temos uma oportunidade única de melhorar aquilo que se fez nos outros Estados. Peço desculpas, a nossa intenção é exatamente fazer isso. Obrigado, deputado Mário Negromonte.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- A CPI recebe, deputado Joseildo, formalmente, os documentos encaminhados por V.Exa., inclusive um apanhado que az sobre todo o sistema de telecomunicações do nosso País, com informações referentes às questões legais do próprio processo de concessão, e também recebe a proposta de funcionamento desta CPI. Encaminharemos cópias deste documento a cada membro para que todos possam inteirar-se do seu conteúdo e ao mesmo tempo apresentar sugestões para que possamos, se possível, já na próxima semana aprovar esta proposta de V.Exa, e assim esta CPI ter um cronograma e um modus operandi do seu funcionamento.

Quero registrar que ontem tivemos oportunidade de participar de um encontro realizado nesta Casa, promovido pela Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados, com a presença do deputado federal Colbert Martins, que tratou dessas questões ligadas à telefonia e que hoje, nobre deputado relator, ocupa a ordem do dia de todas as discussões, principalmente em referência às relações com os consumidores.

Aqui, ontem, tivemos a oportunidade de ouvir a Anatel, o representante do Ministério das Comunicações e ouvir também diversos representantes de cada uma das operadoras. Portanto cada dia me convenço mais da importância do funcionamento desta Comissão e tenho a convicção de que possamos, efetivamente, trazer respostas a muitas questões e presentear a sociedade com a melhoria da qualidade do serviço, o aumento da abrangência do sistema

de telefonia em nosso Estado e a cobrança para que haja também um aumento dos investimentos dessas operadoras. Enfim, estou convicto de que esta Comissão pode dar uma resposta concreta à nossa sociedade.

Esta presidência fez, conforme aprovado na reunião anterior, contatos com o CREA do nosso Estado, que se colocou com total boa vontade para participar desta Comissão. Existe inclusive um conselheiro técnico formado na área de engenharia elétrica, especializado nessas questões, o Dr. Costa e Silva, que está presente aqui, para nossa satisfação. Ele foi, inclusive, indicado pelo deputado Gaban, membro desta Comissão e nós vamos ter a satisfação de ouvi-lo, porque sabemos da contribuição que o Dr. Costa e Silva pode nos dar. Convido V. Sa a fazer parte da Mesa para que possamos iniciar a sua oitiva.

Com a palavra o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes: - Acho que esta CPI irá dar grandes contribuições. Como o Dr. Thyers falou, temos muitas atribuições nesta CPI, principalmente a de fiscalização. Na realidade, acho que a experiência nacional da CPI da Telefonia é positiva, e aqui devemos aprofundar diversos temas, desde a questão dos abusos, de maneira geral, à questão das cobranças. E quero comentar um pouco sobre uma lei aprovada aqui na Assembleia legislativa que propunha o fim da tarifa de assinatura dos telefones fixos e móveis do Estado da Bahia. Na realidade, vários Estados aprovaram essa lei e em um dos Estados do Norte essa lei já entrou em vigor, passou a ser cumprida, e depois o Supremo suspendeu, alguma coisa nessa linha, mas ela chegou a ser cumprida. Nessa questão da tarifa de assinatura, muitas questões foram alteradas, a tarifa social, as próprias empresas de telefonia alteraram muito nesse sentido, mas ainda é um grave problema para a sociedade essa tarifa de assinatura, apesar de ter melhorado muito.

Então, no caso da lei na Bahia, teria até que dar uma pesquisada melhor, saber em que estágio se encontra, mas o Supremo Tribunal julgou algumas leis similares, não são exatamente iguais, mas bem parecidas, que tratam da

questão da tarifa de assinatura, e na época o relator foi o Ayres Brito, ex-presidente do Supremo Tribunal. E o relatório dele foi muito bem fundamentado, muito consistente. Foi um relatório pela constitucionalidade da lei. Infelizmente, naqueles casos daquelas ações e leis que estavam em discussão, o relator ex-presidente do STF foi voto vencido, e aí prevaleceu...

No caso da Bahia, precisaríamos acompanhar melhor, ver como se encontra essa situação, porque envolve a questão da legislação, dessa lei questionada no Supremo. E também há questionamentos no meio jurídico sobre a legalidade dessa cobrança do ponto de vista não apenas da lei, mas até independentemente desta. Existindo a lei ou não, há questionamentos e há fundamentação técnica e jurídica sobre a questão da legalidade da cobrança da tarifa assinatura, abordar, discutir e ver um pouco como se encontra esse quadro nacional e local. Então, acho que esse é um tema que a gente precisa também acompanhar, Outra coisa. É só uma dúvida, nobre relator: no caso, a Secretaria Geral, estou entendendo aqui que é um órgão técnico de funcionários da Casa ou de outros órgãos, e o coordenador geral seria um técnico também e tal. É isso?

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Não. Mas poderíamos requisitar.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Da forma como está aqui, seria um quadro

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- A ideia, deputado Álvaro, é de que vamos encaminhar a cada um de V.Exas a proposta do nobre relator para que possam se dedicar um pouco a ela. Assim, na semana que vem, faremos um debate mais minucioso e então a aprovaremos com as alterações que porventura forem sugeridas.

O deputado Joseildo quer se pronunciar antes do Dr. Costa e Silva.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Antes da fala do Dr. Costa e Silva, gostaria apenas de lembrar, para que definamos tudo até o término desta reunião, as visitas

que já definimos fazer aos outros Estados que concluíram os trabalhos. Estarei também enviando - esqueci de comentar - uma proposta de plano de trabalho para que adiantemos junto com o material e todos avaliem, se posicionem, a fim de que possamos discutir e aprovar aquilo que na média seja o sentimento de todos nós. E também uma proposta, que estarei discutindo com o nobre presidente, de definição da estrutura necessária aqui entre nós, porque devemos preocuparmos com essa situação, tendo em vista ser preciso que o apoio logístico e de pessoal necessário em função da magnitude dos trabalhos que estarão sob a nossa responsabilidade esteja estabelecido, definido de maneira oficial para que possamos desenvolver a contento o nosso trabalho. Era só isso, nobre presidente, que eu queria deixar aqui como pedido.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- As visitas aos outros Estados da Federação já foram inclusive aprovadas por esta Comissão. Acho que precisamos tentar, se for o caso, formar duplas até para que possamos ser mais rápidos nessas visitas. E dentro da disponibilidade de cada uma dessas duplas, se for o caso, já na próxima semana tentarmos definir algum tipo de cronograma. Mas aí podemos no próprio contato pessoal entre nós tentar definir essa agenda para que possamos avançar já a partir da próxima semana.

Com a palavra o deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobre deputado Paulo Azi, prezado relator, vice-presidente, enfim, todos os membros desta CPI, gostaria em primeiro lugar de parabenizar este início de trabalho, já mostrando a seriedade e o compromisso desta Comissão com aquela reunião de ontem, a mesa-redonda na qual eu vi uma grande representação das operadoras e também de órgãos do governo federal. Foi uma mesa-redonda patrocinada pelo deputado Colbert Martins. Acho que foi uma reunião educativa para todos nós. Eu como cidadão, em primeiro lugar, e depois como deputado estadual vou acompanhar esta Comissão porque é um tema que interessa muito à minha região, Vitória da Conquista. Lá tivemos oportunidade de fazer duas ou três audiências públicas em parceria com a Câmara de Vereadores tratando desse assunto.

Inclusive gostaria de antecipar, para não tomar o tempo desta CPI, porque ouviremos o representante do CREA, Dr. Roberto da Costa e Silva, a minha solicitação para que dentro do cronograma, do calendário dela possamos fazer um encontro assim em Conquista e região, também em parceria com a Câmara Municipal. O vereador Fernando Vasconcelos é um presidente que tem feito muito trabalho coletivo em prol particularmente deste tema lá, a telefonia móvel rural.

Pela exposição de ontem, há uma série de indagações. A Claro foi a vencedora da banda larga e vai ser a responsável pela implantação do serviço na zona rural. Inicialmente aqueles 30 quilômetros. Enfim, é um tema que interessa a esta Comissão, além, evidentemente, de ser o seu centro, a qualidade dos serviços. Temos também lá já um debate sobre a regulamentação dos sites das operadoras, porque a lei local é extremamente exigente. Uma lei de 12, 15 anos atrás, quando todo mundo tinha medo duma possibilidade de propagação da onda magnética na cidade. Uma espécie de temor. E gradativamente as análises científicas vêm demonstrando que, na verdade, há um pouco de imaginação nessas crenças. Mas tudo isso poderá ser pauta desta reunião.

Então gostaria, para concluir, de registrar o meu apelo, a minha sugestão para que esta Comissão possa, Sr. Presidente, inscrever na sua pauta, na agenda, uma visita a Vitória da Conquista.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço ao nobre deputado Zé Raimundo e quero aqui registrar que, embora ele não seja membro efetivo desta Comissão, desde a primeira reunião tem-se feito presente às oitivas. Tenha a certeza de que, com o compromisso que esta CPI tem de funcionamento, daqueles deputados que efetivamente não demonstrarem interesse em participar, iremos aos Líderes partidários para que façam a substituição. E também tenha a certeza de que o presidente desta Comissão vai sugerir o nome de V.Exa para que possa ser um seu membro efetivo e assim dar uma grande contribuição aos trabalhos dela.

A deputada Fátima Nunes gostaria de usar a palavra.

A Sra FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, quero, desejando bom-dia a todos e todas que se fazem presentes neste momento dos trabalhos da CPI da Telefonia, parabenizá-lo pela atuação na presidência. E ao deputado Joseildo Ramos pelo seu início na Relatoria. Sei que fará um grande trabalho. Não vou esquecer do nosso vice-presidente, deputado Mário Negromonte Júnior, e dizer que não aceito que o Vitória fique sempre de vice. Em breve será o primeiro. Saúdo a todos os deputados dizendo que é de grande importância esta CPI porque trata de um serviço valioso no tempo de hoje, o qual a Ciência e a Tecnologia nos permitiram, e os consumidores a cada dia estão mais ávidos e mais necessitados dessa comunicação. Sei o quanto é válido assistirmos a tudo que se passa nos outros continentes. Eu, por exemplo, tenho a minha filha lá em Londres e venho usando sempre o FaceTime para falar com ela vendo a sua fisionomia e os meus netos, praticamente brincando com eles no quintal. Então, reconheço que isso para uns chega até com um pouco mais de oportunidade e facilidade. Mas não é a mesma coisa para todos.

Então a importância desta CPI para investigar, contribuir e dizer às operadoras que todos os consumidores que pagam têm o direito. Eu, por exemplo, tenho minha mãe, Maria Oliveira, que está aqui ao meu lado hoje e mora um pouco do tempo comigo. Quando não está comigo, está com minha irmã lá na comunidade da Taquara, em Paripiranga. E é uma labuta para poder conseguir falar com ela. Mesmo que esteja com o aparelho na mão, ela fica vigiando qual é o canto da propriedade, qual é o canto da casa onde o sinal vem até ela para poder se comunicar comigo.

É assim em vários outros lugares do nosso território. Eu vejo também que com o advento do celular, que é muito importante, praticamente aqueles aparelhos que serviam como ponto de comunicação nos lugares mais distantes, os chamados orelhões, não existem mais. E a gente continua sendo solicitado por comunidades mais distantes, por exemplo, na beira do São Francisco, na

margem do Vale do São Francisco, num município que é também uma origem nossa, Sento Sé, onde há muitas pessoas que ainda não conseguem ter um telefone, uma linha. Os satélites não alcançam até lá. Portanto, há uma necessidade de encontrarmos meios para aqueles consumidores, aquela população se comunicar.

Sou suplente, na verdade, na Comissão. Ainda não tenho direito ao voto, mas marcarei presença em todas as sessões. E, se algum deputado tiver desejo de cumprir outras tarefas e se afastar desta CPI, estarei aqui à disposição para ser

Muito obrigada, e um bom dia para os nossos trabalhos.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- A deputada Fátima, justiça seja feita, também tem tido uma presença constante nesta CPI. Eu vou convidar para fazer sua palestra o Dr. Roberto da Costa e Silva. Ele tem um vasto currículo, é graduado em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com especialização em Administração Pública pela Universidade Católica do Salvador e mestrado em Energia Elétrica pela Universidade Federal da Bahia, além duma vasta experiência profissional pela Telepar e a Promon Engenharia. Trabalhou na Telebahia, é professor daUniversidade Federal, da Faculdade FTC, da Faculdade 2 de Julho, tem livros publicados - Ruídos em Circuito, Sistemas de Telecomunicações, Eletromagnetismo Aplicado, A Telefonia e a Investigação Policial, Física das Radiações, Cálculos Numéricos, Propagação de Ondas.

Foi também conselheiro da Câmara de Engenharia Elétrica do CREA de 2004 a 2009. Fez cursos de especialização em diversos países, como Alemanha, Japão, Estados Unidos, sobre sistemas de equipamentos de telecomunicações. Coordenador do sistema de telecomunicações da Polícia Civil da Bahia, uma importante experiência que V.Sa tem nessa área. Foi conselheiro do Confea de 2010 a 2012 e atualmente é conselheiro do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia daqui da Bahia.

É uma satisfação, Dr. Costa e Silva, recebê-lo nesta Comissão. Tenha certeza de que nós desde já, antes mesmo da fala de V.Sa, sabemos da importância da sua participação de nos trabalhos desta CPI e é bem possível que outras vezes gostaremos de contar com a sua presença, principalmente quando os debates ocorrerem com as empresas responsáveis pelas operações desses sistemas de telefonia do nosso Estado. O deputado Joseildo, se assim quiser, pode ter o assento no plenário para uma melhor visibilidade da palestra do Dr. Costa e Silva, que está com a palavra.

O SR. ROBERTO DA COSTA E SILVA:- Bom, fui solicitado pelo deputado Gaban, porque somos colegas na Telebahia, a apresentar um resumo da telefonia para que todos tenham um conhecimento da origem até chegar aos problemas atuais que a gente enfrenta. O deputado Álvaro fez aquela lei e fiz a sua parte toda técnica. Agora vou de novo mostrar onde acho que a gente pode agir e as dificuldades que vai haver. Não quero ser pessimista, mas é complicado porque a situação já atingiu um grau que não se resolve da noite para o dia.

Eu particularmente, vocês vão ver, tenho um site, participei quando o Se tiver chato, avisem que adianto. Porque fiz uma coisa didática aproveitando uma palestra que já havia apresentado. Vou mostrar um histórico das telecomunicações, uns fatos técnicos por que temos que agir sobre a banda larga, uns fatos econômicos, em redes convergentes.

Entro na teoria para poder mostrar onde é a chave dos problemas. O primeiro registro de sinalização de comunicação data de 430 a.C. Os gregos usavam cinco tochas que combinavam, formavam uma letra do alfabeto e, assim, se comunicavam nas batalhas. Em 150 a.C. de novo há um relato de um sistema de comunicação por meio de sinais de fogo. Veja que a comunicação à distância é bem antiga.

Em 1793, Claude (?) Na França já tinha o que são hoje as torres de comunicação que funcionavam com sinais de luz em torres instaladas e

espaçadas a cada 15 km e a França toda já tinha comunicação. Em 1829, inicia-se o serviço postal no Brasil. Em 1843, Morse envia a primeira mensagem de telégrafo numa linha de 64 km entre Washington e Baltimore. Em 1851, é instalado o primeiro cabo submarino entre Dover, na Inglaterra, e Calais, na França. Esse cabo desde 1841 que eles tentavam instalar, mas entrava água e a comunicação parava. Usaram a borracha para isolar e a coisa funcionou. Em 1852, olhem a data, naquela época tínhamos o primeiro sistema de telégrafos do Brasil. Em 1866, Phillip (?) inventa um transmissor de sinais que foi o precursor do telefone. Em 1866, a Europa e os EUA já eram interligados por cabos submarinos. Em 1871, esse senhor Antônio Meucci inventa o telefone. Isso só foi conhecido há cinco ou seis anos, até então era Morse.

Em 1875, a gente se liga com Portugal por um cabo submarino. Em 1876 Bell reinventa o telefone. Em 1878, é inventado o microfone a carvão, usado até hoje, e a Bell Telephone Comany é fundada. Em 1979, são instaladas as primeiras mesas telefônicas simultaneamente na França e nos EUA. Aí está o mapa de 1906, mostrando que os continentes já eram interligados. Em 1881, nós instalamos a primeira central no Brasil. E na mesma época o Sr. Ericsson que fabricava telefones, resolveu fabricar uma central e a instalou. Em 1882, é proposto o telégrafo sem fio, teoricamente tem essa data. Em 1885, é fundada a TIT. Em 1889, o Sr. Stronger, agente funerário, inventa a central telefônica. E ele o fez por uma simples razão, ele achava que a telefonista estava desviando defuntos para o concorrente. Ele queria um negócio que funcionasse sem interferência humana. Lembro-me muito bem que no Campo da Pólvora peguei essas mesas telefônicas.

Em 1913, é inventada a válvula. Em 1914, Armstrong inventa o rádio AM. Em 1920, é inventada a primeira evolução da central telefônica. Em 1921, incia-se a era do rádio com a entrada em operação, nos Estados Unidos, de uma primeira rádio comercial. E, em 1928, entra em operação o primeiro sistema telefônico móvel de comunicação da polícia em Detroit. Eu visitei essa delegacia, quem for lá sugiro que a visite, na entrada, tem um pequeno museu.

Em 1934, o Sr. Armstrong, o mesmo, inventa a rádio FM. Em 1937, Philips inventa o PCM iniciando a era digital. Em 1945, incia-se a era da televisão. Somente em 1947 é que apareceu o transistor. Em 1948, Shannon publica a sua teoria matemática da comunicação que permitiu a evolução da telefonia digital. E está aí hoje. Hoje, o que se transmite não é a voz, são amostras da voz. Tudo aí virou, agora, digital.

Em 1946, inicia-se a era dos computadores; em 1962, a IBM lança o 7094; em 1965, aparece o primeiro mini; em 1972, o chip 8080, quem é da área ou quem é engenheiro, lembra-se há livros sobre isso; em 1990, a internet começa a ganhar força com o início do protocolo QoS, vou mostrar o que é isso; em 1993, aparece o www. Hoje, ninguém vive sem, mas olhe o que apareceu em 1993. Em 1993, apareceu o Pentium I; em 1996, é iniciada a telefonia via internet; em 1997, o Pentium II; em 2004, o Skype entra aqui no Brasil. Em 1982, entra em operação na Espanha e não nos Estados Unidos o primeiro serviço de celular. Em 1983, aparece em Chicago, nos Estados Unidos. Em 1990, o GSM que hoje todos nós usamos entrou em operação na Europa. Em 1990, a internet começa a ser conhecida; e, em 1991, o TDMA, que já está em desuso, entrou em operação nos Estados Unidos.

Em 1991, no Rio de Janeiro, entra a operação do Sistema AMPS. Caiu fora e o primeiro faliu, o segundo está em operação. A primeira coisa a se notar é que em 1991 a gente entrou em operação o sistema celular AMPS na Bahia. E já na Europa e nos Estados Unidos existia o sistema digital. Então, por que não fomos logo para o sistema digital? Eu tenho um livro perguntando e nunca ninguém respondeu. Fomos um dos únicos países do mundo que tinha todos os sistemas de telefonia móveis, todos. Por isso essa salada que está aí.

Em 1993, entra em operação, em Salvador, o sistema celular. Na época, ainda era a Telebahia comum, depois a Telebahia celular que hoje ficou Vivo. Em 1995, entra em Hong Kong o sistema CDMA que nós tínhamos e que a Telebahia desativou. Em 1977, que apareceu a fibra ótica. Em 1996, é

promulgada a lei 9.295 que permite a privatização dos serviços de telecomunicação do país. Em 1997, é proposta a Lei Geral das Telecomunicações.

Resumo: as comunicações a distância se iniciaram há mais de 2 mil anos e eram móveis. Desenvolveram-se como fixas até 1980. Tendem a se tornar móveis novamente. As comunicações se iniciaram com códigos, evoluíram para voz e hoje são dados que podem ser voz ou imagem. Agora fatos técnicos. Quando, em Salvador, iniciou-se a telefonia celular, acho que a maioria de vocês aqui se lembra, era mais fácil se conseguir um celular do que uma linha fixa. Então, quando entrou a telefonia celular, a demanda por telefone, nossa, estava longe de ser atendida. O celular, desde o início, substituiu o telefone fixo. Eles foram lançados na faixa de 850 megabytes. Como ficaram muito populares, a sua expansão foi inevitável e foram para a faixa de 900, 1.800, 1.900 e o 4G fantasma está em 2.500.

A perda de propagação nas faixas altas é cerca de 7 a 10 DB maior do que 850 megabytes, DB é a unidade boa de pedir aumento. Se quero três DB de aumento, significa o dobro. Para vocês terem uma ideia, a perda de propagação por causa das faixas é tremenda. Isso é que faz com que lugares onde antes você falava, hoje você simplesmente não fala. Para poder fugir do preço, nós temos até telefone que tem quatro chips. Quanto mais chips você colocar no telefone, menos qualidade ele tem. Ou seja, você necessita mais potência para ele funcionar, alcança áreas menores. A potência de recepção aumenta com a velocidade de transmissão. Então, se você quer ter alta velocidade, você necessita uma potência maior.

(Alguém fala de forma inaudível)

É porque você já está no limite do alcance. A coisa certa seria ele cortar e tu não receber nada. E as companhias não fazem nenhum tipo de manutenção preventiva, isso acabou. Aquele artigo que escrevi para o deputado Álvaro na época, estou tentando mostrar onde a gente pode, realmente, pegar os caras.

Aí está uma linha telefônica de quem tem internet e quem não tem internet. A única coisa que a companhia faz é instalar um equipamento na tua casa e outro na central, na rede ela não mexe. Então, o investimento é menor. O terceiro eu vou ler: “Digno de se notar é que a qualidade e a velocidade da banda larga dependem da bitola e da conservação da linha telefônica que atende ao usuário. Deste modo, existem usuários para os quais a linha telefônica não tem a bitola necessária ou sua conservação deixa a desejar. E, deste modo, esse assinante não consegue ser atendido pelo serviço de banda larga.” Isso é o que mais vocês veem. Você não pode ter, ou você só pode ter 300 quilos ou 600 quilos.

(Alguém fala de forma inaudível.)

Não fazem. Inclusive, a gente pode simplesmente obrigar que ele bote em paralelo. Posso contar o que aconteceu ontem e faço as reclamações, mas não tenho mais poder de polícia. Então os assinantes estão divididos em duas categorias, os que podem ter banda larga e os que não podem ter banda larga. Todos nós estamos divididos nessas duas categorias. Contudo, todos nós pagamos o mesmo preço da tarifa. Então, o que eu queria? Uma coisa simples, como são serviços distintos, não posso ter o mesmo preço. A minha sugestão é que mantenha até aquela droga daquela tarifa fixa só que diferenciada. Teria um fator de redução. Dou um exemplo, se a Oi fornece até 30 megabytes para Rio e São Paulo, esse seria o teto daqui. Se ela oferece 30 megabytes aqui, ela cobra a mesma tarifa, se ela aqui só oferece 10 megabytes, ela cobraria 1/3 ou metade da tarifa. Isso é legal e juridicamente possível. Porque, se você fizer isso, eles seriam obrigados a investir no Nordeste simplesmente para manter renda. Se ele quer manter a renda atual que tem, ele tem que providenciar que isso seja atendido.

Quanto mais no Norte pior. Estive em Rondônia, ano passado, pelo Confer, é incrível, a internet em Rondônia é de escada, só tem internet perto da Venezuela porque vinha via Hugo Chávez, agora é outro. Aí é outra camada. Como banda larga é uma coisa antiga, se define que a partir de 256 é

denominado banda larga. Então, 256 quilos, ou seja, 1⁄4 de mega e eu tenho banda larga. É bom que a gente alerte a população porque temos uma banda larga de mentira.

O tráfico da telefonia celular é alto porque o mesmo é usado como substituto do fixo. Com o aumento do tráfico, sua expansão foi feita em frequências que aumentaram as perdas e introduziram mais ruídos nos aparelhos. A introdução de novas torres não foi suficiente e o sistema se degradou, principalmente o que se chama de banda larga.

Sr. Joseildo Ramos: Eu queria chamar a atenção porque uma das coisas, Paulo, que mais chamou a atenção na reunião de ontem, que você se referiu há pouco em que um fato foi levantado por todas as quatro principais operadoras, em função de um verdadeiro cipoal, um verdadeiro emaranhado de legislação acerca das questões de antena. E que me parece que tem muito a ver com o desconhecimento e aí eles estão dizendo: olha, nós precisamos de antena e fez uma comparação com o que existe hoje na Itália e com o que existe hoje no Brasil. E estamos tendo problemas e precisamos de ajuda porque a lei é municipal e nos municípios a lei é uma loucura. Um dos principais resultados da CPI nos outros estados é o caminho da universalização no Estado dessas leis. Isso de fato acontece?

O Sr. Roberto da Costa e Silva:- Deputado, isso acontece. Agora, em setembro, fui em Singapura, representando o Brasil, dar uma palestra que foi submetida e aceita, porque foi a única palestra alertando sobre os problemas de radiação. Aí é interessante, se vocês quiserem, posso até, apresentei essa palestra na Fanor, agora em outubro, a convite da Fanor de Vitória da Conquista, onde mostrei o que estou defendendo para que a gente se antecipe aos problemas. Eles têm razão mas não existe um consenso mundial sobre níveis de radiação. Existe sobre radiação ionizante, sobre a não ionizante não existe.

Eu alerto que a Organização Mundial de Saúde que até então negava evidências, a partir de 2011, agora não sou mais eu quem está dizendo, é a OMS: a radiação ionizante foi classificada como 2B, que significa possivelmente carcinogênica. Então, temos que lutar para níveis baixos. É isso que eles não querem, porque nível baixo significa mais torres, mas menos potência. Aí depende da norma.

O Sr. Joseildo Ramos:- Menor ou igual a tanto, eles não querem, é isso?

O Sr. Roberto da Costa e Silva:- É isso, porque aqui na Bahia, na época, eu fui inclusive convidado e participei, e na época as duas telefônicas participaram e aceitaram, nós fixamos em 9 volts por metro. O que a Anatel pedia eram 52 volts por metro. Olhem a diferença. A Rússia tem 2 volts por metro, a Itália tem 6 volts por metro, a Suíça 4 volts por metro. Evidente que quanto mais volts por metro for, menos investimento será necessário. E isso vai ser o tema do futuro, uma vez que a gente equacione água, equacione ar, vai ser radiação. Infelizmente, o Plano de Banda Larga, lançado em maio de 2010, não está funcionando. Para vocês se lembrarem, a maioria ainda se lembra do AMPS, com velocidades de 9.600, 4.800.

Tem a propaganda do 4G, e não temos nem 2,5G. Não funciona. Aí está o anuncio feito em uma das conferências que eu fui em Bogotá, Colômbia, onde o Brasil era usado como exemplo. Aí, você fica constrangido, fica quieto, porque no papel existe, mas não funciona na prática. 4G seria 54 megabits. É fácil medirmos isso, porque fui ouvido, via CREA, para a CPI do Rio Grande do Sul.

Estão aí as velocidades: celulares, 2,5G, 144 a 384, 3G seria 2 megabits, e o Ouvir a população é ótimo, porque você vai ouvir as queixas da população, dizendo o que não funciona. Mas você pode medir, dar um gato, não é caro. Se eu ainda estivesse na Telebahia, na UFBA, até me ofereceria, porque na época fazíamos isso com os alunos, íamos aos bairros medir.

Somos o único Estado, até hoje, que fez o mapeamento da radiação. O CREA fez isso em 2002, 2003, em parceria com a UFBA. A ideia era repetir todo ano, ou de 2 em 2 anos, para poder ver o nível de radiação, o que está acontecendo.

O Sr. Paulo Azi:- Esse processo de medição é algo simples? Existe algum

tipo de equipamento especializado para isso?

O Sr. ROBERTO DA COSTA E SILVA:- Existe. Já tenho 68 anos, tenho firma com meus filhos na qual temos equipamento que mede e grava para fazer cobertura de televisão e cobertura de sinais. É simples, não é complicado.

O Sr. Álvaro Gomes:- Então, poderíamos fazer essa medição em pouco

O Sr. ROBERTO DA COSTA E SILVA:- Sim, porque você tem um Falando em matemática, quero ver discordarem, porque quando fui às reuniões, e fui a várias com as teles, normalmente são cinco, seis advogados que vão para um engenheiro. A coisa inverte-se. Todos viram essa notícia no jornal A Tarde do dia 28 de novembro? Peço a Assembleia que ligue, porque ele está nos conclamando a ligar para o 0800 e pedir R$ 13.500,00 de recompensa, porque o sistema de telefonia não funciona. Está no jornal A Tarde de 28 de novembro. Recortei, porque achei que havia alguém mais. Esses são slides que tirei das apresentações que participei, mostrando que a banda móvel, ou ter banda larga de qualidade ajuda o país a se desenvolver. Os investimentos em TICs explicam o crescimento do PIB de um país entre 10% e 24%.

Para cada aumento de 10% na penetração da banda larga o crescimento econômico aumenta cerca de 1,3%. A expansão da banda larga é responsável por um aumento de empregos na ordem de 2% a 8%, por causa do mercado digital. O aumento de 1% dos usuários da internet é responsável por um aumento de até 4,3% nas exportações. Previsões. As comunicações tendem a ser convergentes, basta acessar tudo de um único terminal: voz, dado e

imagem. Para mim, as teles vão acabar, elas só transportarão sinais de televisão e de dados. Vamos ver se terei razão ou não!

Aí está o crescimento. Vejam o Brasil, estamos atrás do Uruguai, Argentina, Chile e México. Essas são as metas americanas. Vamos fazer 1/3 disso e adotar aqui. No mínimo, gostaríamos de mostrar isso. Isso é Obama. Olhe onde estamos. Esse é o futuro: redes convergentes, energia alternativa, escritório virtual e ensino a distância. Redes convergentes é um guia, tudo internet. Esse que é OS, é aquilo que temos de lutar. É por isso que, às vezes, não falamos, o vídeo trava, porque não tem qualidade. Isso é um sinalzinho que vem junto com o sinal que indica que tipo de mensagem está sendo enviada, se é voz, se é dado. Então, dado é o único troço que funciona bem. O resto, trava. Lá tem essa largura de banda e perda de pacote. Eles apresentem os dados sobre isso. A Anatel tem de exigir.

Aí está o que é o sistema celular. Aqui é interessante: adaptável ao tráfego. Maior tráfego, células menores. Células menores significam mais torres. Está aí o que é tráfego, é quanto tempo você leva ocupando um canal. E aí você vê umas propagandas absurdas. Fale o dia inteiro! Aquela do trote de Ronaldinho para o outro. Aquilo é um absurdo, uma zorra daquela. Aí o tráfego, que é variável. Então, o que eles fazem na propaganda? Eles procuram induzir as pessoas a falarem. Aqui, ou aqui. Por quê? Porque não tem tráfego. É um equipamento está sobrando. Está aí o grau de serviço. Aí está como é que a coisa funciona. Aqui está a central, tem um cabo, vem para um armário, vem para um cabo, till drop, chega até aqui. Os nossos maiores problemas estarão aqui e aqui, para fixo, já que não há manutenção. Está aí como é que é o acesso. Essa caixinha aqui, que é o último terminal na nossa casa, deveria ser trocada com a fiação a cada 3 anos. Cada um diz quando é que foram à casa de alguém trocar alguma coisa. Eu falo porque fui da Telebahia. Eu fui Telepar e Telebahia. Àquela época, a gente fazia. Está aí, todo mundo que mora em prédio tem uma zorra dessa. Isso é aberto, é o armário, e, aí, oxida, principalmente em Salvador.

A maresia aqui era tão alta que as televisões de um fabricante eram testadas aqui. Aqui é o número de canais, aqui é a capacidade de tráfego e aqui é a qualidade. Então, se tu tens uma capacidade de 84, você tem essa qualidade. Com a maior qualidade, isso cai para 75. Então, você vai botando assinante, vai botando assinante, vai botando assinante, ninguém está controlando, ninguém está medindo.

A capacidade de transmissão de dados, evolução do sistema, por que ocorreu? Essa eu botei só para botar os 144 e 384, só para escrever. Aqui, eu botei por essa aqui, questão chave. Quantos usuários podem ser atendidos simultaneamente a uma taxa alta? Alguém tem de medir, alguém tem que fiscalizar. Aí estão os principais problemas. Aí, o que é que latência e o que é gitter? Latência é atraso; gitter é essa abertura. Skill, vocês podem ver isso, às vezes, no sinal da tevê. Você nota que tem a imagem e eles estão falando. E está completamente maluca as duas coisas. Por quê? Porque o áudio está aqui e o vídeo está aqui. Resumo: cobertura insuficiente para maiores velocidades, não cobre em todas as áreas, tem baixa capacidade de tráfego. Tem planos mirabolantes. Só ajuda a eles. Propaganda enganosa. Não existe fiscalização. Péssimo serviço de manutenção. Está pra lá de péssimo. A pessoa que foi à minha casa ontem, coitado do menino – nem multiteste tinha! Ele tinha um fone de ouvido! Como é que vai funcionar? Quem poderia ajudar? Primeiro, o Conar para explicar o que ele está fazendo, porque não... É o Conselho Nacional de Auto-regulamentação Publicitária. A Anatel. Eu fui indicado para conselheiro da Anatel pelo Confea, em 2010, mas eu perdi, eu não fui aceito, porque eu tenho... Eu gostaria muito, porque eu seria uma voz lá, mas não consegui.

Fui indicado pela engenharia, mas não... E o CREA. Por que nós podemos ajudar? Porque podemos multar os caras! Nós podemos agir multando, mas para isso a gente precisa de apoio, porque o CREA não tem poder de polícia. O cara deixa um agente nosso esperando a vida eterna. Agora, vocês têm! Quem quiser, eu tenho esses artigos “Crise na Telefonia”, “Fiscaliza Anatel”, “Torres em Alto de prédios” – a situação piorou novamente – e eu tenho o artigo “Life Contour Protection”, em inglês. Aí está o meu site, se alguém quiser

me dar a honra. Está aqui! E eu tenho outro artigo interessante: “Sem Juros”. A gente deveria convidar a Insinuante, o “Ricardão”, as Casas Bahia para serem nossos ministros da Fazenda, porque eles conseguem vender tudo sem juros. Obrigado.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Professor Roberto, o senhor poderia disponibilizar para a CPI esse material?

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Dr. Costa e Silva, eu gostaria de agradecer imensamente a V.Sa. Há duas questões que eu gostaria de levantar, para ouvir o que V.Sa. tem a dizer sobre isso. Em todos os levantamentos que são feitos com relação à queixa dos usuários que utilizam o sistema, a grande maioria das queixas se refere à cobrança indevida. As operadoras dizem que essas queixam existem em tamanha monta muito pelo desconhecimento dos usuários com relação àquilo que ele próprio contratou. A pergunta que lhe faço é a seguinte: será que é possível estudar algumas alternativas para que, pelo menos, essa cobrança seja mais transparente? Para que, pelo menos, as pessoas, os usuários saibam, efetivamente, o que estão contratando e o que está utilizando para efeito de pagamento? Essa é a primeira questão.

A segunda questão – o senhor chegou a abordar isso e o próprio deputado Joseildo Ramos também avançou um pouco no tema – é com relação à questão das antenas. As operadoras, inclusive isso foi colocado, ontem, na reunião que houve, se queixam de uma enorme dificuldade de proceder o aumento da implantação dessas antenas, em razão de diversos fatores de ordem ambiental e de ordem legal, inclusive. Existe até uma proposta de uma lei federal para abordar esse assunto. Não sei se o senhor tem alguma contribuição, do ponto de vista legal, para dar a esta CPI, com relação ao limite de competência ou se é possível que uma lei estadual possa... Aliás, como disse até o deputado Joseildo Ramos, em outras assembleias isso foi proposto, mas queria ouvir um pouco V.Sa. sobre esse assunto. Quero saber se, efetivamente, é isso mesmo, porque, pelo que foi colocado, as operadoras têm o desejo de fazer a implantação, mas estão limitadas por questões, como

disse, de ordem ambiental e de ordem legal e por dificuldades no manejo da infraestrutura. É isso mesmo ou o senhor discorda dessa questão? vou usar das palavras agora, não.

O Sr. Joseildo Ramos:- Pela ordem, Sr. Presidente, para sistematizar. Para que nós façamos um bloco de duas, três, até para dar mais conforto ao Dr. Costa e Silva. Falarei depois do deputado Álvaro Gomes.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Dr. Costa e Silva, vamos ouvir o deputado Álvaro Gomes

O Sr. Álvaro Gomes:- Primeiramente, gostaria de agradecer, publicamente, a contribuição do professor Roberto Costa e Silva. Quando estávamos na luta contra essa questão dos preços e da velocidade da banda larga, o professor Roberto Costa e Silva fez um parecer técnico que fundamentou a ação com que ingressamos na Justiça e ganhamos. A Justiça julgou favoravelmente, porque, na realidade, a velocidade da banda larga da Oi aqui – não lembro exatamente a velocidade – era menor do que a velocidade no Rio de Janeiro e outros Estados, mas o valor era, absurdamente, maior aqui na Bahia, em comparação com o Rio de Janeiro. O professor Roberto Costa e Silva provou que a estrutura era a mesma e, portanto, não se justificava essa diferença de preço. Ingressamos com uma ação na Justiça através do Iapaz, reivindicando, exatamente isto: que o preço daqui não fosse superior ao preço do Rio e que o sistema tivesse a mesma velocidade, e nós ganhamos. Eu quero, mais uma vez, agradecer, publicamente, ao professor Roberto Costa e Silva por sua generosidade com a luta do consumidor e do Iapaz, que ingressou com essa ação na Justiça, beneficiando a população. Os problemas ainda existem, mas naquele momento, foram resolvidos e isso beneficiou a população.

Queria pedir, nobre presidente Paulo Azi, que essa fundamentação do professor Roberto Costa e Silva fosse integrada ao acervo da CPI, porque serve como documento para possíveis ações na Justiça, como também para fiscalização.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Vou solicitar ao Dr. Costa e Silva que disponibilize esses documentos apresentados. Tenho certeza de que outras contribuições o Dr. Costa e Silva nos dará ao longo dos trabalhos da CPI.

Com a palavra V.Exa, Dr. Costa e Silva.

O Sr. Roberto da Costa e Silva:- A primeira foi sobre a propaganda. Na época da Telebahia, quando o sistema era estatizado, tínhamos vários índices que deveriam ser cumpridos todo mês. Um deles era o número de reclamações do assinante. Evidentemente não somos um País que tem um nível cultural grande, pelo contrário, estão aí os dados do último IPEA mostrando que estamos lá na rabeira. Se você alia isso com esses planos doidos que estão aí, não dá para entender. Como podemos agir? Queremos planos claros! Que eles apresentem planos claros! Por isso que é interessante a participação do Conar, para que a coisa se torne clara. Caso contrário você contrata uma coisa e eles não lhe dizem, em momento algum, que o contrato é de um ano. Você se arrepende dois meses depois e eles querem cobrar um ano. Essa é a reclamação mais frequente. Mas você já assinou! Está lá! Acho que podemos agir nesse sentido. Queremos planos claros, ou seja, que se fique bem claros os planos e não essa coisa de quantos minutos ou quantos torpedos e quantos vocês faz. Sei lá...

Quanto a outra das torres, não é bem assim...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Dr. Costa e Silva, então, na visão de V.Sa, a grande quantidade de queixas existentes é fruto de uma relação contratual não muito clara.

O Sr. ROBERTO COSTA E SILVA:- Não muito clara, exatamente. Veja a zorra da propaganda da empresa – acho que é Net – onde apresenta o preço e, depois de 10 segundos, apaga. Se você olhar aquilo, só vale por três meses. A propaganda não fala isso. Está passando na televisão. Olhem. Vamos gravar

isso e mostrar. Então tu contratas. E quando tu vê, se lascou. Aquilo são só os três primeiros Tanto isso é verdade que a Sky lançou a propaganda dela dizendo: “Olhem, a minha vale.” Isso tem de acabar. Na minha opinião, tem de acabar o sem juros. Que zorra é essa? O cara tem de dizer “prestação fixa, juros embutidos”. Não. Ele diz “sem juros”. Chama os caras para serem ministros.

Torres? Não é bem assim. Traga os engenheiros e vamos para uma reunião. O que há – e isso vocês podem notar – é que se você é Vivo, eu sou Claro e o senhor é Oi, uma dificulta ao máximo a ligação para a outra. Isso é desde a época da Telebahia, quando começou. É para poder dizer: “O meu funciona e o seu não funciona.”

Então, o que eles têm de fazer é compartilhar. Isso é o que eles fazem mas não com muito boa vontade. Compartilhem as torres existentes e, aí, a gente ajuda. E informe direito sobre a radiação! Não iluda! Estive em uma palestra, há dois meses, convidado pelo edifício. Chegaram via UFBA. Sou aposentado, mas ainda estou lá. Eles viram meus artigos e me chamaram. Aí, você vai dar uma palestra, porque as pessoas não são bobas, as pessoas acessam Internet e, nela, estão lá todos os dados. E eles não informaram. Só informaram que são 51 volts por metro. Mas não informaram que existem outras normas. E a coisa funciona. Sou fabricante de antenas. A única fábrica de antenas do Norte-Nordeste é minha. Lasco-me porque estou aqui na Bahia. Então, eu tenho interesse de vender antena e vou continuar vendendo antenas. É tudo uma questão de potência. Ele tem de colocar menos potência e satisfazer a norma. É só isso. A coisa funciona com 2 volts, com 4 volts, com 6 volts, com 9 volts. Agora, se você implantar um sistema com 51 volts, como você se adapta as de 9 volts? Aqui na Bahia, já são 9 volts por lei estadual e já era cumprida, repito, aqui era cumprida. Hoje, eu não sei mais. Aí, tem de chamar a prefeitura aqui para dizer, porque é ela quem autoriza. A Anatel é só questão de legalidade e se o cara tem autorização. Quem autoriza que a torre seja construída em determinado local é a prefeitura.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- O senhor tem conhecimento da existência de uma dificuldade do ponto de vista legal, das legislações municipais sobre essas questões da implantação da...?

O Sr. ROBERTO da COSTA e SILVA:- Tem. A Bahia foi a única que fez uma lei estadual. Quanto ao resto todo, são leis municipais. Um dos artigos que abordo é, exatamente, isso. Então, tu tem lei municipal adoidada aí, porque a lei federal é muito ampla e está desatualizada desde 2011.

O que a gente faz? Nós éramos UFBA e fazíamos o controle. Mas eu me aposentei em 2004. Desde que eu saí, a vaga na UFBA foi fechada. E a UFBA não faz mais as medições que fazíamos para todas as teles. E a prefeitura vivia lá na UFBA usando os nossos dados. Resultado, a prefeitura não vai mais, pois a UFBA não está medindo mais. E, aí, essa é a situação. Fiz até um artigo, qual seja, Torre em Alto de Prédios. Esse último aí, devido a minha visita. Descobri que o negócio piorou, ou seja, voltou a ser como no início.

Tenho fotos incríveis que a gente tirou como a de você chegar na janela do prédio e bater na antena com a mão. Eu tenho as fotos. A última medição que eu fiz dentro do Shopping Iguatemi deu 27 volts por metro. Um absurdo! Cadê as medidas? Quem está fiscalizando? É a prefeitura. Temos de solicitar para que a prefeitura execute estas medidas. É possível que o sistema funcione com baixa potência. E, com a contribuição nossa, facilitaríamos que eles se juntassem. Que usem a mesma torre, porque, realmente, é uma disputa violenta por espaço.

O Sr. Joseildo Ramos:- Presidente, o Dr. Roberto Costa e Silva dá esse breve relato. E só agora, no momento em que senhor está aqui entre nós, como muito pouco tempo, o senhor chamou a atenção para uma série de pontos que, a meu ver, como leigo, são pontos nevrálgicos nesta discussão. Então, existem algumas feridas que, necessariamente, requerem um instrumento desse que tem poder de polícia e precisam, efetivamente, botar o dedo.

E a nossa proposta vai nessa direção sem nenhuma fantasiosidade, sem busca de mídia de holofotes, mas um trabalho sério que cuja as consequências, efetivamente, apareçam como já apareceram em outros Estados onde o leque do trabalho investigativo da CPI é inferior ao nosso.

Há uma pergunta. O senhor, atualmente, é conselheiro do CREA de uma área especializada que está entre as entidades que deverão estar articuladas com o nosso trabalho em função da especialização do tema; a academia também; os órgãos de defesa do consumidor, o Ministério Público, enfim. A pergunta é: o nosso trabalho vai na proporção direta da capacidade que vamos ter de decodificar essas verdadeiras caixas-pretas que, para nós que somos leigos, não alcançaremos este viés de especialização que precisamos. Estaremos chamando o CREA, que estará conosco. E a pergunta será: “O senhor poderá estar à nossa disposição para nos assessorar nesses caminhos, enquanto estiver durando este encaminhamento desta CPI da Bahia, que pode ter um diferencial deste processo?”

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Zé Raimundo.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, Dr. Roberto, é muito simples essa minha segunda intervenção, pois é sobre os reforçadores de sinais. Vejam, há um clamor nas comunidades rurais, nos distritos, nos povoados, na tentativa de captar uma sobra de sinais, enquanto não chega aí a nova regulamentação. Qual a opinião do senhor? Eu gostaria de ouvir, porque tivemos uma audiência em nossa cidade. Temos, mais ou menos, um esboço. Mas é como o senhor falou, pois, muitas vezes, vende-se gato por lebre e a gente fica, ali, meio confuso nesta linguagem, nesse contexto científico.

O Sr. ROBERTO da COSTA e SILVA:- Deputado, funciona só que é tecnicamente... É um projeto difícil, porque a antena de recepção tem de estar separada da antena de transmissão. E, no meio, fica o equipamento. E se isto não for feito, não adianta. Então, isto funciona. Vou citar um fato. Eu era emprestado. Fiquei 15 anos na polícia emprestado pela universidade quando

Chico Neto era secretário de Segurança. Tinha uma fazenda, quero dizer, tem uma fazenda perto de Cícero Dantas. E eu disse para ele:

“Chico, aproveita agora enquanto é secretário, porque você nunca vai ter telefone celular na fazenda.” E, até hoje, ele não tem, repito, até hoje ele não tem. Entenderam? Até hoje, ele não tem. Infelizmente, não ampliaram. Eles desativaram, botaram no lixo o sistema

AMPS, que poderia ter sido ser utilizado nas localidades menores, onde se avisaria que o sistema, a internet, seria só até14 kilo e teria uma tarifa diferenciada. Não, botaram tudo no lixo para usar o digital. Resultado: nós não temos cobertura no interior, e é isso que revolta, ver essa propaganda maluca. Eu disse que não ia ter 4G na coisa num artigo publicado 6 meses antes. Saiu publicado na revista Info. Não vai ter. Na Copa, não vai ter. Vai ter no estádio. Não tem como.

O Sr. PAULO AZI:- Eles, ontem, anunciaram que haveria em Salvador, Feira de Santana e Porto Seguro.

O Sr. ROBERTO:- Então, vamos ver. Eu quero a cobertura... Porque hoje funciona assim: você coloca uma estação e diz que está cobrindo Salvador . O 4G aqui está em 2,5 Giga, como V.Exa viu. Há cobertura menor. O do americano, é comum, a pessoa vai nos Estados Unidos compra o telefone 4G, que está em 700 megas, e quando chega aqui não funciona. Então, tem que avisar que não se compre porque não vai funcionar. Eles estão tentando agora tirar as últimas emissoras de TV da faixa de 700 megas para poder implantar aqui o 4G aqui em 700 megas, que vai mais longe. Então, coloca-se uma torre e se cobre uma área maior. Isso ninguém avisa. Então, o que vocês podem fazer de concreto e não machuca ninguém: quando eles disserem que tem cobertura... Lembram-se de que a Telebahia distribuía um mapinha mostrando onde tinha cobertura? Eu era de lá. “Diga onde é que cobre”. Eu falava da minha casa, em Itacimirim. Hoje não falo. Eu tenho que sair para o jardim.

A antena foi virada para a Praia do Forte. A sua explanação é o que está acontecendo, e como eu sou técnico, sou da área, sou do CREA, eu recebo inúmeras solicitações. Eles têm que dizer, simplesmente, a verdade. Não é assim. Não vamos ter 4G em zorra de cobertura nenhuma. Quando ele vier para cá, o senhor pergunte: quantas estações? Onde são? Vamos medir. Se a gente medir, eu lhe digo: “Olhe, em 2.500 tem tanto, em coisa tem tanto e em coisa tem tanto. Aí eu quero ver o argumento. É técnico. Eu fui de lá.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Dr. Roberto, me perdoe a insistência, mas a pergunta que eu fiz foi muito objetiva. O senhor respondeu à pergunta do deputado Zé Raimundo e eu queria saber da questão do CREA, já que o CREA vai ser

O Sr. ROBERTO:- O CREA tem a câmara hidrelétrica, a câmara de mecânica, a câmara de civil e a câmara de metalurgia. São câmaras específicas. Quando a gente fez a sua solicitação, eu fiz, ela foi aprovada na câmara de elétrica e foi aprovada pelo plenário. Então, o senhor pode dizer que aquilo foi aprovado por todos os engenheiros da Bahia. Eu posso falar pela câmara de elétrica, da qual sou membro. Temos o máximo prazer, porque a ideia do CREA é ajudar a população contra a má engenharia, e o CREA é visto como um troço que só multa as pequenas empresas. Quando é que nós vamos estar ajudando? Nesse caso específico, nós estamos ajudando porque estamos esclarecendo, diminuindo o mau emprego e o mau uso da engenharia. Ninguém vai viver sem celular. Eu sou bem claro. Na minha palestra, eu consegui passar. É isso. Nós caminhamos para sistema sem fio. Agora, vamos caminhar de uma maneira correta. Quem esteve em Nova York, me traga a foto de uma antena. Não vão achar, porque elas estão dentro dos prédios, nas janelas, escondidas, e é legislação de lá.

O CREA ajuda...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputada Fátima.

A Sra FÁTIMA NUNES:- Presidente, parabenizo-o pelo trabalho, parabenizar o doutor, vou estudar também essas matérias que o senhor trouxe hoje. Na verdade, estou percebendo que a nossa tarefa vai muito além do que pensamos ao iniciarmos o trabalho. Na verdade, ela tem o objetivo de melhorar, transformar, fazer uma revolução no serviço que já existe pela ciência e pela tecnologia, mas que, pela lei do mercado e do lucro, termina a gente comprando um serviço que não está bem estruturado para nos oferecer.

Portanto, vamos ter os prós, os que estão dizendo que está ótimo, mas vamos ter os contra que não vai ser brincadeira, vamos nos preparar, porque as futuras audiências vamos ter aí, quem sabe, até a própria força da internet contra o que estamos falando aqui. Eu queria só fazer uma observação, acho que já foi feita esta pergunta observo o seguinte: há zonas, há regiões que o sinal favorece uma onda maior, por exemplo, e outras são bem curtos. Sempre fico falando aqui na região de Alagoinhas com o deputado Joseildo Ramos que nem mesmo até chegar à Polícia Rodoviária Federal, que não é uma área urbana, uma área de indústrias, e a gente já não tem mais o sinal.

No entanto, quando vou a Euclides da Cunha, vou até Monte Santo falando. Às vezes cai numa região, como se fosse uma baixa de sinal, mas a gente consegue, muito mais quilômetros. Aí, não sei se é por conta da linha, que é Vivo, Claro, Tim ou OI, ou se é por conta também do próprio sinal, porque acredito que na tecnologia é possível fazer essa integração de sinal. E alguns lugares não têm nada ainda, têm só o aparelho, como é o caso de Santa Brígida que é OI, Pedro Alexandre que é OI Coronel João Sá que é Vivo, mas são todas linhas que as pessoas compram os aparelhos e pagam a conta, mas, na verdade, falam quase nada, procurando ir a outra cidade vizinha para usar o telefone.

Então, vou ter que me ausentar, mas estarei atenta a participar. Acho que esses órgãos de fiscalização, de controle devem vir aqui também para prestar contas, porque eles estão deixando, digamos assim, correr tão folgado sem as exigências da lei e as exigências do compromisso com o consumidor. A

questão da radiação, também acho que vale um debate bastante longo sobre esse aspecto, porque pelo que entendi quanto mais antena mais radiação, se eu entendi direito ou o contrário, dependendo dos megas.

O Sr. Presidente (Paulo Azi):- Quero agradecer ao Dr. Costa e Silva a presença de V.Sa, a disponibilização do material. Nós iremos, oficialmente, solicitar ao CREA a participação de um membro daquele conselho, e tenho certeza que V.Sa. será o indicado, até por sugestão da nossa Comissão, para que possa, sempre que possível, sempre que tivermos oitivas que o tema seja interessante a participação de V.Sa., eu gostaria sempre de contar com a presença de V.Sa e, claro, os convites serão feitos de forma oficial por esta Comissão. Quero, antes de encerrar, solicitar ao Dr. Thyers, que é o procurador da Casa que acompanhará todos os trabalhos desta Comissão, para que, Dr. Thyers, V.Sa se debruce sobre as questões, principalmente relacionadas à legislação. O próprio Dr. Costa e Silva falou que existe no Estado da Bahia uma lei estadual, seria importante que tenhamos levantada essa lei e como a legislação como um todo trata dessas questões, principalmente das competências, se de prefeituras, e aí é legislação municipal, se estadual e também como interage tudo isso com as questões da nossa legislação maior.

Dito isso, o deputado Joseildo Ramos vai nos encaminhar os documentos que foram apresentados a esta comissão, para que possamos indicar e encaminhar a cada membro dessa comissão e para que possamos, na próxima semana, debatermos sobre as questões do funcionamento e dos próximos passos dessa comissão. Às 11hh51min, declaro encerrada a presente sessão.

Relato da **4ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia**, realizada em 11/12/2013.

Resumo:

Foi apresentado o plano de trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a qualidade dos serviços de telefonia no estado. Foram postos em votação, e aprovados, o Regimento Interno, que traça as diretrizes da CPI, e as viagens para visitas às Assembleias Legislativas dos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª reunião Ordinária da CPI da Telefonia.

Iniciamos às 10h15min.

Queria iniciar trazendo ao conhecimento de V.Exªs que estamos de posse das atas das duas reuniões anteriores e que a partir desta reunião esta CPI, que já se está adequando administrativamente, encaminharemos imediatamente a cada membro da Comissão, antes da sessão ordinária, a ata da reunião anterior para que, na sessão seguinte, seja discutida e aprovada.

Tenho aqui a cópia das atas das duas reuniões ordinárias que já ocorreram. Eu vou passar uma cópia para cada um dos senhores, deputados e deputadas, para que, no final da sessão, nós apreciemos as referidas atas e aprovemos ou não, se for o caso.

A pauta da sessão de hoje vai iniciar com a discussão e a aprovação da proposta de Regimento Interno da Comissão, efetuada pelo relator, deputado Joseildo Ramos, que vai tecer algumas considerações antes de a submetermos à aprovação. Lembrando que a Comissão encaminhou a cada um dos Srs. Parlamentares e à nobre deputada Fátima Nunes uma cópia desse Regimento, para que nesta sessão pudéssemos discutir e aprovar.

O deputado Joseildo vai fazer um breve relato, um breve comentário da sua proposta. Tenho aqui, também, algumas poucas sugestões a fazer para que possamos colocar essa proposta em votação.

Temos também na pauta uma aprovação do Plano de Trabalho da CPI, que também foi elaborado pelo relator, deputado Joseildo, e a definição das datas das visitas às cidades que já tiveram o trabalho da CPI concluído.

Com a palavra o deputado Joseildo.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, deputado Paulo Azi, Srs. Deputados presentes, todos que estão presentes na Sala Deputado Luís Cabral, esperei o término de sua fala, deputado, não quis interrompê-lo, mas agora quero, apenas por uma questão de ordem, sugerir a V.Exª que passemos os informes antes para poder nivelar...

Passou isso? Então, ótimo.

Pessoal, vou passar os informes, tenho algumas cópias aqui de alguns, não tirei todos, para que todo mundo aqui fique nivelado acerca do que ocorreu entre a última reunião que tivemos, quando tivemos a apresentação do Dr. Roberto Costa e Silva. Por sinal, uma brilhante apresentação, um técnico que, efetivamente, estará transitoriamente à disposição, assessorando esta CPI. Então, dividi em alguns tópicos para passar as informações para os senhores que estão presentes.

Primeiro: Estrutura da CPI. Discutimos e encaminhamos. Já está definido que estará a nossa disposição sala, mobiliário, equipamentos e implementos necessários. Então, essa parte está O.K. Isso foi acertado com os setores competentes da área administrativa da Assembleia.

Também ficou acertado uma unidade móvel, uma Van, que vai ter a marca da CPI, vai ser um veículo caracterizado, porque temos a proposta aqui, no Plano de Trabalho, de ter a CPI Itinerante, porque vamos alcançar os principais pontos do Estado da Bahia. Portanto, essa unidade, por ser caracterizada, vai ser o cartão-postal, o cartão de apresentação da CPI.

Também mediamos com a direção da Casa a disponibilização de passagens aéreas, quando houver necessidade, para os deputados que fazem parte do corpo da CPI que visitarão outros estados ou que, porventura, tenham

a necessidade de estar presentes em outras áreas do nosso Estado. Então, essa foi a questão relacionada com a estrutura da CPI.

Pessoal e serviços: ficou acertado que teremos, por parte da Casa, um motorista para o veículo utilitário. Também ficou acertado que vamos ter um gestor, um coordenador-geral da CPI, que está aqui presente, Dr. Carlos Teles. Gostaria de que o senhor se apresentasse, acho que é conhecido de várias pessoas que aqui estão. Muito obrigado por sua presença. A ele vai ficar a responsabilidade de gerir todo o processo.

Teremos uma secretária-executiva, já temos uma pessoa aqui que vai fazer o trabalho executivo da CPI.

Teremos dois assistentes administrativos para gerir o banco de dados da CPI, tanto do ponto de vista digital quanto do ponto de vista físico. Assim, deveremos estar manuseando milhares de documentos e precisamos sistematizar isso tanto eletronicamente quanto do ponto de vista físico. Daí porque a necessidade de termos um espaço físico em específico, para proteger inclusive, considerando o objeto do nosso trabalho nessa CPI.

Teremos um coordenador jurídico, também da Casa, Dr. Thiers, que está aqui presente, e não só ele mas todo o corpo jurídico da Casa. Tanto o deputado Paulo Azi como o meu mandato, e qualquer um mandato, pode colocar as diversas assessorias que estiverem disponíveis para poder facilitar o trabalho. Isso está facultado.

Ficou acertado também serviços de manutenção do site e redes sociais da CPI. Já existe uma agência de comunicação que atende à Assembleia Legislativa. Então, os serviços de manutenção do site e das redes sociais já ficou acertado. Teremos um jornalista e um estagiário. O jornalista que vai cuidar desse serviço é da Casa, portanto, vai ficar à disposição da CPI.

Teremos uma coordenação de registros taquigráficos e de vídeo também, com pessoal da Casa; um coordenador de comunicação, que é um jornalista da Casa; um consultor em telecomunicações, que é uma pessoa transitória, do CREA, que é aquela pessoa que ficou conosco. A presença dele será transitória, quando a gente requisitar. Ele já se colocou disponível; dois assessores em telecomunicações, um da Seinfra e outro da Agerba, também em caráter transitório, que estarão disponíveis a partir da solicitação da CPI. O

ofício já foi colocado à disposição dos senhores na última reunião e isso já foi negociado com o governo, junto ao secretário de Infraestrutura.

Comunicação, transparência e interatividade: definição de marketing, identidade visual da CPI, campanha publicitária na internet, site da CPI, notícias, denúncias, documentos em áudio, vídeo e texto, redes sociais da CPI, assessoria de imprensa, notícias e releases a cargo da agência de publicidade Engenhonovo, que é a que serve a esta Casa.

Então tudo isso foi construído com o setor de Comunicação da Casa e ficou acertado com a Superintendência de Administração. Então, essas são as informações que estou passando...

O Sr. PRESIDENTE(PAULO AZI):- Alguma observação com relação ao informe do deputado Joseildo, senão passaremos à discussão do Regimento Interno da CPI.

Com a palavra o deputado Cacá.

O Sr. CACÁ LEÃO: - Nobre deputado Paulo Azi, deputado-relator Joseildo, demais deputados, senhores e senhoras que acompanham esta sessão, eu queria deixar como sugestão que se a gente pudesse pautar previamente as nossas viagens e os nossos compromissos, já que estamos entrando num ano muito conturbado, a CPI entrará pelo recesso parlamentar e eu tenho certeza absoluta de que eu como os demais colegas teremos uma agenda muito intensa de viagens ao interior da Bahia. Se a gente pudesse deixar previamente algumas datas já reservadas para que nós possamos estar presentes nas oitivas e nas visitas que teremos de fazer, acho que irá facilitar a vida de todos nós. Deixo apenas essa sugestão.

O Sr. PRESIDENTE (PAULO AZI) : - Essa também é a nossa preocupação e vamos tratar dessa questão. O deputado Joseildo já tem uma proposta de visitas aos municípios, vamos também discutir hoje quais municípios serão objeto de nossa visita. É bom V. Exas observarem que estamos muito preocupados inicialmente com a estruturação da Comissão. A ideia é ter a Comissão com uma estrutura e um suporte que realmente esteja à altura da importância dos trabalhos que deverão ser executados. Tivemos um consenso ao observar que não adianta esta CPI começar a fazer a oitiva, a fazer visitas sem estar com uma estrutura preparada para dar respaldo a esses

trabalhos. Aparentemente, pode se achar que neste início esta CPI ainda não está produzindo, mas na realidade ela está se cercando dos cuidados necessários para que quando efetivamente ele partir para o trabalho de fiscalização e de investigação ela tenha uma estrutura que lhe dê uma sustentação. É importante observar o cuidado que a Comissão está tendo no sentido de interagir com a sociedade.

A nossa ideia é realmente ter uma Comissão que esteja em contato permanente com a sociedade, com a população, ouvindo as suas queixas, as suas cobranças, tendo contato direto com as redes sociais para que, efetivamente, esta Comissão venha a ser concluída a bom termo.

Deputado Euclides, quer fazer alguma observação?

O Sr. EUCLIDES FERNANDES: - Pois não, Sr. Presidente.

Primeiro, quero congratular-me com a preocupação da presidência no sentido de adequar a Comissão com os instrumentos necessários para que ela possa bem realizar sua missão. Mas gostaria de saber da presidência, porque a gente sabe que quando se trata de telecomunicação tem a ver com a esfera federal, o ente federativo. Dentro das colocações feitas tanto pelo relator como pelo Sr. Presidente, não senti quais os contatos, qual construção para a viabilização de articulação que estão sendo feitas com os órgãos da esfera federal. Gostaria de saber se há algum encaminhamento para isso e quais o que vocês vão, evidentemente, buscar construir a sustentabilidade para o sucesso da missão desta Comissão.

O Sr. PRESIDENTE (PAULO AZI): - Na verdade, deputado Euclides, temos a perfeita consciência dos limites desta Comissão. O serviço de telefonia é operado sob a responsabilidade da legislação federal, o que impede que esta Comissão legisle sobre a questão de regulação, de fiscalização. Mas a Comissão tem autonomia para fiscalizar e para propor ações, principalmente, com relação às questões ligadas à defesa do consumidor, isso é o entendimento pacífico dentro das Casas Legislativas em todo o País, inclusive, já que essa não é a única que está fazendo esse trabalho.

Agora, sabemos das nossas limitações e vamos, inclusive, ter aqui na CPI diversos entes que compõem a esfera federal para nos auxiliar e trazer

informações. A própria Anatel, já foi aprovado o convite nesta Comissão, o próprio Ministério das Comunicações já teve, também, um convite aprovado nesta Comissão, portanto, o nosso objetivo é buscar as informações e atuar dentro daquilo que a Constituição nos permite.

Deputado Joseildo.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Essa preocupação do ilustre deputado Euclides Fernandes, bem como a de Cacá, todas duas são pertinentes e importantíssimas, mas antes de trabalhar as duas questões que os nobres deputados levantaram, gostaria, também, de agradecer a presença e de identificar para todos nós que o Armando que coordena a área de comunicação e interatividade da Casa, está ali, também, com Dr. Carlos Telles, e ele será o responsável por toda essa parte do capítulo de comunicação, transparência e interatividade e já está devidamente autorizado a atender os pleitos diferenciados da CPI nesse sentido. Está ali presente.

Cacá, nós tivemos o cuidado de interagir com os nobres deputados que participaram de duas CPIs que já finalizaram seus trabalhos, como eu disse na reunião anterior, com resultados concretos e substantivos, sobejamente, abraçados pela sociedade paranaense e também pelos gaúchos. E, lá, eles tiveram na implantação dos trabalhos os mesmos níveis de dificuldades que nós temos.

Então, existe aqui um plano de trabalho, já entrando na preocupação de Euclides, onde a gente dá uma proposta de sistematização, porque existe toda uma lógica de trabalhar as oitivas, por exemplo, defesa do consumidor. Nos interessa saber o quê? Antes de trazê-los, precisamos conversar com os assessores especializados para que eles coloquem claramente aquilo que é crucial para que nós saibamos no processo de fazer o processo de inquisição dessas pessoas, as oitivas. Não poderemos fazer isso a bel prazer, sem sistematização, porque estamos tratando de matéria de elevada especialização. Poucos são entre nós aqueles que dominam, razoavelmente, a matéria, a exceção, me parece, do deputado Gaban que tem formação especializada na área.

Portanto, existe toda uma sistematização e vamos abordar para que a gente se cerque de toda a preocupação nesse sentido, mas as duas

preocupações de vocês, inclusive, as pautas serão antecipadamente colocadas à disposição para que a gente tenha um conforto de já chegar trabalhando.

Por último, permita-me, presidente, dizer que existe um capítulo de formalidade, de legalidade, de constitucionalidade das duas CPIs que teremos abreviado. Nós colocaremos à disposição do Dr. Thyers, todo esse capítulo, onde ele vai observar e transportar para a nossa realidade, ganhando tempo, buscando o atalho necessário para que a gente não seja questionado lá adiante pelas operadoras, porque elas vão se sentir acossados em determinados pontos que serão considerados nevrálgicos para o desempenho do nosso trabalho.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço ao deputado Joseildo e vamos, então, iniciar a discussão e aprovação do regimento interno da CPI proposta pelo deputado Joseildo que vai fazer um breve relato, repito, esta CPI já encaminhou a cada membro uma cópia da sua proposta, e o relator vai fazer um rápido resumo para que possamos colocar em votação o referido RI.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Tentarei ser breve.

Cada membro aqui recebeu uma cópia para fazer suas reflexões e dar contribuições. Apenas vou me ater a algumas inclusões que estamos propondo a partir daquela data.

Estamos no Art. 6º, inciso V, em que colocamos: “servisse do Sistema Disque Denúncia e do sítio eletrônico próprio da CPI para obtenção de informações, reclamações, investigando denúncias realizadas, garantindo aos denunciantes o sigilo de suas identidades, exceto para o Ministério Público e o Judiciário. Então, isso é uma inclusão em cima daquele material que dispusemos aos Srs. Deputados

Também a inclusão do Art. 8º: “das reuniões lavrar-se-ão atas, bem como resumo dos trabalhos e de tudo que houver ocorrido, digitadas em folhas avulsas e digitalizadas, as quais serão publicadas no Diário Oficial e integrarão o respectivo arquivo do banco de dados da CPI, sendo as notas taquigráficas peças integrantes das atas.”

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Joseildo, permita-me.

Com relação a esse Artigo, gostaria apenas de sugerir a V.Exª, para que a questão não fique... Sei que o seu objetivo é dar publicidade a todo e

qualquer ato da Comissão, e esse também é o nosso desejo. Mas tenho receio de que a obrigatoriedade de se vincular as informações no Diário Oficial pode causar algum tipo de burocracia interna, porque sei como funcionam essas coisas.

Então a minha proposta é que, em vez de ser publicado no D.O., seja disponibilizado no site da própria CPI, porque aí daremos a publicidade necessária sem estarmos vinculado a qualquer tipo de burocracia da Casa com relação às publicações no Diário Oficial do nosso Estado.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Deputado-presidente, entendo a preocupação de V.Exª.

Existem dois caminhos. Nós estamos dando esse caminho exatamente para que se faça essa reflexão. O objetivo é esse. Inclusive concordo com sua posição, porque teremos os momentos que serão intensos de interatividade com a sociedade.

Mas tem o parágrafo único, continuando: “peças documentais ou similares integrantes das atas ou de investigação, notas taquigráficas, conteúdo sigiloso e reservado somente serão publicadas com autorização formal do presidente da CPI.”

Portanto, esse parágrafo único acho que já atende a sua preocupação, pois o Art. 8º trata do geral. E em específico, protegendo e prevenindo esse aspecto da burocracia que o senhor levantou, acho que o parágrafo único atende a sua preocupação.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Apenas, deputado Joseildo, veja V.Exª o seguinte: a proposta da publicação no Diário Oficial refere-se, inclusive, às atas da reunião. Veja que com as atas, por exemplo, da própria Assembleia não há a necessidade da publicação. Então, acho que é disponibilizar para que se torne pública, mas sem a exigência porque, se colocarmos como está aqui, estaremos obrigados, incluindo as atas das reuniões, à publicação no D.O.

A Srª Fátima Nunes:- Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputada Fátima.

A Srª FÁTIMA NUNES:- Queria também observar alguma coisa em relação a esse Capítulo, porque naturalmente a CPI vai ouvir pessoas. Aí, podem ocorrer - e nosso papel é este, o de investigar - situações ou práticas de

infrações à lei. E por se tratar de uma infração à lei, um crime, tal situação deve correr em segredo de justiça. Se nós colocarmos que tem de se publicar tudo, depois não poderemos deixar de publicar. E será que não vai haver um conflito com a legalidade de que em algumas situações deve ocorrer investigação mais secreta com a Polícia Federal e os órgãos afins que fazem parte das investigações?

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- É, deputada. A observação de V.Exª é pertinente. Mas estaria coberta pelo parágrafo único em que o deputado Joseildo coloca que as questões ligadas a sigilo serão tratadas de uma forma especial.

O Sr. Joseildo Ramos:- Também a sua preocupação é interessante. Além dessa definição, o presidente certamente estará cercado da Assessoria Jurídica, que não permitirá que a gente cometa nenhum deslize nessa área para que não prejudique... O Dr. Thyers vai estar ali com sua equipe permanentemente atenta.

Aqui no Art. 17º, em que se diz “primando pela manutenção, guarda e segurança...”, aí está incluído “(...) do banco geral de dados”. Então, banco geral de dados e pelo integral assessoramento a todos os deputados-membros da CPI, ou seja, esse banco geral de dados internamente estará inteiramente disponível a todos os membros de maneira sistematizada.

Igualmente há alterações por conta das negociações que tivemos para obtermos a estrutura necessária da CPI. O Art. 18º, necessariamente, também sofreu modificações. Então, ele vem deste modo: “A Secretaria Geral da CPI será assim composta: de um coordenador geral, ...” - a gente já falou sobre isso - “(...) de uma secretaria executiva, dois gestores do banco de dados da CPI, um coordenador jurídico, um coordenador de registros taquigráficos e de vídeos, um coordenador da manutenção do site da CPI e um secretário de Comunicação da CPI.” Então, seria essa a estrutura de pessoal da CPI.

Prosseguindo, no Art. 19º, inciso XIII, também houve inclusão: “responsabilizar-se pela constituição e manutenção do banco de dados geral da CPI, assim composto: A - Arquivo digital e físico de documentos expedidos. Arquivo digital e físico de documentos recebidos. Arquivo digital e físico de atas das reuniões e audiências públicas e demais eventos. Arquivo digital e físico de

registros taquigráficos. Arquivo digital e físico de fotos e vídeos. Arquivo digital e físico de depoimentos. Arquivo digital e físico gerado pelo Sistema Disque Denúncia e e-mails da CPI. Arquivo digital e físico de matérias da imprensa, de uma maneira geral.

No parágrafo único, também existe a inclusão a partir da seguinte situação: " Todos os documentos deverão ser formalmente recebidos pela Secretaria da CPI, registrados e numerados, digitalizados, catalogados no respectivo..." - aí, a inclusão - "(...) arquivo do banco de dados da CPI." Essa é a inclusão em relação à redação anterior.

Alguém deseja fazer alguma consideração até aqui? (Pausa) Então vamos lá.

Art. 21°, parágrafo único. Vou lê-lo desde o seu início e alertar para a inclusão que fizemos a partir de agora. "Parágrafo único: Para cumprimento da missão, o presidente da CPI requisitará servidores efetivos da Alba para prestarem assessoramento ao coordenador geral da Secretaria e à Secretaria Geral da CPI." No caso, Dr. Carlos Teles e a secretária executiva da Comissão.

Eram essas as inclusões e observações que nós fizemos em relação ao documento que originalmente disponibilizamos para os nossos colegas Srs. Deputados.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com poucas observações a fazer sobre o Art. 3º, no qual a Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia tem como presidente o deputado Paulo Azi e gostaria de incluir o vice-presidente, deputado Mário Negromonte e como relator o deputado Joseildo Ramos eleito na forma disciplinar no Regimento Interno." Incluir um Inciso no Art. 4º (Lê): "Compete ao presidente da comissão: assinar os expedientes da CPI para convite, convocação, solicitação de providências, informações a órgãos externos." E no Capítulo III das Vagas e Faltas, considero muito pertinente a preocupação, mas essa matéria já está devidamente tratada no Regimento Interno da Casa. Ali na questão da substituição dos membros das diversas comissões. Já há um Regimento Interno que trata e regulamenta essa questão e não poderemos fazer uma ordem que venha a se chocar com esta. Este Capítulo estaria prejudicado.

No Capítulo IV, do Art. 12º, A, Inciso IV, letra B (Lê): “Compromisso verbal de dizer a verdade perante a Comissão.” Eu incluí: “Quando for o caso.” Porque a depender do depoente não há necessidade de a CPI formalizar esse pedido a quem estiver depondo. Eram essas as observações que eu tinha a fazer e incluir na proposta.

O Sr. Álvaro Gomes: - Estava vendo aqui com Dr. Thyers e há duas sugestões. A primeira é para o Capítulo II, Art. 7º, § único (Lê): “Colocar requerimento de qualquer deputado da Assembleia poder-se-a solicitar ao presidente da comissão a convocação de reunião emergencial para tratar de assunto relevante previamente determinado e vinculado com o objeto das investigações.” Seria acrescentado (Lê): “A requerimento aprovado de qualquer deputado.” Colocar esse complemento. E no § único, do Art. 8º seria complementar (Lê): “Com autorização formal do presidente da CPI, desde que não contrarie direitos subjetivos protegidos por lei de testemunhas ou investigados.” Vírgula (Lê): “(...) desde que … investigados.” São as minhas sugestões.

O Sr. Presidente (Paulo Azi): - Agradeço ao deputado Álvaro.

Portanto coloco em votação a proposta de Regimento Interno do funcionamento da CPI do deputado Joseildo Ramos com as devidas sugestões de alterações discutidas nesta sessão. Os Srs. Parlamentares que aprovam, permaneçam como estão. (Pausa) Aprovado à unanimidade dos presentes.

A Secretaria vai lavrar o devido Regimento com as alterações discutidas, propostas e aprovadas por esta Comissão e nós encaminharemos uma cópia do Regimento aprovado a cada um dos Srs. Deputados membros desta Comissão.

Vamos partir agora para o segundo item da pauta que trata do plano de trabalho da CPI da Telefonia.

Com a palavra o deputado Joseildo Ramos.(Pausa)

Álvaro, vamos discutir um assunto importante agora, o plano de trabalho. Se V.Exª puder nos ajudar nessa discussão seria de bom alvitre.

O Sr. Álvaro Gomes:- Nobre presidente, é o seguinte, estou preocupado com muita coisa.

Nobre presidente Paulo Azi e nobre relator Joseildo Ramos, o problema é o seguinte: como presidente da Comissão da Educação, tenho uma audiência pública marcada nesse exato momento com as associações dos docentes dessas universidades.

O Sr. PRESIDENTE(Paulo Azi):- Estão todos convidados a participar da Comissão.

O Sr. Álvaro Gomes:- Portanto, não posso estar ausente de uma audiência pública da qual sou o presidente e da qual aprovamos na reunião da Comissão. Por isso estou assim um pouco inquieto. Então tenho que ir lá porque o horário já chegou.

O Sr. PRESIDENTE(Paulo Azi):- Agradeço a V.Exª, deputado.

Deputado Joseildo.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Pessoal, também ficou para que apresentássemos uma proposta do plano de trabalho a qual está sendo apresentada hoje, mais uma vez, caindo naquela preocupação de Cacá. Foi impossível, Cacá, que tivéssemos condição efetiva, sem nenhuma estrutura, de aprontarmos isso com a antecedência devida para passar para todos os senhores. Estamos fazendo isso agora a tempo de refletir e fazer o que acabamos de fazer na aprovação do Regimento Interno.

Então vamos lá: Proposta de Plano de Trabalho da CPI da Telefonia. Instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito nos termos regimentais, propomos esse plano e também coloco que em virtude do prazo, que é sempre bom considerarmos exíguo, que esse Colegiado funcione normalmente durante o recesso parlamentar, vírgula, vamos tratar dessa questão. Obviamente que estou colocando isso de uma maneira geral e, logo após a leitura, vamos adequar essa situação à realidade do momento em que estamos trabalhando a CPI a fim de que nos acomodemos de maneira pertinente em função do tempo em que se dará as reuniões ordinárias: toda quarta-feira, às 10h, na sala das Comissões da Assembleia Legislativa, na sala Luís Cabral.

Eu dividi em etapas o plano de trabalho. A primeira etapa seria a de dezembro. Estamos concluindo a instalação formal. Obviamente que eu estou falando de estrutura que é o espaço físico, pessoal, operação e mobilidade. Tratamos anteriormente dessa situação.

O segundo subitem remete às questões ligadas à secretaria-geral da CPI que passa a ser o órgão de gerência administrativa, de assessoramento e de consultoria da Comissão, isso internamente, a cargo de Dr. Carlos Teles, com a atribuição de dar sustentação a todas as ações determinadas pela presidência da CPI após a deliberação dos membros, conforme o Regimento, além de constituir e manter atualizado o banco geral de dados da CPI composto daquela maneira que eu falei há pouco, dos arquivos digitais e físicos, de documentos, de atas das reuniões, registros taquigráficos, fotos, vídeos, depoimentos, etc.

Também há o subitem da Comunicação e Transparência. Haverá a disponibilidade da agência de publicidade que já serve a Casa. Portanto, a CPI será atendida no contrato que a agência de publicidade Engenho Novo tem com a Casa. Isso já está definido.

Deveremos construir o site oficial para abrigar dados, denúncias, interatividade, isso já foi acertado com o nosso coordenador Armando; utilização das redes sociais também, e a contratação, isso é um ponto nevrálgico, de jornalista e estagiário para produção de conteúdo. Porque, se não tivermos essa preocupação, vocês observem que até o site da Casa não tem os níveis de atualização que uma CPI precisa ter. Então, essa é uma situação vital que, sem ela, não teremos condição de garantir a interatividade da CPI. Então, todos os documentos deverão ser formalmente recebidos pela secretaria da CPI, registrados, numerados, digitalizados, catalogados, isso a gente já disse. E estarem disponíveis, a qualquer momento, a requerimento formal de qualquer deputado membro integrante da CPI.

A estrutura organizacional da Secretaria-Geral da CPI é dimensionada para cumprir com as atribuições disciplinadas no Regimento Interno da CPI sugerido, agora aprovado, tendo também a missão principal de garantir a organização administrativa das reuniões. O que até então não temos garantido ainda por conta de todo esse processo de instalação. Temos também a missão de garantir a organização administrativa das audiências públicas e de outros eventos promovidos pela comissão, seja na sede da Assembleia ou fora dela, primando pela manutenção, guarda e segurança do banco geral de dados, que é a principal ferramenta da CPI, e pelo integral assessoramento a todos os

deputados membros da CPI. Ou seja, aqueles dois senhores serão nosso canal de intermediação, de interlocução, com a Mesa Diretora da Casa no sentido de prover as necessidades específicas da CPI. Para atingir esses propósitos, a gente já elencou tudo aquilo que a gente disse, não vou repetir, sobre as pessoas e serviços que falei há pouco.

Do ponto de vista do subitem com formação legal, acabei de tratar isso com o Dr. Thyers, ele está ali atento. Aprovamos o Regimento Interno da CPI agora e estaremos discutindo, alterando, analisando, enfim, aprovando este plano de trabalho que estou apresentando. Portanto, essa é a finalização da primeira etapa do plano de trabalho. Ou seja, tudo isso aqui precisa acontecer até o final de dezembro. A segunda etapa também em dezembro. Só poderemos fazer viagens que já estão pré-acertadas para Porto Alegre e Curitiba até o final deste mês, porque lá já encerraram os trabalhos da CPI. E, se não fizermos isso agora, só poderemos fazer depois de fevereiro e isso pode inviabilizar uma série de providências que deveremos tomar.

Há uma sugestão de datas que haveremos de discutir. A viagem para Curitiba no dia 18 próximo, portanto, na próxima semana, a pedido de vários deputados que não tiveram condição de se deslocar nesta semana, que seria a data mais adequada. E a viagem para Porto Alegre prevista no dia posterior, no dia 19 de dezembro. Haveremos de discutir isso agora.

E também como subitem para a gente estruturar ainda em dezembro. Teremos várias entidades que orbitarão no entorno da CPI. No entanto, teremos alguns órgãos que deverão ter um olhar de compromisso e de parceria da nossa parte, porque são órgãos que, institucionalmente, trabalham na defesa da sociedade e do consumidor, que é a nossa principal direção. A OAB, Procon, Ministério Público Estadual e Federal, sindicatos, CREA e podem haver outros parceiros efetivos. Por exemplo, o que estou querendo colocar? Quando fizermos uma CPI Itinerante para qualquer das cidades do interior, a CPI móvel vai, mas ela precisa do suporte do Procon naquela área, da secção da OAB naquela área, do Ministério Público Estadual local ou federal, se houver, dos sindicatos com atuação, da delegacia do CREA. Então, essas entidades serão parceiras e sem elas a gente não terá garantidos os níveis de

detalhamento e aprofundamentos que não precisamos ter em determinadas matérias.

A terceira e última etapa, aliás, não, ainda é uma etapa intermediária, janeiro e fevereiro, a CPI é que garante onde teremos o mês de janeiro, se for o caso, será reservado para aferição do grau de satisfação dos consumidores com serviço, captura de reclamações e denúncias através da CPI Itinerante, que visitará as principais regiões do Estado. A ideia é propôr um calendário em parceria com o Procon principalmente e também com a sua unidade móvel.

Então, há aqui uma previsão de calendário que está totalmente aberto e de cidades que também está totalmente aberto para a gente redesenhar, redefinir conforme o interesse do conjunto dos Srs. Deputados daqui da CPI. Dia 15 de janeiro, Extremo Sul, com a cidade de Porto Seguro; dia 17 de janeiro, Itabuna; dia 22 de janeiro, Serrinha; dia 24 de janeiro, Alagoinhas; dia 29 de janeiro, Bom Jesus da Lapa; dia 31 de janeiro, Barreiras; 05 de fevereiro, Juazeiro; 07 de fevereiro, Paulo Afonso; 12 de fevereiro, Vitória da Conquista; 14 de fevereiro, Feira de Santana; 19 de fevereiro, Salvador. Isso são apenas sugestões, são provocações para que a gente se debruce e defina o que fazer.

Na penúltima etapa, que é a quarta, aí já com um monte de informações à disposição da gente, devemos entrar nas oitivas ordinárias nos meses de março e abril.

E na quinta e última etapa, no mês de abril, elaboração do relatório. Sendo no dia 23 de abril apresentação do relatório final e dos encaminhamentos e no dia 30 a votação do relatório final.

Então, essa é a provocação geral que a gente coloca à disposição dos colegas para que aprofundemos e reflitamos e tratemos da matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço ao deputado Joseildo Ramos. Na realidade, a primeira etapa está praticamente discutida e não há maiores dúvidas a tratar. A proposta da viagem externa Curitiba e Porto Alegre, que considero essencial, a proposta seria: não fazermos a reunião ordinária da próxima semana. Iríamos a Curitiba na quarta-feira e faríamos, deputado Gaban, a visita a Curitiba, na próxima quarta-feira; na quinta-feira, faríamos a visita a Porto Alegre e aí cumpriríamos essa etapa, que considero fundamental para a preparação das etapas a seguir.

Quanto às viagens do recesso, a minha ideia seria a seguinte: aqui é uma proposta de municípios que deveriam ser visitados. Eu até incluiria aqui, porque ficou um pouco aberto, deputado Joseildo Ramos, o miolo do Estado, a região de Irecê e Seabra. Acho que há um erro aqui de digitação quando fala Chapada e apareceu Paulo Afonso. Ficariam os municípios para receber as sugestões dos diversos parlamentares, vejo aqui, por exemplo, o deputado Carlos Brasileiro, deveriam em homenagem ao deputado, se discutir de Juazeiro ou Senhor do Bonfim; parece que Senhor do Bonfim está mais central, Juazeiro está um pouco mais no Extremo. O deputado Leur Lomanto Júnior lembra de Jequié, o deputado Euclides Fernandes, todos dois membros da Comissão.

Então, poderíamos aprovar a primeira etapa que seria aquilo que sistematizamos na CPI e aprovar a viagem para os estados da Federação, Curitiba e Porto Alegre, na próxima semana. E na última reunião da comissão receberíamos a sugestão de cada um dos Srs Parlamentares com relação aos municípios que deverão ser visitados.

É importante que essas sugestões estejam dentro de um contexto e que possamos cobrir todo estado e, ao mesmo tempo, dar celeridade aos trabalhos, e aí definiríamos o calendário dessas visitas.

Com a palavra o deputado Cacá Leão.

O Sr. CACÁ LEÃO:- Concordo, nobre deputado Paulo Azi. Só tenho uma preocupação quanto aos dias 18 e 19. Vivemos num período de votação de final de ano. Ontem à noite, houve uma votação um pouco tensa nesta Casa, de onde saímos por volta da meia-noite, começo das horas do dia de hoje. Tudo leva a crer que no dia 17 teremos o mesmo clima pairando e rondando esta Casa.

A minha preocupação é de que não consigamos concluir os nossos trabalhos de votação no dia 17 e isso atrapalhe o nosso trabalho do dia 18 em Curitiba.

O Sr. Presidente (Paulo Azi):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Considero extremamente pertinente a sua observação, deputado Cacá Leão. Mas estamos neste ponto pelo fato de não

haver condição de viajarmos esta semana, os colegas do Paraná e Rio Grande do Sul estão num elevado nível de acolhimento e disponibilização, até porque eles estão servindo de espelho para os nossos trabalhos.

Qual é o caso? É tentarmos, com acordo nesta Casa, intensificar outros dias, sob pena de perdemos um desses estados.

Para vocês terem uma ideia, tivemos uma discussão ontem. O Rogério é quem está fazendo essa interação com o pessoal do Paraná e do Rio Grande do Sul. Eles estão profundamente disponíveis apenas pela manhã, na quarta-feira, senão, só depois.

O Sr. CACÁ LEÃO:- Vou deixar uma sugestão: com a influência que têm V.Exª e o deputado Paulo Azi com os Líderes do governo e da Oposição, poderemos fazer um esforço concentrado com todos os deputados nesta Casa para votarmos segunda-feira, em vez de terça-feira.

O Sr. Presidente (Paulo Azi):- Deputado Cacá Leão, acho que podemos aprovar a visita e manter contato com os Líderes para, se for o caso, considerarmos um acordo de Lideranças, para que os membros da comissão sejam liberados da presença da votação em Plenário. Talvez seja a solução, porque não temos outra data disponível para fazermos essas visitas.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- É importante lembrar que assim que terminar esta reunião, precisamos saber quem vai e definir a aquisição das passagens, porque será um problema se não definirmos agora a disponibilidade delas.

O Sr. Presidente (Paulo Azi):- Com a palavra o deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Inicialmente, meu caro presidente, quero desculpar-me porque tirei essas duas semanas, como V.Exª sabe, para familiares. Eu estava em São Paulo e não participei das duas últimas reuniões. Para mim, o horário que ficou agendado foi 11 horas, e não 10 horas. Desculpe-me pela ausência no início das sessões.

Eu não peguei bem o âmbito da discussão, não sei como os trabalhos foram conduzidos, porque cheguei ontem e fui direto ao Plenário, não tive tempo de conversar com o relator nem com o presidente para saber como está o andamento.

V.Exª disse-me ontem que teremos um assessoramento técnico. Acho fundamental, para termos subsídios que norteiem as nossas ações. Acho que

toda e qualquer visita que fizermos ao interior da Bahia tem que ter esse acompanhamento para que possamos tomar algumas medidas em campo, já atentando até para as demandas que virão, sem dúvida alguma. A sociedade, de uma maneira geral, lá em Senhor do Bonfim, Conquista, Alagoinhas, acho que tem de ter esse acompanhamento, porque aproveitaremos para fazer as medidas.

Com relação a essa data, dia 18, Curitiba, gostaria de estar presente. É a minha área, eu sou engenheiro de telecomunicações, sou engenheiro eletricista, com opção em eletrônica, já trabalhei em todos os cargos de chefia na Telebahia, trabalhei numa firma de consultoria, a Promon, essa é a minha área, eu gosto dessa área, gostaria de acompanhar todas as visitas, trocar informações técnicas com o pessoal de outros estados. O grande problema é essa votação do dia 18.

O Sr. Paulo Azi:- A votação é dia 17.

O Sr. Gaban:- Dia 17, desculpe-me. A pauta é enorme. Com certeza, o orçamento impositivo, que é um desejo da maioria das Casas, não tem tido esse sentimento por parte do Líder do governo. As razões, confesso que não as entendi. Se não houver essa votação, com certeza, não haverá acordo e iremos até janeiro trabalhando nesta Casa. Esqueçam fim de ano, festas. Estou adiantando, esqueçam! Vamos fazer obstrução firme e segura. A única possibilidade, como ontem aventei no Plenário, de termos um acordo seria o orçamento impositivo, que dará dignidade ao Parlamento. Então, enganam-se aqueles ou aqueles que pensarem que é um projeto de Oposição ou de um grupo. Não é. É um projeto de fortalecimento do Poder Legislativo, não vão abrir mão. Tanto é que já há 46 assinaturas. Nós somos 17 deputados da Oposição, e há 46 assinaturas. Então, é um sentimento da Casa. É essa a única porta que vejo para fazermos a viagem, senão vamos até a madrugada. Veja que ontem estávamos apenas em nível de discussão nas comissões, terminou meia-noite, porque foi feito um acordo, já que tínhamos ainda quatro parlamentares para discutir em nível das comissões. Iríamos terminar em nível das comissões em torno de 1h30min da manhã. Depois, iríamos entrar nas discussões em Plenário. Então, acho que é impossível viajarmos dia 18. Se não houver acordo, viraremos Natal, passagem de ano, vamos entrar no mês

de janeiro. Existem 18 projetos na Casa ainda para votar. Isso do ponto de vista prático.

Acho que esta é uma CPI importante, da mesma forma que a PEC do orçamento impositivo. Os dois assuntos são apartidários, de interesse da Casa e, sobretudo, da sociedade. Entendeu, deputado Paulo? Viajar com pouca gente não é bom neste momento. Primeiro, para que todo mundo tenha um sentimento do que está acontecendo nos estados, como V.Exª colocou com muita propriedade, deputado Joseildo. Paraná saiu à frente. Está com muito mais elementos para nos dar subsídios. A presença de todos da CPI é fundamental. Nesses estados, estão muito mais avançados do que nós, porque nos darão os elementos e nortearão os caminhos que seguiremos. Por isso é que no dia 18 será complicado. Eu mesmo não poderei ir. Eu gostaria.

Deputado Paulo Azi, se não houver acordo, vararemos a noite. No dia seguinte, não haverá como. Uma hora dessas, provavelmente, vamos estar trabalhando. Essa é a verdade. Como é que viajaremos?

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Quero saudar o deputado Reinaldo Braga, que está presente a esta comissão. É uma satisfação tê-lo aqui, deputado Reinaldo.

Com a palavra o deputado Leur.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, deputado Paulo Azi, Sr. Relator, deputado Joseildo Ramos, primeiramente, gostaria de parabenizar tanto o presidente quanto ao relator pela condução minuciosa dos trabalhos realizados na CPI da Telefonia, tanto na elaboração do Regimento Interno desta CPI como no plano de trabalho apresentado na reunião de hoje.

Gostaria de fazer algumas observações com relação às viagens, mas já foram feitas pelo presidente Paulo Azi, o qual também sugeriu a inclusão dos municípios de Seabra e de Jequié. Seabra está no polo, é um município polo regional no centro da Chapada, e a cidade de Jequié é uma das principais do nosso Estado. Acredito que é de fundamental importância a nossa ida ao interior do Estado, porque lá, realmente, as demandas e os problemas que vêm enfrentando os municípios na área de telefonia e também de internet são grandes. Diversos municípios estão com problemas com relação à internet. Então, acho que é de suma importância essas visitas da Comissão.

A minha sugestão é que, nessas visitas, sejam feitas reuniões nesses municípios com a presença das entidades de classe, com a sociedade civil organizada, com o Rotary Club, com o CDL, enfim, com a sociedade como um todo, para que eles nos possam municiar das informações e das dificuldades enfrentadas em cada município desse que teremos oportunidade de visitar.

Quero comungar com a preocupação do deputado Gaban com relação às viagens aos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. Contudo, quero dizer que estamos, aqui, entre a cruz e a espada. Realmente, o calendário está bastante apertado, mas, se não forem realizadas essas viagens na semana que vem, deputado Gaban, a próxima é a semana do Natal e depois é o recesso parlamentar, e nós não encontraremos ninguém mais nos Estados. Então, nós temos que, infelizmente, sacrificar uns que tenham condições de ir à viagem para que tragam as informações necessárias e as compartilhem na reunião da CPI. Eu acho uma temeridade, acho que perderemos um tempo muito grande, se não realizarmos essas viagens agora. Entendo a preocupação, é legítima a preocupação do deputado Gaban. Essa preocupação é minha também.

Não queremos, aqui, medir a importância de uma sessão plenária ou da viagem de uma sessão da CPI. A nossa vontade é comparecer em todas as votações e também participar das viagens, mas, infelizmente, devido ao calendário justo que temos neste final de ano, acho que é imprescindível a realização dessa viagem. Então, caberia aí ao presidente, ao relator, enfim, conversar com cada parlamentar e ver quem poderia ir. Sei que todos têm a vontade de participar, de viajar, mas acho que, infelizmente, estamos nessa encruzilhada, nesse dilema de saber como iremos fazer. Acho importantíssimo, até pela continuidade do trabalho da Comissão, obter essas informações de outros Estados que já tiveram um resultado bastante significativo na conclusão de suas CPIs.

Era isso o que eu tinha a dizer. Mais uma vez, gostaria de parabenizar V.Exª.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a presença do nobre e competente deputado Carlos Geilson nesta Comissão.

Ouço a deputada Fátima Nunes e, sem seguida, o deputado Gaban.

A Srª Fátima Nunes:- Deputado Paulo Azi, presidente desta Comissão, também estou preocupada em ajustar a data da viagem para não perdermos a importante colaboração que traremos aos nossos trabalhos. Estou, realmente, preocupada por causa da agenda apertada.

O deputado Gaban já fez, aqui, a sua observação e a sua indicação de que, pela quantidade de projetos que temos na Casa a serem votados e pelo jogo da política de Situação e Oposição, teremos projetos a serem votados em janeiro, já que na semana seguinte é o Natal. Então, por que não fazemos um acordo? No dia 17, votaremos aqueles projetos que o Líder da Maioria e da Minoria fecharem no acordo, poderiam ser dois, três ou quatro, e, já sabendo que não tem jeito, que tem de prorrogar, terminaremos a sessão num horário conveniente para que possamos viajar. Temos de chegar pela manhã em Curitiba, porque esse é o horário que eles já concederam a primeira audiência. Sendo assim, temos de viajar à noite. Temos de combinar isso para terminarmos a sessão num horário conveniente, ainda que a gente durma no avião, mas que não percamos essa oportunidade. Às vezes viramos a noite no carro, que é desconfortável e mais arriscado, então viremos a noite no avião. Não vamos perder essa oportunidade e nem deixar de votar no dia 17, na Sessão Ordinária da Casa, pelo menos um ou dois projetos. A obstrução é uma falação normal, necessária que faz parte do jogo político, mas os projetos que temos para votar são todos em benefício da sociedade. Então por que postergar aquilo que interessa ao povo da Bahia só por um requisito legal, que o Regimento Interno permite, mas que não nos ajuda em nada nos trabalhos que queremos desenvolver? Portanto, queria fazer essa observação para que o deputado Gaban entenda e reduza um pouco a obstrução no dia 17.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço, deputada Fátima Nunes.

Quero, também, externar uma preocupação! Acho que é de suma importância que após as visitas, caso sejam confirmadas, essa comissão tenha, neste ano, uma sessão, mesmo que seja extraordinária, para que se avalie a visita e se defina. Estou olhando o calendário, deputado Gaban, e verifico que estamos numa situação complicadíssima porque na semana seguinte o governo já decretou ponto facultativo no dia 23, que será uma

segunda-feira. Vejam, V, Exªs! Então 23 é segunda-feira, 24 é véspera de Natal e 25 é uma quarta-feira, Natal. Portanto nós só teríamos dia 26, uma quinta-feira. Na semana seguinte a segunda-feira, dia 30, que seria o único dia que nós poderíamos reunir, também foi decretado como ponto facultativo. Nós estamos, literalmente, sem data.

O Sr. Gaban:- Eu tenho uma proposta para fazer. Nós poderíamos trabalhar em duas vertentes. Uma delas seria de que não haverá aprovação do orçamento impositivo. Apesar de tudo o que o Líder do Governo tem dito, isso deverá acontecer. Mesmo com a maioria esmagadora da Casa pensar de maneira totalmente diferente, mais uma vez, do Líder do Governo. Nós faríamos as reservas das passagens para o presidente e para o relator para irem assessorados, naturalmente... Estava conversando com o deputado Leur Lomanto, porque não tive tempo de conversar com ninguém, que dei a sugestão para vir aqui o engenheiro Costa e Silva. Já trabalhamos junto, conheço a sua competência e não sei qual foi o sentimento da Casa, mas ele, que é um técnico, poderia acompanhá-los, se assim for o entendimento.
O deputado Paulo Azi, que é o presidente, e o relator iriam acompanhados do engenheiro Costa e Silva ou de um outro engenheiro.

O Sr. Leur Lomento Júnior:- Um aparte, deputado Gaban. Para facilitar o trabalho da Oposição, na quarta-feira, acho que todos os deputados da Base do Governo deveriam ir para lá. Acho que facilitaria bastante o nosso trabalho aqui na CPI.

O Sr. Gaban:- Como eles são muito, acho que no mínimo iriam uns dois deputados. Se algum deputado tiver disponibilidade e puder ir, entendeu! Caso queiram ir pode-se fazer uma reserva de passagem, porque neste período é complicado, para todos os membros da comissão que desejarem ir. Agora, ficando condicionado a essa forma.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Vejam bem! Eu acho que devemos estar atentos para os detalhes dessa discussão. Pela fala do nobre deputado Gaban, os trabalhos, aqui, estão imbricados com o que acontece na Casa. Sua fala, repetidas vezes, vai nessa direção.

Mas nós somos parlamentares e temos obrigação de fazer escolhas, por vários motivos. Final de semestre e final de ano são tempos de tensão entre Oposição e Situação. Então, nada mais natural, não adianta, porque a gente não ia navegar na mansidão, na calmaria. Então, é a tormenta mesmo. Temos de fazer escolhas.

Outra, em todas as atividades da CPI, raras serão aquelas em que a totalidade dos seus membros se farão presentes, porque é uma questão de escolha. Eu apoio a proposta do deputado e presidente Paulo Azi, junto com a observação feita pela deputada Fátima Nunes, no sentido de que fiquemos, aqui, participando do jogo da discussão política na Casa até o limite que pudermos ficar. Haverá o entendimento da Casa de que, pela importância do trabalho que a CPI vai fazer, é preciso que nos ausentemos, e que essa ausência seja, efetivamente, aceita e acatada como parte do nosso trabalho e não terá problema nenhum.

Vejo um problema e não me oponho à sua sugestão. Mas coloco que, num primeiro momento, seria inexequível, qual seja, a ida do assessor. Isso seria ótimo. Porque a liberação das passagens, pela Casa, se fará tão somente para os deputados num primeiro momento. Poderemos tratar disso em uma outra hora. Mas estou alertando.

Também, há uma das questões que eu ia levantar. Antes do final desta reunião – vou aproveitar para não pedir a palavra de novo – precisamos conversar com especialistas. E um deles é o Dr. Roberto Costa e Silva; dois, da Secretaria de Infraestrutura e da Superintendência de Telecomunicações e um outro da Agerba. Esses deverão, conosco, apontar quais são os pontos nevrálgicos sobre os quais a gente deve estar centrando fogo, para a gente não saia atirando para todos os lados e perdendo tempo. A gente precisa achar os atalhos sem perder a qualidade das informações que a gente precisa ter.

Além disso, nós já temos uma distância percorrida e bem percorrida por aqueles que já a fizeram no Rio Grande do Sul e no Paraná. Então nós vamos

atentar para esta necessidade, deputado Paulo. Talvez, no início dos nossos trabalhos, no próximo ano, há a necessidade de termos, aqui, uma conversa com os especialistas e aquelas entidades parceiras que estarão embricadas com o nosso trabalho, tipo Procon, OAB, CREA. Essas serão parceiras, comprometidas, compromissadas.

Mas a gente precisa discutir para que a gente não caia no descrédito. E, aí, eu quero ser bem claro, estabelecer um lapso de suspensão dos trabalhos, respeitando o recesso, sob pena de termos os trabalhos esvaziados e não termos a legitimidade das discussões que deveremos ter e dos encaminhamentos necessários que teremos de fazer.

Sejamos práticos.

Como as outras fizeram, coincidentemente o Estado do Paraná fez a sua CPI no momento em que se apesentava o recesso do meio do ano. Então, eles deram um lapso de 15 dias e centraram fogo naquilo que era crucial, para nós não estarmos aqui fazendo espuma. Isso não nos interessa a nenhum de nós.

Então, eu quero propor para que a gente defina um lapso de tempo em que teremos os trabalhos suspensos para o bem da CPI, da qualidade. Isso não significa dizer que o relator, o presidente e os demais membros não estão se ocupando da matéria, até porque a gente vai ter, no retorno, muita intensidade dos trabalhos da CPI.

Então eu queria chamar atenção para esses dois aspectos.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Mais ou menos dentro do que V.Exª colocou e que concordo praticamente na sua totalidade, poderíamos fazer o seguinte, ou seja, em termos de presença, eu posso e acho que o Líder de Oposição não terá nada contra. Eu gosto dos dois. Mas aqueles que registrarem a presença – entendeu Paulo? – na terça- feira, melhor, aqueles que registrarem a presença na terça-feira, fazem parte da CPI e querem viajar, posso garantir, em termos de Oposição, que a presença será garantida na votação. Sento, hoje, com o Líder do governo e defino.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Acho, até, que esta solução fará com que o quórum da viagem seja altíssimo, porque será muito mais agradável participar da viagem do que virar esta noite aqui.

O Sr. GABAN:- Isso só para aqueles que derem presença. Agora, o cara que vier com o pretexto de que vai viajar, aí não, não conta nada. Exatamente. Perfeito.

Acho que deveríamos ter uma reunião ainda hoje com o presidente da Casa. Não precisa contratar uma consultoria para ficar direto já e definir. Aí, já não teria aquele problema da passagem de alguém da área técnica.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Então, vou submeter à votação o plano de trabalho proposto pelo deputado Joseildo ficando, apenas, sob a análise, a definição das viagens e dos locais onde serão realizadas audiências no interior. E, desde já, deputado Joseildo, vou sugerir que façamos uma reunião extraordinária conforme está previsto no Regimento Interno aprovado hoje.

E, aí, vamos buscar uma data que seja de consenso com os membros da comissão para que façamos esta reunião extraordinária. Se possível, ainda este ano para que possamos deliberar sobre esses últimos assuntos que foram tratados nesta data. Ainda nesta oportunidade, deveremos discutir o período de suspensão dos trabalhos. Vamos discutir os municípios que serão visitados com as respectivas datas e as questões que forem levantadas nas viagens que faremos na próxima semana.

Portanto, submeto à votação.

E os deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovados.

Há algum parlamentar que quer colocar alguma coisa antes do encerramento dos trabalhos?

O Sr. GABAN:- V.Exª colocou bem que definirá depois uma interrupção. Então, neste período de interrupção, o que podemos estipular que, eventualmente, este assessoramento que vamos contratar faça o trabalho em campo para não usar subsídios seja aqui em alguns bairros em Salvador, seja em alguma cidade do interior que a comissão assim entender que seriam os prioritários.

Então mesmo que não tenha sessão, os trabalhos técnicos, pelo menos estarão sendo realizados neste período em que não tivermos...

(Alguém manifesta-se fora do microfone.)

O Sr. GABAN:- Exatamente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço, deputado Gaban.

Então, são, exatamente, 11h34min. Tivemos as presenças dos deputados Paulo Azi, Mário Negromonte, Joseildo Ramos, Álvaro Gomes, Cacá Leão, Euclides Fernandes, Gaban, Fátima Nunes, Leur Lomanto mais a honra de termos conosco demais deputados como Reinaldo Braga, Carlos Geilson, Zé Raimundo e Carlos Brasileiro. Isso demonstra que esta CPI tem tido, efetivamente, a atenção e o empenho dos parlamentares que compõem esta Casa.

Relato da 5ª Reunião Ordinária da **Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia** realizada em 12/02/2014.

Resumo:

Foi aprovado o requerimento que estabelece a assinatura de um termo de cooperação técnica com o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA-BA), a Ordem dos Advogados da Bahia (OAB), o órgão de Proteção de Defesa do Consumido (PROCON), o Ministério Público Estadual (MPE), o Ministério Público Federal (MPF) e a Defensoria Pública do Estado da Bahia. Fica agendada ainda a apresentação do site oficial da CPI, a ser realizado na próxima reunião.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Abro a 5ª Sessão Ordinária da CPI da Telefonia.

Srs. Parlamentares, peço a atenção de V.Exªs para informar algumas providências que foram tomadas por esta CPI no período que se sucedeu à última reunião ordinária desta comissão. Membros da CPI, o deputado Joseildo Ramos, o deputado Cacá Leão e este presidente estiveram visitando as assembleias legislativas dos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, quando, na oportunidade, conhecemos o funcionamento e os resultados de

suas duas comissões Parlamentares de Inquérito, as quais vamos tentar resumir para os Srs. Deputados.

Ao mesmo tempo, esta Comissão, no período de dezembro a janeiro, dedicou-se a procurar organizar a CPI do ponto de vista administrativo para que quando nós, efetivamente, iniciarmos os trabalhos, não só de campo, mas das oitivas, ela já conte com uma estrutura administrativa capaz de acompanhar e dar sustentabilidade aos trabalhos da Comissão.

A CPI já preparou um site que será um instrumento muito utilizado pela Comissão, pois é seu desejo uma interação com a população na máxima possibilidade. E esse site, por certo, terá um papel relevante nesse processo de interação com a sociedade. Vamos, aqui, nesta sessão, apresentar aos senhores o modelo desse site. É desejo desta CPI, na próxima sessão, apresentar esse site à imprensa e aos representantes da sociedade para que eles tenham conhecimento dessa ferramenta, que, como disse, será de tamanha importância para essa CPI. A nossa ideia é que a partir do mês de março, logo depois do carnaval, nós possamos estabelecer uma agenda de trabalho, que será dividida entre as reuniões da Comissão que acontecerão em municípios do interior do Estado da Bahia e as oitivas que serão realizadas no âmbito da Comissão.

Nós deveremos, ainda, nesta Comissão, discutir e submeter ao voto alguns requerimentos que o nobre relator, deputado Joseildo Ramos, apresentará a esta Comissão.

Mas, antes disso, eu passo a palavra ao deputado Joseildo, que, por certo, irá encarregar-se de fazer as apresentações que estão já previstas para essa reunião.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Eu quero dirigir-me ao deputado-presidente, Paulo Azi, aos Srs. Deputados membros da CPI e também aos nossos funcionários da Casa e outros assessores que vão compor a estrutura da CPI. Nós ainda estamos, com muito cuidado, em nossa opinião, num tempo adequado, cuidando da parte administrativa, da parte estruturante de todo esse processo para que tenhamos todo um suporte, não só legal, não só de

estrutura, mas, também, de pessoal, para dar respostas, porque não temos dúvida de que essa CPI vai mexer com uma série de tensões, mesmo porque ela cuida do principal problema que acomete os consumidores em todo o país que são os serviços de telefonia móvel e fixa, serviços de TV a cabo e também serviço de transmissão de dados, além da internet.

Então, não partiremos do zero, a partir da experiência que sinteticamente a gente vai mostrar aos senhores o que ocorreu nos Estados do Rio Grande do Sul e do Paraná, nós haveremos de buscar objetivar a nossa ação naquilo que pode ser considerado mais nevrálgico para que a gente possa, se não resolver, melhorar substantivamente a prestação dos serviços e o respeito à dignidade dos consumidores.

Eu gostaria de imediato aproveitar para propor, se for oportuno, que a gente estabeleça uma espécie de convênio de cooperação, não sei o instrumento jurídico – Thyers depois pode nos ajudar – para que a gente promova na direção dos parceiros estratégicos, porque construiremos com eles as diversas tomadas de medição e de outras iniciativas de ordem técnica na CPI Itinerante. Os principais parceiros são cinco, aqueles que a gente considera estruturantes: o CREA, a OAB, Procon, Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública. Por que parceiros? Porque todos esses órgãos se ocupam da matéria, eles têm setores especializados para tratar do assunto e têm a necessária capilaridade para que a gente possa tratar com propriedade das diversas intervenções em assuntos de alto conteúdo tecnológico e de saberes especializados.

Portanto, é nesse sentido a minha fala e retornarei a palavra a V.Exª para que proceda ao encaminhamento da nossa reunião.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Para complementar, deputado Joseildo, esses cinco parceiros que V.Exª citou estão sendo objeto de visitas nossas pessoais para oficializar o convite.

Ontem, estivemos no CREA conversando com o presidente do CREA, hoje deveremos ir ao Ministério Público Federal e ao Procon. Desde já, todos os membros desta CPI que desejarem participar dessas visitas serão de extrema importância para a nossa CPI. Hoje, às 15 horas, visitaremos o Ministério Público Federal e logo depois o Procon.

Deputado Gaban com a palavra.

O Sr. GABAN:- Meu caro presidente Paulo Azi, meu caro relator Joseildo e demais amigos, membros desta CPI, eu gostaria, deputado Joseildo, de dar algumas sugestões a V.Exª. Nessa parte inicial administrativa as providências são tomadas, eu acho que são extremamente importantes da condução que V.Exª e o presidente da CPI estão tomando. Primeiro, temos que nos municiar de dados para, efetivamente, depois dos convites, os cinco parceiros aí mencionados, acho que são, no tom necessário, os que devem efetivamente participar, e a partir da primeira, digamos assim, reunião de trabalho, com todos os elementos iniciais administrativos terem sido tomados, eles já devem, entendeu, presidente, a meu ver, participarem.

A sugestão que dou é que a assessoria de V.Exªs, vocês tomaram conhecimento que no Maranhão entraram com uma ação e bloquearam todos os bens de uma operadora, por conta de quê? Da queda dos sinais.

Eu pedi até a Sandro, advogado da Oposição, para ver se ele consegue esses dados. Mas acho que é importante a assessoria também da CPI entrar em contato, ver a forma como foi dado entrada, porque é uma jurisprudência que a gente tem, porque na hora que mexer no dinheiro das operadoras, como foi feito no Maranhão, bloqueando bens patrimoniais deles por conta de queda nos sinais, má qualidade dos serviços prestados, e a gente conseguindo aqui também, já que temos jurisprudência, vai dar um susto nas operadoras. Aqui na capital – eu que não tenho viajado, tenho ficado aqui, a queda de sinal é um negócio irritante. Na própria Paralela, tem-se pelo menos dois pontos negros em que não se tem cobertura.

Então, neste sentido, e até para que possamos municiarmo-nos, Sr. Presidente, meu caro relator, de dados técnicos, seria interessante também que parta de V.Exª, meu caro Joseildo, entrar em contato com todas as operadoras, pedir a área de cobertura de todas as ERBs, tanto aqui na capital mas também sobretudo no interior e nas cidades as quais a comissão pretende visitar. Esse ofício deve ser pedido de imediato para que tenhamos os elementos técnicos necessários para quando se for visitar o interior, fazer as Assembleias Itinerantes, já tenhamos esses dados das ERBs, porque o pessoal técnico que for fazer as medidas e para comprovarmos que a

qualidade do sinal não está sendo a desejada, temos que ter a área de cobertura. Por isso, acho que esse ofício para todas as operadoras pedindo a área de cobertura das ERBs é de fundamental importância.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Deputado Gaban, exatamente na direção dessa preocupação que V.Exª traz, nós sistematizamos uma apresentação que dá conta dessa preocupação na origem. Portanto, existe toda uma sistemática. Parte dela foi adotada no Paraná e no Rio Grande do Sul. Nós tomamos o cuidado de colocar à disposição de todos os titulares e suplentes da CPI uma cópia do que sucintamente vamos apresentar, porque dá conta, de maneira organizada sistematicamente, hierarquizada dessa preocupação que V.Exª traz.

Então, vamos apresentar, colocando claramente no sentido de que nós estamos tendo um esforço adicional e nos municiamos de técnicos, com os um dos quais, inclusive, V.Exª tem relação de grande amizade, o Costa e Silva, que é do CREA, e dois outros da Secretaria da Infraestrutura e da Agerba, para que possam, de maneira sistemática, dar a orientação que nos precisamos do ponto de vista do conhecimento especializado, e que V.Exª também, por ser profissional da área, pode muito bem nos ajudar. Assim, tomamos essas providências.

Aproveitando a minha fala, eu gostaria de submeter aos senhores a manifestação oficial que esta CPI vai fazer, em relação aos chamados órgãos parceiros, estruturantes. Vejam bem: como teremos uma CPI Itinerante, quando tivermos tratando das questões específicas no âmbito regional, nós gostaríamos de ter, pela capilaridade que cada orgão desses tem nos diversos lugares da Bahia, diante da sua extensão, que eles estejam presentes de maneira formal e fazendo parte do tronco da CPI. Coloco que isso é uma inovação da nossa iniciativa, isso não ocorreu nos dois outros estados, mas digo que essa nossa proposta decorre da experiência que observamos dos colegas dos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná.

Vamos lá: “Exmº Sr. Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. Requerimento: O

deputado estadual Joseildo Ramos vem, com fundamento no art. 83 da Constituição do Estado da Bahia, conjugado com o art. 58 da Resolução nº1.193, de 17 de janeiro de 1985, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, requerer que seja solicitado por esta comissão informações e documentos, levando-se em consideração as especificidades de cada órgão, com a finalidade de subsidiar os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga as prestadoras de serviço da telefonia móvel, fixa, TV e internet, nos seguintes órgãos: CREA, Tribunal de Contas, Procon, Defensoria Pública, Anatel, Tribunal de Justiça do Estado, Ministério Público Federal e Estadual, e de todas as prestadoras de serviço de telefonia móvel, fixa, TV a cabo, internet que atuem no Estado da Bahia.

Quero colocar para vocês que essa manifestação oficial, necessariamente, é genérica, ela irá capeando as outras que vão cuidar da especificidade daquilo que pretendemos em cada órgão. Então, é nesse sentido, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Submeter a voto o requerimento do deputado Joseildo. Em votação. Os deputados que aprovam o presente requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado a unanimidade.

Deputado Joseildo, passo a palavra a V. Exª para que possa fazer a apresentação tanto da experiência nos estados, os trabalhos que estão previstos e do site que já se encontra pronto e que em breve estará à disposição da população do nosso Estado.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Bem simples, claro. E também o seguinte: vou pedir aos senhores que aquilo que, porventura, não estiver claro, interrompam, mesmo porque não existe pretensão da minha parte de ser muito aprofundado nessas questões, mesmo porque tudo isso estará à disposição dos senhores individualmente.

Vamos lá. A CPI do Paraná. Observe que ela tem objetivo claro que vai na direção daquilo que ofereça: constitucionalidade, ilegalidade aos trabalhos da CPI. Portanto, são as relações de consumo que presidiram todas as ações da CPI do Paraná. O objetivo ali está claro, repete claramente o objetivo para resguardar o eito da legalidade e da constitucionalidade. Lá o prazo foi de 120

dias, parece-me que o nosso prazo é mais elástico, não é isso, presidente, 180 dias. Certamente não vamos precisar desse tempo todo, vamos otimizar, mesmo porque não estamos partindo do zero.

Lá no Paraná eles utilizaram o critério tão somente de densidade populacional para poder escolher 10 dos 340 quase municípios do estado do Paraná. O critério foi de densidade populacional. Portanto, entendemos de que houve uma lacuna preciosa aí, acho que o critério da representatividade territorial é mais importante nessa matéria, mesmo porque os problemas de telefonia e os outros problemas que vamos nos ocupar, eles são diferentes a partir de uma série de questões ligadas ao meio físico, a geografia e a uma série de outras questões, que não se levou em consideração lá no Paraná. E a nossa proposta será de representatividade territorial, no caso da Bahia.

Observem que lá no Paraná o ponto alto da CPI que eles fizeram foi, exatamente, a CPI Itinerante. Movimentou, deu credibilidade no estado do Paraná e eles utilizaram a estrutura para que o leiaute, a presença fosse algo bem substantivo no trabalho que eles fizeram. Observem que tem banner, cadeira, a proximidade da população foi muito grande.

Então, tinha uma unidade móvel plotada. Teremos também aqui. Então, o termo de permanência médio. Eles utilizaram o corpo técnico que tinha servidores. Mas também lá eles tinham representação do Procon, da Academia, estudantes, tinham também estagiários e também outros órgãos. E também uma equipe própria de produção de áudio e de vídeos. E que nós também teremos a nossa disposição.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Joseildo, só rapidamente, dizer o seguinte: esse modelo será também adotado por essa CPI como os seus carros-chefes. Existe, inclusive, já uma proposta dos municípios que deverão ser objeto dessas visitas. É importante que os senhores parlamentares, aqueles que ainda não tiveram a oportunidade de conhecer, se inteirar desses municípios, até para que no momento oportuno nós possamos fazer um debate sobre isso para definir o cronograma de visita a esses municípios ou de algum outro que porventura venha a ser sugestão dos senhores parlamentares.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Agradeço, deputado presidente.

Vamos lá, companheiro.

Serei bem rápido para poder não cansar os senhores já que isso estará nas mãos. E vou chamar atenção apenas para aquilo que é interessante, o principal.

Observem que eles não utilizaram do expediente de fazer audiências públicas, porque no momento em que eles, desde a inauguração da CPI até o seu término, eles tiveram problemas pela época em que isso aconteceu, coisa que não teremos, apesar de termos um ano muito intenso, copa, eleição e essas coisas todas.

Outra situação é a de que, além dos 10 municípios que eles visitaram, eles ampliaram para que, aí, sim, desse representatividade. Há outros 70 municípios que, através de questionários, a eles foram solicitados informações especializadas sobre o problema.

Houve uma única reunião onde, de forma conjunta, eles fizeram a oitiva das operadoras que, no caso, a elas, através do habeas corpus, foi concedida uma liminar tradicional em tudo quanto é CPI, qual seja, resguardando o direito de todos os representantes de operadoras de celular em não prestar o compromisso de falar a verdade e o juramento perante a CPI.

Vamos topar com isso. Mas aconteceu uma coisa inusitada lá, como o jogo não foi combinado e havia disputa, uma das operadoras abriu o bico e falou. Aí, as demais, também, se puseram a falar.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- É importante registrar, deputado Joseildo, que, no caso do Paraná, os representantes das operadoras não foram convidados, mas foram convocados. Por isso, procuraram se resguardar com uma liminar que, na presente situação, qualquer coisa que eles falassem e faltassem com a verdade poderia ser inclusive objeto de prisão e todas as consequências de que demanda uma situação como essa.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Tanto que preferimos, no primeiro momento, criar um ambiente de confiança com os órgãos que chamamos aqui de estruturantes que serão parceiros essenciais nessas horas em que a gente tiver a necessidade de ter a legitimidade para fazer as gestões que vamos precisar, até, coercitivas se for o caso.

Inclusive, é bom dizer que o Slim, o mexicano, ele recebeu pessoalmente e teve de ir. Observe que o dono, um dos homens mais ricos do mundo, teve de ir lá se explicar.

Então vou falar rapidamente das conclusões da CPI que são quase as mesmas. Os problemas principais, em nível de crédito, vocês estão vendo que expira o seu efetivo uso, consumo indevido, serviço de SMS cobrado sem aviso, aquele problema enorme das cobranças que cada um de nós é testemunha que acontece. Tudo isso foi visto e pontuado lá.

Na Internet do mesmo jeito: falha na prestação de serviço, instabilidade no sinal, redução de velocidade. Isso em nível de transmissão de dados.

Outra coisa muito interessante que formou um nível de credibilidade muito grande com a sociedade paranaense foi a de que eles bateram muito nessa questão da propaganda enganosa que, às vezes, passa despercebido por nós que somos consumidores. E todos os dias, uma chuva e um emaranhado de propaganda enganosa vão aparecendo. E o ICMS é do mesmo jeito.

Quanto ao serviço de atendimento ao consumidor, isso é interessante. Eles contratam com um nível de rotatividade muito grande sem qualificação dos atendentes. E cada um que precisa, por exemplo, romper o contrato, imagine o que se pena como, por exemplo, falta de eficácia na resolução de problemas além da dificuldade de cancelar o serviço, queda de ligação durante o atendimento.

A questão não é só da inexistência de quantidade de Estação Rádio Base, pois há, também, problemas que veremos adiante relacionados ao compartilhamento que poderia ser uma das resoluções para esse grave problema que é um nó danado nessa situação, o bloqueio indevido de chip.

E, a partir das conclusões da CPI, eles tiveram várias conclusões em que devo dizer para vocês o seguinte: eles tinham mais de 30 mil catalogadas, mais de 30 mil reclamações e todas elas sob protocolo. Nas audiências, mais de 35 mil e todas elas foram respondidas e sanadas sob protocolo.

Inclusive, teve um exemplo emblemático. Eles estavam em um momento desses da CPI Itinerante e tinha um camarada que tinha um problema de três anos que não se resolvia. E só pela presença da CPI e o aparato de mídia lá,

em 15 minutos o problema foi resolvido. E isso virou pauta para todo o Estado, demonstrando claramente a falta de respeito das operadoras. Outra coisa que ficou claro: a Anatel, assim como todas as agências reguladoras dos serviços concebidos, não cumprem o seu papel. Isso está claro. E esta CPI e as outras vão levantar um problema que o Estado brasileiro precisa dar respostas. Existem serviços que o poder público não vai retornar a fazer, é impossível, mas é preciso que haja a defesa dos principais interessados, da principal interessada que é a sociedade.

Outra coisa relevante é que se criou lá no Paraná, me parece que foi algo crucial, o pacto estadual das antenas, que contou com a representação dos municípios, a representação estadual, que aqui é a UPB, a correspondente a de lá, porque cada município tem uma lei de antenas, que discorre sobre meio ambiente, os perigos e os níveis de radiação totalmente diferentes. Uma não guarda semelhança com a outra. E outros nem têm. E o que é pior é que não tem gente qualificada para receber um laudo especializado, que é obrigatório que cada operadora ofereça. E não oferece na maioria das vezes. Então esse é um problema grave, mas é uma das chaves com alguma resolutividade para a gente ajudar a resolver o problema. As operadoras ficam escoradas nessa situação e cruzam os braços “Ah, mas o município não se entende, a gente tem essa dificuldade...” Aí vai levando.

Tem outras coisas importantes, como a proposta de unificação da lei, isso foi uma coisa crucial. E outra coisa que saltou aos olhos foi a deficiência do Procon. Às vezes, na capital o Procon age e tem material humano de qualidade, mas nas suas representações territoriais isso não acontece da mesma forma. É outro problema aí que a gente vai ter pela frente.

Daí resultou uma coisa importantíssima, por conta desse órgãos que chamamos lá atrás de estruturantes e que a gente está organizando de uma forma diferenciada aqui, porque resultou num Termo de Ajuste de Condutas, que não compete à CPI e que esses órgão, no seu conjunto, celebraram esse TAC, que está sendo fielmente cumprido pelas operadoras, melhorando bastante os serviços, cuja qualidade lá, que é ruim, é muito melhor do que aquela que é prestada aqui e nos outros Estados nordestinos.

Então estão aí alguns pontos. Vou chamar a atenção para alguns. Olha ali: que as operadoras entrassem em contato com os reclamantes dando o seu posicionamento formal a toda e qualquer reclamação, formalmente encaminhada pela CPI. Isso foi fundamental e isso credibilizou a atividade da CPI.

Eu chamo a atenção, presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi): - O aspecto que também fez parte do TAC é que as operadoras promoveram um mutirão em todo o Estado para a percepção das reclamações dos consumidores, objetivando a resolução dos problemas. Esses mutirões possivelmente tiveram uma grande participação da população e também gerou frutos positivos para todo o sistema de telefonia do Estado do Paraná.

O Sr. JOSEILDO RAMOS: - Outras coisas interessantes ali: que apresentassem as operadoras um plano de investimento específico que estivesse baseado no Plano Nacional de Ação de Melhoria da Anatel. Coisa que eles não fazem e não respeitam. Então disso daí resultou a antecipação de investimentos e pode-se ver com clareza o aspecto da disputa de mercado entre as operadoras. Então isso saltou aos olhos da sociedade do Paraná.

No Rio Grande do Sul, houve uma diferença... Você vê que no objetivo guarda muita semelhança e nós também iremos na mesma linha para poder resguardar a legalidade e a constitucionalidade. A CPI do Rio Grande do Sul teve mais audiências públicas, o que não aconteceu no Paraná. Então, o objeto está repetido, e ela teve um prazo de 120 dias. Isso está tudo igual. Foi prorrogada por mais 60. Portanto, teve um prazo total de 180 dias.

Elas coletaram provas documentais e oitivas, o que já foi uma grande diferença. Eles fizeram 26 reuniões na CPI com aqueles objetivos todos e colheram depoimentos da OAB, dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, de representantes do setor de tecnologia 4G em Porto Alegre, da Procuradoria-Geral daquele município, das Câmaras de Vereadores de vários municípios do interior, do pessoal dos sindicatos - não só o SinditeleBrasil, mas também o outro sindicato que eles têm. Daqui a pouco vamos ver.

Está ali mais um rol: Anatel, Tribunal de Contas, Academia Federal no Rio Grande do Sul, Defensoria Pública, Conselho Estadual do Consumidor,

Poder Judiciário, Câmara de Vereadores da Capital, CREA, Associação de Defesa do Consumidor - enfim, vamos lá -, além das operadoras.

Eles solicitaram do Tribunal de Contas - está aí, Gaban, na solicitação documental e nas oitivas - cópias dos instrumentos, contratos e aditivos na delegação dos serviços para o próprio TC, capacidade de canais disponibilizados das ERBs das operadoras de telefonia. E aí vem o mapa de cobertura de cada uma delas. Da Defensoria Pública, o número de ações individuais e coletivas e a sua relação com as demais ações, os tipos de ações mais frequentes, ou seja, toda uma sistemática para que a gente possa cruzar dados estatísticos que definam claramente quais os principais problemas.

O Ministério Público Estadual, da mesma forma. Vocês terão isso à disposição. Do mesmo jeito, a Procuradoria-Geral de Justiça, o Tribunal de Justiça. Olhe aí no Procon o número de representações dos consumidores em relação às deficiências tanto da telefonia móvel como da fixa. Essa é uma diferença.

No Rio Grande do Sul, eles trataram da móvel e da fixa. E no Paraná só se movimentaram, a CPI foi só sobre a telefonia móvel. No Rio Grande do Sul, repito, foi móvel e fixa. Aqui, além dessas duas, temos internet e TV a cabo também para averiguar. A OAB, da mesma forma. Não cabe a gente estar aqui lendo, na realidade, o que eles pediram. Vocês vão ter isso à disposição, como já disse.

Outra coisa. Eles tiveram uma relação muito importante com a entidade que é equivalente à UPB que nós temos aqui, para que fizessem uma interlocução paralela com os diversos municípios, a fim de que tenhamos velocidade compatível com o prazo, porque, findo este, para do jeito que está. Vamos lá. Foi outra entidade que ajudou junto aos municípios.

Especificamente, no caso das operadoras no Rio Grande do Sul, eles tiveram uma posição mais aberta porque a CPI da Telefonia no Paraná obteve muito êxito e teve muita mídia, muita exposição na mídia, e o pessoal lá já foi mais cooperativo. Acreditamos que isso possa vir a acontecer aqui também.

Pronto? Acabou? Não, tudo bem.

Então, olhem quantos problemas foram identificados: deficiência de serviço do call center, ausência de regulação pela Anatel, necessidade de

universalização do serviço na zona rural, unificação da legislação de antenas, que é uma coisa que a gente deve perseguir aqui, além das medições e conferências. Há também os prejuízos ligados à portabilidade, as cobranças indevidas, ausência de controles, principalmente relacionados com o roubo, o furto de aparelhos, e a ilegalidade na cobrança da assinatura básica da telefonia fixa. O companheiro Álvaro Gomes conhece bem isso aí.

Então, lá também a CPI desaguou no Termo de Ajuste de Conduta juntamente com as operadoras Vivo, Tim, Oi e Claro, a partir da sinergia com os parceiros estruturantes.

Não vou ler o Termo de Ajustamento e Conduta porque é bem parecido, apenas com algumas diferenças, observem que praticamente se repete a mesma situação. Enfim, isto estará à disposição de todos os senhores para que possamos seguir mergulhando no processo da CPI.

Rogério, gostaria que você fizesse a apresentação do site.

O Sr. Rogério:- Na verdade, isso é uma boneca do site, que está sendo atualizado. O objetivo é que o site seja uma ferramenta que possa atrair a população para que ela participe, denuncie e colabore com o trabalho da CPI.

Esse site será lançado no dia 19, próxima quarta-feira, na sessão ordinária da CPI, e a imprensa será convidada para conhecer e ver como funciona. É um site simples e ao mesmo tempo atraente para que consigamos o apoio da população. A ideia é de que ele seja um instrumento também de transparência da CPI. Ali vocês poderão ver no menu, que tem, além da composição, agenda, que vai ficar exposta no canto direito, com as datas das reuniões ordinárias, das CPI itinerantes.

Os documentos. Em “documentos” as pessoas poderão... Óbvio que teremos a exposição dos documentos mais importantes, ali divididos por sessão extraordinária, itinerante e sessão ordinária.

No site as pessoas também poderão fazer suas denúncias. Em “denuncie”, ela encaminhará a denúncia, a mensagem, podendo ser anônima, com seu nome e e-mail, e no assunto vai dividir com a categoria do serviço relativo à denúncia. Essa denúncia será encaminhada, chegará por e-mail, e terá o tratamento devido com a área jurídica da comissão, tudo dentro da legalidade.

Agora vamos para a home, que é a página principal. Ali teremos a manchete principal e mais três notícias que vão ficar expostas na home. É importante também frisar que em “documentos” vamos ter ele em texto, áudio e vídeo, para garantir a transparência. Ali, por exemplo, a última sessão ordinária em vídeo ficará exposta.

No canto direito vocês podem ver que há o espaço da denúncia da população. Óbvio que nesse espaço vai haver uma moderação, nem toda denúncia vai ficar exposta ali, mas a ideia é de que isso estimule e ajude a população a fazer sua denúncia e contribuir com a CPI.

No canto esquerdo, temos uma das ferramentas que a CPI utilizará, e muito. Já teremos uma empresa específica que cuidará das redes sociais da CPI, ela fará todo o trabalho no facebook, twitter e youtube, ou seja, as redes sociais também servirão de ferramenta para colher informações, denúncias e a contribuição da população.

Esse é um site simples. O objetivo é esse e acho que teremos uma grande participação da população.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a Rogério.

A ideia da comissão é apresentar esse site de forma oficial à sociedade, em particular à imprensa da Bahia, para que logo depois ele comece, efetivamente, a operar. O nosso desejo é fazer isso na próxima reunião da Assembleia, na próxima quarta-feira, no horário da reunião ordinária.

O cronograma que estamos discutindo é para que logo após o Carnaval, já no início do mês de março, efetivamente, passemos a entrar no trabalho da CPI propriamente dito, com as visitas que deverão ser feitas ao interior do Estado. A nossa ideia é que essas visitas consistam numa audiência pública, que possivelmente será realizada nas Câmaras de Vereadores das cidades, mas precedida de uma mobilização da equipe técnica da CPI para realizar contato com a população, para sentir e receber as denúncias da população. O nosso desejo também é de que possamos fazer medições. Assim teremos dados oficiais dos níveis de qualidade dos sinais nessas regiões do Estado e, portanto, é a nossa ideia.

Claro que isso é coletado por profissionais técnicos, especializados dos órgãos que fazem esse tipo de trabalho, principalmente o CREA, que já se colocou à disposição dessa CPI. Portanto é o nosso desejo fazer esse cronograma. Acho que de um lado termos, efetivamente, informações tanto do ponto de vista técnico, que serão recebidas pela CPI em função do requerimento que hoje foi aqui aprovado, do nobre relator deputado Joseildo, que vai dar substância e informações técnicas para os membros desta CPI.

Do outro lado, as informações de campo, que deveremos levantar com essas visitas e a partir daí, então, passamos para as oitivas da comissão. Claro que isso não impede que seja feito um trabalho intercalado. Portanto, são essas as considerações que gostaria de fazer. O deputado Joseildo, se quiser ainda usar a palavra e depois passo a palavra aos demais membros da comissão.

O Sr. Joseildo Ramos:- Tomamos o cuidado de ter a presença aqui de técnicos que estarão dando suporte sistemático aos trabalhos da CPI. E também no devido tempo, depois do carnaval, certamente estaremos solicitando a vinda de um técnico do Paraná, porque vai abreviar as condutas que teremos para que a gente não tenha nenhum tropeço aqui. Ele deverá estar aqui por 15 dias ou um pouco mais. E, a própria Assembleia do Paraná já disponibilizou essa possibilidade da vinda desse efetivo aqui.

O Sr. PRESIDENTE(Paulo Azi)::- Quero dar duas informações adicionais. Estamos criando um grupo fechado no Whatsapp, para que possamos socializar as informações. Temos também uma sala específica da CPI aqui na Assembleia, funciona no terceiro andar, onde ficarão concentradas não só as informações, mas as reuniões que porventura venhamos a fazer, não fora do horário das reuniões ordinárias. Temos um secretário executivo da CPI, Dr. Teles, funcionário da própria Assembleia, que será a pessoa que vai secretariar e coordenar todos os trabalhos do ponto de vista administrativo dessa comissão.

Deputado Cacá Leão.

O Sr. Cacá Leão:- Deputado Paulo Azi, Deputado Joseildo, em primeiro lugar, quero parabenizar a equipe que confeccionou o site. Ficou muito bonito e muito prático também de ser usado. Acho que a nossa visita ao Paraná e ao

Rio Grande do Sul nos trouxe respostas importantes e encurtou bastante o caminho que vamos fazer para conseguir atingir os resultados parecidos ou até melhores do que eles.

Acho que eles conseguiram principalmente o Paraná. Confesso a vocês que achei a estrutura do Paraná, o empenho dos deputados do Paraná que faziam parte da CPI também me chamou bastante atenção, da vontade e resolução e o resultado que conseguiram tirar perante a sociedade e resolver problemas. Algumas coisas que me chamaram a atenção como por exemplo, aquela questão do sistema, que disseram que quando eles iam medir o sistema, ele estava pronto para receber 500 linhas, mas tinha 5 mil linhas funcionando naquele sistema,

E a gente que convive e que utiliza esses serviços tem certeza que são os problemas que vamos encontrar pelo nosso Estado também. Então, quero parabenizar a equipe que confeccionou o site, as mídias sociais. Acho que isso vai trazer a gente, fora as audiências públicas. Tenho certeza absoluta do resultado que vamos tirar desse importante momento, que ficará marcado no Legislativo baiano.

O Sr. Presidente (Paulo Azi):- Agradeço a V.Exª, deputado Cacá. V.Exª teve uma participação importantíssima nas visitas que fizemos aos dois estados do Brasil.

Com a palavra o deputado Gaban.

O Sr. GABAN:- Meu caro presidente, Paulo Azi, meu caro relator, deputado Joseildo, tenho que parabenizá-los. Nesses cinco mandatos aqui, na Casa, é a primeira CPI que vejo trabalhar de forma organizada. Tem metas a serem cumpridas, tudo sendo feito com extremo cuidado, e tenho certeza absoluta que daremos, pela primeira vez, aqui na Assembleia Legislativa, nesses 20 anos, o resultado que a população espera.

Não me resta outra coisa a não ser parabenizá-los pela forma como está sendo organizada. Acho apenas que logo que tivermos todos os elementos técnicos disponíveis, as informações das teles e tudo mais, devemos convocar todas as TVs, blogs, principais rádios, porque as rádios maiores têm rede no interior, para que vejam a forma como está sendo organizada. Porque CPI, normalmente, sobretudo na Bahia, perdeu um pouco do crédito, porque

morreram no tempo. Não tiveram a organização que V.Exªs tão bem estão fazendo.

Então, é importante que a imprensa de maneira geral, os jornais de maior circulação também, esqueci de falar, sejam convocados para uma espécie de coletiva da imprensa para dizer como vai ser. Porque na hora que a imprensa sentir a forma como está sendo organizada, saberá que terá resultado. E eles também serão interessados em divulgar e ajudar o trabalho. Porque quando formos para o interior, não só as rádios da região, naturalmente, mandarão informação da Assembleia itinerante, mas os noticiários todos da imprensa.

Queria parabenizá-los e dizer que pela primeira vez me sinto satisfeito em participar de uma CPI. Tenho certeza que terá resultados pela forma com que está sendo conduzida nesse início.

Acho que a viagem, Cacá, que V.Exªs fizeram foi importantíssima. É subsídio. Não saímos do zero, já saímos com uma etapa superada, fruto da experiência que V.Exªs tiveram e coletaram das duas CPIs de lá. Então, é só caminhar nesse sentido.

Parabéns.

O Sr. Presidente (Paulo Azi):- É exatamente nesse sentido que já está na programação da próxima semana convocar toda a imprensa para que possamos apresentar o site da CPI e também para passar algumas informações de como atuaremos nessas audiências e visitas ao interior. Estamos conversando com o presidente da Casa, que disponibilizou a sua Assessoria de Comunicação. Cada reunião dessas que se fará no interior será precedida de uma mobilização com as rádios, jornais e blogs da região. Assim, poderemos ter uma efetiva participação popular em cada município e região que visitaremos.

Já na próxima semana, na próxima reunião, convidaremos todos os setores da imprensa do nosso Estado para que tomem conhecimento não só do site, mas da maneira como a CPI pretende funcionar.

Mais alguém deseja usar a palavra?

Antes de encerrar, vou passar a palavra ao deputado Joseildo para que ele possa tecer suas considerações finais.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, agradeço-lhe.

Gostaria de fazer um apelo aos companheiros aqui. Essa CPI nasceu por unanimidade. O desrespeito é tão grande que vai para além das matizes ideológicas ou o que representamos aqui nesta Casa.

Eu acho que cada deputado ao se debruçar sobre essa matéria, certamente, prestará um serviço de altíssima qualidade e que é de interesse do consumidor e, por via de consequência, vai melhorar a visão que se tem desta Casa. Portanto, nós estamos prestando um serviço histórico ao Parlamento.

Eu gostaria de fazer dois encaminhamentos dirigidos ao Thyers que deverá receber o apoio de Buri e o apoio operacional-administrativo do Teles e da sua equipe. É o seguinte: destrinchar especificamente o ofício que mandaremos para os parceiros estruturantes, porque ali só é o capeamento que demos conhecimento ao pessoal aqui.

Outra coisa, fazer uma proposta para a reunião de quarta-feira para celebrarmos um convênio, ou algo parecido, com o melhor instrumento legal, para consagrar a relação, do início ao fim, de maneira estruturante entre os cinco ou seis órgãos, conforme verificarmos, e a estrutura da CPI, certo?

Além disso, para informação, Gaban, para além dessa preocupação que V.Exª oportunamente trouxe, existe já sistematizado um plano de mídia que para o Estado todo vai ter outdoor, imprensa escrita, os blogs, a imprensa falada, televisionada, enfim, haverá incorporação e isso já foi mediado com a Casa, ou seja, a própria imagem do Parlamento, a partir da CPI, tem interesse em consagrar essa sinergia para que possamos apresentar um bom trabalho ao Estado da Bahia.

Então nos ocupamos com essa preocupação e queremos convidar todos os membros que estimulem os demais a estarem presentes, sob pena de alguns membros carregarem nos ombros a totalidade do serviço, que não é o que nós desejamos. Queremos a participação substantiva de todos e tentaremos fazer o melhor que pudermos.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a V.Exª, deputado Joseildo.

Antes de encerrar, volto a lembrar aos nobres colegas parlamentares que procurem ter conhecimento dos municípios que haveremos de visitar porque já se aproxima a data que nós deveremos definir o cronograma de

visitas. Então é importante que cada um dos parlamentares tenha conhecimento e, se for o caso, traga alguma sugestão.

Relato da **6ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia**, realizada em 26/02/2014.

Resumo: Assinatura do Termo de Parceria com os órgãos estratégicos e lançamento do site oficial da CPI

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Às 11 horas e 15 minutos, declaro aberta a sexta reunião ordinária que trata da CPI da Telefonia. Quero, inicialmente, convidar, meu querido presidente desta Casa, deputado Marcelo Nilo, para fazer parte da Mesa; quero solicitar ao secretário que passe para os membros da Comissão a ata da sessão anterior para que cada um possa ler e publicá-la.

Quero convidar para compor a Mesa, o relator da Comissão, o deputado Joseildo Ramos; a Drª Melina Castro Montoya, Procuradora-Chefe Substituta do Ministério Público Federal; o Dr. Ricardo Maurício Freitas Soares, Diretor Superintendente do Procon da Bahia, Dr. Eduardo Rodrigues, representante da OAB; Dr. José Augusto Pinto de Queiroz, assessor da presidência e representante do Crea nesta Comissão.

Quero também saudar a presença do Dr. Robério Ronald, Diretor de Comunicação da Seinfra; cumprimentar os representantes das operadoras que estão acompanhando esta sessão, o Dr. Roberto Gomes, representante do Ministério Público Estadual, por favor, se possível, fazer parte da nossa Mesa. Quero saudar os profissionais de Imprensa aqui presentes, os queridos parlamentares, deputado Líder do governo, deputado Zé Neto; vice-presidente desta Comissão, deputado Mário Negromonte Júnior.

Quero, inicialmente, fazer uma saudação especial e um agradecimento público ao presidente da Casa, deputado Marcelo Nilo. Esta Comissão, instalada no último mês de novembro, tem tido todo o cuidado necessário para

que possamos, ao final dos nossos trabalhos, produzir resultados efetivos para a nossa população.

Todos nós sabemos dos graves problemas que o sistema de telefonia hoje traz à nossa população, as queixas e as reclamações, e essa comissão tem o objetivo exatamente de procurar entender sobre a questão, propor soluções que venham melhorar a qualidade do serviço de telefonia em nosso Estado. E isso só tem sido possível pelo apoio total, amplo e irrestrito que V.Exª, como presidente da Casa, tem oferecido a esta comissão.

Portanto, quero aqui fazer esse agradecimento público a V.Exª e passar a palavra para que V.Exª possa fazer as suas considerações.

O Sr. Marcelo Nilo:- Meu querido presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, deputado Paulo Azi, em seu nome saudar a todos os parlamentares aqui presentes, saudando também o nosso relator, deputado Joseildo Ramos, a todos os convidados, ao promotor Roberto Gomes, meu querido amigo, representante do procurador-geral, o Dr. José Augusto Pinto, assessor da presidência do CREA, o Dr. Eduardo Rodrigues, meu querido amigo, representante da OAB, a Drª Melina Castro, procuradora-chefe substituta do Ministério Público Federal, o Sr. Robério Ronald, diretor de Comunicação da Seinfra, o Sr. Ricardo Maurício, representando o Procon, fiz questão de atender ao convite do presidente desta comissão para participar desta reunião da CPI. Primeiro, parabenizo os Srs. Deputados, que num momento importante, suprapartidariamente, instalaram esta CPI. Ela tem como objetivo apenas apurar, prestar à sociedade as informações necessárias e pertinentes com relação à telefonia em nosso Estado.

Não podemos deixar de reconhecer que, com a privatização da telefonia, houve um avanço de quantidade no Brasil, mas não houve na mesma proporcionalidade a qualidade. Nós, parlamentares, representantes do povo, recebemos muitas solicitações, queixas, com relação a esse assunto que, neste momento, é importante, diria que está na ordem do dia.

Como presidente da Assembleia, quero dizer aos Srs. Parlamentares, ao meu querido amigo, deputado Zé Neto, Líder do governo nesta Casa, meu querido Líder do PDT, deputado Euclides Fernandes, nosso querido deputado Gaban, ex-presidente da Casa, nosso querido deputado Cacá Leão, deputado

Leur Lomanto Junior, deputado Zé Raimundo, deputado Coronel Santana, deputado Mário Negromonte Júnior, vice-presidente desta comissão, que a CPI terá todo o apoio estrutural e político desta Casa.

Talvez seja a única vez, nos últimos 7 anos como presidente da Casa, que eu tenha feito questão de participar de uma CPI num dia importante, da apresentação do site, para dizer que o trabalho tem o apoio deste Parlamento, à unanimidade, de todos os Srs. Deputados, independentemente da conotação partidária. Aqui é a Casa das Leis, a representação do povo com forças heterogêneas, forças do contraditório, existe uma base do governo muito consolidada e uma oposição muito aguerrida, mas todos convergem para defender os reais interesses do Estado. Cada um no seu norte, mas com o objetivo único de servir a Bahia. Esta CPI tem esse objetivo. Não de caça às bruxas, nenhuma perseguição, mas para que possamos cumprir o nosso papel, presidida pelo deputado Paulo Azi, que, com certeza, fará um bom trabalho para que possamos, no fim desta CPI, enviar ao Ministério Público, como ocorreu no início da nossa gestão, com uma CPI que deu resultados práticos, tanto é que mandamos na época para o Ministério Público. Esperamos que tenhamos esse resultado satisfatório para que a sociedade saiba que o parlamentar cumpriu o seu dever. E que os empresários, principalmente do setor de telecomunicações, prestem as informações necessárias que todo o povo da Bahia gostaria de saber.

Sr. Presidente, peço licença para me ausentar. Agradeço-lhe muito a oportunidade de estar presente. Digo, mais uma vez, em nome da Mesa Diretora e da Casa: nós daremos todo o suporte estrutural e político para que vocês possam prestar as informações e apurar tudo de positivo ou de negativo que por acaso haja nessa área tão importante do desenvolvimento social do nosso Estado e do nosso País. Obrigado.

O Sr. Paulo Azi:- Convido o Líder do governo, deputado Zé Neto, para fazer parte da Mesa.

Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, antes de passar a palavra ao nobre relator, deputado Joseildo Ramos, que haverá de fazer a apresentação do nosso site e discorrer um pouco sobre o tema, eu gostaria de fazer um

breve resumo das atividades que esta CPI já realizou e de como pretende encaminhar os próximos passos.

Esta CPI, como disse, que foi instalada no último mês de novembro, portanto, às vésperas de um período de fim de ano que, em tese, seria de recesso parlamentar, teve uma preocupação inicial muito clara. Foi consenso entre os membros desta Comissão de que não adiantaria partir, de imediato, às oitivas sem antes procurar se cercar e ter uma estrutura mínima que viesse amparar os trabalhos desta Comissão. Nesse primeiro período, que se desenrolou de novembro até hoje, a CPI se dedicou, principalmente, em realizar as ações do ponto de vista administrativo, internas para que esta Comissão tivesse uma estrutura que lhe desse as condições e a capacidade de, num segundo passo, iniciar efetivamente os trabalhos que, tenho certeza, trarão resultados expressivos para a nossa população.

Dentro dessas atividades, a CPI visitou o Paraná e o Rio Grande do Sul, Estados que já realizaram essa CPI. Os resultados serão apresentados, daqui a pouco, na apresentação que faremos daquilo que observamos desses trabalhos. Temos a certeza de que esses trabalhos servirão de ponto de partida para as ações desta CPI.

Foi também decidido pelos membros desta Comissão que a CPI deve procurar estar em contato direto com a população, e, por isso mesmo, vários serão os instrumentos que permitirão que essa relação se dê de forma muito aberta, muito clara e muito transparente. O site, o qual, hoje, será apresentado, nesta Comissão, será o principal instrumento dessa relação de proximidade e transparência.

A CPI também terá como uma das suas principais ações, as Assembleias Itinerantes em municípios estratégicos do interior do Estado da Bahia. Nessas visitas, além de reuniões e de audiências públicas com as diversas entidades dos municípios e do entorno desses municípios sede, haveremos também de ouvir a população. A CPI terá um equipamento móvel, que contará com pessoas, com um veículo e com técnicos, que estará diretamente em contato com a população para ouvir as suas queixas, as suas demandas e as suas insatisfações, e todos esses levantamentos farão parte do relatório final, que deverá ser proposto pelo relator e aprovado por esta

Comissão. Esse foi um dos pontos que esta Comissão enxergou como fundamental nesse processo de investigação e de apuração.

Aliado a isso, os membros desta CPI tiveram a noção clara de que não conseguiriam ter um resultado satisfatório das suas ações, se não houvessem parceiros completamente comprometidos com esse trabalho. É por isso que, aqui, quero saudar esses parceiros: o Ministério Público Federal; o Ministério Público Estadual; a Secretaria da Justiça do Estado, através do Procon; o CREA, que, pela sua capacidade técnica, dará um suporte valioso a esse trabalho; a Defensoria Pública; a OAB; e a Vara de Defesa do Consumidor do Tribunal de Justiça. Serão esses os nossos parceiros, os nossos colaboradores que subsidiarão e darão todo o suporte tanto do ponto de vista técnico, quanto do ponto de vista legal para que nós, efetivamente, possamos chegar a um bom termo, ao final dos nossos trabalhos.

A partir deste segundo momento, vamos iniciar uma série de coletas de informações nessas unidades que estão envolvidas no assunto e iniciar as reuniões técnicas propriamente ditas. No âmbito desta Comissão, teremos uma reunião para tratar da fiscalização e da qualidade dos serviços prestados à população. É fundamental a presença do representante da Anatel e do Ministério Público Federal na reunião. Afinal, a Agência Nacional de Telecomunicações, como um órgão regulador do sistema, tem no MPF a figura que pode fazer esse tipo de relacionamento e de cobrança das próprias ações dela. Teremos também a presença essencial do CREA como órgão técnico que tem, efetivamente, conhecimento dessa área. Realizaremos aqui também uma reunião específica para tratar das relações de consumo entre o sistema de telefonia e os consumidores, sendo fundamental as presenças do Ministério Público Estadual, do Procon, da Defensoria Pública, da OAB e da Vara de Defesa do Consumidor do Tribunal de Justiça. E uma outra reunião específica para fazer o debate com as operadoras e os representantes das empresas que atuam no setor. E ainda mais uma que deverá tratar das relações entre o sistema de telefonia e os impactos na saúde da população. Hoje esse é um tema que muito se discute, mas ele ainda carece de maiores dados, maiores informações, até para que a população possa usufruir do serviço com maior tranquilidade. Serão esses os próximos passos. Claro que essas reuniões

serão intercaladas com as que acontecerão no interior do Estado e com o serviço que será feito pela Central Móvel desta CPI no contato direto com a nossa população. Quero convidar o Líder da Oposição, deputado Elmar Nascimento, para também fazer parte da Mesa. Vou passar a palavra ao deputado Joseildo Ramos, relator da CPI, que haverá de fazer um breve pronunciamento. Mas, antes, falará o Líder do governo, deputado Zé Neto. Desde já, quero registrar que esta é uma das poucas CPIs completamente suprapartidárias que ocorreram neste Legislativo. Ela foi aprovada à unanimidade pelos deputados que compõem este Poder, pela necessidade que todos viram de esta Assembleia se pronunciar, se colocar como um órgão em defesa da nossa população. Como acabei de dizer, esta Comissão Parlamentar de Inquérito teve a unanimidade dos parlamentares e a concordância fundamental dos Líderes do governo, deputado Zé Neto, e da Oposição, deputado Elmar Nascimento, na sua construção.

Com a palavra o deputado Zé Neto, que tem um compromisso e me pediu para falar. Depois, falará o relator.

O Sr. Zé Neto:- Quero saudar Drs. Ricardo e Roberto, enfim, toda a Mesa, como também meus amigos deputados e a imprensa. Só posso aqui reafirmar um compromisso nosso, da Bancada do governo. Inicialmente era um requerimento feito por mim, mas chamei o deputado Elmar Nascimento para trabalharmos juntos, pois temos um grande papel e devemos neste momento deixar de lado a política, que é o oxigênio desta Casa.

acontecem no dia a dia, mas ao mesmo tempo ela traz um grau de confiança em que o mais importante de tudo isso é fortalecer o Poder Legislativo. O deputado Elmar Nascimento teve a mesma convicção, e a Bancada da Oposição indicou um nome que, para mim, tem capacidade de conduzir este trabalho: o do deputado Paulo Azi. Já a Bancada do governo indicou, por unanimidade, o nome do deputado Joseildo Ramos para ser o relator aqui, tendo como vice-presidente desta Comissão esta que é uma das figuras que para mim reporto como das mais boas surpresas da Assembleia, o deputado

Mário Negromonte Júnior. Inclusive ele já tinha um acúmulo de viagens feitas pelo Brasil em muitas situações, já que este movimento que está sendo feito na Bahia existe em outros Estados e evidentemente, em nível federal, também é muito forte. E o deputado Júnior é quem vinha fazendo esse contato com essas ocorrências todas que se davam nos planos federal e estadual.

Quero reafirmar esse compromisso. Tenho convicção de que o Poder Legislativo, em seu conjunto, vai dar uma contribuição muitíssimo importante à sociedade, tanto quanto os Ministérios Públicos Federal e Estadual e os representantes do Procon, da Anatel. Enfim, toda a população tem neste instante um fato emblemático que haverá de ser elencado na história deste Estado como um momento de fortalecimento deste Parlamento e da representação do povo da Bahia.

Era o que eu tinha a dizer. Agora tenho a posse lá do Conselho da Juventude. Quero agradecer a deferência do deputado Paulo Azi. Fica aqui o espaço para o deputado Elmar Nascimento vir à Mesa em meu lugar. Estamos juntos nesta caminhada, inclusive sentando na mesma cadeira.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Passo a palavra ao nobre relator, deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Bom-dia a todos e todas.

Quero saudar os deputados aqui presentes. Gostaria de pedir permissão a todos os parceiros considerados estratégicos desta CPI para também saudá-los sem distinção para que possamos ganhar tempo e seguir adiante, mesmo porque esta saudação já veio em outras falas que me antecederam. Gostaria de igualmente saudar a imprensa, os funcionários, tanto os convidados como os que são da Casa e fazem parte do esforço desta CPI.

Desejaria dizer para vocês, antes de começar a passar algumas informações, que esta parceria que está sendo celebrada com todos esses órgãos é uma das principais diferenças entre esta e as outras CPIs. Mesmo porque, em função da experiência que observamos lá de saída ao compormos esta estruturação da CPI, pudemos colocar juntos esses órgãos para que possam interagir no âmago do processo que está sendo construído no encaminhamento desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Se vocês quiserem passar para verificar a apresentação, fiquem à vontade. Nós vamos passar as informações que obtivemos nos Estados em que as CPIs foram concluídas, e seria interessante colocar as diferenças.

O objetivo principal da CPI no Paraná foi investigar tao somente a qualidade dos serviços da telefonia móvel e a relação de consumo, ou seja, o espectro do serviço naquele Estado foi apenas a telefonia móvel.

No caso do Rio Grande do Sul, da mesma forma eles investigaram os danos causados ao consumidor. Entretanto trabalharam como escopo as telefonias fixa e móvel.

No nosso caso, vamos trabalhar nas questões afeitas ao consumo, ao direito do consumidor e também ao problema ambiental. Mas o leque do nosso trabalho vai englobar, além das telefonias móvel e fixa, a TV a cabo e a internet. Então, essas são as diferenças fundamentais entre as duas CPIs que ocorreram lá no Paraná e Rio Grande do Sul e a nossa, que estamos encaminhando na Bahia são: os prazos são diferentes – a Bahia tem um prazo superior. São 180 dias; e a metodologia.

No Paraná, foram visitados 10 municípios, através de um critério meramente populacional, e também se utilizou a CPI Móvel, a comunidade móvel que tinha a passagem pelos 10 municípios que foram escolhidos, e havia um corpo técnico acompanhando, servidores da CPI, o Procon e advogados.

Não houve audiências públicas no Paraná. As oitivas ocorreram em apenas uma reunião. E no Paraná foram requisitadas diretamente informações a outros 70 municípios, através de critérios que eles celebraram lá naquele estado. E os usuários tinham acesso a questionários de satisfação do serviço prestado, indicando notas a partir da qualidade do serviço e da percepção dos consumidores.

No Rio Grande do Sul, diferentemente do que ocorreu no Paraná, aconteceram 26 reuniões, cada uma delas com objetivos definidos, com tomadas de depoimentos, coleta de documentos, dados dos órgãos e das entidades envolvidas direta ou indiretamente com o objeto da investigação.

Foram realizadas quatro audiências públicas, no caso do Rio Grande do Sul.

Aqui, na Bahia, a partir do plano de trabalho que foi votado na Comissão, ali está um resumo, uma síntese do que estaremos fazendo.

A CPI foi instalada em novembro passado. Haverá CPI Itinerante para aferição do grau de satisfação dos diversos consumidores além da coleta de reclamações, denúncias, e, também, coletas de dados e medições de ordem técnica. Isso em campo.

Serão visitadas, mais ou menos, 10 cidades, ainda não se definiu isso concretamente, escolhidas aqui através do critério territorial, para que a gente tenha abrangência e a possibilidade de ter esses trabalhos em todos os territórios do Estado da Bahia.

Dados e outras informações serão coletadas também, em parceria com a UPB, nos outros municípios que não receberem a visita da CPI Itinerante.

A CPI contará com site e mídias sociais para receber denúncias e garantir transparência. Ocorrerá também a oitiva das operadoras, dos órgãos e entidades convocadas e/ou convidadas, além de requisição de dados, informações e documentos.

Haveremos de celebrar convênios entre a Assembleia e entidades consideradas parceiras estratégicas e diversos órgãos.

Interessante é que o sentimento que a gente pôde perceber nos dois estados – e a gente agrupou os resultados que foram parecidos – é de que a sociedade se apropriou dos resultados da CPI e entendeu que foram bons.

Agora, estão ali algumas constatações que são comuns aos dois estados, como a falta de investimentos que acompanhem o aumento do número de usuários. Ficou claro isso; a Anatel não cumpre a função de órgão fiscalizador; disparidade entre requisitos impostos pelas normas regulamentadoras municipais para a instalação de antenas. Essa situação cria dificuldades e as operadoras também se escudam muito nisso para promoveram a ampliação de suas redes de telefonia móvel.

Deficiência dos Procons que não dispõem de estrutura e profissionais com formação técnica e acadêmica nas áreas específicas e relação de consumo – isso nos dois Estados; necessidade de universalização dos serviços de telecomunicações na zona rural. Esse foi um grande problema naqueles dois Estados, que, com certeza, os problemas aqui do Nordeste serão muito

maiores nessa área. Cobranças indevidas e faturas em atraso; ausência de controle de aparelhos celulares roubados; ilegalidade na cobrança da assinatura básica de telefonia fixa, entre outros.

E aí a gente elencou alguns dos resultados que consideramos os principais. Essa conclusão é comum aos dois Estados, e o primeiro deles nasceu a sugestão de aprovação de indicação legislativa para que o Ministério das Telecomunicações limite o número máximo de mil usuários por antena, Estação Rádio Base.

Criação e assinatura do Termo de Ajuste de Conduta, o TAC, nos dois casos aconteceu isso; sugestão ao Poder Legislativo do Estado do Paraná, através da Comissão Permanente de Defesa do Consumidor, para interceder de forma emergencial objetivando a celebração, no caso deles, do pacto estadual das antenas, que é a unificação das legislações, cuja titularidade é municipal, a fim de que a gente tenha pelo menos equalizado esse problema que é sentido pelas operadoras, isso é fato, e que facilita a ampliação do sinal, principalmente na zona rural; antecipação dos investimentos, principalmente para ampliação do sinal na zonal rural; melhoria generalizada dos serviços. Isso avaliado pelos consumidores, foi medido nos dois Estados; resposta e correção de todas as reclamações que foram feitas desde o início da instalação das duas CPIs, houve resposta e correção de todas as reclamações interpostas durante a CPI mediante protocolo; apresentação de minuta de proposta de lei municipal para resolver a dificuldade das operadoras, isso aí com relação às antenas, a gente havia falado, tinha atacado antes.

Quanto ao TAC, os pontos mais relevantes dos TACs que foram celebrados aqui estão alguns: as operadoras devem receber as reclamações encaminhados pelos Ministérios Públicos Estadual e Federal; realizar um grande mutirão para recepção de reclamações de usuários; devem promover a otimização de todos os seus canais de comunicação com os seus consumidores para servirem de meio de acesso imediato para formalização de reclamação dos usuários e apresentar ao Ministério Público Federal e Estadual o resultado; implementar canal de atendimento gratuito aos consumidores; apresentação à Comissão de Defesa do Consumidor de um estudo sobre a viabilidade para implantação e informação ao cliente de sistema que garanta no

início da chamada originada pelo consumidor, logo após o processamento do número discado, informar se a operadora destinatária é a mesma de origem daquela que efetuou a chamada; manutenção dos serviços de atendimento aos Procons do Estado por meio do canal exclusivo 0800; apresentação de um plano de investimento específico para aplicação no âmbito do Estado baseado no plano nacional de ação de melhoria da Anatel.

Portanto, foram essas as informações que foram colhidas e os resultados obtidos nas duas CPIs que antecederam está aqui, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Antes de passar a palavra para que cada um dos parceiros possa fazer a sua saudação, como o tempo é relativamente curto, vou fazer a apresentação do site desta CPI.

O técnico Rogério será o responsável pela apresentação.

O Sr. ROGÉRIO:- Bom-dia senhores e senhoras, o objetivo do site, como o próprio presidente e o relator ressaltaram, é, além de garantir a transparência das ações da Comissão Parlamentar de Inquérito, também é um instrumento de participação da sociedade para que ajude nos trabalhos da comissão. O site, além dessas duas questões, procurou também ser um site limpo que pudesse ser simples, de fácil acesso, para que a população pudesse participar.

Eu vou passar no menu, para que as pessoas rapidamente possam verificar, já está no ar naquele endereço www.al.ba.gov.br/cpi/telefonia. Então, o site já pode ser acessado pois já está no ar. Nós temos no menu, que é uma apresentação do que é a CPI, a explicação do que é uma Comissão Parlamentar de Inquérito e uma apresentação da nossa CPI. No outro, a parte de composição, que tem todos os membros da CPI: presidente, vice-presidente, relator, cujo perfil pode ser acessado ali ao abrir os dos deputados através de link do site da Assembleia. Temos a parte de agenda também que vai ficar exposta no site para que a população, a imprensa e quem tiver interessado possa acompanhar as ações da CPI. Essa parte de agenda está exposta ali na home. Notícias, que não preciso apresentar, mas aquela parte ali é importante. É a parte de documentos, que é a parte que garante a transparência da CPI. Nós a dividimos em três temas: sessão extraordinária, itinerante e ordinária, além de texto, documentos em textos. Nessa parte

vamos ter documentos em vídeo, ou seja, as gravações das sessões ordinárias e itinerantes que houver e também em áudio.

Na sequência ali, no Fale Conosco, que é um canal direto de participação com o administrador do site, e a parte de Denuncie, que é a parte em que a população participa. Ali nós podemos usar relatório, colocar o nome de quem está fazendo a denúncia ou pode-se fazer a denúncia anônima, seu e-mail e a mensagem, onde pode anexar arquivo e escolher, dentre aquelas categorias de telefonia fixa, móvel e internet, TV a cabo, qual a categoria que ela quer fazer a denúncia. A denúncia será recebida, encaminhada ao jurídico e aos membros da CPI para que tratem da maneira que deverá ser feita.

Aqui em baixo da home teremos uma outra parte importante. Além do site, a CPI vai contar com uma página do Facebook e uma página também no Twitter. Esses dois instrumentos também vão ser utilizados com o mesmo objetivo do site. A ideia é envolver a população para que participe, colabore e ajude no trabalho dos parlamentares. Ali no canto direito, teremos – óbvio que essa parte tem uma moderação – as reclamações e denúncias expostas pela população.

No mais, é isso. O site traz ali o nosso slogan. É importante ressaltar que não ficaremos só no site nem nas redes sociais. A ideia é de ter uma campanha de comunicação que possa envolver a população e que ela possa ajudar nos resultados práticos da CPI. No mais, é isso.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi) :- Sr. Rogério, fica claro que a intenção do site são dois objetivos básicos: primeiro, de permitir a transparência e o acompanhamento da imprensa e da população de todos os acontecimentos, todos os fatos que envolvam a CPI e, segundo, permitir que a população possa fazer a interação, inclusive com denúncias, com reclamações que deverão fazer parte de um provável TAC, que essa comissão haverá de propor com a participação dos parceiros, do Ministério público e das operadoras para que, a exemplo do que ocorreu nos outros Estados, as operadoras se comprometam a responder e a regularizar todas essas reclamações.

Nós vamos propor, aos diversos parceiros, a assinatura de um termo de convênio que, apenas, trata-se da formalização desse conjunto de ações. Vou

passar em mãos de cada um desses parceiros a proposta do termo de convênio para avaliação e assinatura.

Mas, antes disso, vou passar para que cada um dos parceiros possa fazer a sua saudação. Inicio a fala convidando o Dr. Ricardo, do Procon, para fazer uso da palavra. Lembro que esse termo, neste momento, é mais uma assinatura simbólica, demonstrando as intenções de cada representante deste Poder em participar dos trabalhos desta CPI.

Com a palavra o Dr. Ricardo.

O Sr. RICARDO MAURÍCIO FREITAS SOARES:- Bom-dia a todos e a todas.

Quero saudar essa douta Mesa na figura do Sr. Presidente, deputado Paulo Azi. Quero dizer da enorme satisfação de estar aqui presente nesta CPI sobre a telefonia no Estado da Bahia. Como nós já havíamos mencionado num contato direto com o presidente e, também, com o relator na Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos, o Procon participará desta CPI oferecendo todo o respaldo técnico e jurídico para que os trabalhos sejam realizados a bom termo.

Entendemos que esta CPI, de natureza suprapartidária, está cumprindo um papel importante para a sociedade. No Procon, nós registramos um número significativo de queixas de consumidores contra as empresas de telefonia celular, telefonia fixa. Inclusive, oportunamente, teremos a satisfação de disponibilizar esses dados para que seja possível um debate aberto com a sociedade. Mas, só antecipando, faremos chegar esses dados às mãos do presidente e do relator.

No ano de 2013, foram 5.091 registros de queixas de consumidores no Procon. Isso só no que se refere a problemas com a telefonia celular. Com a telefonia fixa, foram 6.134. Totalizam-se mais de 10 mil queixas de consumidores no ano de 2013, considerando que muitos consumidores não registram as queixas, seja por desconhecer a possibilidade da defesa de seus direitos no Procon, seja, muitas vezes, por não saber de que se trata, de fato, de uma relação de consumo. E, só neste ano, já totalizamos um número bastante expressivo de 1.300 registros, seja para problemas de telefonia celular e de telefonia fixa.

Os problemas mais comuns envolvem a cobrança indevida, a má prestação dos serviços, as dificuldades que os consumidores têm de cancelar os serviços. Há problemas, também, relativos ao acesso e ao próprio SAC, ou seja, ao Serviço de Atendimento ao Cliente, sempre com muita dificuldade para o consumidor conseguir resolver os seus problemas. Enfim, são os problemas que todos nós vivenciamos enquanto consumidores.

O Procon estará à disposição desta CPI e em contato com os demais órgãos de proteção ao consumidor aqui representado e, sobretudo, comprometido com a relação do interesse público.

No que se refere ao ano de 2013, presidente, além de atendermos os consumidores e registrarmos essas queixas, realizamos algumas operações de fiscalização. E, no que se refere às empresas de telefonia celular, telefonia fixa, enfim, às empresas de telecomunicação, nós aplicamos multas, multas até significativas de mais de R$ 4 milhões. Mas, infelizmente não notamos uma melhoria na prestação de serviços.

Então, nós acreditamos que este trabalho será muito salutar não só para a harmonização no mercado de consumo para repressão dos abusos mas também para que o cidadão possa ter ciência dos seus direitos e exigi-los perante o poder público.

Novamente agradeço por essa oportunidade e me coloco inteiramente à disposição dessa CPI para o desenvolvimento dos trabalhos.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a V.Exª Dr. Ricardo, tenha certeza que a participação do Procon será de fundamental importância para o sucesso dessa CPI.

Passo a palavra para a Drª Melina Castro Montoya, procuradora-chefe substituta do ministério público federal.

A Srª MELINA CASTRO MONTOYA:- Bom dia a todos presentes, deputado Paulo Azi, gostaria de parabenizar essa CPI, também ao deputado Joseildo Ramos, por esse importante trabalho em prol da sociedade.

E como procuradora-chefe substituta, representando o Dr. Paulo Barreto, gostaria de apresentar aqui a colaboração do Ministério Público Federal de acordo com o seu papel constitucional e apresentar as nossas contribuições para essa tarefa. E os membros do ministério público que atuam

na capital e também no interior sem dúvida envidarão esforços para contribuir para o êxito dessa CPI. Podem contar conosco.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Obrigado, Drª Milena, agradeço a V.Exª que desde o início quando tivemos oportunidade de visitar o Ministério Público Federal fomos muito bem recebidos e transmita os nossos agradecimentos ao procurador-chefe e dizer que essa CPI espera muito a contribuição do Ministério Público Federal.

Passo a palavra ao Dr. Roberto Gomes, promotor e representante do Ministério Público Estadual nessa comissão.

O Sr. Dr. ROBERTO GOMES:- Bom dia a todos, quero na figura do deputado Paulo Azi agradecer o convite ao ministério público estadual para participar na colaboração desse trabalho, dizer que o procurador-geral de justiça, Dr. Welingthon, está montando uma equipe com mais de um promotor para que possamos ter sempre uma atuação eficiente de colaboração com a Casa legislativa e já disponibilizo alguns dados, fizemos um levantamento de nossos procedimentos investigativos que temos sobre telefonia celular ou outro tipo de serviço dessa natureza. Esse relatório já está aqui em minhas mãos com um corte temporal de 2012 para cá. Para fazer um levantamento maior precisaria de mais dias, uns dois ou três dias para q fizéssemos um corte temporal um pouco maior, não só de procedimentos investigativos como também de ações civis públicas que já temos intentado para que possamos apresentar para os Srs.

O perfil que o ministério público tem com relação ao fenômeno está no relatório para encaminhar, inclusive, com o andamento das ações que já estão processadas. Do ano de 2013 e 2014, temos 33 procedimentos e do ano de 2012 temos 18 procedimentos instaurados em relação a situação de telefonia aqui no Estado da Bahia. E temos diversas ações.

Então vamos apresentar isso, disponibilizaremos os procedimentos que sejam necessários para que se tenha conhecimento do que está havendo, dos dados que temos já sobre essas questões, assim como temos alguns casos que são emblemáticos que podemos passar para os Srs como o caso que houve na OI, em 2011, que pegou fogo no estabelecimento da OI e gerou aquela pane no Estado da Bahia, não só em Salvador como em cidades do

interior. Fizemos na época um TAC e esse TAC tem algumas coisas interessantes para que os Srs tenham conhecimento e a partir disso poderem utilizar como elementos nas investigações.

Então nos colocamos à disposição em relação aos dados que temos em nossas mãos e no que for mais necessário fazer, já temos um trabalho de colaboração com o Procon em diversas atuações com o próprio MPF, já trabalhamos em parceira com a OAB e a Defensoria Pública e que bom que agora estamos em conjunto, todos nós no que se refere essa atuação, até porque, sempre fico feliz de mais uma vez vir a esta Casa Legislativa, aqui é o local de debates importantes para a população do nosso Estado. Não existe local mais legítimo para discutir questões dessa natureza. Diante disso, coloco-me à disposição e disponibilizo os dados inicialmente e peço um prazo maior para que possamos encaminhar os dados do tempo anterior para esta Casa.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a Dr. Roberto e tenha a certeza de que o Ministério Público estadual terá um papel fundamental no nosso trabalho e é um parceiro fundamental naquilo que nós consideramos o nosso ponto de chegada. É o desejo de todos nós, ao concluirmos o nosos trabalho, ter a Assembleia o papel de mediador em um Termo de Ajustamento de Conduta que haveremos de negociar e trabalhar para ser assinado com as diversas operadoras e com a participação fundamental do Ministério Público Estadual nesse termo como principal fiel daquilo que estará ali sendo acordado.

Passo a palavra ao Dr. José Augusto Pinto de Queiroz, assessor da presidência do CREA.

O Sr. JOSÉ AUGUSTO PINTO DE QUEIROZ: - Bom dia a todos. Quero saudar a Mesa na pessoa do presidente da Comissão, deputado Paulo Azi, parabenizar pela iniciativa e ressaltar uma situação muito interessante com relação a isso. Na presença do companheiro Roberto, o CREA já vem desempenhando uma série de ações de fiscalização semelhantes a esse tipo de metodologia que vem a ser aplicada. Chamamos de fiscalização preventiva integrada, porque entendemos que as ações individualizadas de cada órgão no sentido de preservação para a sociedade tem que ser feita de forma integrada. Com a junção dos vários órgãos dentro de seus limites de atuação e

competência, quando começam a trabalhar em prol da sociedade de forma conjunta, levantando cada uma dentro de suas competências pontos, fazendo diagnósticos e relatórios, nós vemos como a sociedade ganha. Estamos fazendo isso conjuntamente agora com relação às casas de shows, espaços e ambientes relacionados a uma grande aglomeração de pessoas, resultado inclusive da preocupação que nós temos junto com o Ministério Público com relação ao que aconteceu no Rio Grande do Sul. Realizamos semelhante a isso uma série de diagnósticos relativos ao Rio São Francisco, ou seja, isso nos deixa muito contentes, por ver que todos estão pensando em proteger a sociedade. Por isso temos que trabalhar de forma integrada.

A Procon faz o seu papel, o Ministério Público faz, o CREA faz, inclusive porque todas as operadoras, empresas que trabalham com telecomunicação, são fiscalizadas já pelo CREA, estamos fazendo inclusive um levantamento de todas as empresas, de situações para contribuir com a CPI. E colocando todo o nosso corpo técnico, as 26 inspetorias que temos no Estado para, inclusive, reativar um diagnóstico que foi feito há um tempo relativo ao problema de radiação das ERBs, foi um momento em que o Conselho empreendeu, fez um investimento no sentido de tentar passar para a sociedade a preocupação que tinha com as estações de base próximas às residências. É um material que estamos resgatando para que a CPI volte a fazer uma verificação se esse diagnóstico melhorou ou não como forma de que a sociedade seja contemplada com essa ação.

Parabenizo mais uma vez e colocamos o nosso corpo técnico à disposição da Cpi, além dos dados conforme o Dr. Roberto colocou.

Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço, Dr. Augusto.

Todos nós estamos tratando de um tema de complexidade muito grande, principalmente no que se refere às informações técnicas, tanto do funcionamento como das suas repercussões. Por isso mesmo a participação do CREA será de fundamental importância para que possamos ter a base do conhecimento necessário para provocar o debate com a própria Anatel e com as operadoras responsáveis por esse serviço na Bahia.

Concedo a palavra ao Dr. Eduardo Rodrigues, representante da OAB.

O Sr. EDUARDO RODRIGUES: - Sr. Presidente, bom dia, na pessoa de quem peço vênia para cumprimentar os demais membros da Mesa e os demais membros da Comissão.

Sr. Presidente, a matéria em voga, a telefonia, hoje é, certamente, com a mobilidade urbana as matérias mais discutidas e mais importantes no cenário nacional.

Certamente, a OAB vai se colocar, mais uma vez, à disposição desta Assembleia, dos órgãos parceiros, nos felicitando a todos por essa corajosa e proativa ação da implementação desta Comissão.

Certamente, a telefonia, bem como esses outros mecanismos de comunicação que, também, serão analisados, têm tido problema reais, problemas visíveis e problemas até então não solucionados.

Quem hoje não pode dizer que nunca teve um problema com seu telefone? Quem nunca perdeu uma chamada? Quem nunca teve que ligar para o mesmo número três vezes? Quem nunca teve que verificar sua conta de débito em conta, porque estava lá algo que você não requereu?

Isso tem se tornado prática rotineira. Posso afirmar aqui que para a advocacia privada ocorre no cotidiano as ações contra as empresas de telefonia, principalmente, no que se refere a má prestação de serviço e cobrança indevida.

Com certeza, esta CPI vem em boa hora e a OAB se colocando à disposição, mais uma vez, parabeniza a realização da mesma, sempre se colocando à disposição, não só desta Comissão, mas para qualquer outro trabalho em convênio que a Assembleia Legislativa da Bahia possa nos convidar.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):-Tenho certeza que a OAB será o órgão que vai nos dar respaldo jurídico para todas as ações que esta Comissão haverá de realizar e de propor.

Passo a palavra ao nobre vice-presidente desta Comissão, deputado Mário Negromonte Júnior, que desde do início, antes mesmo desta Comissão ser instalada, já era um dos parlamentares que demandava a importância para que esta Casa, esta Assembleia Legislativa se debruçasse sobre esse tema.

O Sr. MÁRIO NEGROMONTE JÙNIOR:- É um prazer grande, todo nosso, querido presidente que tem feito um grande trabalho junto com o nosso relator, Paulo Azi e Joseildo Ramos, respectivamente. Gostaria de abraçar aqui, cumprimentar e saudar a participação do lançamento do site da Comissão da CPI da Telefonia; Dra. Milena, representando o Ministério Público Federal, Dr. Ricardo, do Procon; Dr. Roberto, Ministério Público Estadual, onde estive diversas vezes participando de palestras ministradas pelo senhor; o CREA; a OAB aqui também representada; deputado Cacá Leão.

Gostaria, Sr. Presidente, nesta oportunidade, além de parabenizá-lo tendo em vista a importância do site dessa ferramenta. Parabenizar, também pela iniciativa de podermos conversar, ir aos grandes centros, a 10, 20, não sei, aos grandes centros da Bahia para entender essa problemática, mas desde já fazer um encaminhamento aqui. Estou fazendo, agora, de forma oral, mas, depois farei de forma escrita, seguindo a linha que esta Comissão tem seguido, mesmo, tendo como base outras comissões, outras CPIs que deram certo, no Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso que ainda está em andamento.

Gostaria de fazer o encaminhamento, Sr. Presidente, seguindo a orientação, inclusive, de deputados que tem dialogado já com a sociedade, que já passaram por esse diálogo com a sociedade e que tem identificado esses problemas e virado reivindicações. Inclusive, tenho conversado com algumas pessoas que já militam nessa área, identificados já esses problemas.

Por exemplo. Eu elenquei aqui, são 15, mas elenquei 10 e gostaria que a Comissão analisasse até como uma bandeira para que a gente levantasse e questionasse isso nas visitas às cidade e às regiões, como a questão da igualdade entre as tarifas do serviço de telefonia pré-pago e pós-pago. Isso é um ponto.

Segundo ponto: o fim da tarifa básica da telefonia fixa. Terceiro ponto: eliminação da tarifa de interconexão, que tem gerado muito questionamento, que não dá para saber o que é isso ao certo; disponibilidade detalhada da conta do pré-pago on line; desoneração dos tributos incidentes na conta telefônica; aumento do percentual de exigência nas operadoras por parte da Anatel, como já foi dito aqui, das áreas de cobertura para celulares e banda

larga em municípios; venda de novas linhas de celulares limitadas ao número de canais disponíveis; que a Anatel, já foi levantado pelo relator Joseildo, delegue às agências reguladoras estaduais o poder de fiscalização, a exemplo do que hoje ocorre com setor de energia elétrica; eliminação da tarifa de deslocamento quando o usuário está em outra área de cobertura; que seja criado um serviço de atendimento ao cliente preferencial; definir quantas cidades ou aquelas que visitaremos ou definir as maiores principais cidades da Bahia que tenham essas prioridades. Elenquei 10 aqui, haveria outras, poderíamos entrar aqui com serviços tercerizados, proibindo esses serviços tercerizados em relação ao setor da telecomunicação.

Mas são essas contribuições, Sr. Presidente, que gostaria de encaminhar, para que sejam debatidos esses temas. Vou encaminhar oficialmente para que debatamos isso nos seminários que vamos desempenhar no interior.

Agradeço e parabenizo esta comissão mais uma vez.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço, deputado Mário, efetivamente são temas importantes que deverão ser objeto de avaliação, debate e proposição desta CPI.

Antes de encerrar, quero agradecer imensamente a presença de todos os parceiros, dizer que o trabalho desta CPI, efetivamente, só terá êxito se nós contarmos com o apoio de todos. Esta é uma CPI que, não tenho dúvida, gera uma expectativa enorme em toda nossa sociedade. Temos, portanto, a obrigação de dar um retorno que gere benefícios, e que esses benefícios sejam, efetivamente, notados pela nossa população.

Na medida em que esta CPI avance, na medida em que ela defina os temas que serão debatidos, haveremos de, formalmente, fazer o convite para contar com a presença de cada um dos senhores, haveremos de encaminhar também alguns requerimentos solicitando informações com levantamento de dados existentes no âmbito de cada instituição, de cada órgão parceiro da nossa CPI.

Quero agradecer a todos os funcionários desta comissão, que têm tido um trabalho incansável para que possamos, efetivamente, responder à altura da responsabilidade, da cobrança que por certo haveremos de ter, e antes de

declarar a sessão encerrada, quero dizer que todos nós estaremos aqui à disposição da imprensa para qualquer questionamento.

Mais uma vez agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão

Relato da **7ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia**, realizada em 26/02/2014.

Resumo:

Foi aprovado o requerimento que convida a Agência Nacional de Telecomunicação (Anatel) a comparecer à Comissão Parlamentar de Inquérito para prestar esclarecimentos sobre os mecanismos adotados pela agência para regular as operadoras de telefonia. Ficou definida ainda a data da primeira CPI itinerante, a ser realizada na cidade de Feira de Santana, nos dias 27 e 28 de março.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Sessão Ordinária da CPI da Telefonia.

Há um requerimento sobre a Mesa, apresentado pelo nobre relator, deputado Joseildo Ramos.

V.Exª quer usar a palavra para submeter o seu requerimento ao Plenário da Comissão?

O Sr. Joseildo Ramos:- Deputados, na realidade, este requerimento tem o interesse de estabelecer a metodologia da CPI Itinerante e tem uma proposta dos locais para onde a gente poderia ir, e também uma sugestão do cronograma para que a gente possa trabalhar a CPI Itinerante.

Obviamente, é uma sugestão para que a gente possa fazer os encaminhamentos necessários.

Metodologia. No caso, adotaremos uma metodologia que vai reunir as experiências dos estados do Rio Grande do Sul e do Paraná naquilo que tiveram de melhor. Nós iríamos usar dois dias efetivos na semana, que seriam quinta-feira e sexta-feira, e a comitiva da CPI estaria em um município, onde haveria os trabalhos. E quais são os trabalhos? Coleta de dados e informações, investigação em campo... inclusive, tem a questão do CREA, que vai, na parte técnica, colher dados relacionados com sinais. Obviamente que não necessariamente naquela cidade da CPI, mas eles podem providenciar na região, nas cidades mais relevantes, para poderem fazer a determinação do sinal, para verificar se está de acordo com aquilo que se promete do ponto de vista da concessionária.

Então, seria o seguinte. Na quinta-feira, chegaria o veículo caracterizado com a marca da CPI à praça previamente escolhida, local de grande circulação de pessoas, e haverá uma equipe técnica para atendimento ao público, com formulário padrão, registrando denúncias e outras reclamações etc, etc.

O atendimento deverá ser acompanhado pelos órgãos considerados parceiros, que foram apresentados na última reunião que tivemos aqui, a exemplo dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, OAB, CREA, Defensoria Pública, Procon.

E na sexta-feira, parlamentares e equipe técnica da CPI farão visita de campo na região para averiguar qualidade, potência de sinal, construção e radiação das antenas de telefonia móvel, além de audiência pública, de preferência na Câmara de Vereadores, onde for possível, no município, para que os parlamentares apresentem o escopo da CPI, ouçam as lideranças locais e passem suas impressões sobre a visita.

Critérios para a escolha dos municípios. A escolha dos municípios é sugerida com base no recorte territorial do Estado. Além da capital, mais 8 municípios foram sugeridos, contemplando territorialmente os 26 territórios de identidade do Estado.

Qual seria a primeira aproximação da proposta? Para o Extremo Sul e Costa do Descobrimento: Porto Seguro; Baixo Sul, Litoral Sul e Médio Sudoeste: Itabuna; Vale do Jiquiriçá, Médio Rio de Contas: Jequié; Sertão Produtivo, Vitória da Conquista, Bacia do Paramirim: Vitória da Conquista;

Bacia do Rio Grande, Bacia do Rio Corrente, Velho Chico, Chapada Diamantina: Barreiras; Piemonte Norte, Sertão do São Francisco: Irecê; Piemonte Diamantina: Juazeiro; Piemonte Paraguaçu, Portal do Sertão, Sisal, Bacia do Jacuípe: Feira de Santana; Litoral Norte, Recôncavo: Itaparica; Semiárido Nordeste 2: Alagoinhas; Região Metropolitana de Salvador: Salvador.

As datas: Feira de Santana, 20 e 21 de março; Porto Seguro, 27 e 28 de março; em abril, Itabuna e Alagoinhas, respectivamente 3 e 4, 10 e 11; ainda em abril, 24 e 25, Jequié; ainda em abril, 30, Salvador. Vitória da Conquista, 08 e 09 de maio; Juazeiro, 15 e 16 de maio; Barreiras, 22 e 23 de maio.

Da estrutura a ser levantada, porque já tem um trabalho desde o início sendo feito, existe o compromisso da administração da Assembleia Legislativa de fornecer a estrutura. Como a gente não pode definir, e ajustaremos à medida em que for acontecendo, preferimos não trazer o detalhe da estrutura requerida.

O Sr. Presidente (Paulo Azi): - Submeto o presente requerimento do deputado Joseildo Ramos à discussão. Com a palavra o deputado Cacá Leão.

O Sr. Cacá Leão: - Sr. Presidente, Srs. Deputados, deputado Joseildo Ramos que tem trabalhado brilhantemente nesta importante comissão suprapartidária que tem tomado conta desta Casa. Cumprimento também o nobre deputado Álvaro Gomes que nos acompanha nos trabalhos. Também os amigos e parceiros presentes que têm nos ajudado bastante durante os trabalhos. Viajo por todo este Estado e já tenho começado a ouvir e ser questionado sobre o trabalho desta CPI da Telefonia. A população baiana espera de nós, desta Casa, que possamos contribuir com o serviço de péssima qualidade apresentado hoje.

No último fim de semana, estive visitando o Oeste baiano, a cidade de Barreiras, estive também em Formosa do Rio Preto, Santa Maria da Vitória, Correntina, Cristópolis e vi a dificuldade do povo no Oeste da Bahia em falar e utilizar o telefone celular. Já tem inclusive se tornado caso de polícia. Eles têm dado queixa realmente, o Procon tem recebido diversas queixas e tenho acompanhado de perto. Tenho constatado que realmente há dificuldade na região em falar ao telefone e utilizar a internet. As operadoras realmente

precisam se mobilizar para tentar resolver o problema. Afinal elas recebem os recursos para isso.

Peço aqui veementemente a contribuição desta CPI para que consigamos focar nos objetivos, que cumpramos as datas, façamos as audiências públicas, para termos os resultados que os baianos esperam efetivamente do nosso trabalho à frente dessa CPI da Telefonia.

O Sr. Presidente (Paulo Azi): - Deputado Álvaro Gomes com a palavra.

O Sr. Álvaro Gomes: - Concordo com o requerimento. Na realidade, está muito bem estruturado nos cronogramas e atividades. O formato está muito bem-feito. Acho que avançaremos muito em percorrer o Estado da Bahia, em suas principais regiões e avançar contra os abusos das empresas de telefonia.

Acho também que a partir dessa CPI devemos sistematizar algumas iniciativas que existem, do ponto de vista legislativo, para que possamos ver o que fazer com essas iniciativas. Refiro-me às proposições, projetos, indicações, requerimentos, etc, para que efetivamente analisemos a situação em que se encontram. Até mesmo darmos encaminhamento prático a essas iniciativas. Digo isso, porque embora haja uma contestação da competência legislativa, essa contestação está em debate, ela não é uma posição unificada. Inclusive, há um debate no próprio Supremo Tribunal Federal. Então, por exemplo, aquela lei que foi aprovada aqui pelo fim da tarifa-assinatura dos telefones fixos e móveis na Bahia, não exatamente a lei daqui, mas lei similar foi para o Supremo, e o ex-presidente do Supremo Ayres Britto fez um parecer muito bem elaborado, muito bem sustentado, defendendo a constitucionalidade do projeto. Foi voto vencido, perdeu, mas a que eu quero me referir aqui é que esse debate não é um debate pacífico, não, não é unificado.

Então, eu acho que deveríamos também trabalhar essas ideias, essas proposições. Por exemplo, na questão do preço diferenciado, no caso da Oi/Velox, nós ingressamos aqui, tanto com projeto de lei, quanto com ação na Justiça, e ganhamos na Justiça.

Precisamos sistematizar as iniciativas de todos os parlamentares nesta Casa, elaborarmos e vermos o que fazer com elas.

Portanto, com relação ao requerimento, acho que ele está bem estruturado, muito benfeito. Concordo plenamente.

O Sr. PRESIDENTE(Paulo Azi):- Em votação o presente requerimento. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado por unanimidade.

O deputado Joseildo tem mais um requerimento para submeter a esta Comissão.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, com o intuito de fornecer as informações e manter atualizada a composição desta CPI, nós votamos genericamente os ofícios e os requerimentos que faríamos para as diversas instituições. Mas eu vou particularizar rapidamente. Por exemplo, a OAB. Qual o requerimento que fizemos à OAB? A primeira questão: quais os problemas mais frequentes na administração da Justiça para o serviço de advocacia causados pela má qualidade na prestação do serviço de telefonia móvel, fixa, TV por assinatura e internet? Essa é a primeira questão. A segunda: se a qualidade da internet é eficiente para a boa prestação dos serviços judiciários eletrônicos, inclusive quanto à resolutividade do site de consultas de processos judiciários. A terceira: em quais localidades da Bahia a prestação dos serviços de telefonia móvel, fixa, TV por assinatura e internet interferem negativamente na administração da Justiça? A quarta: se a OAB tem sido parte em demandas judiciais vinculadas às relações de consumo dos serviços de telecomunicações. A quinta: pedimos sugestões para busca de solução dos problemas existentes na má prestação dos serviços de telefonia móvel, fixa, TV por assinatura e internet. A sexta: outras informações julgadas pertinentes afetas ao trabalho desta CPI. Então isso aqui foi para a OAB.

Para o CREA. Primeira questão: o CREA mantém atividades de fiscalização das operadoras dos serviços de telecomunicações? Em caso positivo, elas cumprem os critérios técnicos consagrados na prestação do serviço? Segunda: o CREA fiscaliza a prestação do serviço de empresas terceirizadas pelas concessionárias dos serviços de telecomunicações? Em caso positivo, elas cumprem as determinações técnicas dos serviços especializados, a exemplo da manutenção e instalação dos sistemas? Terceira: o CREA tem alguma interlocução com a Anatel acerca da má qualidade e

insuficiência de cobertura dos serviços de telefonia no Estado? Quarta: o CREA tem fiscalizado os níveis da radiação proveniente das ERBs no ambiente urbano e rural do Estado? A quinta e a sexta são mesmas perguntas repetidas no sentido de receber sugestões e outras questões do gênero.

Defensoria Pública. Mais uma vez, a primeira, queremos saber o número de ações individuais e coletivas propostas pela Defensoria Pública do Estado da Bahia tendo como objeto a defesa do consumidor, pela má qualidade da prestação de serviços. 2 – O percentual do tipo da ação supracitada em relação ao total das ações propostas pela Defensoria Pública. 3 – As sugestões de praxe que se encontram nos outros ofícios.

Mas, Sr. Presidente, tem um requerimento novo que não foi votado e eu trago aqui à apreciação. É parecido, mas esse aqui foi para o Procon, vai no mesmo molde dos anteriores.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi): - Enquanto o deputado Joseildo identifica o requerimento, quero aqui levantar uma questão para reflexão dos deputados componentes desta Comissão em relação ao andamento dos trabalhos desta CPI. A CPI já tomou uma direção clara, aprovada nesta sessão no dia de hoje, sobre a realização das audiências públicas nos diversos municípios no interior do Estado.

A proposição que faço, não para ser aprovada nesta sessão, mas para reflexão de V.Exªs e até, se for o caso, para que possamos nos aprofundar e decidir isso na próxima sessão, nobre relator, é que acho que a CPI poderia intercalar as visitas ao interior com as oitivas no âmbito da Comissão. E aí, em princípio, enxergo cinco variantes que esta CPI poderia, deveria e deverá se debruçar. É meu pensamento que poderíamos realizar uma sessão específica para tratar das questões ligadas ao marco regulatório e a qualidade do sinal oferecido à população. E aí faríamos aqui uma reunião com a presença da Anatel, ciceroneada pelos representantes do CREA e do Ministério Público Federal. Seria uma reunião específica para que pudéssemos ter o conhecimento não só do marco, mas daquilo que a Anatel prevê de investimentos para o nosso Estado. Num momento, inclusive, importante, já que todos nós tomamos conhecimento que, nesta última semana, a Anatel publicou uma série de resoluções alterando e obrigando as operadoras de

telefonia a diversas novas situações. Portanto, acho que seria o momento propício para que ouvíssemos a Anatel, discutíssemos essas novas resoluções, tomássemos conhecimento de como anda a proposta de ampliação do serviço móvel na zona rural do nosso Estado, as questões ligadas a investimentos e toda essa questão que envolve a qualidade dos serviços. Então, seria uma audiência específica visando essas questões.

Uma outra audiência seria aquela voltada para as relações de consumo e da defesa do consumidor. E aí com a presença do Procon, do Ministério Público, do OAB, da Defensoria Pública, enfim, de todos os órgãos que estivessem afeitos a esse tema. Seria a segunda audiência. Poderíamos fazer uma para tratar das questões ligadas ao envolvimento e à discussão que existe entre a radiação que as antenas possibilitam em relação às questões relacionadas à saúde das pessoas. Seria uma audiência específica para esse fim com os parceiros envolvidos e específicos dessa questão.

Uma outra reunião seria com as operadoras, aí talvez já no final dos trabalhos para que a CPI e os membros, com todas as informações, então, poderia se fazer essa audiência com as operadoras. São sugestões para que esta comissão não fique resumida às audiências públicas que serão realizadas no interior do Estado e que as sessões dessa comissão não se esvaziem durante as suas reuniões ordinárias. É uma sugestão que eu coloco para a reflexão dos nobres membros desta Casa e aí, se for o caso, na próxima quarta-feira, nós adentraríamos mais nesses temas e aí, se for o desejo da maioria, tentaríamos estabelecer um calendário também das oitivas no âmbito dessa comissão.

Deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Deputado Paulo Azi, concordo e gostaria de levantar algumas questões. Quando V.Exª deu essa sugestão, está claro o sentimento de que a gente sai das questões estratégicas e vai avançando até as questões específicas, pelo que V.Exª tratou.

Gostaria de fazer alguns adendos. Antes de começarmos essa oitiva, sugiro que façamos uma reunião interna, e aí uma reunião interna fechada da CPI, porque estão previstas reuniões fechadas por causa da estratégia que a gente vai usar, utilizando os técnicos que estão envolvidos para a gente unificar

o padrão das intervenções antes das oitivas, para que possamos nos precaver de uma série de questões mesmo porque, se observa que depois das CPIs, a Anatel passa a mudar o discurso e uma série de questões coincidentemente a partir dos últimos dias.

Então, deveríamos nos precaver, é nisso que eu queria fazer um adendo. Além disso, no segundo momento V.Exa.3 fala da questão das relações de consumo e defesa do consumidor que tem a ver, deputado Álvaro Gomes, com o eito de trabalho que a Assembleia tem condição constitucional e legal de fazer, além da saúde e meio ambiente que V.Exª enfoca das antenas.

Eu quero passar para vocês o que está acontecendo em Alagoinhas. Ontem, estive em Alagoinhas e num determinado programa de uma emissora havia uma discussão que já perdura por mais de 10 dias, e está sendo aprofundada, sobre a questão da legislação das antenas no município. Ainda em 2007, lembro-me bem, eu era prefeito, houve uma rejeição enorme por parte de uma série de associações de moradores à colocação de antenas, por falta de informação ou por informação desencontrada. Os moradores tenderam a pressionar a Câmara de Vereadores para se estabelecer uma lei restringindo a instalação de antenas por conta desse apelo da saúde e do meio ambiente. E aí dois vereadores, os dois que estavam na discussão, o vereador Roberto Torres e um vereador que também é candidato a deputado estadual, Jorge Mendes, e essa votação foi à unanimidade, eu sancionei, não havia por que não fazer. Mas hoje a discussão é em outro momento, em outra situação com mais informações, mas também muita coisa que a gente não sabe.

Então, a CPI em boa hora, no caso do município de Alagoinhas, vai encontrar um momento de discussão muito aprofundado. Vários engenheiros, vários especialistas de outra parte do Estado entraram na discussão, uma especialista que é pós-doutoranda em Minas Gerais entrou na discussão; um especialista que é doutor na universidade estadual de Feira de Santana entrou na discussão, ou seja, a discussão está se aprofundando em paralelo com o nosso trabalho.

Portanto, precisamos ter precaução para que possamos avivar essas situações com mais critério. Acho que falou, deputado Paulo Azi, termos uma

oitiva diferente para aqueles órgãos que fazem o controle externo, no caso, a CGU e o TCU, porque há aspectos ligados ao próprio escopo da concessão que não poderíamos tratar com os outros. Além dos sindicatos, em outro momento, porque nós teríamos muita informação por dentro, acerca da qualidade dos serviços de manutenção e de atendimento dos sistemas, principalmente da telefonia fixa, porque está um verdadeiro descaso na manutenção e na reforma desses sistemas.

Eram esses adendos gostaria de fazer.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o deputado Cacá Leão.

O Sr. CACÁ LEÃO:- Deputados, penso que tenha faltado também um tema que precisa ser discutido, que é a questão da ampliação dos serviços. A Anatel tem uma norma e o Estado da Bahia tem um prazo para que venha a ser atendida. Enxergamos, nós que caminhamos por todo este Estado, que esse prazo não será cumprido. Por exemplo, a questão da internet 3G nos municípios, para a qual eles tinham prazo até junho deste ano. Nós, que caminhamos, hoje já vemos a dificuldade de se utilizar a internet no interior da Bahia. A questão, também, dos municípios onde só temos o serviço de telefonia funcionando na sede. Eles têm a obrigação de levar e ampliar esses serviços para os distritos, a interiorização nos municípios. É uma queixa constante que temos recebido.

Sabemos que existe a prioridade na questão dos distritos que são de beira de estrada, até por uma questão de segurança. A Anatel que tem essa obrigação de fiscalização, a obrigação de fazer com que esses prazos sejam cumpridos, e isso não tem acontecido.

Gostaria de que V.Exªs incluíssem nas oitivas da Anatel, que é a específica, a cobrança e a determinação para ampliação dos serviços, para que consigamos levar um serviço de qualidade a todos os municípios e aos grandes distritos.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a V.Exª, deputado Cacá.

Eu cheguei a citar isso. É importante a presença da Anatel aqui para que possamos ter conhecimento de como anda a proposta de ampliação dos serviços, principalmente na zona rural, já que existem determinações da agência em relação às operadoras.

Quero solicitar à Secretaria da Mesa que inclua na próxima pauta, como objeto de discussão e deliberação da comissão, a discussão a respeito das oitivas que serão feitas na CPI com o respectivo calendário. Nós discutiríamos na próxima quarta-feira qual seria a ordem das oitivas e tentaríamos já definir um calendário para que possamos iniciar esses trabalhos, também, no âmbito desta comissão.

O Sr. Cacá Leão:- Inclusive, nobre presidente Paulo Azi, poderia ser feita a oitiva da Anatel para esse fim específico antes das audiências públicas nos municípios. Seremos bastante questionados quando chegarmos ao interior da Bahia. Se chegarmos com essas respostas, esses prazos, essas informações, conseguiremos dar uma satisfação à população.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Eu não sei quem tem calendário aí. A primeira visita de campo ao interior seria dia 21 de março, uma sexta-feira. Então...

(Manifestação fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Nós aprovamos aqui e darei ao conhecimento de V.Exª.

(…) teríamos, se fosse o caso, a quarta-feira, dia 18.

(Manifestação fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Mas a quarta-feira já é a próxima. Nós teríamos de aprovar hoje. Aí acho que não temos ainda instrumentos. Teremos o período do Carnaval e não teremos instrumentos suficientes para preparar essa oitiva. Nobre relator, não sei se já aprovaríamos isso aqui para o dia 18 ou se deixaríamos para aprovar no dia 11. A vantagem de se definir a aprovação para o dia 18 é que teríamos mais tempo para trabalhar essa questão. Fica aí a sugestão aos membros da comissão...

Deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Quero fazer uma ponderação, com a preocupação que todos estamos tendo, com a prudência, porque o nível de exposição da CPI é muito grande e devemos aproveitar esse momento, com a postura suprapartidária que conseguimos alcançar, para que possamos trabalhar com a melhor das possibilidades, ressalvadas as condições.

Sugiro que façamos uma reunião extraordinária, e não na quarta-feira, porque faremos a primeira reunião itinerante na segunda cidade mais importante do Estado. Gostaria de ponderar, por conta disso, para vocês verem que trouxemos aqui livre de qualquer coisa para que discutamos. Depois vi que, de início, poderíamos trocar a segunda maior cidade, se fosse o caso, por outra, a fim de fazermos numa cidade menor, que será a primeira. Não sei se inverter, ou qualquer outra cidade que nos dê essa possibilidade, para que agreguemos informações, agreguemos experiência para fazermos melhor. Tanto que a de Salvador, na minha opinião, deveria ser a última. Está aprovado o requerimento, as cidades, mas apenas uma forma de conduzirmos no sentido de proteger esse instrumento que é valiosíssimo para a sociedade. Essa é a primeira ponderação.

Por isso, não acho que seja prudente fazermos na quarta-feira, porque devemos colocar uma equipe de preceptores para ir lá no local para arrumar, para ter contato com as autoridades, para fazer todo o trabalho antecedente, para quando chegarmos possamos fazer um trabalho de maneira adequada e prudente, apenas nesse sentido.

Então, solicito que se faça uma reunião extraordinária na segunda-feira ou terça-feira depois do carnaval. É uma sugestão.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Concordo com a ponderação de V.Exª, deputado Joseildo Ramos, mas também concordo com a ponderação do deputado Cacá Leão. Se fossemos à realização dessas sessões ordinárias com algumas informações já colhidas, seria fundamental para que não cheguemos nesses municípios sem nenhuma informação oficial do órgão que é o principal responsável pela fiscalização e regulação do serviço.

Portanto, estamos aqui diante de uma agenda que já colocaria o dia 21 de março, deputado Fátima... Aqui nós aprovamos as audiências públicas; elas seriam no dia 21 de março, em Feira de Santana; no dia 28 de março, em Porto Seguro; no dia 04 de abril, em Itabuna; no dia 11 de abril, em Alagoinhas; no dia 25 de abril, em Jequié; no dia 30 de abril, em Salvador; no dia 09 de maio, em Vitória da Conquista; no dia 16 de maio em Juazeiro; no dia 03 de maio, em Barreiras. Foram as sugestões que V.Exª...

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Presidente, um aparte.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Sr. Presidente, eu gostaria de incluir e que seja, lógico, colocada à apreciação dos nobres deputados...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Concordamos todos com V.Exª.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- (…) e Paulo Afonso seja incluída, diante do problema que existe na região. Aquele sertão, às vezes, é muito esquecido. Não podemos deixar de levar essa comissão para esse sertão. Faço um apelo. De repente, a de Juazeiro pode ser em Paulo Afonso, enfim...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Submeto à aprovação o requerimento do deputado Mário Negromonte Júnior para a inclusão, entre as cidades que serão visitadas, do município de Paulo Afonso, que, coincidentemente, é o município mãe do deputado Mário Negromonte Júnior. Os Srs. Deputados que...

O Sr. Joseildo Ramos:- Para discutir, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos, para discutir.

O Sr. Joseildo Ramos:- Não quero discutir a inclusão desse município. Quero apenas dizer que não teremos condição alguma, sob hipótese nenhuma, porque não há espaço no calendário, de alcançar a plena representatividade. Por diversas razões uma série de cidades ficarão de fora, mas fizemos essa sugestão... A lista não é fechada para que, exatamente, em algum caso gritante de lacuna, possamos... Faço apenas essa ponderação, porque não temos cronograma.

O Sr. Cacá Leão:- Concordo, deputado Joseildo Ramos. Acredito que precisamos, realmente, ter a mobilidade nessa questão. Eu concordo! Brincadeiras a parte, acho que o deputado Mário Negromonte Júnior tem razão, a cidade de Paulo Afonso está numa ponta do Estado. Nós estivemos lá, recentemente, inclusive, na realização de uma Assembleia Itinerante, e essa foi uma das queixas que nós ouvimos. Então, acho de importante responsabilidade desta CPI que consigamos levar também para aquele canto do Estado uma das audiências públicas.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes, para discutir o requerimento.

A Srª Fátima Nunes:- Saúdo o presidente desta Comissão, o deputado Paulo Azi, o nosso relator, deputado Joseildo Ramos, os demais deputados presentes, Cacá Leão, Álvaro Gomes e Mário Negromonte Júnior, e os que nos acompanham, os assessores e pessoas interessadas no tema desta CPI. Na verdade, não quero propor mais uma audiência pública em outra localidade, até porque compreendo, como disse o deputado Joseildo Ramos, que o tempo é exíguo para darmos conta de todos os municípios deste Estado que é do tamanho de um continente.

Quero só fazer uma observação com relação à ausência do serviço de telefonia em regiões bastante importantes que se desenvolveram rapidamente, principalmente com a construção das novas rodovias. Eu queria falar exatamente de toda a região que vai de Tucano, de Jorrinho até o Ibó. Hoje, a Rodovia BR-116 tem um volume considerável de veículos de transporte do Sul ao Norte, e os trabalhadores dessa área, os caminhoneiros, os que dirigem ônibus ficam praticamente incomunicáveis assim que passam da cidade de Euclides da Cunha até chegarem em Pernambuco.

Esse é um aspecto que precisamos discutir com a Anatel, porque, naturalmente, todos eles viajam com o aparelho no bolso... Eles compraram pacotes de serviços através das suas empresas e também possuem os seus telefones pessoais, mas ficam, hoje, impossibilitados de falar com suas famílias.

Às vezes, acontecem tragédias, a exemplo do que aconteceu recentemente, quando uma carreta foi alcançada por outra, e as pessoas têm dificuldade em receber rapidamente o atendimento, o auxílio... Não dá para imaginar a comunicação sem pensar exatamente nessa transformação, nessa alteração que o nosso Estado... Estou falando, aqui, de uma região, mas sei como é a região de Barreiras, com os campos de cerrado, onde estão os trabalhadores; sei como é a região de Canudos, de Curaçá e daquela região toda para fazer a comunicação com Paulo Afonso...

Hoje, não tem mais orelhão, que era a forma que as pessoas conseguiam se comunicar. Antigamente, passávamos nessas regiões, em dias de sábado e domingo, e tinha fila de pessoas próximas ao orelhão para falar

com a filha que estava em São Paulo ou em outras regiões. Hoje, os orelhões não têm mais assistência ou, praticamente, não existem mais.

O que existe, na modernidade, é o aparelho celular. Contudo, esse aparelho está na mão sem a linha, sem a comunicação. Isso também falando nos outros meios, a exemplo da internet. Aqui, na cidade, falamos com a África do Sul e com outros países pelo whatsapp, mas quem está no interior às vezes não tem nem o orelhão. É esse o aspecto que coloco para o nosso debate nas oitivas com a Anatel.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a V. Exª Deputada Fátim Nunes.

Veja V. Exª que essas audiências públicas, no interior, serão precedidas por uma visita em campo da CPI Itinerante. Inclusive discutimos, mais cedo, que não deveria ficar restrito a sede em que acontecerá a audiência. A ideia é que esses pontos móveis da CPI, que estarão em contato direto com a população, percorram os outros municípios para sentir, exatamente, o tamanho do problema.

Com a palavra o deputado Mário Negromente.

O Sr. Mário Negromente Júnior:- Só para contribuir com o que está sendo debatido e parabenizar essa iniciativa.

Acredito que aproxima ainda mais o nosso trabalho como deputado. Não tenho dúvida que hoje existe um problema gravíssimo, ou seja, uma determinação de não se estender mais sinais para as cidades ou se ampliar esses sinais para distritos maiores e tal. Essa é uma questão que precisamos acompanhar de perto. Inclusive, chamar para contribuir com esse debate o Dr. Silvano, superintendente de energia e comunicações da Bahia, ou representante da Secretaria de Infraestrutura para que passem para nos a situação das companhias que me parece foi divida, no passado, por região. Seria Claro na região Oeste; Vivo na região... Precisamos ter esses dados para o debate com essas empresas.

Sr. Presidente, na Comissão dos Cartórios tomaremos as mesmas medidas. Deixo aberto também para quando formos colocar as cidades acrescentar a cidade de Alagoinhas, Barreiras, para que possamos ver porque isso. Nós estivemos com o presidente do tribunal ontem – só para o

conhecimento de V. Exª – e o mesmo criará novos cartórios. Então me comprometi em passar um relatórios diante da comissão para que eles possam criar cartórios onde for necessário.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Fica, então, aprovado o requerimento do deputado Mário Negromente Júnior para a inclusão do município de Paulo Afonso.

Deputado Joseildo Ramos, antes de V. Exª submeter os requirimentos à votação, vou tentar encaminhar a discussão, pois estamos diante de uma situação que suscita aprofundamento. Pelo que vejo é consenso da Comissão que se faça uma audiência com a Anatel. Essa audiência deve preceder as visitas ao interior.

Portanto é preciso adequar as datas. A princípio estaria programada a primeira audiência pública para o dia 21 de março. Quando definirmos a data para a oitiva com a Anatel, faremos, internamente, uma reunião técnica com os órgãos parceiros, para subsidiar os membros da Comissão para a oitiva com a Anatel. Isso está claro, definido.

Precisamos definir o calendário. Se faremos a reunião com a Anatel na quarta-feira dia 19 de março, e a primeira audiência pública no dia 21 de março, ou manteria quarta-feira dia 19, e, se necessário, prorrogar a primeira audiência pública para a semana seguinte. Se fizermos, no dia 19, a audiência pública, no dia 20 parte da equipe técnica já estaria se deslocando... Aliás, em alguns casos terá que ir no dia 19, porque no dia 20 os pontos móveis já estarão nos municípios ouvindo a população, e no dia 21 teria audiência. Estou achando muito apertado, até para que possamos tratar as informações que forem objeto da audiência pública.

Talvez, deputado Joseildo Ramos, façamos a oitiva no dia 19 e aí marcaremos a primeira viagem ao interior na semana seguinte para que nós tenhamos um mínimo de tempo para absorver as informações que chegarão aqui através da Agência Nacional de Telecomunicações. Portanto, dia 19 faremos a reunião com a Anatel e, na semana seguinte, a primeira ida ao interior. É preciso fazermos a reunião dia 19 para dia 21 estarmos no interior. E não vamos ter nem condição de tratar as informações.

Essa é a ponderação que faço.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Olhe, é interessante que ponderemos esses pontos. De fato, deputado Paulo Azi, de nada adianta coletarmos in loco informações, fazermos determinação ou levantamento de sinais e outras questões de ordem técnica, se não tivermos tempo pra decodificar o que veio e aprofundar as impressões que deveremos ter sobre as coisas.

Qual é o grande problema que estamos tratando? Estamos expedindo uma série de requerimentos. E aí peço que todos nós fiquemos atentos, porque a resposta às provocações e aos requerimentos que estamos fazendo, a partir daqui da CPI, precisa ter um espaço limite, Sr. Presidente. Como V.Exª trata das questões administrativas, quero dizer-lhe que acho - não sei - que seria melhor uma conversa ainda amistosa ou de preferência cooperativa com esses órgãos a que estamos destinando os requerimentos e as provocações para que nos cheguem essa documentação e esses dados também em tempo hábil, pois assim nessas informações poderemos mergulhar, já que serão importantíssimas para algumas dessas oitivas que faremos.

Então esses órgãos, essas organizações e entidades têm tais dados sistematizadamente. Agora, não sei se todos eles terão interesse em mandar para cá no devido tempo. Outra coisa para a qual quero chamar atenção é que a CPI tem prazo. Ela termina do jeito que está, V.Exª sabe. E nós estamos num ano em que não podemos lograr tanta possibilidade de prorrogação, pela tipicidade do 2014 em curso. Portanto, quero chamar atenção para isso, concordando com as ponderações que V.Exª fez.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Cacá Leão.

O Sr. CACÁ LEÃO:- Eu concordo, nobre deputado Paulo Azi, com a ponderação de V.Exª. Acho também que o tempo é bastante curto. Mas também creio que esta Comissão lhe dá poderes de convocação, de intimação à Anatel, com fins específicos. Vamos convidá-la com o fim específico de tratar da ampliação dos serviços nos municípios. Acho que essa será a primeira, mas não a única oitiva aqui com a Agência Nacional de Telecomunicações. Penso que teremos de realizar mais de uma.

Então, quando a convidarmos para se fazer presente a esta CPI no dia 19, poderemos fazê-lo já com fins específicos para que ela venha a nos apresentar os trabalhos, os projetos de ampliação, como é que estão em

determinada região. Inclusive solicitemos um foco específico para a primeira oitiva que será realizada na semana seguinte, se assim ficar aprovado aqui, para que não percamos o prazo nem tenhamos uma demora que nos faça trazê-los para ouvi-los sem que eles cheguem já com as respostas que necessitamos.

Logo, deixo como encaminhamento para V.Exªs que cuidarão desta parte o convite com a finalidade específica de tratarmos da ampliação dos serviços e da melhoria do sinal nas regiões, apresentando aos que vierem o calendário para que possam se fazer presentes.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço ao deputado Cacá e submeto ao plenário a...

O Sr. Joseildo Ramos: - Pela ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi): - Deputado Joseildo.

O Sr. Joseildo Ramos: - Para discutir. Apenas para a gente não... Veja só, a Anatel, ela poderá estar trazendo, deputado Cacá Leão, uma série de dados sobre os quais a gente já pode tratar com ela. Por exemplo, o mapa de cobertura de todas as... Inclusive nós vamos cotejá-los. A gente vai pedir à Anatel o que ela tem e vamos pedir individualmente a todas as outras operadoras. Eu vou tratar disso aqui. Então, o conjunto, o móvel da nossa arguição perante a Anatel...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi): - É livre.

O Sr. Joseildo Ramos: - (…) vai ser mais amplo, incluindo essa preocupação que V.Exª bem coloca. Então, apenas chamar a atenção para isso, porque nós já estamos fazendo as provocações e os requerimentos já, a partir de agora, e ,logo, logo, eu vou passar para o conhecimento dos senhores.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi): - Submeto à votação o calendário que prevê a oitiva, no dia 19 de março, da Anatel, com a presença dos parceiros, o CREA, o Ministério Público Federal, precedido de uma reunião técnica com equipe da Secretaria de Infraestrutura e da Superintendência de Telecomunicações. E o início das audiências públicas, no interior,a partir do dia 28 de março, e aí, subsequentemente, a semana seguinte, conforme aprovado

anteriormente nesta comissão. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Eu quero solicitar à Assessoria Jurídica da Mesa que já providencie o ofício para que nós possamos encaminhar ainda hoje para a Anatel, fazendo o convite formal da presença do seu representante aqui, no próximo dia 19 de março, até para que eles tenham lá tempo de preparar o material para essa audiência pública.

O deputado Joseildo com a palavra para apresentar os requerimentos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Dando continuidade à sessão de requerimentos, quero, apenas, colocar o escopo dos outros requerimentos que deixei por último, porque são bem específicos. Eles serão endereçados às operadoras. Eu vou ler o requerimento das operadoras. E o requerimento da Anatel é bem parecido com o das operadoras. Nós vamos aprová-los genericamente, porque são questões de ordem técnica como fizemos da vez passada. E, também, há os requerimentos dos municípios.

No caso dos municípios, deputado Paulo Azi, a preocupação maior – que não vai ser alcançada pela CPI – é a questão da legislação das antenas que é a nossa maior preocupação. Obviamente, vamos estabelecer um questionário específico para saber sobre isso.

Vou passar para vocês os requerimentos que vão para Tim, Claro, Oi e Vivo, a fim de solicitar documento de autorização emitidos pelas prefeituras nas áreas de atuação da prestadora de serviço e telefonia móvel. Isso será para cada uma. Vejam, existem informações que há prefeituras que nem esse documento de autorização existe. Imaginem?

Com essa solicitação, vamos ter, nos 417 municípios, bem clara a configuração e como se vai estabelecer essa situação. Isso, para as operadoras.

Obviamente, isso vai para a Anatel também.

Queremos informações cruzadas como laudo radiométrico da ERB (Estação Rádio Base) teórico e prático com base na Resolução nº 303 de 2 de julho de 2002 da Anatel e na Resolução nº 2.949 de 22 de março de 2002 do Cepram-Bahia, apresentado pela prestadora junto com a administração pública

local em sua área de atuação por ocasião do início das suas atividades no município.

Por que isso? Vejam, nem todas as prefeituras estão aparelhadas do ponto de vista do corpo técnico, do ponto de vista de gente e de material humano para requerer tipificando as obrigações legais que as operadoras teriam de apresentar. Vejam, uma dessas obrigações é o laudo de radiometria.

Então, isso aqui vai deixar às claras essa situação.

Terceiro. Isso, também, deve ser solicitado à Anatel. Por exemplo, o número máximo de assinantes que podem ser atendidos por cada ERB e com perdas menores de 2% em cada região de atuação. Isso é técnico e isso especifica como está o nível de atendimento das obrigações de ordem técnica de cada operadora em cada local onde ela atua.

A outra: velocidade máxima que os assinantes conseguem na área de atuação e na hora de menor movimento. Aliás, pedimos de menor e do maior movimento, assim como deveremos pedir o mapa de cobertura do sinal da telefonia móvel atualizado na área territorial sob responsabilidade de cada uma dessas operadoras. Isso também será solicitado da Anatel.

Obviamente, o requerimento dos municípios é para termos em mãos a legislação; se é que eles têm. E, aí, nós vamos saber os que não têm pela resposta e outros dados relacionados com essa exigência que pode ter na Secretaria de Infraestrutura, quem não tiver Secretaria de Meio Ambiente, enfim, em todos os 417 municípios.

Nesse caso, teremos de ter uma parceria específica com a UPB que muito pode nos auxiliar na sensibilização dessas informações que temos dúvida se os municípios se darão ao trabalho, em grande parte, de respondê-las até mesmo por dificuldade em função do nível de especialização do tema.

Nós queremos usufruir da cumplicidade da UPB nessa matéria.

E os outros dois requerimentos sairão no mesmo escopo. Esse, apenas, é para exemplificar qual é a natureza das arguições que estamos fazendo.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Em discussão o presente requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado à unanimidade dos presentes.

Antes de encerrar a sessão, eu quero chamar a atenção da Assessoria de Comunicação para a alteração das datas das oitivas no interior para que não saia aqui para a imprensa as datas inicialmente previstas. E reitero a necessidade de o corpo jurídico da Comissão preparar esses ofícios para que, o mais rápido possível, possamos assiná-los e encaminha-los aos destinatários.

Não havendo mais nenhum assunto a tratar, declaro encerrada a presente sessão às 12h15min.

Bom Carnaval a todos.

Relato da **8ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito da Telefonia** realizada em 12/03/2014.

Resumo:

Foram decididos os detalhes acerca da visita da Agência Nacional de Telecomunicações à CPI da Telefonia. Foi discutida a ainda a fase itinerante da Comissão.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Bom-dia a todos e a todas, às 11h15min, declaro aberta a presente Sessão Ordinária da CPI da Telefonia, colocando que queremos fazer alguns breves avisos aqui. Ficou acertado, da última vez em que estivemos aqui tratando do encaminhamento dos trabalhos da CPI, que hoje nos ocuparíamos de passar as informações de todos os encaminhamentos que fizemos. Faremos isso a seguir, e, logo depois, precisamos mergulhar numa discussão muito específica e que apenas os membros da CPI, tanto do ponto de vista administrativo quanto da assessoria a técnica... Está aqui o nosso ilustre técnico da Seinfra, Robério Ronald, e vamos ter de pedir licença aos demais. Esta primeira parte, enquanto estamos passando a informação, é bom que todos ouçam, mas estaremos fazendo os

preparativos para os novos pontos que deveremos enfrentar na próxima semana, quando iniciaremos as oitivas das diversas entidades e operadoras, Anatel no meio, e também a CPI Itinerante.

Portanto, vou passar a fazer a informação daquilo que foi tratado nos últimos dias, começando por uma reunião que tivemos lá na sala da CPI com as presenças do pessoal da área administrativa e da área de comunicação dos mandatos e encaminhamos uma série de providências, entre as quais uma C.I requisitando material, tanto material humano quanto equipamento para que isso ficasse à disposição do esforço de encaminhamento da CPI Itinerante, tanto material humano qualificado quanto também equipamentos diversos, veículos e também providências administrativas – veículos, equipamentos, enfim, foram essas providências de praxe.

Também entramos em contato, tanto por via telefônica bem como através da internet, com o pessoal que tem dado esse apoio da assessoria, o pessoal da Seinfra – está aqui destacada a presença do Sr. Robério, que tem prestado relevante serviço passando informações e preocupações para todos nós, agradecemos de público – e também o engenheiro Costa e Silva, que nos passaram uma série de informações que nós devemos tratar de maneira mais interna porque serão utilizadas no momento em que estivermos fazendo a inquisição da Anatel, que será a primeira que deverá ser convocada para que estejamos tratando.

Também, estaremos trazendo aqui uma proposta de questionário que vai para os municípios, levando em conta quais as operadoras de telefonia móvel e outras que atuam no município e quais os serviços de telecomunicações, porque não é só a telefonia móvel. Estamos seguindo um padrão muito adequado que foi feito em uma das CPIs dos Estados sulistas, colocando também como é que é o sinal e a qualidade do serviço que é prestado nas zonas urbana e rural de cada operadora, a busca de informação sobre a restritividade da legislação que regula a questão das antenas, porque este é um ponto considerado vital, reclamado pelo conjunto das operadoras, que colocam isso como alavanca para proteger qualquer encaminhamento no sentido de encaminhar o sinal, dizendo que tudo não é conduzido nesse sentido por conta de uma verdadeira parafernália de legislações nos diversos

municípios, que não deixa de ser verdade. Mas também queremos averiguar até que ponto isso procede.

Buscamos saber se os municípios receberam, por parte das operadoras, todos os encaminhamentos que os protocolos legais requerem para que saibamos se existe legalidade na atuação das diversas operadoras, desde a sua implantação nos diversos municípios e outros quesitos específicos relacionados com o interesses da municipalidade.

Adequaremos esse questionário, passaremos todas essas informações a todos os membros da CPI, todos os assessores de todas as áreas técnicas, para que eles possam ter um olhar específico, e também para área de comunicação, para que se filtre aquilo que seja estratégico e de referência apenas nossa, para que aquilo que possa seguir como informação da imprensa, seja divulgado.

Outro aspecto são as medidas que ficamos de adotar, uma delas vamos desencadear a partir de agora, dentro de poucos instantes, vamos ter uma conversa, essa sim, muito mais restrita, acerca daqueles pontos nevrálgicos que haveremos de trabalhar na direção de arguir, de proceder as oitivas, as inquisições relacionadas à Anatel e as demais operadoras.

Portanto, essa parte da discussão no momento vai ficar restrita apenas ao ambiente interno. Focaremos esses pontos nevrálgicos sob a ótica técnica e também sob a ótica dos trabalhadores. Haveremos de ter uma conversa com os sindicatos e deveremos discutir os papéis dos diversos grupos que integrarão a CPI Itinerante, que é uma verdadeira força-tarefa.

Temos os parceiros estratégicos, relembrando: a OAB, o CREA, a Defensoria Pública, os Ministérios Públicos Estadual e Federal, Procon. Vamos discutir o papel que cada uma dessas entidades vai desempenhar no âmbito da CPI Itinerante, para que, quando estivermos procedendo aos trabalhos nos diversos municípios, todos já saibam os papéis que desempenharão. A assessoria técnica, da mesma forma, e também o nosso corpo administrativo e técnico, porque temos a área jurídica, a área de comunicação e o pessoal de administração e operação. E há também o papel de área política, que no nosso ambiente são os deputados que integram o corpo da CPI.

Essa discussão terá lugar a partir de alguns minutos à frente e eu gostaria de abrir para aqueles que quiserem fazer uso da palavra ou para alguma ponderação acerca das informações que estamos oferecendo a todos neste momento. Uma série de resoluções já tomadas pela Anatel nos últimos dias vão interferir decisivamente na relação das diversas operadoras com os clientes, certamente, no sentido de melhorar a qualidade dos serviços e o nível de satisfação que eles causam aos diversos consumidores. Obviamente, a partir dessa nova realidade, boa parte daquilo que foi fruto do trabalho das CPIs do Sul se reflete claramente numa tomada de posição da Anatel. E isto aqui já é fruto do trabalho que preteritamente as outras duas CPIs tomaram.

Então, são essas as informações.

Quero passar a palavra ao ilustre deputado Cacá Leão.

O Sr. CACÁ LEÃO:- Nobre deputado Joseildo Ramos, relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Srs. Deputados e Srªs Deputadas, é de grande valia e de grande responsabilidade desta Casa que venhamos a dar as respostas que a sociedade tanto pede e tanto precisa.

Nós, que caminhamos por toda esta Bahia, de Leste a Oeste do nosso Estado, vivenciamos principalmente na pele a questão da dificuldade dos serviços de telefonia. No último final de semana, inclusive, já comecei a ser abordado pelas pessoas na rua sobre a questão da CPI. Foi quando estive visitando o interior baiano, onde em algumas cidades me abordaram cidadãos que já ouviram falar que aqui na Assembleia Legislativa está acontecendo uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar os serviços de telefonia na Bahia. A queixa é geral.

Falei anteriormente, na reunião passada, que um dos maiores problemas que enfrentamos hoje é no Oeste. Já temos uma audiência pública e uma oitiva marcadas lá. A última delas, se não me engano, acontecerá na cidade de Barreiras. E o caos na telefonia é espalhado por toda aquela região.

Gostaria, deputado Joseildo, que V.Exª disponibilizasse, como tem sido feito nas nossas reuniões, todo esse material. Deixo como sugestão ao Grupo de Trabalho que criemos um mailing de e-mails para que tenhamos acesso a toda essa documentação, como tem acontecido inclusive via telefone, pois assim previamente, quando chegarmos para trabalhar nesta Comissão, já

poderemos fazer os questionamentos necessários. Isso é para que estas reuniões que acontecem nos dias de quarta-feira venham a fluir melhor e não percamos tempo, por exemplo, tendo o acesso à documentação só aqui.

Então deixo como sugestão, principalmente à Assessoria de Comunicação da CPI, que criemos um mailing para que tenhamos previamente acesso a toda a documentação enviada e façamos o nosso dever de casa chegando aqui já com as perguntas.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Deputado Cacá Leão, olhe bem, essa providência será adotada. Lembro que na última reunião o deputado-presidente Paulo Azi colocou que os diversos encaminhamentos que tivemos estariam sendo disponibilizados. Então não sei, deve ter tido algum pequeno problema. Mas é providência, é interesse. É isso. Já há também no WhatsApp informações. Portanto, existe o interesse do próprio presidente. Ele se preocupou e falou que iria fazer. Nós estaremos levando isso em conta porque, sem esse procedimento, não tem nem como acontecer... Está aqui anotada a sua preocupação.

Continua franqueada a palavra, agora com o deputado Álvaro Gomes.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Nobre deputado Joseildo, eu queria só reforçar uma sugestão que tinha feito na reunião anterior para que, entre as ações da CPI, também busquemos sistematizar as iniciativas parlamentares nessa área, vendo como aproveitá-las de alguma forma.

Existem vários projetos que tratam desta questão da telefonia, da internet e da universalização de ambas, tanto duma quanto da outra. E existe nessas iniciativas o grande debate da constitucionalidade, se é constitucional, se não é constitucional. Eu acho que estamos fazendo aqui uma CPI que tem uma importância muito grande, apesar também de se ter uma ideia de que não seria competência da Assembleia Legislativa tendo em vista que essa é uma questão nacional, mas entendemos que sim. É competência da Assembleia Legislativa e esta CPI trará resultados bastante positivos para a sociedade.

Então acho que essas iniciativas parlamentares deverão ser sistematizadas para ver se conseguimos aproveitar e potencializar os trabalhos da CPI, já que o objetivo nosso é buscar melhorar o serviço de telefonia, universalizar. E essa melhoria se dá através da luta, da divulgação. Muitos

projetos que foram apresentados podem não ter se concretizados. Inclusive aprovamos uma lei nesta Casa para acabar com a tarifa-assinatura dos telefones fixos e móveis no Estado da Bahia, e esse foi um movimento nacional que foi aprovado em vários locais. Em alguns Estados passou a valer e depois houve dificuldades...

O ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Ayres Brito, defendeu a tese da constitucionalidade, fez um parecer apesar de no Supremo essa ser uma questão polêmica, mas temos que comprar essa briga política e jurídica em defesa da sociedade. Não é um ponto pacífico. Alguns entendem que é constitucional, outros entendem que não é. Prevalece hoje, nessa questão da tarifa-assinatura, infelizmente, a tese da inconstitucionalidade, embora seja um ponto ainda em discussão na área jurídica.

E eu acho que a Assembléia Legislativa deveria enfrentar esse debate e ver as formas de ganhar essa luta, seja com a opinião pública, seja na questão da legislação. Muitas iniciativas que não se transformaram em lei local já foram, digamos assim, concretizadas, através de resoluções da Anatel, através de legislação nacional. Mas iniciativas que foram apresentadas, por exemplo, em 2003, 2004, 2005 já se transformaram em realidade, apesar de não terem sido aprovadas aqui na Assembleia Legislativa.

Portanto acho que deveríamos sistematizar para analisarmos essas proposições que existem aí dos 63 deputados, ver quais apresentaram e depois sistematizar e ver de que forma a CPI poderá contribuir.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Deputado Álvaro, esse é o ponto que merece de todos nós uma reflexão, porque é a produção do trabalho legislativo desta Casa, dos diversos parlamentares desta e de outras legislaturas. Temos a Constituição baiana como, de todas da Federação brasileira, a mais restritiva, que é outro debate que se impõe, e, infelizmente, a cada legislatura não se enfrenta a contento, o que traz severos prejuízos do ponto de vista do papel da Casa Legislativa. Acho que nós, em meio ao cotidiano das disputas e dos processos mais emergentes, deixamos de discutir questões estratégicas, permanentes, e aceitamos quase passivamente, ou tacitamente, não discutir aspectos fundamentais e que podem concorrentemente Estado e Federação estarem contribuindo para uma série de discussões que sabidamente, a partir

de um dispositivo constitucional, que é muito mais restritivo na Bahia do que em outros Estados, e que nos impõe essa camisa de força.

Eu me lembro que você tratou – não com essa especificidade com que você tratou aqui, agora –, parece-me que na penúltima reunião, e você volta a esse tema, que é por demais importante, e nós não poderemos abrir mão de sistematizar essas contribuições de diversos deputados, independentemente das legislaturas.

Entretanto, não podemos estar apenas e tão somente no eito que nos confere legalidade e constitucionalidade na ação da CPI, porque uma série de indicações, uma série de sugestões podem fazer com que os diversos órgãos, a partir de suas responsabilidades, possam estar interagindo a partir do levantamento, a partir das provas que forem colhidas no nosso trabalho e que sejam irrefutáveis do ponto de vista do papel de quem de direito. Então, eu acho que a gente não pode abrir mão disso. Quero parabenizá-lo pela lembrança.

Solicito de imediato que a gente promova, juntamente com a Casa, com a Mesa, a busca de todas as iniciativas de propostas de projetos de lei que versam sobre o objeto da ação da CPI para que a gente possa sistematizar e filtrar aquilo que, efetivamente, possa ser importante neste momento da CPI.

Agora, neste momento, solicitaria a compreensão das diversas pessoas que nos acompanham, convidando-as para que façam esse acompanhamento a partir da próxima semana, quando já estaremos tratando com o ambiente externo. É importante a presença de todos os assessores, da imprensa, e tudo, mas a gente pediria licença àqueles que não sejam os assessores diretos e também aos deputados, porque a gente vai tratar de um tema muito mais específico. Espero a compreensão de todos vocês.

Muito obrigado.

E passaremos agora a encaminhar as coisas que definimos como mais internas para tratar aqui.

Portanto, eu declaro encerrada esta sessão, às 11h40min, e deveremos prosseguir apenas internamente, encaminhando alguns ajustes referentes a tudo aquilo de que a gente tratou agora, até neste momento.

Relato da **9ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito** da Telefonia, realizada em 19/03/2014.

Resumo:

A Anatel esteve presente na CPI da Telefonia e prestou explicações acerca do seu funcionamento e sobre a forma como atua na regulação do serviço das operadoras. Houve o esclarecimento ainda de dúvidas dos parlamentares pelos órgãos sobre os serviços de 4G, a expansão de cobertura na zona rural, nível de radiação das antenas e serviço de Call Center.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- (...)Às 10h15min, declaro aberta a 9ª reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito relacionada a assuntos da telefonia.

Quero registrar a presença dos deputados Joseildo Ramos, relator desta CPI, Álvaro Gomes, Gaban, Sidelvan Nóbrega, Leur Lomanto, Cacá Leão, solicito a V.Exª, deputado Cacá, assinar a lista de presença, havendo, portanto, quórum.

Registro a presença e convido para fazer parte da Mesa os representantes da Anatel, Sr. Geovane Menezes, diretor de relações institucionais dessa agência, e Dr. Fernando Ornelas, gerente regional da Anatel Bahia/Sergipe.

Srªs e Srs. Parlamentares, esta reunião tem como pauta específica a oitiva dos representantes da Anatel, agência responsável pela regulação dos serviços de telefonia no território nacional. Quero, desde já, agradecer a presença de V.Sªs, todos nós sabemos o quanto é preocupante a situação em que se encontra a prestação dos serviços relacionados a essa concessão.

O objetivo desta CPI é buscar alternativas e respostas para que os nossos consumidores tenham, em primeiro lugar, os seus questionamentos

respondidos, mas principalmente a melhoria da qualidade dos serviços que são prestados pelas empresas de telefonia no âmbito do Estado da Bahia.

Todos nós sabemos o limite das nossas competências, sabemos que esse é um assunto da esfera federal, mas, por outro lado, entendemos que esta Casa tem, sim, uma competência específica em relação às questões da defesa dos consumidores.

A solicitação da presença de V.Sªs nesta Casa se dá devido à necessidade de que esta comissão tem de colher informações, de receber, por parte de V.Sªs, as informações relacionadas à prestação do serviço no âmbito do Estado da Bahia, como isso está sendo regulado, como está sendo fiscalizado, enfim, uma série de questionamentos que, após a apresentação de V.Sªs, os nobres parlamentares, por certo, haverão de solicitar.

Não sei se o nobre relator vai querer usar da palavra antes da apresentação dos representantes da Anatel. Deputado Joseildo. (Pausa)

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Apenas, deputado-presidente, para ressaltar algumas questões, mas gostaria de desejar bom-dia a todos os deputados presentes, sua assessoria, representantes de operadoras que aqui estão. Também temos a incumbência, de maneira concorrente, de observar decorrências da prestação do serviço em relação à saúde e meio ambiente e destacar que, neste momento, Dr. Fernando e Dr. Geovane, ambos estão aqui representando a Anatel na condição de convidados. Os senhores podem ficar à vontade. Entretanto, estarão recebendo também um ofício com que iremos colher documentos específicos, com outro nível de profundidade que não este, neste momento, aqui, agora.

Apenas são lembranças para que V.Sªs tomem ciência antes da apresentação que farão.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Antes de passar a palavra ao representante da Anatel, o deputado Zé Neto gostaria de se pronunciar.

O Sr. Zé Neto:- Primeiro, quero saudar o presidente da comissão, deputado Paulo Azi, e dar-lhe boas-vindas, pois ele, nesses dias, estava de viagem e já voltou, para alegria da Casa. Saudar nosso nobre relator, deputado Joseildo, e registrar a profunda alegria e a profunda satisfação que sentimos todos aqui nesta Casa por ontem vermos definitivamente resolvida uma

situação que injustamente maculava a vida de V.Exª, um parlamentar que a todos nós tem servido de exemplo por sua retidão e por sua condução na vida pública.

Ontem, a decisão do STJ nos alegrou, e eu não podia deixar de registrar aqui a grande alegria que nós todos sentimos. Sabemos da necessidade, na vida pública, de que as coisas sejam apuradas e sejam, evidentemente, saneadas. As denúncias aparecem a toda hora, até porque somos representantes do povo. Talvez o Poder Legislativo seja, no seu todo, o Poder mais vulnerável do ponto de vista das ofensas, mas também o mais aberto para a população.

Então, fica aqui esse registro. Tínhamos certeza da sua inocência e da sua retidão, mas é óbvio que, diante do quadro em que vivemos neste País, principalmente quando em determinados momentos enxergamos situações que não deveriam ser tão excessivas e acabam indo pelo caminho do excesso, V.Exª, com certeza, ontem, foi... contemplado não diria, mas foi um momento de extrema justiça que foi feita pelo Superior Tribunal de Justiça com relação a uma demanda que o incomodava.

No mais, quero dizer da importância, deputado Paulo Azi, já vou encerrando minha fala. Fui eu que solicitei desta Casa a instalação desta CPI e muito trabalhei, junto com o deputado Elmar, para que V.Exª fosse o presidente, já que tínhamos maioria suficiente para instalarmos a CPI.

Escolher V.Exª como presidente desta CPI, e isso como decisão da Bancada do governo, é uma demonstração clara de quanto confiamos no homem público que, apesar de ser contrário ao nosso partido, contrário a nossa corrente, contrário à nossa Liderança, tem demonstrado no curso da sua história nesta Casa uma maturidade política e um crescimento de causa que muito vai ajudar a todos os baianos nesta demanda que diz respeito a uma das mais importantes CPIs já instaladas na história da Bahia, senão a mais importante.

Os representantes da Anatel estão aqui hoje, os representantes da telefonia estão aqui hoje, e tenho certeza de que esta Casa, com o apoio da unanimidade dos deputados Sidelvan, Roberto Carlos e Leur Lomanto, com toda força que reunimos, com deputados como Aderbal Caldas, Cacá Leão,

Kelly Magalhães. A deputada Kelly, que tive a satisfação de poder abraçar, ela sempre muito energética, para esta Casa ter o apoio que jamais foi dado a uma CPI.

Esta é a nossa esperança, que V.Exªs, que hoje estão aqui presentes tenham certeza que não haverá, desta Casa, outro sentimento senão o de buscar o melhor para o povo da Bahia e o melhor para que tenhamos aqui resultados significativos. O Ministério Público Federal dando apoio, o Judiciário, não tenho dúvidas que também dará. Porque também usam telefone, TV a cabo, sinais de satélites e terão aqui aportadas as suas expectativas que estão, neste instante, nesta Mesa, nesta sala, buscando eco. Terão eco, porque o Poder Legislativo não evitará medir suas forças e fazer o máximo esforço para que aconteça e que os resultados possam ser evidentemente aferidos.

Deus nos ilumine para que esta Comissão continue trabalhando assim.

O Sr. Presidente (Paulo Azi): - Agradeço a V.Exª, deputado Zé Neto. Quero registrar a presença dos deputados Roberto Carlos, Aderbal Caldas, Kelly Magalhães, mesmo não fazendo parte desta Comissão, nos honram com as presenças e deverão dar grande contribuição a esta reunião. Quero cumprimentar e saudar a presença do Dr. Robério Ronald, representante da Secretaria da Infraestrutura do Estado da Bahia, do diretor de relações institucionais da TIM, Dr. Luís Claudio Fortes, do diretor de relações institucionais da VIVO, Dr. Mauro Coquemala, do diretor de relações institucionais da OI, Dr. José Ailton Lyra, agradeço a presença de V.Sªs.

Passo a palavra ao Dr. Fernando Ornelas, gerente regional da Anatel do Estado da Bahia e Sergipe.

O Sr. FERNANDO ORNELAS: - Bom-dia a todos.

Sr. Presidente, é um prazer muito grande a Anatel fazer parte dessa oitiva para colocar para os senhores a questão da telefonia no Estado da Bahia. Gostaria de pedir desculpas pela ausência do nosso presidente, Dr. João Resende, por ter compromissos anteriormente agendados.

A Anatel está atenta às questões, movimentações, declarações, reclamações e denúncias provenientes da sociedade com relação à telefonia. Digo atenta, porque recentemente tivemos três determinações na agência que

causaram muito impacto na sociedade. Algumas ainda com prazo a serem implementadas, como a questão recente do RGQ, o Regulamento para Garantias dos Direitos dos Consumidores. Isso vai impactar e muito nas questões das reclamações, cobranças que hoje são as nossas maiores reclamações e denúncias.

Por exemplo, a questão de cancelamento de contrato dos serviços de telefonia. Antes era uma dificuldade muito grande para os usuários fazer esse cancelamento. A partir de 08 de julho de 2014 será feito automaticamente, através da internet, se for o desejo do usuário. A operadora terá o prazo de 48 horas para efetivar o cancelamento. O regulamento foi publicado em 10 de março e começa a valer quatro meses após a publicação da portaria.

A questão do call center das operadoras, a partir do momento em que haja o canelamento da ligação, durante a ligação executada pelo usuário, a operadora tem a obrigação de restabelecê-la imediatamente. Por aí vão outros avanços que esse regulamento traz para a população.

A assinatura do TAC com algumas operadoras que já demonstraram interesse. O Termo de Ajustamento de Conduta é para que as multas que ainda estão em primeira e segunda instância sejam revertidas em prol da população, com a melhoria do serviço, a universalização, a qualidade do serviço, tudo isso está sendo já negociado.

Outra regulamentação que saiu recentemente, sexta-feira, e já causou um ruído muito grande, tanto é que a mídia tem nos procurado sobre essa determinação em conjunto com as operadoras e a BR Telecom, a nossa empresa que gerencia toda a parte de portabilidade, de telefones roubados e denunciados, vai agora gerenciar, também, essa questão da não entrada de telefones não certificados pela agência, certificados homologados pela agência na planta. Nós sabemos que esses equipamentos trazem problema, não sabemos a garantia. Quando se ouve falar que explodiu a bateria de um telefone, pode ter certeza de que esse telefone não foi certificado, não tem o selo da Anatel. Então, isso é prejudicial. A qualidade da recepção é péssima, e isso implica em denúncia aos call centers dizendo que não tem cobertura, que

não tem qualidade, que o serviço está caindo. Isso pode ser fruto da qualidade dos nossos “xing lings” que estão inseridos na planta.

Estima-se, hoje, que aproximadamente 25 a 30% dos telefones utilizados no Brasil sejam importados duvidosamente. Além da questão da sonegação de impostos. Isso é muito importante também, porque tudo vem contrabandeado. Então, não existe o recolhimento dos impostos devidos.

Então, a Anatel está atenta, posso garantir aos senhores. Veremos mais detalhes, veremos as fiscalizações que estão sendo executadas, veremos o que existe, hoje, em nível de dados, infraestrutura, dentro de uma apresentação que o Dr. Mauro, que é o assessor técnico para gerência regional, fará em poucos instantes.

Gostaria, agora, de passar a palavra - permita-me, Sr. Presidente – ao nosso colega Giovane, que é representante da assessoria de relações com os usuários.

O Sr. Giovane: - Bom-dia, Sr. Presidente Paulo Azi, Sr. Relator desta CPI, deputado Joseildo Ramos, em nome do qual saúdo os demais deputados presentes e as demais autoridades. Só complementando, sem querer ser repetitivo, mas só para complementar as informações passadas pelo meu colega. Preliminarmente, gostaria de reafirmar o compromisso da agência, trago o compromisso do presidente no sentido da fiscalização das operadoras de telefonia continuarem a melhoria da qualidade dos serviços de telecomunicação para os consumidores na Bahia.

Dr. Ornelas mencionou o RGC, que é o Regulamento Geral de Direitos do Consumidor de Serviços de Telecomunicações, mencionou alguns benefícios, só que gostaria de acrescer mais alguns. Por exemplo, a questão da extensão de uma promoção a todos os assinantes. É comum se garantir uma promoção a novos entrantes e isso não ser estendido aos clientes antigos. Hoje, uma promoção deverá ser estendida a todos. Poderia, também, falar da questão da validade dos celulares pré-pagos, muito questionada pelo Ministério Público. Setenta e oito por cento da planta instalada refere-se à telefonia pré-paga, uniformizou-se porque tínhamos a questão de microcréditos, tinha confusão em relação ao prazo de validade. Então, hoje, se estabeleceu que a validade mínima dos celulares pré-pagos é de 30 dias. Esse regulamento

também prevê uma facilidade na contestação de cobrança que, de certa forma, inverte o ônus de provar que aquela contestação é inverídica ou não é fundamentada para a prestadora. Ela terá que, no prazo de até 120 dias, informar e provar que, realmente, a contestação não é válida. Se já tiver sido paga, devolver em dobro, conforme o Código de Defesa do Consumidor, ou no valor indevidamente cobrado.

Outra informação importante é que o site da operadora deverá armazenar todo o histórico de consumo, faturas, de forma a dar mais transparência a essa relação de consumo. É importante, também, que as reclamações direcionadas aos call centers das operadoras também estarão disponíveis através de login, senha do usuário. O usuário poderá ter acesso a essas reclamações e as essas gravações diretamente no site da operadora. Mencionamos aqui sobre o TAC, ajustamento de conduta. É importante frisar que de 2000 a 2013 foram aplicadas multas no montante de três e meio bilhões de reais, só que essa arrecadação acabou não revertendo em benefício do consumidor. Então, a agência evoluiu para emitir uma Resolução, salvo engano, a 659, na qual permite que as multas que vierem a ser aplicadas por descumprimento de obrigações possam ser convertidas em investimentos no setor, que com certeza trarão benefícios ao consumidor. O regulamento vale para o Brasil inteiro, inclusive para a Bahia. Não tenho o valor das multas na Bahia, talvez o assessor técnico tenha esse número, mas eu não tenho esse número específico da Bahia. É importante, deputado Gaban, já me coloco à disposição, a gerência regional do Estado, também a Anatel sede está à disposição para informações complementares que os deputados possam vir a requerer.

Esse é o nosso primeiro contato. A ideia de ter um representante de Brasília também é de facilitar. E se o próprio escritório ou a gerência regional tiverem alguma dificuldade com relação a algum número aqui, colocar à disposição dos senhores, e principalmente da minha gerência regional na Bahia, informações adicionais podem ser solicitadas e a gente, num menor prazo possível, responderá.

Estava falando da questão da conversão das multas em investimento, mas é importante falar também desse importante sistema que o

Dr. Ornelas mencionou que é o Siga – Sistema Integrado de Gestão de Aparelhos. Nesse momento inicial ele é um sistema gerido pelas operadoras e esse sistema, conforme falei, está em fase experimental, e esse primeiro momento é um momento de diagnóstico. Um momento em que as operadoras vão fazer o levantamento da regularidade dos aparelhos que estão conectados a sua rede. Essa regularidade pode tanto advir desses aparelhos não homologados, e aparelhos não homologados têm duas naturezas. Você tem um aparelho "xing ling" como foi adjetivado, esses aparelhos que não são certificados, e não se tem garantia nenhuma de que ele não vai provocar um superaquecimento na bateria ou que ele vá tornar uma interferência na rede. Essa interferência já foi relatada por diversas vezes à agência pelas operadoras, e a área técnica constatou que, sim, esses aparelhos podem ser potenciais ofensores à qualidade do serviço ao propagar tais interferências. Ademais, esses aparelhos, como eles não têm nenhuma garantia, a partir da homologação da Anatel, de que eles estão emitindo uma potência adequada, o Brasil adota 10% do que a OMS estabelece como seguro para a questão da radiação. No Brasil, o limite de potência é de 10% do que a OMS estabelece. Não há a garantia desses aparelhos que não são certificados, se eles obedecem a esses requisitos de utilização. Então, nesse momento, esse é um dos telefones irregulares. Também pode haver a questão do brasileiro que traz do exterior algum aparelho, que, com certeza, não estará homologado.

Nesse primeiro momento, se fará o levantamento desses aparelhos, da regularidade para se tomar uma medida posterior. Não será adotada de imediato nenhuma medida de cancelamento, de proibição de conexão à rede desses celulares, mas as operadoras estão fazendo o levantamento, o diagnóstico desses aparelhos regulares. Cabe mencionar também que os aparelhos regulares podem se tratar de aparelhos que estão impedidos de utilização. O aparelho dos senhores pode ser extraviado, pode ser furtado, enfim, há um cadastro de estações móveis impedidas. O celular tem um número de série que tecnicamente se chama Imei, e esse Imei pode ser utilizado para se cadastrar junto à operadora o extravio do aparelho que o tornaria indisponível ou impossibilitado de acesso de conexão à rede. É também um dever do servidor público informar à população como um todo que,

no caso de extravio, se deve fazer esse cadastro do impedimento, para que aquele aparelho não seja reutilizado de forma inadequada.

Esse sistema está sendo gerido, como já havia dito, pelas operadoras. Acredito que na segunda etapa será dada ampla divulgação das medidas que são adotadas em relação a isso.

O Sr. (…):- Se me permite, Sr. Presidente, gostaria de convidar o Dr. Ademário, que é assessor técnico da gerência regional, para realizar a apresentação.

O Sr. ADEMÁRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, bom-dia! O objetivo desta nossa apresentação é, de forma resumida, mostrar dados da infraestrutura e da forma como a Anatel atua na regulação, mais precisamente na fiscalização da prestação dos serviços. O objetivo final é dar uma visão a todos para um nivelamento de conhecimento e de informações. Possivelmente, algumas perguntas poderão ser respondidas antecipadamente. Tentarei ser breve e objetivo.

Aqui, abordaremos os assuntos relacionados com universalização da telefonia fixa e daremos um panorama do serviço móvel pessoal da telefonia celular, da banda larga, da TV por assinatura e dos compromissos de abrangências.

Os compromissos de abrangências estão focados na prestação da telefonia móvel, porque é um serviço prestado em regime privado e não está sujeito à obrigação de universalização. Então, o mecanismo que a agência encontrou para fomentar, digamos assim, uma espécie de universalização da telefonia móvel foi por meio de compromissos assumidos pelas prestadoras vencedoras dos leilões de frequência para prestação de serviços com novas tecnologias.

Em seguida, vamos fazer uma rápida passagem sobre o acompanhamento e controle, principalmente depois do que ocorreu em agosto de 2012, quando a Anatel identificou que havia uma tendência por parte de todas as prestadoras de não se ajustarem às novas regras do regulamento geral da qualidade dos serviços. Foi a época em que ela estabeleceu algumas vedações de comercialização de produtos para uma empresa em cada estado. Ela escolheu uma empresa que tivesse com pior desempenho. Não é que

alguma estivessem cumprindo tudo, todas estavam aquém do desejável. Mas ela adotou a proibição da comercialização por um tempo até que a empresa apresentasse um plano de melhorias bem fundamentado, com os valores dos investimentos e onde seriam focados esses investimentos, com vistas a melhorar a qualidade do serviço.

Vamos falar muito rapidamente, também, sobre esses planos de melhoria, da fiscalização, do resultado dessa fiscalização, que é a aplicação das sanções, que nos serviços de interesse coletivo, normalmente, são úteis. E são previstas na LGT.

A última coisa é só mostrar a fotografia do portal do consumidor, que já foi abordado pelo Dr. Ornelas e pelo nosso colega Geovani.

Aqui, rapidamente, dizer o que é a Anatel: é uma autarquia especial, que foi criada pela Lei Geral de Telecomunicações com o objetivo de fazer o papel do Estado na organização e exploração dos serviços de telecomunicações. A organização inclui, entre outros aspectos, como está na lei, o disciplinamento e a fiscalização da execução, comercialização e uso dos serviços, da implantação e funcionamento da rede de telecomunicações.

Por meio da Lei 9.472, foi criada a Agência Nacional de Telecomunicações. Compete a ela adotar as medidas necessárias para atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras, atuando com independência, imparcialidade, legalidade, impessoalidade e publicidade.

Essa é a nova estrutura da agência, que foi reformulada recentemente, com o advento do novo regimento interno aprovado pela resolução n° 612, de 2013. Foram criadas mais algumas superintendências, foram aglutinadas atribuições de superintendências distintas. Tínhamos superintendências de serviços públicos e privados, e cada uma delas tinha uma gerência de regulamentação, tinha uma gerência de acompanhamento, uma gerência de processos e por aí vai, e isso foi juntado numa só, que é a Superintendência de Controle de Obrigações.

Foi criada uma superintendência para tratar exclusivamente das relações com o consumidor, foi criada uma superintendência que vai cuidar somente da regulamentação, que é a SPR, e o planejamento da expansão dos

serviços. As outras já existiam, mas tiveram suas atribuições um pouco ampliadas ou condensadas.

Nos órgãos de assessoramento também não mudou muita coisa. Foi criada a assessoria de relações institucionais, da qual faz parte o nosso colega Geovani, aqui presente, e foi criada também uma superintendência para tratar dos assuntos relacionados com a competição. Dentre muitas questões que falamos, o que envolve a competição? São questões relacionadas a preço, à competição propriamente dita, compartilhamento de infraestrutura e outras coisas dessa natureza.

Essa é a estrutura da gerência regional nos Estados da Bahia e Sergipe. Temos um gerente regional, um assessor técnico, que sou eu; temos em Aracaju uma unidade operacional, que trata basicamente da fiscalização do serviço do Estado de Sergipe; temos uma coordenação financeira, uma coordenação de relação com consumidores, duas coordenações de fiscalização, uma coordenação de recursos à prestação, que trata de outorga de alguns serviços, que são ou delegados para os Estados, para as gerências regionais ou alguns outros que já são competência mesmo das gerências regionais, que são basicamente serviços de interesse restrito, serviços de rádio amador e outros parecidos. Foi criada uma coordenação de controle de obrigações, essa que trata da instrução dos procedimentos administrativos, que resultam das ações de fiscalização.

Falando de universalização, e falamos de telefonia fixa, aqui já mostramos um quadro da evolução. Partimos de 1998, de um n° de cerca de 9.400 localidades atendidas, para, num prazo de 5 anos, em 2003, chegarmos a 28.300, aproximadamente, e esse quadro foi evoluindo, até chegarmos, hoje - estamos com dados de janeiro - a 40.734 localidades atendidas por telefonia fixa.

Esse é o quadro domiciliar ou de uso coletivo, depende da característica da localidade. Se ela tiver mais de 300 habitantes, a concessionária, no caso da Bahia é a OI, é obrigada a disponibilizar acessos individuais residenciais e não residenciais.

Esse é o quadro da Bahia. Tenho dados consolidados somente de 2004 para cá, mas partimos de 3.086 localidades atendidas até 5.005. Esse

quadro tende a não crescer muito porque vai depender do crescimento das populações nessas localidades, conforme definido pelo IBGE. Tem o critério, também, de adjacências das edificações, mas esse é um assunto também que, oportunamente, poderíamos entrar mais em detalhe. Lembro-me que, quando participei das reuniões de fiscalização, em Brasília, puxei a sardinha para o meu lado. Eu sou do interior da Bahia, do Oeste, e eu comentei... A exigência é que as edificações não distem entre si mais que 50 metros. Essa é uma definição do próprio IBGE. Então, tem de ter 100 habitantes com edificações próximas 50 metros umas das outras. Eu comentei: lá na minha região, no Oeste da Bahia, por causa da poeira, as pessoas constroem as suas casas recuadas da porteira, da cancela coisa de 30 metros ou mais. Se o vizinho da frente usa o mesmo critério, aí você extrapola os 50 metros que são exigidos.

Nós sugerimos, então, que adotassem nesses aglomerados, cuja as edificações não obedeçam esse critério de adjacência, um expediente para obrigar a concessionária a disponibilizar um telefone público, pelo menos, nas escolas públicas, em postos de saúde ou em lugares afins. Isso foi feito no último Plano Geral de Metas para a Universalização, que passou a vigorar em 2012.

Essa linha tracejada em vermelho é o comportamento da Bahia. Vejo numa escala da direita... Eu fiz isso com o objetivo de mostrar que a tendência da evolução das localidades atendidas na Bahia acompanhou a par e passo o que aconteceu no Brasil inteiro. Os números do Brasil estão representados nas colunas em azul à esquerda e os da Bahia estão representados pela linha vermelha à direita. Então, tem uma característica muito parecida.

Esse é o quadro da evolução da telefonia fixa. Nós partimos de 1994 com 13.200.000 telefones, e chegamos em 2001 com 42.400.000. A partir daí a planta se estabilizou. Com o advento da telefonia móvel e uma série de outras coisas, a demanda ficou já num patamar de estabilização.

Esse é o quadro dos acessos instalados e dos acessos em serviço na Bahia da concessionária. Nesse quadro nós não incluímos as autorizadas, porque os dados estão sendo consolidados nos sistemas e ainda não ficaram

prontos. Então, a gente vê o seguinte: a planta, na Bahia, se estabilizou em torno de 2 milhões de acessos de telefones prontos para serem usados, mas que, efetivamente, só estão em operação esses das colunas verdes. Então, a gente vê que, no caso da concessionária, a quantidade de telefones fixos está decrescendo. Em compensação – eu não tenho esse dado para mostrar aos senhores, porque eu não consegui extrair do sistema – há um crescimento bem grande da planta de telefonia fixa das empresas autorizadas. Isso por força, talvez, dos pacotes de serviços em que elas incluem a telefonia fixa. Então, existe... Olhando só para a concessionária, vemos que está havendo um decréscimo na quantidade do uso dos telefones fixos, mas, somando-se aos das autorizadas, na verdade, o total está com um crescimento muito leve, mas ainda está crescente.

Aqui temos o quadro dos telefones públicos. Esse gráfico nos dá a impressão de que a sociedade está ficando menos assistida, mas, na verdade, não é. O que aconteceu é que, no início, com o primeiro PGMU as empresas foram sujeitas a metas de universalização por Estados. O Plano Geral de Outorgas dizia que era por setor. Então, as empresas, para cumprir o prazo, instalaram uma quantidade muito grande de telefones nas cidades maiores, onde era mais fácil, onde tinha mais infraestrutura. Com segundo PGMU isso já foi mais descentralizado, com base em dados de tráfego, de uso e do perfil da prestação do serviço. Por último, veio o terceiro Plano Geral de Metas e Universalização e adotou outro critério muito mais justo, a descentralização. Ele descentralizou e as metas de universalização deixaram de ser para os Estados e passaram a ser para os municípios. O que acontece? A distribuição ficou melhor, mais homogênea no Estado, beneficiando, principalmente, as localidades menos atendidas.

No caso da telefonia móvel – vamos também ver um panorama rápido aqui –, passamos, de 2002 até agora, de 29 milhões para 272 milhões. É um crescimento da ordem de quase 800% no Brasil. Na Bahia saímos de 1 milhão para 18 milhões. Hoje todas as sedes municipais, como já falou o Geovani, já são atendidas. Esse é um quadro que mostra o panorama do Brasil, no qual a Bahia está com 18 milhões de telefones móveis em operação. O Estado de São Paulo lidera, disparadamente, com 65 milhões. Ele tem o

equivalente a Minas, ao Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, os três juntos, só para se ter uma visão da coisa.

Distribuição do quantitativo de telefones por 100 habitantes. Temos na linha superior o quadro do Brasil e embaixo o panorama da Bahia. Observamos que já estamos com mais de um telefone por habitante aqui neste Estado, o que não está muito longe dos números do Brasil. Uma coisa curiosa, também, é que a Bahia acompanhou a tendência do País inteiro.

Aqui nós temos por código nacional - por área de registro, como chamamos - o ranking das 10 regiões mais densas. A Região Metropolitana de Salvador, que é o código 71, lidera, se não me engano, desde maio de 2006, quando ultrapassou o código 61, que é de Brasília. É a única Região Metropolitana que já tem mais de dois telefones por habitante, são 204 por 100 habitantes. Isso é mais para ilustrar. Caso seja necessário, depois faremos um detalhamento.

Temos aqui a participação no mercado, uma comparação do Brasil com a Bahia. Peço aos senhores para não confundirem as cores, porque tentei uniformizá-las por prestadora, mas a ferramenta que usei preenche automaticamente, e não tenho essa habilidade toda. Está em ordem anti-horária, decrescente. No Brasil, a Telefônica ainda lidera com 28,6% do mercado, seguida da Tim, depois a Claro e então vem a Oi. As outras menores detêm apenas 0,6%. No caso da Bahia, a Claro está liderando com 30,3%, seguida da Telefônica, Tim e Oi. São as quatro operadoras que prestam serviços neste Estado.

Com relação aos planos de serviço, que já foram abordados, aí a gente tem uma visão gráfica da coisa. O Brasil está com 78% da planta em telefonia pré-paga. A Bahia tem 87%. Há um fato curioso que observei, mas não mostro aí: nos últimos 12 meses o quantitativo de telefones pós-pagos tem aumentado. Ligeiramente, mas está aumentando. E em ritmo sustentado. É um percentual pequeno, mas vai aumentando mês a mês.

Na parte de infraestrutura de acesso da telefonia móvel, temos uma mostra do quantitativo de Estações Rádio-Base por prestadora. Em primeiro lugar está a Claro, que detém o maior número de acessos em serviços

também. Aí, vem a Telefônica, em seguida a Oi, que atende LPCS, e por fim a Tim Celular.

Temos um panorama da banda larga móvel, que envolve as tecnologias WCDMA, WCDMA 2.000, LTE e os minimodens, que são chips usados exclusivamente para comunicação de dados.

Com o advento da tecnologia de mais alta velocidade, saímos em 2009 de 8 milhões e 600 para 103 milhões de usuários em dezembro de 2013. Na Bahia chegaremos já, agora em janeiro, a 6 milhões e 154 mil terminais utilizados para comunicação em banda larga. Essa é a menor quantidade de chips usados, exclusivamente, para comunicação com banda larga.

Na banda larga fixa a Bahia está bem abaixo dos números do Brasil. Estamos, hoje, com um total de cerca de 23 milhões de acessos em operação no País. Não coloquei o total deste Estado, mas somando dá uns quase 700 mil acessos em banda larga fixa. Isso é o serviço de comunicação multimídia que usa tecnologias por cabo.

Agora a participação no mercado da banda larga móvel no Brasil. Temos a Claro liderando com 37%. Também aqui na Bahia ela lidera com quase metade do mercado na banda larga móvel.

TV por assinatura. Já temos hoje 18 milhões de assinantes, e a Bahia tem em torno de 630 mil. Na participação no mercado, há um ranking dos 10 maiores nesse segmento: Embratel, Sky, Directv, Oi, GVT, Telefônica e por aí vai. A Embratel está com uma fatia grande do mercado, quase 55%.

Os compromissos de abrangência, conforme falei no início, são aqueles assumidos pelas prestadoras de levar telefonia móvel aonde elas não tinham obrigação da fazê-lo. A prestadora assumiu esse compromisso no tempo em que obteve a outorga para uso das frequências das novas tecnologias. Esses compromissos para a terceira geração são de atender municípios com mais de 100 mil habitantes até maio de 2013; entre 30 mil e 100 mil, 70% até maio e 100% até junho de 2016; nos municípios com população abaixo de 30 mil habitantes, 20% até maio do ano passado, 75% até junho de 2016 e 100% até dezembro de 2019. Isso foi, como já disse, na terceira geração da telefonia móvel.

No caso da quarta, o compromisso foi até 30 de abril. Perdão. Não. Nós vamos chegar lá. Há um dado importante sobre isso no compromisso do leilão da quarta geração. As empresas vencedoras dividiram o mercado com o critério que foi escolhido. Aqui na Bahia quem assumiu essa obrigação da telefonia rural foi a Claro. Mas o compromisso inicial até 30 de abril do ano passado era disponibilizar o serviço em todas as sedes da Copa das Confederações e, até dezembro, em todas as sedes da Copa do Mundo de 2014. Até 31 de maio deste ano, em todas as capitais e municípios com mais de 500 mil habitantes. E até dezembro de 2014 em cidades com mais de 200 mil. Até dezembro de 2016, em cidades com 100 mil habitantes e em 2017 nas que têm entre 30 mil e 100 mil.

Com relação às áreas rurais, presidente, a obrigação que as empresas assumiram foi de atender as compreendidas numa distância de 30 quilômetros do limite das localidades-sede de todos os municípios. Então, todas essas localidades que estejam nesse anel terão de ser atendidas, 30% delas até junho de 2014, 60% até dezembro de 2014 e a totalidade até dezembro de 2015.

Também serão atendidas com internet banda larga, de forma gratuita, todas as escolas públicas rurais situadas nas áreas de prestação do serviço.

O Sr. Fernando Ornelas-: Mauro, por favor, eu acho que a pergunta do presidente não foi respondida. É a questão da cobertura do 3G. É obrigação da operadora, num primeiro momento, atender no mínimo 80% da área urbana.

O Sr. JOSÉ MAURO:- Desculpe, eu não entendi assim. Entendi que o foco fosse no atendimento da área da zona rural.

De qualquer forma, é isso. Nesses compromissos existem percentuais que vão aumentando gradativamente com base nos critérios que o pessoal da área técnica entende que são convenientes e factíveis.

As prestadoras são obrigadas a atender 80% da área urbanizada das localidades onde elas prestam o serviço, isso em decorrência de limitações da própria natureza. Aí, depende de uma série de fatores como, por exemplo, a topografia do terreno, cidades que têm muitos acidentes. Para atender localidades de vales, você precisaria de uma quantidade muito maior de ERBs

para uma quantidade pequena de usuários, o que poderia onerar muito o serviço. Em alguns casos, se você estabelecesse um cumprimento de metas muito superiores, poderia até inviabilizá-lo em determinadas localidades.

Não sei se respondi. É isso mesmo, Ornelas?

Bom, o acompanhamento da prestação do serviço. Este é o assunto que se tem debatido muito, vem sendo muito requisitado, demandado. É a questão da qualidade da prestação do serviço, principalmente na telefonia móvel, tanto voz quanto dados.

Como comentei no início, houve aquela proibição de comercialização do serviço em agosto de 2012, que resultou em algumas ações efetivas da agência para acompanhamento. Estamos fazendo esse acompanhamento permanente e a cada três meses realizamos uma fiscalização com abrangência nacional, contemplando todas as prestadoras. Ele é feito por meio da monitoração dos indicadores de qualidade que estão definidos no Regulamento de Gestão de Qualidade, nas informações da Central de Atendimento da Anatel, na qual recebemos reclamações, sugestões, pedidos de informação, informações das Centrais de Atendimento das empresas, interações com entidades externas, órgãos de defesa do consumidor, por exemplo, e fiscalizações.

Os parâmetros de monitoração principais que nós acompanhamos são os indicadores de desempenho de rede no aspecto de conexão e queda de voz e dados, na questão do atendimento ao usuário, as interrupções do serviço. Para isso, existe um sistema que já é alimentado pelas próprias operadoras e aferido pela Superintendência de Controle de Obrigações. Todas as vezes que há uma interrupção dos serviço ela é obrigada, dentro de um determinado prazo de algumas horas, a informar à Anatel onde aconteceu, o que aconteceu, qual o número de usuários afetados e quais as providências adotadas para a regularização. E também a disponibilizar o fechamento com a regularização.

Por fim, os investimentos para o triênio de 2012 a 2014. Vou mostrar rapidamente. E estas informações aqui, senhores, estão todas disponíveis no Portal da Anatel. Esse é o resultado da consolidação dos resultados da fiscalização do 5° ciclo de avaliação, que começou em agosto de 2012,

conforme falei há pouco. Nos serviços de voz as quatro prestadoras estão dentro dos limites de referência, porque, como disse outro dia o Dr. Pinto Martins, nosso Superintendente de Controle e Obrigações, a nossa meta chega a 100%. Mas isso é muito difícil. Então, vamos estabelecendo referências para irem sendo superadas até chegarmos a um patamar de satisfação da sociedade.

Então, no quesito voz, todas elas estão atendendo com base nos resultados desse último ciclo de avaliação, o 5°. No acesso à rede, todas estão atendendo com base no nível de referência estabelecido. Nas quedas de chamadas de voz, também já chegamos a um patamar em que todas as empresas que atendem este Estado estão abaixo do limite estabelecido, que seria de 2% de queda. No acesso à rede de dados é que não está bom. Temos aqui na Bahia só a Claro, que a partir de março do ano passado chegou ao valor de referência, que seria de 98%. As demais estão abaixo...

O Sr. …….:- Estou gostando do seu otimismo, hem?! Só na transmissão de dados é que não está bem?! (Risos!)

O Sr. JOSÉ MAURO:- Calma, deputado! O que eu disse é o seguinte: dos itens que nós estamos verificando com mais peso. Até agora, só esse aí. Não quis dizer dessa outra forma, não. (Risos!) Desculpe se fui mal entendido ou se me fiz. Tem muita coisa para ser melhorada . Na desconexão nós não temos problema. Estão todas abaixo do patamar de desconexão estabelecido. Aqui eu peguei só uma amostra porque a gente fala das capitais e das cidades com mais de 300 mil habitantes. Eu não sei se temos outra além de Feira de Santana. Em Feira nós temos 2 pontos de advertência na parte de conexão de dados e é o ponto crítico como eu falei há pouco e um pontinho vermelho que está bem crítico. Essa é a prestadora TIM em Feira de Santana. Essas informações estão todas disponíveis no portal da ANATEL com muito mais detalhes. Se for necessário nós podemos pegar em detalhe alguma coisa que os Senhores julgarem importante para detalhar e ir mais a fundo. Isso foi para dar uma visão.

Aqui nós temos o portal da ANATEL e você clicando no botão azul ele traz informações sobre o desempenho das empresas no quesito qualidade e a próxima tela quando você clica o primeiro link que tem no meio da página,

você pode pesquisar por município. Tem um relatório bem detalhado por município independente da faixa de população. Mais abaixo essas linhas em azul são links e endereços dos relatórios consolidados dos parâmetros que estão sendo monitorados e fiscalizados.

Com relação a banda larga esse botão verde abaixo da qualidade do SMP que também traz informações sobre isso. Está sendo feito o monitoramento por meio da instalação de alguns equipamentos na casa de voluntários e os resultados estão sendo publicados no portal. Eu não vou entrar em detalhas porque tomaria muito tempo.

Quando falamos do acompanhamento do controle da prestação, do atendimento ao usuário nesses gráficos o de cima mostra os dados obtidos nas centrais de atendimentos das prestadoras e o de baixo mostra os dados registrados na central de atendimento da ANATEL.

Fazendo um resumo por prestadora podemos ver que a Claro, a Oi a TIM a Vivo e a CTVC exceto a Sercontel que é pequena o primeiro quesito reclamado é cobrança e na maioria das outras o segundo quesito são serviços adicionais ou promoções. Esse é o quadro dos principais ofensores como chamamos . Aqui com relação a forma de pagamento nos planos pós pagos praticamente 50% das reclamações dizem respeito a cobrança e o segundo colocado são os serviços adicionais. Nos planos pré pagos o quesito cobrança cai para 26%, mas ele pode ser empatado. Você tem outra reclamação com cartões pré pagos. Na verdade isso aí são relacionados a cobrança de perda de créditos e outras coisas relacionados ao uso dos créditos do pré pago.

Aqui nos temos um quadro que mostra por canal de entrada na central de atendimento da ANATEL. Nós tivemos em 2013 3.291 milhões de solicitações dentre elas 3.060 milhões entraram pela central de atendimento , outras pela internet, outras presencialmente nos escritórios das gerências regionais e por outros meios como cartas, fax, e mails disponíveis. 92% entram por telefone na central de atendimento. Dessas solicitações registradas nós temos para atendimento solução no primeiro nível cerca de 58%. Reclamações são 40%, pedidos de informação menos de 1% e tem também elogios. Alguns poucos mais existem.

Voltando a falar dos planos de melhoria que resultaram daquela ação cautelar da ANATEL, as empresas apresentaram aí – tem aí os valores por empresa – um total da ordem de aproximadamente 32 bilhões de reais que serão investidos até o final deste ano. E o foco desses investimentos são em novos sites, em novas ERBs, elementos de transmissão, núcleo da rede, acesso de voz e dados e fibras óticas.

O acompanhamento desses investimentos também é importante, a gente precisa saber como está andando isso, vamos chegar ao final do ano com esse investimento todo pronto? Nós temos aí um quadro por prestadora, quem está na frente das grandes é a Vivo, com 64%, seguida da Claro, depois Tim e por último a OI que está com 39% dos investimentos já efetivados.

Vamos falar um pouco da fiscalização. Não vou demorar muito, viu, gente? Falei que eu ia buscar ser objetivo e rápido, mas às vezes a gente... A fiscalização da Anatel é feita de duas formas: é feita de forma planejada, nós elaboramos um plano anual de fiscalização com base em quê? Com base naqueles itens que são inerentes à prestação dos serviços. São compromissos, por exemplo, de instalação de fibras óticas, principalmente em regiões menos atendidas; instalação de infraestrutura, ampliação de equipamentos e outros quesitos que não são visíveis ao usuário final.

Então aqueles que são aspectos mais técnicos, que a gente enxerga que são indispensáveis para a prestação do serviço e para assegurar a qualidade, eles entram sistematicamente em nossos planos anuais de fiscalização. Além desses, entram nos planos anuais as informações que são estratificadas a partir dos dados registrados na central de atendimento da Anatel.

Nós pegamos aqueles quesitos que são os maiores ofensores e analisamos por região, por Estado, se necessário, e elaboramos esse plano direcionado, porque cada Estado, cada região tem o seu perfil de uso, tem as suas necessidades, as suas peculiaridades. Além disso, realizamos fiscalizações por demanda da sociedade, por demanda dos órgãos de controle externo, o Ministério Público, a Justiça e outros órgãos. E neste caso aqui, como eu falei, que é o foco, nesses últimos tem sido a qualidade da telefonia

móvel, nós estamos fazendo a fiscalização trimestral do acompanhamento permanente da implantação dos planos de melhorias.

Então, foram realizadas pela gerência regional da Bahia quatro ações de grande porte abrangendo todo o território nacional e todas as prestadoras para aferir interrupções, ocupação de rotas, taxa de reclamação chamada de queda, taxa de conexão de dados, queda e bloqueio de canais por setores ou células do sistema.

Essas quatro ações aí estão atreladas, cada uma, a outras ações, pelo menos cinco, nos outros Estados, para facilitar a coleta e o tratamento dos dados obtidos para que a gente chegue a um resultado de forma mais rápida.

Essa atividade aí, focando esses itens, demandou duas mil horas de fiscalização, só da gerência regional da Bahia, no ano de 2013. Além disso, realizamos outras fiscalizações focando área de cobertura, que é um quesito também muito reclamado, e aí detalhei as horas gastas em cada atividade dessa, que totalizou 45.953 horas de fiscalização. Somando as duas, a gente chega a cerca de 48.000 horas de fiscalização no ano de 2013 só no Estado da Bahia. Resultado da fiscalização é a aplicação das sanções após a instrução e análise dos procedimentos PADOs.

Aqui temos um quadro que mostra o período de 2004 até 2010 só multas referentes à qualidade do serviço móvel que totalizaram 234 milhões, 658 mil reais. Isso aí são os PADOs, transitados em julgado, não cabe mais recurso. Esses também não entram naquela opção de fazer um TAC. Essas aí... os que entram no TAC são aquelas, como o Dr. Ornellas falou, que estão em primeira e segunda instância ainda. Esses ainda se negocia a conversação da sanção de multa em investimento.

(Manifestação fora do microfone).

Pois não... deputado, vou deixar essa apresentação aqui, tá? Se precisar de alguma coisa, está aqui na máquina, na área de trabalho. Se precisar de mais algum detalhamento, fiquem à vontade. Mas não quero atropelar, não. Só falei que se precisar analisar melhor...

Aqui vou falar rapidamente, mostrar a carinha do Portal do Consumidor, que foi uma ideia que achei muito boa da Anatel. Esse Portal do Consumidor concentra todos os assuntos de interesse do consumidor, toda a

regulamentação que diz respeito aos direitos do consumidor. Aí o carro-chefe está sendo a “criancinha” que surgiu agora, que é o regulamento-geral dos direitos do consumidor, que foi abordado pelos nossos colegas, Dr. Ornellas e o Giovane. Lá mais do lado direito tem um botão em que se vai direto no Portal de Legislação. Nesse portal, tem-se toda a regulamentação, toda a legislação de telecomunicações atualizada com referência cruzada. Por exemplo, esse regulamento aí altera alguns dispositivos de outros regulamentos. Então, se se clica lá, ele está com tudo atualizado, facilita sobremaneira a consulta aos seus direitos e obrigações também, porque nós, usuários, também temos obrigações. Ele tem muita coisa interessante. Vale a pena difundir a existência desse portal.

Agradecido pela atenção. Fiquem à vontade para fazer questionamentos. Têm meus dados para contato.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Eu vou convidar os representantes da Anatel para fazerem parte da Mesa. Estão abertas as inscrições. O deputado Leur Lomanto Júnior, o deputado Gaban, o deputado Cacá Leão – o deputado Leur Lomanto Júnior inverteu com o deputado Gaban. Em seguida, os pronunciamentos dos parlamentares e dos assessores que também poderão usar a palavra. Apenas, antes de passar a palavra a V.Exª, deputado Gaban, tenho uma série de questionamentos aqui, mas farei só um que é muito rápido para que, logo em seguida, o deputado Gaban possa se pronunciar.

Com relação ao questionamento quanto à qualidade da prestação de serviço, nós estamos observando que existe uma alegação por parte das operadoras que isso ocorre muito em função da dificuldade que elas têm de instalar as antenas nas diversas localidades espalhadas pelo nosso Estado. Ao mesmo tempo, nós sentimos que existem, em alguns municípios, uma resistência das legislações municipais, muitas delas causadas pelo receio de que essas antenas instaladas possam gerar problemas à saúde das pessoas, em função da radiação que, em tese, essas antenas permitem.

Então, eu gostaria de ouvir um pouco qual é o posicionamento que a Anatel tem com relação a essa questão. Essa questão do dano à saúde é algo que já se discute desde o início de quando o sistema de telefonia móvel se

instalou em nosso País e aqui e acolá a gente tem informações e questionamentos a esse respeito. E isso, efetivamente, tem sido um elemento que causa receio a determinados gestores municipais e aí se estabelece um conflito: de um lado as operadoras dizem que não podem instalar porque não têm uma legislação que permite, do outro lado os prefeitos com receio dessa ampliação em função desse risco.

Então, eu gostaria de ouvir um pouco a Anatel com relação a essa questão e logo depois passo a palavra ao deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Sr. Presidente, questão de ordem. Se V.Exª me permitir,desculpe, porque tenho uma entrevista agora, senão...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Gaban, é muito rápida a informação dele e V.Exª depois discorre com o tempo que desejar.

O Sr. Gaban:- Pois não.

O Sr. Representante da Anatel:- Sr. Presidente, é pertinente a preocupação de V.Exª. É o seguinte: a Anatel segue toda a padronização do ICNIRP, um órgão que é reconhecido pela Organização Mundial de Saúde. E a Anatel tem que cumprir uma determinação da presidente da República. Temos que fazer em todos os municípios baianos e em nível nacional a medição de RNI. E o que é medição de RNI? São todas as contribuições, seja emissoras de rádio, de televisão, operadoras de telefonia fixa, de telefonia móvel, qualquer sistema irradiante é contemplável. É a única medida que fazemos para ter essa avaliação.

Posso garantir que já estamos com 68% desses municípios já mapeados e nenhum desses valores chegou ao percentual de 25%, no limite que é fornecido pelo ICNIRP. Então, essa preocupação não existe, posso garantir ao senhor.

O que tem chegado até a Anatel por parte das operadoras sobre a dificuldade da instalação de ERBs. Tenho apenas duas solicitações de operadoras em Feira de Santana, que tentamos resolver, e em nível de Salvador não tenho informação nenhuma de ter havido dificuldade para a instalação dessas ERBs.

Recentemente, a Prefeitura de Curitiba divulgou uma norma e seria bastante interessante que a prefeitura daqui, as prefeituras municipais,

também, das cidades do Estado da Bahia utilizassem essa norma, porque facilita em muito a vida das operadoras e, naturalmente,...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- É uma norma ou uma lei?

O Sr. ....:- Não sei, mas posso pesquisar. Mas sendo norma ou lei, existe esse dispositivo que foi publicado pela Prefeitura de Curitiba e que, realmente, facilita a vida das operadoras nas instalações dessas ERBs.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a V.Sª.

Deputado Joseildo, o deputado Gaban está com um horário, e V.Exª, depois, vai ter um tempo para que nós possamos abordar essa questão.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Gaban, com a palavra V.Exª.

O Sr. GABAN:- Primeiro, gostaria de dizer da minha satisfação porque Romero está aí, você, Geovane, Zé Mauro, Aílton Lira e Robério também estão presentes, e lembro dos nossos tempos da Telebahia. Fez-me recordar que implantamos a primeira rota de micro-ondas com painel solar do Brasil. E lembro que eu e Hiroshi fomos ao Japão para definir o sistema de celular que seria implantado no Brasil, representando as telecomunicações.

Por que é que estou relembrando isso? Pelo cuidado que tínhamos com a qualidade da prestação de serviços. E ver agora vocês todos, engenheiros, muitos colegas nossos da época, inclusive Aílton Lira. Quando fui diretor-geral do Detelba o convidei para trabalhar comigo, era responsável pelo CAB e trouxe Possil, outro engenheiro nosso, que também está auxiliando aí. Enfim, sempre se cuidou na precisão do serviço.

Quando o sistema foi privatizado, primeiro começou uma guerra de preço das empresas que ganharam as concessões com as prestadoras de serviços. Foi uma guerra! Muitas empresas mergulhando, mergulhando, mergulhando e acabaram quebrando todas. Hoje, não temos manutenção, não se tem manutenção preventiva e muito menos a corretiva, depois de um longo tempo.

Se tivermos de cancelar um serviço telefônico, você não consegue, é impossível. No call center dá-se algum pretexto e cai a ligação. Se a gente entra usando qualquer uma das operadoras aqui, na Paralela, que é um caminho que todos nós deputados fazemos, se entra na Paralela cai o sinal,

tem-se uma área de não cobertura, chegando perto do CAB tem outra, você passa ali perto da Ferreira Costa, é outra área. Quer dizer, não funciona! Se se chega na Avenida Luís Eduardo, é a mesma coisa. Aqui, dentro da Assembleia, nem se fala Até ri! Estou falando do Centro Administrativo para onde todas as autoridades do Estado, todos os prefeitos vêm. Quer dizer, o mundo político vem para cá. Temos aqui o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, temos todos os órgãos, e não tem qualidade.

Ouvi muito se falar, na exposição de Geovane, de Zé Mauro, da qualidade do celular. Na realidade, o que estamos precisando é termos qualidade na prestação de serviços, que isso aí não se cobra. É por isso, meu caro presidente, que gostaria de, primeiro, sugerir até que a Anatel... com os equipamentos de que vocês dispõem, poderiam ser um auxiliar muito grande da CPI, pelo menos na medida dos sinais aqui, na capital. Gostaria de sugerir que vocês tivessem uma participação não assim como hoje, mas uma participação definitiva aqui, que na medição da qualidade dos serviços e as demandas na hora em que vier... Joseildo, a gente já vai passando e a Anatel pode ser um grande parceiro sentado aqui.

O grande problema é o seguinte: estamos lidando com um poderio financeiro enorme, incalculável. Vem com uma multa de R$ 246 milhões! Para o sistema de telefonia do País isso não é nada, isso é brincadeira! Estamos falando de um mercado de trilhões, então, multa de R$ 246 milhões não é nada. Eu estou dizendo isso porque se não estivermos bem monitorados de argumentos técnicos, de medições feitas... vamos fazer no interior. Está-se contratando, inclusive, uma empresa de cross-fill, especialista nessa área para fazer as medições no interior e acompanhar a CPI, mas vocês poderiam ajudar, pelo menos aqui, na capital.

Por isso é importante, se não estivermos bem monitorados, com os elementos necessários, com o poderio financeiro que têm essas empresas não vamos chegar a resultado nenhum. Sei do esforço, sei do corpo técnico que a Anatel tem, das dificuldades que vocês têm inclusive de cobrar resultados. Não adianta falar que as metas estipuladas por eles em contratos supervisionados pela Anatel estão sendo cumpridos em termos de investimentos, de uma maneira geral, mas qualidade de serviço não tem nenhuma.

E é por isso, caro presidente, caro relator, que acho que é de fundamental importância uma participação mais efetiva da Anatel, direto com a gente, dando assessoramento técnico, sobretudo para vermos a área de cobertura das ERBs... Não sei se já foi pedido para as operadoras. E nessa área de cobertura, já acionaram a Anatel e eles estando aqui com a gente para fazer as medições necessárias para começarmos com ações mais efetivas e possamos ter os resultados que a sociedade espera de nós todos.

Vou-me desculpar por chegar atrasado. Estava numa audiência pública com o Secretário da Fazenda. Tenho outro compromisso agora, e estou extremamente atrasado. Mas não vai faltar oportunidade, tenho certeza que a Anatel vai participar diretamente. Pelo que conheço do seu perfil, Ornellas, de sua equipe, que são engenheiros como eu, não vão se negar a participar e a ajudar à CPI. Acho de fundamental importância o apoio técnico que vocês podem nos dar.

Desculpem-me pela ausência, tenho que sair agora.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço-lhe, deputado Gaban.

Em função desse questionamento do deputado Gaban, Dr. Ornellas, é importante para a CPI e isso iremos solicitar a V.Srªs formalmente se dispõem de uma espécie de mapa com uma distribuição espacial da cobertura de cada uma dessas operadoras no âmbito do Estado da Bahia. Seria algo extremamente importante até para que a CPI possa ter o efetivo conhecimento, em função das diversas regiões do Estado, de quais são, efetivamente, as operadoras que operam dentro dessa distribuição espacial do Estado da Bahia. Não sei se a Anatel dispõe de um mapa com essa clareza, mas que isso será de fundamental importância para os trabalhos dessa CPI.

Com a palavra o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Ornellas, tem alguns aspectos que anotei aqui que acho que, no seu posicionamento, considero oportuno que tratemos agora.

Vou fazer a indicação desses pontos para você ficar à vontade.

Temos a informação de que em alguns locais, por exemplo, aqui, da capital, Iguatemi ou outro shopping, deve ter várias antenas em que não se compartilha no geral a infraestrutura de várias operadoras. E a radiação que

está recebendo quem passa ali é resultado de algo cumulativo, segundo me consta. Isso é medido? As pessoas estão sujeitas, nesses pontos, a um excesso de radiação? Qual a segurança que a Anatel tem de que nesses pontos isso está sendo cumprido?

Outra coisa: ouvimos atentamente a Comissão de Ciências e Tecnologias da Câmara quando esteve em uma sessão aqui, de que participamos – V.Exª também estava com alguns prepostos das operadoras –, e uma coisa que ficou evidente foi de que havia uma queixa por parte das operadoras de que um dos principais óbices à expansão do sinal no interior era a multiplicidade de leis municipais totalmente dessemelhantes uma das outras. Como a titularidade, a questão de saúde e de meio ambiente é de fato municipal, isso estaria impedindo a expansão. Não vou entrar em outros detalhes, mas gostaria de saber se isso é verdadeiro.

Vou parar por aqui porque tem a ver com o que foi tratado. Depois, tenho outras indagações a fazer.

O Sr: Fernando Ornelas: - Com referência a esse mapeamento que o senhor acabou de se referir, mapeado nós não temos. Mas no site da Anatel tem a informação de todas as ERBs existentes no Brasil e por localidade com as coordenadas geográficas. Você vai lá em telefonia móvel - dados da telefonia móvel, e consegue obter todas as ERBs instaladas nos municípios e em distritos, vilas e povoados. Essa informação consta lá, é por operadora, e é de acesso público. Isso está lá disponível, é fácil obter essa informação. Posso garantir ao senhor que semanalmente a gente recebe três, quatro solicitações de prefeitos, não sei se querendo cobrar IPTU, mas sabendo onde é que estão instaladas essas Estações de Rádio-Base. Nós fornecemos, extraímos as cópias, mas damos o passo também, porque da próxima vez ele pode acessar e extrair essas informações.

Com referência à exposição, prezado relator, eu posso garantir ao senhor que estamos bem abaixo do que é permitido pela ICNIRP. Como falei inicialmente, essas contribuições, esse levantamento, essa medida, que é a RENI é feita com todas as contribuições de todas as antenas que emitem radiação. O nosso equipamento tem a capacidade de coletar todas essas informações. Isso eu posso garantir, não chega a 25% do que é previsto …

O Sr. JOSEILDO RAMOS : - Isso é feito sistematicamente?

O Sr.Fernando Ornelas: - Isso é feito sistematicamente. Como falei há pouco, temos que cumprir até o final de 2014 um decreto da presidente Dilma que tem que ser feita essa medição em todos os municípios, nas sedes municipais do Brasil, no nosso caso, no Estado da Bahia.

O Sr. LEUR LOMANTO JR.: - Quero cumprimentar o presidente Paulo Azi, nosso relator Joseildo Ramos, os técnicos da Anatel na pessoa de Fernando Ornellas e Geovani, dizer que todos nós temos uma responsabilidade muito grande na condução desta Comissão, já que se cria uma expectativa por parte da população do nosso Estado da Bahia muito grande com os trabalhos desta Comissão.

Gostaria de iniciar esta minha fala, acho que o foco principal desta Comissão surgiu com as várias reclamações que a população do Estado da Bahia vem fazendo em relação à qualidade do serviço de telefonia em nosso estado. Sem sombra de dúvida, é o fator fundamental.

Lendo o jornal Folha de S. Paulo de ontem, um artigo de Leão Serva diz: “Celulares. Socorro, a Anatel sumiu.”

Vou ler rapidamente aqui, porque traduz realmente o sentimento da população com relação ao serviço de telefonia do Brasil e principalmente do estado da Bahia: “Certamente já te aconteceu de discar um número conhecido para casa ou alguém íntimo e ouvir da operadora a mensagem: `Este número de telefone não existe`. Ou ´Este telefone está programado para não receber ligação´. Você provavelmente pensa ´Digitei errado´, pois sabe que o número existe e não está programado para nada. Essas respostas erradas revelam defeito no serviço telefônico, mas podem servir para dissimular um problema mais grave. Ao ouvi-las, os usuários podem não se dar conta de que o sistema está congestionado, o que justifica punição à companhia. As mensagens amalucadas podem esconder um defeito maior com um menor.

Recentemente, procurei a Anatel para perguntar que tipo de providências a Agência toma contra essas ocorrências defeituosas. Em e-mail a assessoria de imprensa informou que com desistências de mensagens estranhas, retornadas para a operadora em chamadas para telefones comuns que os usuários sabem que existem e outras situações que não se

correlacionam com a realidade, a Agência já tomou conhecimento dessas ocorrências e abriu procedimento de fiscalização para averiguação.

Uma das formas que a Agência usa para detectar falhas na telefonia é a quantidade de reclamações de usuários. Na última terça-feira, dia 11, decidi testar o telefone 1331, canal para reclamação do usuário. Comecei a ligar às 9h, as ligações geravam sinal de ocupado, me direcionavam para um sistema automático, chamada URA: para acompanhamento de solicitação, tecle 1, para outras solicitações, tecle 2. Ao teclar 2, vi um silêncio sepulcral até a linha cair, sempre ao completar 59 segundos ou um minuto. Ao todo foram 115 telefonemas até ás 14h. De todos, 10 vezes a ligação se completou, 9% e 105 vezes deu ocupado, dessa vez 80%, a linha caiu após um minuto a espera da opção 2.

Das duas vezes que fui atendido, na primeira às 13h31, depois de desde às 9h tentando ligar, a ligação caiu após 7 minutos, antes de completar a explicação. Liguei de novo, 32 tentativas depois só uma vez cheguei a URA, a ligação caiu. Ás 13h44 fui atendido, a pessoa me informou que o primeiro telefonema não gerava registro. Começamos tudo de novo. Ao fim, um chamado bem sucedido em 115 tentativas. Eficiência da Anatel, 0,86%.

Perguntei a assessoria da Agência sobre essa performance? A resposta foi: “que a Agência identificou falhas no serviço prestado pela empresa que opera a central de atendimento telefônico, o que vem resultando em funcionamento do Call Center da Anatel em níveis abaixo da capacidade esperada. E que a entidade instaurou um processo de substituição da empresa com uma nova contratada, deve assumir as operações em breve e com a substituição espera-se a normalização do atendimento.

Na quinta-feira, a linha seguia frequentemente ocupada, mas a URA ganhou uma mensagem inicial que diz: “ no momento, todos os nossos operadores estão ocupados”. E recomenda outras formas de registrar reclamações antes de passarem as duas opções.

A julgar pela taxa de sucesso, 0,86%, infere-se que a cada reclamação contra empresas que chegam à Anatel, 115 outras não puderam ser feitas, a Agência diz que em 2013 registrou 7,67 milhões de atendimentos a

consumidores, o que sugere que 875 milhões de reclamações podem ter ficado sem resposta, 2,4 milhões por dias.

Com isso, Sr. Presidente, quero relatar a situação em se encontram os usuários de telefonia no Brasil e não é diferente no estado da Bahia, comprovando que após esse movimento nacional que praticamente todas as assembleias legislativas do País, hoje, muitas já realizaram uma CPI e outras estão ocorrendo, e outras já querem fazer, também, mostrando que é uma verdadeira esculhambação o serviço de telefonia no Brasil e aqui na Bahia não poderia ser diferente.

Eu vi e a gente tem notado aqui nesta CPI a ânsia das operadoras de telefonia em fazer ampliação e mais celulares. Vimos aqui a apresentação da Anatel, não sei quantos milhões de celulares, mas a preocupação com a qualidade dos serviços inexiste, essa é a pura realidade dos fatos. E mais, quando a população tenta encontrar alguém parta reclamar, esses call centers tanto das telefonias quanto da própria Anatel, vem se mostrando ineficientes. Então, a população, realmente, está órfã de conseguir equacionar e resolver esses problemas.

Gostaria de finalizar essa minha fala, fazendo apenas, depois dessas considerações, alguns questionamentos.

Primeiro: ouvi a apresentação com relação ao 4G. Tivemos aqui a presença de um técnico, acho que do CREA, que disse que se formos fazer a medição, hoje o que temos é o serviço 3G, nem 3G nós temos, porque esse negócio de 3G, 4G é mera propaganda. Porque se for para a realidade mesmo não dá nem 2G a qualidade.

Gostaria de saber qual , realmente, em que pé está essa instalação do 4G, já que pelo que foi colocado na apresentação a cidade-sede da Copa do Mundo, Salvador é uma delas, já deveria estar com o suposto 4G funcionando desde dezembro do ano passado e essa data já foi ultrapassada, e se realmente teremos o 4G, que na visão do técnico do CREA será o 3G na realidade de fato, na realidade concreta. Se nós teremos o 4G realmente, se os técnicos da Anatel têm essa informação por parte das operadoras, se teremos, ainda, na Copa do Mundo.

Outra questão é com relação à expansão para a zona rural. Eu vi que 30km do limite da sede dos municípios, fato que não ocorre, hoje, na Bahia, em que 30% dos municípios terão prazo, não tive oportunidade de anotar porque passou rápido, e dentro desses 30% e depois 30 em tal data. Gostaria de saber quais são os critérios, se a Anatel estipula esses critérios para as operadoras e qual cidade, qual o distrito, de que forma vai ser a ampliação para a zona rural dos municípios brasileiros.

E o último questionamento é com relação aos 234 milhões de multas que já estão transitadas e julgadas, de que forma, concretamente, serão aplicados esses recursos para que seja feita a melhoria da qualidade do serviço tanto de telefonia quanto de internet no Brasil e principalmente aqui na Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Gostaria de acrescentar ao brilhante pronunciamento do deputado Leur algumas considerações que vão ao encontro de tudo aquilo que ele falou.

Com relação a essa previsão de ampliação do serviço de telefonia móvel para a zona rural em que se estabelece que 30% dos municípios deverão ser atendidos até junho de 2013, num raio de 30 Km. Gostaria de saber, dentro do que o deputado Leur falou com relação aos critérios, mais especificamente se os 30% estão inseridos dentro do componente de cada estado ou se serão 30% em nível de Brasil, e aí pode se atender 80%, por exemplo, do Estado de São Paulo e 10% no Estado da Bahia. Então, como isso, efetivamente, está sendo pensando.

O Sr. LEUR LOMANTO:- Só abrindo um parêntese nessa questão também. Já tive oportunidade de algumas vezes solicitar expansão para determinada zona rural no Estado da Bahia e a operadora sempre diz: - não, nós não podemos fazer – ele preenche, por exemplo, o requisito de estar a 30km da cidade-sede, mas diz que não tem viabilidade econômica para a operadora, ou seja, na hora em que não tem viabilidade as pessoas, os usuários ali não vão poder porque não gera lucro para a operadora.

Então, é nesse sentido, qual o critério que vai ser aplicado, se existe esse critério.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Além disso, deputado Leur, quando V.Exª se queixa da questão da qualidade do serviço, isso é algo que me leva sempre à reflexão.

Recordo, deputado Joseildo, que a presidente Dilma, há um tempo, em função do aumento avassalador das reclamações chegou a suspender e a proibir que determinadas operadoras comercializassem novas linhas.

Então, é isso que me pergunto: como é feito, hoje, essa regulação? As operadoras estão atualmente livres para continuar a vender aparelhos e linhas indiscriminadamente? Como é que isso se relaciona com a existência das antenas que possam dar suporte a esse aumento dessas linhas que são aí continuamente oferecidas pelas diversas operadoras?

E aí, entrando na questão da qualidade do serviço, tem duas questões que para mim são centrais e unânimes. Primeiro, o péssimo atendimento que são oferecidos pelos call centers. Isso é algo avassalador. Então, o que a Anatel pensa em relação a isso, se existem estudos, se existem algumas determinações que serão levadas a operadora, no sentido de melhorar o atendimento dos call centers.

E, dentro dos questionamentos que são feitos pelos usuários, isso foi comprovado pela própria explanação da Anatel, a questão na cobrança indevida do questionamento das tarifas é algo que atinge, praticamente, metade das queixas. Então, será que não existe nada que se possa fazer, principalmente, ao encontro da transparência dessas cobranças para que as pessoas possam, efetivamente, saber o que estão pagando e muito antes disso, quando estão comprando esses pacotes, ter efetivamente, o conhecimento preciso daquilo que estão adquirindo, para que se evite essa queixa avassaladora que existe com relação às cobranças indevidas das tarifas.

O deputado Joseildo também gostaria de fazer um adendo?

O Sr. Joseildo Ramos:- O que há na direção das arguições feitas pelos nobre deputados Paulo Azi e Leur, salvo engano, o Dr. Mauro estava apresentando, e no momento ele falou da transmissão de dados. Aí, interfere na questão da qualidade do serviço. Ele falou, pelo que entendi, que só a Claro , hoje, cumpre o que é estabelecido via Anatel. Parece que foi isso que

foi dito. A pergunta. Houve algum a ação efetiva com relação às outras, para que as outras passassem a cumprir? Foi dado prazo? E está mantida a condição das outras, sem cumprir esses patamares de qualidade, continuar comercializando?

São as perguntas.

O Sr. Ze Mauro :- O assunto é longo, gente. Vamos lá.

O Sr. :- Pela ordem, Sr. Presidente. Como a gente tem poucos deputados, neste momento...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- V.Exª gostaria já de fazer o questionamento... O Sr. : - (…) fazer o questionamento,depois a deputada Kelly e ele já responderia, para a gente ganhar tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Pode ser, pode ser,mas, tenho certeza de que o presidente e o relator terão ainda outros questionamentos a fazer. Mas, concedo a palavra a V.Exª, a deputada Kelly e, em seguida, ao representante da Anatel.

O Sr :- Eu agradeço a deferência de V.Exª, aproveitando esse ensejo e essa oportunidade para cumprimentá-lo, cumprimentar também o deputado Joseildo Ramos, meus colegas deputada Kelly Magalhães, Leur Lomanto Júnior. Quero cumprimentar também os técnicos da Anatel, agradecer a presença de Dr. Ornelas, Dr, Giovani, Dr. Zé Mauro.

Cumprimentar também a imprensa, que se faz presente, os técnicos desta CPI que têm feito um brilhante trabalho desde a sua instalação e dizer que as palavras de V.Exª, deputado Paulo Azi e do deputado Leur Lomanto Júnior me contemplam. Inclusive, se estivesse no Plenário, gostaria de incorporar a minha fala aos questionamentos de V.Exsª porque fiquei muito feliz e acho que, realmente, o caminho é esse que precisa ser anotado.

Eu fiz alguns rabiscos aqui, enquanto assistia a apresentação do nosso querido amigo, Dr. Zé Mauro fez sobre... O deputado Leur, aplicou aqui a maioria deles. Então, não vou nem me alongar na questão da multa, que foi um valor exorbitante, mais de 264 milhões, hoje, de multa às operadoras e que o serviço é ruim, isso todo mundo sabe. Basta pegar um celular e tentar

fazer uma ligação aqui, que a gente vai ver a dificuldade. Kelly Magalhães mesmo disse que tentava falar no telefone e a ligação não completava, caía. Ela tentava mandar uma mensagem de texto e o serviço não era enviado.

Então, a gente sofre muito, principalmente, a gente que mora e frequenta essa região da Paralela, que dirá no interior da Bahia. No Oeste da Bahia, mesmo, eu e a deputada Kelly fazemos política lá, na cidade de Barreiras, o serviço de telefonia é um verdadeiro caos. A gente não consegue completar a ligação e a internet não funciona nem em 1G, o que dirá em 3G. Temos um problema sério também com a questão dos 417 municípios atendidos pela cobertura da telefonia celular, mas a grande maioria dos distritos hoje estão órfãos dos serviços de telefonia.

Ontem, eu vi no próprio Jornal Nacional uma entrevista com o superintendente do Procon na Bahia e dizia que 20% das queixas hoje são referentes às operadoras de telefonia celular. É um problema grave, de responsabilidade da Anatel a fiscalização. Queria deixar só como complemento, como questionamento a V.Sªs, sobre a questão da segurança dos dados transmitidos entre nós. Eu queria saber como é que a Anatel controla isso e como ela trabalha com essa questão. Hoje, ouvimos muito falar sobre os vazamentos de dados em todo o mundo. Portanto, queria saber como é que a Anatel usa essa política de controle dos dados e os conhecidos grampos telefônicos que tanto ouvimos falar.

O Sr. Presidente (Paulo Azi): - Agradeço, deputado. Com a palavra a deputada Kelly Magalhães.

A Srª Kelly Magalhães: - Bom-dia a todos. Queria cumprimentar toda a Mesa e a equipe que tem trabalhado arduamente. Acho essa a CPI mais importante que a Assembleia Legislativa instalou nos últimos tempos. Com certeza o trabalho dos Srs. Deputados tem surtido um efeito muito positivo para a sociedade baiana. Reforço que essa CPI não interessa a A, B ou C, mas à sociedade baiana.

Ouvi tudo atentamente, não participo da Comissão. Tenho acompanhado, como diz Cacá, sou do Oeste da Bahia e os serviços lá são péssimos. E o que nos chama a atenção é que há distritos maiores que as sedes e não têm serviços de telefonia celular, porque a Anatel diz que a

obrigação é colocar a torre apenas na sede. Ficamos com essa dificuldade. E o que acontece? O prefeito não faz a sua parte, a comunidade pede e você vai lá... quem está na disputa, num processo de disputa desigual “eu tenho dinheiro vou botar a torre”, vai lá e coloca a torre, puxando de outra. O serviço fica sobrecarregado sem nenhuma qualidade. Essa é a realidade que vivenciamos, ausência de sinal, do serviço de telefonia em distritos que chegam a ser maiores que a própria cidade, como o distrito de Missão do Aricobé, que pertence a Angical, e tantos outros que colocam torres. As torres custam 50 mil reais e não tem condição de ser assim. Esse é um serviço que a população tem que ter com qualidade.

Eu ia passar esse questionamento para a Comissão, sou cobrada todos os dias por isso. Sem levar em conta tudo o que disse aqui o deputado Leur Lomanto que, com certeza, é o sentimento nosso, muito mais que essa preocupação em saber o nível de alcance das torres. O que vemos é que todos querem colocar torres, colocam por conta própria e quem não pode se junta com outros e coloca para atender. Quem é que pode com um negócio desses?

O Sr. Presidente (Paulo Azi): - Principalmente num período eleitoral, deputada, é um verdadeiro leilão de torres.

A Srª Kelly Magalhães: - É um leilão de torres, digo isso com muita sinceridade. É uma vergonha, um absurdo a Anatel deixar que isso aconteça. Não compactuo com esse tipo de coisa e digo que é um serviço público que deve estar à disposição da sociedade baiana. E a Vivo, diga-se de passagem, é uma das empresas que tem atuado em toda a região, especialmente lá é quem faz a maior cobertura. E justamente por vender muito serviço e não dá conta, é quem hoje presta um serviço de péssima qualidade, pelo excesso de telefones e rede de internet.

Eram essas as minhas colocações. Agradeço a vinda de V.Sªs aqui e também parabenizo à CPI pelo trabalho realizado. É de grande importância para toda a Bahia.

O Sr. Presidente (Paulo Azi): - Agradeço deputada Kelly que seria importante que V.Exª, efetivamente, formalizasse esses distritos em que tem conhecimento do baixo ou do nenhum atendimento para que possa fazer parte das providências que esta CPI haverá de adotar no curso dos seus trabalhos.

Vou passar a palavra ao representante da Anatel. Apenas, também, tocando no assunto muito rapidamente da fiscalização. Todos sabemos que a Anatel não tem uma estrutura capaz de oferecer uma fiscalização em nível de Brasil, especialmente em nível de Bahia, em função da vastidão do nosso território. Será que não é possível que a Anatel venha se associar a determinados órgãos tipo Procon, no Estado, o próprio CREA, para que através de um convênio de cooperação técnica possam trabalhar em conjunto nessa fiscalização? É um questionamento que faço a V.Exª.

O Sr. FERNANDO ORNELAS: - Vamos por etapas. Primeiro, não devamos esquecer que a telefonia móvel é um serviço público prestado em regime privado.

Respondendo ao deputado Leur Lomanto. O 4G foi instalado na Bahia em junho de 2013 para atender uma decisão para a Copa das Confederações, 50% da área metropolitana de Salvador foi atendida com o 4G. Temos os dados comprovados, relatórios, estão à disposição da CPI, se quiser. Foi dado prioridade na área onde aconteceria o evento, na área da Fonte Nova, e em direção ao aeroporto, a rodoviária, aos grandes centros, Igreja do Bonfim e Mercado Modelo. Existe, sim, foi feito e comprovado, efetivamente, que existe a tecnologia 4G. Operando atualmente, posso garantir que, hoje, a previsão é de que estejamos com o 4G implementado em toda a cidade do Salvador até o final de abril. Mas posso lhe garantir, conforme contato com as operadoras, que já temos instalado 100% do 4G na área metropolitana de Salvador. Quem tiver seus pacotes de 4G pode testar, por favor.

O Sr. : - Ornelas, permita-me só uma observação, respeitados os limites de percentual de cobertura, porque começou com 50% e vai até 60%, se não me engano, e assim sucessivamente. Faz parte daquela limitação de natureza técnica impostas pela própria natureza.

O Sr. FERNANDO ORNELAS: - Voltando aqui à questão do 3G e do 4G. O leilão do 3G, que aconteceu em 2007, previa pelo menos a instalação até 30 de abril de 2010 de uma Estação de Rádio Base e uma operadora em cada sede municipal em todo o Brasil. O que foi cumprido pelas operadoras. E, na instalação dessa Estação de Rádio Base, era compromisso da operadora

atender, no mínimo, 80% da área urbana da sede do município. No que isso foi cumprido e atendido. Extrapolar um pouco é possível, menos de 80 não é aceitável.

A questão do atendimento ao 4G. O atendimento ao 4G, que será realizado pela operadora Claro que ganhou o bolsão que contempla o Estado da Bahia, tem obrigação de atender todas as localidades, aí estão incluídos os distritos, vilas, povoados, que estejam dentro do limite de 30 km da sede municipal. Essa é a obrigação da operadora em fazer esse atendimento até 2015, me corrija, Dr. Mauro, se estiver errado.

O Sr. Mauro: - Trinta por cento até 30 de junho.

O Sr. FERNANDO ORNELAS: - Não, o total dos 30 km até 2015, a obrigação desse atendimento. Em relação a isso, a Anatel vai ficar atenta, vai fiscalizar. Agora, não temos ainda, está sendo realizada negociação pela operadora Claro e por parte da Superintendência de Controle de Obrigações, como vai ser esse atendimento. Existe essa preocupação nossa que o senhor colocou, como a Claro ganhou a Bahia parte da Região Metropolitana de São Paulo e outros estados menores, existe essa preocupação de você ter que atender os 30% e localizar nesses estados, Bahia e São Paulo, que vão trazer o maior retorno para a operadora. Então, existe essa preocupação. Está sendo negociado entre a operadora Claro e a Anatel e brevemente teremos novidades sobre essa questão.

Recentemente, estive em Brasília, numa reunião de gerentes regionais e isso nos foi colocado. Tão logo eu tenha essa posição, passaremos à CPI, sem problema nenhum. Com referência aos 234 milhões que foram apurados nas multas, em assinatura do TAC com as operadoras que estão envolvidas com essas multas, a prioridade é para atendimento na universalização do serviço de telecomunicações, na qualidade dos serviços de telecomunicações e na ampliação do atendimento, instalação de fibras óticas que dê maior qualidade e maior amplitude para o atendimento de localidades que não estão contempladas em qualquer projeto da Anatel, de atendimento às localidades remotas.

Quanto à questão do não cumprimento de metas e com relação à baixa qualidade da banda larga móvel, que só a Claro atendeu. Existe uma

avaliação trimestral, a Anatel acompanha isso e consequentemente as operadoras que não cumpriram serão processadas, devem ser responsáveis por processos e, consequentemente, caberá abertura de um PADO para a apuração por não cumprimento. Não saberia informar aos senhores qual a posição que a agência tem até o momento, talvez uma outra cautelar bloqueando a questão da comercialização. Isso não está definido, não temos posicionamento. Então, não poderia falar sobre esse assunto.

Com referência ao call center, deputado, esse reclamante aí, li também na Folha de S. Paulo essa questão, a Anatel está com problema de call center. A empresa que vinha prestando o serviço não atendeu às expectativas da agência e o nosso call center ainda está com problema de atendimento, estão sendo represadas muitas reclamações em função da incapacidade desse nosso call atender. Isso está sendo monitorado, está certo. A orientação é que, quem puder fazer a sua reclamação através de outro meio que não seja o call center, através da internet, Fale Conosco, coisa desse tipo, estamos sugerindo que o usuário possa fazer a reclamação desejada.

Com referência, deputado Cacá, à questão da segurança dos dados, a Anatel não se envolve com isso. A Anatel não tem qualquer responsabilidade. Isso faz parte das operadoras em manter sigilo em qualquer questão referente aos dados que trafegam na rede, inclusive temos recebido muitos pedidos para intervenção, obter conversações – pelo Poder Judiciário, principalmente. A Anatel não se permite fazer qualquer intervenção nisso aí. A intervenção é feita na operadora e desde quando exista uma solicitação judicial, ela é remetida diretamente à operadora para fazer a coleta desses dados e passar para o Poder que solicitou essas informações.

O Sr. PRESIDENTA (Paulo Azi):- Dr. Rebouças, permita-me um aparte.

A Anatel não fiscaliza se o sigilo dos dados está sendo mantido?

O Sr. Rebouças:- Não.

O Sr. :- Permita-me, focando na questão técnica. A Anatel fiscaliza se a infraestrutura da prestadora assegura isso, mas é responsabilidade... Fiscaliza, sim. Nós fiscalizamos as redes, as estruturas, o sistema de segurança de comunicação das prestadoras, tudo isso é fiscalizado.

Nem podemos, quebra do sigilo é crime. Então, toda vez que existe um indício, uma suspeita de quebra de sigilo, a Justiça tem que acionar diretamente a prestadora, e ela é a responsável, a única responsável, pela manutenção do sigilo assegurado pela Constituição. A Anatel só pode ir até a vistoria, a inspeção dos equipamentos e infraestrutura de rede, de modo que ela tenha certeza que aquela infraestrutura assegura o sigilo.

O Sr. (…):- Inclusive, frequentemente, somos demandados para fornecer nomes de usuários de aparelho de telefone, qual o nome e tal. A Anatel não se permite a isso. A Anatel não pode passar essa informação. Essa informação quem tem de prestar é a operadora. Ela é quem detém o cadastro dos usuários, dos assinantes.

O Sr. (…):- A Anatel não tem acesso ao cadastro de assinantes.

O Sr. (…):- Queria fazer um adendo a essa informação de quebra de sigilo. Em Brasília, a gente acompanha muito a CPI de Tráfico de Pessoas, tem acompanhado as CPIs estaduais. Essa questão do grampo, em geral a Anatel recebia muito ofício, solicitando a quebra. A assessoria na qual eu trabalho, Relações Institucionais, precisou fazer um trabalho específico com as CPIs para explicar essa questão da quebra de sigilo. Inclusive, em obediência à resolução nº 59 do CNJ, que traz todo o regramento de como esse sigilo deve ser quebrado, como deve ser feito, a comunicação é lacrada nos envelopes, há um procedimento muito minucioso para se observar. O trabalho que foi feito, justamente para poder dizer assim: se a CPI encaminha a Anatel um pedido de quebra de sigilo de certa forma está fragilizando o aspecto do investigado. Conforme a lei e a interpretação da resolução do CNJ, estabelece-se que o pedido de quebra de sigilo só pode ser deferido pelo juiz. São observados esses requisitos para evitar vazamento. Às vezes, isso é encaminhado pela CPI, mas com o CPF e nome. É algo que falece a Anatel a atribuição legal para esse tipo de serviço.

O Sr. (…):- Mais alguma colocação, Mauro.

O Sr. (Mauro…):- Depois, eu quero fazer algumas considerações técnicas de alguns pontos que foram abordados.

O Sr. (…):-Com referência à fiscalização, Sr. Presidente, o quadro da Anatel na Bahia, hoje, é composto por 26 fiscais. Então, a demanda que nos

chega, principalmente os nossos planejamentos, os nossos inputs do call center da agência e da nossa sala do cidadão, onde recebemos lá... 26 fiscais. Esse quadro é dimensionado e atende à expectativa, às especializações. Podemos, sim, fazer parceria, desde de que haja a necessidade.

Recentemente, assinamos um termo de cooperação com o Sindec, que coleta todos os dados, todas as informações dos Procons estaduais. Isso já é um dado de entrada para a gente também agirmos.

O nosso planejamento para realizarmos as ações de fiscalização, isso normalmente é feito no final do ano e projetado para o próximo ano essa fiscalização. Nós já temos o nosso planejamento, que chamamos de fiscalizações sistêmicas. Se por acaso acontecer algum fato novo, relevante, dentro do cenário das telecomunicações que esteja impactando o serviço, automaticamente é aberta uma pasta de fiscalização. Nós chamamos de pasta de fiscalização pontual. Imediatamente é feito uma fiscalização para saber o que é que está acontecendo nesse cenário de telecomunicações. Automaticamente, as equipes são disparadas. Se depender da operadora, fazemos os requerimentos de informação e ela tem a obrigação de prestar as informações para compor todo o relatório de fiscalização, que é apresentado à nossa superintendência e encaminhado para as devidas providências.

Gostaria de salientar que de 2012 a 2014 existe uma previsão de investimento da Agência de R$ 170 milhões em equipamento software. Isso não é muita coisa, não. É muito dinheiro investido para fiscalização. A Anatel está devidamente equipada, com R$ 170 milhões, para revisar qualquer tipo de fiscalização. Não se esquecendo de que a Anatel não é só serviço de telefonia. Nós cobrimos também rádio comunitária, emissora de rádio, televisão, fiscalizamos serviço militar privado. Então, é uma gama muito grande de serviço e temos de investir nos equipamentos para dar total cobertura à população.

O Sr. (…):- Só complementar com informações de alguns aspectos técnicos, complementando o que o Dr. Ornelas falou e Geovani também. Eu quero começar do fim para o começo. O que me chamou a atenção foi o quantitativo de fiscais. Só com mais tempo poderíamos entrar no detalhe de como funciona a fiscalização na parte de execução. O quantitativo de fiscais

que temos é suficiente, sim, para fazer a fiscalização porque a maior parte das fiscalizações, o grosso da fiscalização de serviços de interesse coletivo não é feita de modo presencial.

Presencial é fazer uma inspeção, uma medição num equipamento, tem que ir na estação aferir, medir potência, frequencia e outros parâmetros. Quanto aos outros aspectos da prestação dos serviços, a nossa equipe vai na central de atendimento da empresa, extrai dessa central todos os dados necessários para aferir se os equipamentos estão funcionando corretamente, se os serviços estão sendo prestados de acordo com os parâmetros estabelecidos nos regulamentos de qualidade. Esses dados são tratados remotamente no escritório, com softwares apropriados. Se temos … (1;20) fiscais para fiscalizar 18 milhões de telefones móveis, a coisa não é tão simplória. É suficiente. Não diria que é o ideal, mas é suficiente de acordo com o planejamento que fazemos, com a abrangência pretendida.

O deputado Leur saiu, depois falo com ele. Com relação à questão do sigilo, já falamos. Quero fazer uma abordagem sobre a característica da comunicação móvel, porque as pessoas confundem muito, imaginam que o telefone é só isso. O telefone fixo, aquele bichinho que fica em cima da mesa amarrado num fio até a central, é muito diferente da comunicação móvel. A comunicação móvel está muito sujeita a efeitos sazonais dos mais diversos. Lembro-me, no ano passado, às vésperas do carnaval, na semana que antecedeu o carnaval, eu estava com Dina Rachid, na Rádio Metrópole, naquele programa Metrópole Serviços, e recebi um telefonema, acho que do Dr. Ornelas, perguntando se houve uma pane na central da OI. Falei, se não me engano, com Ailton Lira, e por fim eles descobriram que a quantidade de pessoas, o fluxo de pessoas na região do Iguatemi, somado ao engarrafamento que provocou, congestionou a ERB que atende àquela região. Não se pode dimensionar um sistema, é impossível dimensionar uma ERB para uma situação atípica dessas. Os próprios problemas da ordem de mobilidade... Hoje, por exemplo, eu estava vindo de casa, a Paralela estava toda travada nos dois sentidos, lembrei que aqui teríamos mais de um evento, mais de uma comissão funcionando; o que tem de gente que começa a telefonar para

justificar, para pedir para remarcar é uma coisa de louco. Isso impacta terrivelmente no tráfego.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Dr. José Mauro, dentro disso, fiz um questionamento anterior; se V.Exª pudesse discorrer um pouco sobre como se dá a relação entre a venda ilimitada das contas com a capacidade das antenas de oferecerem suporte a essa expansão.

O Sr. José Mauro:- Nós não conseguimos simular uma situação real em nenhum sistema que trabalhe com modelos estatísticos, e tráfego é estatístico. O que se faz? Uma prospecção com estimativa do tráfego que se imagina que haverá, dimensiona seu equipamento, implanta e vai fazendo os ajustes.

O que precisa fazer? O que a agência está fazendo é buscando forçar as prestadoras a se ajustarem e a se adequarem à velocidade que precisamos para o novo universo de usuários que existe.

Vou chegar onde o deputado Leur perguntou, aliás foi o senhor que perguntou sobre prazos para melhoria. Quando a Anatel determinou aquela primeira cautelar, o presidente da Anatel e o superintendente de Controle de Obrigações informaram que aquilo era uma medida realmente cautelar para evitar um colapso no curto prazo. Impôs às empresas que apresentassem um plano de investimentos. Mas não se muda, não se adequa uma planta desse tamanho num curto prazo. O prazo que foi estabelecido é aquele que eu mostrei no slide, é até o final de 2014 para cumprir aqueles investimentos naqueles segmentos de infraestrutura de rede, fibras óticas, núcleo da rede etc.

O prazo que se espera é que esses investimentos sejam concluídos até dezembro deste ano e surtam os efeitos esperados. Na época, se não me engano, foi o conselheiro Jarbas que estava respondendo pela Anatel, eu me lembro da entrevista, e ele disse: “Vamos permitir novamente a retomada da comercialização, mas vamos acompanhar, dia a dia – conforme eu falei na apresentação – e fiscalizar trimestralmente.” O resultado do que eu apresentei é do último ciclo, do último trimestre que já foi consolidado. O que se espera é que esse processo se conclua até o final deste ano, que se ajuste e se adeque. Ele alertou que, por meio desse acompanhamento, estaremos monitorando se outras ações cautelares serão necessárias. A Superintendência de Controle de

Obrigações está fazendo isso, monitorando dia a dia, contabilizando tudo, porque, se ela perceber que há um desvio de rota para não atingir o objetivo de dezembro de 2014, certamente, adotará as medidas cabíveis.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- De um lado, temos investimentos que foram acordados para serem feitos e do outro você tem a ampliação do número de contas. O meu questionamento é no sentido de saber se existe algum tipo de limite para essa ampliação

O Sr. (…) :- É isso o que eu falei para o senhor...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Quando a presidente tomou aquela medida, ela suspendeu a expansão de determinadas operadoras, o que depois foi liberado. O que quero saber, hoje, é o seguinte: as operadoras têm algum limite de venda, de comercialização das contas ou isso está aberto?

O Sr.(…) :- Não existe, mas, como falei para o senhor, nós fazemos sistematicamente a fiscalização de todos os parâmetros que mostram como a rede está se comportando, no sentido de se ajustar aos parâmetros de qualidade estabelecido na regulamentação. Isso é feito permanentemente. É aquilo que falei há pouco, quando a área técnica da Anatel perceber, pelos resultados das fiscalizações trimestrais que estão sendo feitas e pelo monitoramento diário, certamente, ela adotará uma correção de rota.

Aquele parâmetro que falei, que até o deputado Gaban brincou, dizendo: “Você está sendo otimista! Só a comunicação de dados.”... Não é! É que os focos dessa fiscalização são os quatro ofensores: acesso a rede de voz, acesso a rede de dados, queda de voz e queda de dados. Na parte de voz, os dados que temos obtido e analisado estão mostrando que elas estão atendendo aos limites de referência estabelecidos, que nos asseguram que, até o final de 2014, atingiremos o objetivo. Na parte de dados ainda não chegamos a isso, mas, conforme eu mostrei, também está sendo feito um acompanhamento permanente do volume de investimentos por cada uma das prestadoras. Nós já passamos da metade, digamos assim, do prazo. Então, certamente, a Superintendência de Controle de Obrigações está apertando as prestadoras para que justifiquem o porquê de não terem investido tanto. Pode ser uma estratégia dela. De repente, ela, por uma razão de conveniência, da forma de como a rede dela está estruturada, pode estar começando os

investimentos por algo mais barato, como o nível físico de rede, por exemplo, ao invés de investir na inteligência, que é mais cara. Então, existem uma série de parâmetros e muitas nuances que têm de ser observadas, para que a gente possa tirar uma conclusão bem mais fundamentada.

Com relação à questão... Eu esperei o deputado Leur Lomanto Júnior voltar, porque ele falou que um técnico do CREA criticou o 4G e o 3G de Salvador. É importante, quando alguém manifesta uma crítica dessa natureza, saber qual foi a forma que ele aferiu e se ele levou em consideração os limites estabelecidos na regulamentação. No primeiro momento, as empresas foram obrigadas a fazer uma cobertura de 50% da localidade sede da Copa das Confederações, e esses limites vão aumentando, gradativamente, até que se atinja os 80%, que já é adotado para as outras gerações de tecnologia.

Outra coisa, quando se estabelecem esses critérios, isso não saiu da cabeça de algum pensador que se julga... São uma série de parâmetros geográficos, sócio-econômicos, técnicos e muitos outros, levando-se também em consideração as limitações da própria natureza. Para se emitir um parecer sobre isso, como o Ornellas falou, estamos fazendo uma fiscalização permanente. Temos um planejamento, desde a implantação do serviço. Na verdade, nós fazemos antecipadamente. O Ornellas esteve, na semana passada, fazendo uma vistoria no Sul da Bahia, onde vai funcionar a subsede da Suíça e da Alemanha. Então, antes do prazo, vamos verificar se existe algum indício de descumprimento do prazo. Caso haja chamaremos a prestadora para avisar que a mesma não irá atingir a meta. O que você vai fazer para corrigir isso? A coisa não se corta de uma vez numa virada de chave. É muito complexo.

Para concluir, há um outro detalhe para complementar o que Ornelas falou sobre multas. Aquele montante de multas que apresentei de 234.600.000 refere-se somente aos fatos transitados em julgado no que diz respeito a qualidades dos serviços móveis. O montante de multas aplicadas pela Anatel, até hoje, está na casa dos bilhões, não são duzentos e poucos milhões, não.

Outra coisa multa, até onde sei não, pode ser revertida em investimentos por arte da União. A multa vai para o caixa do tesouro. Por essa

razão que a Anatel procurou encontrar outro mecanismo para estimular as empresas, ou seja, em vez de ter pagar uma pena, elas deverão investir o valor a ser pago na melhoria de sua rede, para assegurar uma melhor qualidade. É o advento dos TACs, mas que se aplicam somente aos processos não pendentes de recursos. Não transitados em julgado.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a V.Exª.

Deputado Joseildo Ramos, V.Exª que é o relator fará os seus questionamentos. Em função do avançado da hora, provavelmente, V. Sªs serão, futuramente, convidados a estarem presentes em outras sessões.

O Sr. Joseildo Ramos:- Gostaria de colocar para os senhores que, em determinada parte da apresentação, o Dr. Ornelas se comprometeu em fornecer, com a maior brevidade, os dados que serão requisitados sob ofício. São dados mais específicos que não serão analisados agora.

Podemos, de comum acordo, estipular um prazo, porque queremos, na medida do possível, realizar os trabalhos da CPI compartilhando responsabilidades naquilo que for possível, sem usar de outras prerrogativas que são cabíveis.

Sabemos da forma açodada, na nossa opinião, como a concessão dos serviços públicos foi feita neste país. As agências reguladoras vieram depois do processo, quando deveriam vir antes. Por conta disso gostaria de perguntar, objetivamente, aos senhores: A estrutura que a Anatel tem hoje – como o senhor disse é satisfatória – ela poderia ser qualificada como suficiente do ponto de vista de pessoal, equipamentos e estrutura física?

O Sr. (...):- Só para esclarecer, eu falei sobre o quantitativo de fiscais.

O Sr. Joseildo Ramos:- Entendi a sua resposta, mas vou repetir a pergunta, claramente, para que não tenhamos dúvidas. A estrutura que a Anatel dispõe hoje, no contexto que, anteriormente, coloquei, ela do ponto de vista de pessoal, de equipamento e estrutura física é suficiente? Dada a resposta, eu pergunto – vou na direção de uma preocupação que o deputado Paulo Azi colocou – não deveria ser sistematizada por parte da Anatel a consumação de parceria com Academia no Brasil como um todo?

Vocês falaram do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, porque estão adotando essa relação, isso é importante, e uma atuação compartilhada com as agências reguladoras estaduais. Qual o pensamento de vocês com relação a isso? A Anatel, em algum momento, do ponto de vista específico da agência, tratou dessa questão mesmo que internamente?

Outra coisa, temos uma série de informações acerca do sucateamento – a palavra deve ser sublinhada – sucateamento generalizado da infraestrutura relacionada, principalmente, com a telefonia fixa. Então, a rede está aí Parece-me que boa parte dela, segundo se sabe, já ultrapassou a sua vida útil, do ponto de vista de componentes. A gente tem recebido informações. Queremos saber de vocês acerca dessa sistemática que o Sr. Zé Mauro falou, nesse instante, de fiscalização.

Por exemplo, vocês avisam ou não quando farão as vistorias? Temos informações de que, às vezes, avisam ao pessoal das operadoras. Os trabalhadores reclamam porque onde eles sentem os problemas e a fiscalização não vai. A fiscalização vai aonde o pessoal das operadoras e da área de direção e de gerência diz onde eles devem ir. Quero saber se, sistematicamente, vocês fazem isso ou não. Como vocês convivem com essa realidade que, me parece, é verdadeira, ou seja, é verdadeira acerca do absoluto sucateamento da infraestrutura da telefonia fixa?

Boa lembrança do deputado Paulo Azi. Estava aqui anotado. Mas foi muito bem lembrado. Temos a manutenção preventiva e o respeito à vida útil dos diversos equipamentos. Isso é técnico. Vocês estão exigindo reposição? Observe que existem queixas bem taxativas de que as empresas operadoras privilegiam a expansão em detrimento dos serviços de manutenção e de atendimento às reclamações, principalmente, de telefone fixo. Isso é verdadeiro?

Há outra coisa. Vocês consideram verdadeira ou não a alegação das operadoras de que parte da dificuldade da ampliação dos sinais – mais uma vez vou repetir isso porque não foi suficientemente respondido – traduz-se nessa parafernália de leis advindas dos diversos municípios? Esta é mais uma pergunta.

Como vocês convivem com essas dificuldades de compartilhamento de infraestrutura na convivência das diversas operadoras? Por exemplo, você vai implantar uma rede. Você tem de abrir um acesso de sinal, tem de colocar energia, etc., etc., etc. Isso poderia resultar em compartilhamento, diminuindo os custos e facilitando o avanço do ponto de vista do sinal, principalmente na zona rural. Como isso tem funcionado hoje?

Há outra coisa. Vi em uma entrevista de um especialista de Feira de Santana. Não me lembro o nome dele. Mas ele fez uma queixa dizendo que falta planejamento, mesmo respeitando essas variáveis que Zé Mário falou, que tem de ser observadas do ponto de vista da estatística, ou seja, existe a falta de planejamento, por parte das operadoras, na ampliação da sua rede de antenas.

Às vezes, por falta de planejamento, poderia se ter antenas com potências menores. Ele falava do perigo de radiação, porque, às vezes, para se abranger uma área maior, utilizam-se potências maiores e, depois, correm para regularizar a questão do sinal por falta de um planejamento prévio. Entendi dessa forma. Achei interessante e gostaria de colocar para que vocês nos dissessem.

Há outra coisa. Como vocês trabalham a crescente queixa relacionada com a propaganda enganosa por parte das operadoras, ofertando e vendendo aquilo que, efetivamente, não entregarão? Esta queixa tem sido feita reiteradas vezes.

Vocês deram um passo importante com essas resoluções. Acredito que se esse passo fosse dado lá atrás, e me parece que tecnologicamente seria possível, boa parte das nossas preocupações, hoje, já seriam minimizadas.

Por que vocês não fizeram isso antes? Por que demoraram esse tempo todo só para fazer agora? Isso é fruto da movimentação das CPIs, hoje, existentes no Estado brasileiro? Será que foi isso que resultou nessa resolução que consideramos importante e, taxativamente, ela vai resultar em melhorias. Não tenho dúvidas quanto a isso.

Há outra coisa. Eis uma sugestão. Por que a Anatel não passa a visitar, a fiscalizar, diretamente, os assinantes? Por exemplo, a Anatel poderia

ouvir deles, lá, onde estão, como andam os serviços em vez de procurar a operadora e fazer as duas coisas?

Há outro fato. Quanto à maior queixa, esta vocês colocaram na cobrança, na transparência, no ato de cobranças, na venda de serviços. Nós verificamos que, também, nesta última resolução, vocês atacaram isso que nós consideramos muito importante. Por que isso não foi feito antes? E qual a garantia de que vamos avançar? E o que podemos ter de ação coercitiva da Anatel ou educativa, no primeiro momento, para que, efetivamente, esse problema da transparência deixe de existir, melhor, que deixe de existir a falta de transparência?

Então eu não vou tratar mais de outras coisas. Quero tratar dessas situações neste momento. E gostaria de ouvir preliminarmente e boa parte disso aqui. Outras questões serão colocadas à disposição dos senhores de ofício assim como das operadoras em momento oportuno.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço ao deputado Joseildo.

Registro a presença do deputado Bira Corôa nesta comissão.

Passo a palavra ao representante da Anatel e já solicitamos fazer as suas considerações finais.

O Sr. …..... :- Posso garantir, como gerente regional da Anatel nos estados da Bahia e Sergipe, que a estrutura que a Anatel dispõe hoje no Estado da Bahia no setor de pessoal, de equipamentos, de veículos, instalação de uma sede própria, nossa sede, que atende perfeitamente à demanda e ao planejamento feito anualmente – está certo? – com a coparticipação da sede da Anatel, com a participação do escritório regional. Quanto a isso, posso garantir ao senhor que nós, realmente, temos condições de atender ao que nos é demandado.

O senhor colocou uma questão muito importante que nos preocupa e muito, qual seja, a questão do STFC. Como vim da área de redes, entendo muito bem esta questão. Há uma preocupação muito grande, principalmente, no que tange à rede STFC – Serviço Telefônico Fixo Comutado. Isso realmente nos preocupa, principalmente quanto à questão da rede primária, que são aqueles cabos instalados dentro dos dutos, dentro da canalização subterrânea. Essa, realmente, está com a vida útil comprometida. Está certo? A rede

secundária são os cabos instalados aéreos. E temos feito acompanhamentos e fiscalizações contínuas. Mas essa rede primária nos preocupa e muito.

A rede secundária está sob controle, porque quando detectamos qualquer questão, automaticamente comunicamos à operadora e ela vai lá e realiza o serviço, como foi feito no caso, agora, para a Copa das Confederações. Só citando um exemplo, nós solicitamos à operadora fazer toda a melhoria na área que falamos há pouco sobre a questão do 4G entorno do estádio, nos pontos turísticos da cidade de Salvador. E a operadora foi lá e, realmente, fez a manutenção devida para atender à demanda da agência.

Com referência à fiscalização e ao acompanhamento, existem determinadas fiscalizações que precisamos da presença do preposto da operadora para nos dar acesso às dependências da operadora. Por exemplo, quanto aos testes de computação e de chamadas que fazemos, precisa-se da operadora lá para nos dar acesso.

Mas posso garantir ao senhor que os testes realizados não têm participação nenhuma de qualquer empregado da operadora. Os testes são realizados por técnicos da agência.

Até nos TUP – Telefonia de Uso Público –, mesmo que fiscalizamos, deixamos, apenas, um profissional da operadora de plantão para caso haja necessidade do contato em que a fiscalização detecte que aquele TUP, o famoso orelhão, esteja inabilitado, nós solicitamos, automaticamente, desse preposto da operadora que ele providencie o reparo imediato desse equipamento.

Com referência aos acordos que acabamos de falar, Crea, Sindec, isso não é uma proposta que pode ser analisada. No passado, nós tínhamos um convênio com a Agerba. Mas a Agerba tem, em seu escopo, também, a questão de comunicação e a Agerba andou enviando para a agência algumas tratativas de denúncia provenientes, principalmente, das cidades do interior.

O modus operandi da Agerba não foi, perfeitamente, adensado à realidade da Anatel.

Então, nós solicitamos à Agerba não fazer mais este procedimento; o que a Agerba cumpriu. E nós estamos em fase de namoro. E poderemos, também, avaliar a possibilidade de, também, como a Agerba tem uma

capilaridade muito grande, fazer um termo, um acordo com a agência para identificar determinados pontos que a agência e a Anatel possam detectar como importantes para questão de fiscalização.

Como nós fazemos fiscalização, por exemplo, para a Capitania dos Portos. Então, todas as embarcações, possuidoras de rádio, têm de ter a licença da agência. E quando a Capitania dos Portos identifica e faz uma fiscalização, ela, automaticamente, convoca a agência para participar, também, dessas fiscalizações; o que é muito importante para a segurança aos passageiros e, principalmente, para a segurança dos proprietários das embarcações.

Não sei se faltou alguma coisa.

O outro item trata-se da instalação de ERBs. Como eu falei inicialmente, não tenho conhecimento da dificuldade. Existe, sim, um retardo e um encaminhamento da documentação que sigam os ritos dentro das prefeituras. Existe uma morosidade que me foi detectada. Mas quanto ao impedimento da instalação de ERBs, eu não tenho conhecimento.

E, como falei, fui, apenas, reportado ao caso de Feira de Santana que existe essa dificuldade. Mas não me foi “recomunicado” essa questão. Acredito que a operadora tenha resolvido o seu problema junto à prefeitura municipal de Feira de Santana. Com relação a outros municípios, não me chegou qualquer dificuldade na instalação por parte das operadoras.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Só para esclarecer, não existe nenhuma queixa das operadoras à Anatel com relação a dificuldades municipais para a instalação das antenas?

O Sr. ..... :- Não.

O Sr. ….....:- Isso é no Estado da Bahia, né?

O Sr. ….....:- Sim.

O Sr. ..... :- Se me permite, a gerência regional da Anatel participou da elaboração da minuta do decreto que regulamenta a instalação de ERBs na cidade de Salvador. Houve a nossa participação.

O Sr. ..... :- Agora vamos falar sobre a queixa da propaganda enganosa. Isso foi colocado pelo Dr. Mauro. Podemos considerar

essas queixas dentro de serviços adicionais que são prometidos e não são cumpridos.

Dentro desse novo regulamento, o EGC, existe uma cláusula que é a questão da transparência da operadora para o assinante. Então, a operadora tem a obrigação, o que não é feito hoje, de apresentar toda a regulamentação, todo contrato que o usuário vai assinar. Isso nos deixa muito confortáveis, porque o usuário terá conhecimento – e não será por telefone. Ele terá um documento o qual ele assinou, e a obrigação do usuário é também fazer a leitura consciente desse material para poder saber o que ele está contratando e no futuro não reclamar, dizendo que não foi avisado, principalmente no que tange à fidelização do serviço contratado.

Já falei da questão da transparência, agora falarei sobre o compartilhamento da infraestrutura. A Anatel incentiva, e muito, as operadoras a compartilharem e-mails, e já existe esse compartilhamento, essa questão avançou muito a partir do momento em que as operadoras comercializaram as suas torres.

Existem empresas próprias para intermediar a utilização dessas torres. O que está sendo feito com bastante eficiência, não só a comercialização das torres já existentes, como também essas empresas – são três no Brasil – estão instalando a própria estrutura e fazendo a localização para as operadoras. Essa questão do compartilhamento foi uma boa saída, essa questão da comercialização das torres, permitir que essa controladora forneça espaço nas torres para instalação nas antenas por parte da operadora. Com isso, essa questão de compartilhamento foi parcialmente resolvida.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Só para lhe ajudar, permita-me interferir. Achamos, efetivamente que é extremamente racional a questão de perseguir o compartilhamento por uma série de questões óbvias, mas o compartilhamento já gera outras dificuldades que ouvimos, principalmente, dos operadores, dos trabalhadores da área operacional. Por exemplo, eles estão, já agora do outro lado, convivendo com dificuldades de obtenção de senhas, ferramental e outras coisas derivadas do compartilhamento.

O que eu queria colocar é o seguinte: já que se investirá no compartilhamento, que é uma necessidade superimportante, o

compartilhamento entre as operadoras deve ser total, inclusive de acesso para que a coisa efetivamente funcione. Isso existe ou não?

O Sr. José Mauro:- Existe, deputado. Existe uma resolução da Anatel que aprovou um regulamento de compartilhamento de infraestrutura, é uma resolução de 2001, nº 274. Ela obriga as prestadoras de serviços de telecomunicações a compartilhar infraestrutura desde que não haja impedimento de natureza técnica comprovado, regulamento para compartilhamento de infraestrutura, se não me engano é a resolução 274/2001. Além disso existe uma resolução conjunta da Anatel com a Aneel, para compartilhamento de infraestrutura dos dois segmentos de negócio.

O Sr. :- Complementando o que José Mauro falou, hoje as operadoras já compartilham antena, compartilham abrigo, compartilham pares de fibra ótica em cabos. Então, há uma série de compartilhamento que existem entre as operadoras.

O que me deixou preocupado foi a senha e ferramental, isso é importante. Não adianta compartilhar se não houver condições de acessar uma central, um site. Isso nos preocupou e está aqui anotado para que possamos apurar essa questão.

Mauro, você anotou ainda alguma coisa?

O Sr. Jo´sé Mauro:- Com relação a essa questão de uso de infraestrutura pública tem ainda o art. 74 da LGT deixa claro que, independentemente das ações da Anatel, naquilo que lhe compete, que é outorgar e licenciar as estações, quer dizer, outorgar a exploração dos serviços e licenciar as estações, isso não tira das prestadoras a obrigação de atender às leis municipais, estaduais e federais e do Distrito Federal no que tange ao uso de vias públicas e outras estruturas que são da competência desses órgãos.

O Sr..... :- Quero complementar algumas informações, deputado.

O senhor mencionou sobre a questão atemporal dessas soluções da agência, porque não teria sido feito antes. Eu posso testemunhar aqui que a agência passou, no ano passado, por uma reestruturação e essa reestruturação foi muito importante para a agilização. A agência foi criada em 97 e os seus órgãos adicionais foram afeitos por serviço. Então, você tinha uma superintendência que cuidava dos serviços privados; você cuidava de uma

superintendência de universalização. Então, você tinha subdivisões na agência feitas por serviços. E, hoje, a Anatel...

Eu estava falando sobre a mudança de estrutura. A Anatel passou a se estruturar, então, por processos. E fazer uma mudança tão estrutural com a coisa caminhando não foi tão fácil de ser feito. E tem 1 ano que estamos trabalhando nessa virada de chave, vamos dizer assim. Isso foi muito importante para que a agência conseguisse a agilidade necessária para acompanhar um segmento cuja convergência tecnológica é altíssima.

Dinamismo desse setor. A agência se reestruturou, foi criada uma superintendência específica para ter relações com os consumidores, porque a gente fala de aspectos técnicos, mas tudo isso acaba tendo como consequência a questão do consumidor.

Então, só essa criação de Superintendência de Relações com os Consumidores foi de uma importância muito grande, fora de ser processo de outorga, processo de competição. Então, essa reestruturação foi muito importante para a agência.

É verdade que passamos um período difícil, a agência foi estruturada em 97 e só em 2005 fez o seu primeiro concurso. Então, por problemas que não cabem, aqui, mencionar – os problemas do concurso –, a meu ver, o hiato entre a criação da agência e ela ter o seu corpo próprio, com fiscais próprios, concursados, efetivos, isso, de alguma forma, trouxe algum prejuízo, e a Anatel, agora, está comprometida em resolver essa situação. Era isso que teria que ser colocado.

Outra questão que eu queria resgatar. Foi colocado pelo deputado Leur Lomanto a respeito do call center. Isso foi detectado, sim, na agência. Inicialmente, foi um problema pontual, que foi resolvido, mas ele se repetiu, o que levou a agência a tomar uma decisão, inclusive, de fazer uma contratação emergencial para o call center, porque, hoje, a gente enfrenta ainda algumas dificuldades, porque a empresa que está saindo, obviamente, diminui o interesse, e a agência tem buscado agilizar essa contratação. A contratação emergencial já foi feita e será feita também uma licitação para que uma outra empresa assuma essa atribuição da agência.

Gostaria até de parabenizar os deputados por em estarem tão preocupados com os interesses da sociedade. Fiquei gratamente surpreso com a preocupação e coloco a agência à disposição.

O Sr. :- Quero complementar aqui, deputado, o seguinte: o senhor perguntou-me se a questão desse RGC, Regulamento de Garantia dos Direitos do Consumidor, foi fruto das CPIs. Eu lhe diria que essa questão foi fruto dessa modificação que a agência passou, com a preocupação exclusiva de ser criada uma superintendência para tratar tão somente com o consumidor. Então, isso nos deu embasamento necessário, a estrutura necessária, para correr atrás do que era devido pela agência ao consumidor. Então, realmente, a criação dessa nova superintendência trouxe muitos avanços para a agência, principalmente com relação ao consumidor. Tanto é que nas gerências regionais foi criada também uma coordenação só para tratar desse assunto. Para o senhor ter ideia, nós fazemos a avaliação da qualidade das respostas, de quarenta respostas das operadoras por usuário de novas reclamações, e quarenta de reaberturas. Então, tal é a preocupação da agência com a qualidade das respostas da operadora aos usuários.

O Sr. :- Só complementando uma coisinha, deputado, com relação também a essa questão do atendimento, ao call center, temos estimulado muito as pessoas que nos procuram a fazerem suas reclamações diretamente na página, no portal da Anatel, naquele espaço do cidadão, naquela foto que mostrei do portal da Anatel com essa opção. Também a pessoa pode fazer de modo presencial, procurando a gerência regional ou por fax, por carta... Então, há vários meios.

Só mais uma coisinha que me chamou a atenção – duas outras coisas. Quero ser breve dado o avançado da hora. O senhor falou sobre a questão da propaganda enganosa. Nós fiscalizamos isso, o grosso da fiscalização desse aspecto nós fazemos, sobre o que a prestadora pública está oferecendo à sociedade. Os casos pontuais são mais afetos ao Procon, ao Ministério Público, à Defesa do Consumidor e até à própria Justiça de Defesa do Consumidor. Eles têm mecanismos mais ágeis para tratar casos pontuais. A Anatel busca tratar do grosso para tratar e eliminar a causa, a raiz do problema.

A última coisinha de que estou me lembrando, acho que valeria esclarecer. O senhor falou da possibilidade de a Anatel ir até o consumidor para saber... Isso seria muito complicado. O senhor vê uma planta de telefonia... só de telefonia móvel no Brasil tem 272 milhões de usuários. Mas fazemos isso por meio das pesquisas de satisfação. Naquela página do consumidor também há um botãozinho lá: “Pesquisa de satisfação”. Já está implementado isso. O usuário pode entrar na internet e manifestar sua insatisfação ou sua opinião sobre os diversos serviços.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Muito rapidamente, com relação a esse ponto das queixas dos consumidores, qual seria o limite de competência da Anatel para tratar desses casos? Sabemos que existe o Procon, que é uma entidade pública a que o consumidor faz a sua queixa para que verifique se o atendimento efetivamente está dentro daquilo que foi contratado. Isso é atribuição específica da Anatel ou não faz parte da fiscalização da empresa?

O Sr. :- Eu diria ao senhor que isso é mais atribuição dos Procons e dos órgãos de defesa do consumidor. A Anatel, no seu papel de órgão regulador – aquilo que falei agorinha há pouco – busca, por meio das fiscalizações, das pesquisas de satisfação, das reclamações e solicitações que são registradas no seu call center, direcionar a fiscalização para aferir se o serviço está sendo prestado para a sociedade como um todo. Nos casos individualizados ou de pequenos grupos, nós fazemos o seguinte: quando o nosso... Já aconteceu aqui na Bahia, recentemente, no ano passado ou há um ano e meio. Começamos a perceber que o volume de reclamações sobre portabilidade estava aumentando assustadoramente contra uma prestadora. Fomos investigar. Por conta disso, aqui neste Estado deflagramos uma fiscalização e detectamos que estava havendo um descumprimento decorrente de crime de ex-empregados terceirizados dessa prestadora, ou seja, ela própria estava sendo vítima e a sociedade também. E nós identificamos o problema por meio das reclamações. Percebemos que o volume estava crescendo, o que nos motivou a verificar o que estava acontecendo. Fomos lá na prestadora, levantamos os dados, trouxemos, analisamos. Inclusive, como já falei, ela era a prejudicada. Mas ainda assim, por não dispor de mecanismo antifraude, foi multada em 4 milhões e meio devido só a isso.

O Sr. Fernando Ornelas:- Complementando, deputado, a questão do Mauro, essa operadora foi punida e até ameaçada, porque realmente foi uma fraude muito grande. E foi aberta uma fiscalização pontual. Existem as fiscalizações planejadas, mas essa foi pontual porque foi detectada aqui no Estado da Bahia. Automaticamente abrimos uma pasta de fiscalização e vamos em cima atuar para saber o que na realidade está acontecendo.

O Sr. Joseildo Ramos:- Vejam bem, inauguraremos na próxima semana a etapa itinerante da CPI. Teremos dois dias, normalmente quinta e sexta, quando estaremos nas diversas regiões. Iremos a uma cidade-polo, uma cidade referência, mas faremos o exercício de tomada de informações também na própria região e em outras cidades. E temos os parceiros estratégicos - já falei o nome de alguns - que têm representação e capilaridade em todos os locais.

O deputado Gaban suscitou uma expectativa que nos é interessante e em que havíamos pensado lá atrás. É importante ter a presença de vocês sistematicamente porque faremos medições e tomaremos uma série de atitudes. Acho que preventivamente, para vocês mesmos, é fundamental que vocês sejam a presença e o espelho nesse processo. Acho que para vocês próprios, repito, é fundamental. Vamos informar por ofício onde acontecerão as audiências públicas da CPI Itinerante, e a presença de vocês para nós e a sociedade é fundamental.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Gostaria de agradecer as presenças dos Drs. Geovani Menezes, diretor de Relações Institucionais da Anatel, Fernando Ornelas, gerente regional da Agência Nacional de Telecomunicações na Bahia e em Sergipe, e José Mauro Castro Rodrigues, assessor técnico dela. Agradeço também a presença das representações das operadoras que acompanharam esta CPI e das Sras. e Srs. Parlamentares.

Será muito importante a presença de V.Sªs nessas audiências públicas que realizaremos no interior do Estado. O convite será feito formalmente. Por certo, V.Sªs deverão estar presentes também a outras reuniões desta Comissão Parlamentar de Inquérito, porque todos nós temos um único objetivo: a busca da melhoria da qualidade dos serviços que são prestados à nossa população.

Às 14h07min. declaro encerrada a presente sessão.

Relato da **10ª Reunião Ordinária da Comissão de Parlamentar de Inquérito da CPI da Telefonia**, realizada em 26/03/2014.

Resumo:

A reunião abordou os resultados da oitiva à Anatel, realizada no encontro anterior, e apresentou o requerimento que estabelece a suspensão da venda de pacotes de dados das operadoras Oi, Tim e Vivo, que não atenderiam os padrões estabelecidos pela Agência. Foi ainda aprovado o requerimento que convida a Claro a participar de uma oitiva da CPI.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Às 11h15min, declaro aberta a 10ª reunião ordinária da CPI da Telefonia.

Quero informar, Srs. Parlamentares, que em função de algumas questões de ordem operacional fomos obrigados a adiar a primeira audiência pública no interior do Estado da CPI Itinerante em Feira de Santana, que estava prevista para ser realizada nessa sexta-feira. Haveremos de ainda hoje tentar resolver essas questões administrativas com a Casa para confirmarmos a data da próxima sexta-feira para a realização da CPI Itinerante em Feira de Santana. Quinta-feira com as ações de rua, e na sexta-feira, com a audiência pública, que, provavelmente, será na Câmara de Vereadores. Mas todos os parlamentares que compõem essa CPI serão devidamente informados.

Passo a palavra ao relator, deputado Joseildo, para apresentar o requerimento que será submetido à discussão neste Plenário.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Bom-dia a todos e a todas.

Quero congratular-me com todos os deputados presentes e dizer que a partir da oitiva que tivemos na última quarta-feira, quando a Anatel esteve conosco – antes, inclusive, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de buscar dados específicos, dados para termos o cruzamento de informações

necessárias para ultimar certos processos e entendendo que é prerrogativa dessa CPI, mesmo que de maneira parcial, tomar encaminhamentos no sentido de ganhar tempo. Temos prazo, limites e somos premidos por uma série de circunstâncias afetas à Casa Legislativa – e por conta de algumas afirmações e do resultado dos dados que nos foram apresentados na apresentação feita pela Anatel, trouxemos um requerimento, uma sugestão de encaminhamentos que devemos colocar à disposição dos senhores aqui.

(Lê) "Salvador, 26 de março de 2014."

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Peço-lhe atenção, deputado Gaban, o deputado Joseildo vai ler o requerimento, para que depois V.Exª tenha condições de discutir a matéria.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Lembrando que esse procedimento está circunscrito às prerrogativas desta comissão especial, e, aí, nos dirigimos ao presidente da CPI da Telefonia, deputado Paulo Azi.

(Lê) "O deputado Joseildo Ramos vem perante V.Exª, com fundamento no art. 83 da Constituição do Estado da Bahia, conjugado com o art. 58 da Resolução 1.193, de 17 de janeiro de 85, que dispõe sobre o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, expor e requerer o que se segue.

Considerando que a Comissão Parlamentar de Inquérito no exercício de suas atribuições poderá determinar diligências, ouvir indicados, inquirir testemunhas, requisitar de repartições públicas e órgãos da administração centralizada, informações e documentos, ouvir deputados, secretários de Estado e outras autoridades nas diversas esferas de poder.

Considerando que durante a oitiva da Agência Nacional de Telecomunicações, Anatel, a autarquia federal apresentou dados oficiais e indicadores de desempenho que demonstram o descumprimento da taxa de referência fixada em 98% no acesso de rede de dados pelas operadoras de telefonia OI, TIM e VIVO, o que configura afronta aos direitos dos consumidores que pagam por um serviço que não é prestado adequadamente, dentro dos padrões de qualidade estabelecidos pela Agência reguladora, conforme o que foi colocado à nossa disposição na apresentação da Anatel.

Requer que esta CPI, através do seu presidente, ofereça representação ao Ministério Público solicitando a adoção de providências para obter a suspensão das vendas de novos pacotes de dados das operadoras citadas até que as mesmas se enquadrem nos padrões de qualidade estabelecidos pela Anatel.

Requer, por fim, para que sirva como prova documental o áudio e o excerto transcrito contextualizados da oitiva da Anatel, ocorrida no dia 19 de março de 2014, onde se observa nitidamente o descumprimento do que fora estabelecido pela supracitada autarquia federal por parte da operadoras de telefonia citadas há pouco.

Limitado ao exposto e certo do atendimento do que ora propomos, agradecemos antecipadamente, lembrando, por oportuno, da necessidade dos encaminhamentos serem feitos com a maior brevidade possível, por conta do prazo estabelecido para conclusão dos trabalhos da CPI."

Eu gostaria de também trabalhar um adendo acerca dessa situação. Qual é? Nós reunimos uma série de quesitos e, de maneira transversa, nós vamos buscar uma série da dados para que analisemos juntamente com o suporte técnico da CPI que temos e que poderemos lançar mão de outras possibilidades fora do Estado também, para podermos, a partir desse encaminhamento, buscar informações. São informações novas quando a gente compara com as informações que foram trabalhadas nas CPIs do Rio Grande do Sul e do Paraná. E não poderia ser diferente. Mesmo porque eles começaram o processo e nós recebemos informações de maneira generalizada e isso nos ajudou a trabalhar determinadas questões pontuais aqui.

Eu queria fazer apenas esse adendo a essa sugestão que trazemos para apreciação dos nossos pares.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Joseildo apresenta um requerimento que solicita que esta CPI ofereça uma representação junto ao Ministério Público, para que ele possa, se for o caso, adotar as providências visando a suspensão das vendas de pacotes das referidas operadoras.

Ontem, no final da tarde, recebi um ofício do presidente da Anatel e gostaria de publicizar esse ofício, até porque ele faz referência ao assunto que estamos tratando.

(Lê) “ Sr. Presidente,

Tomamos conhecimento por meio da Internet de informações publicadas em alguns portais de notícias, dentre elas consta que a CPI irá propor a suspensão da comercialização de pacotes de Internet pelas prestadoras OI, TIM e VIVO, por descumprimento de determinações da Anatel.

Em primeiro lugar, cabe esclarecer que, no mês de julho de 2012, a Anatel, após verificação de decréscimo na qualidade de prestadora de serviço de telefonia móvel, decidiu suspender a comercialização de novos chips para as prestadoras que apresentaram o pior desempenho por unidade da Federação.

Impôs a todas as prestadoras a obrigação de apresentação de um plano nacional de ação com medidas capazes de garantir a melhoria da qualidade do serviço. O referido plano deveria conter metas objetivas e organizadas em um cronograma com um prazo de conclusão de até dois anos.

Após análise e aprovação dos planos por parte da Anatel, as prestadoras atingidas pela suspensão foram liberadas para comercializar novos acessos. Os resultados estão em fase de avalização e, caso não ocorra uma avaliação positiva, novas medidas restritivas podem ser adotadas pela agência.

Ressalte-se, porém, que as propostas apresentadas pelas prestadoras envolvem ações que devem refletir resultados positivos em longo prazo.

Em segundo lugar, conforme consta na apresentação realizada pelo assessor técnico da Anatel na Bahia perante a CPI, os indicadores referentes ao acompanhamento dos planos de melhoria referem-se ao quinto ciclo avaliativo, que encerrou em outubro de 2013. Tais informações estão publicadas no portal da Anatel, na Internet, no Espaço Cidadão, mostrando todos os dados referentes ao acompanhamento dos planos de melhorias, desde o início do monitoramento que vem sendo feito pela Agência e que permite obter as informações de desempenho das prestadoras do Brasil, conforme gráficos apresentados à CPI, descendo ao detalhamento por estado e município no endereço da Anatel, nos portais da Internet.

Por fim, vale também esclarecer que ainda faltam os três ciclos avaliativos, cada um com a duração de três meses, encerrando-se o último ciclo no mês de julho de 2014, no próximo mês de julho, quando se encerra o prazo de dois anos para a implementação das melhorias.

Somente após a análise completa de dados apurados nesse prazo, é que a Anatel poderá decidir se houve ou não descumprimento de obrigações por parte das prestadoras. Diante disso, colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos que se façam necessários."

É o ofício que o gerente regional, doutor Fernando Ornelas, encaminhou à CPI, na tarde de ontem, e que trata também dessa questão.

Vou abrir às discussões. O deputado Gaban solicitou a palavra; em seguida, o deputado Mário Negromonte.

O Sr. GABAN:- Sr. Presidente, Paulo Azi, relator Joseildo, demais deputados, colegas desta CPI, primeiro, meu caro presidente, não vamos ficar reféns de ninguém. Já posso adiantar para V. Exªs qual a conclusão que a Anatel vai ter no final do prazo especificado: metas cumpridas. Só que, em termos de qualidade na prestação de serviços, zero, como está acontecendo hoje com a telefonia móvel em nosso Estado.

Irrita! Eu vim para cá hoje e não consegui falar: quatro quedas de ligação, quatro zonas de silêncio em plena Avenida Paralela. É um desrespeito! É onde passam todas as autoridades.

Então, a conclusão da Anatel já sei, porque, se a Anatel estivesse sendo atuante no desempenho das suas funções, nós teríamos uma melhor qualidade na prestação dos serviços.

Se a gente analisar os relatórios emitidos pela Anatel, sem dúvida alguma, em todos, indistintamente, as operadoras estão cumprindo os cronogramas estabelecidos, só que a gente não vê qualidade nenhuma na prestação dos serviços.

Nós, até pela experiência...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Peço um aparte a V.Exª...

O Sr. GABAN:- Pois não.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- ...só para esclarecer aos parlamentares que o requerimento em questão trata de sinal de Internet. Nós não estamos discutindo sinal de telefonia nesses casos específicos.

O Sr. GABAN:- Estou fazendo uma análise abrangente. Nós não vamos ser inocentes aqui a ponto de não saber os bilhões que são envolvidos nisso. Nós sabemos, V. Exªs que estiveram nas duas CPIs, das pressões que houve lá, e o resultado foi até pequeno do que podemos alcançar.

Dito isso, independente do relatório que vai vir, que já estou adiantando qual vai ser a constatação da Anatel, digo o seguinte: primeiro, o ofício de V. Exª, extremamente pertinente. Acho... Acho, não, tenho plena convicção de que deve ser encaminhado ao Ministério Público. Nós temos que fazer uma visita, inclusive, ao presidente do Tribunal de Justiça, mostrando a importância da gravidade que tem a telefonia, os prejuízos que tem causado, não só aos empresários, microempresários por falta de qualidade em transmissão de dados, baixa qualidade da telefonia móvel e dos serviços de uma maneira prestada.

Só gostaria de ponderar, meu caro presidente, meu caro relator, demais parlamentares, que estou colhendo alguns dados que vão comprovar e robustecer essas informações. Grande parte das ERBs hoje instaladas aqui em Salvador estão irregulares.

Gostaria de fazer duas propostas. Deputado Leur, quanto à primeira, que a gente aprove esse requerimento agora. No entanto, quanto ao envio ao Ministério Público, eu gostaria de que este fosse feito depois que tivermos uma sessão secreta, porque quero apresentar, para não ter vazamento de informações. Há vários dados que mostram que a maioria de ERB instalada, aqui em Salvador, está funcionando, em todas as operadoras, de uma maneira irregular.

E, na sessão secreta, que estou propondo agora a esta CPI, poderemos trazer um convidado aqui, que também não gostaria de declinar o nome agora, para que apresentasse esses dados, que já tive conhecimento de muitos, está levantando mais porque eu pedi. E, depois, com esses novos dados, tomássemos a posição, já aprovando esse requerimento.

Mas quanto ao envio, a gente aguardaria para que tivéssemos mais informações porque pode ser uma coisa mais ampla, deputado Paulo Azi, uma vez que a gente pega não só a transmissão de dados, mas pega, também, todo o sistema de telefonia móvel do nosso Estado, sobretudo, inicialmente aqui na capital.

Tenho certeza que essas informações que estou solicitando, depois vamos levá-las também ao interior, porque as irregularidades cometidas aqui provavelmente ocorreram, acredito eu, em todas as cidades do interior da Bahia.

Então a proposição que faço é a seguinte, qual seja, primeiro, que a gente aprove aqui uma sessão secreta da CPI para que eu possa trazer esses novos dados e aprova o requerimento apresentado pelo relator, só que o envio ao Ministério Público, feito com uma visita nossa ao presidente do Tribunal de Justiça, para que ele esteja ciente e acompanhe e acelere, quando esse documento chegar, seja num outro momento. Aprovado, mas não envio neste momento. Essas são as minhas proposições.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- O deputado Sidelvan Nóbrega e, depois, Mário Negromonte.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, nobre relator Joseildo Ramos, são muito pertinentes essas informações do deputado Gaban, até porque, como V.Exª disse na sua fala, uma coisa é o que as operadoras dizem, que a Anatel finge que fiscaliza, mas a realidade está no dia a dia de quem precisa usar a telefonia móvel e de quem precisa usar a web móvel.

Então acredito que esta Casa tem a oportunidade de prestar um grande serviço ao povo baiano. Nós não podemos, de forma nenhuma, permitir que algo não seja feito através desta CPI, nobre presidente. Por isso, quero concordar com as palavras do deputado Gaban e dizer que nós precisamos dar uma resposta ao povo baiano.

Era só isso que gostaria de colocar no momento.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Mário Negromonte, V.Exª tem a palavra.

O Sr. MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR:- Sr. Presidente, tenho muita honra de ter sido aqui eleito vice-presidente desta comissão. Tenho

acompanhado os desdobramentos dos outros Estados, o passo a passo, como foi conduzido, principalmente pelo deputado do Rio Grande do Sul que conduziu esse processo em nível nacional. Gostaria de fazer uma ponderação diante da carta que foi enviada aqui pela Anatel e do requerimento do nosso relator.

Vejo que existe, aqui, no requerimento, um pedido para que o Ministério Público venha a ter uma representação para que sejam adotadas medidas de suspensão de venda de pacotes das operadoras Oi, Tim e Vivo.

Não me recordo, Sr. Presidente, desta comissão ter inquirido nenhuma dessas empresas, quais sejam, nem a Oi, nem a Tim, nem a Vivo em relação à questão de pacotes de Internet. Particularmente, peço desculpas por não ter vindo à reunião passada da Anatel quando foi ouvido aqui um seu representante.

Mas não estou convicto de que, com toda sinceridade, não estou totalmente convicto de que há, que o momento em que se inicia um processo aqui deste de CPI – nunca participei de nenhuma, pois esta é a primeira vez –, mas pelo que tenho acompanhado no Brasil, e minha convicção, acredito que não seria o momento adequado se fazer a suspensão de um pacote, através do Ministério Público, sem antes esta Comissão aqui ouvir nenhum dos envolvidos.

Eu faço este questionamento com muita ponderação, relator, V.Exa. que fez este encaminhamento para a Comissão, primeiro porque também não sou nenhum usuário desses serviços aqui. Não posso falar. Sou usuário de outro serviço e tenho minhas queixas sobre o pacote de internet. Tenho. E muitas. Mas desconheço, e posso até falar aqui, não sei se é um desses. Se for, enfim... O meu pacote é da GVT, não sei se faz parte de um desses aqui. Tenho muitas queixas, inclusive não vejo a GVT fazer parte desse requerimento.

Agora, com toda a sinceridade, acho que o encaminhamento feito aqui pelo deputado Gaban de ter uma sessão secreta para ouvir os envolvidos... É isso, deputado?

O Sr. GABAN:- Eu quero na sessão secreta apresentar uns documentos, pois já pedi que determinadas pessoas coletassem mais

informações já direcionadas para apresentá-las à CPI. E a partir daí, nós já aprovando este requerimento que é extremamente pertinente, independentemente de ouvir as operadoras, acho que temos de ter o caminho judicial, até para que elas entendam que estamos trabalhando pra ter resultado.

Então permita-me, deputado Mário, discordar só nessa pequena parte. Acho que a gente não deve desprezar a sugestão do relator de encaminhar. Só o momento é que acho que se deve aguardar. Aprova-se hoje o requerimento de S.Exª. E o envio, a gente discute depois da sessão secreta se é o momento oportuno ou não para enviar ao Ministério Público.

O Sr. MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR:- Veja bem, sou favorável.

O Sr. GABAN:- Ah! É?! Então ótimo!

O Sr. MÁRIO NEGROMONTE JÚNIOR:- Só acho o seguinte: nós não ouvimos nenhuma dessas empresas. Inclusive, quando houvesse oportunidade, a GVT deveria entrar também na representação aqui, Sr. Presidente, já que é questão de internet e contra essa empresa tenho queixas diversas de pessoas que têm encaminhado para o meu gabinete.

Gostaria ainda de dizer - para concluir, Sr. Presidente - que acho importante envolver o MP nisso. Se for encaminhado, vai entrar em processo de discussão ainda. Mas vou analisar melhor. Sou favorável, desde que possamos ouvi-las primeiro. Aí, chamaremos aqui o Ministério Público para participar das audiências que forem feitas relacionadas a isso - o teor secreto, enfim -, para também não tirarmos o poder da nossa Comissão. Nós já vamos neste momento, antes de ouvirmos as empresas e de esta CPI fazer o relatório... Porque, vejam bem, em todos os outros Estados só no final, após as CPIs envolverem o MP e ouvirem todas as empresas, é que com estas foi feito um TAC para que fossem cumpridas ali por elas exigências relacionadas à internet, às telefonias móvel e fixa e a tudo o mais.

Eu só tenho receio de que, se a gente antecipar certas ações ao Ministério Público, venha a ser esvaziado aqui o trabalho desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Então, são essas as ponderações que quero fazer. Mas sou favorável, com a inclusão da GVT também.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Leur Lomanto.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Nobre presidente, querido relator, Srs. Deputados, seguindo um pouco a linha de raciocínio do vice-presidente Mário Negromonte Júnior, primeiro acho que não quero discutir aqui o mérito do requerimento do deputado Joseildo Ramos. Creio que é de suma importância.

Agora, como o deputado Mário falou, a minha preocupação é nós estarmos dando um passo à frente dos bois, como se fala. No sentido de fazer um requerimento não seria obrigação desta Comissão. Ouvir a todas as partes envolvidas, assim como o deputado Mário colocou, estamos tomando ... A proposta do digníssimo relator é de que a Comissão aprove um requerimento propondo ao Ministério Público a suspensão da venda dos pacotes de internet das operadoras Oi, Tim e Vivo.

Não seria um ato intempestivo, por ser antes mesmo de ouvir as próprias operadoras? É isso que o deputado Mário chamou a atenção. Acho que tem todo o fundamento e a lógica do trabalho da CPI, porque na abertura desses trabalhos o cronograma seria esse. Faríamos as oitivas das operadoras e quem sabe uma atitude como essa não deveria ser preservada, inclusive para o relatório final de V.Exª. Não sei se estou me fazendo entender, o que não sei é se estamos ultrapassando alguns procedimentos. É de extrema importância, quero corroborar, me associar à preocupação de V.Exª, mas acho que estamos ultrapassando aqui um pouco o nosso cronograma, fazer a oitiva das operadoras para que elas colocassem realmente o cumprimento ou não das exigências da Anatel. A Anatel esteve aqui e foi reforçado o ofício pelo seu presidente.

Portanto, é justamente nesse sentido que foi colocado pelo presidente da Anatel. Gostaria de externar essa preocupação, louvar a iniciativa de V.Exª, mas não poderia deixar de trazer essa preocupação a esta Comissão, associando-me às palavras do deputado Mário Negromonte.

Para finalizar, Sr. Presidente, já farei por escrito, mas quero requerer a oitiva da Claro para que possa tratar da implementação da telefonia móvel, em localidade da zona rural do Estado da Bahia, já que é um assunto extremamente importante no nosso Estado. Tive a oportunidade de relatar as

dificuldades enfrentadas na reunião passada aos representantes da Anatel. Que a Claro possa trazer esses esclarecimentos, um grande questionamento por parte de várias lideranças do interior do nosso Estado. Principalmente, por pessoas da comunidade da zona rural. Falo sobre a deficiência na cobertura de telefonia da zona rural. Parece que a Claro parece que foi a vencedora das empresas de telefonia na zona rural para fazer essa expansão. Precisamos que a Claro preste os esclarecimentos sobre os critérios adotados.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Paulo Azi): - Queria fazer, aqui, um resumo do que percebi das diversas colocações dos Srs. Deputados.

Independentemente da questão dos requerimentos, existe uma solicitação do deputado Gaban para uma sessão secreta. Agora, um requerimento do deputado Leur Lomanto para uma oitiva com o assunto da ampliação da telefonia móvel.

Considero pertinente, deputado Leur, essa solicitação de V.Exª. Tivemos a oportunidade de acompanhar a última sessão da Anatel nesta Casa e existe um coronograma no qual a Claro está obrigada, deputado Gaban, até o mês de junho deste ano, a cobrir 30% das localidades do interior do Estado com o serviço de telefonia móvel num raio de 30 km da sede.

Então é de fundamental importância que efetivamente tenhamos um real conhecimento desse planejamento, até porque nós já iremos a partir da próxima semana iniciar as nossas audiências públicas no interior do Estado. Por certo, esse será um assunto que virá muito à tona.

Então, essa oitiva proposta pelo deputado Leur, os membros da CPI quando forem para as audiências públicas no interior já terão uma visão prévia de como está o planejamento dessa obrigação que essa operadora tem. Então se for aprovado pela Comissão, poderíamos na próxima quarta-feira fazer oitiva da Claro e, posteriormente, na própria quarta faremos a reunião secreta para tratar das informações que serão prestadas pelo deputado Gaban, se essa for a deliberação do Plenário.

Em relação aos requerimentos, o que percebo? Primeiro, quero enaltecer a iniciativa do deputado Joseildo que foi perspicaz, quando da apresentação da Anatel, em conseguir perceber esse número. É um número

oficial que foi apresentado pela agência reguladora na CPI. Ele levantou o questionamento e isso causou e tem causado uma enorme repercussão na mídia. E, se causou repercussão, é porque o problema existe, senão não causaria. Só a iniciativa de V.Exª, deputado Joseildo, já fez um bem enorme aos trabalhos desta CPI. V.Exª faz o requerimento solicitando que o Ministério Público venha adotar providências no sentido da suspensão da venda de pacotes.

O deputado Mário Negromonte, e o deputado Leur se associou as suas indagações, também traz algo que considero pertinente: se aprovarmos o requerimento - o deputado Gaban, também, em determinado momento se adentra a isso - e encaminharmos, de imediato, ao Ministério Público cessa a atuação da CPI, já no início dos trabalhos. Então, em tese, todos estão concordando com o requerimento de V.Exª. O que está em discussão é se aprofundamos as investigações para, num momento posterior, oficializarmos essa ação ou já partimos, neste momento, para essa decisão. Em tese, são dois pontos que se coincidem, mas que têm nuances diferentes. Num caso se adotaríamos a providência de imediato e, no outro, se aprofundaríamos as informações, a coleta de dados, avaliaríamos até com mais profundidade o próprio ofício expedido pela Anatel e, aí sim, tomávamos uma posição definitiva.

Mas, de antemão, como presidente, quero aqui enaltecer o encaminhamento de V.Exª, porque já trouxe uma repercussão enorme na mídia. E, se trouxe, é porque, efetivamente, esse problema está existindo. Passo a palavra a V. Exª.

O Sr. JOSEILDO RAMOS: - Bom, acho que essa discussão que toma corpo aqui é extremamente pertinente. E esses pontos de vista nos coloca frente a determinadas situações que a necessidade de mergulhar no processo é interessante. Nunca ouvi dizer que alguém, à luz do Direito, à luz do estado democrático de direito, possa ser acusado ou alguém possa levar a cabo uma decisão como essa sem que as operadoras, que em tese seriam atingidas pela ação do Ministério Público, fossem ouvidas, esgotassem as suas ponderações. Nós ouvimos aqui o resultado oficial dos dados que estão na mão da agência reguladora que trata do assunto. O escopo do nosso trabalho

vai da telefonia fixa - inclusive, sobre esse aspecto, foi dito pela Anatel algo gravíssimo que não estaremos nos ocupando. Na próxima reunião, inclusive fechada, vamos tratar dessa situação, porque é outra afirmação grave da Anatel a respeito da qualidade e do compromisso assumido na prestação de serviço de telefonia fixa, que não trouxe aqui à baila no primeiro momento. Portanto, não há nenhum prejuízo da obrigatoriedade da Anatel, do Ministério Público, de todos os atores que têm seus papéis pertinentes tomarem a dianteira nesse processo.

O que está acontecendo na frente dos nossos olhos é que as entidades de controle do Executivo, do Legislativo, as entidades de defesa do consumidor estão trabalhando uma de costas para a outra. Não existe sintonia, existe retrabalho, existe sombreamento e existe gasto de recursos de oportunidade à toa e no fundo no fundo não há uma sintonia.

Criou-se agora uma entidade nacional de defesa do consumidor que está iniciando buscar essa interação. Ora, se nós estamos tratando de algo que é um fato dado e de que as operadoras terão um direito inesgotável de se explicar, ninguém está dizendo... Estamos sugerindo que seja suspensa a venda de novos chips para o atendimento da transmissão da internet móvel tão somente enquanto não são atingidos os patamares que foram estabelecidos. Isso, na minha opinião, é o mínimo que se pode pedir nesse instante. Temos muito trabalho pela frente ainda, nobre deputado. Inclusive, não podemos botar a GVT porque a GVT trata de telefonia fixa, estamos tratando de internet móvel, não tem nada a ver com a GVT, são as outras operadoras. A GVT é outra coisa, por isso que não está aí.

Então, temos tempo limitado, não estamos fazendo nada açodadamente. No momento em que o Ministério Público ouvir os interessados e disser: não, é descabida essa proposição, seguindo o rito do devido processo legal, as operadoras estarão isentadas de qualquer ação coercitiva de quem de direito. Agora, não podemos à luz do que ouvimos nos omitir de algo que considero tempestivo, não é açodado, mesmo por que nós temos aqui a degravação e temos contextualizadamente o cerne, o conteúdo do que foi dito. E isso está me doendo os ouvidos.

Com isso não estamos incriminando, prejulgando quem quer que seja, não é isso, não, e quem na deve não teme. Nós temos um plano de trabalho que foi aprovado por essa CPI, pelos seus membros em franca maioria, e lá existe um cronograma onde haverá as oitivas das operadoras, mesmo por que se a gente ouvi-las de todo agora haverá um prejuízo, mesmo porque estamos fazendo tomada de informações in loco nas diversas regiões. Teremos, aqui que ouvir o sindicato patronal, o sindicato dos trabalhadores em sessões fechadas para podermos formar juízo de uma série de outras situações que temos que correr e termos eficácia e eficiência nos nossos atos.

Então, quero ponderar que não haverá prejuízo de ninguém. Agora, não podemos deixar de tomar uma atitude que a circunstância nos exige mesmo por que estamos aqui para isso.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Meu caro deputado Joseildo Ramos, mais uma vez, parabenizando V.Exª pela iniciativa, acho que no mérito concordo em gênero, número e grau.

Gostaria, primeiro, meu caro presidente e demais deputados, dizer que minha proposta é colocarmos para votação imediata a aprovação do requerimento do deputado Joseildo Ramos. E ao mesmo tempo ou de modo separado se for o caso a data do envio. A única coisa que eu gostaria, deputado Joseildo, é que se essas informações que tenho que são extremamente consistentes, se forem efetivamente confirmadas, e já estão levantando todos os dados, poderemos não só suspender essa venda. Essa suspensão vamos conseguir, disso não tenho dúvida, pois já existe jurisprudência em outro estado. Não sei se o pessoal da assessoria já conseguiu a jurisprudência no outro estado, o Maranhão, que pode também colaborar, verificando a argumentação jurídica usada por eles para a arguição da suspensão, o bloqueio. Lá foi o bloqueio de bens de uma das concessionárias , que foi a Tim no caso, até servindo de subsídio para a gente.

Mas a ideia é, e tudo leva a crer, se comprovarmos que as ERBs estão instaladas, a maioria, de uma forma irregular, poderemos suspender também a venda de novas linhas de telefones celulares aqui no Estado da Bahia. É grave. Concordo plenamente com V.Exª que a suspensão da venda

de novos serviços pelas concessionárias não vai, de maneira alguma, inviabilizar o funcionamento da CPI e nem tirar autoridade da CPI, nenhuma!

Uma é a suspensão do serviço. Suspender novos até que... Aí, concordo com V.Exªs, deputado Mário, deputado Leur, é óbvio que as empresas serão chamadas para prestarem esclarecimentos, não só em juízo, mas aqui, para a gente. Se eles conseguirem justificar a má qualidade do serviço, a irregularidade na prestação do serviço judicialmente e até para a própria CPI, é outra história! Então, a suspensão pode ser muito mais abrangente.

É isso que gostaria de ponderar, que a decisão do envio só fosse tomada – e queria que V.Exª já colocasse em votação – depois de termos uma sessão secreta e apresentarmos esses dados que podem levar a fazer a suspensão de vendas, também, de novas linhas de telefone celular no nosso Estado.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, eu quero fazer uma proposta, divergindo um pouquinho do nobre deputado Gaban. Já que vamos receber essas novas informações, como V.Exª colocou, na próxima semana, nessa reunião secreta, eu colocaria para todos os membros da comissão, para o relator avaliar isso, que a gente aprovasse o requerimento na próxima semana e não hoje, para que a gente possa incluir nesse requerimento esses novos dados, essas informações que, certamente, serão importantes.

Quero dizer a V.Exª, relator, que as palavras do nobre colega da Anatel foram ditas, estão gravadas. Diante dos dados e dos números que eles apresentaram aqui, quero parabenizar a V.Exª, porque soube perceber, extrair essa informação e gerar esse documento. Por isso, nobre colega, permita discordar de V.Exª e colocar até em votação que não se aprove esse requerimento hoje, mas que se deixe para a semana que vem, para que possamos unir todas essas informações.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço-lhe, deputado Sidelvan.

O Sr. Mário Negromonte:- Sr. Presidente, gostaria de pedir desculpas ao deputado, relator, Joseildo Ramos, por não o ter parabenizado por essa iniciativa. Como falei, eu não pude estar presente na sessão passada. Portanto, não tive conhecimento. Só tomei conhecimento de algumas

informações através da assessoria, que está acompanhando, mas não essas informações que vocês tiveram acesso aqui.

Mas continuo considerando, como advogado, a importância de ouvir as partes envolvidas antes de se tomar qualquer decisão. Acho que se deve incluir o que foi colocado aqui pelo deputado Gaban. Se vai suspender a questão da internet da telefonia móvel que se procure também suspender – se há irregularidade, como V.Exª acabou de dizer, sobre a telefonia e não só a internet –, incluir no requerimento a suspensão de novos chips para a telefonia como um todo, as operadoras...

Quero dizer a V.Exª que, assim como o deputado Zé Neto, fui um dos deputados que buscou colher assinaturas para a CPI, incentivado, inclusive, por deputados de outros estados pela necessidade de entender que existem no Brasil em torno de 190 milhões de habitantes e temos aqui, praticamente, 300 milhões de linhas ativas no Brasil e pouco investimento no setor.

Quando você vai para o interior...

Vejo o deputado Leur fazer um requerimento, também com o presidente, para chamar a operadora Claro aqui, para poder explanar o plano de atuação da operadora em relação à zona rural. Todos os deputados andam pela zona rural e vêm a necessidade dessa ampliação. Hoje, existem pessoas que vivem no interior e que não sabem nem o que é celular. Sabe o que é um aparelho, mas não sabe o que é falar nele da sua casa.

Quero reforçar a importância de nós chamarmos para ouvirmos aqui, sobretudo, essas companhias que estão sendo colocadas no requerimento. Mas, volto a dizer, sou favorável, inclusive, à ampliação para que se suspenda também os novos chips da telefonia. Vou pela maioria. Se a maioria definir hoje que deve ser aprovado esse requerimento, irei; mas acho também que deve ser feito nas outras telefonias. Mas se a maioria determinar que se faça na próxima semana, também acolho, mas que seja feito. Concordo com V.Exª, estarei aqui aprovando esse requerimento de V.Exª.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Leur, minha proposta ao deputado Sidelvan está conseguindo encontrar o consenso. Seria adiar a aprovação do requerimento para que na semana que vem, após as

informações adicionais que tanto V.Exª pode trazer quanto o deputado Gaban pode trazer, se fosse o caso, já faríamos uma proposição mais ampla, atingindo outros aspectos.

Deputado Leur Lomanto Júnior

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Apenas para mais uma vez esclarecer, para ficar bem claro, o meu posicionamento nesse processo. Primeiro, novamente gostaria de ressaltar o trabalho do deputado Joseildo Ramos que, num curto espaço de tempo, já traz algo concreto, já descobre algo concreto e de suma importância, o que mostra a importância desta CPI. Isso é de se ressaltar.

A preocupação que pude expor aqui anteriormente foi, justamente, o que os deputados Gaban, Sidelvan e Mário Negromonte Júnior já colocaram. Acho que se conseguirmos, dentro desse espaço do nosso trabalho da CPI, aglutinar todas as ações que deverão ser feitas, pois o nosso principal objetivo aqui é dar respostas à sociedade. Essa CPI tem uma responsabilidade enorme pois é público, todos conhecem, que o serviço de telefonia do Estado da Bahia é caótico, é péssimo. Pude relatar isso aqui na presença dos técnicos da Anatel, então temos uma responsabilidade muito grande, essa CPI tem uma responsabilidade muito grande, já que há uma tradição nesta Casa que a maioria das CPIs terminam não dando em nada. A expectativa por parte da população do Estado da Bahia com essa CPI é muito grande, e V.Exªs sabem disso.

Então, a minha indagação foi no sentido somente de que nós pudéssemos ampliar todas as informações possíveis que nós tenhamos nesse processo e fazer, ao fim, os questionamentos, através do relatório de V.Exª, os encaminhamentos necessários para que sejam responsabilizadas as operadoras pelo péssimo serviço de telefonia, e aí sim tomar as iniciativas que acho corretas, necessárias, do cancelamento, como os deputados Mário Negromonte Júnior e Gaban colocaram.

Então, é nesse sentido que faço o apelo a V.Exª para trabalharmos mais essa questão desse requerimento, ouvíssemos as informações que o deputado Gaban trará na semana que vem, e possamos avançar ainda mais no

sentido de cobrar o que a população baiana quer e precisa, que é um serviço de telefonia de qualidade.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Considero que todas as ponderações trabalhadas aqui em torno especificamente desse tema, coloca tranquilamente a possibilidade de ajustarmos o encaminhamento. Acho que são pertinentes as ponderações todas que aconteceram para que maturemos os encaminhamentos devidos.

Não vou mais tratar desse assunto; me considero satisfeito com as posições dos meus pares, entretanto chamo a atenção para algumas situações. Estaremos saindo para a etapa itinerante desta CPI, para campo aberto. Estaremos indo para a segunda maior vitrine do ponto de vista de aglomerados urbanos do nosso Estado, Feira de Santana, aqui junto.

Se estivéssemos trabalhando essa mesma CPI neste momento, agora, preparando em campo nesta quarta-feira como se fosse lá, teríamos já alguns problemas que precisam ser encaminhados.

Então, eu sugiro que, extraordinariamente, haja um avistamento reservado entre nós. Eu não diria secreto, porque todo o encaminhamento da CPI, deputado Gaban, deve ser trabalhado na interação, na transparência que todos nós buscados, mas reservado. Nada do que faremos, aqui, é secreto. Eu entendi o seu encaminhamento, mas as palavras que são ditas, aqui, podem ser destorcidas acolá, e, de repente, podem nos atingir de uma maneira, às vezes... Existem muitos interesses em jogo! Existe o caráter reservado. Eu diria que, quando estivermos, aqui, ouvindo os trabalhadores e a sua representação, temos de fazer essa oitiva reservadamente por motivos óbvios. É óbvio! Então, eu sugiro que tenhamos um avistamento informal de trabalho, para que preparemos a primeira das incursões que faremos nos diversos municípios Bahia afora. Essa é a primeira.

A outra é que, assim que terminarmos, aqui, presidente, demais deputados que queiram, precisamos ter uma conversa de pé de orelha com a Presidência da Casa, para tratar de assuntos específicos, dos quais dependeremos para encaminhar com eficácia os nossos trabalhos, mas que

não convém tratar a miúde ou aprofundadamente, aqui, agora. Entendeu, Sr. Presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Acolho a proposição do deputado Joseildo Ramos. Vamos, ainda hoje, seguir nessa direção. Fica, então, construído o consenso para a avaliação do requerimento na próxima sessão. A Comissão precisa deliberar sobre a oitiva, na próxima semana, deputado Joseildo Ramos, sobre a vinda da Claro a esta Comissão para tratar especificamente – claro que outros temas poderão ser abordados – sobre a extensão do serviço de telefonia móvel na zona rural do Estado da Bahia. Essa é a abordagem principal.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Fica submetido à discussão o referido encaminhamento proposto pelo deputado Leur Lomanto Júnior.

Deputado Mário Negromonte Júnior, pode falar.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Quero parabenizar o deputado Joseildo Ramos, relator desta Comissão, pela posição que ele tomou e dizer o seguinte: eu gostaria de reforçar a tese de que podemos chamar, o quanto antes, já que V. Exª tem informações trazidas pela Anatel sobre essas companhias ou empresas que estão no requerimento de V.Exª, para que a gente possa ouvir... Veja bem, eu concordo plenamente com V.Exª que, na nossa ida ao interior, é importante termos algo para mostrar do funcionamento ou algo que mostre à sociedade que haverá, realmente, algum desdobramento positivo para ela, mas também acho que é o nome de cada deputado que está em jogo. É o nome de cada um aqui!

Eu não quero, Sr. Presidente, volto a dizer, tomar nenhuma medida que depois eu, na condição de deputado estadual, venha a ser responsabilizado pelo consumidor ou por quem quer que seja.

Eu, volto a dizer, parabenizo V.Exª pela atitude de sentarmos e revermos essa questão do requerimento, para que esta Comissão possa avaliar os passos que daremos pela frente e quando será colocado, aqui, mais uma vez, esse requerimento. Veja bem, não é porque vamos ao interior que temos de tomar, volto a dizer, uma medida aqui e ali. Tudo bem, é uma posição da Anatel. Eu respeito a Anatel, porque é o órgão fiscalizador que conhece e

que detém informações que nós não conhecemos, mas, volto a dizer, é importante que esta Comissão abra o direito às pessoas, às empresas envolvidas de falarem, para que no futuro essas companhias, essas empresas não venham julgar, aqui, cada deputado e dizer que não tiveram o direito de ampla defesa, quando acusadas de certas irregularidades.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Faço o apelo, mais uma vez, qual seja, que esta comissão venha aprovar a oitiva com essas empresas. Vejam bem! Está no plano de trabalho. Mas, diante do que foi dito por V.Exª, acho importante colocarmos como prioridade a chamada das empresas Oi, Tim e Vivo, a fim de que possamos tomar uma posição, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado, entendo a preocupação de V.Exª, pois acho-a pertinente. Vamos aprofundar esta discussão. Na próxima semana, esse assunto voltará à pauta e será objeto de uma nova discussão.

Está, agora, em discussão o requerimento do deputado Leur Lomanto para a oitiva da Claro. O tema é a criação da telefonia móvel no interior do Estado da Bahia.

Os deputados que concordam com o requerimento citado anteriormente permaneçam como se encontram. Aprovado.

Na próxima semana, continuaremos a discussão do requerimento do deputado Joseildo Ramos, acrescido das informações que deverão ser trazidas pelos deputados Joseildo Ramos e Gaban. Faremos a oitiva do representante da Claro acerca da telefonia móvel na zona rural.

Com a palavra o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Como iniciaremos a etapa itinerante, esqueci-me de fazer uma provocação que interessa a todo nós. Solicito, na próxima semana, uma reunião reservada. E, no horário dela, passemos a ouvir a representação dos trabalhadores acerca de uma série de questões. Isso seria na próxima semana antes que saiamos para...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Joseildo, na próxima semana, nós faríamos a oitiva do representante da Claro e a reunião reservada.

O Sr. Joseildo Ramos:- Isso! E, de maneira reservada, queremos algumas informações para o bom desempenho do que faremos lá fora. Portanto precisamos conversar com os trabalhadores.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, Sr. Relator, não sei se é possível atender à minha solicitação devido ao comprometimento das datas da CPI Itinerante. Mas, ao verificar a lista dos municípios que a CPI Itinerante visitará, senti falta de uma representação dos municípios da Chapada. A Chapada ficou, praticamente, descoberta com relação à CPI Itinerante. Inclusive, naquele primeiro momento, lá atrás, estava incluso a cidade de Seabra, município regional da Chapada Diamantina. Portanto faço uma solicitação. Sei das dificuldades que temos com datas para visitar todos os municípios. Mas foi, apenas, uma sugestão.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Falo, apenas, para tranquilizar os Srs. Deputados e, em especial, o deputado Leur Lomanto. Estamos diante de um dilema, qual seja, a extensão territorial do nosso Estado. Estamos tratando de uma França, que é um dos maiores países da Europa Ocidental.

Observem, para não haver prejuízo, sugiro começar, de imediato, sem mais delongas, a fazer este trabalho. Proponho contemplar, de imediato, esta sua sugestão, se o cronograma nos permitir, sob pena de estarmos varando o início do processo eleitoral sem que, aí, sim, correremos o risco de não trazermos à tona aquilo que nos compete, sob pena de termos prejuízos em relação aos interesses que se instalarão a partir do momento em que se inaugure o processo eleitoral. Chamo a atenção para isso, porque não temos, apenas, a demanda de V.Exª. Um outro deputado, também, apresentou a demanda de uma outra cidade localizada numa região contemplada.

Peço vênia a todos para que a gente trate dessas questões de sorte a garantir a caracterização do que existe em cada região, sem prejuízo do cronograma.

Então, a minha sugestão é que a cidade de Seabra seja incluída. De fato, existe um vazio de representatividade naquela localidade, é fato. O que não acontece com a outra demanda que foi feita, inclusive oficialmente, que foi o deputado Euclides Fernandes sugerindo a cidade de Sr. do Bonfim que fica próxima a Juazeiro. Então, não perde representatividade. Sob pena de estarmos aqui até o final do ano colocando cidades. A gente vai esquecer de que temos obrigações específicas, em um ano atípico. Isso vai ferir de morte a possibilidade de trazermos resultados auspiciosos para a sociedade.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Deputado Joseildo, só para complementar, a minha preocupação é justamente com relação a uma área que não estava coberta, só foi nesse sentido.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi:-):- Na realidade, deputado Leur, existe um cronograma de cidades previamente aprovadas, mas nada impede que esse cronograma seja adequado durante o período. Então, é possível que em determinadas cidades, por alguma questão, seja considerada a não necessidade de ir por alguma questão operacional. Mas acho pertinente o pleito de V.Exª e nós procuraremos adequar ao longo das diversas reuniões que faremos no interior.

Nada mais a declarar.

Antes de encerrar a sessão nós deveremos, ainda hoje, ter a definição sobre a audiência pública e a visita da comissão a Feira de Santana na próxima semana. Assim que nós tivermos essa definição, todos os senhores serão comunicados. Desde já, quero enfatizar a necessidade da presença de cada um dos membros, alias, convidaremos todos os deputados que compõem esta Casa Legislativas para a importância de estarem presentes nesta que será a primeira sessão itinerante no Estado da Bahia, no município de Feira de Santana.

Às 12:17h, declaro encerrada a presente sessão.

Ata da **11ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito** da Telefonia, realizada em 02/04/2014.

Resumo:

Oitiva com a operadora Claro. Foi justificado por seu representante que a operadora não apresenta a frequência discriminada na licitação da Anatel porque, segundo o próprio, não existiria tecnologia no mundo capaz de atendê-la. Foi questionada ainda a expansão de cobertura na zona rural.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Declaro aberta a 11ª sessão ordinária da CPI da Telefonia, às 11h15min, com a presença dos deputados Joseildo Ramos, relator da CPI, Álvaro Gomes, Cacá Leão, Euclides Fernandes, Gaban, Sidelvan Nóbrega e Leur Lomanto.A sessão desta manhã terá como pauta, inicialmente, a oitiva dos representantes da operadora Claro e, posteriormente, haveremos de fazer uma reunião reservada para tratarmos dos assuntos cuja discussão se iniciou na semana passada.

Gostaria de convidar para compor a Mesa o Sr. João Bezerra, diretor de Relações Institucionais da Claro Telefonia S/A, e o Sr. Aniceto Souza Filho, Diretor Regional da Claro na Bahia.

Srs. Parlamentares, todos nós temos conhecimento, nós, que militamos nos rincões espalhados por nossa Bahia, da enorme dificuldade que hoje as populações que residem, principalmente, nas áreas rurais do nosso Estado enfrentam com relação à possibilidade de acesso a sistema de telefonia móvel.

Se esse sistema já apresenta uma série de deficiências nos centros urbanos, imaginem a situação dessas populações que vivem nas zonas rurais do nosso Estado. Todos nós temos conhecimento de que a operadora Claro foi e está designada como responsável maior pela implantação desse serviço nas áreas rurais do nosso Estado com o cronograma já definido em regulamento da própria Anatel.

Por isso mesmo, esta comissão achou por bem fazer o convite aos representantes dessa empresa, para que possa efetivamente tomar

conhecimento, saber como andam essas investidas da operadora no sentido de, pelo menos, minorar essa grave situação que, como disse, hoje existe nas zonas rurais do nosso Estado.

Portanto, vou passar inicialmente a palavra ao representante da empresa e logo depois faremos um debate entre os parlamentares e outras personalidades que fazem parte desta reunião.

Concedo a palavra ao Sr. Aniceto Souza, diretor regional da Claro na Bahia.

O Sr. ANICETO SOUZA:- Bom-dia deputado, bom-dia, presidente, bom-dia, Sr. Relator, demais deputados. É uma honra estar aqui representando a Claro e ficaremos à disposição dos senhores para a qualquer momento responder qualquer questionamento a respeito da banda larga rural, que é o nosso intuito, nesta reunião.

Inicialmente, a gente trouxe uma pequena apresentação, só de uma página mesmo, mas para falar um pouquinho sobre o que a gente entende, qual o conceito da Claro sobre esse tema, banda larga rural...

(…) Se colocar em modo de apresentação, vai ser melhor. Bom, o mercado rural. Dá para colocar em modo de apresentação? Vai ficar mais... O mercado de banda larga rural é um mercado representativo, dentro de um conceito de atendimento de serviço de banda larga para as operadoras móveis. Na data da licitação para a faixa de frequência 4G, foi comprada pela Claro também a licença para atingir os mercados rurais de determinadas regiões. E no caso específico, nós ficamos com uma parte de São Paulo, a região norte, Bahia, Acre e Rondônia. Foram os estados, as regiões que a gente atendeu.

N área rural – apenas para um esclarecimento, me desculpem os deputados que já têm essa informação, mas é importante para todo mundo –, o compromisso dessas empresas que compraram essas licenças é atender a um raio de 30 km da sede dos municípios. Então, nessa distância das sedes dos municípios haverá atendimento por esse sistema de banda larga rural. Isso significa que, em muitos municípios, a gente vai ter a cobertura já existente nas sedes dos municípios e, além dela, 30 km de distância. Ora, a meta é cobrir 80% dessa área. Essa área foi licitada de uma forma global entre todos esses estados. O número de municípios, especificamente, até junho de 2014, a

serem cobertos pela Claro, é de 356; até dezembro de 2014, outros 356; até dezembro de 2015, mais 473 municípios, com as taxas de velocidade que nós chamamos de 256 KBPSs para download e 128 KBPSs – obviamente, esse é um critério mínimo – para upload, com a franquia de 250 megabytes nesses casos. Em dezembro de 2017, essas taxas aumentam para a totalidade desses municípios. Então, 1.185 municípios terão uma velocidade mínima de 1.000 KBPSs para download, 256 para upload e uma franquia de 500 megabytes. Isso é o compromisso que foi licitado.

O atendimento de banda larga para 100% das escolas públicas nas áreas de cobertura, respeitando o cronograma de metas de cobertura acima, ceder infraestrutura para a concessionária local cumprir esse programa. Aí, essa infraestrutura vai ser disponibilizada conforme a necessidade de implantação de novos sites.

Nós tivemos, dentro...

(Inaudível)

O Sr. (Não identificado):- Isso, não. Isso aí é a área que foi licitada para a Claro, que é aquela área inicialmente ali...

(Inaudível)

O Sr. (Não identificado):- Não, não, não.

O Sr. (Não identificado):- Bahia, Acre e Rondônia.

O Sr. (Não identificado):- Desculpe, deputado, eu acho que eu não fui bem explícito, mas é Oeste de São Paulo, parte da região Norte, Bahia, Acre e Rondônia, em específico.

(Inaudível)

O Sr. (Não identificado):- Claro. Claro que sim. Bom, então, essas áreas são o compromisso geral. Elas podem ser atendidas, deputado, em qualquer das regiões que estão especificadas no nosso plano de cobertura que foi licitado. Então, é indiferente para o caso da licitação onde serão feitas essas coberturas ao longo do tempo, desde que, no final de 2015, todas elas estejam devidamente atendidas.

Haverá um preço máximo para se colocar, um teto a ser cobrado, e as metas precisam ser cumpridas até o nono mês de cada ano, seguindo o cronograma de cobertura. Pode-se utilizar outra faixa de espectro de

frequência para cobrir essas regiões, mas, inicialmente, o que foi licitado foi uma frequência de 450 megahertz para fazer a cobertura dessas regiões.

Então, esses são os esclarecimentos básicos que a gente quer fazer.

Falando um pouquinho sobre a Bahia, a Claro é a quarta entrante aqui na Bahia, a quarta empresa a entrar nesse mercado baiano. Hoje, graças ao reconhecimento da nossa população, a Claro é líder de mercado no segmento de telefonia celular móvel na Bahia. E a gente entende que esses compromissos da área rural serão, sem dúvida nenhuma, um diferencial para a empresa muito grande, porque a gente pretende melhorar bastante a qualidade dos serviços para essa população que, como o deputado Azi se referiu, é uma população, realmente, carente de um atendimento de internet tão fundamental e importante para a economia dessas regiões.

Quero agradecer e estou à disposição dos senhores para qualquer eventual pergunta.

O Sr. (…..):- Bom, o 450 foi a frequência inicialmente licitada pela Anatel, não existe uma tecnologia no mundo capaz de atender nessa frequência. Então, não existe equipamento, não existe celular, nenhum dos celulares dos senhores aqui tem essa frequência.

Portanto, como nessa licitação foi também deliberada a condição de atender com outra frequência, a Claro optou por atender numa frequência de celular e, sim, a cobertura rural será para a Claro, na Bahia, de celular, apesar de a frequência de 450 não ser viável para isso. Portanto, não vamos utilizar essa frequência de 450. Não existe equipamento no mundo capaz de fazê-lo.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço ao Sr. Dax. Estão abertas as inscrições.

Quero, inicialmente, fazer um rápido comentário e chamar a atenção dos Srs. Parlamentares e de todos aqueles que acompanham esta sessão. Às vezes as coisas no Brasil, deputado Gaban, acontecem e as pessoas não sabem as causas por que as coisas acontecem, ou melhor dizendo, porque mal acontecem.

Confesso que não consigo entender, e aí a crítica não vai para a empresa, porque a empresa simplesmente participou do processo licitatório,

mas vai àqueles que são responsáveis pela regulação do sistema, como é que se monta uma licitação em que não existe nenhum tipo de critério. É óbvio que as empresas jamais deixarão de colocar o sinal na zona rural de um município de São Paulo do que ir botar na zona rural de Uauá, na Bahia. Isso é um absurdo! Então como é que se prepara um edital com essa... e depois as coisas acontecem, as pessoas ficam sem entender o porquê.

Então, eu gostaria, inicialmente, Sr. Dax, saber duas informações muito rápidas, até para poder possibilitar o debate. Primeiro, quando foi que concluiu essa licitação? Segundo, estamos a dois meses do mês de junho, quantos municípios do Estado da Bahia já foram atendidos, fruto desse contrato objeto dessa licitação?

O Sr. DAX:- Bom, o contrato assinado para licitação foi em dezembro de 2012, deputado. Vou abrir uma relação - João, por favor - nós estamos preparados para atender, deputado, com os critérios da licitação 19 municípios até junho de 2014. Nesses municípios já temos cobertura tradicional na sede dos seus municípios e ampliaremos os nossos serviços a ponto de atender aos critérios da licitação, atendendo todas as localidades apontadas pela Anatel como pertinentes a essa licitação. Então, nesses 19 municípios agora listados, nós atenderemos ao critério de junho de 2014, que foi a pergunta, Sr. Presidente.

O Sr. RELATOR (Joseildo Ramos):- Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Vejam V.Exªs que se fôssemos utilizar um critério de distribuição espacial, deputado Joseildo, a Bahia teria direito, em junho de 2014, a ter atendido 30% de 417 municípios que são mais de 150 municípios. No entanto, a previsão para Bahia se resume a dezenove municípios. Realmente, acho que esta comissão precisa debruçar-se nesse assunto e se aprofundar nessas informações que são muito preocupantes para o nosso Estado.

Antes de passar a palavra, saber se o deputado relator...

O Sr. Joseildo Ramos:- Gostaria de fazer um adendo: após a apresentação, parece-me que estão ali dezenove municípios, que começam no item II. Portanto, dezenove municípios. Dr. Dax, vejo ali alguns municípios que, na prática, eles não possuem área rural. O município de Salvador não tem área

rural que possa propriamente ser considerada assim porque não vai ter um raio de trinta quilômetros para além do perímetro urbano onde possamos suscitar a possibilidade de ter a zona rural. E, por trás disso, existe uma população considerável, em termos percentuais, com relação à população absoluta do Estado. Existe o município de Lauro de Freitas que, igualmente a Salvador, também não tem zona rural que possa ser qualificada como tal, considerando o perímetro urbano e a zona possível ou passível de cobertura do sinal, a partir da sede desses municípios. Eu vou parar por aí, apenas nesses dois municípios que me chamaram a atenção, apenas para exemplificar a minha angústia, para saber de vocês, efetivamente, qual o critério norteador da Claro para elencar esses dezenove municípios e por que incluiu esses dois que, teoricamente...

Madre de Deus também não tem área rural. Se for citar... já dei o exemplo dos dois, tem mais esse. Obrigado deputado Paulo Azi, reforça a nosa preocupação. E, aí, perdoe-me a assertiva que vou colocar: parece-me que a inclusão desses municípios vai dar uma informação importante mas distante daquilo que efetivamente será objeto de cumprimento por parte da Claro. Isso eu estou colocando do alto da minha ignorância até então.

Então, eu gostaria de que esses questionamentos fossem esclarecidos.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Até para não ficar nesse... respondeu... acho melhor V.Exª...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Não, ele vai responder ao relator e aí já passo para os deputados, cada um deles fazer...

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Agradeço, Excelência.

O Sr. Dax:- Bom, sobre os municípios que não possuem, aparentemente, área rural, é porque eles estão na relação de localidades que foi elaborada no ato da licitação pela Anatel, deputado. Então, nós temos obrigação de incluí-los. Não há como a gente abrir mão. Isso é uma obrigação.

Com relação ao critério que nos foi perguntado, absolutamente um critério técnico. Hoje nós temos uma dificuldade muito grande com relação à faixa de frequência, como eu relatei aqui. Então, se a gente for... Nós já protocolamos na Anatel um pedido para usar a faixa de freqüência de 850 mega-hertz. Essa faixa de frequência hoje não está disponível para a Claro no Estado da Bahia. Assim que essa resposta venha, a gente vai, obviamente, partir para uma conclusão desses municípios todos que fazem parte da nossa obrigação com essa faixa de frequência de 850, que é uma faixa de frequência viável, por existir equipamentos, tanto celulares, quanto equipamentos de rede necessários para cumprirmos as nossas obrigações.

Então, existe essa dificuldade técnica para o Estado da Bahia e isso é o que dificulta, obviamente, hoje o atendimento de mais municípios no Estado da Bahia, deputado.

O Sr. Joseildo Ramos:- Apenas para não perdermos essa parte do que você respondeu. O que você me está dizendo é o seguinte: você fez a demanda de uma faixa de frequência, 850 megahertz, que não está disponível, mas que existem equipamentos, existe possibilidade de expansão, e esse é um dos motivos... porque para aquela que foi colocada à sua disposição não existe capacidade de uso porque não tem equipamento. Então, o que o senhor está dizendo é que aquilo que foi objeto da licitação dá uma responsabilidade numa faixa de frequência dentro da qual você não tem equipamento disponível para operar. Seria isso? Estou certo?

O Sr. DAX ANICETO DE SOUZA FILHO:- O senhor está correto, a faixa de frequência de 450 não nos permite tecnicamente realizar a cobertura. Agora, é importante salientar para todos os deputados que a próxima licitação estabelece a possibilidade de se usar uma outra faixa de frequência. Então, não é que a licitação tenha obrigado as operadoras usar essa faixa de frequência, não. Ela abriu a possibilidade de se utilizar uma faixa alternativa, e é essa possibilidade que estamos pleiteando usar.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- É a própria Anatel? É a Anatel que autoriza? Quando foi feito?

O Sr. DAX ANICETO DE SOUZA FILHO:- Vamos confirmar o protocolo e mandar para os deputados o protocolo oficial que foi dado entrada na Anatel.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o deputado Marquinho Viana, o primeiro orador inscrito.

O Sr. Leur Lomanto:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto. O Sr. Leur Lomanto:- Vou fazer uma solicitação a V.Exª, até como membro da Comissão e autor do requerimento para a presença da Claro aqui, hoje, para que V.Exª me concedesse a palavra em primeiro lugar. Vou ter que sair porque tenho um compromisso. E também peço a compreensão do deputado Marquinho Viana.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Concedo a palavra a V.Exª, deputado Leur, com a compreensão do deputado Marquinho Viana.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, deputado Paulo Azi, caro relator, deputado Joseildo, quero agradecer pelas presenças aqui a João Bezerra e de Dax, representante da Claro. E dizer que, sem sombra de dúvida, o foco principal, a preocupação principal dessa CPI é com a qualidade dos serviços prestados pelas operadoras de telefonia. Mas essa é uma grande preocupação também dessa CPI por estar relacionada diretamente com o dia a dia de cada parlamentar nesta Casa.

Aqui, acho que tenho procuração para falar pela maioria dos 63 parlamentares, recebemos diariamente demandas do interior do nosso Estado, dos diversos municípios, diversos lugares, distritos e zonas rurais, solicitando a implementação de sinal de telefonia e internet. Justamente devido a essa demanda e a essa preocupação é que nós fizemos esse requerimento, solicitando a presença de V.Sª para prestar os devidos esclarecimentos.

Aqui foram abordados os dois pontos cruciais, tanto pelo deputado Paulo Azi e pelo eminente relator, deputado Joseildo, chamando a atenção com relação ao processo licitatório, e o meu questionamento é, justamente, nesse sentido, e com relação aos critérios adotados para a escolha dos municípios.

Como foi relatado aqui, a Claro ganhou a licitação para fazer a cobertura de três estados e mais parte de outros estados do nosso País. Com relação a essa licitação, gostaria de saber se o edital dessa licitação mostrava ou exigia ou colocava de forma clara quantos municípios de determinado estado seriam atendidos no processo licitatório. Esse é um questionamento, até para corroborar a indagação do nobre presidente, deputado Paulo Azi, de que apenas 19 municípios dos 356 municípios que a Claro tem que cumprir até junho de 2014, apenas 19 têm a previsão de ser levado o sinal de telefonia.

Quero trazer essa preocupação, já tive oportunidade de fazer alguns pleitos, não lembro se foi a Claro, todas as vezes vamos à Claro, à Vivo, nessa questão da expansão do sinal de telefonia a grande argumentação, muitas vezes, é que não há viabilidade econômica para se implantar a expansão da rede para as zonas rurais, e essa é a minha preocupação. A empresa só vai poder levar o sinal de telefonia para o distrito se tiver rentabilidade, então a grande maioria do interior do nosso Estado, principalmente as cidades com menor poder aquisitivo – se formos observar, a maioria é cidades que tem um poder aquisitivo razoável –, as que mais sofrem, não vão poder ter nunca um sinal de telefonia.

Essa é uma preocupação que quero trazer. E reiterando a pergunta: qual o critério claro que tem sido adotado? V.Exª falou de critérios técnicos, mas quais são? Deve enumerar para que possamos ter ciência de que tal município vai ter condição e tal município não vai ter condição. E é nesse sentido que trago essa preocupação.

Outra: qual é, até hoje, o total de reivindicações, de pleitos de municípios para a Claro? Quantos pleitos têm de municípios, de distritos ou de zona rural, hoje, na Claro para serem executadas a expansão de telefonia?

Essas são duas questões centrais, nobre presidente e nobre relator. Inclusive, essa questão de apenas 19 municípios é um desrespeito à nossa Bahia. Quero pedir desculpas a V.Sª, mas é um desrespeito ao nosso Estado, que tem 417 municípios, já que de 356 que a Claro vai ter que entregar até junho, deputado, entregará apenas 19 municípios no Estado da Bahia. Inclusive, é motivo de se discutir uma ação civil pública, essa comissão pode discutir, para que a Bahia seja respeitada nesse processo, porque as

demandas creio que são grandes. Aqui, cada parlamentar tem, no mínimo, 10, 15 municípios que têm demanda de zona rural querendo o sinal de telefonia, com distritos, inclusive, muitas vezes maiores do que a própria sede e que não têm sinal de telefonia.

E para finalizar, a outra questão é: só será feita a expansão para a zona rural se na cidade-sede já possuir o sinal da Claro ou pode ser que se instale um sinal específico para a zona rural? Esse é o último questionamento.

Agradeço a compreensão e a presença dos representantes da Claro.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a V.Exª, deputado, e passo a palavra ao representante da Claro.

O Sr. DAX ANICETO DE SOUZA FILHO:- Vamos tentar ir por partes.

A primeira pergunta que o deputado fez é que se na licitação havia um compromisso por Estado. Não há. Existe um compromisso na região total licitada que é de 30% em junho de 2014, depois 30% em dezembro e o restante até dezembro de 2015.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- O que é um equívoco. Na minha opinião, devia ser licitado por Estado, até para que se tenha uma cobrança. Como é que se vai cobrar para a Bahia se não tem um critério, se foi licitado para vários estados.

O Sr. DAX ANICETO DE SOUZA FILHO:- Vou levantar essa informação. Peço ao nosso pessoal da área técnica para levantar e vamos responder hoje ainda, aqui.

E, aí, vamos à segunda questão, que é licitatória. Não tivemos nenhum tipo de interferência sobre ela, não foi uma opção da Claro que fosse feito dessa forma, foi a forma com que o edital saiu.

A segunda pergunta do senhor a respeito dos municípios que vão ser atendidos devidamente, sobre o poder econômico deles, ou não. Nós cumpriremos todas as nossas obrigações até dezembro de 2015, com o Estado da Bahia. Então, 80% das regiões que ora serão contempladas já existe a relação dessas localidades que foram passadas pela própria Anatel, e isso está a disposição dos senhores. A gente pode passar. Não existe ainda um

cronograma efetivo, mas eu posso lhes garantir que o final deste cronograma se dará em 2015.

Com relação ao critério técnico que o senhor questionou, deputado, o critério é absolutamente disponibilidade da frequência. Desculpa se não me fiz entender no momento, mas é a disponibilidade da frequência. A gente, para comprar o equipamento, a gente, para fazer, começar uma obra, qualquer projeto, a gente precisa saber antes qual frequência usaremos. Para o senhor ter uma ideia, se usássemos o 450, nós teríamos a metade do número de antenas a serem colocadas, caso a opção nossa seja 850. Então é uma diferença muito grande de projetos e de investimentos. Agora, todas as localidades, independente de seu poder econômico que estão listadas na relação, e não é município, mas sim localidade por localidade, está listado nessa relação e vai ser atendida. E aí não há um critério de poder econômico, e sim do que foi definido no edital e consta como obrigação nossa para com a Anatel. A gente vem cumprindo, nós somos, na verdade, uma empresa que vem cumprindo todas as nossas obrigações com a Anatel. E aí é um dado disponível nos sites da Anatel, os senhores podem verificar nesse mercado quem é a empresa que está cumprindo as suas obrigações com a Anatel. E essa empresa é a Claro.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Concedo a palavra ao deputado Marquinhos Viana.

O Sr. MARQUINHOS VIANA:- Bom dia a todos . Sr. Presidente, nobre relator, eu queria parabenizar a atuação do nobre presidente desta Comissão por ter convidado os senhores representantes da Claro, que são de extrema importância as informações de vocês, Nós que estamos a todo momento viajando ao interior, temos cobranças como o deputado Leur falou. Temos essas cobranças diariamente, porque, em primeiro lugar, a maioria das sedes, muitas delas, já não estão funcionando mais adequadamente. Há dificuldade em se falar pelo telefone, não só com vocês da Claro, mas da Vivo. E alguns distritos, como já foi falado aqui, são maiores que algumas sedes. Estou dando um exemplo de onde eu moro, Barra da Estiva, há três distritos, o nobre presidente sabe informar, um é o distrito de Sussuarana, o de Tranqueiras e outro Cascavel. O de Cascavel é maior que a sede, deve ter

aproximadamente sete mil pessoas vivendo naquele distrito, com quinze fazendas, empresas que empregam as sete mil pessoas. E o tempo todo somos cobrados, porque há dificuldade de se fazer negócios. Em alguns pontos desses distritos pegam o celular às vezes. Inclusive a Claro, em alguns pontos, pega nessa localidade.

É possível ser feito um reforço, ou tem que ser implantada a torre nesse distrito? Depois desses 19 aí, qual o critério que vocês vão adotar realmente, ou vai ser de acordo o que está na licitação de vocês? Como foi citado, há municípios que não têm zona rural, como é o caso de Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador. Mas a maior dificuldade que temos realmente é nos distritos, onde vivem um grande número de pessoas que têm dificuldade de comunicação. Hoje, a Telemar, que é o fixo, não tem mais a atuação como antigamente. Os orelhões eram o principal meio de comunicação, mas hoje as pessoas não querem mais sair de suas casas para atender os orelhões, como acontece em alguns povoados e distritos grandes.

Já fiz vários ofícios à Superintendência de Comunicação do Estado pedindo informações, pedindo até esse reforçador, como é o caso do distrito de Sussuarana, que é um dos mais importantes, talvez, da Bahia, do nível de Luís Eduardo, talvez um pouco menor. São quinze fazendas empregando sete mil pessoas. Tem fazenda que tem um movimento mês de dois milhões mensais. O tempo todo está nos questionando, por que motivo a telefonia celular não chega àquele distrito. Já foi colocado lá - a prefeita da época colocou - um aparelho. Ficou um período de quase um ano funcionando. Depois foram lá, acho que a Anatel tirou. Não sei por quê, não tinha autorização dela para funcionar.

Então, eu gostaria só das informações sobre os critérios dos outros municípios de agora em diante. Bom, também porque deve estar na licitação de vocês esse critério que atendeu os 19 municípios mas não atende a zona rural, não atende realmente quem precisa da telefonia celular.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço, deputado Marquinho.

Passo a palavra ao Sr. Dax Aniceto.

O Sr. DAX ANICETO:- Obrigado, deputado, pela pergunta.

Primeiro, respondendo a pergunta sobre o critério daqui por diante, isso dependerá quase exclusivamente da liberação da frequência que a gente está aguardando de 850. Uma vez isso acontecendo, aí a gente poderá passar para os senhores qual o cronograma da execução dessas coberturas. Serão feitas todas elas até dezembro de 2015. Mas quanto a esse cronograma, obviamente, não vai ser tudo num dia só. Existirá um rollout, uma construção, e ela vai se expandir. E o critério para ser feita a liberação será a possibilidade de velocidade a ser implementada nessas regiões.

Então, a região onde a gente conseguir prospectar primeiro o terreno... É uma dificuldade que muitas vezes a gente tem de conseguir fechar os contratos de aquisição desses terrenos. Os locais onde já tiver energia elétrica também, onde já houver um acesso, porque muitas vezes a gente tem de construí-lo e contar com o apoio de outras empresas de fornecimento de energia elétrica para chegar até a colocar muitas vezes um grupo gerador. Portanto, esses são os critérios técnicos que vão determinar quanto tempo vai demorar entre o começo, na liberação da frequência, e a execução da obra.

Eu concordo com o senhor totalmente quando fala sobre os critérios de empresas, como as do agronegócio, que é, sem dúvida nenhuma, um imenso filão da telefonia tanto de dados quanto de voz. Sabemos que existem empresas desse setor necessitando de telemetria nos seus equipamentos e rastreamento até no gado muitas vezes, o que hoje já é executado, e a gente pretende atender a todas elas. A gente tem interesse. Isso aí pra gente é negócio. E a empresa tem esse objetivo. Inclusive, deputado, só para reforçar, a Claro foi a única que comprou a licitação para o Estado da Bahia. Então, demonstra o interesse dessa empresa em estar fazendo essas coberturas.

O Sr. MARQUINHO VIANA:- Só a Claro poderá colocar nesses distritos e povoados. Mais nenhuma empresa.

O Sr. DAX ANICETO:- Não. Qualquer empresa pode colocar. Qualquer empresa pode colocar. Por liberalidade dela. A Claro, na compra dessa licença, está obrigada a fazê-lo. Então, quando ela decidiu comprar, foi por priorizar a Bahia e fazer com que este Estado seja atendido nas localidades rurais. Agora, qualquer outra operadora pode, sim, fazer a cobertura por sua liberalidade. Não há nenhum impedimento para isso.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Sidelvan, V.Exª tem a palavra.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, deputado Paulo Azi, Sr. Relator, deputado Joseildo Ramos, representantes da Claro, João e Dax, eu estava a pensar o seguinte: acho que nós deveríamos estar investigando é a Anatel, e não as empresas de telefonia, porque, deputado Gaban, nisso aqui existe um acordo entre elas e a Agência Nacional de Telecomunicações. Afinal, o que vemos nesta CPI é que se abre uma licitação pela qual naquela frequência não existe nenhum aparelho disponível para se usar. Aí, a operadora pode requerer uma outra frequência. Até que a Anatel autorize isso, até que os prefeitos dos municípios cedam os espaços e o pessoal das empresas consiga ver e preparar a área, como disse agora respondendo a pergunta do deputado Marquinho, que têm de ter energia os lugares que não têm, que têm de ter acesso...

Enfim, o que estamos vendo aqui, presidente Paulo Azi, é que as empresas certamente não cumprirão o que está licitado. E vai aí a minha pergunta: se vocês têm o direito de pedir à Anatel um prolongamento desse prazo para que sejam atendidos. Os senhores devem saber que vão encontrar todas essas dificuldades. Nós sabemos porque rodamos por esta Bahia, todo deputado daqui conhece-a e sabe das dificuldades que alguns municípios baianos têm, assim como seus distritos, às vezes até de acesso. Então, é uma das coisas que gostaria que o senhor respondesse.

Outra coisa. Já foi perguntado aqui, mas acho que vale a pena o senhor falar novamente: quando começou a sua fala, o senhor disse que a zona rural foi comprada dentro desse pacote, dentro dessa licitação. Acho que o termo não seria bem comprada, porque pelo que estamos vendo aí na maioria dos municípios pequenos o nicho de mercado, deputado Cacá, é muito pequeno. E nós vemos nesta CPI que os senhores, quando elegem essas 19 cidades, elas ou são da Região Metropolitana de Salvador ou da Grande Salvador. Então, estamos vendo aí que o interesse da empresa pela escolha desses municípios realmente é baseado em interesses comerciais e econômicos.

Claro que toda empresa tem de ganhar. Mas acho, deputados Joseildo e Paulo Azi, que temos de trazer a Anatel à CPI. E novamente. Acho que o problema maior hoje, penso eu, pode ser que esteja errado, não são as empresas, mas sim a maneira como essas licitações são feitas. E fica claro aqui, deputado Cacá, que é exclusivamente para beneficiar as empresas de telefonia deste País.

Eram essas as minhas considerações.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- O deputado Sidelvan fez a indagação a respeito de quê?

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Se há uma ampliação do prazo, se as empresas têm esse direito ou se serão obrigadas a cumpri-lo até 2015.

O Sr. DAX ANICETO:- Deputado, na licitação não consta nenhum tipo de dilatação do prazo. Não saberia, obviamente, afirmar se isso seria possível ou não. Não seria uma análise da empresa. Não há nenhum movimento dentro da empresa para fazê-lo, isso eu posso afirmar-lhe. Mas não sei, daqui até dezembro de 2015, se haverá. E, se isso é possível, é uma determinação, uma deliberação da Anatel. As empresas de telefonia não optam sobre isso.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Pelo que estamos acompanhando do relatório de V.Sa. com relação à Bahia - não sei os outros Estados, pode ser que eles tenham sido contemplados com mais municípios -, vamos percebendo aqui que, pela conta que estamos fazendo, é quase impossível os senhores instalarem isso nos municípios.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Concedo a palavra ao deputado Carlos Gaban. O Sr. GABAN:- Meu caro presidente Paulo Azi, prezado relator Joseildo, demais colegas deputados, Srs. João Bezerra e Dax, primeiro gostaria de dar uma sugestão. A gente não pode a partir de agora... Porque a pior coisa da vida que tem, eu acho, é brincar com a inteligência da gente, jogar com palavras.

Acho que em toda e qualquer presença dos representantes das operadoras do nosso Estado deve ser feito o seguinte: eles não devem ser convidados, devem ser intimados. E devem participar das Comissões, quando as empresas vierem, no mínimo os Ministérios Públicos Estadual e Federal e o

Procon. No mínimo! Porque as pessoas têm de falar aqui sob juramento, meu caro presidente. Afinal, é difícil você imaginar e ver a troca de informações, a troca de palavras algumas vezes até contraditórias.

Extremo cuidado V.Sª teve em ser o mais objetivo possível. E com essa mesma objetividade que tem, já está sendo contraditório nos questionamentos que são feitos pelos parlamentares. Então acho que os representantes das empresas, das operadoras deveriam ser convocados novamente para vir, com a presença dos dois Ministérios Públicos, no mínimo, e do Procon.

Dito isso, eu começarei pelo primeiro questionamento. Quando da implantação das Estações Rádio-Base, esta empresa entrega às Prefeituras os laudos radiométricos sobre essas ERBs? É a primeira questão.

Segunda. Esta empresa possui quantos RTs registrados no CREA-BA? Esta empresa exige que as suas terceirizadas tenham RTs no CREA-BA e o serviço seja executado por profissionais habilitados?

Terceira. Esta empresa cobre 100% dos municípios baianos? Em caso positivo, quais os critérios usados para definir a cobertura dela?

Outras coisa que parece brincadeira, meu caro presidente. A faixa de 450 foi retirada da área privada para ser usada no atendimento do celular, e possibilitaria uma cobertura maior. Depois de tanto tempo, não é?! E aí vem também uma pergunta. Quando foi protocolado esse pedido para mudança de frequência? Tem de se saber quando é que V.Sas. entraram com o protocolo pra mudança de frequência. Bom, agora vocês estão utilizando cobertura com frequência alta. Desprezaram o que foi retirado da iniciativa privada pra utilização deles, e agora é que eles estão acordando para isso.

Quanto à Bahia, outro questionamento. A Bahia, o senhor deve saber, é o primeiro lugar do Brasil em número de usuários da telefonia celular por habitante. O segundo é Brasília. A Bahia é o primeiro! E, no Estado da Federação que é o primeiro lugar em uso de aparelhos celulares por habitante, o senhor acha que é razoável a sua empresa, que é definida pela Anatel ou pela conivência com esta... Não sei como está funcionando esse relacionamento. Mas, pela exposição feita pela Agência Nacional de Telecomunicações - e o exemplo é a Bahia -, V.Sªs estão cumprindo tudo. Está

tão maravilhosa a cobertura, que dos 417 municípios, se fossem implantados 30% para a Bahia... Mas eles colocam, meu caro presidente, 30% por região. Ninguém cobra! Quem está controlando isso? É! Quem está controlando isso?! Porque, se fossem 30% para a Bahia, em 2014 seriam em torno de 120 e tantos municípios. A empresa vai cobrir?! Está cobrindo 19! Será que é razoável para o Estado que tem o maior número de aparelhos celulares do Brasil ter um tratamento destes de alguém que a Anatel acha que é o modelo aqui na Bahia? Que modelo é esse?! É brincar com a inteligência nossa!

Pelo que tenho conhecimento, meu caro - e vou aprofundar -, existem equipamentos de 450 no mercado. Não sei essa afirmativa de V.Sª. E mais: quando participaram da licitação, V.Sªs não sabiam que não existiam então, já que V.Sª diz agora que não tem? Depois de tantos anos da concessão, participaram de um processo licitatório não sabendo o que ele estava querendo definir?! Será que tem de demorar tanto agora pra ver?!

Portanto, são coisas, Sr. Presidente... Acho que estão brincando com a inteligência de nós parlamentares. Por isso, eu lhes confesso que vou me retirar, porque não vou ficar ouvindo conversas contraditórias se não forem obrigados a falar a verdade, sob pena de saírem daqui para a prisão. Porque estamos mexendo com a população do nosso Estado. Nossa responsabilidade é muito grande. Para vir aqui cada um falar o que quer, da maneira que quer, e ainda termos de ouvir, eu não me presto a isso.

Então todos e quaisquer representantes, inclusive os deles, devem voltar não convidados, mas intimados, repito, na presença dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, no mínimo. Também sugiro a do Procon aqui para reouvi-los sob juramento, e assim eles prestarem os esclarecimentos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Paulo Azi):- Pela ordem, deputado Joseildo.

O Sr. Joseildo Ramos:- Deputado Gaban, parabenizo V.Exª pela intervenção, apenas lembrando o seguinte: no processo anterior de estruturação da CPI, compusemos um conjunto de parceiros que foram considerados estratégicos. E essas oitivas que virão lá adiante, incluindo a da Claro, assim como todas as outras operadoras, poderão e deverão ter essa

situação vinculada à intimação na presença do Procon, da OAB, do Ministério. Estou colocando para tranquilizar a todos que estão nos ouvindo.

Lembrando ainda que a Claro foi chamada agora nesse momento para ser inquirida exclusivamente. E isso não tem problema para que ela responda tudo o que V.Exª colocou no eito de esclarecer as questões vinculadas ao atendimento da zona rural, ainda que só ela, do ponto de vista do edital, é a quem cabe fazer essa expansão obrigatoriamente.

Muito obrigado, deputado Paulo Azi.

O Sr. Gaban:- Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Paulo Azi):- Respondidas, pelo deputado Joseildo, as indagações do deputado Gaban.

O representante da empresa foi convidado, convite esse aprovado pelo Plenário desta Casa, para tratar de um assunto específico que por certo não impedirá que novas ações desta CPI, agora até fortalecida pelas informações dessa oitiva, tome outras providências se for a deliberação desta Comissão.

Passo a palavra ao Dr. Dax para que ele possa responder as indagações do deputado Gaban.

O Dr. Dax:- Bom, deputado Gaban, obrigado pelos questionamentos. A gente vai se esforçar para tentar esclarecer o máximo possível. Com relação aos laudos, às RTs e sobre a terceirização se tem RT ou não, vamos levar essas questões. Óbvio que a gente vai ter interesse em respondê-las, mas, neste momento, viemos preparados para responder sobre as Banda Larga Rural. Peço desculpas por não ter essas respostas neste momento, mas fico com o compromisso pessoal de enviá-las devidamente a esta Comissão. Não terá problema.

Com relação ao seu quarto questionamento, não. A Claro não cobre 100% dos municípios da Bahia. Nenhuma operadora cobre. A gente cobre 256 municípios do Estado da Bahia. E, sim, nós estamos cobrindo 100% das nossas metas na Bahia com relação às metas estabelecidas, que são únicas para todas as operadoras. E a Claro é a única delas todas que atende no Estado da Bahia.

Quando foi o pedido de mudança, essa pergunta foi feita anteriormente para mim pelo deputado Azi, e a gente já tem o compromisso de mandar essa data exata, inclusive com o número do protocolo que foi feito.

O Sr. Gaban:- Sem precisar, foi há um mês?

O Dr. Dax:- Infelizmente, não tenho essa informação, deputado. Vou mandar para o senhor certamente.

O Sr. Gaban:- Fizeram parte de um processo licitatório, acham agora, depois de dois anos, que essa frequência não atende, estão usando a outra frequência para atender e querem fazer uma modificação. Pedem agora, agora que eles querem pedir, é bem recente. Estou afirmando, sua memória está falha. Mas vou lembrá-lo que é bem recente. Só quero ter a data exata.

O Sr. Dax:- O senhor terá.

Com relação ao sexto questionamento que o nobre deputado fez, com relação à faixa de frequência de 450, se existem ou não equipamentos viáveis. Para celular, nobre deputado, que a área técnica tenha conhecimento, esses equipamentos não estão em escala comercial para que façamos uma cobertura dessas.

Então, se existe uma informação diferente dessa até solicitaria que me atualizasse na área técnica. Mas, ontem, fiz esse mesmo questionamento que o senhor fez agora a minha área técnica, e a resposta foi a de que não temos comercialmente nem equipamentos de rede e nem telefones celulares que possam dar um serviço de qualidade. Para o senhor ter uma ideia, deputado, se a gente tiver um equipamento de 450 MHz nessas localidades, não existe, hoje, entre os fabricantes de aparelhos - não somos nós, são as empresas fabricantes de aparelhos - um aparelho que tenha uma capacidade de falar nessa frequência de 450 e também nas outras frequências que temos, no caso aqui 2.100. Então, uma pessoa que falasse em 450 não poderia falar se ela saísse dessa região de cobertura e fosse para outra, não atenderia.

O Sr. Gaban:- Permita-me, porque não consigo ficar calado com essa resposta do senhor. Então, me responda: quando os senhores participaram de um processo licitatório, não sabiam... Vamos partir de que essa premissa que o senhor está dando seja verdadeira, como participou do processo licitatório se desconheciam? Que área técnica é essa que

desconhecia que não existia equipamento no mercado? Depois de mais de 2 anos vocês vão descobrir que não existe para fazer um protocolo recente tentando mudar a frequência? O senhor vai me perdoar, mas demita toda a área técnica. Estão sendo muitíssimo mal assessorados e quem está pagando a conta é o povo com um péssimo atendimento. Tanto é que o serviço de telefonia móvel, fixa, no nosso Estado é o campeão de reclamação junto ao Procon.

O Sr. Dax:- Bom, vamos, de fato, aprofundar essa avaliação, mas as informações são as que acabei de dar.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Dax, vou utilizar uma indagação feita pelo deputado Gaban que é genérica, mas quero amarrar naquele ponto que é geral e que, para a gente, a resposta é crucial neste momento. Vocês deverão vir em outro momento intimados a responder com reflexo jurídico aqui na CPI.

Você tem aproximadamente quanto tempo de empresa?

O Sr. Dax:- Tenho 8 anos de empresa.

O Sr. Joseildo Ramos:- Oito anos. Portanto, é tempo suficiente, no caso dessa expansão. A pergunta que não foi respondida é geral, genérica, não depende de dados: a empresa tinha conhecimento que não havia equipamento disponível para a frequência que foi objeto da licitação? É só isso que quero saber.

O Sr. Dax:- Bom, deputado, vou me aprofundar nessa análise, não tenho conhecimento disso, não foi objeto da minha participação no momento da licitação. Não tenho o conhecimento necessário.

O Sr. Joseildo Ramos:- O senhor é técnico ou é da área administrativa?

O Sr. Dax:- Eu sou diretor-regional.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sua formação profissional?

O Sr. Dax:- Sou administrador de empresas.

O Sr. Joseildo Ramos:- Ok.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Concedo a palavra ao deputado Álvaro Gomes. O Sr. ÁLVARO GOMES:- Na realidade, esse problema da

telefonia, da internet banda larga, realmente é um grande problema estadual, nacional. E a questão central diz respeito à questão da lucratividade. As empresas não estão preocupadas com a questão social, estão preocupadas com a questão da lucratividade. Teve lucro, investe, não teve lucro, não investe. Essa é a lógica normal de qualquer empresa. No sistema capitalista é isso, não tem nenhuma novidade nisso. O capitalismo é isso, exclusivamente isso. Agora, o grande problema é que existe a exigência, a empresa participou de uma licitação e não vem cumprindo com as suas obrigações. Esse argumento da frequência, ainda que isso seja correto, dizer que a licitação foi na frequência de 450, etc, mas o próprio Dax, o próprio diretor da Claro argumenta que é possível mudar a frequência para viabilizar. Então, o fato da frequência ter sido 450 na licitação, ainda que possa ser algum erro da Anatel, não inviabiliza a expansão da rede, porque existem outras alternativas que a própria Anatel permite. Então, acho que essa questão, sinceramente, não é uma justificativa válida, essa questão da frequência, pelo próprio depoimento do diretor-regional da Claro.

Então, temos aí 19 municípios dos quais muitos não têm área rural, ou alguns não têm área rural, pelas informações que ouvi aqui, até junho, quer dizer, esses 19. Gostaria de perguntar: até dezembro qual é a previsão da empresa e quantos municípios na Bahia, porque até junho os 19 estão listados aí. Até dezembro desse ano qual a previsão da empresa Claro? O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Antes de passar a palavra ao Sr. Dax, quero registrar a presença da deputada Ivana Bastos e do deputado Pedro Tavares que nos honram com suas presenças nessa CPI.

O Sr. Dax:- Nobre deputado, eu queria responder primeiro a questão das metas da Anatel que o senhor se referiu. Nós não deixamos de cumprir qualquer meta da Anatel. Todas as metas da licitação estão em dia, estão sendo cumpridas. A licitação estabelece que nós tenhamos no mês de junho 356 municípios cobertos na região licitados, e assim será. E estabelece para dezembro de 2014 mais 356 localidades atendidas e assim será. A licitação não estabelece, reforço para o senhor, uma divisão por estado. Portanto, as metas estão sendo atendidas e serão atendidas, não há descumprimento de meta nesse sentido.

A segunda pergunta do senhor: o cronograma para o ano de 2014. Uma vez que seja definida a frequência que vai ser utilizada para isso, nós entregaremos a esta Casa o cronograma, obviamente essa definição de frequência não pode demorar além de um prazo que a Anatel nos dá. Mas evidentemente que depois dessa definição tomada, você têm um compromisso da Claro de ser entregue aqui o cronograma aqui até dezembro de 2014.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Quero aqui registrar que noto V.Sª muito econômico nas respostas, não sei efetivamente a razão e o motivo para que V.Sª se coloque dessa maneira no âmbito da CPI.

A CPI, desde o início, quando nós a instalamos, dissemos que aqui não se trata de nenhum tipo de caça às bruxas. O interesse dessa CPI é de trazer efetivamente resultados concretos que venham beneficiar a população do nosso Estado. Noto que V.Sª tem uma dificuldade enorme de ser claro em determinadas indagações. Eu não posso aceitar que V.Sª, estamos no mês de abril, já não tenha um planejamento daquilo que fará durante esse ano. Não é possível que V.Sª, em abril, não saiba quais são os municípios que serão instalados até dezembro de 2014, é inadmissível. Se V.Sª não sabe é porque não vai ser instalado, porque não se instala de um dia para o outro. Isso carece de estudos, carece de levantamentos in loco, carece de uma série de preparativos que antecedem a própria instalação do sinal. Ou V.Sª não quer informar a essa CPI, eu lamento, ou não existe nenhuma previsão de ampliação do sistema na Bahia. Se estamos em abril e V.Sª não sabe o que vai ser instalado até dezembro, das duas uma: ou V.Sª não quer informar a esta comissão ou não existe nenhuma previsão de novos municípios em nosso Estado.

O Sr. Joseíldo Ramos:- Deputado Paulo Azi, me permita. A sua pergunta, a sua indagação atende perfeitamente, mas V.Exª fez, deputado, me permita, considerações e eu quero pegar essas suas considerações e gostaria de ter a resposta aqui do Sr. Dax. Até dezembro, aqui, na Bahia, quantos municípios efetivamente serão implantados na zona rural? A pergunta é essa. Quero que o senhor responda se tem ou não conhecimento disso aqui. Quero que essas respostas, em cima das suas considerações, deputado Paulo Azi, seja dada ou não pelo Sr. Dax.

O Sr. Dax:- Bom, deputado, procurarei ser menos conciso nas minhas respostas. Desculpe-me se em algum momento eu passei uma objetividade excessiva, não foi essa a minha intenção. Vou procurar ser mais detalhista nas minhas respostas.

Com relação às metas, Srs. Deputados, deixando muito evidente, essa definição ainda não existe. Então, eu não posso, por mais que isso seja da minha vontade, responder aos Srs. Deputados, agora, neste momento, qual será esse cronograma, porque ele ainda não está fechado. Existem alguns cenários, algumas possibilidades que estão sendo avaliados pela área técnica, obviamente, e há muita gente trabalhando sobre isso. Não queria passar a sensação de que não existe ninguém trabalhando sobre esse assunto. Não é verdade. Existe muita gente trabalhando. A empresa toda está empenhada nesse sentido. Nós temos equipes destinadas e exclusivas para isso, para essas avaliações, mas, efetivamente, hoje, eu não tenho o conhecimento necessário, deputado, para lhe dar essa resposta e citar esses municípios. Não há uma má vontade da minha parte. Existe a falta dessa definição por parte da companhia ainda neste momento. É óbvio que a gente tem uma urgência imensa em ter isso.

Queria assim deixar muito evidenciado para os Srs. Deputados que é de todo interesse meu, enquanto diretor-regional da Claro Bahia, e também da Claro Brasil, atender o quanto antes esses municípios. Isso significa que a gente continuará atendendo às nossas metas, aos nossos objetivos, como sempre fizemos. Não há nenhuma má vontade nesse sentido. Agora, se houver, e quando houver, essa definição, nobre deputado, o senhor pode ficar certo e contar com o meu compromisso de que trarei a esta comissão, nominalmente, Srs. Deputados, essa definição, até dezembro de 2014. Hoje, ela não existe. Portanto, eu não teria como passá-la, porque ela não existe.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com a palavra o deputado Cacá Leão.

O Sr. CACÁ LEÃO:- Nobre presidente, deputado Paulo Azi, aproveito para cumprimentar, também, o querido relator, deputado Joseildo Ramos, e demais colegas deputados e deputadas. Quero cumprimentar a Claro na pessoa dos Srs. e Dax e João, que se fazem presentes aqui. V.Sªs

ouvem, hoje, desta plateia de deputados, a indignação que é pertinente a todo o povo do Estado da Bahia. O que mais ouvimos nas nossas andanças pelo interior do Estado é sobre o péssimo serviço oferecido. Aí, não só da empresa de V.Exª, mas de todas as concessionárias que oferecem o serviço. A indignação é geral.

Vejo, também, que os senhores recebem, aqui, uma carga de indignação que, muitas vezes, não é por culpa do serviço oferecido, mas, sim, do planejamento malfeito da Anatel durante o serviço. Enxergamos hoje, claramente, que a licitação foi muito malfeita. Vocês estão cobertos pelo processo licitatório, ante o qual não temos nem poder de cobrança. Nós não podemos cobrar, porque você pode estar descoberto no Estado da Bahia, mas em compensação está coberto no Estado de São Paulo. Ali, por exemplo, vejo 19 municípios que terão de estar cobertos até junho de 2014 com o serviço de telefonia.

A minha primeira pergunta é, justamente, esta: quantos já temos cobertos, hoje, desses 356 previstos para até junho? Existe alguma espécie de multa estabelecida pela Anatel para o não-cumprimento da meta estabelecida? Posso deixar aqui, também, querido Dax, uma indignação com a Claro. Esse número, de 19 municípios, representa apenas 5%. Será que o um Estado do porte da Bahia, de grande dimensões, receberá apenas 5% da cobertura? Se isso continuar dessa forma, em dezembro de 2017, quando vocês conseguirem atingir a meta e chegarem aos mil municípios, teremos apenas 50, grosso modo. No máximo, 60 municípios, se continuar dessa forma o desrespeito que a Claro está tendo com o Estado da Bahia.

Eu queria voltar à tona duas perguntas que foram feitas pelo deputado Leur Lomanto que V.Sª não respondeu: quantas solicitações a Claro jé tem recebido hoje de aumento de expansão da rede? Só minha deve ter mais de cinquenta. Acredito que dos outros colegas a gente tem, inclusive fiquei triste quando vi aqui nenhum DDD 77, porque o Oeste da Bahia não foi contemplado nessa primeira leva e gostaria que também vocês repensassem nisso.

E outra pergunta também feita pelo deputado Leur Lomanto de grande importância que não foi respondida que é a questão da implantação dos

serviços na zona rural. Se essa expansão dos serviços será feita apenas nos municípios que já são atendidos hoje pela operadora Claro? Temos diversos municípios hoje no Estado da Bahia que têm Vivo, que têm Tim, que têm OI, a Claro vai dar prioridade apenas aos seus por uma questão de facilidade? Os municípios que são cobertos hoje por outras operadoras ficarão descobertos?

Então o que vemos hoje aqui como baiano, como deputado representante de diversos municípios do Estado da Bahia é uma dificuldade muito grande que a gente tem dos serviços. Concordo com a indignação do deputado Gaban, do deputado Leur, do deputado Marquinhos, do deputado Sidelvan, do deputado Álvaro Gomes, que me antecederam aqui, na dificuldade que temos hoje e na falta de respeito.

Concordo, a Anatel precisa voltar aqui na questão como intimada, realmente, para prestar os esclarecimentos necessários e que depois a gente venha a ter da Anatel uma cobrança e um pulso mais forte perante as operadoras para que a população e o povo da Bahia não sejam prejudicados como já estão sendo pelo péssimo serviço oferecido pelas prestadoras de serviços.

O Sr. (...):- Agradeço a V.Exª, deputado Cacá.

Concedo ao...

O Sr. (...):- Bom, inicialmente, eu queria pedir desculpas ao deputado Leur por não ter respondido às duas questões, irei respondê-las agora.

Com relação à implantação nos municípios não cobertos pela Claro?...

(Inaudível)

O Sr. Cacá Leão:- Vou especificar a minha pergunta, por exemplo, estou vendo aqui o município de Lauro de Freitas, é um município que não tem zona rural, é um município de 59Km² que já entra aí pronto no serviço como bônus, vamos dizer assim, Camaçari, Salvador. Mas vejo aqui o município de Presidente Tancredo Neves, faço política lá, sou votado no município e sei que ele é coberto pela Claro hoje. Mas, por exemplo, o município de Cristópolis, do Oeste da Bahia, lá ele é coberto pela operadora Vivo. Hoje é a Vivo que atende

ao município. Eu quero saber se a Claro vai ter a mesma ação no município de Cristópolis como terá no município de Tancredo Neves?

O Sr. Leur Lomanto:- Só para adentrar aqui, deputado Cacá, eu queria saber, rapidamente, qual foi a zona rural de Salvador onde foi feita a expansão e qual foi a zona rural de Lauro de Freitas, se V.Sª tem?

(O Sr. (...) fala fora do microfone)

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sim, mas não está ali. Se está ali, deve ter. Eu quero saber o nome do distrito e da localidade onde foi feita a expansão da linha de telefonia, se foi feita, tanto em Salvador como em Lauro de Freitas e em Camaçari.

O Sr. Fulano de tal:- Bom, deputado, priorizando essa pergunta, os municípios onde a gente não tem essa área rural, independente de não ter, eles constaram na relação de compromissos da Anatel, por isso eles constam na nossa relação de compromissos. Então essa é a resposta efetiva. A gente não fez uma avaliação de quantos distritos serão atendidos. Óbvio que a gente sabe que não têm distritos a serem atendidos em Salvador e em Lauro de Freitas, mas isso entrou e consta no compromisso literal, escrito na hora da licitação no momento das nossas metas. Esses municípios, obviamente, fazem parte da nossa obrigação e estão sendo entregues.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Desculpe-me, V.Sª, eu não entendi, porque a priori V.Sª colocou aqui que não tinha especificado no edital nenhum município.

O Sr. (...):- Esses municípios fazem parte da, vamos falar, da possibilidade de atendimento dos municípios relacionados. Esse critério de atendimento foi estabelecido para a operadora. É deliberada à operadora a opção de incluir esses municípios nas suas metas, e assim foi feito. Com relação à licitação, não há nada de irregular nesse ponto.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Eu Confesso a V.Sª que eu não entendo ainda como é que Salvador, Camaçari e Lauro de Freitas... Qual foi o critério utilizado, se em Salvador não tem zona rural? O objeto da licitação que a Claro saiu vencedora, cujo edital foi realizado pela Anatel, diz especificamente o termo “zona rural”. Não é isso? O edital diz 30 km da cidade sede. Não é isso que diz o edital?

O Sr. (…):- Das sedes dos municípios.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Das sedes dos municípios.

O Sr. (…):- Dos 417 municípios!

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Então, é isso... Eu quero continuar nessa questão!. Eu quero saber qual foi a zona rural a 30 km Salvador? Por que está ali salvador! Qual foi a zona rural a 30 km de Camaçari? A Claro deve saber onde foi implantada essa expansão da zona rural.

O Sr. (…):- O senhor gostaria do número de distritos...

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Quero saber o número das localidades.

O Sr. (…):- O senhor quer o número de distritos dessas 19 localidades?

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Exatamente.

O Sr. (…):- Passaremos diretamente para o deputado o número e o nome dos distritos que foram atendidos nessas 19 relações.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Eu agradeço.

O Sr. (Cacá Leão):- E as minhas perguntas?

O Sr. (…):- Primeiro, peço que V.Exª me corrija, se eu esquecer alguma das suas perguntas. Acredito que o último questionamento foi quantas solicitações temos recebido. Esse foi o último questionamento do deputado Leur Lomanto Júnior que, de fato, eu não respondi. Em relação a esse número são inúmeras. Todos os dias recebemos, efetivamente, várias solicitações dos nobres deputados e também de prefeitos e vereadores. Não temos contabilizada essa quantidade, mas, se for do interesse do nobre deputado, faremos isso e passaremos para o senhor. Não temos contabilizado, mas lhe afirmo que são inúmeras.

O Sr. Cacá Leão:- Claro que é do interesse.

O Sr. (…):- Ok.

O Sr. Cacá Leão:- Acredito que, se estamos aqui, precisamos prestar conta do nosso trabalho à sociedade.

O Sr. (…):- Assim farei.

Outra pergunta que o senhor fez foi sobre a implantação de municípios que não são cobertos pela Claro. Esse é um critério que independe de ter ou não cobertura. Então, a cidade pode ser contemplada com a zona

rural, independente de termos ou não cobertura nela. Então, ela está apta a isso.

O Sr. Cacá Leão:- Tenho só mais uma pergunta: dos 356 municípios quantos já funcionam? A Bahia continuará sendo contemplada apenas com 5% da cota da licitação da Claro? Isso foi o que ficou parecido num cálculo de projeção a grosso modo.

O Sr. (…):- Dos 356 municípios, deputado, a gente... Isso é Brasil! São 356 municípios naquela área toda. Eu não tenho nem dados suficientes para te responder, porque não se trata da minha área de atuação, mas posso buscar essa informação. Está aqui anotado. Vou buscar essa informação e te passo.

Na Bahia, aí, sim, está dentro da minha área de atuação e eu posso lhe responder, temos essa possibilidade e não será 5%. Até porque, deputado, entregaremos 30% em junho de 2014, no Brasil, como eu já expliquei, mais 30% em dezembro de 2014 e os outros 40%, que encerrará os 100% dos municípios, em 2015.

Portanto, eu pactuo com a preocupação do nobre deputado. Temos de acelerar, é necessária uma aceleração muito grande nos próximos períodos, para que tenhamos a condição de entregar em dezembro de 2015. Óbvio que, se fizer uma projeção linear, agente está com 9%, passar para 12% e depois para 15%, não chegaremos a lugar algum. Essa é uma preocupação muito grande minha, em específico, de efetivamente, ter uma aceleração exponencial da entrega desses municípios em 2015, para, no mês de dezembro, entregarmos a meta específica da Anatel com 80% dos municípios cobertos.

Com relação à multa, não sei nesse contrato... Consultarei João. É de praxe. Eu não vou saber informar o valor ao nobre deputado, a Anatel pode esclarecer esse ponto, mas, sim, sempre existe uma multa para o não cumprimento de metas. Sempre. As operadoras já estão sujeitas a isso.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Quero registrar as presenças dos deputados Adolfo Viana e Fátima Nunes e dos vereadores João Pereira, Carlos Romeu, Danilo Vasconcelos e Jorge Exaltação, do município de Aporá.

Eles trazem a informação de que no distrito de Itamira, que é maior que a sede do município de Aporá, pois tem mais de 10 mil habitantes,

praticamente, todos os habitantes têm um celular. Lá, tem um sinal muito ruim da Vivo, mas não existe o sinal da Claro. Eles pedem para que V.Srª possa colocar, entre as suas prioridades, o atendimento ao importante distrito de Itamira e de toda aquela microrregião. É uma cidade próxima de Salvador, a pouco menos de 200 quilômetros de distância e, efetivamente, sofre com a falta do sinal na sede do distrito e, também, na zona rural.

Com a palavra o deputado Cacá Leão.

O Sr. CACÁ LEÃO:- Quero cumprimentar a vereadora do município de Catu, Clara Sena, que me mandou uma mensagem cobrando a ampliação do serviço na cidade dela. O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Seria importante que V.Exªs colocassem os seus pleitos para que, pelos menos esses, tenham algum tipo de atenção especial.

O Sr. CACÁ LEÃO:- Vou trazer a minha carreta de ofícios para entregar não só a Claro, mas a todas as outras operadoras.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a V.Exª, deputado Cacá Leão. Passo a palavra à deputada Fátima Nunes.

A Srª FÁTIMA NUNES:- Bom-dia a todos!

Quero saudar a Mesa na pessoa do presidente desta CPI, deputado Paulo Azi, e do relator, deputado Joseildo Ramos. Saúdo, também, os representantes da Claro.

Cheguei um pouco atrasada, porque tivemos o lançamento de um programa de um curso para as mulheres. Como sou coordenadora da Bancada Feminina, tive de ficar até o final. Portanto perdi parte do trabalho inicial desta comissão.

Olhando para o quadro, fiquei preocupada e quero fazer algumas observações. A primeira se trata do tamanho do Estado da Bahia, pois este se equipara ao de um continente. Vejo somente, ali, naquele quadro, a ampliação do sistema de telefonia, se não me engano, para 19 ou 20 municípios! É um absurdo! Estamos no tempo da ciência, da tecnologia, da modernidade, da mídia. Não dá para o nosso povo ficar isolado. Então vamos chamar, novamente, a Anatel. Vamos conversar com os graúdos e as graúdas de Brasília para adiantarmos este serviço que deverá atingir toda a população.

Quero perguntar ao representante da Claro. Qual é o trabalho tecnológico que a empresa está fazendo para ampliar o sinal a fim de, pelos menos, atender as localidades em que os pacotes de serviços já foram comprados? Temos percebido que pagamos a conta, mas o serviço não vem.

Há um outro item importante. Quando a telefonia não era privatizada e o serviço da Internet também era de menor alcance, resolvíamos as coisas com as pessoas. Íamos a um órgão e, lá, conversávamos com alguém que dizia sim ou não. Desatava-se algum nó. E, às vezes, dizia: “Não tinha jeito para agora.”

Com a modernidade, a Internet se tornou muito importante. Não sabemos – pelo menos eu não sei onde está, mas quero ficar sabendo – onde está o órgão Claro para resolver os problemas que não resolvemos pela Internet. Isso é para não ficarmos no escuro. Assim, poderemos resolver o problema de fato, não é?

Vejam, a Claro tem de clarear. Não dá para ter Claro na conta, Claro no Nokia ou Samsung ou no diabo a quatro que se compre e não ter telefone. Só eu que sou uma tabaroa da roça já ando aqui com 2 aparelhos. Poderia andar apenas com um, mas ando com dois, porque tem lugar que não pega Vivo; o outro não tem Claro; tem lugar que é Tim e outro lugar é Oi.

Não sei como vocês um dia vão chegar a uma portabilidade em que a gente possa andar, apenas, com um celular e falar com o mundo. Eu, ao menos, vi isso. Eu tive a felicidade de uma filha minha casada com um inglês e morar lá nesse país. De vez em quando, converso com ela. Fui lá umas duas vezes. E, lá, eu vi que é diferente. Diz-se assim: “Ah, tudo bem, lá começou há mais tempo.” Mas a Internet é prática, é real, é agora. Então eu quero que a Claro clareie mais. E nos locais que ainda não existem, estou vendo aqui o povo de Aporá, o vereador Dudu. E tantos outros nossos pedidos, a gente coloca na Secretaria de Infraestrutura. Mas como isso chega até vocês? Com quem a gente fala? Para termos acesso mais rápido, porque não é de graça, é uma conta que a gente paga. Então façam com que o serviço aconteça.

Obrigada. E desculpem as minhas palavras.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço à deputada Fátima.

O Sr.(...):- Deputada Fátima, não tenho nada de desculpar a senhora. Fico lisonjeado com as perguntas. É importante termos um representante que possa, efetivamente, cobrar e esse é o papel que eu entendo que a senhora está fazendo.

Com relação às suas perguntas, quanto ao trabalhado tecnológico de ampliação de sinal, deputada, a sua pergunta é muito oportuna, porque é, exatamente, do que a gente está tratando no compromisso de Banda Larga Rural. Esse foi o objetivo, inclusive, da licitação desse serviço. Porque quando ele estabelece que vai se contemplar 30 quilômetros das sedes de todos os municípios, de 80% dos municípios de cada região, isso é universalização de serviço.

Isso significa que todo esse trabalho será destinado a uma população que, hoje, não é atendida. Nenhuma das operadoras, hoje, tem serviços nessas localidades, nesses distritos. Obviamente, ao trazer 19 municípios agora, isso não é o trabalho final. O trabalho final se dará em dezembro de 2015, onde a gente vai ter, aí sim, todas as localidades atendidas e executadas.

Então, a zona rural será contemplada, sim, nesse sentido de ampliação dos sinais, para essa população. Concordo, totalmente, com a senhora que a Internet é uma fonte ou uma ferramenta de crescimento da economia das regiões. Já há estudos disponíveis que mostram que quando a gente coloca telefonia móvel em determinado distrito ou em determinada cidade, há um crescimento provocado por isso e, também, pela facilidade de comunicação que essas pessoas passam a ter. E assim será.

Vamos empenhar todos os recursos necessários. Nós fomos a única empresa que se interessou em comprar esse lote da Banda Larga Rural para o Estado da Bahia. Então nenhuma das outas concorrentes se interessaram em comprar. Nós, sim, compramos. E nós vamos assumir esse compromisso que nós gostaríamos... Bem, enquanto diretor regional, eu gostaria muito de entregar o serviço a essas localidades em 2014. Isso é óbvio. Mas nós temos alguns impedimentos técnicos que nos determinam que, em 2015, a gente vai poder atender. Este esclarecimento foi em relação à sua primeira pergunta.

Com relação ao atendimento, nós temos 23 lojas próprias no Estado da Bahia. Somos a operadora que mais tem esses pontos de presença no Estado. Então posso tentar relacionar as nossas lojas próprias agora de cabeça, mas, desculpem-me, se eu me esquecer de alguma. Temos lojas próprias espalhadas por toda Salvador assim também como nas cidades de Itabuna, Ilhéus, Vitória da Conquista, Barreiras, Luís Eduardo Magalhães, Santo Antônio de Jesus, Candeias, Porto Seguro, Eunápolis, Juazeiro. Não sei se esqueci alguma. Sabemos das dificuldades que muitas pessoas têm. Eu uso, como exemplo, pessoas de minha família que não gostam de ser atendidas pelo 0800 que, em nosso grupo, é atendido pelo 1404. Lá, nós temos seis mil posições de atendimento aptas a tender essas pessoas. Mas muitas delas não querem ser atendidas por telefone. As pessoas não gostam de serem atendidas pelo serviço de 0800, que é o 1404, o nosso, lá temos 6000 posições de atendimento aptos para atender essas pessoas, mas muitas delas não querem ser atendidas por telefone, querem olhar no olho a olho para serem atendidas e receberem um Sim, talvez, ou um não, aos seus questionamentos.

Então, colocamos essas lojas próprias com esse intuito também. E todas as pessoas lá presentes têm por objetivo atender a esse público, seja cliente da Claro ou não.

Com relação à sua última colocação de que a gente precisa clarear mais. Estamos nos esforçando muito porque cresceu a nossa área de cobertura, tanto a de 3G quanto a de 2G. A gente vai obter esse resultado . No final de 2015 a operadora terá uma cobertura absolutamente incomparável dentro do estado da Bahia.

Não sei se vou atender a senhora no sentido de usar um único celular, mas lhe digo que se a senhora optar por um celular por tamanho de cobertura esse será da Claro.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):-Deputada Fátima esperava ver aqui contemplada a zona rural de Cícero Dantas e viu a zona rural de Salvador, mas é isso mesmo...

A Srª Fátima Nunes:- Ribeira do Pombal...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputada Ivana Bastos V.Exª tem a palavra. A Srª IVANA BASTOS:- Bom dia a todos os deputados, dr. Ronald, ao pessoal da Claro. Que decepção! Estou passada. Cheguei atrasada mas tive todo o empenho desde ontem esperando a hora dessa reunião e quando cheguei que li a lista das 19 cidades achei que iria ver a região Sudoeste, regiões que realmente necessitam de telefone e vejo que vocês não estão tendo critérios, porque se é telefonia rural, aqui pelo que ouvi é de acordo com a vontade de vocês, porque temos um Programa Luz Para Todos, que é um programa de energia rural, esse programa tem critérios, esse programa é região Quilombola, região onde você tem isso, região onde tem mais pobres, a região onde se tem mais Bolsa Família, tudo isso no Programa Luz Para Todos tem. No Programa Água para Todos, que é um programa rural de água, também, tem esses critérios e aqui a gente não vê.

Não é com vocês, eu estou aqui com uma reportagem de jornal, que diz que na região eles estão com as associações comunitárias da zona rural, dos distritos formando grupos e que tem um repetidor que custa 32 mil reais. Cada morador, cada pessoa de uma casa está dando 25 reais para tentar colocar um repetidor para ter os telefones e dizendo que os políticos não fazem, etc.

Você chega aqui e vê Salvador completo, Camaçari, Lauro de Freitas. Você não vê, por exemplo, vou citar aqui um distrito de Pindaí, que acho que a própria empresa pediu um estudo a vocês, a Brasil Ind. Pindaí é uma cidade e tem um distrito chamado Guirapá, lá temos um grande parque eólico. Inclusive a Brasil Ind disse: Olha não temos condições de continuar naquela região sem um telefone celular. Vamos tentar pedir um estudo, não sei se é com a Claro, porque eles são clientes de vocês, para ver.

A Bahia Mineração, que você tem seiscentos homens trabalhando num lugar tipo cidade e não tem comunicação nenhuma.

Então saio daqui frustrada, infelizmente, não tive oportunidade de assistir o início, mas estou vendo que isso aqui não contempla em nada e que a Bahia está completamente desassistida, certo? E que este plano da Telefonia Rural , Srs. Deputados, está muito longe para acontecer aqui para a gente e aí

a gente perde totalmente a credibilidade, nos desmotiva, é uma desmotivação muito grande.

Então, quero deixar aqui a minha indignação por não ter nenhum município. 77, 74 está pertinho, tudo mais fácil você ir lá, então está tudo com logística para a Claro foi a melhor possível. Critério nenhum. Vamos enrolar a Bahia, vamos jogar 19 municípios lá, vamos atender outros lugares e vamos deixar a Bahia para depois.

Muito obrigada, e desculpe por qualquer coisa.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço à deputada Ivana Bastos. Passo a palavra para o Dr. Robério, representante da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia. O Sr. Dr. ROBÉRIO:- Uma informação só para ajudar a esclarecer a pergunta que o deputado Cacá fez sobre quantidade de pedidos, é que além dos pedidos que são encaminhados diretamente às operadoras, a Secretaria de Infraestrutura recebe uma quantidade de pedidos imensa. Hoje tenho lá uma planilha com mais de 700 pedidos.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço à V.Exª.

Com a palavra o deputado Joseildo Ramos, relator da presente matéria.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Deputado Paulo Azi, serei breve.

Quero dizer aos representantes da Claro, que, honestamente, perderam a oportunidade de trabalhar a imagem de vocês, de uma empresa que mexe com o consumo tão de perto e um objeto de necessidade extrema nos dias de hoje. Vocês estão perdendo uma oportunidade. São convidados para tratar de uma coisa que vocês são únicos, que é o processe de expansão da telefonia na área rural.

Fiz uma breve conta. Falando em números, os municípios de Salvador, Lauro de Freitas e Madre de Deus não têm zona rural, mas tem uma população que beira 3,8 milhões de habitantes. Se os outros forem somados, dará pouco mais de 300 mil. Já fiz aqui. Conheço bastante.

Então, com toda solidariedade a vocês- que estão sendo a ferramenta da Claro para podermos fazer esse bom debate que interessa a sociedade-, mas é inadmissível, isso é uma cortina de fumaça, isso aqui é a

própria negação do que vocês não disseram em palavras. No momento em que vocês fazem essa apresentação tão concisa, como o deputado Paulo Azi colocou, e quero aqui ratificar, tão lacônica, não estamos satisfeitos, não estou satisfeito pelo que ouvi.

Vocês não têm culpa, mas estamos sabendo do crime de lesa pátria que foi cometido com este País, no serviço que é estratégico para qualquer nação que se respeita. Isso é uma questão de segurança nacional, quanto aos serviços de telecomunicações, o Brasil jogou fora quando fez a privatização.

Observem o seguinte. A desobrigação das operadoras no processo de universalização que é o caminho natural de atender a quem mais precisa. O critério será capitalista, onde o lucro se apresentar, ou seja, o interesse econômico falará mais alto. Outra coisa também, claramente aqui é o objeto da burla na informação. Então isso aí, insofismavelmente, isso caracteriza a burla e não abriremos mão.

Esta é a Casa do Povo, cada representante tem muito que prestar conta a quem lhe elegeu. Podem ter certeza. Vocês têm consciência disso no Rio Grande do Sul e no Paraná, vocês entre si travam um verdadeiro combate por mercado, então a competição se estabelece. Vocês podem, na próxima, até não dar as informações que precisamos, mas a população saberá por parte dos deputados e por parte desta CPI séria.

Está aqui o presidente que é do DEM, meu adversário político, está aqui o relator que é do PT. Esta Casa está unida para oferecer respostas. Não estou me dirigindo a você como pessoa, estou me solidarizando com você, porque não queria estar no papel que vocês estão desempenhando aqui.

Eram essas as considerações e quero solicitar ao deputado Paulo Azi, pelo adiantado da hora, que marquemos a reunião reservada de trabalho, para que possamos tratar da itinerante que acontecerá amanhã em Feira de Santana.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Joseildo, concederei a palavra ao Sr. Dax para que ele possa fazer as suas considerações finais.

O Sr. DAX:- Nobres Deputados, eu gostaria de, finalmente, dizer aos senhores que nos estaremos esforçando ao máximo para, de alguma forma, conseguir, ao longo desse processo de implantação de banda larga rural, dar

aquilo que o povo demanda de vocês e vocês demandam das operadoras, suprir essas carências, essas necessidades que serão, obviamente, objeto dos nossos investimentos nos próximos anos.

E dizer que, como a nobre deputada falou sobre os critérios, de fato a licitação não estabeleceu esses critérios como em outros casos se estabelecem os critérios de priorização. Estabeleceu apenas os critérios percentuais, que levam a uma liberalidade maior de escolha. Mas se em algum momento esses critérios forem determinados e mudados, seja por esta Casa, seja pela Anatel, seja pelo órgão for competente para tal, nós cumpriremos.

Então, a Claro, e aí defendendo um pouco a nossa posição de empresa que cumpre todas as metas da Anatel no Estado da Bahia, que são as metas de qualidade utilizadas como critério para julgar todas as operadoras, e nós somos a única que assim faz. Óbvio que temos oportunidades e encaro as solicitações – o Robério falou de mais de 700 solicitações - como oportunidade, até mesmo de negócios, sim, para que a gente possa fazer novos negócios, melhorar o nosso atendimento que é o objetivo geral.

Estamos à disposição, eu sou o responsável pela operação da Bahia, estou aqui todos os dias, lido especificamente com as necessidades e o mercado da Bahia. E, por favor, qualquer necessidade que vocês tenham os meus contatos estão disponíveis, a gente não vai deixar...

(Alguém se manifesta fora do microfone)

O Sr. DAX:- (…) Assim o faremos e as metas serão atingidas.

Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço ao Sr. Dax Souza Filho, ao Sr. João Bezerra, ambos representantes da Claro, pela presença nesta Comissão. Quero agradecer a todos, convocar uma sessão reservada desta CPI para hoje às 16 horas. Peço à Secretaria da Mesa que comunique a todos os parlamentares integrantes desta Comissão e, às 12h59min, declaro encerrada a presente sessão.

Relato da **12ª Reunião Ordinária da Comissão de Parlamentos de Inquérito da Telefonia**, realizada em 09/04/2014.

Resumo:

É rediscutido o cronograma que estabelece as sessões itinerantes e apresentado relatório do que ocorreu durante a primeira viagem realizada ao município de Feira de Santana. É proposto que especialistas sejam convidados para explicar sobre os problemas que a radiação pode acarretar.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Às 11h:15min, declaro aberta a sessão ordinária da CPI da Telefonia, com as presenças dos deputados Joseildo Ramos, relator, Álvaro Gomes, Euclides Fernandes, Gaban, Sidelvan Nóbrega e Nelson Leal.

Gostaria de informar que, conforme deliberação anterior, esta sessão será reservada. Portanto, só deverá ser acompanhada pelos respectivos deputados que a compõem e os membros da assessoria específica desta CPI. Quero pedir a todos que compreendam que se trata de uma sessão reservada, exclusivamente para os membros da CPI da Telefonia e seus assessores. Peço, inclusive, às pessoas que controlam o acesso para informar a quem, por acaso, queira adentrar ao Plenário.

Na última reunião, nós havíamos marcado para a data de hoje uma reunião em que se trataria das questões relacionadas aos efeitos da radiação na saúde das pessoas e no meio ambiente. O prazo, efetivamente, ficou muito curto para que pudéssemos convidar aqueles que iriam participar desta reunião. Achei por bem, juntamente com o relator, deputado Joseildo, adiar essa oitiva. Vamos tratar dessa questão aqui, inclusive daqueles que haverão de participar dessa reunião da Comissão.

O deputado Joseildo tem alguns requerimentos a apresentar, e depois vamos, efetivamente, entrar numa questão relativa ao cronograma das audiências públicas no interior do Estado, porque, definitivamente, eu

considero que não temos condição de realizar semanalmente uma audiência pública com a importância que o assunto requer. Para fazer mal feito é melhor não fazer.

Então, primeiro, vamos tratar das questões relacionadas à reunião da próxima semana. O deputado Joseildo vai apresentar alguns requerimentos e, posteriormente, vamos adentrar nesse tema.

Com a palavra o deputado Joseildo, relator.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Meus colegas presentes, membros da CPI, funcionários, assessores, em primeiro lugar, nobre presidente, antes de entrar no mérito das questões que V.Exª levanta, gostaria de definir essa pauta. Não foi possível, por conta desse turbilhão de acontecimentos, mas vou colocar aqui, e entregarei na mão de cada um, alguns quesitos que precisamos vencer para prosseguirmos. Primeiro, a etapa itinerante que teremos amanhã em Porto Seguro.

Em Porto Seguro, a situação de mídia e informação na cidade, diferentemente do que aconteceu em Feira de Santana, está tudo O.K. Temos informes para dar do que ocorreu em Feira de Santana, e informes do que está pronto para ocorrer em Porto Seguro.

Sobre a questão da oitiva da saúde e meio ambiente, encontramos pesquisadores que têm muita propriedade e um currículo extremamente denso, capazes de trazer luzes para essas oitivas que faremos com eles.

Temos a Drª Denise Francisca. Trouxe o currículo dela: graduada em Física pela Universidade Federal de Alagoas; especializada em Engenharia Ambiental; mestre em Engenharia Ambiental Urbana pela Universidade Federal da Bahia; doutoranda em Biotecnologia e Saúde e Medicina Investigativa.

Seja bem-vindo entre nós, Dr. Roberto.

Portanto, é uma pessoa que está capacitada a tratar das questões que nos dizem respeito, aqui, no âmbito da CPI.

Outras pessoas são o Dr. Costa e Silva, que também tem doutorado e milita nessas questões – todos nós já o conhecemos, mesmo porque ele é assessor, através do CREA, da nossa CPI – e o Dr. Edgar Silva, que é o chefe do Departamento de Tecnologia da Universidade Estadual de Feira de Santana. Tem doutorado e pesquisa os modelos de propagação de ondas,

processamento digital de sinais e comunicações digitais e móveis.

Portanto, são técnicos que têm toda a condição de oferecer uma série de informações para nós.

Tenho, aqui, também uma proposta ainda informal, porque não está devidamente formalizada, da consultoria do professor Costa e Silva, através de uma informação vinda do deputado Gaban, através de um e-mail, e um requerimento, aqui, para providências.

Vou fazer a leitura do requerimento da Anatel.

' E ficamos de discutir aqui aquele requerimento que apresentamos e que foi aprovado. Ficou de ter o adendo a partir da informação que viria através do deputado Gaban, mas não recebemos essas informações e precisamos tratar daquela questão. Assim como precisamos tratar da questão do bloqueio de vendas também da telefonia fixa, diante das informações que recebemos aqui por parte da Anatel.

E a dinâmica das oitivas. Temos uma proposta de em vez de fazer toda semana uma oitiva, como não são tantas ao longo do trabalho da CPI, que a gente faça uma a cada 15 dias.

Então, essa é a proposta de pauta que eu trouxe aqui, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Quero saudar pela presença o Dr. Roberto, representante do Ministério Público.

E apenas para dar uma explicação ao Dr. Roberto, que na audiência pública que realizamos em Feira de Santana, eu o convidei para participar dessa sessão, porque estava na pauta dessa sessão de hoje a oitiva e extrativa relacionadas às questões dos efeitos da radiação na saúde e no meio ambiente.

Não tive o cuidado, Dr. Roberto, de informá-lo que nós, em função do tempo apertado, não tivemos a oportunidade de convidar algumas pessoas, como o deputado-relator, Joseildo, acabou de explicitar, que não houve tempo hábil para a presença dessas pessoas aqui. Em função disso adiamos essa oitiva, provavelmente ela ocorrerá na próxima semana. E hoje estaremos fazendo aqui uma sessão meramente administrativa. Mas V.Sª, querendo participar, sinta-se à vontade, não há qualquer dificuldade pela presença de

V.Sª, até porque o Ministério Público e V.Sª são parceiros nosso nesta CPI. Portanto, sinta-se perfeitamente à vontade para continuar participando desta reunião.

Vou levantar o primeiro item da pauta: trata-se da sessão itinerante prevista para acontecer em Porto Seguro. O deputado relator vai discorrer sobre o tema e trazer as informações necessárias para o conhecimento dos membros desta comissão.

Com a palavra o deputado Sildevan.

O Sr. SILDEVAN NÓBREGA:- Houve uma proposta do nobre relator para que as audiências sejam feitas a cada 15 dias. Não seria melhor colocar logo em votação essa?

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- A gente pode passar a discutir esse primeiro tema, não tem problema algum. Temos a dinâmica da CPI tem dois enfoques muito claros, um é o das oitivas, que são o chamamento de pessoas que são importantes para a discussão e o afloramento de informações que são realizadas no âmbito deste Poder nessas reuniões ordinárias e o outro viés importante são as audiências realizadas no interior através da CPI Itinerante.

Então, na nossa semana inicial ficou muito claro que não temos tempo suficiente para de uma semana para outra organizarmos tanto as oitivas, porque elas requerem uma série de formalidades, de convites, de busca de informações, quanto as questões ligadas às reuniões no interior, que são ainda mais complicadas, que além da audiência em si, ela requer uma série de providências que precisam ser tomadas pela equipe administrativa da Casa. É quase que impossível pela estrutura que nós temos, mínima, pequena, enxuta, que no intervalo de 4 ou 5 dias já dá uma estrutura pronta para a semana seguinte. Além do que, deputado, Joseildo, você como eu participamos da primeira audiência pública realizada no interior, e a exceção do presidente e do relator, só tivemos a presença, como membro dessa CPI, do deputado Sidelvan.

Então, para que a gente fique também fazendo audiências públicas no interior sem a participação dos membros da comissão, e entendemos que estamos aí já no período pré-eleitoral, isso faz com que, efetivamente, a

presença dos parlamentares seja um pouco menos assídua, e é muito ruim fazermos essas audiências no interior sem a presença dos membros da comissão.

Portanto, precisamos aqui debater, como vamos dar prosseguimento a essas duas questões, tanto as questões das oitivas, que são realizadas aqui nesta comissão, quanto as questões relacionadas às audiências no interior da Bahia.

Está aberta a discussão sobre esse assunto.

O Sr. Sidelvan Nóbrega: - Um apartre, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Sidelvan, V. Exª tem a palavra.

O Sr. Sidelvan Nóbrega: - Gostaria apenas de colocar, já pela experiência que tivemos em Feira de Santana, não sei se o material que foi recolhido na rua, não tive acesso a isso. Mas a sessão em si na Câmara não achei produtiva com relação ao trabalho dessa CPI. Portanto, pediria, tendo uma resposta com relação a isso, que pudéssemos reavaliar as cidades mais importantes do nosso Estado, e que pudéssemos fazer pelo menos uma vez, acho que daria para nos organizarmos, a cada mês e visitar essas cidades para que pudéssemos fazer um trabalho mais efetivo, poder levar mais pessoas com uma discussão mais ampla lá, até porque em Feira, não tive oportunidade de acompanhar pela manhã, mas à tarde, realmente, não houve uma produção de informações suficientes para que pudéssemos agregar o trabalho dessa CPI.

Portanto, a minha proposta é que a gente faça pelo menos uma vez, durante cada mês, em um desses lugares importantes, poderia ser Conquista, as maiores cidades que ainda têm e que pudéssemos trabalhar em cima disso, até para que pudéssemos nos organizar, levar pessoas com informação, levar mais pessoas para informar a população com relação a isso. Eram essas as minhas considerações.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Quero esclarecer, deputado Sidelvan, e já levantar também uma outra questão e que já deveremos nos debruçar no dia de hoje, que tem a ver com a colocação de V. Exª.

Regimentalmente, essa CPI tem um prazo que se inspira, se não me engano, agora no início do mês de maio.

Portanto, entendo que já cabe uma solicitação que precisa partir de um requerimento assinado por 21 deputados para que a Comissão tenha o seu prazo ampliado. E seria já interessante fazermos uma avaliação de qual prazo iríamos requerer dessa ampliação. O prazo máximo é de seis meses, mas não vejo necessidade nem como esta Comissão passar ainda seis meses sendo discutida.

Portanto, é importante observar, dentro do que V.Exª coloca, essa questão, porque se tivermos, por exemplo, mais três meses de trabalho, e aí se a sugestão de V.Exª for aquela acatada, nós teríamos aí apenas mais três reuniões no interior. Talvez a gente tentar um meio termo aí, mas vamos ouvir todos para que possamos chegar a um denominador comum com relação a essa questão.

Deputado Joseildo.

O Sr. RELATOR(Joseildo Ramos):- Bom, quero dizer, nobre deputado Sidelvan, da propriedade da questão que V.Exª levanta, ela é extremamente pertinente. Quero tratar de algumas questões que as considero questões de fundo.

Primeiro, deputado presidente e os demais deputados, quando esta Casa definiu pela CPI, que é a primeira CPI, pelo menos na história recente desta Casa, que conta com o apoio unânime de toda a Casa, portanto não há óbice do ponto de vista ideológico, essa coisa toda, já se sabia de antemão que pela envergadura do trabalho haveríamos de adentrar ou então beirar o limite do espaço de tempo que fizesse alguma competição com as responsabilidades eleitorais deste ano e também a presença da Copa. Tudo isso, naquela época, foi aventado, foi pesado, e saímos na CPI, foi dada uma publicidade enorme e a Bahia sabe e tem acompanhado, a gente nota pelo site da CPI, com muito interesse o trabalho da CPI.

Qual é o problema? Nós chegamos a uma condição única, ímpar, nesta Casa do ponto de vista da CPI. O que está acontecendo de fato? Chegamos a confabular, eu e o presidente, em Feira de Santana, na saída, preocupação. Primeiro, nós deveremos conversar com as Bancadas de

Oposição e de Situação que se uniram para poder, efetivamente, saber dos membros, aqueles que têm ainda, independente de qualquer coisa, aqui não vai nenhuma crítica, é preocupação, aqueles que estão dispostos a contribuir efetivamente com a CPI para que ela não fique envergada na responsabilidade de poucos deputados, porque aí perde a representatividade. Esse é o primeiro ponto.

Acho complicado a uma altura desta, embora entenda, deputado, acho difícil, pela representação e pelas pressões envolvidas, que a gente possa sacar qualquer cidade das que lá estão. Eu, havendo a necessidade, para mim contempla, se você tirar a metade e mantiver a representatividade, para mim está ótimo. Entretanto, quero crer que isso vai criar problemas em função dos diversos interesses aqui representados; interesses legítimos.

Então, acho que a sistemática que estamos adotando, e não temos problema nenhum em alterar a sistemática, é que não está sendo a mais adequada. Se a gente previamente estabelecer as providências para fazer duas ou três itinerantes a partir desta data, as providências nas diversas datas lá nas cidades...

O Sr. fulano de tal:- Um aparte?

O Sr. RELATOR (Joseildo Ramos):- Só para concluir o raciocínio, eu concederei o aparte.

(…) Não teremos problema nenhum. O problema maior era a quantidade de oitivas, que não são tantas, como a quantidade de cidades que teremos que ir na itinerante. Acho que por aí a gente resolveria o problema. O nosso maior problema é a presença, é a constância e o efetivo compromisso dos deputados integrantes da CPI. Com isso, não vai aqui nenhum teor de crítica a nenhum deputado, mas se os deputados não abraçarem a CPI, nós teremos problemas, porque a gente se colocou para o Estado como se a gente fosse meter o dedo nessa ferida que nos causa tanta vergonha, tanta perplexidade com as relações de consumo no, Estado da Bahia, o que nos diz respeito diretamente.

Então, a minha preocupação é essa, e acho que, se sistematizarmos o nosso trabalho, a gente resolve.

O Sr. :- Um aparte, Sr. Presidente, o senhor me desculpe. O que estou pensando é darmos um ritmo de trabalho. Eu faria uma pergunta: o que é mais importante nessas visitas às cidades é colher esses dados para as pessoas, que são os consumidores, porque aí viria uma outra ideia: manteríamos esses lugares que já foram pré-aprovados ou aprovados e mandaríamos nossa equipe técnica dessa comissão, ouviria as pessoas na rua, nas cidades com as suas reclamações, sem a necessidade de estarmos indo a todas elas. Aí já seria uma outra proposta, Sr. Presidente. Poder-se-ia mandar a equipe técnica com todo aparato para poder receber as informações necessárias da população e trazer para essa comissão.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Eu acho que a sua observação....Vejam V.Exªs que, independente de se faremos uma mensal, uma quinzenal ou uma semanal, estamos com uma sessão prevista para esta semana. A semana que vem já não a teremos, porque estamos na Semana Santa. De qualquer maneira, a próxima seria só daqui a 15 dias, a partir desta semana, prevista para Itabuna.

Eu acho, deputado Joseildo Ramos, e conversei isso com o secretário administrativo da CPI. Ele me externou as dificuldades operacionais que tem tido para dar suprimento a essa demanda de se realizar audiência pública semanalmente. É claro que a presença dos parlamentares em uma audiência no interior é muito importante, mas concordo com o deputado Sidelvan que o mais importante, tanto do ponto de vista de visibilidade da CPI, quanto do ponto de vista do acolhimento de informações, é, efetivamente, a presença da equipe nas ruas ouvindo as pessoas. E nesse ponto, existe quando se nós partirmos para fazer essas visitas no interior sem a obrigatoriedade da audiência pública, a equipe técnica tem uma folga e tem uma liberdade muito maior, até para definir datas, para definir dias na semana para que possa fazer esse levantamento de campo.

Portanto, a minha sugestão – peço a atenção dos deputados-membros para que possamos deliberar o assunto – é a seguinte: iríamos fazer a próxima audiência pública de qualquer maneira daqui a quinze dias e, a partir daí, a gente tentar, deputado Joseildo Ramos, em comum acordo, eleger cidades em que faríamos a audiência pública e cidades as quais

encaminharíamos a equipe técnica – é claro que qualquer deputado que quiser acompanhar a equipe na oitiva em campo terá total liberdade de fazê-lo. Isso dará, inclusive, à estrutura administrativa da CPI uma liberdade muito maior, porque aí ela poderá ir na segunda, poderá ir na quinta, no sábado... Não está vinculada à própria oitiva da CPI.

Se nós conseguirmos, depois de feita a próxima reunião, que será de hoje a 15, construir um cronograma que nos dê a condição de estar lá também acompanhando a equipe toda semana, ótimo. Mas acho que cabe, sim, uma avaliação mais cuidadosa com relação à obrigatoriedade da realização semanalmente das audiências públicas. Eu estou convencido de que não temos estrutura administrativa e também disponibilidade política de todos os parlamentares que fazem parte desta sessão para acompanhar. Porque vai-se chegar à situação que irão para lá o presidente, o relator e o deputado do município e mais ninguém.

Então, eu acho que, como não teremos, na próxima semana, audiência no interior, nós manteríamos o cronograma até a próxima audiência que será de amanhã a 15 dias. E, a partir daí, nós discutiríamos se manteríamos a obrigatoriedade da audiência com a presença da Itinerante nas ruas ou faríamos algo independente. A Itinerante ia e se faria a avaliação da presença e da realização da audiência pública no interior.

E, desde já, acho que poderíamos, deputado Joseildo, discutir qual será o nosso horizonte de conclusão dos trabalhos. Nós temos, como disse, a CPI se encerrando no início do mês de maio. Portanto não temos tempo suficiente, acredito, para concluir os trabalhos até o prazo final.

Temos uma previsão de recesso parlamentar ao final de junho, já com a Copa do Mundo pelo meio. E, efetivamente, estamos com uma agenda muito complicada. Por isso, acho muito importante essas oitivas. Não podemos abrir mão de realizá-las semanalmente, porque são elas que vão nos trazer subsídios para que nós apresentemos os resultados, principalmente V.Exª como o responsável pelo relatório final.

Então, vamos adentrar por agosto ou vamos tentar concluí-la ao final de junho? Essa é uma questão que devemos definir até para que se possa dar

embasamento ao requerimento, pois nós precisamos coletar a assinatura de 21 Srs. Parlamentares para submeter à Mesa da Casa.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Nobre presidente, relator, só a título de informação, na verdade, gostaria de fazer um questionamento. Qual seria o encaminhamento? Seria aguardarmos já o que está definido, o dia 10 e 11? Não seria na quinta-feira porque tem a Semana Santa e, na próxima, seria a Assembleia Itinerante de Itabuna. Estou falando das itinerantes.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Amanhã, teremos a oitiva em Porto Seguro. Está mantida a oitiva de Porto Seguro para amanhã. Porém, de amanhã a 15, a previsão inicial, não estou com o cronograma aqui, mas seria Itabuna. Já poderíamos tentar agora...

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Pelo cálculo que fiz aqui, se for quinzenal, sobrariam oito cidades, depois de Itabuna. Tirando Itabuna, sobrariam oito cidades. E nós só teríamos data para fazer quatro audiências públicas se for seguir o programa quinzenalmente. Se for para concluir 5 e 6 de junho, teríamos de cortar quatro cidades. Se for esse o caso do encaminhamento, era esse tipo e, aí, teria de...

O Sr. PRESIDENTE(Paulo Azi):- Claro que não é cortar. Você manteria a presença da CPI Itinerante no local sem a audiência pública. Entendeu?

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Acho que, na verdade, tem de se estabelecer os critérios e quais as cidades que teriam audiência pública ou não. Inclusive informar a todos os parlamentares, porque esta é uma decisão que termina mexendo até com o interesse de cada parlamentar desta comissão para que não haja algum tipo de... Acho que seria imprudente decidir isso hoje, deputado Joseildo.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Podemos discutir isso na semana que vem.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Acho importante fazer uma reunião com pauta específica. Gostaria de dizer aos parlamentares que vai ser

discutido isso para que cada um possa, aqui, defender e que possamos democratizar essa decisão.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Solicito à Secretaria da Mesa colocar, na pauta da próxima semana, a discussão acerca do novo cronograma de audiências públicas no interior do Estado.

Vamos, portanto, ao próximo passo, deputado Joseildo, qual seja, tratar das questões ligadas à audiência pública de Feira de Santana, realizada na semana passada e a previsão para audiência em Porto Seguro, que se realizará a partir de amanhã.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Olhe bem, deputado Paulo Azi, e, aí, eu solicito, desde já, o seu apoio àquilo que eu me esquecer de passar para os demais e para o deputado Sidelvan que, também, esteve presente.

Quanto a Feira de Santana, nós fizemos os contatos com uma certa antecedência, mesmo porque tivemos de adiar o prazo.

O que ocorreu em Feira de Santana? Bem, como Feira de Santana foi a primeira, nós não tivemos, aqui, a clareza de tratar do tipo de mídia, do tipo de chamamento que deveríamos fazer à comunidade. Deixamos de fazer isso no interior com carro de som. São vitais as propagandas como carro de som, faixa, essa coisa toda. Pelas atribulações da Casa Legislativa lá naquela semana e do Poder Executivo pelo que observei, embora tivéssemos tido apoio, não houve aquela movimentação por parte desses poderes. E, na minha opinião, não foi por má vontade pelo aspecto da semana.

Se não houver envolvimento em todas as cidades, a CPI não terá o brilho, qualquer uma delas independente, que poderá ter porque o interesse da sociedade é imenso. Para vocês terem uma ideia, tivemos a presença significativa no Espaço Marcos Moraes, onde as pessoas faziam questão absoluta de ir lá. Tive a oportunidade de dar entrevista com antecedência no dia anterior por telefone e, no mesmo dia, pela manhã, presencialmente lá.

Faremos isso em Porto Seguro e Porto Seguro é diferente. Anteontem, tivemos contato com a ex-deputada Cláudia Oliveira que, de imediato, se prontificou, do mesmo jeito de Feira, a dar o suporte com carro de som, vai ter faixa, compromisso da Assembleia que tem outros problemas relacionados com o centro de treinamento da Copa. Cada cidade vai ter seu

problema. Mas está tudo resolvido. Há o interesse. As rádios, lá, estão reverberando a presença da CPI. E o interesse da população é enorme. Estou me preocupando com a imagem da Casa também e a seriedade do trabalho que nos propusemos a fazer.

Existe uma coisa que nós não podemos nos esquecer, Sr. Presidente. A exemplo do que ocorreu na audiência pública de Feira de Santana, com a presença do Dr. Roberto, ele chamou a atenção, ali presente, para uma determinada manifestação de um cidadão, um ex-vereador presente na Câmara de Vereadores e, de pronto, disse: “Esse é um assunto que cabe ao Ministério Público Federal, como poderia ser do Ministério Público do Estado, do Procon ou do Crea que estava lá presente.” Isso foi muito importante.

Mas precisamos ter uma reunião, aqui, com os parceiros chamados estratégicos. Já tinha alertado sobre isso há alguns dias para poder, diante de tudo aquilo que estamos colocando, saber o que caberá a cada um do ponto de vista do seu interesse e das suas obrigações institucionais, porque temos de nos valer no tempo que temos, da presença e da operação de cada uma dessas entidades parceiras no sentido de contribuir para concretizar o relatório. Então acho que não podemos abrir mão dessa situação.

Então acho que não deixou de ser satisfatória em Feira. A primeira audiência é sempre um risco. Há, aqui, um resumo de Feira de Santana. A Claro liderou o número de denúncias registradas pela população local, tanto no site, quanto no stand. Então, obviamente, existe um verdadeiro ódio da população em relação à empresa Claro em Feira de Santana.

O trabalho teve a presença do Procon e do Ministério Público do Estado, do Crea. E os problemas mais recorrentes foram ligações incompletas, linhas fora de área, cobranças indevidas, má qualidade do sinal, descontos de créditos indevidamente. Essas foram as principais reclamações em Feira de Santana.

Portanto, nesse aspecto, foi, extremamente, importante. O que faltou foi o tempo – como V.Exª acabou de colocar – para que puséssemos a tropa com um conhecimento maduro por parte da população. Então, repito,

precisamos ter uma conversa nossa, também reservada, com os representantes dos chamados parceiros estratégicos.

A propósito, recebi uma comunicação, agora, da nossa secretária administrativa, de que existe um representante do Sindtel aí, ou seja, o sindicato que representa as empresas, solicitando a participação nesta discussão e se dizendo perplexo porque em todas as outras CPIs o espaço foi aberto. Ora, em toda CPI vai haver reuniões abertas e reuniões reservadas, e eles vão ter o seu tempo de estar aqui nas oitivas. Portanto, não procede, e é um tipo de pressão que consideramos natural de quem está na berlinda. Eu só quero passar a informação para os demais para que vocês saibam, inclusive, ele estava solicitando da secretária administrativa
uma série de informações do interesse do interesse dele. Eu disse a ela que não passasse essas informações, porque há um presidente, um relator e os demais membros efetivos da CPI, com os quais ele pode se comunicar.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Apenas para esclarecimento da comissão, como está a previsão do cronograma para audiência pública de amanhã?

O Sr. JOSEILDO RAMOS: - Desculpem, eu pulei essa parte. A parte itinerante de coleta de denúncias vai ocorrer na Praça do Relógio, na Avenida 22 de Abril, a partir das 9 horas. A equipe já foi. A única que ficou para ir posteriormente, por necessidade de estar aqui, foi Elmane, que vai de transporte aéreo. Haverá audiência pública às 15 horas, está bastante divulgada. Foi marcada uma entrevista para daqui a uns 30 minutos, para que se fale. Chega-se lá às 8h40min do dia seguinte. O objetivo já sabemos, é ouvir. A comitiva será formada com os outros órgãos parceiros, foram chamados o Procon, o Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, Defensoria Pública, OAB e o Tribunal de Justiça. Além da praça, a população pode fazer as reclamações no site. Enfim, são essas as informações sobre Porto Seguro, será od mesmo jeito como ocorreu em Feira de Santana.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Nós vamos agora adentrar a discussão sobre o oitiva que deverá ser feita na próxima semana com relação aos temas das áreas de saúde e meio ambiente.

Eu quero apenas solicitar à Secretaria da Mesa e à assessoria jurídica que, por favor, uma vez decidido aqui, vamos imediatamente encaminhar os convites para aquelas pessoas que deverão participar, para que elas tenham o mínimo de tempo necessário para se programar. Não adianta fazermos aqui uma reunião, decidir, e não sair nada daqui. Eu peço a compreensão tanto de Dr. Teles como de Dr. Thyers, que é o responsável pela formulação desses convites, que imagino que pode ser um convite-padrão, um formulário-padrão. Assim que aqui forem definidas as questões, imediatamente possamos tomar as providências que dependem de outras pessoas. Senão, passa a audiência, chega segunda-feira e nós terminamos com o cronograma completamente sobrecarregado. Eu faço esse apelo para que a equipe administrativa da CPI nos ajude para que esses assuntos possam acontecer efetivamente.

A solicitação, o convite a essas pessoas, é fundamental, senão vamos marcar, vai chegar no dia e não vem ninguém. Peço a compreensão e o apoio de V.Sªs.

O deputado Joseildo tem requerimentos a apresentar com relação ao convite de palestrantes que deverão estar aqui na próxima audiência pública.

O Sr. JOSEILDO RAMOS: -Para ganharmos tempo, peço licença aos demais membros para que não precisemos ler. É um mero convite, deputados, solicitando as presenças daqueles especialistas, de cujos currículos fiz a leitura no início da reunião. Estão aqui.

Outro problema sobre o qual quero fazer uma combinação com V.Exª, Sr. Presidente: estou fazendo um ofício para V.Exª, que vai capeá-lo como seu. Acho que estamos gastando tempo sem necessidade. Fazemos o ofício e assinamos duplamente, para ganhar tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Não há problema, já tenho o meu padrão de ofício. Na hora em que V. Exª encaminhar...

O Sr. JOSEILDO RAMOS: - Está bem. Está aqui. Agora, a Anatel....

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Submeto à apreciação do Plenário.

O Sr. JOSEILDO RAMOS::- Já é conhecido de todos?

(Inaudível.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Denise Francisca da Silva, ela é graduada em Física pela Universidade Federal de Alagoas. Do Sr. Professor Edgar Silva Júnior, professor do Departamento de Tecnologia da Universidade Estadual de Feira de Santana.

Os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Solicito que imediatamente seja providenciado o convite a essas personalidades.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Senhores, trago aqui um requerimento, um ofício de informações direcionadas, e não são todas ainda, à Anatel. Isso aqui trata apenas do que conseguimos solicitar. Não vou ler a parte convencional, de legalidade, porque não caberia, para ganhar tempo, vou dizer o que estamos pedindo aqui. Vejam as informações que estamos pedindo à Anatel: quais os critérios objetivos definidores da rotina de fiscalização dos serviços de telecomunicações prestados pelas operadoras do sistema no que tange a: item 1 - oferta e qualidade dos serviços de telefonia móvel dentro da área de cobertura de cada operadora, para ela responder. 2 - observância dos critérios técnicos relativos à construção e implantação das estações de rádio bases, inclusive quanto ao número de antenas instaladas e a relação entre a área exposta ao vento e a capacidade portante das torres.

Deixem-me explicar o que é isso: os técnicos colocam lá a torre e, às vezes, deputado-presidente, tecnicamente, ninguém está medindo aquelas antenas que são circulares e que oferecem resistência à passagem do vento.

Esse tipo de resistência incide na capacidade de portar aquelas instalações e a antena pode envergar, pode cair, pode ruir, e isso está sendo observado. Isso aqui é fruto de sugestões dadas pelos nossos assessores, a fim de que a gente busque essas informações da Anatel. Apenas para exemplificar. 3. Observância das exigências da lei municipal que define os critérios de implantação das ERBs, principalmente com relação à proteção da saúde e do meio ambiente. São os temas que vamos tratar, mas recebemos denúncias e informações, inclusive, dos assessores, de que na maior parte dos municípios as operadoras fazem o que querem, botam do jeito que querem, não obedecem às leis e acabou. 4. Compartilhamento de infraestrutura na

implantação dos serviços envolvendo mais de uma operadora, além das regras de operação e manutenção dos serviços que doravante serão prestados. A história do compartilhamento. 5. Qualidade dos serviços de atendimento aos consumidores. V.Exªs não têm idéia dos problemas de assédio moral, dos problemas gravíssimos de condições de trabalho que envolvem os SACs dessas operadoras, onde mais de uma dezena de trabalhadores recebem salário mínimo e são colocados numa situação terrível. Qualidade da apresentação das faturas mensais, objetivando garantir o pleno entendimento daquilo que é cobrado do usuário. Qualidade da veiculação de propagandas comerciais de responsabilidade das operadoras com foco nas leis de defesa do consumidor. Qualidade dos serviços terceirizados, envolvendo também as condições de trabalho nos setores administrativo, de atendimento ao consumidor, de implantação, expansão, operação, manutenção e reparação de serviços de telecomunicações.

2 - Qual o nível de articulação formal entre a Anatel e os órgãos ligados à defesa do consumidor, à fiscalização do cumprimento das leis e ao exercício profissional, tais como Procon, Ministério Público e CREA, respectivamente. Se existe a articulação, ela tem caráter sistemático?

3 - Quais os principais indicadores técnicos definidos e adotados pela Anatel para aferir a qualidade da prestação do serviço de telecomunicações? Especificamente no caso da suficiência de mão de obra especializada, as operadoras cumprem os indicadores técnicos usualmente praticados, a exemplo da relação entre disponibilidade de técnicos em telecomunicações e o número de terminais de atendimento?

4 - Mapa de cobertura do sinal da telefonia móvel atualizado da área territorial sob responsabilidade de cada operadora.”

Então, depois aqui é só se despedir formalmente. Mas esses quesitos apareceram à luz da sugestão da nossa assessoria técnica e também das oitivas e dos trabalhos que temos levantado até então.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Em discussão o requerimento. (Pausa) Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram (Pausa.) Aprovado.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Gente, temos uma situação pendente que foi objeto de discussão, inclusive levantada pelo vice-presidente Mário Negromonte, que está aqui presente. Parece-me, salvo engano, que aprovamos o requerimento naquele dia, à unanimidade, e ficamos de resolver na semana que passou sobre informações adicionais que deveriam ser trazidas por outros membros para que o acostássemos e maturássemos, indo adiante.

Na semana passada não me parece que tenha havido informações adicionais, e quem as tinha, segundo se disse, foi o deputado Gaban. Não apareceu aqui. E aí precisamos discutir se se vai passar adiante, o que se vai fazer, para não ficarmos com questões pendentes apenas e tão somente nesse aspecto.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Eu gostaria apenas, deputado Sidelvan, antes de adentrarmos neste outro tema, deputado Joseildo, de dizer que nós estamos aqui, por enquanto, ainda tratando da questão da oitiva da próxima semana.

Então, foram aprovados nesta CPI os convites aos pesquisadores. Acho que precisamos definir para que já possamos informar aos órgãos parceiros aqueles que deverão igualmente estar presentes a essa oitiva. E aí sugiro a participação dos Ministérios Públicos Estadual e Federal, do CREA, que em tese já estará representado pelo Roberto da Costa e Silva... Ah, sim. Ele virá como expositor. E a presença do Procon, que inclusive solicitou dela participar.

Portanto, solicito à Secretaria da Mesa que também já prepare um ofício dando a esses órgãos informações da realização dessa audiência pública com esse tema específico e solicitando que eles encaminhem representantes para participarem de tal oitiva. Falo do Procon, dos Ministérios Públicos Estadual e Federal e do CREA.

Não sei se tem mais alguma sugestão. Parece que alguém me falou de notificar o Cremeb, não sei se vale a pena. Fica aí a discussão para o Plenário...

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Eu gostaria de discutir isso.

Acho que, como envolve essa questão relacionada...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Só pra botar um molho nesta sua discussão, discutiremos também se é conveniente ou não a presença das operadoras para que nós possamos... E aí é que peço, Srs. Parlamentares, a atenção de V.Exªs porque estamos aqui tentando discutir temas importantes para o encaminhamento da CPI. Vamos debater um assunto realmente importante que é polêmico. Trata-se das questões dos efeitos da radiação no meio ambiente e na saúde das pessoas. O deputado-relator convida alguns palestrantes de universidades, pessoas que têm conhecimento da matéria. Eu apresentei há pouco o indicativo do convite também aos Ministérios Públicos, tanto Federal como Estadual, e ao Procon. E precisamos avaliar a conveniência de, na oitiva, estabelecermos ou não o contraponto. Se é melhor ficarmos ouvindo só um lado ou já realizarmos um debate com as duas posições sendo explicitadas, que seriam, no caso, as das operadoras e as de toda essa gama de personalidades que estariam presentes.

Vou sugerir, deputado Joseildo, a depender da quantidade de pessoas que venham à audiência, que tentemos até antecipar o horário desta Comissão, porque começando uma oitiva como essa às 11 horas, infelizmente, não vamos conseguir concluir no prazo regimental.

Passo a palavra a V.Exª.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Eu acho que este é um tema - gostaria de pedir a atenção dos Srs. Deputados - em que existe muita dúvida, porque em muito pouco trabalho científico a Academia tem-se ocupado dessa matéria. Muito pouco. É uma coisa incipiente, ainda, na Academia Brasileira. E parece-me que o nível de fiscalização que é trabalhado no sentido da proteção à saúde e ao meio ambiente é pífio do ponto de vista não só da agência reguladora, mas também dos órgãos que tratam o exercício profissional.

Portanto, a minha sugestão - até saliento, peço a atenção dos servidores da CPI -, a minha opinião é de que se envolva o Cremeb, o Inema, que trata das questões ambientais aqui do Estado, e os Sindicatos dos Trabalhadores em Telecomunicações e das Operadoras, além dos representantes que possam efetivamente falar em nome destas. Isso porque estão mandando para cá prepostos subalternos que não se posicionam, ou seja, de qualquer maneira elas estão presentes, mas não se comprometem. É

um artifício que tem sido utilizado inclusive nas audiências para que as operadoras estejam presentes sem, de fato, estarem mergulhadas no processo.

Então, solicito à Secretaria da CPI que se ocupe dessas informações. E peço à nossa Coordenação de Comunicação - está aqui o Rogério - que se ocupe de colocá-las na mídia para que esta, toda ela, também se ocupe da matéria considerando a alta relevância que temos, mesmo porque vai sair daqui uma série de aspectos que não estamos vendo nos livros, nas matérias que são veiculadas nos jornais. Estamos no escuro perante uma questão tão delicada quanto esta.

O deputado Sidelvan Nóbrega com a palavra.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, Sr. Relator, a gente também acha de suma importância, com relação à radiação, a presença do Cremeb e dos seus representantes aqui para que eles possam também contribuir para esta discussão trazendo, de repente, dados técnicos nos quais esta Comissão possa então se basear.

Então, acho importante essa colocação de V.Exª e quero pedir que seja incluído no rol dos que virão à CPI o Cremeb para que ele tenha o seu representante.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Bom, vamos aguardar. O presidente está fazendo uma ligação. Aguardaremos porque há alguns encaminhamentos que precisamos fazer.

Tem aqui também - vou aproveitar, que o presidente está ali - uma... Através do deputado Gaban, Sr. Presidente, mandou um e-mail para mim, não sei se enviou a V.Exª, mas existe informalmente uma proposta de assessoria, de consultoria, por parte do Sr. Costa e Silva, que é técnico na área, para que a gente leve ao conhecimento da Mesa Diretora desta Casa. Eu gostaria que V.Exª se debruçasse sobre isso aí e colocasse para os pares esta questão.

O Sr. Presidente (Paulo Azi): - Apenas, ausentei-me por um minuto, V.Exª colocou sua posição com relação às presenças para as oitivas da semana que vem e das operadoras também?

O Sr. Joseildo Ramos: - O que as operadoras estão fazendo? V.Exª lembra. Eles serão responsabilizados.

O Sr. Presidente (Paulo Azi): - Eles serão convidados para participar da audiência pública, se eles se negarem a participar, a responsabilidade será deles. E aí nós alteraríamos,excepcionalmente, o horário da audiência pública para as 10h na próxima semana.

Aprovada a alteração do horário para as 10h da próxima semana.

Peço atenção da secretaria para emissão de todos os convites para os órgãos e entidades que foram aprovadas nessa reunião. Importante salientar que colocando o tema específico que deverá ser tratado na próxima reunião “Os Efeitos da Radiação na Saúde das Pessoas e no Meio Ambiente.”

Recebi, deputado Joseildo, também o e-mail do deputado Gaban, vou conversar com a presidência da Casa e fazer um apelo, dada a importância do assunto, para que ele possa autorizar a administração da Casa a assumir essa despesa.

O próximo item da pauta, os requerimentos e providências do item IV, V.Exª já teve a oportunidade de expor. Discutimos aqui, semana passada, deputado Mário e deputado Leur, a questão do requerimento que V.Exª apresentou e que solicita o encaminhamento da representação ao Ministério Público. Se não me falha a memória, a deliberação seria no sentido de aguardar a continuidade dos trabalhos da CPI, sob pena de que uma vez aprovado e encaminhado o requerimento ao Ministério Público cessariam os efeitos e o trabalho da CPI, relativo a este tema. Se não me falha a memória foi isso, mas submeto ao Plenário a discussão do referido requerimento que solicita ao Ministério Público Federal providências no sentido de solicitar da Justiça a suspensão do serviço de internet móvel.

Se V.Exª quiser defender o ponto de vista de V.Exª.

O Sr. Joseildo Ramos: - Não, apenas que foi esse o assunto, Sr. Presidente. A única preocupação que temos é que há uma matéria pendente. Só isso. O meu apelo é para que discutamos o que fazer com a matéria pendente.

O Sr. Presidente (Paulo Azi): - Pelo que me recordo, o requerimento de V.Exª foi aprovado mas ficaria no aguardo do avanço dos trabalhos da CPI para, se fosse o caso, encaminharmos ao Ministério Público a referida solicitação. Foi o que entendi.

O Sr. Leur Lomanto Júnior: - Concordo com o entendimento de aguardar um pouco mais, deixando claro já o que aprovamos. Esperando o momento adequado para avaliarmos.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi): - E, inclusive, quero acrescentar em relação a essas solicitações externas que acho que podemos nos debruçar com uma solicitação parecida com esse tema naquilo que se refere à questão da telefonia móvel na zona rural. Fiquei profundamente insatisfeito com as informações que foram prestadas nesta Casa. Acho que precisamos nos aprofundar sobre esse tema.

O Sr. Leur Lomanto Junior: - Sr. Presidente, já foram encaminhadas todas aquelas perguntas que foram feitas, algum retorno por escrito por parte da operadora sobre aqueles questionamentos?

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi): - Deputado Joseildo?

O Sr. Joseildo Ramos: - Olhe bem, creio que essa novidade que a Claro colocou deverá fazer parte do contexto do bojo daquilo que vai no requerimento. Quer dizer, é um adendo que vai na linha do que se discutiu aqui do ponto de vista de levantar mais informações para fazer um requerimento com mais detalhes, enfim, do jeito que foi anteriormente trabalhado e encaminhado. O Procon passou as informações, estão aqui. Agora, é importante que cada deputado, isso é um alerta, leia o objeto da licitação feita para ampliação do sinal da telefonia móvel na zona rural, caro deputado presidente. Para que todo mundo saiba dos artifícios e dos problemas que estão contidos naquela licitação. Porque aquilo será, sem sombra de dúvida, objeto de requerimento de informações e de questionamentos que faremos aqui com a presença da própria Anatel e das operadoras.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi): - Olha, foi pertinente o questionamento do deputado Leur. E aí quero fazer um chamamento ao Plenário, qualquer deputado tem autonomia para solicitar ao presidente a solicitação de informações aos órgãos. Não pode ficar o relator sobrecarregado com essa questão.

Estou falando isso, porque, efetivamente, muitos foram os pontos que não foram respondidos naquela oitiva da Claro. E que, quando ele era

inquirido, dizia que encaminharia posteriormente esses documentos e nós terminamos não oficializando essas solicitações e ele, até agora, não se pronunciou. Inclusive sobre um documento que considero importantíssimo, que é aquele em que ele disse que solicitou a Anatel a alteração do ... Precisamos, urgentemente, fazer uma retrospectiva daquela audiência para oficializarmos aquela operadora dos pontos que ele não respondeu e que ficou de encaminhar as informações a esta CPI. Isso foi muito bem lembrado por V.Exª, deputado Leur.

O Sr. Joseildo Ramos: - Olhem, não está fora de controle. Prestem atenção, quero colocar para os demais deputados que faremos isso, apenas não trouxemos mais um requerimento, porque precisávamos debater, fazer o que gente fez. Todos esses pontos estão gravados. Aquilo que ele não respondeu e que se comprometeu de responder vai ter que fazer.

O Sr. Leur Lomanto Junior: - Temos que dar celeridade a isso, porque daqui a pouco tem outra audiência pública, são outras oitivas.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi): - Acho que já deveríamos fazer um ofício cobrando a resposta às solicitações que foram feitas a ele. Não sei se faríamos um ofício genérico cobrando todas as informações que ele se comprometeu em encaminhar à CPI ou se fazemos ponto a ponto. Aí fica a critério do deputado Joseildo, que é o relator, o encaminhamento que ele gostaria de dar.

Com a palavra o deputado Mário Negromonte.

O Sr. Mário Negromonte: - Sr. Presidente, boa-tarde, gostaria de parabenizar a iniciativa de V.Exª, relator, deputado Leur Lomanto Júnior, que foi quem entrou aqui com um pedido de requerimento para que a Claro viesse a disponibilizar esses dados relacionados à zona rural. Gostaria de lembrar que também fiz um encaminhamento aqui no pedido que foi encaminhado pelo nobre relator, em requerimento, para que fosse ampliado o pedido de V.Exª, que só questionou a questão da GVT; não, da internet móvel. O encaminhamento nosso não foi esse. Ali foi um questionamento.

O meu encaminhamento foi que também se incluísse ao requerimento para que fosse pedido ao MP a suspensão das internets de uma forma geral. Esse foi o pedido: não só do telefone móvel, as internets de uma

forma geral, e também dos telefones que não estão prestando serviços, enfim. Mas também que essa comissão viesse a se organizar para que ouvisse não só a Claro, como foi ouvida aqui, que também fosse chamada a Vivo e todas as outras operadoras. O encaminhamento foi esse que fizemos naquela oportunidade. Aí, nós tocamos na questão da GVT.

O Sr. Joseildo Ramos:- Respondendo a V.Exª para não haver dúvidas. Já existe um plano de trabalho que aprovamos e nesse plano de trabalho tem um cronograma onde essas operadoras virão, já está previsto. Eu disse naquele dia. Não é só a Claro, não. A Claro em específico veio por conta da telefonia.

O Sr. Mário Negromonte:- Qual foi o encaminhamento? Que pudesse antecipar isso para que a gente pudesse antecipar inclusive o requerimento.

O Sr. Joseildo Ramos:- Ficamos de decidir isso e a gente pode decidir a qualquer momento.

O Sr. Mário Negromonte:- Para que a gente pudesse encaminhar e antecipar o requerimento. Acho que V.Exª foi muito feliz no requerimento.

O Sr. Joseildo Ramos:- Agora, quanto à questão da suspensão da venda daqueles serviços e outras coisas que se trataram, isso tudo deve ser tratado no bojo do requerimento, também falamos isso, para não fazermos um outro requerimento solicitando coisas separadas.

O Sr. Mário Negromonte - Era isso que eu gostaria, relator, de incluir a esse requerimento, a gente expandir logo e já fazer...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Mário, só para esclarecer a V.Exª. O requerimento do deputado Joseildo Ramos foi aprovado, mas a comissão deliberou que nós não iremos já nesse momento fazer o encaminhamento ao Ministério Público. Vamos aguardar o aprofundamento das informações para se for o caso fazer a representação.

Portanto, no momento em que decidirmos pelo encaminhamento ao Ministério Público, aí, sim, acho que cabe a solicitação de V.Exª para incluir essa outra questão também naquilo que será representado ao Ministério Público.

O Sr. Mário Negromonte :- Mas veja, Sr. Presidente, eu não quero antecipar isso. O que quero, na verdade, é antecipar a oitiva para que a gente...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Vou submeter essa discussão aqui, dessas oitivas, assim que concluirmos essa fase dos requerimentos que o deputado Joseildo está colocando. Lemos ainda, não entramos ainda aqui, não é? Tratamos da questão do recolhimento, do pedido de bloqueio, V.Exª aqui fala de um requerimento da Anatel, já aprovamos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Telefonia fixa que ele acabou de dizer.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Aqui não. O que o deputado Mário fala é de internet.

O Sr. Mário Negromonte:- Internet convencional, a fixa e a gente ampliar isso para os telefones também, as linhas fixas ou móveis.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Aí o deputado Joseildo Ramos vai tratar.

O Sr. Joseildo Ramos:- Deixe eu explicar para a gente convergir. Foi bom você ter levantado isso aí, deputado, porque houve uma afirmação terrível da Anatel. Ela disse textualmente, ela reconhece que a infraestrutura estava sucateada, porque no momento em que ele disse inclusive, especificamente, que boa parte da vida útil dos componentes da infraestrutura da telefonia fixa já havia, sim, ultrapassado, ele disse aqui. Então, como é que a gente vai ouvir isso da Anatel? A quem compete tratar dessa questão? Ele teve o entendimento de que está sucateado e continua a vender, também, novas linhas com um péssimo atendimento.

Nós conversamos com alguns representantes de sindicato que nos procuraram. A situação é terrível! Quando se solicita reparação e manutenção, eles têm artifícios; colocam na estatística das empresas; não fazem o serviço, porque não geram margem. No entanto, só fazem quando estão ampliando serviço.

São coisas escabrosas!

Há outras denúncias. Além disso, recebemos uma denúncia através do meu mandato. Todos sabem que sou o relator. Por isso, as pessoas mandam diretamente às vezes. E o cidadão colocou-se na condição de

integrante do chamado Conselho de Consumidores. E, hoje, a Anatel obriga que cada operadora tenha um Conselho de Consumidores, no qual qualquer pessoa coloca-se na eleição para participar do Conselho de Consumidores e para o suposto controle social das operadoras.

O cidadão foi conversar pessoalmente, porque o chamamos ao nosso gabinete. E ele disse que não há controle; que a eleição é feita pela Internet; que as regras não são claras, e que não há ninguém que esteja observando se há seriedade ou não nessa situação. Este relato é para os senhores verem como está o novelo dessa questão do sistema de telecomunicações do País.

Só estou colocando aqui, porque vamos nos enveredar e nos deparar com situações inimagináveis de que estejam acontecendo.

Quero alertá-los, porque há muitas coisas das quais não teremos tempo de nos ocuparmos.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Acho, deputado, que já poderíamos externar que está sob objeto de discussão da CPI a inclusão de uma solicitação de um requerimento, também, ao Ministério Público, solicitando o bloqueio de vendas de linha fixa em função da informação da Anatel e da total falta de manutenção dessas linhas. Já vamos soltar isso.

O requerimento já está sob discussão. V.Exª não apresentou ainda.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Não apresentei, porque ficamos com aquele suspenso. Ficamos de reunir mais informações. Ficamos esperado Gaban, mas ele não trouxe.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- A comissão avalia a solicitação de suspensão no serviço de telefonia fixa no Estado da Bahia.

O Sr. BRUNO REIS:- Esse é o nosso encaminhamento, Sr. Presidente, para entrar no bojo do requerimento de V.Exª e mais a Internet, porque ninguém precisa de dados e de provas de que a Internet não está funcionando.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Insisto no ponto de que, também, precisamos ver como vamos tomar providência com relação à questão da telefonia móvel rural. Quero voltar ao assunto. Precisamos tomar providência,

porque esta é uma cobrança que tenho sentido na pele, até porque geramos essa expectativa.

Com a palavra o deputado Leur Lomanto.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Sr. Presidente, faço, aqui, um encaminhamento no sentido de solicitar, o mais rápido possível, a transcrição da reunião com o representante da Claro, porque foram diversos questionamentos e, daqui a pouco, nem lembraremos dos questionamentos feitos. Precismos ter isso armazenado. E que seja feito de maneira específica. Questionamento tal, cobramos a resposta desse e desse, elencado um por um. Encaminhemos em nome da comissão ou do relator, pouco importa.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Então fica a responsabilidade do deputado Joseildo Ramos, como relator, a solicitação para que encaminhássemos também isso. Vamos estudar, também, algum tipo de providência junto ao próprio Ministério Público Federal, porque, dessa forma, ele estará na alçada federal algum tipo de ação nesse sentido. Eu confesso, fiquei abismado. Primeiro, a maneira como o edital de licitação foi feito, o grau de liberdade que a empresa tem. Se vocês verificarem, eles excluíram cidades que já existem o atendimento, praticamente. E as outras cidades, fora da região Metropolitana, são muito pequenas, com área territorial quase mínima.

Acho que nós precisamos adentrar para forçar a empresa assumir compromisso com a Bahia. Não é possível que... Se ele fosse cumprir com aquilo que determina, em tese, o edital de licitação, seria 30% das sedes municipais atendidas até junho de 2014, deputado Mário, eles seriam obrigados já agora em junho. Veja que isso vem desde de 2012, a licitação ocorreu, o contrato vem de janeiro, fevereiro de 2012, porque a licitação foi em dezembro. Então, desde de 2012 ele já estaria, em tese, adotando providências para concluir, agora, em junho de 2014, 30%. Se ele tivesse adotado um critério linear, a Bahia já estaria contemplada em junho de 2014 com 125 municípios. No entanto, ele está, pela previsão dele, apenas com 19. E esses 19, todos cincunscritos na região Metropolitana de Salvador ou municípios muito pequenos.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- O que representa um pouco mais de 5% do total.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Pois é.

Agora, o que é que vai interessar a ele? Ele sairá com uma estatística – foi muito bem levantado pelo relator, deputado Joseildo Ramos – de uma população enorme, porque está Salvador, deputado Mário. Salvador! Não sei se V.Exª teve a oportunidade de estar na audiência, dentre os municípios que ele está contemplando estão Salvador e Lauro de Freitas, municípios que não têm zona rural.

Então, nós precisamos chamar a atenção desse ponto e buscar ações concretas para forçar... Porque ai é um desejo da operadora, nesse ponto a CPI pode adotar providências que obrigue a operadora ter outra visão. Ela tem de assumir outro tipo de compromisso com o nosso Estado. Nós não podemos aceitar, passivamente, que ela cumpra o que foi previsto na lei fazendo atendimento em São Paulo. Até porque, se ela for nesse ritmo, São Paulo terá muito mais do que os 30%, por exemplo. Se ele, na Bahia, só tem 5% e precisa cumprir 30, possivelmente, em São Paulo, terá passado da meta.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Outro questionamento que deve ser feito é quantos forma feitos em São Paulo, quantos foram feitos no interior do Estado...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):-Quanto está previsto?

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Quanto está previsto?

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Então, é importante que façamos, de imediato, deputado Joseildo, esses questionamentos...

O Sr. Joseildo Ramos:- Na próxima...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Só para concluir.

(…) para que nós tenhamos até instrumentos, dados oficiais para definirmos quais as ações que devemos fazer. E aí ou será uma ação que ele deverá ser chamado para um entendimento, para apresentar uma proposta concreta de mudança desse cenário, ou, então, vai ser uma ação no âmbito judicial.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Sr. Presidente, só para concluir aqui e ajudar nesse debate sobre a Claro, a zona rural e o atendimento que deveria ser prestado.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Pois não, deputado.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Eu acredito que, nesse caso específico, já poderíamos envolver o Ministério Público e promover o primeiro TAC. Esse deveria ser o primeiro TAC – Termo de Ajuste de Conduta – com a Claro sobre pena de suspensão. Para mim, esse tema é o mais importante …

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Fundamental...

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- É o tema fundamental aqui desta CPI. Por quê? Quantas pessoas, lideranças e prefeitos recebemos em nossos gabinetes reclamando do atendimento na zona rural, no seu município, no seu distrito?

Eu quero encaminhar, Sr. Presidente, para que possamos chamar o Ministério Público. Fazer uma audiência o mais rápido possível. Até esperar um pouco o requerimento de V.Exª relacionado à internet e fazermos relacionado à operadora Claro.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Joseildo, a rapidez do deputado Mário é próprio da juventude. É próprio da energia que a juventude emana. Só quero ponderar com o deputado Mário que é fundamental que tenhamos dados oficiais que deverão ser oferecidos pela própria operadora para que tenhamos condição, até jurídica, de adotar as providências que V.Exª está pleiteando.

Mas acho, sim, que esse é um tema que temos de tratar com muita força e, claro, pode ser objeto de um TAC, é bom que seja pois assim será algo acordado, consensual, ou vamos ter que tomar outro tipo de providência. Mas, para que possamos seguir o caminho de V.Exª, precisamos que a empresa responda aos questionamentos. V.Exª não estava aqui na audiência. É fundamental que ela responda aos nossos questionamentos, porque essas respostas efetivamente nos darão instrumentos tanto para buscarmos um consenso, quanto para buscarmos uma ação judicial. Se nós já chamarmos, nesse momento, um encontro entre o Ministério Público e a operadora, não teremos dados técnicos suficientes para propormos esse entendimento.

O Sr. Joseildo Ramos:- E haverá o natural desgase sem necessidade.

O Sr. Paulo Azi:- Se não conseguirmos um acordo, isso vai ser uma frustração. Mas acho que esse é um tema que deve e vai ter a atenção devida desta comissão.

Deputado Sidelvan.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Lembrando, Sr. Presidente, um detalhe importante que o deputado Joseildo colocou. Esse representante da Claro, em todos os momentos em que foi questionado, sempre citou “nós estamos cumprindo a legislação”. Acho que também é importante darmos uma olhada nisso porque o Ministério Público...

O Sr. Paulo Azi:- Do ponto de vista legal ele tem as suas razões.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Acho que seria importante partirmos para o acordo, para que a Bahia seja beneficiada nisso.

O Sr. Paulo Azi:- Exatamente isso. Deputado Joseildo ainda tem algo a colocar antes de entrarmos em outro assunto?

Quero discutir para que possamos ter um horizonte um pouco mais de longo prazo. Na próxima semana, que seria o dia 16 de abril, próxima quarta-feira, teríamos aqui a audiência pública com os representantes da área de saúde e meio ambiante. Acredito que exista um outro tema de fundamental importância, que temos de também adentrar, que são as questões ligadas à Defesa do Consumidor, que é, afinal, o tema que nós temos uma condição maior não só de atribuição mas de fortalecimento do ponto de vista jurídico e legal.

A minha ideia seria fazer também uma audiência pública com tema específico das questões ligadas à defesa do Consumidor, e aí também com o Procon, com o Ministério Público Estadual e com outras entidades que porventura sejam convidadas.

A dúvida é se a gente já previamente definiria essa reunião para tratar das questões ligadas à Defesa do Consumidor na audiência pública posterior à da próxima semana, pois já teríamos um tempo maior para ir tomando as providências necessárias ao assunto ou se deixaríamos essa questão dessa agenda para discussão posterior, ou até substituição desse

tema por outro que, porventura, a comissão desejar. Acho importante já deixarmos mais ou menos definido o que faríamos na sessão do dia 23 de abril, que seria posterior a essa que já está com a pauta definida.

Deputado Joseildo.

O Sr. Joseildo Ramos:- Pela ordem, presidente, o que temos visto por aí é a mais completa indignação perante os serviços que são prestados. Eu acho que temos uma oportunidade, que temos liberdade de fazer essa mobilização dos lugares onde iremos e de anteciparmos alguns ou de postergarmos outros, a depender das nossas possibilidades e dos interesses da própria CPI.

Acredito que poderíamos, sim, fazer em dois pontos, na quinta e na sexta, na CPI Itinerante de Salvador, com a devida visibilidade, a coleta das denúncias nos bairros. Escolhemos, aqui, três grandes bairros – é apenas uma hipótese –, e nos dois dias colocaríamos e faríamos, aqui, no grande auditório, uma audiência, convidando os órgãos parceiros e as operadoras a terem assento, para que a mídia se ocupe, definitivamente, dos trabalhos. Essa é a minha sugestão.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Eu acho fundamental que nós coloquemos as operadoras no contraponto. Não dá para fazermos uma audiência, levantarmos as queixas e tudo mais, e as operadoras ficarem ali caladinhas, ouvindo, sem se posicionar. Então, acho fundamental que, a partir de agora, para todos os temas que definirmos aqui, convidemos também as operadoras.

A minha dúvida é apenas se essa questão, que, claro, tem esse viés externo, público, de apelo popular, porque, afinal de contas, esse tema fez com que nós tomássemos essa iniciativa, mas também tem detalhes técnicos que envolvem o assunto... Precisamos definir se deixaremos para tratar desses detalhes numa audiência pública maior, como V.Exª sugere, ou se trataremos do tema no âmbito dessa comissão. Essa é apenas a dúvida que fica, aqui, para que possamos debater. Caso se considere não ser necessário fazer uma reunião específica com as pessoas envolvidas nessa questão na oitiva do dia 23, precisamos definir o que faríamos nessa sessão ordinária, para que não fiquemos com o tempo atropelado. O meu desejo é esse, que tenhamos um

prazo maior para que possamos tomar as providências. Então, na semana que vem...

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- (…) nós já estamos com o assunto definido.

Há um outro tema que poderíamos trazer para a CPI que considero importante: como estão as questões ligadas aos investimentos das operadoras no Estado da Bahia. Podemos também buscar tratar dessa questão agora. Aí teríamos que trazer para esta Comissão a Anatel e as operadoras, para tratar dessa questão. Sendo assim, submeto ao Plenário a definição.

Deputado Mário Negromonte Júnior, passo a palavra a V.Exª.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Sr. Presidente, com relação à questão da agenda, das sessões e da pauta só tenho uma preocupação. Estava conversando com o deputado Leur Lomanto Junior, que, a partir de junho e, principalmente, de julho, o senhor sabe, nós teremos de caminhar ao interior da Bahia para jogar o nosso bloco na rua e fazer a nossa campanha. Então, acredito que, em algum momento, teremos de sentar e definir como trataremos a questão da CPI no período eleitoral, principalmente, a partir de julho. Temos de ver se precisaremos modificar essa data, ou melhor, esse dia e o horário, para que possamos continuar vindo, aqui, num dia e num horário convenientes a todos.

Na verdade, pelo andar da carruagem, pelo que estamos observamos, a cada sessão sentimos uma necessidade de ampliarmos a discussão, de retornar à audiência a pessoa que participou da oitiva, de ouvir, aqui, mais uma vez a pessoa ou o inquirente. Sendo assim, acredito que precisaremos de um cronograma mais prolongado. Faço um encaminhamento, Sr. Presidente, para que possamos sentar depois ou só nós, aqui, em outro momento, para que possamos definir tudo isso e não prejudicar a CPI.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Sidelvan Nóbrega, passo a palavra a V.Exª. O Sr. Sidelvan Nóbrega:-Sr. Presidente, com relação à fala de V.Exª – dada a importância desse evento para os consumidores, porque o que moveu a instalação dessa CPI foi, exatamente, a prestação de serviços dessas empresas aos concumidores – acho que poderíamos planejar

para que essa sessão fosse realizada não apenas no âmbito dessa sala, mas transformá-la numa coisa maior, em que pudéssemos chamar as associações de consumidores, a OAB, o Ministério Público, enfim, todos os envolvidos. Que pudéssemos fazer uma grande convocação a todo o povo das nossas cidades, especialmente de Salvador, para debater isso e trazer as operadoras. Acho que isso requereria um tempo maior para que pudéssemos amadurecer... De repente, não nessa, mas na próxima, seria o encaminhamento para que a gente pudesse fazer, e traria uma outra pauta para essa data.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):-Agradeço a V.Exª.

Portanto, deixaríamos para definir na próxima sessão o cronograma das próximas oitivas.

Não havendo mais assunto a tratar, declaro encerrada a presente sessão, às 12h46min.

Ata da **13ª Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito** da Telefonia 16/04/2014.

Resumo:

Oitiva com especialistas que falaram sobre os efeitos da radiação das telecomunicações em seres humanos e seus impactos no meio ambiente. Estavam presentes ainda os representantes do PROCON, Secretaria de Infraestrutura do Estado, operadoras Oi, Tim, Vivo e Claro, além do Sintell e Sinditelebrasil.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Às 10h15min, declaro aberta a 13ª reunião ordinária da CPI da Telefonia, que objetiva hoje o debate com o tema relacionado aos efeitos da radiação na saúde das pessoas e no meio ambiente. Quero, desde já, fazer as devidas ressalvas em função da situação por que passa hoje a nossa cidade, já que ontem à noite foi decretada uma greve da Polícia Militar, o que por certo gerou uma série de dificuldades e muitos parceiros que foram convidados para participar desse encontro, até o

presente momento, não chegou a esta reunião. Espero que eles possam participar deste encontro.

Quero registrar a presença do professor Edgar Silva Júnior, da Universidade Estadual de Feira de Santana, que vai debater o referido tema; o representante da Seinfra, Dr. Robério Ronald; os representantes da OI, da TIM, da Claro, da Vivo, também o representante do Sindicato Brasil, que engloba todas empresas de telefonia e o Sinttel, que representa os trabalhadores.

Quero, inicialmente, colocar para esta comissão que, ontem, recebi um ofício do sindicato que congrega as operadoras do sistema de telefonia cujo teor eu vou passar para todos os membros desta CPI . Eles solicitam, nobre parlamentares, e se colocam à disposição para comparecer a esta comissão com o intuito de dar uma visão geral do quadro dos sistema de telefonia no Brasil e na Bahia. Segundo eles, isso seria de extrema importância para facilitar o entendimento sobre o referido tema. Nesta comissão já existe o desejo, inclusive a aprovação da oitiva das operadoras. O sindicato que as representam se coloca à disposição para fazer um encontro inicial, e nós haveremos de discutir, deliberar com relação a essa matéria.

Antes de passar a palavra para o professor, Dr. Edgar, que vai discorrer sobre o tema, vou passar a palavra ao nosso nobre relator, deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Bom-dia a todos e todas, temos hoje a oportunidade de abrir uma discussão que entre nós reside muita dúvida, e é um tema que precisa ser esclarecido. É uma pena que hoje tenhamos essa conturbação em termos de mobilidade na cidade, por conta da greve dos policiais, mas já temos uma das pessoas, que é o Dr. Edgar Júnior, que está aqui presente. Ele vem da Universidade de Feira de Santana, é especialista em radiação, propagação em ondas. Ele tem trabalhado nessa área e vai fazer uma apresentação para nós. Também gostaríamos de dizer que tem a representação além do SindTelebrasil, do |Sindicato dos Trabalhadores, o Sintel, que tem acompanhado inclusive a CPI Itinerante.

Estivemos lá em Porto Seguro, Sr. Presidente, V. Exª não pôde estar presente por conta de outras obrigações, mas constatamos in loco a total precariedade dos serviços de Internet lá naquela localidade, e saltam aos

olhos, deputado Leur. A situação, chega ao ponto de alguns estabelecimentos, por exemplo, no hotel em que estávamos presentes tem um aviso de que em determinados momentos haverá problema de transmissão de dados em função de congestionamento. No hotel. Isso para você vê a situação que encontramos em Porto Seguro. Foi uma audiência muito concorrida e também na praça várias pessoas reclamando, 80% das queixas eram voltadas à da transmissão de dados.

Então, encontramos uma situação específica lá em Porto Seguro, levantamos os dados e hoje, deputado presidente, vamos nos ocupar de um tema que para nós tem sido algo muito pouco discutido neste País, que é a questão do impacto para as radiações do ser humano e eventualmente do meio ambiente e também o problema que temos que nos debruçar sobre eles, que é a uniformização da legislação em nível de estado das antenas, considerando que a titularidade desse tipo de norma é municipal.

Portanto, haveremos de sugerir para o Estado, como um produto dessa CPI, a unificação dessa norma legal para que todos os municípios não tenham dessemelhanças nas suas normas que disciplina a implantação de antenas nos seus territórios. Era só isso, Sr. Presidente, para darmos celeridade aqui aos trabalhos.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Antes de passar a palavra ao Dr. Edgar, apenas gostaria de registrar aos membros desta Comissão que no relatório que o SindTelebrasil encaminhou a esta Comissão, eles fazem uma série de arrazoados relacionados a esse tema. Traz aqui uma série de informações, de questionamentos com os devidos posicionamentos.

Infelizmente, esse documento só chegou as minhas no dia de ontem e por isso, mesmo, não tive tempo de encaminhar a cada um dos membros desta Comissão. Mas pelo que vejo aqui no teor do relatório, efetivamente, traz muitas informações acerca do tema que estamos a discutir.

Vamos iniciar a fase das discussões. Quero registrar a presença do Dr.Costa e Silva, ele que é professor da Universidade Federal da Bahia e membro do Conselho Regional de Engenharia. Mais uma vez é um prazer, uma satisfação tê-lo aqui conosco.

Passo a palavra ao Dr. Edgar Silva Júnior, da Universidade Estadual de Feira de Santana. Mas antes gostaria de convidar o representante do Procon para que tenha assento no Plenário da Comissão, e também os representantes do Sintel e do SindTelebrasil. Por favor, adentrem aqui ao Plenário, é uma satisfação tê-los aqui conosco.

O Sr. EDGAR SILVA JÚNIOR: - Bom-dia a todos, sou formado em Engenharia Elétrica, tenho Mestrado e Doutorado também em Engenharia Elétrica pela Universidade Federal de Uberlândia. Vou fazer aqui algumas considerações para vocês a respeito da análise de propagação em sistemas rádio móveis.

Com rádio e propagação já tenho alguns anos, meu Doutorado foi nessa área e na verdade o que eu faço é criar modelos de propagação que são interessantes no sentido de planejar redes de rádio comunicação. Dou aula de mestrado na Universidade Estadual de Feira de Santana, há 7 anos, sou professor adjunto e na verdade oriento alguns alunos de mestrado que vão me acompanhar nesse tema e tenho um projeto de pesquisa intitulado Modelo de Propagação Microcelulares em Áreas Urbanas e Rurais com as Frequências nas Faixas de UHF e Micro-ondas. Esse projeto de pesquisa inclusive já foi financiado pela Fapesb, adquirimos alguns equipamentos, realizamos e estamos realizando algumas medições sempre no sentido de contribuir para esse campo.

Vou contextualizar a apresentação: No início dos anos 90, com a introdução de sistemas como GSM, Globo Sistem Comunicacion, entre outros, tais como... O GSM seria 2G; hoje temos o MTS aplicado no Brasil, que seria 3G; e hoje já tem vindo sistemas de 4ª geração, que apontam aqui no Brasil utilizando modulação FDM, Wimax, LTE e por aí vai.

Isso então gerou um crescimento muito grande nas comunicações móveis no mundo todo. E isso se deve, entre outras coisas, devido à integração de voz, dados e imagens em um só canal. Você pode digitalizar tudo isso e transmitir via um único canal. Hoje, já se faz tudo isso, acesso a vídeos na internet, dados, uma série de coisas, faz vídeo conferência... E uma coisa que aumentou também foi a troca de informações comerciais e pessoais em todo o Planeta.

Tudo isso vem contribuir para o crescimento das comunicações móveis do mundo todo. Vale ressaltar que no Brasil já temos mais de um celular por pessoa. Ou seja, a demanda não só por voz mas também por dados vem continuamente crescendo.

Hoje, não podemos mais chamar os celulares de simplesmente celulares, na verdade, são terminais com acesso à internet, filmadora, máquina fotográfica, wolkman, enfim, celular faz tudo. Você pode inclusive fazer gravações, uploads de vídeos, videoconferência, etc. E agora com a introdução da TV digital esses aparelhos, inclusive, vão ser receptores da TV digital. Vamos poder acessar a TV no ônibus, no trem, no carro, em qualquer lugar.

Vale registrar, se não estou enganado, na época do ministro Hélio Costa, ele determinou a gratuidade do serviço de TV digital para as TVs abertas. Então as pessoas vão poder receber no próprio celular a TV digital, os canais abertos.

O Sr. …..:- Bom, com relação ao 3G, serviço de terceira geração, abriu-se uma possibilidade de um sonho futurístico da humanidade, que era a videoconferência, hoje utilizando, por exemplo, no celular ou no terminal, talvez seja a denominação mais apropriada, terminal portátil. Você pode, por exemplo, utilizar programas como o Skype e fazer videoconferências com pessoas em qualquer lugar, desde que haja uma cobertura. Então os sistemas do tipo 3G, devido a sua velocidade, possibilitou esse tipo de coisa.

Bom, isso faz com que, hoje, caminhemos para um sistema de computação onipresente. O que seria isso? É poder acessar dados, acessar vídeos. Você pode se comunicar via videoconferência de qualquer lugar que você esteja. Ou seja, acessando a rede 3G, redes Wi-Fi, que são as bem conhecidas com números iniciais 802.11, que estão nos restaurantes, nos hotéis, enfim, aeroportos. “Wi Marks”, na verdade, já é considerada uma rede 4G hoje, devido utilizar modulação FDM – Multiplexação por Divisão de Frequência –, bluetooth, etc.

O que se vai ter, na verdade, é que a pessoa vai poder acessar dados em qualquer lugar que ela esteja.

(Interferência de outrem.)

O Sr. …..... :- A gente tem, aí, um probleminha. Com esse aumento do número de celulares, com esse aumento do acesso de dados pelas pessoas, a gente encontra um problema que, na verdade, começa a congestionar o espectro não só com relação à voz, mas, principalmente, com relação a dados. Quando todo mundo estiver acessando dados aí, isso vai ter de ser, realmente, bem mais planejado e bem mais pensado.

Bom, uma das soluções que se vem propondo no mundo todo seria a reutilização de frequências. O que seria reutilização de frequências? Vou dar um exemplo bem simples da figura. Vejam, em vez de se ter, por exemplo, uma Estação Rádio Base, como a gente chama as antenas de transmissão de celulares, cobrindo aqui esta área, nós faríamos o quê? Colocaríamos diversas estações do tipo rádio base configurando diversas microcélulas. Onde se tinha uma macrocélula, vamos, agora, ter diversas microcélulas cobrindo a mesma região.

Ora, existem vários benefícios dessa configuração. Primeiro, a redução na potência do transmissor. E isso vem de encontro ao que o deputado tinha mencionado dos efeitos para a saúde humana. Então, se você pode, por exemplo, dividir esse espaço todo – a gente está falando hoje de frequência de forma espacial –, você pode, inclusive, alocar uma quantidade maior de usuários.

Por exemplo, se a gente utiliza nessa parte aqui, nessa antena, nessa Estação Rádio Base uma faixa do espectro eletromagnético, que é utilizado para a gente transmitir os dados digitais, a gente pode, aqui, utilizar diversas faixas em microcélulas adjacentes. E isso faria com que você aumentasse o número de usuários, pudesse oferecer uma boa qualidade, tanto de voz, quanto de dados, quanto, também utilizar outras faixas de freqüência ali.

Por exemplo, se aqui eu consigo cobrir n usuários com uma potência maior, porque as distâncias, obviamente, são maiores, aí eu vou ter obstáculos ali, que vão gerar reflexões, difração, vão gerar pontos onde não há cobertura se não for feito um bom planejamento.

Então, em vez disto aqui, através desse esquema de microcélulas, você consegue, tendo, obviamente, um bom planejamento, ter uma cobertura melhor.

(Inaudível)

O Sr. ROQUE:- Macrocélulas.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Por exemplo, o cidadão que fosse atendido no modelo que o senhor está propondo, o cidadão que fosse atendido nessa microcélula no canto esquerdo inferior, o cidadão que estiver no ponto oposto a ele, a transmissão... Ele teria condição de ter acesso ou ficaria circunscrito só àquela...

O Sr. ROQUE:- Na verdade, essa transmissão não é necessariamente circular. Ela pode ser adaptada, por exemplo, à base de dados estrutural do local, de forma a cobrir o local todo.

Na verdade, esse tipo de configuração é pior para uma macrocélula, porque se você não tem uma cobertura em determinado ponto, o que se faz em geral? Aumenta-se a potência para atingir essa cobertura e não se faz um planejamento para que se atinjam aqueles valores mínimos de potência.

(Inaudível)

O Sr: - Essas antenas seriam as mesmas que hoje são usadas ou seriam microantenas, porque há uma divisão desse sinal dentro dessas áreas, não é isso?

O Sr. ROQUE:- Não, eu acredito que o pessoal das empresas já tem em operação microcélulas.

Aqui nós vamos ter... Ótimo, eu tenho diversas microcélulas ali, posso aumentar o número de usuários, posso aumentar a minha taxa de dados para cada usuário, porque, uma vez que vou ter uma parte maior do espectro eletromagnético, eu vou poder alocar canais de maior faixa de freqüência para cada usuário. E isso, maior faixa de frequência, maior largura de banda, implica diretamente velocidade de dados.

Então, só que para este esquema aqui, ótimo, vou...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Não quero interrompê-lo, mas já interrompendo, gostaria de que o senhor dissesse com mais clareza quais os benefícios que na sua visão esse modelo proposto traria?

O Sr. ROQUE:- Vou chegar lá. Então, na verdade, o benefício direto, os principais benefícios seriam: a redução da potência da estação rádio base, o que traria vários benefícios, e também o aumento do número de usuários, ou

seja, a possibilidade de cobrir um número maior de usuários e fornecer taxas de dados mais altas para cada usuário.

No mesmo espaço, eu consigo alocar um número maior de usuários utilizando esse esquema de microcélulas, com uma qualidade melhor e oferecendo uma taxa de dados bem maior.

Aqui, a gente tem duas configurações: se, nesta macrocélula, eu não tenho reúso de freqüência... O que seria reúso de frequência? Eu não tenho células adjacentes com a mesma faixa do espectro eletromagnético, eu posso aumentar a potência do meu transmissor sem precisar de um planejamento para cobrir determinada área. Então, não, necessariamente, necessita-se fazer um planejamento para cobrir determinada área que não esteja coberta, o que a gente chama de black-spots. Isso, obviamente, é uma coisa ruim, porque se pode tentar conseguir a cobertura simplesmente aumentando o nível da potência, e não fazendo um planejamento adequado.

Já nesse esquema de microcélulas, o que acontece? Você não pode aumentar ao seu bel-prazer a potência das antenas de transmissão. Por quê? Porque, na verdade, você vai ter canais adjacentes ali com a mesma frequência. Então, se você aumentar... Por exemplo, se eu coloco uma faixa de frequência nessa microcélula e ponho essa mesma faixa de frequência naquela microcélula de cima, o que vai acontecer? Se você aumentar mais a potência, você vai interferir na outra microcélula. Então, isso o obriga - e aí vou voltar ao meu intento - a desenvolver modelos de propagação mais apurados, o que antes é preferível a você instalar o caro, o hardware, porque é caro instalá-lo. Você simplesmente faz um modelo de propagação, valida-o com medições, porque ele tem de ser validado, e aí na sua simulação, no seu modelo você pode variar a altura da antena, a frequência e a posição dela, o que vai dar-lhe uma boa estimativa antes de instalá-la. Ótimo!

Então, você precisa desses modelos de propagação mais apurados. O problema é que para estas distâncias pequenas, tais como microcélulas, os modelos atualmente utilizados, que são modelos estatísticos baseados em medições, apresentam erro considerável. E aí, se eles apresentam erro considerável, não se pode utilizá-los, visto que você quer uma rede otimizada, um planejamento bom que maximize a sua taxa de dados, maximize o número

de usuários e minimize o que a gente chama de interferência ou taxa de erro de bit, que é a quantidade de bits errados enviados a cada x bits, por exemplo, porque hoje a comunicação é toda digital.

Então modelos determinísticos, baseados em traçado de raio - e vou mostrar aqui superficialmente como são eles -, são mais precisos e eficientes.

Aí é feito um projeto de engenharia, e então descrições matemáticas do transmissor, do receptor, do efeito do ambiente no sinal, ou seja, a congregação das equações de propagação com a base estrutural de dados do local vai dar-lhe um modelo razoável. Isso, pessoal, não é novidade que eu estou trazendo aqui, não, pois é feito em países desenvolvidos como os Estados Unidos. Em Nova Iorque, já desde 1991. A Politécnica daquela cidade tem um convênio com a AT&T. E aí o que eles fazem? Há um estudante que fez mestrado no IME, doutorado na própria Politécnica de Nova Iorque e dela saiu direto para a AT&T. Esse aluno tem uma integração empresa/escola. Eles têm essa integração. O indivíduo já sai de lá treinado para atuar ali mesmo, no campo de modelo de propagação.

Uma vez que você construiu o seu modelo, vai colocar isso numa simulação. Pode, então, avaliar a performance antes de construí-lo em hardware, porque, na verdade, você levantar uma torre, implementar todo o hardware, todo o setup, tudo isso é extremamente caro.

Portanto, na verdade, esses modelos mais precisos vão, sim, fazer diferença tendo um papel fundamental no êxito das empresas de telecomunicações. Uma empresa que não for capacitada para elaborar modelos de predição precisos vai produzir uma rede cara e muito provavelmente de má qualidade. Por que uma rede de má qualidade? Primeiro, vou voltar à figurinha porque, se tenho muitos usuários em uma macrocélula e ali o meu espectro de frequência limitado, obviamente vou alocar um número máximo de usuários a cada instante. Se, porventura, o número deles que está tentando acessar a rede naquele instante for maior do que a capacidade da minha rede, o indivíduo nem consegue fazer as ligações. Então já aconteceu isto comigo várias vezes, ter que reiniciar o meu celular pra conseguir alocar um canal para ele. Isso se falando em serviços de voz, que têm uma faixa, uma

banda de frequência bem menor do que as de frequência de dados. Bem menor.

O Sr. :- Já teremos aí grandes problemas em relação a alguns pacotes de algumas operadoras.

O Sr. EDGAR SILVA JÚNIOR:- É. À medida que cresce o número de usuários, à medida que cresce a demanda, se não tiver uma rede bem planejada, você vai, sim, ter problemas. E os problemas de voz são só o início, porque os de dados são bem piores, já que a largura da banda de dados é bem maior do que a da banda utilizada para voz.

Bom, continuando, então.

E por quê, por exemplo, uma rede de má qualidade? Suponhamos que a empresa vai instalar essas macrocélulas dispondo de modelos de propagação comerciais. Um modelo de propagação é desenvolvido com base nas medições realizadas lá em Dallas. E aí se tenta aplicar para regiões brasileiras. O problema é que os erros são muito altos, e aí, se são muito altos, a predição da intensidade do sinal, quando se faz reuso de frequências... Por isso, não adianta você aumentar o número de células indiscriminadamente. Ele tem de ser planejado porque na verdade, quando você o aumenta indiscriminadamente, mesmo que esteja reutilizando frequência - o que é uma coisa boa, aumentar o número de usuários, disponibilizar uma faixa maior do espectro para que aumente a velocidade de dados - vai gerar o quê, o que acontecerá? Você vai ter interferência das microcélulas de mesma frequência, ou seja, essa interferência vai fazer com que se aumente a taxa de erro de bit, um padrão que a gente usa, o número de bits errados que vão ser enviados, por exemplo, nos pacotes.

Taxa de erro de bit, taxa de erro dos pacotes. Enfim, o que acontece? Essa taxa de erro de bit ou taxa de erro de pacote, ficando alta, vai gerar uma má qualidade na transmissão dos dados porque obviamente, se você tiver de retransmitir os que já foram transmitidos, vai levar bem mais tempo para fazer a transmissão, por exemplo, dum download de vídeo ou acessar dados, etc.

Então a gente tem duas questões, duas vertentes. Uma é não reutilizar frequência, e aí você fica limitado com relação à quantidade de usuários e à

taxa de dados. E a outra é reutilizar frequência, porém não planejar esse sistema.

Bom, isso na verdade é um projeto de engenharia. Não vou entrar nesse mérito, mas o que está acontecendo ali é eu pegar a equação da onda eletromagnética e congregar isso com a minha base de dados estrutural. Eventualmente com a minha topografia do local também.

Aqui, nós temos um modelo de dois raios, um modelo simples. Foi feita uma análise que não está presente nas literaturas, porque, na verdade, você tem diversas aproximações dos modelos que a literatura traz. E aqui é uma demonstração de que é possível laborar modelos precisos para propagação de sinais. Esses sinais foram medidos nas áreas rurais de Malboro e New Jersey, EUA. Seria esse valor em preto aqui. E esse valor, em azul, seria o modelo que desenvolvi em minha tese para frequência de 900 MHz. Então, isso para propagação é muito preciso. São resultados muito bons.

Aqui são da área da Baía de São Francisco, temos resultados calculados em azul e os resultados medidos em preto pontilhados. Também resultados bem próximos. E o que fiz? O que viemos fazendo ao longo do projeto. Estou com vários alunos orientandos de mestrado, iniciação científica, em parceria com o professor Gilberto Garrido da Universidade Federal de Uberlândia, foi meu orientador, a gente tem cada vez produzido de forma mais detalhada esses projetos de engenharia de telecomunicações. Ao ponto de que eu possa, por exemplo, na minha tese de doutorado ter utilizado um programa, não sei se vocês conhecem, que é o Google Earth. Ele te dá a base de dados, principalmente em áreas urbanas, ele dá uma base de dados muito confiável, via satélite, do mundo inteiro, mas em algumas cidades essa base de dados é mais completa.

Então quando eu estava desenvolvendo a minha tese, fui no Google Earth e fiz uma leitura dessa base de dados para tentar aplicar ao meu modelo. Fiz essa leitura, como falei para vocês, tenho que congregar as equações de propagação com a base de dados estrutural do local, é um projeto de engenharia, um projeto complexo, mas que dá resultado. E, então, aqui são valores medidos e comparados para Av. Lexington, em Nova York, em Manhattan.

Esses valores em preto são os valores medidos; e os valores em azul, os valores calculados. Esses resultados já foram publicados em veículos específicos para esse tema. Na verdade há também uma comparação com valores medidos e valores calculados para a 22th Street, também em Manhattan. Com valores muito próximos.

Ou seja, o que queria mostrar é que é um trabalho de engenharia, mas compensa no sentido de você atingir o mais próximo possível do sinal. Enfim, temos esse projeto, como comentei, na UEFS, consegui adquiri alguns equipamentos, através de um projeto financiado pela Fapesb. Quais são esses equipamentos? Tenho um analisador espectral portátil, com antena direcional, em que saio procurando uma Estação Rádio-Base, aponto para a Estação Rádio-Base e faço uma análise espectral. Vejo em qual frequência aquela Estação Rádio-Base está transmitindo. Com base nisso, tenho um outro equipamento que se chama analisador de cobertura celular. Então, ligo esse equipamento num computador com software, programo nesse software a frequência que quero que seja medida, ligo as antenas, ligo no acendedor de cigarro do carro e saio medindo. Obviamente, as empresas têm esse sistema de medição. Elas têm um sistema de medição, elas têm o que a gente chama de drive teste. O que estou tentando fazer é converter tudo isso que foi desenvolvido ou transferir esses resultados que foram desenvolvidos e foram validados para medições lá fora, fazer isso aqui para cidades brasileiras.

Então, ligo meu equipamento no carro e saio com as anteninhas medindo. Esse software que disponho também executa as medições. E, como ele tem um GPS integrado, ele faz as medições e joga para o mesmo Google Earth do qual obtinha as bases de dados. Ora, excelente, porque executo um modelo, faço um projeto de engenharia com base de dados oferecida pelo Google Earth e o meu equipamento me fornece medições no mesmo Google Earth. Posso exportar essas medições para o Google Earth ou posso, também, exportar para um arquivo de dados. Essas medições são realizadas na Av. Paulista, em São Paulo.

Com a conexão aqui da internet, posso até mostrar o equipamento. Consigo jogar as medições realizadas, consigo visualizar - porque tenho GPS integrado - as medições lá onde foram feitas. É claro que dispondo do que a

gente chama de GIS - Geographic Information Sistem - ou de uma base de dados estrutural do local mais apurada, a gente pode melhorar esses modelos. E essas medições vão me dar o ponto exato em que elas foram tomadas, latitude, longitude, altitude, vão me dar a velocidade em que o carro estava e vão me dar a intensidade do sinal. Ou seja, a minha ideia seria comparar esses valores medidos com os modelos implementados. E aí transferir essa tecnologia e começar a implementar modelos ou fazer adaptações para modelos em cidades brasileiras.

O Sr. Cacá Leão: - Edgar, um detalhe, até agora você tem nos apresentado informações bastante ricas, principalmente para quem é da área, mas em algum momento você vai colocar as questões do impacto na saúde?

O Sr. Edgar:- Comentei com o deputado Joseildo que essa não é a minha especialidade. O que posso oferecer aqui em relação ao impacto na saúde é que uma rede melhor planejada, uma rede com um planejamento benfeito vai ter índices de radiação menores, ela vai ter uma potência menor e, por conseguinte, efeitos menores para o ser humano.

O Sr. PAULO AZI:- Dr. Edgar, só um aparte a V.Sª. Esse modelo que V.Sª está propondo tem um claro viés no sentido da melhoria da qualidade do sinal, e entra nessa questão da radiação. V.Sª está partindo, então, da premissa de que efetivamente o excesso da radiação proveniente das antenas ou dos próprios celulares podem causar algum mal à saúde das pessoas? É a premissa que V.Sª...

O Sr. EDGAR:- Não, na verdade, essa não é minha área de especialidade. Existem estudos...

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Vou complementar, porque aí V.Sª já responde aos dois. Pelo que entendi, e já sabia que V.Sª não trata da questão do rebate dessas questões na saúde humana, mas disse bem claramente que um modelo mais bem adequado para a utilização de radiação menor, consequentemente, sem sombra de dúvida, isso vai ser uma qualidade da prestação de serviço melhor, se bem planejada. É isso que V.Sª está tentando demonstrar.

O que eu quero saber é o seguinte: o que efetivamente está acontecendo aqui no País? Se em algum momento se vai comparar o que se

está vendo, por exemplo, lá fora, onde as curvas, ou seja, a determinação in loco que você faz é a comparação com a curva daquilo que foi planejado bate, mais ou menos, e se isso ocorre no Brasil ou não.

O Sr. EDGAR:- Com relação à saúde, eu já havia comentado com o senhor que não é minha área de especialidade. O que posso acrescentar é que não sei como é feito o planejamento do ponto de vista das empresas de telecomunicações. Isso teria que ser perguntado a eles, mas uma coisa é fato: um bom planejamento... E aí não se pode na verdade, simplesmente, eliminar as redes de telecomunicações, o que se pode é fazer um bom planejamento para que os níveis de potência fiquem abaixo do recomendado. Então, esse abaixo do recomendado, não sei também se a Anatel fiscaliza isso, na verdade, com esse planejamento você pode atingir e vai claramente atingir níveis menores de potência. Não posso concluir se isso tem algum mal para a saúde, não é minha especialidade. Mas o fato de se ter uma rede bem planejada vem diminuir a probabilidade de isso acontecer, se for o caso.

O Sr. :- Esse planejamento no qual você reduz as áreas de cobertura e, consequentemente, você reduz a potência, você usa em locais de grande interesse de tráfego.

O Sr. EDGAR:- Isso, áreas urbanas, rodovias.

O Sr. :- Na hora em que você chega numa localidade pequena no interior você vai botar uma ERB só e com uma potência relativamente alta, se comparada com as células pequenas que você implanta numa cidade maior para, inclusive, conseguir uma cobertura maior. Então, numa localidade rural você não teria, seria muito caro você colocar mais de uma “Erb” para poder reduzir potência.

O Sr. EDGAR:- Com certeza.

O Sr. :- Aí, no caso, um modelo mais preciso também viria no sentido de ajudar na cobertura do sinal, porque em áreas abertas, áreas rurais, você tem basicamente o modelo de dois raios, e dependendo das variações da topografia do local, você tem variações desse sinal. Esse planejamento viria no sentido de contribuir com relação à cobertura efetiva, porque aí, uma vez que você faz um bom planejamento, você consegue ainda,

na simulação, verificar se todas as áreas que você pretende vão ser efetivamente cobertas.

O fato de você implementar ou instalar uma estação rádio-base sem o conhecimento de como pelo menos isso vai se dar, implica que você pode deixar pontos sem cobertura. E esses pontos sem cobertura, depois, obviamente, serão ajustados com o aumento de potência, o que é nocivo, não é legal. Mesmo você não tendo uma região densamente povoada, tal como o centro urbano, tal como uma rodovia, é interessante também você fazer esse planejamento do ponto de vista de áreas rurais, porque você tem, do ponto de vista de sua simulação, uma noção de como vai-se dar a cobertura antes de instalar esse hardware. Percebe? Depois que se instala o hardware, que é caro, aí, entra-se naquelas coisas: ou vai ser feito o que a gente chama de gambiarra, ou vai ser feita uma setorização, ou vai ser feito um aumento de potência, enfim. O que não é o ideal.

Bom, não consegui mostrar, mas, enfim... É que a rede aqui não contribuiu... (Pausa)

(Nesse momento, nada foi gravado.)

O Sr. (…):- Eu vou responder. Eu só queria dizer que a gente começou a trabalhar exatamente com o Ministério Público, isso antes de ter a norma da Anatel.

E, você, do sindicato, eu sugeri até para a sua assessoria que convidasse o Grimaldo. Eu sei que o Grimaldo, hoje, está na Claro, mas o Grimaldo é da Oi. Eu já debati com o Grimaldo várias vezes. E o Grimaldo vai apresentar o contraditório. Foi a minha sugestão para poder escutar o lado deles.

A última vez que foi medido dentro do shopping, eu ainda era da UFBa, e já achei níveis perto de 30volts por metro. Conseguimos, naquela época, que eles retirassem as antenas, e dentro do shopping a coisa deve ser por cabo irradiante, como eu acho que está no Salvador.

Eu só daria a autorização para a obra ou Habite-se se colocasse o cabo irradiante. Aí, cada operadora ia plugando no cabo irradiante. Ele irradia ao longo do shopping todo com baixa... Tenho trabalho sobre isso. Isso é uma coisa que a prefeitura precisa fazer.

O principal problema é que não se tem informação. Vocês batem só porque tem a coisa federal. Acontece que nos prédios tem engenheiro, os caras moram, e tem os ambientalistas. O cara descobre que tem a norma russa, que tem a norma italiana, que tem a norma suíça, e vocês não avisam. Aí mostra lá os 61volts.

Acreditem, sou projetista e vivo disso, é perfeitamente plausível que eu construa com 2volts por metro. Veja que aqui na Bahia se fazia com 9volts por metro, e as teles faziam com 9volts; de 61, já é uma boa queda.

Avisem às pessoas. Vocês não avisam, aí o cara toma conhecimento e vira um pandemônio. Já fui em reunião de condomínio de dar soco. “Eu nunca recebi radiação na vida”, o cara fala; quer dizer, ele nunca tomou sol? É mostrar que o sol é muito mais perigoso, e nós vamos à praia depois das 10, nos torramos. Isso tem de ser posto, e dar as informações corretas porque assim desmistifica. O promotor falou bem, esclarece.

Nós não podemos viver hoje sem a internet, é mania. Então, vamos viver, só que vamos viver adequando as coisas. Eu não peço nem o que ele propõe, que seria o ideal dos ideais, mas, no mínimo, 2.500 é diferente de 700, é diferente de 1.700, é diferente de 2.100. Então, confessem que não tem a mesma cobertura. É só isso, é viável. Isso é papo que não consegue botar a torre; não ganha dinheiro, e vocês escutaram a Claro, está gravado o que a Claro falou – eu já falei isso para vocês há quanto tempo? - não vão investir no Nordeste. Nós não damos rentabilidade, somos pobre.

O Sr. Joseildo Ramos:- Eu não queria perder esse gancho e mais uma vez deixar claro... Olha o nome da operadora, Claro, em matéria de marketing, perfeito. Observe a questão da telefonia rural aqui na Bahia. Quando recebemos a lista dos 19 municípios, dentre eles 3 que não têm população rural, Madre de Deus, Salvador e Lauro de Freitas, mas têm 3,8 milhões de habitantes, e os outros 16 somam pouco mais de 300 mil. Os outros têm, mas são municípios pequenos, insignificantes. Aí se faz uma licitação à nossa querida Anatel em que os 30% de expansão daquilo que é considerado zona rural não é normal a todos os Estados. Ou seja, é um lote onde temos o Norte de São Paulo, temos Estados na Amazônia e temos a Bahia. A Bahia foi claramente preterida por conta disso. A questão é econômica.

Esse nó que teremos de desatar. É por isso, meu caro Dr. Roberto e Zé Carlos, do PROCON, que teremos de ter uma conversa com os parceiros estratégicos, uma conversa nossa para em cada eito da responsabilidade constitucional de cada órgão. Que a gente, em conjunto com as operadoras, não perca essa oportunidade de melhorar essa questão.

Eu espero que se observe a CPI como uma perspectiva de começarmos a melhorar, porque, se o foco for, tão somente, a questão do mercado, teremos que bater de frente, efetivamente, para ver se dá alguma coisa de retorno. Nós não vamos ficar calados!

Eu queria fazer essa consideração, porque isso está engasgado! A pessoa da Claro – mesmo havendo aspectos jurídicos envolvidos nessa questão das oitivas – veio para não dizer nada. Chegou aqui e ficou... Foi uma apresentação lacônica. Não enfrentou nenhuma das questões que foram colocadas, deixando a todos nós perplexos. Isso não está certo, isso é não querer contribuir! É não querer contribuir! É botar debaixo do tapete as coisas que a gente precisa tratar.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço ao deputado Joseildo Ramos.

Convido o Dr. José Carlos, representante do Procon da Bahia, para se pronunciar.

O Sr. JOSÉ CARLOS:- Srs. Deputados, na condição de representante do Procon, que trabalha numa área mais ligada à relação da qualidade do serviço em prol das reclamações dos consumidores que lá chegam, eu queria uma informação. Eu quero saber um pouco – também gostaria do posicionamento do Dr. Costa e Silva, a quem muito admiro, em razão dos seus trabalhos acadêmicos – com relação... Eu estive ouvindo, na audiência de Porto Seguro, às queixas de que a qualidade do serviço não melhora em função da colocação de antenas. Eu sempre ouço isso. Eu queria saber, inclusive das operadoras, como ficou aquela questão de compartilhamento de infraestrutura. Será que isso está sendo feito ou existe alguma regulamentação e isso não está seguindo em frente? O que compromete? Ou, então, todas as operadoras já estão, realmente, com um problema crônico de não poder fazer esse compartilhamento de infraestrutura.

O Sr. Costa e Silva:- O compartilhamento é norma. Então, eles não podem alegar que não pode. Recentemente, fui num condomínio. Uma operadora faz um contrato com o condomínio, mas ela não quer que os outros entrem. Aí, uma bota a culpa no outro, e o outro bota a culpa nela. Isso tem de ser encarado, porque é norma! Está na norma! Eu já mostrei para vocês. O assessor técnico da Casa tem condições. É norma, tem de botar, pode fazer.

O que eu vivo dizendo... Eu fui de tele por 15 anos, tenho orgulho disso. A gente tem de saber que, com o progresso, as velocidades vão aumentando. Se a velocidade vai aumentar e não tem ninguém controlando quantos assinantes você está jogando, aí a ligação começa a cair, a velocidade diminui... Se antes eu falava na minha casa de Itacimirim, hoje, tenho de sair para falar. Não tem cabimento! Não tem cabimento! Se botou gente demais, quem está controlando?

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço ao Dr. Costa.

Só quero registrar que, dentro daquilo que o José Carlos falou, deputado Joseildo Ramos, não sei se V.Exª se recorda, quando esteve aqui o Dr. Rebouças, representante da Anatel, nós questionamos com relação a esse tema da dificuldade alegada pelas operadoras para a instalação das antenas no interior. E ele disse que não tinha recebido nenhuma queixa de qualquer das operadoras com relação a essa questão. Esse foi um ponto que ficou muito bem anotado. Nós questionamos a ele para saber da Anatel como está essa questão da dificuldade alegada pelas operadoras. E ele foi muito claro ao dizer que não havia registro na Anatel de nenhuma queixa de dificuldades relacionadas às legislações municipais.

Passo a palavra ao Dr. Roberto.

O Sr. Roberto:- Prometo não me alongar com relação a esse assunto. Deputados, já há um certo ciúme! Na Região Oeste, temos duas grandes cidades que rivalizam. Ir em Itabuna e não ir em Ilhéus é um problema, não é isso? Hoje, ir a Barreiras e não ir a Luís Eduardo Magalhães é um problema. Já estão pedindo a presença da CPI em Luís Eduardo Magalhães. O promotor de lá já me ligou, instaurou procedimento e disse que a população está desesperada porque soube que a vai a Barreiras. Esse é o pleito do pessoal do Oste. Em relação a Luís Eduardo Magalhães.

procedimento. Já tenho a resposta, protocolarei e já foi encaminhada para o vereador que fez a reclamação.

relação à telefonia, em todas as áreas de consumidor. Portanto temos em telefonia fixa, móvel e internet e algumas outras questões relacionadas com empresas de telefonia, mais ou menos 93 procedimentos só nas grandes cidades da Bahia. Só tenho consumidor, não temos meio ambiente, para não haver confusão.

isso para que vocês e o pessoal da telefonia tomem conhecimento do fato, ou seja, que na Bahia, só nas grandes cidades, temos esses procedimentos instaurados.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a V.Sª, Sr. Roberto.

Relato da **14ª Reunião Ordinária da Comissão de Parlamentar de Inquérito da Telefonia** 23/04/2014.

Resumo:

Oitiva com o SINDITELEBRASIL, que abordou os investimentos realizados no setor no estado, com o aumento do número de linhas telefônicas e de antenas instaladas. Foram abordados os problemas em relação à instalação de novas antenas em municípios baianos e zonas rurais, já que cada um tem legislação própria.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Está aberta a 14ª reunião ordinária.

Vou suspender a sessão para reabri-la às 11 horas, em função de existir uma audiência pública no Plenário desta Casa em homenagem ao CREA e alguns parlamentares gostariam de participar. Portanto, vou suspender e reabrir às 11 horas.

Agradeço a compreensão de todos.

Reabro a 14ª sessão ordinária.

Convido para compor a Mesa o Dr. Carlos Duprat, presidente executivo do sindicato nacional das empresas de telefonia e serviço móvel celular; Dr José Carlos Sacramento, diretor administrativo do Procon; Professor Roberto Costa e Silva, da Universidade Federal da Bahia e Dr. Robério, Superintendente da Seinfra, que fazem parte dessa comissão.

Hoje, está previsto na nossa ordem do dia ouvirmos o Dr. Carlos Druprá, presidente do Sindtelebrasil.

Vamos saudar o Dr. Carlos Duprat e agradecer pela presença e passo a palavra para V.Srª.

O Sr. CARLOS DUPRAT:- Bom dia a todos, pessoa que vive no setor há muito tempo, sou engenheiro e fiquei 20 anos no sistema Telebrás, me privatizei, depois e o setor todo se privatizou. Trabalhei numa empresa americana, a qual é detentora das maiores patentes de telefonia celular no mundo e depois na Ericson que é o maior fornecedor e produtora no Brasil de sistemas celulares. Desde 2010 montamos o Sindtelebrasil do qual me orgulho de fazer parte.

Estamos completando exatamente 20 anos de sistema celular no Brasil por agora, algumas cidades começaram antes, outras depois mas estamos mais ou menos na segunda década e já chegamos a números extremamente alvissareiros em termos de penetração. Sou da época do sistema Telebrás em que declarávamos no imposto de renda o nosso telefone fixo. Conseguimos a universalização, só que foi feita de uma forma tão agressiva que hoje temos que brigar muito para dar uma qualidade adequada de serviço e estamos hoje ainda numa situação muito interessante, porque o investimento tem sido feito, só que vamos ver ao longo da apresentação que precisamos agilizar a chegada desse investimento ao consumidor final.

Trouxe alguns números do setor para ilustrar o que temos hoje: Atingimos 270 milhões de celulares no Brasil, 141 milhões de banda larga. A banda larga e algo que surgiu há três, quatro anos e nenhum outro serviço público conseguiu crescer numa taxa semelhante a qual cresceu a banda larga.

O número de telefonia fixa, mais ou menos se estabilizou. Hoje, a telefonia fixa no mundo dificilmente cresce, está sendo levado à reboque pelas TVs por assinatura e outros serviços, então essa é a tendência. E a TV por assinatura, com a chegada da competição, de fato cresceu muito nos últimos anos.

Especificamente na Bahia. A Bahia te um caso muito interessante, não sei se todos conhecem. A maior tele densidade municipal do Brasil, encontra-se em Salvador. Tele densidade é o maior número de chips por habitante do Brasil. Então, Salvador deve ter outros recordes, mas esse é um recorde bem interessante. Nós achávamos que era Brasília, mas foi identificado que Salvador é hoje a maior tele densidade do Brasil em termos de celulares.

Então, são 18 milhões de celulares, temos aqui 14 milhões de habitantes, corrija-me se eu estiver errado, nessa ordem de grandeza e chegamos a 7,5 milhões de banda larga. 1,8 milhões de telefones fixos e 600 mil.

Acho que é um pouco do DNA do habitante. Então, primeiro a oferta.

Uma informação interessante. O que tem crescido neste País. O que a infraestrutura tem tentado acompanhar? Em termos de número, saiu uma reportagem da Folha, relativamente recente, de janeiro de 2014, fora a energia eólica que cresceu 1500%, os números são bastante pequenos, tablets, smartfones são os grandes alavancadores de consumo nacional.

Então, isso, só para dar um exemplo, um vídeo num tablet, ele consome da rede cerca de 10 a 12 vezes o que era de uma chamada de voz. Então, com essa chegada de 100%, 142 ,nessa reportagem, ao ano de crescimento, as redes tem sido impactadas, não estou falando de aeroportos que crescem 10%, uma rodovia que cresce 10%, estou falando de 150%.

De fato, isso são números assustadores que vamos mostrar adiante que temos tentado investir, mas só o investimento não é suficiente. Estamos aqui, justamente, para, temos participado de todos esse processo de CPIs e isso tem sido muito útil no que diz respeito ao esclarecimento do momento que vive as telecomunicações mundiais, isso não é Brasil, é mundo, esse fenômeno

do vídeo é mundial, global e a tecnologia está indo por um caminho que a gente tem que tentar acompanhar.

O Brasil tem uma especificidade muito interessante. Ele é o país de maior competição em telefonia móvel do mundo. Se vai aos Estados Unidos, vai à Europa, tem dois que se destacam, o terceiro já tem um marketing muito menor. No Brasil, temos quatro competidores que estão sempre ali brigando, pau a pau, entre 20 e 30% de marketing, que é uma coisa inédita, isso faz com que, a nossa vida de representar seja muito complicada, porque vivem às turras pelo mercado.

Então, a cada nova tecnologia, até discuto se é conveniente ou não, a briga se acirra. Na hora que você passa de uma geração para outra, de um 3 para um 4G, de um 2 para um 3G, existe uma chance de o usuário migrar de uma empresa para outra, porque pela grade de um aparelho, é a chance de ele ter como migrar.

Então, isso faz com que as empresas sejam, obrigatoriamente, elas tem que fazer um marketing muito forte para evitar que o sujeito saia dessa empresa para outra. Muitos reclamam da pujança do marketing das empresas, mas isso é necessário em função da retenção obrigatória que se tem dos principais usuários.

Nós temos aqui diversas informações contraditórias, às vezes saem e gostaria de esclarecer: esse é um dado real, sem impostos. Então isso aqui é valor com imposto. Nosso imposto é o maior do mundo, disparado, e temos feito reduções ano a ano do valor do minuto. Nada no Brasil, quer dizer, tenho um Ecosport, ele só cresce de valor, nada cai nessa velocidade, e o povo, a sociedade tem respondido com um acréscimo, um aumento na quantidade de minutos de usuários por mês.

O imposto varia de estado para estado, mas varia de 40 até 60. Então, para um serviço, a gente vai ver ao longo da apresentação, que é extremamente fundamental para o crescimento da interiorização, da globalização das informações, eu acho que está muito acima do que deveria ser em qualquer país civilizado.

O brasileiro, hoje, gasta, em média, R$ 19,50 por mês com celular, isso aqui de acordo com o balanço das empresas, isso são dados em função

do balanço e que corresponde a uma renda média, eu até achei alta essa renda, mas isso aqui são fatos extraídos do IBGE de que é 1% da renda média.

Da mesma forma que tem reduzido os preços, o setor de comunicação, englobando aí desde acesso à internet, TV por assinatura, aparelho, telefonia móvel, fixa, ele tem sido um elemento que tem segurado um pouco a inflação num nível, diferentemente de combustível e de energia elétrica, artificialmente não, esse tem sido segurado sem aumento há muito tempo, só com redução de preço ao longo dos tempos.

Então, nos orgulhamos muito por estarmos, hoje, contribuindo para que o acesso seja cada vez maior. Muitos dizem: olha, mas telefone é o mais caro do mundo, porque de fato existem algumas publicações e faço sempre a referência a preço de porta de quarto de hotel. Às vezes você está hospedado num hotel e olha o preço no quarto – estou num hotel R$200,00, vou lá e está R$500,00 na tabela. Algumas entidades internacionais consultam a nossa agência com relação ao preço que está programado, e o preço que está lá programado é o preço de porta de hotel. Aí cria-se – o brasileiro é o minuto mais caro do mundo! Isso é inverdade, clara, ou teríamos a maior renda do mundo – porque você tem 270 milhões de chips, mas é fruto um pouco da nossa pouca comunicação, e aí estamos aproveitando esse espaço que temos nas CPIs para esclarecer um pouco essa situação e que demonstra que, de fato, os nossos números são extremamente competitivos, nossos preços são competitivos, fruto da intensa competição que temos entre as quatro prestadoras que ofertam serviço no Brasil.

Mas a demanda por instalação de infra não poderia ser diferente, é cada vez maior. Nós estamos falando de três produtos mais desejados do brasileiro – é o tablet, o laptop e os smartphones. Então, tivemos diversas situações em que (…) tivemos há dois anos a suspensão de comercialização, quando você tem produtos que são desejados desta forma pelo consumidor final, na época foi feita em julho – ia arrebentar o dia dos pais – do comércio das cidades, a arrecadação de ICMS dos estados. Então, quer dizer, a gente tem que dá um jeito de permitir a venda, mas crescendo rapidamente a infraestrutura. Essa que é a saída que a gente tem que tentar obter e a gente vai ver, ao longo da apresentação, que isso a gente não consegue só com

dinheiro, tem que ser um pouco de cada, é uma parceria, que é a nossa proposta que a gente vai ver ao final da apresentação.

Então, esses são os dados já coletados de outras fontes, ou seja, no Brasil, em 2012, o crescimento de tablets, no outro slide foi de 140, aqui já foi 216 de smartphone de 109%. O vídeo, em 2017, não existia, praticamente, no sistema celular há 3 anos. O vídeo em 2017 era 72% de todo tráfego que passa nas redes. É um elemento novo que surgiu e que todo capacidade de rede está sendo, de alguma forma, afetada, pela chegada desse fenômeno que é global. No mundo inteiro está acontecendo isso. Não tem nada de diferente no Brasil.

Só que estamos querendo trazer aqui a consciência que o mundo já teve a respeito desse tema, e por isso, estamos conseguindo enfrentar esse fenômeno com algum sucesso. Também a qualidade lá não é essas coisas. Um pouquinho mais de tráfego de dados aí, ou seja, temos 60% de crescimento até 2017, que é uma coisa gigantesca. O que foi feito pelo setor então? Estamos investindo o que nunca investimos num setor de telecomunicações em todas as épocas da nossa história.

O valor investido nos últimos anos, é muito maior do que se vinha investindo anteriormente a 2010 e precisamos investir cada vez mais. Só que é um dilema que a gente enfrenta. A gente tem que fazer com que esse investimento chegue mais rápido ao consumidor final e isso não conseguimos fazer sozinhos. Esse é o recado.

Vou explicar um pouquinho como funciona a telefonia celular, para quem não é do setor possa acompanhar. Há 20 anos, fui durante 5 anos membro do Conselho de Administração da nossa saudosa Telebahia. Foi assim que começou o serviço de celular da Bahia. Uma única torre gigantesca com antenas enormes. Eram 20 mil dólares para ter o aparelho, muito elitizado, mas era assim.

Mas, à medida que ia crescendo a quantidade de usuários, você tinha que instalar, subdividia as células e instalava novas antenas. Antenas um pouco menores. Então, inicialmente, as antenas eram grandes e a tendência, como vamos ver no 4G. No 4G a frequência é alta, mas as antenas são bem menores. Mas, a quantidade de antenas necessárias é enorme. Só que isso

não é só aqui na Bahia. De uma foram geral, as legislações são as mesmas, independente do tamanho da antena. Então, estava me recordando, acabamos de fazer um trabalho bastante interessante aqui no Estádio da Fonte Nova. O Estádio da Fonte Nova, eu reputo que ele vai ser, em termos de serviço de telecomunicações, um dos mais interessantes. Jogo é pico. Pico, igual a Réveillon em Copacabana, é dificílimo você tratar isso.

Mas, eu diria que entre os melhores locais, o que foi feito no Estádio da Fonte Nova aqui, tem mais de 300 microantenas instaladas dentro do Estádio. Se vão ser suficientes, só Deus sabe, porque não são jogos do Brasil. Quando são jogos do Brasil, o pessoal está tão atendo, e não fica mandando tanta foto. Mas, quando são jogos importantes, eu temo que vai ter muito tráfego de imagem, de informação, de gol, de entrada de time.
Então, isso é muito forte. Mas, o que foi feito aqui está comparável ao que foi feito em Londres. A gente pode garantir isso

Então, eu reputo, implantado e aqui nós conseguimos instalar o Wi-fi. O pessoal do Vitória diz que não está funcionando muito bem, mas o pessoal do Bahia está dizendo que está funcionando bem. A tendência no mundo da tecnologia é trabalhar com antenas cada vez menores.

Antenas tipo do Wi-Fi serão o futuro. Nos estádios, temos fotos das que foram implantadas. São antenas pequenas, agora terá que ser explodido para o outdoor. Teremos pequenas antenas, as células tendem a ser uma sala. A tendência tecnológica é trabalhar-se com células cada vez menores, antenas diminutas e precisamos adaptar às legislações para que se faça com rapidez tudo isso. É uma coisa complicada, mas estamos aí para ajudar, para oferecer.

As antenas aqui, o tamanho natural da antena de 4G. Uma antena pequenininha que está sendo instalada em vários locais. O que mostra que dependendo da frequência, e estamos trabalhando com frequências cada vez mais altas, o número de antenas é extremamente maior. Mas também as antenas são extremamente menores.

Então o impacto visual que se tinha no passado deixará de ocorrer no futuro. Porque as coisas serão muito menores. Aqui há uma polêmica que em alguns locais têm levantado, mas temos convicção que já é um passo ultrapassado, na grande maioria das localidades do mundo, que é o problema

da radiação. Digo totalmente superado e ultrapassado, porque são inúmeras as dúvidas de que o chocolate, o café, a gema de ovo, tem gente também que diz que radiação de celular dá câncer. Já fizemos vários testes, pegamos ali na Paulista, ambiente fechados, e sempre o maior nível de radiação é o da TV. E ninguém nunca se preocupou com o raio da televisão. Como a televisão tem uma torre só, precisa emitir uma potência muito alta até chegar ao receptor. Para o celular, já temos várias. Cada vez que tenho uma antena mais próxima de mim, o meu celular emite uma potência menor. Então isso é melhor, é o inverso.

Estamos hoje brigando com as legislações, porque há algumas legislações que dizem que não se pode instalar uma torre de celular numa escola. Se tiver muito distante, na hora em que o aluno pegar o raio do celular, ele estará com uma potência maior, porque precisa transmitir maior potência para chegar até a antena. Então isso é uma coisa que erradamente foi implantada e disseminou-se que a gente precisa corrigir. Estamos conseguindo corrigir. Nesse processo das CPIs esse entendimento tem sido bastante frequente. Temos conversado com a Unale. Mas tem sido útil, porque tivemos um problema de comunicação e as pessoas entenderam erradamente, no passado, como as coisas deveriam acontecer.

O limite de exposição, nós brigamos cinco anos lá em Brasília para mostrar com muitas informações e tem uma lei federal que estabelece isso. E os valores que estão sendo praticados em equipamentos e certificados são 1/10 daquilo que está na lei em termos de limite. Está extremamente pacificado, agora haverá sempre quem diga que o filho morreu de câncer porque falava muito ao celular. Isso vai ter. Mas não há qualquer evidência e temos alguns exemplos aqui para mostrar. Essa é uma declaração da OMS (Lê): “Aconselhando os níveis … adversos à saúde.”

Essa aqui é uma foto tirada do prédio da Organização Mundial de Saúde, em Genebra, então lá temos várias antenas. A próxima foto é em Washington e mostra antenas instaladas no topo do prédio.

Quando participei de um outro processo de CPI, temos participado de diversos, ouvi uma constatação muito interessante: "olha, o senhor tá me convencendo que causar câncer não causa, mas quando a qualidade é ruim,

mata do coração." Isso aí eu concordo, matar do coração de raiva, isso eu concordo. Existe uma lei federal, a gente demorou muito para trabalhar para que essa lei, de fato, saísse, mas o ambiente está claro e disciplinado.

Têm dito que o problema de cobertura é horroroso. A gente sempre diz que depende de onde. Tal lugar na minha área não pega. Não vai pegar, porque não está no nosso contrato. A maioria das respostas têm sido essa. Temos duas situações, uma situação de política pública, que vamos demonstrar aqui, ou seja, os valores de outorga são calculados em função da obrigação. E nem sempre a obrigação está aderente. Você faz um plano de negócio, vou ter que cobrir aonde? Vai ter que cobrir, o que hoje tem nos nossos contratos é 80% da área municipal. Não tenho obrigação de cobrir distrito, nem pensar. Mas a sociedade tem o direito de reclamar. Só que não é da gente. Essa aqui é uma iniciativa privada, elas tiveram a concessão de uma determinada área com determinadas obrigações. Esse preço da outorga da frequência é calculado pelo Tribunal de Contas da União e que, se são impostas mais obrigações, esse preço tem que ser reduzido.

Por exemplo, disseram que temos que cobrir estradas. Vejo o caso das estradas, vou mostrar com detalhes aqui. O sujeito está numa BR, quebrou o carro à noite, vai ligar, não tem sinal, o cara vai ficar irritado com aquela operadora, vai reclamar o resto da vida sem razão de reclamar com a operadora. Porque não temos obrigação de cobrir nenhuma estrada no Brasil, nenhuma BR. Parece incrível, mas é verdade. Quantas pessoas sabem disso? Eu mesmo já fiquei nessa situação e a vontade que tive foi de matar minha operadora, mas falei que não posso matar, eu sei que não é obrigação dela.

A política pública, hoje, tem fundos coletados para cobrir esse tipo de situação e que não são utilizados para essa finalidade. Então, muitas vezes se reclama, mas se reclama, talvez, de quem não pode, naquele momento, ajudar.

Vou só mostrar aqui obrigações de abrangência, por favor. Isso é o que está escrito nos nossos contratos. Um município será considerado atendido quando a área de cobertura contenha pelo menos 80% da área urbana do distrito sede, só do distrito sede. Quantos conhecem isso? Ninguém. E a sociedade precisa de muito mais do que isso? Sem dúvida alguma. As

necessidades da sociedade estão muito além das nossas obrigações. Agora, precisamos levar isso a quem de direito, não são as empresas responsáveis por isso.

Esse aqui é o edital de licitação. O próximo, por favor, levanto aqui o caso das estradas, as estradas só têm cobertura próximas as áreas onde estão os municípios. Porque no meio da estrada não tenho obrigação. Se eu tivesse essa exigência nos editais, certamente os preços mínimos nos editais teriam sido outros, porque foi calculado dessa forma. Agora, que a gente fica irritado quando fica sem cobertura numa estrada? Sem dúvida alguma. Só queria comunicar algo, porque muitas vezes a sociedade precisa dessa cobertura e não conhece.

Um pouquinho de alternativas para a ampliação da cobertura. A primeira que colocaria é a utilização dos fundos setoriais. Ou seja, temos fundos coletados que, hoje, estão recolhidos apenas para fazer superavit primário. Essa é a primeira alternativa que a gente coloca como uma alternativa plausível. Diversos estados têm tentado, no caso, reforçar essa tese junto ao governo federal para que a gente consiga uma voz mais alta para reverter esse quadro.

Temos parceria com os estados, temos alguns exemplos muito interessantes em que todos sabemos hoje que o ICMs cobrado da Telecom é uma das grandes fontes de receita dos estados. Alguns estados pegaram parte dessas receitas e financiaram a instalação de áreas rurais não cobertas pelas nossas obrigações. Então, diversos estados já fizeram isso. Acho que é um exemplo, quer dizer, caso isso não venha de uma política pública de nível federal, poderia se tentar fazer em nível estadual. Mas é uma outra forma, é troca de obrigações. Isso tem que ser feito a nível federal e um novo modelo de edital, ou seja, cada vez que vai se fazer um novo edital, e estamos diante de um novo edital agora de 4G. Se a gente não amarra isso com obrigações de qualidade, o mundo hoje trabalha, frequência é o oxigênio do celular.

Então, cada vez que se cria uma nova faixa de frequência, as empresas pagam bilhões pelo ar, é assim que funciona no mundo inteiro. Só que existem duas formas, ou você paga ou você se obriga a instalar um sistema de qualidade. Você admite obrigação de qualidade: olha, eu me

proponho a instalar um sistema com esse nível de qualidade, com essa cobertura. Não dou um centavo, mas me obrigo a fazer isso. Alguns países adotaram essa tática que assegura ao consumidor final uma qualidade maior do que eu simplesmente arrecadar e, depois, olha, as minhas obrigações são pequenininhas, ficam aquém das necessidades da sociedade. A gente acha que nesse momento precisamos de qualidade, estamos com aquele crescimento monumental de tráfego, tínhamos que trabalhar hoje mais voltados para a qualidade de serviço, e os editais não têm saído assim. Então, parece distante da necessidade do povo, mas acho que de alguma forma a pressão que cada assembleia pode levantar, pode ser muito útil para tentar mudar essa visão que a gente tem em nível federal.

Quanto à utilização dos fundos setoriais, já recolhemos 70 bilhões de reais e só 6,6% foram aplicados. Então, com isso a gente tinha atingido praticamente todos os distritos rurais que carecem. Por que o sujeito rural não tem o mesmo direito do sujeito que está na cidade para ter serviço de celular de qualidade? Isso é um problema de fato que a gente precisa e a gente recolhe fundo para isso.

Dezesseis bilhões do fundo de universalização. Exatamente para quem não tem dinheiro para pagar uma conta, quem está numa área que não é atendida, para isso deveria ter servido o Fust, recolhido e não usados os 16 bilhões de reais. Fistel - alguns dizem: pré-pago devia durar eternamente. Nós temos um problema que é o seguinte: o crédito do pré-pago deveria ser eterno. Para eu manter o crédito do pré-pago eterno para um sujeito que só recebe, eu tenho que pagar 13 reais por ano, só para manter o telefone ativo, para aquele chip estar ativo. Esse é um dinheiro que é recolhido e para quê? O superávit primário.

Então, temos uma quantidade de impostos e fundos que só existem no Brasil, nenhuma outra localidade. Agora, é importante fazer esse superávit, sem dúvida nenhuma, mas à custa de um serviço de qualidade que poderia ser muito melhor, eu acho que não é justo.

Um outro aspecto, no caso aqui da Bahia, temos alguns exemplos, num determinado momento quando se criou essa celeuma que celular faz mal à saúde etc e tal, começaram a surgir leis restritivas. Não pode instalar em

hospital, não pode instalar em escola, não pode instalar perto de creche, não pode instalar perto disso, daquilo.

Temos no Brasil, hoje, cerca de 296 leis, e no caso da Bahia – que será o próximo slide –, temos alguns exemplos. Alagoinhas tem um distanciamento de 100 metros entre o ponto emissor de identificações.... Só citei aqui que há como termos… Há situações aqui na legislação estadual...

Temos muito a melhorar...

O Sr. Presidente (Paulo Azi):- Qual é a base legal dessa portaria do CRA, ela tem efeito de lei em relação aos municípios?

O Sr. Carlos Duprat:- É uma lei estadual. Vamos mostrar o seguinte: a competência de uso do solo é constitucionalmente municipal. O arcabouço legal que imaginamos de futuro é o seguinte: temos aquela lei federal que citei anteriormente, que estabelece o limite de radiação. Aquela lei... É uma coisa muito interessante, porque o problema de radiação, ainda hoje, diversos pesquisadores contestam, dizem que dá câncer, mata, etc.

Mas pergunto: o que se faz com relação à licença de energia elétrica? Digo que a grande maioria dos transformadores que são utilizados, principalmente em pequenas cidades, ainda tem aquele fundo de ascarel, que certamente é uma substância cancerígena, e nem por isso as cidades exigem licenças para a instalação de transformadores.

Vou dizer outra coisa. É certo que gás carbônico dá câncer, automóveis, e só damos incentivo para fabricar mais e mais carros.

Não tenho dúvida de que não teremos uma sociedade sustentável sem uma telecomunicação muito forte, que evite o povo se deslocar de um lado para o outro. Um dos pilares da sociedade sustentável, no qual estará fortemente calcado, será de telecom. Precisamos ajudar para que isso venha acontecer. E ajudar é facilitar a implantação desse investimento que o pessoal está tentando trazer, mas que nem sempre consegue.

As legislações municipais são competência do município, sim. Por mais que venha lei federal, o município, hoje, tem a competência constitucional do uso do solo. Precisamos trabalhar em nível municipal.

Fizemos um trabalho para ver como é feito isso lá fora. Consultamos, fizemos um trabalho, chamamos o CPqD, que é um centro de

consultoria muito importante da Telebras, para ver como é feito lá fora. Visitaram cinco cidades: Londres, Paris, Sidney, Barcelona e Nova York. Algumas delas foram sedes olímpicas. Quais são as lições que pudemos tirar dessas cidades?

Os problemas são nossos. Telecom, celular, vídeo, isso é mundial, não é do Brasil, é global. O que essas cidades fizeram para melhorar esse ambiente, para ter um serviço de alguma qualidade? Montamos um documento, em consenso com as quatro operadoras, que se chama Guia de Melhores Práticas para Implantação de Antenas. Não tem nada a ver com o que está instalado, tem a ver com o que se vai instalar. Preciso instalar mais rápido coisas menores e modernas. Tudo que está sendo instalado no Brasil pela Anatel é o que há de mais moderno no mundo. As empresas são multinacionais, não há sentido ficar trabalhando com equipamento antigo. A gente pode garantir, tudo certificado, mas isso é um trabalho que tem de ser feito junto aos municípios que detém... Se o cara quiser, quero que a minha antena seja azul. Isso é competência dele, é do uso municipal. A gente vai botar azul. Mas vamos sentar e vamos ver de que forma a gente pode fazer isso para atender melhor as necessidades do município.

Oriundo desse processo CPI, tivemos um exemplo. A primeira CPI forte foi a do Paraná. Saímos de lá como aqui a gente chamou de pacto das antenas, não sei se vocês ouviram falar. Acho que isso foi uma coisa importantíssima. Hoje, 76 municípios alteraram as suas legislações. Estamos trabalhando junto, estamos comprometendo a fazer uma melhoria de qualidade. Isso é algo que acho que é um caminho extremamente construtivo para a sociedade. A gente gostaria muito que fosse um caminho também adotado pela Bahia.

Só para terminar, o desafio do setor de telecom. Ela tem uma carga tributária gigantesca, todos conhecem. Mas não é só o setor de telecom, o Brasil é, hoje, um país de altos impostos, está só crescendo. Imagina, eu tenho de estar lá... Hoje, no Brasil, temos cerca de 70 mil antenas. Na Bahia, são 3 mil antenas aproximadamente. Eu preciso instalar muitas antenas, porque o tráfego cresce diariamente. O prazo de obtenção, não estou achando… No Brasil, é uma burocracia, porque as leis são muito burocráticas.

Então, é difícil licenciar. Temos algumas formas: definam o padrão antecipadamente. Tudo que estiver dentro daquele padrão. Eu não estou deixando de pagar a licença, estou querendo só agilizar a obtenção da licença. Então, há várias formas de fazer isso. A gente está querendo trabalhar com cada município no sentido de agilizar esse processo para que possamos trazer investimentos o mais rápido aos usuários final.

Só para concluir, isso aqui não precisa falar. Por que os serviços de telecomunicação são tão importantes para o país? São estudos internacionais que mostram que o crescimento traz um paralelo no PIB. Todas as vezes que se investe muito em banda larga, pelo conhecimento que isso traz, o PIB acresce em 1,21%. Isto é estudo do (World Factbook?)que a gente acha ter sentido, já ouvi falar de 1, 21, 1,1. A gente precisa levar a banda larga para a área rural, para as áreas mais remotas do País. Isso está longe de está bom.

Por final, eu diria o seguinte: para melhor a qualidade de serviço, a gente propõe um sistema de parceria. A gente entra com investimento, que é a seta vermelha do meio. Temos de ter legislações que incentivem esses investimentos e um processo de licenciamento muito ágil. Sozinhos, nós não conseguiremos. Acho que as quatro mãos, com o legislador, mais com órgão que libera as licenças, temos tudo para propor um serviço de melhor qualidade. Era mais ou menos isso.

Termino dizendo que as telecomunicações são a base do desenvolvimento sustentável com inclusão social do País. Fico à disposição.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço. Antes de passar a palavra para os parlamentares desta comissão, gostaria de fazer uns rápidos questionamentos. Primeiro com relação aos investimentos. V.Sª apresentou os números previstos para ser investidos no Brasil. Gostaria de saber qual é a previsão dos investimentos para o Estado da Bahia. E, ao mesmo tempo, para nós é muito importante, se V.Sª puder nos informar, como foi o crescimento da venda das linhas no Estado da Bahia nos últimos anos? E, ao mesmo tempo, quantos antenas foram instaladas nos últimos anos? Pegue uma série de 3, 4 anos para cá. O número de linhas vendidas no nosso Estado e a quantidade de antenas que foram instaladas nesse mesmo período.

Na última reunião, fizemos um encontro para debater exatamente essa questão dos efeitos da radiação na saúde das pessoas e no meio ambiente. Entendemos ser esse um ponto polêmico, central para os diversos questionamentos que se sucedem, e é desejo dessa CPI, ao final dos seus trabalhos, trazer um posicionamento claro com relação a esse tema.

V.Sª trouxe uma séria de informações e nós gostaríamos de ter do SindiTelebrasil, se este tiver, laudos técnicos, informações oficiais que amparem essa informação de V.Sª que traz tranquilidade com relação aos efeitos da radiação.

As questões das antenas, que são consequência da questão ligada aos efeitos da radiação, imagino que a maioria dos municípios da Bahia não tenha legislação municipal. Qual é a norma que rege nesse caso, quando não existe uma legislação municipal específica que trate da questão? E se essa legislação municipal, para que o município possa implantá-la ou alterá-la, se ela está atualmente na dependência da votação desse projeto de lei federal, ou se não tem nenhum tipo de relação?

V.Sª também falou da questão dos fundos setoriais. V.Sª chegou a falar do Fistel, que vai para o superavit primário. Gostaria de saber se todos eles também têm tido a mesma destinação por parte do governo federal. Eram essas as considerações iniciais que eu gostaria de ouvir de V.Sª para posteriormente passar aos deputados que já se inscreveram.

O Sr. CARLOS DUPRAT:- Investimentos: não temos isso detalhado por Estado, mas, certamente, talvez as empresas tenham isso. Talvez na oitiva das empresas essa pergunta seja mais... Não temos o consolidado do Estado, fruto, um pouco, desses compromissos, do tempo, porque, de fato, muitos municípios hoje levam mais de um ano para obter uma licença. Tem casos e casos. Imagina que tenho hoje 3 mil e tenho que instalar mais outros tantos aqui. Se para cada um tenho um trabalho de implantação...

Até discutimos quando estive aqui da última vez, temos um plano de melhoria de qualidade que vence agora em julho, só que o prazo de obtenção das licenças leva quase o tempo do plano todo. Precisamos encurtar isso sobremaneira para podermos fazer com que os investimentos cheguem mais rapidamente ao usuário final. Para nós, aumenta a eficiência desses

investimentos. Dinheiro parado, esperando, não é uma coisa razoável. Com relação a esse investimento, eu pediria que isso fosse colocado para as empresas quando elas forem ouvidas.

No caso do crescimento das linhas na Bahia dessas antenas, digo que hoje, na Bahia, o problema não é tanto de linha, como é no Brasil. É mais de tablets. No caso de Salvador, especificamente, que é a campeã de teledensidade do Brasil, certamente isso deve ter sido avassalador. Estamos hoje colhendo os ossos desse sucesso, ou seja, tivemos uma venda de tablets muito forte, venda de smartphones muito forte; estamos aí com o dia das mães que será, certamente, outro sucesso, e para botar uma antena eu tenho que pedir meses. Então, não dá para acompanhar. Achamos que podíamos fazer muito melhor, mas o que estamos propondo aqui é fazer um trabalho de parceria. Nós entramos com o investimento, com o processo de agilização... Em algumas situações, até quando a solução já estivesse tipificada, isso é um exemplo que obtivemos do mundo inteiro, nós já definimos como vai ser aquele tipo de instalação. Vamos aos tipos de instalação, o tipo 1 de instalação é uma anteninha de 30cm que será instalada assim ou assado, que eu preciso submeter uma a uma. Acho que, talvez, nós poderíamos trabalhar no atacado e conseguir uma agilidade que não tivemos no passado.

Outra coisa, essa relação antenas/usuários é uma coisa que ficou um pouco obsoleta com a chegada do vídeo, que depende da aplicação. Se for uma chamada de voz, nem ligo. Hoje, a chamada de voz não consome absolutamente nada, o que pega é o cara comprar um tablet. Se o cara comprou um tablet, a menos que ele só use com wi-fi, certamente ele está impondo uma questão muito forte a minha rede.

Bom, sob o ponto de vista de radiação, nós temos todos os dados. Travamos uma intensa discussão, em 2009, há cinco anos, sobre esse tema. Nós temos dados bastante atuais. O mundo inteiro se debruçou sobre isso. Nós temos uma opção muito simples: não conseguimos fazer qualidade sem antena. Se alguém escolher em não ter antena, é uma opção. Certamente, não pode ter celular, não pode ter serviço, nem de dados, nem de internet, nem de absolutamente nada. Por isso que achamos que o mundo inteiro não está indo por aí. Se alguma cidade ou algum Estado achar “Olha, nós não queremos

deixar instalar antena.", eu direi: meu caro, essa tecnologia não existe. Celular sem antena nós não conhecemos. Entendeu?

Bom, quanto à legislação municipal de antenas, vou responder à pergunta se depende de um projeto de lei federal, eu diria que não. Não tem nada a ver uma coisa com a outra, porém a lei federal pautaria a forma em que essa legislação municipal deveria ser adequada. Então, acredito que seria útil, por exemplo, que a legislação federal existisse para pautar as revisões ou mesmo as criações das legislações municipais, mas uma não depende da outra. Entendeu? Acho que é útil.

Espero ter respondido, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Antes de passar a palavra aos deputados membros da Comissão, concedo a palavra ao nobre relator, deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Bom, antes de mais nada, Sr. Carlos Duprat, quero parabenizá-lo pela apresentação muito bem feita. O senhor está de parabéns, a apresentação foi muito própria de uma instituição que congrega os interesses das operadoras. Me chamou a atençã o fato de a apresentação ter sido muito lacônica com relação ao objeto principal que trouxemos à representação do Sinditelebrasil: a discussão da questão das antenas.

Na resposta que o senhor deu agora a um questionamento feito pelo nobre presidente, o senhor disse que tem muitas tabelas e dados. Portanto, são dados que, eu creio, seriam muito propícios a estarem nessas telas, porque não é uma matéria de fácil convencimento. Não é! Não é!

Queremos, todos nós, a quatro mãos fazer o melhor! Então, acho que, independente da bela apresentação, foi muito boa... Obviamente, quem está falando aqui é um leigo em telecomunicações, mas, do ponto de vista do objeto da discussão, a apresentação passou ao largo daquilo que queríamos discutir, principalmente, quando, por diversas, vezes, o senhor falou das dificuldades. Mais uma vez, a alavanca principal do questionamento das empresas, para justificar o não avanço da cobertura e do sinal, está vinculada à questão das antenas – eu percebo isso –, e pode ser, de fato. Nós estaremos, aqui, para convergir na direção daquilo que aconteceu nos Estados do Sul.

Acho que o pacto das antenas, inexoravelmente, deve ser um caminho de todos os locais onde se abriram CPI. o que não é ruim! Foi importante.

Só para vocês terem uma ideia – é bom para ilustrar porque os prepostos das operadoras estão presentes – essa discussão é extremamente necessária. Estamos com uma CPI Itinerante, mas já fizemos duas, uma em Feira de Santana e outra em Porto Seguro. Nas duas oportunidades, infelizmente, as quatro operadoras mandaram prepostos, que gravam tudo que é discutido. Mas ninguém aparece para debater o que estava sendo discutido, e que poderia ser trabalhado nessas oportunidades. Vão para lá aqueles que não tem direito a voz, que não podem falar pelas operadoras. Nós ouvimos isso. São pessoas que, na minha opinião, para o nível de discussão que se impõe muita coisa relacionada com a questão da legislação de antenas...Os prefeitos estão lá. A prefeita de Porto Seguro está interessadíssima. A internet, a transmissão de dados é uma vergonha em Porto Seguro. É uma coisa que exorbita qualquer possibilidade de entender essa questão com facilidade. Portanto acho que, de fato, essa questão das antenas deve ser um dos maiores produtos dessa CPI.

Outra coisa é a seguinte: O senhor colocou que há uma espécie de incompatibilidade entre a expansão – o mercado do Brasil continua sendo alvissareiro – e a qualidade dos serviços. A expansão é boa, mas isso interfere na qualidade. Por exemplo não temos antenas e não se faz celular sem antenas. Mas não pode suspender a venda do chip, porque se isso acontecer o pai de família que quer aquele objeto do desejo vai ficar frustrado.

O senhor se incomodou com a primeira frustração dele. Mas ele vai morrer de raiva porque não terá um serviço adequado. Essa parte da história o senhor não tratou. Queremos ouvir essa parte da história. Como é que a Anatel, no caso da internet, disse que só uma das operadoras cumpria os níveis de qualidade. Ora! Até que as outras cumpram, é justo que se suspenda a venda de novas assinaturas, de novos chips. É justo! É justo! Para proteger a sociedade. Mas em sua fala o senhor foi claro “Não vamos parar de vender porque isso não dá certo, e precisamos levar em conta que o pai de família

precisa estar feliz por comprar um tablet". O tablet é o mais impactante na questão da qualidade. Essas coisas são importante.

Na apresentação, eu não ouvi o senhor falar, por exemplo, sobre a relação das empresas com seus trabalhadores. Acho que essa relação repercute na qualidade dos serviços prestados. Será que, no Brasil, a relação entre técnicos de telecomunicação e o número de terminais é adequada? Qual a relação praticada aqui na Bahia? Será que a quantidade de técnicos disponibilizados por número de assinaturas está correta? Não sei se é assinatura, usuário ou terminais.

No compartilhamento da infraestrutura, como é que um técnico de uma operadora se comporta ao usar a estrutura de outra operadora? Porque tem senhas. Eles tem que ter produtividade? São medidos por isso? Existe impacto? Tem relatório? Como está funcionando isso? Isso não repercute a qualidade do serviço que é prestado?

O senhor falou da tarifa. Uma coisa ficou na cabeça das pessoas de que a nossa tarifa não é cara. Eu ouvi, recentemente, em todos os jornais que é sim a mais cara, tanto do ponto de vista do valor da tarifa em si, quanto do ponto de vista relativo. O que se cobra e o que se oferta de qualidade.

Então, vocês das operadoras estão perdendo oportunidade enorme de intensificar a propaganda, para provar que é barato. E também, colocar, porque uma coisa que o senhor falou e que concordo plenamente, a questão da licitação e aí quero colocar uma outra questão, essa considero fundamental.

Estávamos agora ouvindo a Claro, aqui tem representante da Claro e estávamos tratando da questão da expansão da telefonia rural e descobrimos que no edital, descobrimos não, nos foi dito que no edital tinha uma frequência de 450 Megahertzs, que foi licitada, a Claro comprou o pacote junto com 4G e disse aqui que não tem equipamento comercialmente capaz de atender, porque não tem equipamentos comerciais para esta faixa de frequência, e eles pediram autorização para mudar a frequência. Ora, o edital estaria errado, porque vendeu a frequência e que não tem equipamentos comerciais.

Isso é que foi dito aqui, Sr. Presidente, e nós estávamos aqui ouvindo.

E por que a operadora aceitou comprar algo que não existe? Então, essa resposta nós não ouvimos da operador, entendeu? Outra coisa também, telefonia rural. Pense bem, se na sede do município a obrigação é cobrir 80%, e o que o senhor corretamente disse, que é muito pouco, imagine a zona rural que está sendo atendida como 30 Km de raio no perímetro urbano, não está claro isso? E porque tem o marco zero como o centro do perímetro urbano e tem a sua borda, a sua fronteira e não está claro, mas digamos que seja 30 Km do centro, da área urbanizada. Então, isso não contempla nem de longe a zona rural desse país.

O que me chamou atenção, mais uma vez, estou colocando aqui é que dos 19 municípios, Feira de Santana na licitação estava incluída foi sacada não sei porque critério e que tem zona rural, mas entra Salvador, Madre de Deus e entra Lauro de Freitas que não têm zona rural, mas tem 3,8 milhões, aproximadamente de baianos. Então, para a estatística, para vender o atendimento pode ser que seja bom esse dado.

Então, tem muita coisa que a Anatel terá que explicar e tem outra coisa que no comportamento de vocês, na linha do mercado estão corretos, vamos vender e acabou, mas no ponto de vista da satisfação do cliente tem um nó aí que não está bem esclarecido.

Tenho mais algumas questões para fazer, mas vou parar por aqui, para dar oportunidade aos outros colegas e depois eu voltarei.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Apenas aproveitando as indagações do deputado Joseildo ao Dr. Carlos, quero também aproveitar a provocação que fez o deputado Joseildo com relação às tarifas, que nos informasse se existe algum estudo, algum trabalho, algo que está sendo desenvolvido, pelas operadoras para que seja dada transparência às cobranças.

Hoje, quase que 50% de todas as queixas e reclamações dos usuários se referem à cobrança indevida. É possível que uma grande parcela seja até por falta de informação e outras efetivamente por problemas operacionais.

Então, existe por parte das operadoras alguma tendência, algumas ações previstas para que venha ser dado transparência a essas cobranças das

tarifas? Outro ponto levantado pelo deputado Joseildo e quero insisti nisso. Pelo que V. Senhoria disse, o aumento avassalador da venda dos Tablets e dos Smart Fones ele tem trazido prejuízo na qualidade do sinais da telefonia móvel. E aí, deputado Joseildo, isso vem ao encontro do pleito de V. Senhoria, que tem um pleito e está aqui no âmbito da comissão de solicitar ao Ministério Público, que seja suspendida a venda dos novos chips.

Quero ouvir V. Senhoria, dr, Carlos, com relação a isso. Quer dizer, efetivamente parece que existe sim uma situação desconfortável, quer dizer o aumento avassalador dos chips para a Internet está influenciando e impactando de forma muito severa a qualidade do sinal da telefonia móvel.

Por enquanto vou me ater a esses dois pontos, mas antes de V. Senhoria responder eu já vou passar a palavra ao deputado Zé Neto, Líder de Governo, nesta Casa, para que também ele possa se for o caso fazer algum esclarecimento a V. Senhoria.

O Sr. ZÉ NETO:- Primeiro quero saudar a presença do Sr. Carlos Duplar, do sindicato, Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia, e rapidamente tive vontade de passar aqui por uma questão simples, quero saudar aqui o nosso presidente Paulo Azi, saudar o nosso relator Joseildo e demais deputados presentes.

Tenho para mim uma preocupação grande com relação a esta CPI. Primeiro porque esta CPI, por ter um caráter único na história desta Casa. Não existe governo nem oposição. Existe a Casa Legislativa que vai ter que responder à sociedade. Pode ser uma coisa muito boa para a Casa, pelo fato dela dar uma resposta à sociedade, mas pode ser desmoralizante para a Casa, se não der uma resposta para essas questões da CPI.

Muito sinceramente tenho muita convicção de que estamos em boas mãos com o deputado Paulo Azi, homem amadurecido, preparado e o deputado Joseildo da mesma forma.

Estava vendo na ….. e aqui não vai nenhuma...não é nada de panfleto que vou falar: “Mulher presa acusada de estelionato. Uma mulher foi presa acusada de aplicar golpes envolvendo celulares e prometia fazer a preço abaixo do mercado e ficava com o dinheiro da venda sem entregar o produto.” Aí, a gente vai. O que é estelionato? Estelionato é obter para si ou para outrem

vantagens ilícitas em prejuízo alheio, induzindo e mantendo alguém a erro mediante artifício ardil ou de qualquer outro meio fraudulento.

Sinceramente, eu, esta semana tive uma situação muito...minha casa é no centro da cidade de Feira de Santana. Meus dois aparelhos são Vivo, tenho um Claro que deixei de usar, porque também era uma tragédia. Tem uma situação de uma pessoa internada pela madrugada, amiga e que não liga para o deputado, porque o deputado não tem prestígio não. Liga para o deputado, como liga para o deputado Paulo Azi, como liga para o deputado Leur, deputado Joseildo, porque às vezes... e ela num hospital particular, a gente por ter algum convívio social tem acesso até a um telefonema ao diretor do hospital. Uma pessoa num acidente de veículo, no meio da madrugada, dentro de um hospital particular e me perguntando se podia sair daquele hospital ou se poderia ir para outro hospital? Isso depois que eu soube. Uma tragédia e poderia ir para outro hospital, porque mesmo que tivesse sido levada para um hospital particular, porque tinha plano de saúde não teve atendimento. Aí perguntava e daí ela não teve regulação pode ir para um hospital público? Poderia. Essa dúvida quase que ceifava a vida dessa pessoa que vai ficar com sequelas.

Sabe qual foi o problema? Ela tinha o meu telefone e não conseguia falar comigo, porque não tinha sinal. Dentro da minha casa, no centro da cidade de Feira não tem sinal da Vivo dentro da minha casa. Aqui na Assembleia Legislativa dentro do plenário, não é porque existem obstáculos físicos não, é porque o sinal é ruim.

É um estelionato, eu denoto, hoje, um estelionato, porque hoje você não tem mais a questão do aparelho celular, do tablet, estou conversando com ele na mão. É a modernidade, é a necessidade social.

Esta semana, na confusão da greve, um dos representantes da associação estava no aeroporto para pegar o avião e me disse, “olha acabei de fazer um vídeo aqui, acho que isso vai ajudar a acalmar o estado.” Imediatamente...., porque aí tem o WhatsApp, que é mais rápido, estava no wha app funcionando a todo vapor, com potência, quando bati o telefone uns três minutos depois fui lavar as mãos e escovar os dentes, quando voltei, era

cedinho antes das 6 da manhã, eu não tinha dormido nesta noite que foi de sexta para sábado, já estava no WhatsApp.

Então, olha a importância, olha a dimensão que tomou a comunicação, olha a dimensão que tomou esta ferramenta, que já não é mais uma situação comum do dia a dia de quie se pode abrir mão ou não, ela é essencial. Deputado Paulo Azi encerrando a minha fala, deputado Joseildo e Paulo Azi. Eu quero solicitar de V. Exªs com todo o respeito a presença de vocês aqui. Não digo para fazer nenhuma ofensiva fora do tom , não. Hoje da forma que está na Bahia, eu não sei nos outros estados porque reclamam muito ,mas o que acontece na Bahia é um verdadeiro estelionato. V. Exªs nesta Casa deve ter este parâmetro de avaliação do ponto de vista penal porque não é mais concebível a uma altura desta que a situação tenha chegado onde chegou. No interior, mas em vários lugares do interior temos o serviço e não temos o sinal. E não é pouco não. Você tem um momento e não tem o outro e se trata de uma questão essencial. Se vende isso, paga isso. É preciso se ter noção do que nós estamos... Acho que temos que começar a pegar mais pesado e só vamos nos afirmar dentro desse processo da CPI da Assembleia Legislativa da Bahia que reúne todas as forças desta Casa e as expectativas do nosso Estado se formos mais rigorosos. Vocês estão fazendo um papel excelente. O que fizeram em Feira, em Porto Seguro e o que estão fazendo pelo Estado . Quero elogiar e aplaudir e me sinto representado como deputado aliás eu iniciei essa conversa com Elmar para que a gente pudesse montar uma CPI supra partidária e me sinto por demais representado. Gostaria de fazer um apelo a V. Exas. Radicalizem mais. Sejam mais duros. O que está acontecendo no Estado da Bahia é um nível de estelionato do que está se fazendo com o povo baiano com relação a telefonia e essas situações todas que estão sendo elencadas pelo Estado e tem comprovação inclusive material.

Exªs tem comprovação hoje material do que está acontecendo.

Sr. PRESIDENTE (PAULO AZI):- Deputado Zé Neto a indignação de V. Exª, as cobranças são muitas e tenho certeza que é a mesma de milhares e milhares de baianos e essa CPI por certo vai dar uma resposta a altura a sua indignação.

V. Exª falou do problema da sua casa e citou o problema da Assembleia. Na realidade, quando o Dr. Carlos fez a sua fala apresentou um dado que eu considero importante que as operadoras têm a obrigação de atender a 80% do distrito sede e isso ao meu ver dá as operadoras uma tranquilidade enorme porque tudo aquilo que não está sendo atendido pode estar sendo considerado os 20% que elas em tese não teriam responsabilidade de responder.

1. Eu não sou especialista, não sou técnico mas me traz curiosidade. Nós estamos na sede do Poder Legislativo e se nós estivermos no plenário da Casa , temos um sinal razoável. Se sairmos 5 metros e andarmos para a ante sala do plenário já não temos sinal. Será que o plenário da Casa está subscrito nos 80% de responsabilidade da operadora e a sala anexo está nos 20% que ela não esta obrigada a atender.?

O Sr. CARLOS DUPRAT:- Anotei aqui algumas questões. A respeito da dificuldade da instalação de antenas o problema maior diz respeito a licença de uma forma geral. No caso da Casa aqui a solução é indoor. Solução indoor é semelhante a solução do estádio. O que eu tenho que botar aqui são diversas micro antenas e nesse trabalho é um trabalho de detalhe e nós precisamos fazer isso em cada ambiente. No passado as pessoas não eram tão dependentes. Você ia na janela falar no celular. Hoje você quer que pegue na garagem e no elevador. É natural isso, só que...

No caso deste prédio, deveria ter um atendimento de altíssima qualidade. Eu particularmente acho que tem que estar dentro dos 80%, porque é um prédio muito importante. Então se há uma dificuldade, nós nos penitenciamos e vamos fazer o possível para tentar reverter.

Especificamente ao que diz respeito a qualidade. Não vou negar que há problema na qualidade, impactada por esse acréscimo de tráfego e necessidade de instalação de um número maior de antenas. Isso é inexorável, não tem como evitar o aumento de tráfego sem colocar um número de antenas condizentes, compatíveis e precisamos instalar cada vez mais rápido. A quantidade de antenas que eram instalada por semana, terão que ser instaladas o dobro ou o triplo por semana. Entretanto não é simples fazer isso da noite para o dia. Então de alguma maneira precisamos trabalhar em

parceria para que possamos ter soluções mais de acordo com as necessidades da sociedade e é um aprendizado.

Temos todas as informações sobre radiação já em um pen drive para deixar aqui no âmbito da CPI, ou seja, essas informações que eu disse que dispomos, já estão no pen drive gostaria de colocar à disposição da CPI: assunto radiação, apresentação já está disponibilizada e também documentação vasta e extensa sobre radiação não ionizante. Quanto a isso consigo atender com facilidade.

Sobre cobertura indoor, que é o caso desta Casa e dos estádios, temos um problema com o aeroporto. Sabe quanto o setor paga para ter sinal nos aeroportos? Vinte e seis milhões de reais por ano. Isso é um absurdo.

Somos extorquidos pela Infraero, pelas concessionárias dos aeroportos. E não existe obrigação de atendimento indoor. Sabemos que é para dar qualidade ao consumidor, que exige e tem direito. Só conseguimos colocar uma antena lá fora, que não funciona para algumas localidades. Temos que ter a chance de instalar equipamento dentro dos ambientes. Tínhamos uma negociação dificílima com os estádios, alguns eram privados, quiseram patrocínio nas camisas para poder botar um sistema de celular a contento. Nos aeroportos o espaço que pagamos é mais caro do que uma loja e ficamos no subsolo. Eles sabem que queremos prestar um serviço melhor. As dificuldades são enormes.

Não vim aqui só para chorar, mas temos que endereçar todos esses assuntos. Então temos diversas situações.

O senhor colocou a relação das empresas com os trabalhadores. Não tenho essa informação, mas o que posso adiantar é que a quantidade de funcionários do setor foi multiplicada por dez, houve uma terceirização muito forte, por exemplo, uma empresa de call center só se sustenta se atender a mais de um cliente. Tem várias que atendem a vários setores da economia no mesmo call center.

O Sr. Joseildo Ramos:- Para esclarecer, do mesmo jeito que estamos ouvindo a representação sindical patronal, ouviremos a representação dos trabalhadores. Entretanto, do mesmo jeito que o recebemos no gabinete e conversamos sem os rigores da formalidade- estamos em um ambiente

extremamente cordial como tem que ser, mas ouvi coisas do tipo: o assédio moral, e até de outra sorte, até sexual, foi dito isso. E isso tem ido às barras da Justiça, principalmente nos call centers, que é medido por minuto, a pessoa do call center tem 15 minutos para satisfazer as suas necessidades, para ir ao sanitário e voltar.

O cidadão para entrar numa dessas terceirizadas tem que ter um carro, o carro tem que ter xis de idade, e os trabalhadores reclamando da busca da produtividade pela produtividade, e o sistema de tensionamento permanente, e isso tem causado problemas terríveis. E como essa relação é de muita rotatividade, isso é bom, do mesmo jeito que ampliou o conjunto dos trabalhadores, mas a rotatividade desse setor também atingiu níveis..., então passa a ser descartável essa relação.

Então, eu gostaria que o senhor falasse, eles se queixam: a quantidade de técnicos que tem por terminais não está correta, nós estamos sobrecarregados, mandam a gente voltar quando o serviço é de manutenção porque tem que atender um novo pedido de ampliação, porque é mais dinheiro que entra no caixa. Têm dito isso. O que o senhor diria a respeito disso?

O Sr. CARLOS DUPRAT:- Essa informação a gente não dispõe neste momento. Infelizmente, não posso adiantar nada, seria em vão da minha parte. O que a gente sabe é que a gente é cobrado por qualidade. Os indicadores da Anatel exigem qualidade. A qualidade do setor hoje temos vários indicadores, ela confronta um pouco com os dados absolutos, por exemplo, do Procon.

O Procon mede tudo em dados absolutos. Então é frequente se colocar o setor de telecomunicações como o setor que tem maior quantidade de reclamações absolutos. Mas, particularmente, acho que se você tem 100 produtos na praça, os 100 dão defeito, deve ser mais penalizado o cara que tem mil do que o que tem 120 com defeito.

Então, acho que o valor relativo que é como mensura a Anatel tem mais a ver com a qualidade ofertada. Pela Anatel, de fato, o que a gente vê é que dos diversos indicadores tem um indicador que as empresas estão aquém que é no que diz respeito a dados. A maioria está um pouco abaixo no índice

de oferta de serviços de dados. A Anatel esteve aqui, certamente ela deve ter demonstrado isso. Mas nos demais, estamos com 90% que é o índice.

Eu vou ser sincero, como usuário sinto necessidade de melhoria de qualidade como toda e qualquer pessoa aqui. Porém, pela estatística estabelecida pela Anatel, a menos desse indicador, o serviço não tem uma qualidade muito inferior ao nível internacional. Isso estou dizendo com certeza porque tenho viajado, tenho visto, estamos ainda numa fase de melhorias, é o que eu estava falando aqui ontem, certamente é um setor que vive em constante expansão, eu gostaria muito de ter um período de estabilidade como tivemos no passado.

Na época da Telebahia tinha um período de expansão, acabava a expansão, a qualidade melhorava porque pelo menos não tinha tanta gente mexendo nos cabos na rua. Agora não, a expansão é dia a dia, a quantidade é enorme, e o tráfego tem crescido nessa velocidade que citei aqui anteriormente.

Nós tínhamos no início um dogma, que foi totalmente abolido, que era o problema do não compartilhamento. Foi citado pelo deputado, eu queria só esclarecer, no início, de fato, o último entrante sofria para entrar em alguma região. O último entrante, quer dizer, a OI quando entrou em São Paulo teve dificuldade porque ninguém queria ajudar. Isso passou. Hoje, a maioria das torres estão sendo terceirizadas. Por que terceirizadas? Porque é mais fácil compartilhar sendo de terceiros. E o objetivo do detentor da torre é exatamente vender a torre para todos. Ela compra uma torre da Tim, ela quer vender para Vivo, para Claro, porque essa é uma forma de compartilhamento muito rápida, e isto tem sido feito de uma forma ...Vocês têm ouvido aí, todo mundo já vendeu grande parte dessas torres, a maioria das empresas. Ou seja, o compartilhamento, hoje, deixou de ser uma situação indesejável, todas desejam cada vez mais ampliar o compartilhamento.

Foi citado aqui a questão dos 450 mega-hertz também, colocando-se aqui: por que compramos algo que não existe? Então, vou ser bem sincero, porque foi amarrado, bateu 4G tinha que ter o 450. Foi uma obrigação associada à quarta geração.

Então, não é porque o pessoal queria comprar. Ninguém quis comprar os 450, e não está claro que tem que ser em 450. Pelas obrigações do edital do 4G, é necessário o atendimento à área rural.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Na realidade, esse assunto foi questionado aqui em relação à telefonia móvel rural.

O Sr. CARLOS DUPRAT:- Isso, isso. Com relação à telefonia móvel rural, exatamente, eles estavam amarrados com 4G. Então, a Anatel adotou esse conceito, que eles chamam de “você vende filé com o osso”. O osso era a área rural, segundo a visão dele. Vamos dizer, se se quer oferecer uma alta tecnologia na capital, tinha que se responsabilizar pela área rural, e para essa área eles ofertavam esses 450, que não era obrigatório. Desde que fosse atendido com qualquer outra tecnologia, o que importava era o atendimento da área rural. Agora, isso é satisfatório? Nossas obrigações são para 2017. Nós temos vinte anos de telecomunicações móveis no Brasil. Vinte anos, vamos esperar mais quanto para se ter um serviço de qualidade na área rural? Acho que é uma política pública e que estamos longe das necessidades da sociedade.

Coloco-me totalmente à disposição, ou seja, acho que neste momento para cada novo leilão temos que ampliar a quantidade de obrigações para que possamos atender a um serviço de qualidade. Agora, só arrecadar é muito fácil, e é o que temos visto no passado, as obrigações não estão aderentes à necessidade da sociedade.

O Sr. Joseildo Ramos:- Ainda sobre esse ponto, porque temos que tirar algumas dúvidas e vamos ter que conversar com a Anatel posteriormente. Estamos aguardando a resposta da Claro, ficaram de mandar, não é isso, Sr. Presidente, e até agora não mandaram. Vamos fazer por escrito.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Joseildo Ramos:- Só um minutinho, já vou parar. É porque não podemos deixar aberto esse...

(Manifestação fora do microfone.)

O Sr. Joseildo Ramos:- Não, não, vai passar, calma, é importante, é só essa questão.

Com relação à história dos 400 mega-hertz, eles solicitaram a autorização para usar os 850. A demora dessa possibilidade de autorização não repercute nos prazos para atendimento?

O Sr. CARLOS DUPRAT:- Não, o que importa é a obrigação que cada um tem de atender o meio rural, seja com qualquer tecnologia. Então, o usuário, independe se vai receber 450, 800, 2,5, o que interessa é ter o serviço, e esse serviço vai ser disponibilizado na última data dentro daquele limite que o senhor comentou aí de 30 quilômetros, que é uma franja que talvez não atenda ainda os interesses da sociedade até 2017. É essa situação de fato.

Só queria colocar, antes de passar para o nobre deputado que quer falar, que é sobre a questão indevida. Temos um alto índice de cobrança indevida, mas a maioria dessas informações, quem ouve cobrança indevida imagina que seja, eu estou ficando com o dinheiro do usuário final. Temos examinado essas cobranças. Está em cobrança indevida o pedido de informação acerca dos planos, que são complicados. Reconhecemos que os nossos planos de serviços são complicados. Essa competição que citei que o Brasil tem a maior competição do mundo em termos de celular, fez com que as empresas criassem planos muito complicados. Então, as pessoas acham que não esgotou o crédito, que tinham crédito... Quer dizer, somos muito criativos nessa situação de criar planos e às vezes o usuário ao pedir informação do plano, ele entra como cobrança indevida. Ninguém está ficando com o dinheiro, o percentual de situações de erros de conta não é grande, o que é grande é o que está dentro desse contexto de cobrança indevida, que não é, necessariamente, ficar com o dinheiro do usuário final.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Vou passar a palavra ao deputado Leur Lomanto, em seguida ao deputado Cacá Leão, se o deputado Sidelvan retornar, ele falará, e depois franqueio a palavra aos convidados.

Com a palavra o deputado Leur.

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Nobre presidente, deputado Paulo Azi, relator deputado Joseildo, Dr. Carlos Duprat, agradecer a presença de V.Sª, antes fazer um registro, acho até para que se torne esta reunião mais objetiva e que tenha um aproveitamento melhor nas reuniões, vou sugerir ao presidente e ao nobre relator que se estipule uma ordem de se pronunciar,

porque se o presidente e o relator toda hora ficar interferindo uma resposta e não sei o quê, ficamos aqui como meros expectadores do debate. Então, que se estipule o tempo, o presidente fala 5 minutos, o relator fala 10 minutos, depois passa para os parlamentares para que não fique assim. Só para termos uma dinâmica melhor dos nossos trabalhos.

Gostaria de ceder a palavra primeiro ao deputado Sidelvan, que voltou, foi o primeiro a se inscrever, vou ceder a palavra ao deputado Sidelvan.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a V. Exª, deputado Leur.

Deputado Sidelvan, V. Exª tem a palavra.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA: - Quero agradecer ao deputado Leur Lomanto, e externar, Sr. Presidente, o debate em toda a Casa. Acho que V. Exª junto com o relator são importantes as falas, mas os deputados também querem contribuir com essa CPI.

Ouvi atentamente o pronunciamento do Sr. Carlos, que expôs aqui para esta CPI, e um fato interessante é que colocou aqui para nós que as pessoas deveriam reclamar do Estado. Acho que ele se equivocou com relação a isso, V. Exªs são concessionárias de serviços públicos, porquanto V. Exªs são representantes do Estado no momento que têm essa concessão. E quando V. Exª também coloca de que V. Exªs quando jogam essas responsabilidades para cima do Estado e a Constituição Federal diz que quando vocês têm a concessão se têm o dever de prestar esse serviço ou pelo menos o serviço de maneira adequada. E isso se pressupõe pelo menos uma eficiência desse serviço que V. Exª se propôs e as empresas se propuseram a prestar.

Quando V. Exª diz que a reclamação tem que ser do Estado ou quando fala das legislações do Estado, vocês ficam com a parte boa, nós observamos que são 270 milhões de celulares, aí fiz uma continha básica, vezes R$ 19,00, o número da minha calculadora não conseguiu alcançar.

V. Exª também falou de investimentos e tal, mas o número, realmente, é muito grande. A minha calculadora científica não conseguiu contar quantos zero são. Então, ficamos nessa reflexão, presidente Paulo Azi, de quem é a responsabilidade, já que V. Exªs detêm esse direito de Estado.

Outra coisa interessante, que gostaria de perguntar, quando V.Exª falou das antenas. Quais são os municípios importantes do Estado da Bahia

que V. Exª precisa implantar, que as empresas precisam implantar essas antenas? Quais são os mais importantes municípios e qual é a dificuldade que vocês têm desses dados, quais são os municípios, para que as operadoras possam prestar um serviço, no mínimo, eficiente para os consumidores...

Então essa seria, não sei se V.Exª tem esses dados mas gostaria de ter quais são esses municípios que hoje são importantes para que as operadoras, para que tenhamos o mínimo. O deputado Zé Neto mostrou indignação e sabemos o que acontece, quais são esses municípios que no mínimo estão dentro desses 80%, deveria ter instalado essas antenas e quais as dificuldades, até para que esta Casa e essa CPI possa no momento do fechamento dessa CPI fazer esse pacto e identificar quais são esses municípios, para que possamos ajudar a ter a legislação adequada para que possamos instalar essas antenas.

Era isso, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Sidelvan, se V.Exª permitir gostaria de ouvir os outros parlamentares e aí o Dr. Carlos se pronuncia de uma única vez.

Com a palavra o deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Agradeço, Sr. Presidente; Dr. Carlos Duprat, mais uma vez agradecer a presença de V.Srª nesta CPI, que sem sombra de dúvida muito tem a contribuir com o nosso objetivo principal que é tentar intermediar e ajudar a oferecer um serviço de telefonia de qualidade para a população baiana.

V.Srª tem que entender e o deputado Zé Neto que esteve aqui, infelizmente, não pode continuar mas era bom que estivesse aqui conosco para participar até o fim dessa reunião, ms infelizmente teve que sir. Essa é a realidade que o Estado da Bahia vem enfrentando, nós que somos representantes legítimos do povo baiano sofremos muito com a reclamação do serviço de telefonia em nosso Estado.

Se formos aqui numerar casos e dizer aqui exemplos do que estamos passando, ficaria aqui horas e horas, cada um com seus exemplos com relação ao serviço de telefonia no Estado da Bahia. Aqui foi dito que Salvador é a cidade com o maior número de chips no Brasil, a Bahia tem 18

milhões de celulares e o grande desafio que V.Srª colocou muito bem, é justamente a velocidade, teria que estar a mesma, no aumento de número de celulares, nos investimentos que a população vêm fazendo com os investimentos em infraestrutura.

Mas o que importante para nós é justamente que a população pague pelos serviços que está utilizando mas também receba o serviço de qualidade. E aqui o que podemos observar é que a grande dificuldade, e V.Exª traz isso, justamente alinhar essa questão do crescimento com os investimentos em infraestrutura.

Mas ficamos numa situação porque chegamos aqui e os representantes da Anatel tentam colocar a culpa nas operadoras, aqui foi dito, não me recordo o número mas foram bilhões em multas aplicadas nas operadoras.

Chega aqui V.Srª, os representantes das operadoras e tentam colocar que isso é uma culpa da política do governo federal que realmente não contempla a questão dos investimentos em infraestrutura e nós ficamos no meio, que somos os usuários, os representantes do povo sem saber se é culpa da Anatel, se é culpa... o que está posto claramente é que o serviço não funciona, não vem funcionando como deveria funcionar, como falou e foi feliz o deputado Sidelvan nas exigências do concessionário público que é de prestar um serviço de qualidade à população da Bahia.

E agora me chama a atenção na apresentação de V.Srª que existe um fundo de quase, acho que 70 bilhões, o número que está aí, que seria justamente para investimentos na área de infraestrutura. Então a minha pergunta a V.Srª: esse fundo está servindo para quê? E é controlado por quem? Creio que seja pelo governo federal, pela Anatel. Então se V.Srª tem ciência em que está sendo aplicado esses recursos, porque pelo que V.Srª falou, na infraestrutura não está sendo e é onde deveria estar sendo aplicado porque esse é o grande gargalo, a grande questão. Dinheiro tem, o fundo está aí para ser aplicado na infraestrutura, mas não estão aplicando. Estão aplicando onde? Estão usando o dinheiro da telefonia para fazer outros investimentos no País? Esta é uma questão fundamental que tem que ser analisada.

Outra questão que já foi debatida aqui anteriormente é a questão da telefonia na zona rural. A operadora Claro esteve aqui, um representante, e não respondeu nada. Inclusive faço questão de cobrar mais uma vez ao presidente e ao relator se já foram encaminhadas as respostas aos encaminhamentos que foram feitos. Até não foram feitos os encaminhamentos, porque essa é uma grande demanda que tem da população da zona rural. E a Bahia, pelo que foi dito aqui e comprovado pela própria apresentação do representante da Claro, vem sendo discriminada nessa licitação feita pela Anatel. Eu não me lembro o número, acho que não tenho mais, acho que foram 300 e poucos municípios até junho de... E a Bahia contemplava pouco menos de 19, o que representa, mais ou menos, 5% do total. O óbvio é que ele não vai deixar de escolher um município da zona rural do interior de São Paulo, que tem um poder aquisitivo muito maior, para fazer o investimento no município do semiárido baiano, pois, sem sombra de dúvidas, a viabilidade econômica é muito menor.

Então esses critérios não foram muito bem explícitos no edital, o que vem prejudicando a expansão da telefonia rural no Estado da Bahia. Então eu gostaria de saber qual o posicionamento de V. Sa em relação a isso. E a última pergunta: qual foi o resultado financeiro das operadoras no último ano de 2013? Ou seja, qual o faturamento anual de cada operadora no ano de 2013?

Eram esses meus questionamentos, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Ouço o deputado Cacá Leão.

O Sr. CACÁ LEÃO:- Nobre presidente desta Comissão, deputado Paulo Azi, nobre relator, deputado Joseildo, não vou me alongar nas palavras, até porque V. Exas e os deputados que me antecederam já fizeram parte dos questionamentos que estavam aqui anotados por mim a serem feitos a Dr. Carlos Duprat. Agradeço a sua presença aqui nesta Comissão, Dr. Carlos, a sua apresentação. Sem sobra de dúvidas, até o momento uma das mais esclarecedoras que já tivemos a oportunidade de presenciar.

Eu sou um dos deputados mais jovens desta Casa, sou um pouco mais novo que o deputado Leur Lomanto Jr. e acho que a nossa geração é a última do recado, deputado Leur. Eu me lembro bem quando tinha mais ou menos uns 15 anos de idade, eu tinha uma namorada que foi fazer intercâmbio

nos Estados Unidos e eu mandava carata para ela. Eu tinha um limite mensal de quatro ligações mensais que poderia fazer para ela , porque era muito caro o uso desse serviço. O tempo foi passando, 20 anos se passaram, é um curto espaço de tempo e hoje a gente fala à distância com uma pessoa a qualquer momento. Outro dia eu conversava com um deputado e dava risada porque até um aplicativo de segurança já tem instalado no telefone celular dele, o que faz com que a esposa dele saiba onde ele se encontra pelo telefone celular. Ela clica, vai lá e aparece a foto do lugar. Tomara que ela não saiba...

Então a gente vive nos últimos anos uma evolução tecnológica muito grande. Eu voltava de viagem na segunda-feira do interior, e a velocidade da informação é muito grande, você pega um telefone hoje no carro, está tocando uma música no rádio e o seu smartphone identifica a música que está tocando e você baixa a música e ela vem para a memória do seu celular. Isso tudo são dados que se usam, que estão disponíveis e que sobrecarregam uma linha.

Por mais investimentos que tenha sido feito, o serviço de telefonia não acompanhou a evolução tecnológica. A gente vive hoje, eu ria aqui com o deputado Leur quando falava-se, e a gente pode assistir aqui na semana passada, a questão dos problemas da radiação das antenas, e tudo. Eu tenho certeza e V. Sa mesmo falou que hoje se morre muito mais de raiva dos serviços de telefonia do que do próprio. Eu mesmo agora estou fazendo tour por operadoras. Sou cliente da Vivo, inclusive, há seis meses elogiava a operadora pelo serviço. Hoje, tenho um celular de outra operadora, já não serve. Também, já estou partindo para a segunda linha de outra, para ver se consigo achar alguém que me forneça um serviço de qualidade.

A gente caminha, eu e os 62 deputados desta Casa, pelos quatro cantos do Estado e a queixa é geral. Não é possível que 62 deputados estejam incluídos nos 20%, é muito mais do que 20% a insatisfação dos baianos por onde já anda e por onde a gente carrega.

Eu confesso a V. Exªs, meus colegas, que eu esperava muito da apresentação da Claro sobre a questão da zona rural. Saí decepcionado. A Claro não trouxe nada de novo que acrescentasse. Não ficou claro. Não trouxe nada de novo que apresentasse aqui para que a gente pudesse levar de resposta à população. Estamos ouvindo agora as regiões. Esta CPI já passou

por Porto Seguro, já passou por Feira de Santana e a queixa é geral, é 90%. O serviço de telefonia do Estado da Bahia é o campeão de reclamações no Procon.

Então, acho que alguma atitude drástica precisa ser tomada. Eu em determinado momento, deputado Joseildo, conversava, inclusive, com V.Exª quando trouxe a questão da suspensão da venda dos tablets, que eu achava que a gente deveria ter um pouco mais de paciência e ouvir um pouco mais e receber um pouco mais de informações.

Hoje já concordo com V. Exª. Eu acho que não só a venda de tablets como a venda de novas linhas, a venda de novos serviços precisam urgentemente ser suspensos no Estado da Bahia até que uma providência seja tomada. A gente precisa fazer com que o órgão mais sensível que é o bolso sofra de alguma maneira para que a gente venha conseguir prestar um serviço de qualidade para os baianos,

A dificuldade de se falar no telefone, eu ouvi Dr. Duprat falando isso na semana passada. Tive um acidente numa rodovia com meu carro, indo de Formosa do Rio Preto para Barreiras, são apenas 30 km, de duas grandes cidades da região oeste da Bahia e no meio da BR não tinha sinal. Tive a sorte quando passou uma pessoa numa moto, mandei um recado para que viesse um guincho para o carro ser transportado.

Então, a gente fica refém, ao mesmo tempo que a gente é refém de uma tecnologia que toma conta de parte do nosso tempo. Estou sentado aqui, fiz questão de anotar o horário que começou a apresentação de V. Sa, às 11h17min, a quantidade de telefonemas que eu tentei receber. O meu celular avisa quando recebe uma mensagem, ele cai na caixa e a quantidade de ligações que tive de sair para atender, não consegui e voltei para cá. Não se completa uma ligação. Você não consegue falar por mais 30 segundos no telefone.

Eu concordo com os deputados que aqui nos antecederam, o deputado Zé Neto, principalmente, quando cobrou desta CPI uma posição mais enérgica perante ao serviço apresentado para nós. Faço coro com os questionamentos dos meus colegas aqui, do relator Joseildo, do presidente

Paulo Azi, do deputado Leur Lomanto e do deputado Sidelvan Nóbrega que me antecedeu.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a V.Ex, deputado. Tem a palavra o Dr. Robério, superintendente da Secretaria de Infraestrutura do Estado da Bahia.

O Sr. ROBÉRIO:- Três comentários rapidamente. Hoje, o site Olho Digital faz uma avaliação da prestação de serviços de dados no Brasil e ele cita que a operadora americana a AT&T dispõe para prestar o serviço em área similar a que as operadoras brasileiras prestam, ela dispõe de uma quantidade de estação radio base maior do que o quantitativo de todas as operadoras no Brasil.

A obrigação contratual que a Operadora Claro tem de dar o atendimento rural por força de contrato, ela tem essa obrigação independente do uso de qualquer fust, qualquer outro possível compartilhamento em termos termos econômico-financeiro com o governo ela tem uma obrigação que é dela.

O Dr. Duprat falou que atualmente o compartilhamento de infraestrutura é uma coisa que vem acontecendo sistematicamente. Nós que somos da área sabemos que hoje a infraestrutura não se resume só ao site, a torre, a energia. Ela engloba também o entroncamento, que é o que faz uma localidade distante falar com o resto do mundo.

Hoje nós sabemos também, inclusive na palestra de Dr. Duprat ele citou que a telefonia fixa tem estancado, hoje até comentamos nas rodas sociais que telefonia fixa é uma espécie em extinção. Aliada à telefonia fixa as operadoras existentes antes da privatização tinham uma estrutura que é capilarizada e atende ao Estado inteiro. É bem provável que essa infraestrutura de entrocamento, hoje, por força da redução da utilização da telefonia fixa, esteja disponível na mão de uma operadora só, que no caso da Bahia é a operadora OI.

Existe alguma ação do SindBrasil para que esses entroncamentos, essas infraestruturas que têm capilaridade no Estado inteiro sejam compartilhadas efetivamente, por exemplo, com a Claro que vai precisar desse tipo para atender 4500 localidades, que é a quantidade de localidades que existem no Estado da Bahia e que distam, no máximo, 30Km da sede

municipal, porque em isso sendo possível, com certeza, a implantação vai ser muito mais rápida e o benefício para a sociedade mais imediato.

Por último, só uma curiosidade, as 300 antenas que estão ou estarão na época da Copa do Mundo na Fonte Nova vão permanecer como legado ou terminou a Copa do Mundo sai?

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço ao Dr. Robério e concedo a palavra ao Dr. José Carlos Sacramento, ele que é diretor administrativo do Procon.

O Sr. JOSÉ CARLOS SACRAMENTO:- Em relação ao Procon, que está voltado mais em relação às queixas que chegam, tudo em função da qualidade.

Eu só quero complementar a pergunta do deputado Joseildo, quando ele pergunta, Dr. Carlos Duprat, em relação a se a quantidade de técnicos, hoje, que as operadoras atuam é o suficiente para manter essa qualidade. Só queria acrescentar que além da quantidade de técnicos, como está a questão desse monitoramento da qualidade do técnico, porque isso é muito importante.

Ultimamente, eu que já atuei no sistema de telecomunicações, eu via sempre umas gozações pela rua – não, qualquer lavador de carro, hoje, pode ser um técnico de operadora, e isso é muito importante. Lembro-me que na época de Telebahia tínhamos até uma escola para poder capacitar os técnicos. Eles teriam que entrar numa operadora com curso técnico de Escola Técnica ou da Escola de Engenharia Eletromecânica ou então uma formação pelo Senai. Hoje em dia existe isso? Quem monitora isso? As terceirizadas hoje estão no caos, pagando mal aos funcionários e consequentemente não exige essa qualificação. Como fica essa questão? Isso envolve qualidade, isso envolve satisfação por parte do consumidor.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Antes de passar a palavra para que o Dr. Carlos Duprat responda os questionamentos e já faça as suas considerações finais, vou palavra a palavra ao relator, deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- É só para apenas um adendo.

Pelos dados que V.Sª trouxe acerca do mercado que envolve os principais serviços, tem lá o da telefonia que se estabilizou num patamar muito distante, portanto, poderia ser considerado o patinho feio dentre os diversos serviços. A Anatel disse aqui que a infraestrutura da telefonia fixa está sucateada, foi dito aqui, nós temos gravado. O que é que vocês têm a dizer enquanto operadoras do sistema sobre isso? Qual a obrigação de vocês darem manutenção? Está sendo feito?

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Questão de ordem do deputado Sidelvan.

O Sr. SIDELVAN NÓBREGA:- Sr. Presidente, no sentido de pedir a V.Exª, que muito me preocupou essa questão da relação dos fundos, muito dinheiro arrecadado às empresas pagas e todo fundo tem que observar a destinação específica dos valores arrecadados nisso, sob pena até de configurar, Sr. Presidente, e ensejar em ato de improbidade administrativa, desvio de finalidade.

Eu peço a V.Exª, não sei se essa CPI tem essa autonomia de fazer, até de oficializar a Anatel ou até pedir esclarecimentos sobre isso. Ou até, se for o caso, solicitar do Ministério Público Federal informação sobre isso. Não sei se as outras CPIs fizeram isso, mas acho importante V.Exª, Sr. Presidente, possa fazer isso.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço, deputado Sidelvan e sobre esse assunto, solicitar maiores esclarecimentos do Dr. Carlos, imagino que esses fundos, tenham todos uma legislação em que trata de qual é a destinação específica desses recursos. V.Exª pode me esclarecer sobre isso. Passo a palavra a V.Sª, que de certo vai responder os diversos questionamentos e fazer as considerações finais.

O Sr. CARLOS DUPRAT:- Respondendo inicialmente essa questão dos fundos, sem dúvida cada fundo tem sua destinação e nenhum deles está sendo usado para a destinação para a qual foi criado. Todos os fundos estão sendo utilizados para tesouro, para superávit primário. São recolhidos, quer dizer são fundos que acabam saindo do bolso do consumidor. Porque, afinal de contas, as empresas têm que recolher esses fundos e isso impacta nos resultados.

Então, é um dinheiro enorme que poderia ser usado na expansão do setor e na melhoria da qualidade. Eu anotei aqui várias questões.

Um esclarecimento. No caso da telefonia móvel ou celular, não estamos falando de concessão, são autorizações. Claramente, regime de prestação privada. Têm obrigação específica. Você tem que oferecer o serviço naquele lugar. Fora dali não faz parte de sua obrigação. Isso não quer dizer que a gente esteja oferecendo bom serviço onde é obrigado. Estou aceitando a colocação.

Mas, precisamos melhorar o serviço onde ele é ofertado. Eles precisam ser serviços de alta qualidade e precisamos, de fato, aprimorar e acompanhar esse crescimento do tráfico com investimentos rápidos em rede. Esse é um grande desafio e é para isso que estamos pedindo aqui a parceria com a Casa.

Uma outra colocação é a área rural. Realmente, é uma dívida da sociedade, é uma dívida que o setor de telecomunicações tem. Ainda sou da época da Telebrás, fui um dos causadores do Ruralcel, não sei se alguém lembra do Ruralcel. Fui coordenador da implantação do celular no Brasil há 20 anos. Na época que era um sistema só, nós solicitamos das empresas que estivessem montando suas redes, que as mais distantes tivessem uma potência alta para que pudessem atender cada vez mais gente.

Aí, se separou o fixo do móvel e ali era um atendimento fixo. Isso gerou um pandemônio para as empresas gerenciarem o Ruralcel. Mas, até hoje é a única forma de algumas empresas se comunicarem, algumas pessoas se comunicarem. Quer dizer, é uma dívida que o poder público não conseguiu sanar e pelo que a gente tem escrito, hoje, ainda em 2017 será sanado, eu diria, uma pequena parte. Então, de fato, aqui há uma dívida que não é nossa. Nós somos empresas de cunho privado. Não somos uma concessão, não temos obrigação de universalização. É diferente um pouco.

Bom, deputado Leur Lomanto Júnior perguntou sobre o resultado financeiro. O faturamento geral do setor de todo o serviço é na faixa de 200 bilhões. A margem do serviço é ridícula, comparada com o resto do mundo. No Brasil um dos grandes problemas é atração de investimento para o setor. O setor não é bem remunerado adequadamente, fruto de impostos, fundos, uma

quantidade de dinheiro que sai. Quem se deu bem hoje claramente com a privatização do setor de telecomunicações? O governo federal que arrecada sem fazer absolutamente nada. Os estados têm uma cobrança muito grande de ICMS, mas os fundos são realmente os que esvaziam o bolso. E poderíamos usar para investimentos. Diversos projetos já fizemos para tentar colocar os fundos. É ilegal. O fundo tem uma destinação específica e a gente não consegue reverter.

O Sr. Joseildo Ramos:- Então o senhor está dizendo que a margem é pequena, é uma das piores do mundo, considerando os grandes mercados? Mas nenhuma das operadoras quer sair disso. Nenhuma delas quer sair e quer continuar ampliando as vendas. Não seria muito altruísmo?

O Sr. CARLOS DUPRAT:- Não, não. Eu vou dizer como começou o processo de privatização. Quantas empresas eram no Brasil? Eram mais de 20. Aqui tínhamos uma delas, e depois nenhuma conseguiu se sustentar. Quantos atores saíram do processo de privatização do setor de telecomunicações com uma mão na frente outra atrás, devendo mundos e fundos? Milhares! Empresas sérias, canadenses. Eu posso citar aqui diversas.

Temos um grupo, o American Móvel que foi crescendo e comprando as empresas na bacia das almas. Empresas que hoje nem se lembra o nome como a Telet, BCE, BCP. O que aconteceu com quem investiu? Temos jornais que investiram. Quantidade enorme de gente que perdeu dinheiro no Brasil. E o que se conseguiu? Virou um negócio de escala. Só tem chance de ganhar algum dinheiro quem é grande.

Então os quatro grandes grupos se formaram comprando as pequenininhas no instinto de sobrevivência. Hoje a dificuldade atração de investimentos é forte para o setor, e isso dito por bancos. O setor só ganha mais obrigações e não consegue usar os fundos que recolhe. Então temos hoje um problema de fato. Só para esclarecer.

Sobre a questão de suspensão de comercialização, vou ser sincero. Na época da Telebras era muito simples. Tínhamos sempre a demanda sob controle, era só aumentar o preço e diminuir o tráfego. Teoricamente. Mas num momento de muita competição, isso não ocorre. Ninguém quer perder. Quando você tem um ambiente muito competitivo há muitas vantagens para o

consumidor, o preço – posso garantir – hoje é muito competitivo. Mas, de fato, o que acontece é que você não consegue controlar. Você não consegue chegar agora e dizer que vai aumentar o preço, como fazíamos no passado. Porque não está dando para a gente se sustentar. Ou vamos suspender a venda, também não dá.

Nós tínhamos no DDI, o deputado comentou e concordo, momentos que eram mais baratos. Concordo. À noite era mais barato. Pergunto: o que é melhor não ter acesso ou falar quando dá? O pior caso, sendo sincero, é prejudicar para que se possa ter acesso. Fale na hora de menor movimento. Hoje a internet tem horários com o sinal melhor.

Foi levantado aqui o caso da AT&T ter muito mais antenas do que todas as operadoras do Brasil. De fato, é verdade, mas o Brasil tem, geograficamente, uma composição bem diferente dos Estados Unidos, tem áreas muito mais virgens do que o Brasil. Aqui, acho que precisa fazer antena, estou confessando desde o início, precisamos instalar muitas antenas. Esse investimento nosso, que é alto comparativamente com os resultados que a gente, o Brasil é um dos países que mais investe, em relação aos seus investimentos, no setor de telecom. Só que esse investimento precisa ser mais eficiente. Preciso que nossos prazos de implantação sejam cada vez menores. Esse é um trabalho que estamos fazendo. Tem uma parte que é de burocracia, tem uma parte que é interna, de fato.

Foi colocado, também, a questão do compartilhamento do entrocamento. Isso, de alguma forma, foi tratado num documento chamado Plano Geral de Metas de Competição. Então, as empresas, hoje, têm que colocar à disposição dos seus competidores a infraestrutura que elas não usam. Isso está sendo implantado agora. É um vislumbre para que isso venha ocorrer. Sou totalmente a favor desse tipo de situação.

A outra pergunta foi se as antenas da Fonte Nova serão um legado. A resposta é sim, as antenas da Fonte Nova ficarão lá. É um projeto extremamente moderno, temos um hotel de BTS, uma sala onde ficam as webs de todas as empresas, toda a estrutura em fibra óptica no teto, é extremamente bem-feito. E a gente gostaria de muito de poder apresentar isso para a sociedade quão importante e interessante é essa instalação.

O amigo do Procon, Dr. José Carlos Sacramento, colocou sobre o problema da qualidade e quantidade dos técnicos. Acho esse um ponto extremamente importante. Enquanto SindiTelebrasil, criamos um programa no Pronatec e tivemos que fazer um trabalho enorme. Porque o Pronatec é um programa do governo federal que visa treinar. Tínhamos na Telebras grandes centros de treinamento no Brasil e isso era muito importante. Houve a privatização, cada empresa - acho que o deputado Joseildo colocou isso também tem uma metodologia, tivemos que tentar uma padronização para que o funcionário pudesse ter a qualificação para trabalhar em qualquer uma das redes. Às vezes, um mesmo ponto tem uma instalação de uma empresa, uma instalação de outra e a capacitação para uma e para outra era distinta. Então, estamos tentando cobrir essa lacuna de capacitação, admito que é uma coisa que nos preocupa bastante e estamos debruçados para ver se conseguimos tentar voltar com aquela imagem do passado. Temos, hoje, situações complicadas para quem viveu o passado. Vocês veem os postes de hoje em dia e veem como era os postes na época da Telebras. Só tinha uma concessionária, agora tem 12 concessionárias. A concessionária de energia elétrica não quer nem saber o que está acontecendo com aquele poste, quer mais é usar receita de cada um que passa por ali. Ficam os postes cheios de cabos horrorosos. Essa é uma disciplina que está sendo trabalhada em conjunto pela Aneel e pela Anatel. Espero que venha a ser resolvida num curto espaço de tempo.

A outra colocação, a última, foi a questão da telefonia fixa que está sucateada. Diria que telefonia fixa, de fato, temos diversos problemas pela natureza da concessão. Aí é concessão, telefonia fixa foi uma concessão que tivemos. Porque da forma como está sendo interpretada - isso é uma interpretação a concessão - é reversível naquilo que for essencial à operação. Então, isso está sendo interpretado de uma forma muito difícil, cada um interpreta de uma forma. Isso faz com que o governo, hoje, tenha essa preocupação. Por que o que é reversível? É o final do período da concessão, telefonia fixa de algumas empresas há concessão, ao final do período pode retornar para o governo como se fosse uma estrada. A estrada, no final do período, só que não é tão simples quanto estrada. Na época isso faz parte,

mas no que diz respeito à essencialidade da operação. E hoje tem empresas que não conseguem vender os seus prédios que estão desabitados. Temos um caso no Rio, um caso da OI, que o prédio, a empresa quer vender, foi agora invadido, tem lá milhares de pessoas na frente da prefeitura, que é a favela da Telerj, o cara não consegue vender e aquilo poderia ser transformado em investimento, e aquilo é reversível para a União. Meu Deus do céu! Então, existe uma discussão. Acho que é muito complexa e acho que tínhamos que tentar resolver para poder alavancar mais dinheiro para a telefonia fixa de um modo em geral.

Gostaria de agradecer, sempre estaremos presentes. O (…) tem essa preocupação de estar presente cada vez que é convocado. Fico à disposição dos senhores.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, apenas para não esquecer, o senhor não falou nada sobre a presença dos prepostos das operadoras na CPI Itinerante, porque eles vão para lá mas ficam mudos, não aparecem, e poderiam aproveitar para esclarecer, não existe.

O Sr. CARLOS DUPRAT:- Eu entendo e concordo totalmente que eles têm que participar ativamente desse processo.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Joseildo, isso é muito simples. Se essa situação perdurar, a gente vai passar a convocar os representantes das empresas e eles serão obrigados, por lei, a se pronunciar.

Quero agradecer a V.Sª, a Dr. Carlos e dizer que efetivamente foram muitas informações importantes para o trabalho dessa CPI. Algumas outras que porventura não tenham sido esclarecidas, deveremos oficiar diretamente as próprias operadoras.

Portanto, agradecer a presença de V.Sª, agradecer a presença de todos e às 13 horas e 21 minutos declarar encerrada a presente sessão.

Relato da **15ª Reunião Ordinária da Comissão de Parlamentar de Inquérito** da Telefonia, realizada em 30/04/2014.

Resumo:

Oitiva com o Sinttel, que abordou sobre o sucateamento da estrutura do sistema de telecomunicações de rede fixa, e os entraves trabalhistas enfrentados pela categoria. Foram levantadas questões como a terceirização dos funcionários, os baixos salários, e as más condições de trabalho.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Às 11h:15min, declaro aberta a 15ª sessão ordinária da CPI da Telefonia, que terá a oitiva do Sr. Joselito Emanuel Conceição Ferreira, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Estado da Bahia - Sinttel.

Por decisão desta presidência, esta sessão será reservada. Portanto, só terá acesso ao Plenário aqueles que são diretamente envolvidos com esta CPI.

De imediato, passo a palavra a Joselito Emanuel Conceição Ferreira, para trazer as informações relativas às questões relacionadas aos trabalhadores da telefonia, para posteriormente fazermos qualquer tipo de debate.

Com a palavra V.Sª.

O Sr. JOSELITO EMANUEL CONCEIÇÃO FERREIRA:- Bom-dia, Srs. Deputados.

Quero agradecer o convite do deputado Joseildo e da Comissão. Meu nome é Joselito Ferreira, sou funcionário da Oi, na Telebahia desde 1985. Aqui estão presentes alguns companheiros que fazem a nossa comunicação aqui, no Estado. O relato deles é importante, porque eles são da área operacional. Quando nós éramos uma empresa estatal, a Telebahia, nós e os consumidores vivemos grandes momentos. Após a nefasta privatização, em 1998, praticamente a categoria foi esquartejada. Então, as empresas operadoras, na época só a Telebahia Celular e a Telemar, dividiram a categoria. Quem era telefonista virou atendente de call center, sem ter os direitos garantidos por lei, já que o trabalhador de call center faz atendimento.

Terceirizaram o coração, o cérebro da empresa, que é a planta interna e a planta externa, e as lojas eles também terceirizaram. Então, esses trabalhadores que, hoje, fazem a planta funcionar, 100% deles são terceirizados, não são internalizados. Com isso, houve uma queda na qualidade dos serviços, haja vista que a população vem reclamando constantemente; os telefones púbicos, que eram de uso da comunidade mais carente, hoje, praticamente não funcionam em nosso Estado e em nosso País. Basicamente, eles só funcionam nas áreas de grande concentração, que é nos shoppings, aeroportos, mas nas comunidades carentes não há mais telefone público; as redes estão completamente sucateadas, já que as operadoras não investem na rede, e essas empreiteiras, também pensando somente no lucro, não fazem nenhum tipo de investimento.

Demitiram os trabalhadores que tinham experiência comprovada e contrataram trabalhadores novatos, sem experiência. São esses trabalhadores que, hoje, estão ligando a rede, fazendo um verdadeiro cambalacho, verdadeiras gambiarras em nossos assinantes.

Enfim, os trabalhadores da área de telecomunicações, hoje, em todo o País, vivem um momento crítico. Somos responsáveis pela comunicação do planeta, consequentemente, e as operadoras não reconhecem isso.

Esses trabalhadores, hoje, são mal remunerados. Se estivessem na operadora, estariam recebendo cinco vezes mais, já que as empresas terceirizadas pagam um salário mínimo a esses trabalhadores; estão mal alimentados, porque um ticket de um trabalhador terceirizado é metade do valor de um trabalhador da operadora; esses trabalhadores não tem plano de saúde compatível com os das operadoras, em virtude disso nós tivemos, nos últimos dias, o falecimento de um trabalhador por conta da negligência do plano de saúde, e os médicos não quiserem atender esse trabalhador.

Enfim, Srs. Deputados, essa é a situação vexatória das telecomunicações no País e, consequentemente, também aqui, na Bahia.

A nossa intenção era trazer para os senhores uma visão de como nós, enquanto trabalhador, temos sofrido. Temos propostas, que, inclusive, estão aqui, nesse documento, de se acabar com essa terceirização fraudulenta, de se criar melhores condições de trabalho para esses

companheiros que, hoje, representam a nossa comunicação. Hoje eu digo, Srs. Deputados, que se não existir esses trabalhadores terceirizados as operadoras param, porque eles estão dentro das operadoras. Só existe uma diferença, que é a do crachá. Hoje, eles disputam o espaço no mesmo local de trabalho. Nas operadoras tipo Vivo, Oi, todas essas operadoras, os trabalhadores terceirizados trabalham dentro da estrutura delas e recebem ordens diretamente dos trabalhadores das operadoras. Não entendemos como esses trabalhadores são terceirizados.

Então, quero deixar, aqui, o nosso repúdio a essa terceirização, agradecer a coragem dessa comissão por estar puxando um assunto tão relevante não só para os trabalhadores, mas também para a nossa população, que sofre, que reclama. Infelizmente, hoje, telecomunicações é o campeão de reclamações no Procon. Se os deputados não tiverem coragem para mudar isso, não teremos perspectivas.

Está chegando a Copa, não sabemos como vamos nos comunicar, temos problemas sérios de doença ocupacional dentro da nossa categoria. Enfim, esta é a realidade dos trabalhadores da área de telecom.

Gostaria de pedir, também, aos senhores – não sei como vai ser feito esse procedimento de nós e os companheiros da área técnica passarmos como funcionam as burlas que acontecem no sistema –, e, mais uma vez, gostaria de pedir, Sr. Deputado Joseildo, o sigilo absoluto a estas informações porque esses companheiros não têm estabilidade como dirigentes sindicais, vieram por livre e espontânea vontade e ao nosso pedido. Esses companheiros estão se expondo, então, é importante que haja absoluto sigilo sobre a identidade desses companheiros.

Eu, como presidente do sindicato, tudo bem, mas os companheiros... acredito que V.Exªs também serão sensíveis a esse nosso pedido, para que possamos contribuir de forma eficaz e melhorar essa relação entre os trabalhadores e as operadoras; e obrigar que as operadoras cumpram o seu papel de prestar um serviço de qualidade à população sem somente pensar no lucro.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a V.Sª, Sr. Joselito, e tenha certeza de que nós, que estamos com a responsabilidade de tratar desse

assunto que, como V.Sª disse, tem trazido uma série de questionamentos, de problemas para a nossa população, todos nós sabemos a péssima qualidade dos serviços prestados por essas operadoras, não poderíamos deixar de ter uma atenção especial àqueles que afinal de contas são responsáveis, que têm essa delegação das empresas para prestarem serviços, para manter o serviço.

É importante termos o conhecimento de como andam as relações entre a direção da empresa com os seus trabalhadores, os seus funcionários. Por isso que em tão boa hora o relator dessa comissão, deputado Joseildo Ramos, pediu que nós realizássemos essa sessão. Podem ter total segurança, total tranquilidade com relação ao sigilo do que aqui será tratado, para que nós possamos, efetivamente, ter conhecimento de como realmente os trabalhadores estão sendo tratados pelas empresas de telefonia.

Deputado Joseildo, quer pronunciar-se ou vai esperar?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Não conheço nenhum dos três. Os deputados conhecem a estrutura que vocês falam, vocês têm uma lógica. A gente já conversou, e eu quero me externar, isso para a gente, os três deputados, obter da melhor forma... Fiquem tranquilos. A quantidade de pessoas que aqui está é suficiente para poder tratarmos o nosso trabalho. Isso, aqui, foi arrumado para ficar desse jeito. Então, podem ficar tranquilos.

Quero tratar com vocês o seguinte, vocês falam de planta. Aí, no meu entendimento, tem a planta interna, que deve ser aquela parte, eu penso, administrativa e técnica, e tem a planta externa, que é a parte da operação, do cabeamento, das antenas, a parte que vai até as assinaturas, aos usuários. Então, eu quero que vocês expliquem para que a gente tenha uma noção, apenas isso, para a gente poder se situar juntamente com os colegas. Não sei se os colegas têm conhecimento, mas essa arrumação não conhecemos.

O Sr. JOSELITO EMANUEL CONCEIÇÃO FERREIRA:- O.K.

Depois vou passar a palavra para os outros companheiros.

Planta interna que falamos é o cérebro da empresa, onde está os equipamentos, não entra a parte administrativa. Ou seja, a operação da empresa, o funcionamento da operadora tem a planta interna, que é o cérebro, onde estão os equipamentos, e a planta externa, que são os trabalhadores que dão manutenção.

O pessoal de apoio, o administrativo, é apoio. Então, quando falamos em planta interna e externa é o funcionamento do sistema de comunicação.

Eu vou passar para um companheiro e ele vai falar sobre o funcionamento do serviço móvel, porque ele tem larga experiência e, depois, vou passar para os outros dois companheiros, porque eles fazem a atividade da telefonia fixa.

O Sr. MARCELO ALVES:- Meu nome é Marcelo Alves. Trabalho na Dominion, empresa terceirizada da Vivo. Com essa terceirização, quero dizer, as empresas estão passando por um momento precário.

Nós perdemos um companheiro, agora, em Vitória da Conquista por falta de plano de saúde, pois o que nós temos não foi aceito pelo hospital. Nós já estamos nessa briga há um ano e meio para mudar essa situação. Nós tivemos o caso de companheiro que sofreu acidente em Juazeiro e que foi socorrido em hospital público.

As empresas terceirizadas, na verdade, só visam ao lucro. A ideia dela é ter lucro e não pensar em funcionário que são deixados de lado. A vida humana está sendo deixada de lado. Eles pensam somente no lado contratual e na questão financeira.

Estamos, há um ou quase dois anos, brigando por melhoria salarial, melhores condições de trabalho e não estamos tendo resposta da empresa. Falam que vão ajeitar mais tarde, repetem, mais tarde. Dizem que estão resolvendo, resolvendo. Mas já perdemos um companheiro. Tem o filho de um companheiro que sofreu acidente que teve de se deslocar da Bahia para Brasília, a fim de tentar atendimento médico, pois não tem atendimento médico na região onde o nosso colega trabalha. O filho desse colega quebrou o fêmur e não consegue o atendimento.

Fora, também, a diferença salarial, pois há a precariedade, a falta de condição de trabalho, as ferramentas, o carro velho. Sempre está mudando de uma empresa para a outra e não mantém a mesma base. O que nós conquistamos em uma empresa, quando passa para outra, começa tudo do zero, quer dizer, os mesmos problemas como salário defasado e perdemos os benefícios que tínhamos com plano de saúde, vale-alimentação, cesta básica.

Eles cortam tudo. Começa-se tudo do zero. E, aí, começa, novamente, a batalha. Entenderam?

O Sr. …....:- Marcelo, eu gostaria de que você desse uma aula aos nossos deputados explicando como chega o sistema, como chega o sinal, como vocês fazem, as notas, os BDs que vocês fazem, como funciona o serviço de atendimento. Qual a pressão que as empresas fazem sobre vocês para que façam o atendimento? Vocês atendem à noite? Como são as condições de trabalho? Como funciona o sistema de comunicação do móvel? Digo isso para que os nossos deputados entendam como funciona.

O Sr. MARCELO ALVES:- A princípio, quando tem a falha no equipamento, nós somos acionados pelo knock a qualquer horário. O knock é o nosso centro de atendimento que faz a triagem para ver a falha e repassar para o técnico. Nós recebemos a qualquer horário do dia ou da noite ou da semana também. Nós não temos intervalo.

Há, sempre, alguém de escala para atender. Temos prazo para atender. Geralmente, são 3 horas para atender e independe da distância. Quando há chamadas, nós nos deslocamos. Nesses locais, há área de risco. São locais precários. Não temos segurança. Independente do bairro, temos de atender. Dia ou noite, também, pode ser estrada perigosa ou não, mas tem de atender. Chegado lá, estamos expostos ao tempo, ao perigo e à pressão. Somos, sempre, pressionados para atender no prazo e de maneira correta.

Eu tenho companheiros que encontraram, em equipamentos, cobra e escorpião. E já se foi picado por cobra e escorpião. Já tivemos companheiros que caíram de torres por causa de abelha. Entenderam?

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Marcelo, vou interagir e vocês podem complementar a qualquer momento. Você falou em algumas coisas interessantes. Você falou da falta de: suporte, assistência médica e assistência ao trabalhador. Quero dizer que estão presentes, entre nós, o deputado Aderbal Fulco Caldas, sindicalistas e trabalhadores das empresas de telecomunicações.

Então, vejam, você falou sobre a precariedade da relação de trabalho, das péssimas condições objetivas de trabalho, da baixa remuneração, da alta rotatividade e da perda de conquistas. Na área de manutenção e

reparos, os níveis de produtividade são impostos independente da falta de segurança e de proteção individual, ferramental e equipamentos.

Tudo isso foi colocado. E já listamos, aqui.

Inclusive, quanto às edificações, sejam elas fixas ou semifixas das operadoras, você falou que, por falta de manutenção, estão sujeitos a problemas com cobras e escorpiões por falta de gente para limpar as áreas, etc. Tudo isso do ponto de vista da precariedade das relações de trabalho. Falou-se sobre a terceirização, que é completa.

Agora, pergunto o seguinte. Vejam, do ponto de vista da tecnologia, as empresas estão submetidas a determinados níveis de produtividade e a determinados níveis de investimento que são colocados pela Anatel?

Vocês vivenciam, o tempo todo, a relação da Anatel com a empresa através dos seus colegas ou aquela situação que, porventura, não passe pelos olhos de vocês. Como você vê a presença da Anatel ao considerar toda essa situação? Se tem um trabalhador mal remunerado, uma relação ruim, isso, certamente, terá reflexos na qualidade do trabalho. Como é o olhar da Anatel em relação a essas questões que você está falando?

O Sr. …..... :- A cobrança da Anatel é para cumprir as metas dela como o sinal até o usuário, o tempo em que o equipamento fica fora. Mas não vejo a Anatel fazer muita coisa com relação ao trabalhador em si. Ela tenta cumprir com as metas da Telecom, as metas que ela impõe para o governo.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Entendi o que você está falando. Serei mais objetivo. Por exemplo, quando a Anatel vai fiscalizar, se é uma fiscalização de rotina, ela, certamente, avisa à operadora. E esta atende à Anatel mostrando aquilo que ela quer ver. O que quero saber é: a Anatel, sistematicamente, tem feito fiscalizações, não só na relação ao trabalhador, mas com relação ao funcionamento da operação da telefonia?

O Sr. …..... :- Não. Quanto a isso, não sei como responder sobre a forma como a Anatel trabalha. Nas vezes em que estive com a Anatel, o site é entregue. Ela faz a fiscalização para saber se está de acordo com as normas. E quando há reclamação de algum usuário, ela vai até à região para ver se procede ou não.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- No seu olhar, você considera que ela tem cumprindo com o papel dela, qual seja, nesse aspecto de correr atrás e de fiscalizar as operadoras? Não estou falando da relação do trabalho, mas da questão técnica e operacional.

O Sr. …..... :- Sim, sim, sim. Sempre quando ela passa alguma meta, a operadora, em si, corre atrás para ver se é isso que está acontecendo. Se essa falha realmente existe ou não e passa para a gente. Vamos até o local confirmar e tentar solucionar.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Gostaria de saber como é a relação entre vocês, o sindicato e o Ministério Público Federal. Vocês têm tido algum tipo de contato? Vocês têm feito ao Ministério Público Federal algum tipo de questionamento para que ele possa interceder e acompanhar mais de perto essas ações?

O Sr. …..... :- Não, excelência. Nós recorremos, sempre, à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego e ao Ministério Público do Trabalho. Só que esses dois órgãos, especialmente a Superintendência Regional do Trabalho, são para atender a todo o contingente de sindicatos.

Quando encaminhamos uma solicitação de mediação, demora 10 ou 15 dias para sermos atendidos.

Então, é preciso que os órgãos fiscalizadores das condições de trabalho que poderiam ser nossos parceiros, sejam mais atuantes, porque quando chega lá na Superintendência Regional do Trabalho, eles avaliam a condição de risco. Por exemplo, se tiver uma queixa, entre uma queixa do Sintracon, que é o sindicato da Construção Civil, e uma queixa do Sintel, eles dão prioridade à construção civil porque está um risco mais iminente na visão deles.

Então, é preciso melhorar essa relação, é preciso melhorar esse retorno das nossas solicitações, porque isso nos tem ajudado mais bastante. Um exemplo que ele citou aqui é a questão do plano de saúde. Aí, vou pegar a questão da operadora. Esses trabalhadores eram atendidos por uma empresa chamada Rauen, que tinha o plano de saúde Bradesco, entrou a empresa chamada Zener, que não deu plano de saúde. Essa Zener saiu, entrou a Domínio, os trabalhadores mudaram o plano de saúde para Notredame. Faz

um ano e meio estamos tentando discutir essa situação dentro da Superintendência Regional do Trabalho e não tivemos êxito, e esses trabalhadores continuam com esse plano de saúde. Infelizmente, veio a falecer um trabalhador, porque lá na região esse plano não é bem atendido.

Então, é preciso que esses órgãos nos deem maior suporte para fiscalizar e punir essas empresas, porque eles são mediadores.

O Sr. RELATOR (Joseildo Ramos):- Joselito, quando você respondeu o questionamento do deputado Paulo Azi, ele fez a pergunta, objetivamente, se em algum momento vocês acionaram o Ministério Público Federal?

O Sr. Joselito:- Não.

O Sr. RELATOR (Joseildo Ramos):- Porque o Ministério Público Federal, em última instância, é o órgão que fiscaliza o cumprimento das normas legais, das leis. E há leis trabalhistas que, objetivamente, são fiscalizadas pelo Ministério do Trabalho através da sua superintendência de fiscalização aqui, e você disse claramente, respondendo à pergunta do colega: olhe, se tiver duas reclamações em paralelo, a nossa e a de um setor, a exemplo da construção civil, que esteja muito mais exposto a problemas iminentes de risco, quem nos fiscaliza ou quem fiscaliza a relação de trabalho prefere ir na outra a nos atender no primeiro momento. Se isso é fato, significa dizer que a superintendência de fiscalização das relações de trabalho aqui não teria estrutura suficiente para poder cumprir aquilo que deveria cumprir. Você acha que é isso? A pergunta é essa.

O Sr. Joselito:- Acho, sim. Até porque, Srs. Deputados, hoje só temos dois ou três auditores fiscais, é difícil. Nós temos o Dr. Ivan e mais dois auditores fiscais, o Dr. Mário, na Superintendência Regional do Trabalho, que é um órgão, na nossa visão, enquanto sindicato, está completamente falido, precarizado. Nós precisamos estruturar esses órgãos para serem nossos aliados. Hoje temos dificuldades em marcar uma mediação com essas empresas. Outra coisa: as empresas vão achando que estão fazendo favor. É um total desrespeito, Srs. Deputados, dessas empresas, principalmente as operadoras e empreiteiras com o órgão que fiscaliza, porque não tem estrutura, infelizmente não tem estrutura hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- A palavra está franqueada a qualquer um de vocês que...

O Sr. (…....):- Agora, eu gostaria de passar para os companheiros Ueider e Rosalvo que são da planta externa, é a parte da telefonia fixa. Rosalvo trabalha no cérebro da empresa, que é o distribuidor geral, o DG, e Ueider tem experiência na área técnica, de atendimento, como é que funciona. Aí, seria bom, Ueider, você e Rosalvo darem uma aula mesmo como funciona a estrutura, como é que liga lá no DG, como faz o processo para o CO, para eles entenderem e verem que essa questão da Anatel se faz na móvel, eu não tenho muita informação o que faz na fixa, está sucateada a nossa rede, eles não fiscalizam.

Então, assim, tem uma região, não sei se os senhores, mas tem região que passamos o cabo e fica ali o mês todo porque as empresas não estão investindo nessa área de telefonia fixa. O interesse da empresa é isto aqui, telefonia móvel, celular, que dá dinheiro, é R$ 0,25 centavos. Então não tem, se fosse telefone público aqui não funciona.

Então, Ueider, dê uma palavrinha aí como funciona, você e Rosalvo.

O Sr. Ueider:- Bom-dia a todos e a todas.

Srs. Deputados, sou Ueider, sou funcionário da RM, é a empresa terceirizada responsável pela planta externa da OI, já fui estagiário da Telebahia.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Só para esclarecer: vocês têm ideia de quantos funcionários a Bahia hoje tem, tanto terceirizados como efetivos das próprias empresas? Vocês têm esse número?

O Sr ( ) Nós temos assim: antes, até a privatização, tínhamos 4 mil e 300 trabalhadores, em 1998 na Bahia. Quando privatizou, o primeiro ato da Telemar, na época, em novembro de 1998, foi demitir 900 trabalhadores. Teve trabalhador doente... O que foi que eles fizeram? Demitiram os trabalhadores, criaram essas empreiteiras, demitiram as telefonistas e criaram os call center. Hoje nós temos mais trabalhador terceirizados do que trabalhador da operadora. Exemplo: na OI, hoje, temos 600 trabalhadores; na RM temos dois mil e 200 trabalhadores que prestam serviço para a OI. Então, são 600 efetivos, internalizados, e 2200... Na OI está chegando essa rede

agora, nós temos em torno de três mil trabalhadores, 2600, 2800, três mil trabalhadores terceirizados só na OI.

Nas outras operadoras, na Vivo, hoje, temos uns 40 trabalhadores terceirizados que dão manutenção.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- O sindicato engloba todas as operadoras?

O Sr.( )- Nós representamos call center, operadoras e terceirizados, que prestam serviço às operadoras. Hoje, temos cerca de quarenta mil trabalhadores, contando com as operadoras, com os call center – quarenta a cinquenta mil, só na Bahia. Temos mais de um milhão só de call center em todo o País. A estrutura hoje das operadoras funciona...

O Sr. Joseildo Ramos:- Vocês representam call center, não é isso?

O Sr.( ):- Representamos trabalhadores terceirizados, call center e os trabalhadores das lojas.

O Sr. Joseildo Ramos:- Nós gostaríamos de saber, efetivamente, até para os nossos colegas aqui, como é que é a relação no call center? Como é que é?

O Sr.( ):- O call center é as antigas telefonistas. Tínhamos uma jornada de seis horas, aposentadoria especial de 25 anos... Tínhamos jornada de seis horas com 15 minutos de intervalo na época da estatal. O que foi que as empresas fizeram? Criaram os call centers. Hoje, nesses call centers os trabalhadores trabalham cerca de 6h20minutos. Temos o anexo II da NR-17, mas a atividade ainda não foi regulamentada. Inclusive, hoje, deputado, está sendo votado, neste momento lá na Câmara Federal, o projeto de lei 2673, que o senhor assinou, para regulamentar a atividade do teleoperador, porque apesar de ser a maior categoria deste País – temos em torno de um milhão e 500 mil trabalhadores –, não é regulamentada. O vaqueiro é regulamentado, mas o teleoperador não é regulamentado.

Então, esses trabalhadores são de primeiro emprego, jovens que são explorados por essas empresas. Esses trabalhadores hoje têm uma jornada de 6h20minutos, 20 minutos apenas para o lanche, recebem um vale-refeição em torno de R$ 4,90 R$ 5,00 para se alimentarem. Os trabalhadores estão adoecendo, inclusive com doença mental. Temos LER, DORT, doença

mental, problema nas cordas vocais, problemas na audição. Então, esses trabalhadores estão contraindo essas doenças. Hoje nós representamos esses trabalhadores. Nossa luta é para regulamentar essa profissão.

Então, é assim: é uma jornada excessiva, estressante. Porque no tempo da telefonista ela era somente telefonista. Hoje o trabalhador de call center é telefonista, digitador, porque está com o sistema, é psicólogo, porque o consumidor xinga o teleoperador, que não pode responder. Então isso tem causado muito estresse nessa categoria.

Essas empresas estão investindo muito aqui no Nordeste, porque pagam um salário mínimo – em São Paulo o salário é diferente, o tíquete, a noite... – Então, eles estão tirando os postos de trabalho de São Paulo e estão trazendo aqui para o Nordeste. Por isso a nossa luta para ter a convenção nacional, para que sejam iguais os benefícios e o salário desse trabalhadores. E esses trabalhadores estão aí entrando nesse mercado de trabalho já contraindo várias doenças ocupacionais. Então, é uma atividade que merece que seja feita alguma coisa para que eles estejam protegidos.

O Sr.( ):- Sou ex-estagiário da Telebahia. Depois da privatização passei para a Telemar e depois passei para a empreiteira. Então, com propriedade posso falar todo esse percurso de precarização em relação tanto aos trabalhadores, o que já foi falado, e com os assinantes, porque trabalho diretamente com testes elétricos na rede, na rede de telefonia fixa. E, de lá pra cá, a gente vem acompanhando todo o retrocesso tecnológico, porque as redes estão sendo precarizadas e não há pela operadora, no caso Oi, que é a que eu trabalho, um projeto de renovar essa rede. A que está aí é uma rede de 30 anos. Antes trabalhávamos diretamente com testes elétricos para colocar para o assinante uma qualidade melhor no serviço. Hoje, praticamente, essa função foi extinta, não existe mais essa função de testes elétricos que eu fazia há 15 anos, e os telefones hoje para os assinantes, para os consumidores, são colocados de qualquer forma. As empresas terceirizadas, como foi falado pelos companheiros aqui, elas visam lucro, porque a rede não é dela, ela presta aquele serviço para a contratada, coloca os telefones, na medida do possível, com suas metas e não se preocupa com a

manutenção especificamente, porque não dá retorno para ela. Acabou o contrato, ela renova ou não, deixa a rede do jeito que está e vai embora.

A Oi também não se importa com sua rede, não está nem aí, e os consumidores cada vez mais tem o serviço precarizado, a Internet com as condições que se tem hoje, a rede está funcionando, não oferece, não dá o que é oferecido. Ela não consegue alcançar as velocidades que são contratadas por conta da rede, que não lhe dá esse suporte todo. E nós trabalhadores é que ficamos penalizados de certa forma, porque as operadoras, quando os consumidores ligam reclamando falando de telefonia, de Internet, as operadoras passam para nós para tentarmos melhorar, mas a rede não dá esse suporte, e nós somos obrigados muitas vezes até a burlar o sistema, como é feito na telefonia fixa, por exemplo.

Hoje se fala em abrir evento, isso quer dizer que aquela rede está danificada ou foi roubada, o pessoal roubou cabo, qualquer tipo de coisa nesse sentido. Mas na verdade não é, a rede que está ruim, está com baixa isolação, o serviço não funciona direito, aí eles colocam para a Anatel que foi roubo, foi vandalismo. Mas, na verdade, não é, é a precarização da rede nesse sentido.

O Sr. .Joseildo Ramos:- Quero fazer uma pergunta objetiva, Weider. A pergunta é a seguinte: Você vem de uma experiência de estagiário da Telebahia e hoje está na Oi. A diferença de qualidade, lá no final, o funcionamento do telefone para o consumidor da época em que você conheceu para hoje, passado esse tempo todo, como é que você avalia um momento e outro para o consumidor, o que ele está recebendo de serviço, de melhor ou pior qualidade?

O Sr. Weider: - Com toda certeza, Excelência, diria de pior qualidade! Porque antes tínhamos uma rede que era mais nova, tínhamos profissionais que faziam testes elétricos para ver qual daquele par funcionaria melhor aquele serviço. Hoje, além de não termos mais esse tipo de serviço, de teste de rede, ainda não temos uma rede nova, um funcionamento novo.

O Sr. .Joseildo Ramos .: – Ainda nesse aspecto, quero saber de você o seguinte: A relação, a quantidade de técnicos que a operadora Oi agora tem em relação àquela demanda de serviço. O número de técnicos que ela tem é suficiente para fazer com qualidade, com produtividade os serviços?

O Sr. Weider: -Excelência, a Oi não tem mais técnicos, tem auditores. Todos os serviços que são efetuados na sua planta externa são feitos por trabalhadores terceirizados. Todos. Ela tem auditores que vai lá e fiscaliza se o serviço foi benfeito ou não.

O Sr. .....: – Weider, deixe eu dar uma ajuda aí. Deputado, no tempo da estatal tínhamos uma quantidade de trabalhadores para a quantidade de terminais. Ou seja, era um trabalhador para atender determinada quantidade de terminais, não me lembro, acho que era 1000. Existia um padrão, a empresa, a Telebahia na época, era obrigada a ter a quantidade de trabalhadores compatível para atender aos terminais. Hoje é diferente, a empresa foi privatizada em 1998, já passamos de mais de 16 anos, praticamente. Aumentou a quantidade de assinantes, de telefones fixos, triplicou hoje. O Brasil é o país campeão de telefonia celular e consequentemente migrou, o que significa dizer que esses trabalhadores hoje estão fazendo o serviço de 10 ou 15, sem falar na qualificação. Estão contratando trabalhadores novos com salários menores, pegando trabalhador do comércio para dar manutenção nos telefones. Inclusive lá na cidade do senhor, Alagoinhas, e em Feira de Santana está-se fazendo isto, demitindo os técnicos antigos para contratar pessoas do comércio. Dá um cursinho de 15, 20 dias e coloca o pessoal para fazer gambiarra na rua.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Veja só: ouvimos aqui um representante, um diretor executivo, Carlos Duprat, do SindiTelebrasil, que nesta Comissão disse claramente, reconheceu que a infraestrutura está sucateada e falou de uma coisa que quero saber se ocorre aqui na Bahia. Obviamente todo parque de infraestrutura que existe hoje, à exceção de alguma ou outra coisa tópica ou menor, é tudo aquilo que veio da Telebahia, pelo que estou entendendo. Aí, pergunto: e os prédios, e as unidades físicas, tanto aqui quanto no interior? Se existem, eles estão sendo mantidos, precarizados ou estão dando manutenção nos prédios? Como é que anda isso?

O Sr. WEIDER:- Exª, os prédios estão abandonados, todos os prédios da OI hoje, com exceção das sedes. Acho que até o Itaigara está abandonado, todos os prédios da OI estão abandonados e sendo invadidos. Posso citar o prédio de Itabuna. Uma parte dele foi invadida, e ali na outra

funciona uma pequena metalúrgica. Aqui em Salvador, em qualquer Central que o senhor for não vai encontrar água, nem banheiro limpo nem segurança, com exceção de algumas.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Essas unidades que vocês estão falando são operacionais.

O Sr. WEIDER:- Senhores, hoje todas as Centrais estão abandonadas, não têm água. Onde trabalhavam cinco trabalhadores, no DG, e Rosalvo era quem trabalhava lá, hoje trabalha um ou dois apenas. E têm que levar água de casa. Os banheiros, ou eles limpam ou ficam sujos. Não têm uma segurança eficaz. Não têm. Uma ou outra Central onde trabalham alguns funcionários da operadora que ainda estão lá é que tem segurança. E onde tem trabalhador terceirizado não tem segurança. Só tem segurança em uma ou outra Central. Os prédios no interior, e alguns aqui em Salvador, estão sendo invadidos por terceiros. Já citei o de Itabuna, estivemos lá recentemente. Foi invadida uma parte, e na outra funciona uma pequena metalúrgica. Aqui em Salvador, tem um prédio invadido onde funciona uma oficina mecânica. Em Praia do Forte, também foi invadido. Lá hoje tem uma casa muito bonita do lado da Central, numa parte invadida desses prédios.

Os prédios estão sendo invadidos. Soubemos por informações que alguns estão sendo vendidos para a Igreja Universal. Não podemos comprovar, não podemos. E temos de buscar exatamente isso. Mas o que vimos e o que sabemos é que estão acontecendo estas coisas, o abandono dos prédios, quase todos, a falta de segurança e a invasão da sociedade mesmo.

O Sr. …….:- Deputado, complementando o que o Weider falou, o Marcelo também vai falar um pouco da estrutura da Vivo, que está ruim. Tem o exemplo claro aqui do Parque do Cabula. Na época era a sede administrativa da Telebahia. E hoje, lá no Parque do Cabula, 80% é de call center, e é a Contax que está lá. Tem uma parte terceirizada da OI, e é a Nokia que está lá dentro, e em outra parte está a RM, terceirizada da OI, lá dentro daquela estrutura, ou seja, todos esses trabalhadores que hoje deveriam estar sendo internalizados são terceirizados. Há poucos trabalhadores.

Tem um prédio de Gandu, Weider, que os moradores de rua tomaram conta lá do prédio de Gandu.

Vou passar a palavra para Marcelo e ele falará um pouco aqui sobre a estrutura do Móvel, como estão as centrais. Inclusive, Srs. Deputados, os nossos técnicos estão indo sozinhos para essas centrais, por isso também o motivo do falecimento – o trabalhador passou mal e não teve quem o atendesse. Ele teve um AVC.

O Sr. …...Aqui em Salvador nós temos um caso de, por exemplo, um site chamado Travessa Maria da Hora, que fica no bairro de Santa Cruz.

(Falam fora do microfone.)

O Sr. MARCELO:-.É o prédio, a estrutura.

O Sr.:.....:- A gente fica sem entender, porque quando você cita: “Eu vou para o site...”

O Sr. MARCELO:- É a estrutura em si. O traficante tomou conta do local, é dele. Ele cria animais, como jumento, bode e para chegar lá para trabalhar você tem que pedir permissão a ele.

A operadora sabe desse caso, mas não toma nenhuma providência, e a gente ainda continua sendo obrigado a ir para esse site.

Tem um site ali em Plataforma, também, que tem tráfico de droga lá dentro, e a gente tem que atender. Mas tem de pedir autorização.

Os prédios em si estão todos precários, estão mal com a estrutura metálica e torres enferrujadas. Temos que subir em torres enferrujadas também. Não temos banheiro, não temos água, nada. Quando se sente qualquer necessidade, pede-se ao vizinho ou vai para o mato.

O Sr. …....:- Quero perguntar uma coisa para você, Marcelo, porque para a gente aqui é importante, principalmente, para a composição do relatório.

Duas coisas que as operadoras falam para a gente, e a gente quer o olhar dos trabalhadores. Elas falam que têm dificuldades de ampliar o sinal, principalmente, do interior, porque nos municípios que são os titulares são eles que deixam ou não implantar, por exemplo, antenas. E existem municípios que têm suas legislações de um jeito, outro de outro, e as operadoras se queixam de que não ampliam porque cada município tem suas exigências, e ainda tem as exigências ambientais. Aquelas questões de saúde, de meio ambiente, etc.,

etc. E eles colocam como se isso fosse um dos principais impedimentos de avançar o sinal. Não é isso, senhores?

A outra coisa é de que havia uma queixa por um não entendimento, inclusive, por parte do sindicato de trabalhadores, porque é que não se investiam no compartilhamento dessa infraestrutura, por exemplo, de antenas.

Eu tenho uma torre que tem uma capacidade importante onde você ia colocar várias antenas, que poderia ser compartilhada de diversas operadoras, e eu ouvi de alguns de vocês que elas não liberam senhas ferramentais, é diferenciado, e de que os trabalhadores para terem acesso têm dificuldades. Mas, ao mesmo tempo, lhes são cobrados os níveis de produtividade desconsiderando essa realidade.

Quero que vocês nos esclareçam, agora, nesta oportunidade, como é que isso ocorre e se esse compartilhamento de fato existe e se essa questão da antena é impedimento para a expansão do sinal, efetivamente, ou não.

O Sr.....:- Há compartilhamento entre as operadoras, que compartilham a estrutura, mas, como você falou, cada município tem a sua legislação que permite ou não ampliar o número de torres na cidade. Mas eles podem compartilhar uma com as outras. A questão da cobrança do seu site compartilhado, se não temos chave, não temos senha, a cobrança não... Temos que nos virar nos trinta para conseguir acessar o equipamento , tem que colocá-lo no ar.

A cobrança da terceirizada é enorme quanto a isso.

O Sr.....:- Deputado, nós nunca fomos convidados por essas operadoras para discutir a questão de compartilhamento da estrutura de torre, pelo menos a Centel Bahia nunca foi chamada.

Agora, para concluir essa questão do Fixo, eu gostaria, Rosalvo, que você falasse um pouco sobre DG de maneira geral; o que é DG distribuidor geral, como funciona, o que é DG assistido, porque antes todos eram assistido e agora o técnico tem que assistir ou não assistir.

É bom você falar um pouco. Não precisa entrar muito na questão técnica, é só para quem não conhece o sistema.

O Sr. ROSALVO:- Parabenizo essa comissão pela iniciativa da implantação dessa CPI. Acho que o quadro da privatização só trouxe prejuízo

para o trabalhador, para a população. Um prejuízo enorme. Pior, nos salários. Foi muito perverso, porque se hoje, vou falar, fazendo uma avaliação minha. Se hoje eu estivesse na Telebahia, estaria ganhando 3.500 reais. Hoje eu ganho um salário mínimo. Eu vim da Telebahia. Trabalhei na Telebahia por 16 anos. Quando sair da Telebahia, passei para Telemar, depois fui para a Mercantil, depois para a MM e hoje estou na ARM.

Então, foi um prejuízo tremendo. De 3.500 reais para hoje com um salário mínimo. O ticket restaurante pela metade. Fiz algumas anotações: a gente perde nas horas extras, nos plantões, no ticket alimentação que já vem pela metade, o plano de saúde péssimo, ruim. Você paga, mas nem sempre é atendido.

Hoje, tem cidades aqui no interior que tem o plano de saúde da Hapvida, mas não atende, hospital nenhum atende aquele pessoal de Feira de Santana, Santo Antônio de Jesus, Valença, Jequié. Então, são essas coisas. A gente paga o plano de saúde, mas o trabalhador quando chega lá não é atendido. Tudo isso a privatização trouxe. O prejuízo é enorme.

Eu ia falar na hora que você estava falando, queria falar para os senhores presentes a questão das centrais que o senhor fez a colocação. Essas centrais não tem água encanada e quando tem não se pode beber a água do tanque, porque o tanque não é higienizado, não é lavado.

A empresa que deveria manter a entrega da água de beber, não entrega. Ou a pessoa tem que levar de casa ou tem que sair para comprar água na esquina, na saída podendo ser até assaltado, porque tem lugares onde as centrais foram construídas, são locais de alta periculosidade, gente fuma maconha, tem gente que fuma maconha dentro das centrais da própria empresa. Essa é a verdade. Usam as centrais, porque um lugar onde tinha quinze pessoas trabalhando, hoje tem duas. Um lugar que tinha vinte, hoje tem quatro. Então, as centrais são fechadas, não tem segurança, não tem um vigilante. Ficam lá abandonadas e o funcionário lá dentro exposto a qualquer coisa que pode acontecer.

Outra pergunta que o senhor fez em relação a Anatel, eu posso afirmar que a Anatel, hoje, para a gente que é da prestadora, a Anatel se liga muito, faz os indicadores dela, os indicadores ela corre atrás, agora, só isso,

porque o restante a Anatel não está nem aí. Agora, os indicadores ela corre atrás, porque é para saber o indicador de instalação, o indicador de reparo, instalador disso, daquilo, mas sobre a convivência da empresa com o trabalhador, ela não está nem aí.

O Sr. : - Por favor, fale sobre o DG que é o cérebro. Como funciona o distribuidor geral?

O Sr.:- Então, eu trabalho numa central, ali é o coração da empresa. DG, distribuidor geral. É dali que sai o ruído do telefone, o ruído da internet, o ruído de dados, tudo isso sai do DG. Dali é que nasce a central, é dali que fazemos a conexão por meio de jumpers, é um fio que a gente liga o ruído para o cabo externo. Esse cabo externo chega até o armário. Dali daquele armário é que o técnico que trabalha na rua vai pegar o ruído que eu soltei, por meio de cabeamento, vai pegar o ruído do telefone, jogar para a rede até chegar a casa do assinante. Então, quero deixar bem claro, DG é o coração da empresa, é dali que nasce qualquer tipo de ruído sai do DG.

Péssimo. Péssimo porque trabalha uma pessoa, nas centrais pequenas trabalha uma pessoa só para dar conta de tudo, porque não tem só a instalação do telefone nem um conserto de telefone só, ha vários tipos de atividade, então ele está ali tem que fazer sozinho. No lugar em que trabalhava três pessoas hoje só tem um mesmo, porque a empresa reduziu o número de gente para não ter muita despesa.

O Sr. :- Em alguns locais, Srs. Deputados, o posto de trabalho foi extinto, o DG está lá, a estrutura está lá mas quem faz toda a instalação é o técnico que está na rua, eles dois têm dupla função e no final do mês ganha um salário-mínimo, às vezes não ganha nem um salário-mínimo, porque a empreiteira da OI é Remi, adotou a seguinte política agora: esses trabalhadores não têm folga semanal, eles trabalham 30 dias, quando chega no final do mês a empresa desconta três dias de um, quatro dias de outro, cinco dias de outro. Então o trabalhador, hoje, não tem nem direito a receber integralmente salário-mínimo, apesar de que ele cumpre a jornada integral de trabalho.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Fiquem à vontade. Estou aqui fazendo a intermediação dessa discussão, e aí qualquer outra coisa que vocês queiram tratar fiquem à vontade.

O Sr. :- Eu só queria colocar, Exª, que a terceirização só foi benéfica para os empresários, isso a gente pode confirmar como trabalhadores e como consumidores que somos também. Porque a privatização cria uma falsa ilusão de que se aumentou o número de terminais, que quando era estatal não tinha, mas em contrapartida tem uma coisa maléfica, que é levar condições precárias para esses consumidores e sofrimento para nós trabalhadores, que arrochamos o salário, que temos que trabalhar com jornadas que são de semiescravidão, podemos falar, porque além, como Joselito falou, de não recebermos as horas extras, faladas aqui, ainda são descontados os dias, porque o sistema, hoje, de ponto não é eficaz.

Então, o consumidor que está lá na ponta contrata um serviço, não vai ter nunca. Ele reclama quando há um problema na sua linha, ele passa 15, 20 dias, um mês sem ter um retorno porque as empresas não estão investindo na manutenção e colocam, como falei para o senhor, abrem um evento, quando a Anatel vai fiscalizar está lá colocado como se fosse vandalismo, mas na verdade não é, é precarização mesmo na rede. Então, essa privatização só serviu mesmo para os grandes empresários ficarem mais ricos ainda.

O Sr. :- Deputado, o senhor me permite, só um dado.

A Oi criou agora um sistema que foi usado na guerra de sistema onde ela monitora(...) porque na guerra os americanos usavam esse sistema para monitorar o deslocamento das tropas, para ver se o soldado estava lá cumprindo a ordem, estava fazendo aquele(...). hoje a Oi adotou esse sistema chamado clicker, então ela monitora todo o tempo o deslocamento do trabalhador.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- O deslocamento da pessoa.

O Sr. :- (...)apareceu um serviço lá, aí manda o técnico, por exemplo, apareceu um serviço em Brotas, aí o técnico, automaticamente, tem um tempo. Se ele estiver na rota ele tem um tempo para se deslocar até a área para fazer o atendimento.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Então ela está utilizando tipo um chip, um GPS, algo assim.

O Sr. :- Isso. Inclusive nos veículos. Todos os veículos, hoje, são obrigados a colocar rastreadores. O que acontece: hoje, se o técnico parar para ir ao sanitário o gerente, que está lá do outro lado, está monitorando a produção dele. Se ele parou, liga para o técnico – mas por que você parou? O carro está parado. Então eles estão utilizando esse sistema.

Isso aí tem trazido transtornos para o trabalhador porque ele está sendo monitorado o tempo todo, e já foi implantado esse sistema chamado clicker na Oi. Está havendo conflitos até de deslocamentos.

Por exemplo, no interior naquela região 75, de Canudos. Se o trabalhador tiver cumprindo uma rota, vamos pegar uma área de Alagoinhas. Tem um técnico que é responsável pela área de Alagoinhas. Mas, ele ele tiver atendendo, se tiver um técnico próximo a Pedrão e ele tiver desocupado, ele é obrigado a se deslocar para Alagoinhas para cumprir, porque a Oi determina o tempo que tem que ser feito o atendimento. Ou seja, é mais um sistema que a empresa está implantando para monitorar o trabalhador e, consequentemente, aumentar a sua produção. Com isso reduz a quantidade de técnicos. Está sendo muito complicado.

O Sr. :- Nobre amigo, alguma consideração?

O Sr. :-Olhem bem, Senhores, para vocês terem uma ideia, ouvimos aqui os representantes das empresas de telefonias e eles têm suas queixas. Obviamente que nenhuma queixa sobre a mão de obra. Eles não fizeram essa queixa, não houve isso. Mas, têm suas queixas relacionadas ao Estado brasileiro, que deu tudo, no fundo, de mão beijada, a uma reclamação porque eles inclusive chegaram a dizer que não recuperam, não mantêm a infraestrutura, principalmente, de imóvel de maneira adequada, porque a legislação não é clara do ponto de vista da devolução ou não desses ativos.

Então, eles abandonam do mesmo jeito na ferrovia, é o mesmo script, é a mesma situação da privatização da ferrovia, as diversas estações.

O Sr. :- Eles alegam exatamente isso, que não têm a segurança jurídica dos investimentos que são feitos. Eu tenho feito algumas pesquisas, deputado Joseildo, e a gente vê que o problema da telefonia hoje,

não é mais um problema apenas do Brasil, é um problema mundial que se enfrenta. A velocidade dos investimentos não acompanhou a velocidade da tecnologia e, concomitante a isso, as operadoras, ao invés de procurarem preparar melhor os seus quadros, investir em mão de obra, investir em pessoal, muito pelo contrário, preferiram sangrar e aumentar uma quantidade de forma que a gente ouve relatos como esse que ouviu no dia de hoje. E tem o sentimento , todo mundo utiliza o serviço e a gente sabe que está cada dia pior. Vou dar um exemplo aqui para vocês. Hoje recebi uma mensagem de texto de uma pessoa lá em Jequié, um paciente, ele foi atropelado por uma viatura da PM e recebi esta mensagem, vou ser preciso para mostrar para vocês.

Recebi a mensagem de texto com nome da paciente, que estava tentando dar entrada no Hospital Prado Valadares, lá de Jequié às 10:38min. De imediato comecei a tentar repassar esta mensagem para o Secretário de Saúde do Estado. Consegui enviar a mensagem às 11:01min. Levei 21 minutos tentando encaminhar uma mensagem de texto. E não é dizer que tentei e parei, não. Fiquei tentando, tentando, com uma pessoa do outro lado no telefone, porque o caso era urgente e precisava passar o nome da paciente para que ele fosse incluída na regulação.

Então, esse tipo de coisa assusta gente. A gente vê a falta de interesses. A operadoras chegam aqui cobertas pela lei. Elas se apresentam cobertas pela Anatel e acho que chegou o momento em que a gente tem que unir forças com a classe trabalhadora para que venhamos a dar um freio de arrumação e que elas venham sentir o órgãos mais sensível.

Falei isso aqui, inclusive, no dia, com o SindiTelecon aqui. Acho que chegou a hora da justiça brasileira, da força política brasileira, que a gente faça com que as operadoras comecem a sentir no bolso. A gente fazer um projeto nacional para que a gente venha dar um freio nessa situação. A cada reunião dessa de quarta-feira que a gente tem aqui, a gente fica mais assustado com a forma e agora, a forma como são tratados os trabalhadores.

O Sr. Presidente (Paulo Azi): - Agradeço a V.Exª, antes de concluir gostaria de saber se alguém quer fazer alguma colocação.

O Sr. Joselito: - Se V.Exª me permite, inclusive estivemos conversando com o deputado Joseildo e temos algumas propostas que podem

nos ajudar. Temos que aparelhar, e precisamos do apoio dos senhores, os órgãos de defesa dos trabalhadores, no caso o CRTA e o Ministério Público do Trabalho. Aparelhar, cobrar mesmo. Outra coisa, Srs. Deputados, precisamos urgentemente, até para dar algum tipo de segurança a esses trabalhadores criar a nossa convenção estadual. Isso é muito importante. Por quê? As empreiteiras quando chegam aqui, é lei da licitação, os senhores sabem, quem bota o preço lá embaixo é quem ganha as concorrências. Isso aí está acontecendo com os call centers e com as empreiteiras.

Há o exemplo da Caixa Econômica que abriu a licitação e os trabalhadores tinham um salário de piso de R$ 900,00. E a empresa que ganhou está praticando salário-mínimo de R$ 724,00. Os trabalhadores tinham um tíquete de R$ 13,00 e a empresa que ganhou está entregando o tíquete de R$ 3,50. Ou seja, não temos uma convenção que contemple. Se tivéssemos uma convenção estadual, esses trabalhadores estariam protegidos.

Agradeço a toda a Bancada, estaremos sempre disponíveis para qualquer convocação, porque nos interessa muito.

O Sr. Presidente (Paulo Azi): - Agradeço ao Sr. Joselito, tenha certeza que esta Comissão estará atenta aos trabalhadores do sistema. O nobre deputado Joseildo, relator desta Comissão, por certo haverá de fazer constar do seu parecer que deverá ser aprovado por esta Casa com um tópico específico para esta questão. Desde já agradeço por V.Sª ter se colocar à disposição. É possível que em outro momento, tenhamos a necessidade de voltar a conversar com vocês que aqui representam os trabalhadores da telefonia.

Portanto, quero agradecer a presença de todos vocês. Esta CPI está realmente comprometida em buscar respostas e soluções para os graves problemas que existem no sistema, sempre buscando a melhora da qualidade dos serviços prestados a nossa população.

Às 12h24min, declaro encerrada a presente sessão.

Relato da **16ª Reunião Ordinária da Comissão de Parlamentar de Inquérito** da Telefonia, realizada em 07/05/2014.

Resumo: Os membros da CPI discutiram a necessidade de incluir outros municípios na etapa itinerante como Paulo Afonso.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Às 11h15min, declaro aberta a 16ª reunião ordinária da CPI da Telefonia que será reservada, com a presença apenas dos integrantes e da equipe da comissão.

Inicialmente, quero levar ao conhecimento dos membros desta Comissão alguns ofícios que nos foram encaminhados. Agora enviarei à Secretária da Mesa para que possa distribuí-los a todos os membros da CPI. Em especial, um ofício recebido pelo Ministério Público da comarca de Paulo Afonso que solicita com máxima urgência a realização de uma audiência pública naquele município. Como já há previsão para realização de uma audiência pública no município de Paulo Afonso, caberia apenas à CPI alterar o cronograma de visitas, já que Paulo Afonso estava previsto para ocorrer em 12 de junho. Mantive contato com alguns membros do Ministério Público que nos solicitaram a possibilidade de antecipação da data.

A minha sugestão é que possamos fazer já na próxima semana a audiência pública de Paulo Afonso, porque aí nós atenderíamos essa demanda. Com isso redefiniríamos o cronograma dos demais municípios que estão aí na ordem para serem visitados.

Recebi um ofício do município de Ilhéus com uma série de reclamações. Inclusive com ofícios já endereçados à Anatel, solicitando providências. Não vou ler, mas vou solicitar à Secretaria da Mesa que encaminhe cópia para os demais membros desta comissão.

Portanto, se ninguém se opuser, gostaríamos de deixar aprovada essa visita para a próxima semana ao município de Paulo Afonso.

Existe também aqui uma outra solicitação para visita ao Ministério Público de Luís Eduardo Magalhães. Há uma previsão de visita a Barreiras.

Poderíamos tentar, nessa ocasião, trazer a demanda de Luís Eduardo para Barreiras. Ou, se for o caso, até faríamos uma reunião, também, em Luís Eduardo Magalhães. Fica aí a sugestão.

Deputado Cacá leão, V.Exª tem a palavra.

O Sr.CACÁ LEÃO:- Deputado Paulo Azi, aproveitar que estamos tratando de assuntos privados nesta comissão, me preocupa muito, nós que temos um calendário pré-aprovado. Pressão receberemos de todo o Estado. Receberemos a pressão de todo o Estado da Bahia, dos ministérios Públicos e de seus representantes locais de centenas de municípios, se uma solicitação como essa venha a ocorrer.

Nós, que caminhamos pelos quatro cantos do nosso Estado, sabemos que o problema de telefonia, hoje, é sério. Como eu falei aqui, tenho falado repetidamente, todas as vezes que recebemos representantes, seja do sindicato dos trabalhadores, seja dos sindicatos das empresas, acho que teremos de começar a gravar o que falamos para repetir. E o serviço só piora. Temos como exemplo esta Casa Legislativa, cada dia que passa fica mais difícil falar ao telefone. Nós nos dependuramos na janela, vamos ao corredor. Agora, estou tendo de ir lá para fora. Quando é uma ligação importante, eu saio correndo do gabinete, desço as escadas e vou lá para fora a fim de falar ao telefone celular. A não ser que seja uma decisão nossa, deste nosso colegiado aqui, por uma questão até de infraestrutura, de logística, que facilite o trabalho desta comissão, aí eu concordo. Acho importante se tivermos dificuldade de fazer, por exemplo, na próxima que está marcada, eu olho ali pelo rabo de olho que é a cidade de Alagoinhas no dia 15, se decidirmos fazer mais tarde, aí venho a concordar. Por um pedido do Ministério Público de Paulo Afonso, que venhamos a fazer essa antecipação, isso abrirá um precedente para que o Ministério Público de Barreiras venha a fazer o seu. O Ministério Público de Salvador comece a pressionar para que façamos logo o daqui. Acho que isso interferirá no nosso trabalho, principalmente, se deixarmos especificado que foi feito em atendimento ao pedido do Ministério Público local.

A cidade de Paulo Afonso foi incluída na pauta pela interferência do nobre deputado Mário Negromonte Júnior, por não sentir a região contemplada no mapa que fizemos. Acho se abrirmos um precedente, volto a falar, por um

pedido do Ministério Público, abriremos um precedente grave que possa vir a interferir no trabalho desta comissão. Uma coisa seria se não tivéssemos colocado a data na cidade de Paulo Afonso e que tivesse impedido por inclusão como aconteceu com Luís Eduardo Magalhães. Tenho certeza de que isso acontecerá mais agora por até a sociedade perceber o trabalho sério feito por esta CPI, os resultados obtidos em Feira de Santana, Porto Seguro e Itabuna. Acho importante que venhamos a continuar com o calendário feito e pré-aprovado. Volto a afirmar, sou favorável à mudança que seja feita por uma questão de logística dos trabalhos desta CPI, mas não sou favorável por uma interferência externa.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado Cacá, primeiro que o Ministério Público, no meu entendimento, não está fazendo nenhum tipo de pressão. Até porque o Ministério Público é, na minha opinião, o principal parceiro desta CPI. Eu não enxergo o Ministério Público como uma parte que venha a causar qualquer tipo de embaraço à CPI, pelo contrário. Acho que a participação do Ministério Público é fundamental para o sucesso desta CPI.

O problema é que já existe em Paulo Afonso um processo em andamento, inclusive com instauração de inquérito. Não vejo e não sinto isso como inquérito, não sinto isso como uma pressão em relação aos membros da CPI. Minha visão foi até diferente, acho que foi até um gesto que o Ministério Público teve, em respeito à comissão, de solicitar a sua presença lá e o mais rápido possível.

Não sei se cheguei a comentar com o deputado Joseildo, relator, mas eu já tinha feito internamente, na minha cabeça, essa definição de data, de se fazer lá no dia 15 e transferir Alagoinhas, que é inclusive, município que nós representamos, para uma data seguinte.

Então, não me sinto assim, sob nenhuma forma, pressionado para tomar essa decisão, até porque essas decisões serão, todas elas, feitas e tomadas sem estarmos preocupados com nenhuma pressão ou interferência externa. Apenas, como é um caso que já está num processo avançado, eu imagino que será importante que a CPI chegue lá, verifique a situação local e se insira nessa questão.

O Sr. Cacá Leão:- Dessa forma, como falei anteriormente, compreendo agora com maior clareza, como lhe disse, no intuito de que venhamos a agilizar os trabalhos, que venhamos a acrescentar, sou favorável. A minha preocupação é que viéssemos a abrir um precedente de discussão aqui.

Concordo com V.Exª, acho que o Ministério Público é um parceiro importante, tem sido um parceiro importante desta CPI. Acho que será muito mais importante ainda nos próximos passos que tomaremos aqui neste colegiado, e, como lhe disse, da forma como V.Exª nos colocou agora – não tinha tido acesso à correspondência, apenas a um resumo feito aqui por V.Exª – se o intuito é de agilizar os trabalhos, se o intuito é de que venhamos a conseguir, sou favorável à antecipação da visita à cidade de Paulo Afonso.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço a V.Exª, deputado Cacá, e passo a palavra ao deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Deputado presidente, quero primeiro me manifestar acerca dessa manifestação do deputado Cacá. Considero a manifestação do deputado Cacá de extremo bom senso, porque nós teremos uma pressão, deputado presidente, muito grande, e me parece que exposição de mídia da CPI tem alcançado todos os locais do Estado, e a qualidade que deixa a desejar do serviço de telecomunicações tem colocado a CPI como um caminho para resolver problemas.

Então, teremos essas pressões, não deveremos abrir mão e, no caso de Barreiras e Luís Eduardo, sugiro, presidente, que V.Exª entre em contato com o Ministério Público de Luís Eduardo, pedindo para fazer a conjunção com Barreiras. Se ficarmos no compromisso de fazer as duas coisas, não vamos fazer nem uma nem outra com a qualidade que precisamos.

Acho que por conta desse inquérito que existe, por conta da parceria do Ministério Público estadual, acho que este gesto de aproximação da nossa parte, tão somente esse, pode causar um efeito positivo, o qual vamos precisar imediatamente, vocês verão. Entretanto, outros, nós mediaremos, evitando, porque senão iremos esgarçar isso aqui, porque não temos condições.

Gostaria de falar sobre algumas situações que me preocupam. Primeira delas é a seguinte: acho que deveríamos fazer um esforço de

convocar todos os membros num determinado momento, talvez até extraordinário, para tratarmos das coisas da CPI. Se não tomarmos essa posição, à medida em que o tempo avança, ficaremos com a CPI esvaziada e sem poder tomar encaminhamentos. Isso é ruim, porque gente pode estar no limite da nossa efetividade, aqui, na CPI. Então, a sugestão é essa, até para a gente tomar os encaminhamentos.

Tenho algumas sugestões. Primeiro, acredito que temos – estou com isso aqui por escrito, tudo direitinho – de reaver aquele requerimento, pedindo a suspensão das vendas de novas assinaturas daquelas outras. Acho que não podemos passar mais nenhum momento sem aquilo, porque o Ministério Público, a Justiça tem dado ações mais efetivas. Nós temos esse instrumento na mão e as operadoras sabem que, a qualquer momento, isso pode sair. Elas deram causa, portanto não há mais motivo para prorrogarmos.

Outra coisa, sobre a situação do sucateamento da infraestrutura, foram terríveis os depoimentos que recebemos aqui. Precisamos, Dr. Thyers, a partir da sua assessoria especializada, saber, no instrumento de contrato de autorização por parte do Ministério das Comunicações, a Anatel, às autorizadas, às operadoras, o quesito e as responsabilidades sobre a infraestrutura da União que passará às diversas autorizadas ou operadoras. Então, precisamos conhecer o que está dito e, ao mesmo tempo, fazer um relatório fotográfico, a partir da indicação do Sintel, para termos dimensão do descaso com a infraestrutura. Obviamente, se pegarmos no contrato de concessão ou de autorização as obrigações, formaremos um nexo claro de que essas empresas poderão não estar cumprindo as suas obrigações. Isso é grave, gravíssimo, porque na telefonia fixa, a cada ano que passa, a qualidade do serviço prestado é pior, em razão do sucateamento de cabos, de estruturas, de prédios e de outras coisas.

Outra coisa, eu estou vendo que você está com a sugestão do mandado de intimação para a Claro. A ideia é transformarmos todos os requerimentos que fizemos não só para a Claro, mas para a Anatel, para a Claro e para todas as outras em mandado de intimação com prazo de 10 dias. Não sei se isso é legal.

O Sr. Thyers Novais:- Eu justifico, deputado, se for possível. Não existe no Código de Processo Processo Penal um prazo para o cumprimento de diligência. O prazo que eu estou estabelecendo aí é o da ação civil pública, em que o Ministério Público tem um prazo mínimo de cumprimento de diligência por parte do interessado, do destinatário de 10 dias. Então, estou usando esse prazo, porque esse é um prazo razoável. A lei fala em prazo razoável. Então, eu entendo que o prazo de 10 dias para cumprir as diligências seja o que se compreenda como razoável, à luz da Lei da Ação Civil Pública.

Quanto à questão da requisição de documentos a um ente federal, eu entendo que é possível requerer, agora requisitar... Eu, inclusive, tive acesso a alguns pronunciamentos com relação, inclusive, à CPI que se instaurou para apurar essa questão do serviço de telefonia. Então, já existem manifestações no sentido de que não haveria competência – voltamos àquela discussão – da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia para fazer incursões nesse plano. Então, talvez...

O Sr. Joseildo Ramos:- Eu pergunto: podemos utilizar um dos nossos parceiros, a exemplo do Ministério Público Federal, para que ele faça isso?

O Sr. Thyers Novais:- O Ministério Público Federal poderia em série de inquérito civil público.

O Sr. Joseildo Ramos:- Somente nesse caso?

O Sr. Thyers Novais:- Ele poderia.

O Sr. Joseildo Ramos:- E a requerimento nosso?

O Sr. Thyers Novais:- Não! A requerimento, não, porque a CPI apenas deve, ao final, encaminhar o seu relatório. É aquela questão que V.Exª até trouxe, aqui, de, no meio dos trabalhos da CPI, já endereçar ao Ministério Público alguma conclusão da CPI com o objetivo de suspender a oferta de serviços por parte das concessionárias, mas isso poderia funcionar como medida cautelar. Seria uma novidade porque o Ministério Público só atua quando a CPI conclui seus trabalhos, por força do artigo 58 da Constituição Federal.

Eu vi, com preocupação, aquela decisão da Comissão endereçando ao Ministério Público uma deliberação. Seria uma representação no sentido de

que se formulasse uma ação civil pública postulando, porque o Ministério Público não tem o poder de impedir que um contrato seja executado. Só o Poder Judiciário pode fazer isso, ou seja, promover uma ação civil pública por força de uma decisão, vamos dizer assim, interlocutória da Comissão Parlamentar de Inquérito. Estamos no fio da navalha; num caminho muito estreito da questão da Defesa do Consumidor e da defesa da saúde, da segurança...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Com relação à disponibilidade de informações, o deputado Joseildo Ramos levantou a questão, o senhor respondeu, mas não ficou muito claro relação de obrigatoriedade das empresas.

O Sr.Thyers Novais:- De um órgão federal?

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Não, das empresas.

O Sr.Thyers Novais:- Fiz um estudo sobre isso e a Constituição Federal, a Constituição do Estado e o próprio Regimento Interno da Casa diz que a requisição de documentos se faz junto a repartições públicas. Não existe a possibilidade de requisição de documentos, por parte da CPI, junto a empresa privada. Não vi nenhuma decisão que autorizasse uma CPI requisitar documentos da pessoa física ou da empresa privada, porque não existe essas previsão na Constituição Federal e o nosso regimento diz: “No exercício de sua atribuições poderá a Comissão determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas, requisitar de repartições públicas, no órgão da administração descentralizadas, informações e documentos”. Como é uma medida restritiva de direitos, tem que ser interpretada restritivamente. Então não podemos alargar.

Eu fiz aquela requisição de documentos à luz da Lei de Ação Civil Pública, que autoriza o Ministério Público a requisitar de pessoas físicas ou jurídicas, pública ou privadas documentos. Estou fazendo um alongamento, uma dilação da atribuição da CPI à luz daquilo, porque já estou prevendo que eles virão com uma resposta ou serão omissos, e se viermos adotar alguma providência... A CPI não atua de fontes próprias. Teria, sempre, que solicitar do Ministério Público que adote alguma medida. Então alguma representação da CPI para que o Ministério Público viesse a exigir, teria como resposta em

defesa da destinatária que ela não está obrigada, porque não existe previsão constitucional e nem regimental para isso.

O Regimento Intermo da Câmara dos Deputados e do Senado Federal fala que a Comissão poderá determinar diligências, na qual a autoridade judiciária, ou autoridade pública requer de alguém que pratique algum ato. Quase uma notificação. Mas não significa que a omissão daquele, em face do qual se formula a diligência, essa autoridade tenha o poder de impor alguma sanção a ela. A Comissão pede, mas a pessoa física não responde. Não existe no ordenamento jurídico uma norma que diga que ele poderá ser destinatário de uma sanção, tal como existe na Lei de Improbidade Administrativa e na Lei da Ação Civil Pública com relação ao Ministério Público. Se o Ministério Público me requisita um documento e eu me nego a fornecer isso pode ser compreendido como crime de desobediência pelo artigo 330 do Código Penal.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Mas se for uma solicitação a um órgão federal?

O Sr, Thyers Novais:- Essa questão é preocupante também, deputado, porque temos que nos circunscrevermos a questão da atuação da CPI.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Estou discutido a questão dos interesses da Defesa do Consumidor. O consumidor se queixa que existe uma péssima qualidade do sinal que é oferecido a ele. Eu quero discutir e conhecer como está sendo oferecido a qualidade desse sinal. Para isso preciso de informações que, em tese, o organismo federal é que possui. E aí?

O Sr. Thyers:- No âmbito da sua competência, eu entendo que a Comissão tem poderes para tal. Aqui diz requisitar, e requisitar é uma ordem. A omissão no cumprimento da requisição importa em crime de desobediência ou crime de responsabilidade, se for o caso. Então, nessa hipótese, entendo que cabe, mas existe doutrina e existe algum precedente no sentido que uma CPI estadual não tem poderes para determinar que um órgão federal se submeta a ela, oferecendo documentos, ou cumprindo diligencias. Já há entendimentos nesse sentido.

Então vamos trabalhar esse link.

O Sr. Joseildo Ramos:- Deixe eu fazer uma pergunta. Percebi o seu raciocínio e compreendendo a preocupação do deputado Paulo Azi quero fazer uma pergunta. Estou sugerindo que a gente se reúna com os nossos parceiros para compartilhar com eles exatamente isso. A gente sabe o caminho estreito do nosso trabalho nessa linha das relações de consumo, saúde e meio ambiente. Fora isso, os parceiros, todos eles tem interesse nessa causa. Então, eles podem estar nos ajudando porque estão a nossa disposição. Se a gente não fizer essa provocação, já com tantas coisas que levantamos, e coisas graves, acho que chegamos no limite de definir as coisas que temos que fazer.

Acho que esse é o momento, deputado Paulo Azi, primeiro de cobrar e dar prazo, do jeito que você fez o pedido de intimação, para todo mundo que a gente mandou.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Deputado, a gente tem que ter cuidado como vamos solicitar e com a forma que nós vamos fazer isso, até para que a gente não deixe determinadas operadoras em uma situação confortável para responder...

Acho que nós precisamos, não precisa ser agora, depois poderemos fazer uma reunião técnica entre os membros e a assessoria jurídica, ver um caminho certo para seguirmos e para não dar a eles um álibi: eu não respondi por isso, por isso e por isso.

Acho que há pontos fundamentais que precisamos ter as informações, mas precisamos ver a forma jurídica da feitura desse documento para que a gente não termine dando a eles um álibi, um motivo para que não responda. Nós sabemos que interesse de responder eles não tem.

Proponho que nós, depois, sentemos com a assessoria jurídica para dar um formato a esses ofícios. Por exemplo, esses ofícios que V.Exª me apresenta, diretamente às operadoras, pelo que Dr, Thyers está falando, nós não vamos ter guarida.

O Sr. Thyers:- Foi eu quem formulei a minuta, excelência. Formulei a minuta na perspectiva de quem uma vez não atendido, possamos, ao final, na fase de relatório, endereçarmos uma representação ao Ministério Público para

que ele promova uma ação penal por descumprimento de ordem. Porque eu estou entendendo que autoridade...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- O que vamos fazer é solicitar, se for o caso, e colocar no relatório que ele não respondeu.

O Sr. Thyers:- Exato. Mas isso pode ser entendido como crime.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Acho que antes de encaminhar o ofício, discutir... Por exemplo, tem alguns itens aqui que eu não enxergo como sendo necessários. Em sendo necessário, talvez não seja o caminho adequado. Por exemplo, solicitar à operadora o edital de licitação não tem sentido. Inclusive eles dizem que isso está público, está no site da Anatel. Então não tem por que eu pedir a operadora um edital de licitação. Então temos algum pontos que precisamos, efetivamente, chegar e adequar para encaminhar os ofícios.

Acho que nós poderemos fazer essas reuniões com os parceiros, mas não sei se a melhor maneira, deputado Joseildo, seja fazê-la com todos de uma vez. Talvez, seja mais interessante definirmos a assunto específico e trazer exatamente, quando a gente entrar na questão relacionada especificamente à Defesa do Consumidor, botar o PROCON junto com o Ministério Público, porque o meu receio é você abrir muito e aí a coisa termina não sendo produtivo. Aí discutir um pouco de como se fazer essa reunião , se será uma reunião formal aqui ou se será um outro tipo de reunião ou uma visita.

Talvez pode ser até mais produtivo a CPI tem autoridade para tal, não precisa isso, todas as providências já foram devidamente aprovadas pelo Colegiado, então, é só a gente discutir internamente qual será o melhor caminho para que possamos caminhar no sentido e possamos fazer isso informalmente após a reunião dos trabalhos.

Mas, ficaria portanto definido para na próxima Quinta-feira, a audiência pública no município de Paulo Afonso e temos aqui a reunião na Quarta que poderíamos se fosse o caso tratar de algum tema específico. Aí, poderemos também discutir para ver se a gente programa alguma coisa aqui para a próxima Quarta-feira, já que tudo o que está se fazendo aqui já teve uma autorização prévia do próprio Colegiado.

Tem alguns pontos que ao encerramento da CPI eu gostaria de tratar com os membros da Comissão e com o próprio dr. Thyeres, para que já possamos adotar aí algumas providências no que se refere à busca de informações, algumas as que considero fundamentais para o andamento dos nossos trabalhos e que precisamos saber efetivamente qual o caminho a seguir e aqui logo que encerre vamos ver se conseguimos ter meia hora aqui para tratar informalmente dessas questões.

Não havendo nada mais a tratar fica previamente definido o cronograma de visitas ao interior ficaria dia 15 de maio, Paulo Afonso; no dia 22 Jequié; no dia 29 Alagoinhas; no dia 5 Barreiras e no dia 12 Juazeiro.

Tirei Juazeiro daqui apenas para não ficar muito próximo a Paulo Afonso. É claro que internamente nós poderemos se for o caso fazer algum tipo de alteração, mas a princípio ficaria este cronograma para as futuras oitivas no âmbito desta comissão.

Não havendo nada a mais a discutir declaro encerrada a presente sessão.

Relato da **17ª Reunião Ordinária da Comissão de Parlamentar de Inquérito** da Telefonia, realizada em 14/05/2014.

Resumo: Não houve quórum para sessão da CPI

Relato da **18ª Reunião Ordinária da Comissão de Parlamentar de Inquérito** da Telefonia, realizada em 28/05/2014.

Resumo: Nova rodada para ouvir os representantes da Anatel sobre a ampliação do sinal de telefonia na zona rural dos municípios baianos

O Sr. Joseildo Ramos:- Sobre esse ponto, senhores, observem que a Claro, quando veio aqui, ela candidamente disse que não tinha celular nessa faixa de rádio-frequência. À exceção de Gaban, que tem formação específica na área – não sei quem de nós tem –, a gente sai fuçando e se valendo da assessoria, e está aqui Dr. Robério e outras pessoas que nos assessoram. Foi dito em alto e bom som que não tinha equipamento e aparelho celular e, portanto, estava pedindo autorização para trabalhar na frequência de 850. Seriam, deputado Paulo Azi, no primeiro momento, até junho, 356 municípios, nessa faixa toda, Brasil inteiro, daria 1.200 municípios no total. Em dezembro de 2014, mais 356, e até dezembro de 2015, a totalidade desses municípios.

O Sr. PRESIDENTE (PAULO AZI):- Se você considerar que o total são 1.200, até o final do ano serão 60%. Então, vai dar 720 municípios. Já todo o resto, fora a Bahia... Vai ter de atender 100% dos outros estados se não quiser atender a Bahia.

O Sr. Joseildo Ramos:- Ele disse que até hoje esta esperando autorização da Anatel. Os caras são do ramo. Eu perguntei a ele se ele tinha formação na área. Ele disse que era administrador, “tenho 8 anos de empresa”. Mas ele já sabia que não tinha o equipamento, e nós perguntamos por que eles tinham participado se não tinham o equipamento. Por que a Anatel licitou se não tinha o equipamento? Só que a Anatel está dizendo agora que o equipamento não é celular. É outro. Então, vocês disseram que o camarada ficaria com essa faixa de privilégio em outra frequência adicional. A Claro, do ponto de vista do mercado.

Por outro lado, vocês não estão pensando que estão criando uma casta inferior de consumidores no momento em que vai haver equipamentos que não são celulares que, saindo daquele raio de 30 quilômetros onde eles estão comprando no mesmo valor do mercado, seria um celular – entre aspas - “de quinta categoria”. E vocês não estão preocupados com isso, não?

O Sr. PRESIDENTE(Paulo Azi):- Só para esclarecer. O cidadão... Nessa faixa, ele só tem frequência para falar entre eles naqueles 30 quilômetros? Ele de lá fala comigo aqui?

O Sr.....:- De onde ele está, sim.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- De onde ele está ele fala comigo, mas se ele sair, o aparelho que opera na faixa de 450 não vai operar na faixa de 700 nem na faixa de 2.100.

O Sr. …....:- Essas localidades rurais no Estado da Bahia somam mais de 4.500, e significa praticamente atender 100% do Estado inteiro com o celular. É isso que a Claro está se propondo a fazer. Eu acho que nós devemos, de alguma forma, junto à Anatel, a liberação desse pleito da Claro, porque nenhuma outra operadora tem esse interesse, nenhuma outra. São mais de 4.500 localidades, que é o universo de localidades que está a até 30km das sedes municipais, e todas elas seriam atendidas. Se perdermos esta oportunidade o Estado vai chegar até esse ponto daqui a 50 anos.

O Sr. :- Deputado, quero só lembrar uma coisa: o atendimento com telefonia móvel, o compromisso que é exigido pela Anatel é cobrir 80% da área urbanizada. Isso é só para não confundir, porque alguém pode pensar que é para cumprir 100% do Estado. Não é. É cobrir 80% da área urbanizada das localidades que estão contempladas.

O Sr. Paulo Azi:- Também fiquei sabendo disso. Ela não é obrigada a dar sinal a quem está aqui dentro, por exemplo.

O Sr. :- Não. A regra é 80% da área urbanizada.

O Sr. Paulo Azi:- Mas tem uma questão que trata do atendimento indoor.

O Sr. :- Já existem soluções para a questão do atendimento indoor.

O Sr. Paulo Azi:- Mas, pelo contrato, ela não está obrigada a atender.

O Sr. :- Terá que atender 80% da área urbanizada, da área. Se o sinal aqui é fraco, já existem soluções técnicas homologadas pela Anatel. Desde que a empresa esteja cobrindo 80% da área urbanizada da localidade ela não está descumprindo.

O Sr. Paulo Azi:- E como a Anatel fiscaliza isso? Como a Anatel sabe que 80% da área está sendo coberta?

O Sr. :- Fazendo teste em campo.

O Sr. Paulo Azi:- Então, terá que ser feito um teste ponto a ponto dentro do município.

O Sr. :- Isso não é simples. Fazemos uma análise do projeto, uma análise da predição da prestadora, de como ela idealizou, compara os testes dela com os testes que fazemos, circulando trajetos predeterminados por meio de metodologias próprias para isso. Não é simples.

O Sr. Paulo Azi:- Vocês enxergam algum caminho que poderíamos trilhar para buscar uma solução para isso.

O Sr. :- Acredito, deputado, que isso passa por uma solução política – já tem o parecer de um conselheiro da agência da não liberação dessa faixa de frequência –, fazer uma exposição de motivos, encaminhar um documento para a presidência da Anatel para que seja feita uma reanálise para a liberação dessa frequência de 1.800. É a única solução que vejo para o caso. Consequentemente, o universo das localidades a serem atendidas será bem maior do que essas 19 a que a Claro se propôs neste primeiro momento.

Não vejo outra saída, sinceramente, a não ser esta.

O Sr. Paulo Azi:- O problema existe apenas na Bahia?

O Sr :- Só na Bahia.

O Sr. Paulo Azi:- Por quê?

O Sr. :- O que acabei de falar: a Claro não tem outorga para explorar telefonia fixa. As demais operadoras: Vivo, Tim e Oi têm essa facilidade. Somente a Claro que não pode explorar a telefonia fixa, nem vai conseguir obter essa outorga. Eles estão com esse problema na mão.

O Sr. Paulo Azi:- Explique qual a necessidade da outorga da fixa, como isso se relaciona com a móvel.

O Sr. :- Não se relaciona. Não há relacionamento algum, inclusive, a móvel é serviço privado e a fixa é serviço público.

O Sr. Paulo Azi:- Mas você disse que o problema é só na Bahia, porque aqui a Claro não tem outorga para fixo.

O Sr. :- Como a Claro ganhou esse bolsão do 4G aqui, na Bahia, e como ela não tem telefonia fixa, só poderá atender às localidades constantes do leilão do 4G com telefonia móvel.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Sim, mas eu quero resolver é a móvel mesmo, não estou querendo resolver a fixa, não. Não estou querendo que ela vá instalar telefonia fixa, não, quero que ela instale é a móvel mesmo.

A pergunta é: nos outros Estados esse problema técnico não existe?

O Sr. (...):- Vou dar um exemplo. Vamos supor aqui, Sergipe, a Vivo ganhou. Se houver alguma localidade lá onde demande o atendimento, a Vivo pode chegar lá numa localidade dessa, vamos supor, pertencente ao município de Lagarto, ela pode colocar lá a telefonia fixa e atender aquela localidade.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Sim, doutor, mas não estou preocupado com a fixa, estou querendo tratar é da móvel...

O Sr. (...):- Estou dizendo: é a opção que as outras operadoras têm que a Claro não tem.

O Sr. (...):- Mas o compromisso é levar serviço de voz e dados; serviço móvel é outra coisa.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Sim, doutor, mas se ele não pode levar a fixa porque não tem outorga, ele tem autorização para levar a móvel.

(Conversas paralelas)

O Sr. (...):- Sim, e ela assumiu esse compromisso de atender com a tecnologia que ela tem autorização.

O Sr. Joseildo Ramos:- Veja só...

O Sr. Euclides Fernandes:- A colocação do nosso convidado é de que nesse Estado que ele falou, Sergipe, se não me engano, quando ele não tem a possibilidade de colocar a móvel, ele tendo a outorga da fixa, ele faz a fixa. Ele quer dizer que aqui não pode trabalhar dentro desse contexto porque não tem outorga aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Isso estou entendendo, mas não estou preocupado aqui com a possibilidade de se prover a localidade com a telefonia fixa. A nossa preocupação aqui é tentar viabilizar uma forma que ela possa disponibilizar o sinal de dados através da telefonia móvel.

O Sr. (...):- Mas, deputado, é aquilo que falei no início: a lei não obriga as empresas a prestarem o serviço de telefonia móvel.

O Sr. PRESIDNETE (Paulo Azi):- Sim, doutor, mas no caso dela está obrigando. Como ela não tem o sinal fixo...

O Sr. (...):- Ela assumiu esse compromisso na licitação do 4G, e ela vai ter que cumprir. Se ela assumiu o compromisso, é um problema dela.

O Sr. (...):- Deixe-me entender duas coisas aí. Veja só, a Anatel já tem um parecer de que não vai autorizar a Claro a funcionar numa frequência que ela deseja, ou em outra frequência que não a de 450. Dois, pelo que entendi, quem comprar esse pacote na Bahia vai se constituir num grupo que utiliza telefonia móvel, mas de segunda categoria, porque saindo daquele ambiente o camarada não pode mais se integrar ao sistema, o que é um absurdo.

Ora, a Anatel disse aqui agora que se preocupa em não privilegiar a Claro do ponto de vista do mercado, mas não estou vendo a preocupação disso. O senhor disse: se a Claro tiver os 850, foi a primeira pergunta, não estávamos gravando ainda, não sei se foi o senhor ou o doutor Fernando que disse que se ela obtiver o que quer numa frequência que ela quer de 850, ela em relação às outras tomaria para si o privilégio, foi isso que vocês disseram.

O Sr. (...):- O que eu disse foi o seguinte: o edital estabeleceu as regras para a prestação dos serviços. Depois de fechada a licitação, eu entendo que mudar a regra pode prejudicar os concorrentes.

O Sr. (...):- Eu li na faixa, o edital prevê a alteração desde que a Anatel autorize, está previsto no edital.

O Sr. (...):- Mas é o que o Dr. Ornellas falou há pouco, se o conselheiro negou, ele fundamentou o meu voto. Eu não li o voto dele, não posso falar nada...

O Sr. Fulano de tal:- Não, não, não. Não estamos discutindo isso, não. O que estou vendo? Acho que com essa licitação nos moldes que foi feita ficou claro que essa preocupação com o consumidor de você ter um consumidor de segunda categoria não está vista.

O Sr. Fulano de tal:- Desculpa...

O Sr. Fulano de tal:- Deixe-me concluir, depois o senhor fala o tempo que o senhor quiser, não tem problema, não, estamos aqui para tentar uma solução.

E aí quero ir na questão de um acordo. Nós sabemos que foram apresentados 19 municípios, dos quais três que não têm zona rural, pelo amor

de Deus, Lauro de Freitas, Madre de Deus e Salvador, e eu duvido que não tenha área já atendida nessas cidades há algum tempo. Então, elas vão assumir uma obrigação que não devem, na minha opinião, mas tudo bem. Passando isso, nós temos 27, aí agora uma proposta: temos 27 territórios de identidade aqui na Bahia e nós temos essa necessidade de cumprir esse cronograma. A gente quer propor que a sede de cada um desses 27 territórios junto com duas ou três outras cidades, as mais representativas, sejam alcançadas pela Claro aqui num acordo que façamos junto com a Anatel. Aí a pergunta objetiva é a seguinte, isso já ajuda muito até o final deste ano. Agora eu pergunto: já temos aí um óbice dessa pendência que há entre a não autorização da Anatel e o interesse da outra, que não pode atender naquela faixa de frequência o celular. Queremos saber se é preciso fazer esse acordo para atender as pessoas que estão precisando do serviço de telecomunicação. É possível, objetivamente?

O Sr. (…) : - Só para fazer um parênteses, que eu tentei duas vezes, é que o senhor está insistindo muito em falar em telefonia de segunda categoria. Permita-me, quero esclarecer só uma coisa: este aparelho aqui não faz o que este aqui faz. Esse opera numa faixa de frequência e este opera em mais de uma. Isso não quer dizer que esse é de segunda categoria. O que acontece é o seguinte: é questão de tecnologia, um equipamento que trabalha numa faixa, ele não vai operar na outra. (Risos.)

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Permita-me, Doutor, um cidadão chega na cidade, compra um celular e aí se ele viajar para a cidade vizinha, além de 30 quilômetros, ela não vai poder usar o aparelho?!

O Sr. (…) : - Mas a empresa que presta o serviço é obrigada a esclarecer ao consumidor que esse aparelho só funciona numa determinada faixa. Ela é obrigada, sim.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- O senhor acha, então, que o morador da zona rural de Salvador vai comprar esse aparelho? (Risos)

O Sr. (...): - Deputado, a gente se vira com o que tem. Não estou entrando no mérito da Justiça, da universalização da coisa.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- A Claro, hoje, só pode instalar se for nessa frequência da licitação. É isso?

O Sr. (...): - Eu não conheço detalhes do edital. Eu sei que eles estabeleceram (inaudível)...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Não, porque, veja bem, a minha pergunta é essa: se a Vivo quiser chegar lá e instalar, ela não pode? Ela não tem autorização para instalar?

O Sr. (…): - Eu não sei, teria que analisar quais as outorgas que ela tem. Assim de cabeça não tenho.

O Sr. (...): Nem no Estado da Bahia é liberada a frequência de 2.1 Giga. Nessa frequência que ela tenha a liberação para usar, ela pode prestar o atendimento, só que essa frequência é muito alta e o número de estações Rádio-Base que ela tem que fazer é mais que o dobro se for 850. Por isso que ela está pedindo 850 para poder viabilizar economicamente o atendimento.

O Sr. (...): -Ela pode prestar na faixa que que ela tem outorga em qualquer lugar do Estado.

O Sr. (...): - Quando ela atender até junho, aquelas dezenove ela vai atender com 2.1.(Manifestação fora do microfone) Provavelmente (inaudível) o investimento, ela amplia uma área de cobertura, ela redireciona uma antena...

(Várias pessoas falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Joseildo Ramos:- Aí deu um nó geral, parceiro! Aí deu um nó geral! Olhe só o que ouvi agora. Ela, a Claro... Peço até a atenção dos senhores. Veja só o que os senhores estão me dizendo: que a Claro partiu para a licitação, e ela já tem 2,1 Giga-hertz , que é a faixa que ela pode operar.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Que é que ela opera hoje, normalmente.

O Sr. Joseildo Ramos:- Que ela opera. Com essa faixa, imagine, ela vai atender, deputado Euclides, aqueles dezenove municípios que foram apresentado aqui. Imagine, Leur, aqueles dezenove, sem custo, custo zero, zero bala! Ou mínimo, pequeno, mas que no edital, em nenhum momento lá, considerando os municípios que não têm zona rural, que já são atendidos, que estão naquela primeira relação... Tudo bem, o nosso problema, e espero que vocês me entendam, é o seguinte: é a pressão que existe da população da Bahia, que é a primeira em número de celular no Brasil, mas está sendo preterida por esse jogo desse processo... Entenda, o jogo da licitação.

Então, a Claro se sente desobrigada, e vamos ficar aqui a ver navios. O Estado que tem a maior zona rural de todos, e vai ficar a ver navios, mesmo!. E a Anatel não autorizou. Quer dizer, veja que imbróglio. Aí, agora eu volto: e esse acordo que estamos pensando em sugerir a Claro e estamos conversando com vocês aqui agora, há condições de prosperar, objetivamente?

O Sr. (…) : - Eu acho que sim, politicamente, sim. Primeiro, temos um território regional enorme. Somos o Estado que tem maior quantidade de localidades no Brasil, inclusive mais até do que Minas Gerais que tem muito mais municípios. Se não me engano, temos hoje, aqui na Bahia, aproximadamente quatro mil, cento e poucas localidades atendidas já. Ou seja, com rede local ou seja, com pelo menos o telefone de uso público. Está certo? E mais, a alimentação que a Claro apresenta por não poder usar a telefonia fixa para esse atendimento, acho que é um pleito razoável que carece de um novo entendimento, uma nova análise do Conselho da Anatel para poder posicionar-se. Realmente, neste caso, acho que o Estado da Bahia ficará prejudicado.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Ela vai solicitar à Anatel o quê? A outorga para a fixa, é isso?

O Sr. FERNANDO ORNELAS:- Isso não pode, ela não vai conseguir obter. Ela solicita a liberação da faixa de frequência para poder operar.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Quero dizer o seguinte: no que isso prejudica em tese a concorrência? Qual mal isso vai causar à concorrência? A concorrência, se quiser, pode chegar lá hoje e instalar.

O Sr. FERNANDO ORNELAS:- Devem ter cláusulas editalícias que não temos conhecimento, deputado. Precisaria de um aprofundamento maior na leitura desse edital para se saber que implicação teria, a posteriori à assinatura do contrato, a liberação de determinadas faixas de frequência para operação.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Mas não é isso que estou querendo saber.

O Sr. JOSÉ MAURO:- É isso que falei. Eu não sei, não conheço detalhes do edital.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):-Tente nos ajudar aqui, por favor.

Hoje, temos outras operadoras que operam nas outras faixas e têm fatia no mercado da Bahia. Então uma delas pode, se quiser, ao bem querer dela, chegar, por exemplo, no distrito do Riacho da Guia, em Alagoinhas, e prover um sinal para a telefonia móvel. Então, se quiser, ela pode fazer isso. Não está obrigada a fazer isso.

O Sr. FERNANDO ORNELAS:- Não está. De jeito nenhum.

O Sr. JOSÉ MAURO- Pode. Desde que ela tenha autorização, sim, para o uso daquela faixa de frequência.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- E ela já tem. Muito bem. Então está lá. Se quiser ir lá, ela está lá para vender o aparelho dela, ela vai, instala, e pronto. O outro cidadão que em tese estaria obrigado a fazê-lo e quer fazer, porque está pedindo autorização para fazer, a Anatel não libera. Não estou entendendo o seguinte: se você fosse criar uma situação em que estaria beneficiando uma e prejudicando outra, ainda se justificaria. Mas não estou enxergando onde é que vai prejudicar a outra. Se ela quiser, vai lá e instala.

O Sr. .....:- Está claro que quem vai ser prejudicado é o público, a sociedade, que não vai dispor do serviço.

O Sr. JOSÉ MAURO:- Deputado, repito, não conheço a fundamentação do voto do conselheiro que negou esse pedido dela. Mas o que imagino...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Mas não estou... Estou pedindo a sua opinião com relação a isso. Não é coerente o raciocínio?

O Sr. JOSÉ MAURO:- Pois é. Pode ser. Eu estou supondo o seguinte: a faixa de frequências que ela pleiteou não foi licitada para a região onde ela quer atender. Pode ser uma das razões. Mas não posso afirmar se foi isso.

O Sr. .....:- O prejuízo, claro, é para a sociedade, que não vai dispor do serviço. Só repetindo e frisando, mais uma vez, que são mais de 4.500 localidades. É uma oportunidade espetacular para cobrir o Estado da Bahia. A Anatel precisa ter a sensibilidade para liberar o uso dessa frequência.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Acho que nós vamos precisar ter uma conversa com a empresa para também vermos o que ela realmente está

pensando, se está realmente disposta a isso, para tentarmos construir uma proposta de entendimento à Anatel.

O Sr. …....:- A interlocução com o SindiTelebrasil também é importante.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Faremos isso.

O Sr. JOSÉ MAURO:- Seria interessante que eles colocassem claramente qual é o impedimento.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Só um minutinho.

Veja só: eu li - eu li! - a parte do edital onde ele é claro na faculdade de mudar a frequência. Não tenho dúvida, não. O senhor falou que tinha dúvida, que não viu isso. Mas eu não tenho.

O Sr. JOSÉ MAURO:- Não li o edital, não.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Aí, estou dizendo-lhe que não tenho. Entretanto está claro lá no edital que depende da autorização, e parece-me que está a caminho de ser negada pela própria Anatel. E, no primeiro momento - não sei qual dos dois aqui disse -, em função de um certo privilégio que a Claro teria em detrimento das outras. Foi dito isso aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- É esse privilégio que não estou entendendo.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- É isso que não estou entendendo! Aí, o senhor não entendeu... Quando eu estava falando que estaríamos criando só na Bahia, Imagine como vai ficar mal para nós esta história, nós baianos, de que só na Bahia a Claro estaria atendendo com esses equipamentos naquela faixa limitadíssima de atuação! E, saindo dessa faixa, você não pode usar o equipamento.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Nós mesmos vamos fazer uma campanha para ninguém comprar esse equipamento!

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- É isso, está entendendo? Telefonia de segunda classe é nesse sentido. Será que a Anatel não tem nenhuma preocupação com esses consumidores? É aí que não estou entendendo.

Então, vamos ver se faremos esse acordo. Vamos chamar a Sim, a Telebrasil e a Claro, com a presença de vocês aqui, para tratar dessa situação, porque acho que esse edital, na minha opinião, da forma como foi

estabelecido, cria embaraços intransponíveis do ponto de vista do interesse público.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Independente disso, admitamos que não tenhamos acordo e que a coisa continue do jeito que está. E quando chegar ao final de 2015, ele dotará, então, todas as localidades da Bahia a 30 quilômetros da sede com esse aparelhinho que só atende? Vejam, ele está obrigado a fazê-lo. Pelo que está no edital, ele é obrigado a fazê-lo. Não é isso?

O Sr. …....:- Eu não sei, deputado, quais as restrições que essa faixa impede e, também, não sei qual foi o pleito que a Claro postou quando esteve aqui.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- O pleito foi claro. Tenho-o aqui. Ela pediu autorização, pois, em vez de se estabelecer com 450, porque não tem equipamento no mercado, pediu com 850 porque, aí, ela, com 850, pode atender e estava aguardando a autorização.

O Sr. …....:- Esclarecendo, a informação que temos e divulgada, em nível de imprensa, é a de que a faixa vetada pela Anatel pela utilização da Claro foi a faixa de 1.800. Quanto a essa questão de 450 para 850, não tenho conhecimento. Agora, cabe uma consulta à Superintendência de Coordenação e Controle para saber se existe esse pleito lá dentro da agência.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Fizemos as duas, Sr. Presidente, já solicitando isso. A própria Anatel já recebeu. Mas solicito ao senhor, aqui, como superintendente da Bahia e Sergipe, preliminar e extraoficialmente, fazer para se antecipar.

O Sr. …....:- Vou fazer essa consulta, sim, para saber se existe esse pleito lá dentro e como o mesmo anda, em que estágio está para passar essa informação para os senhores.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- E, no entendimento de vocês, nessa frequência de 850, aí, sim, poderia ter um entendimento, minimamente, satisfatório?

O Sr. …....:- Desde que ela tenha a outorga para prestar o serviço dessa faixa.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Sim. A outorga é a autorização?

O Sr. …....:- Isso. A autorização para prestar o serviço naquela faixa de frequência. Se ela tiver, não existe impedimento nenhum.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Mas eu falo do ponto de vista técnico. Essa questão dessa faixa hoje que o cidadão, se sair de 30 quilômetros, não atende. Com 850, essa limitação deixa de existir?

O Sr. …....:- Repetindo, o equipamento só funciona na faixa de frequência para a qual foi projetado. O equipamento que trabalha na faixa de 800 MHz não vai funcionar em 1.600 e não vai funcionar em 2.100.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Qual é a limitação dele?

O Sr. …....:- Ele só opera na faixa de frequência que ele foi... Se a prestadora... O senhor já ouviu falar de telefone dual ou duo-band, tri-band, qudri-band?

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Está em debate um técnico com um analfabeto.

Eu quero dizer o seguinte. O aparelho, melhor, a frequência foi licitada de 450. O cidadão que comprar um aparelho nessa frequência...

O Sr. …....:- Ele só vai operar em 450!

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Não. Mas o senhor falar isso para min não significa muita coisa, ou seja, não está me dizendo nada ou a ninguém. O que eu quero dizer é o seguinte: se o cidadão comprar este aparelho e ele se afastar além dos 30 quilômetros de sua localidade, o aparelho dele deixa de ter serventia?

O Sr. …....:- Não é bem assim. São coisas distintas. O alcance do sinal é diferente da faixa de frequência. Aí, é uma questão muito técnica mesmo, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- O que foi dito aqui antes é que o aparelho do cidadão só funciona na faixa de frequência que ele está nos 30 quilômetros.

O Sr. …....:- Deixa eu tentar ilustrar uma coisa. Este aparelho aqui, ele atua na faixa desde 800 Mega até 2 Giga; opera em quatro faixas diferentes; é o que a gente chama de quadri-band, melhor, 4G. É o que, normalmente, hoje, o público compra.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Mas o cidadão da zona rural não vai comprar esse!

O Sr. …....:- Mas ele vai comprar um quadri-band. Só é orientar.

O Sr. …....:- Esse não vai funcionar no 450.

O Sr. …....:- Mas o 450 é só naquela rodinha de 30 quilômetros e acabou. É característica técnica do equipamento.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- O equipamento que você fala é o aparelho celular.

O Sr. …....:- É. Não é a antena.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Eu estava ouvindo mas lembro. Estou aqui com a degravação do posicionamento do Sr. Dax Aniceto. E ele disse textualmente. Só estava querendo ouvir para poder entender, tecnicamente, a pergunta de Paulo Azi que foi respondida agora, por Robério e por vocês também. Então, se eles tiverem na mão o 850, obviamente, se você tiver um aparelho de quatro bandas, você pode, na zona rural, independente do aparelho, estar interagindo com as outras faixas e os outros sistemas para além dos 30 km. Não é isso?

O Sr. José Mauro:- Não, deputado. O alcance, a distância da estação rádio base é uma coisa, a faixa de frequências é outra.

O Sr. Joseildo Ramos:- Então, eu vou fazer o seguinte, de cima da minha ignorância, porque não adianta...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Nós precisamos entender isso!

O Sr. Joseildo Ramos:- Preste atenção, eu quero entender. O que eu peço ao senhor...

O Sr. José Mauro:- Sim!

O Sr. Joseildo Ramos:- Veja vem, eu sou agrônomo. Quando eu chego lá na roça para falar com um cara que entende da minha área de atuação, ele entende muito mais do que eu, agrônomo, em muita coisa que falarei, eu preciso dizer de um jeito que ele entenda. Então, faça de conta que eu sou esse pequeno agricultou e o senhor é o agrônomo.

O que eu quero saber do senhor? Eu quero saber do senhor o seguinte: se estiver lá em 850... A única coisa que eu quero saber é se o

cidadão, para além dos 30 km, se comunicará com o restante ou com as pessoas em qualquer lugar, para não ficar restrito àquela área. É só isso que eu quero saber.

O Sr. José Mauro:- Como é que eu vou responder para ele?

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Qual é a dificuldade? Eu não estou entendendo?

O Sr. (...) :- Se ele estiver com um equipamento quadriband, com certeza ele conseguirá se comunicar sem problema nenhum, independente da distância em que ele esteja.

O Sr. Joseildo Ramos:- Você entendeu? Como é o seu nome?

O Sr. José Mauro:- Zé Mauro.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sim, Sr. Zé Mauro. É isso o que eu quero saber. Só isso.

O Sr. (...) :- Não, exceto 450, porque, normalmente, a faixa de frequência utilizável, no Brasil, parte de 800 e alguma coisa até 2.500. Certo? Então, um equipamento, os equipamentos mais caros, naturalmente, operarão tranquilamente. Sem problemas.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Sim, e os aparelhos celulares mais simples vão até que faixa?

O Sr. (...) :- Varia muito!

O Sr. José Mauro:- Depende de cada aparelho.

O Sr. (...) :- Depende de cada aparelho...

O Sr. José Mauro:- É muito complexo mesmo!

O Sr. (...) :- É muito complexo.

O Sr. José Mauro:- Falando naquele linguajar, que o senhor falou, de agrônomo, se pegarmos uma peneira com os furos grandes, todos os grãos pequenos até um determinado tamanho vão passar. Um grão maior não passa. É mais ou menos isso.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- V.Exª entendeu?

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, entendi uma parte!

O Sr. José Mauro:- Eu não entendo de agronomia, viu?

O Sr. Joseildo Ramos:- O que eu queria saber, eu já entendi. Teremos de entrar em contato com a Claro, com o Sinditelebrasil e com vocês.

Vamos, na próxima semana, ver isso, viu, presidente? Para a gente matar esse negócio.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Na minha avaliação, só ficou sem resposta essa questão: se não houver nenhuma solução, ele será obrigado, até chegar em 2015, a instalar em todas as localidades, em sedes municipais com raio de 30 km o aparelho 450...

O Sr. Joseildo Ramos:- Mas veja, viu? Não, deputado, há um problema aí que é maior e que não estamos vendo. O que ele disseram? Nos outros Estados que a Claro tem responsabilidade de atender, ela está atendendo em outra faixa que ela possui, que é uma faixa, eu diria, mais nobre.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- É isso?

O Sr. Joseildo Ramos:- É. Pode ser.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Mas, nos outros Estados, a frequência que tinha sido disponibilizada na licitação foi de 450?

O Sr. José Mauro:- Eu não sei as regras...

O Sr. Joseildo Ramos:- Mas veja...

O Sr. José Mauro:- Posso dar uma sugestão?

O Sr. Joseildo Ramos:- Deixa só eu terminar de formular, Mauro, até para você me ajudar a entender.

Então, a pergunta é a seguinte, olhe só que situação dramática, companheiros deputados, como existe uma obrigação de atendimento programática no cronograma, até junho são tantos municípios. Como é global, vai parecer. Ora, se eu não tenho autorização para operar do jeito que eu quero, eu vou fazer tudo lá, a Bahia fica para depois, e eles não estarão descumprindo. Veja que absurdo! Você bem disse, quando chegar lá em 2015... Quando chegar no final de 2014, não haverá nada na Bahia, enquanto essa pendência persistir. Então, imagine como ficará a situação da Bahia? É uma questão prática, objetiva, e que tem a ver com a licitação.

Aí essa história... Anteontem, eu estava conversando com o Ministério Público. Parece que o Ministério Público está se batendo sobre essa situação em outro canto, e ele nos pediu para tratar disso. Agora, o que a gente quer, inclusive, se for o caso, a gente deve convocar a presidência da Anatel para vir aqui ou a gente ir lá, como aconteceu no Paraná. Isso ajudou, Mauro!

Lá o sinal da telefonia rural... Foi isso que nos disseram, não é deputados Cacá e Paulo? Tanto no Paraná, quanto no Rio Grande do Sul, o nível de satisfação, a antecipação e a ampliação de investimento é enorme. O nível de satisfação da sociedade é fantástico! Acho que aqui a gente não vai conseguir isso.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Só um segundinho. Eu vou ter que me retirar, porque tenho uma audiência com o presidente, agora, no Tribunal de Contas, mas você continua a conduzir e reforçar o convite ao Dr. Rebouças para que amanhã nos dê o prazer de estar em nossa terra, Dr. Robério. Se o senhor puder participar da audiência pública lá, seria bastante interessante.

O Sr.:- Todas as operadoras estarão lá. Mandam um preposto. Ele tem parentes lá. É parente de barão, é Ornelas, também.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- V.Exª será devidamente protegido.

O Sr. :- Sem nenhum problema. Aproveitando, deputado, olhando só o primeiro momento, a questão da Bahia é um caso bem particular. Então, acho que vale esse investimento junto ao Conselho da Anatel para se obter uma solução para o Estado da Bahia.

Acredito que essa faixa de freqüência que foi negada pela Anatel para a Oi operar, foi em todo o território nacional. E, de repente, a Bahia pode ser um caso à parte por uma série de motivos.

O Sr.:- O senhor falou bem, porque o escopo da licitação envolve não somente o território da Bahia, mas, agregadamente, os outros territórios.

O Sr.:- (inaudível.)

O Sr. :- Você entendeu agora, não é, Leur?

O Sr.:- Uma outra ação que pode ser implementada é chamar aqui a operadora que tem a licença para usar 850 mega e perguntar para ela: “Você tem interesse de atender? Você tem condições de atender? Você vai atender?” Porque uma negativa dela vai nos fortalecer junto à Anatel para poder ela liberar a frequência para que outra operadora atenda.

O Sr.:- Eu pediria, Dr. Ornelas, que o senhor pudesse nos mandar qual a operadora que trabalha a partir de 850, não seria isso?

O Sr.:- Oitocentos e cinquenta, que é a frequência que permite o projeto mais econômico.

O Sr.:- Então, se vocês nos respondessem isso em um breve tempo, ficaríamos agradecidos até para poder chamar outra para tratar.

Então, esse assunto que nós trouxemos para vocês, para nós, está tranquilo, está de bom tamanho até agora. Eu chamo a atenção dos outros colegas: lá em Paulo Afonso, quando estávamos na discussão com as operadoras na audiência pública, ocorreu uma proposta que considero interessante.

Um dos maiores produtos das diversas CPIs que aconteceram, principalmente, no Sul, foi o famoso pacto das antenas, por conta de parafernália de leis a partir dos municípios e, dessa forma, de informação acerca do impacto na saúde e no meio ambiente e, também, por questões de segurança do ponto de vista das estruturas físicas.

Então, veja, nós estaremos propondo e precisamos da cumplicidade da Anatel, isso é objetivo. Estaremos propondo para esses dias um encontro nacional para discutir essa questão que leva em consideração o pacto das antenas, mesmo, porque está sendo votada no Congresso uma norma legal, já passou, está lá, e isso repercute, parece-me que vai ser pacífico, isso facilita ao Estado e ao município se universalizarem nessa situação.

Pois bem. A única coisa que a gente não tem, objetivamente, é um seminário que aponte, bote lá cientistas, pesquisadores, academia e os consultores das diversas operadoras e com o fomento delas. Elas não criaram objeções. A gente faria aqui na Bahia o mais rápido que a gente puder, um encontro nacional para discutir essas questões com a representação dos municípios, com a representação de todos os interessados e as representações da sociedade.

Então, parece-me que, com essa objetividade, seria o primeiro, porque com isso a gente incorporava o discurso que está ficando à margem dessas definições. Você vai criar o pacto das antenas, cujo fundamento é esse, mas, definitivamente, a gente não estabeleceu um caminho para poder atuar no Brasil. Existem apenas sugestões e alguns encaminhamentos que já foram tomados por outros países. Nós ainda não definimos, de forma clara, essa questão.

Então, com isso estaríamos dando mais um passo e tirando o discurso das operadoras, que estão dizendo “Não amplio porque não posso botar antena, porque demora dois anos para ter a licença ambiental e as exigências que se tem em Jequié são diferentes das de Alagoinhas, de Feira.” Você está entendendo? Então queremos saber se a Anatel pode ajudar, junto ao SindiTelebrasil e às operadoras, a formatar esse encontro nacional.

O Sr. FERNANDO ORNELAS:- Estou entendendo, deputado, que são duas questões: a primeira é a da instalação física das antenas. E a segunda, a questão das radiações imunes ionizantes.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- A discussão é única. Por exemplo, fui prefeito, e a legislação lá em Alagoinhas é muito restritiva. Por falta de informação, deputado Leur, a população se insurgiu duma maneira muito brutal contra a implantação de antena na zona urbana. Por conta disso, criou um nível de restrição imenso. Eu era prefeito, e a Câmara toda, por unanimidade, aprovou. A população, em cima, criou um clamor popular. E tive de sancionar. Mas hoje Alagoinhas está prejudicada pela falta de informação naquela época, pois atualmente já se sabe que não há necessidade de tanta restrição. Então, o que a gente precisa? Discutir, na ótica da saúde, os impactos na saúde, no meio ambiente e na segurança.

Por conta disso, a gente quer fazer um seminário com esse nível de aprofundamento, mas com uma resposta objetiva. Terminou o seminário, o resultado dele já vai para a formulação que a gente vai oferecer à Bahia. É nesse sentido. Aí, as empresas topam. E a gente está chamando a Anatel para que ela também fomente e seja uma das patrocinadoras.

O Sr. FERNANDO ORNELAS:- Pode encaminhar o documento à Anatel, que nós vamos interagir juntamente com a sede para que coloque um especialista participando desse evento, sem problema nenhum.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Da nossa parte eram essas...

Chegou o deputado Sidelvan. Não sei se ele vai querer se manifestar.

Dr. Robério, o senhor quer se manifestar acerca de alguma coisa? (Pausa)

Então, Dr. Ornelas, quero agradecer. Ao Dr. Mauro também.

Por favor, Carlos, agora pode falar aqui mesmo.

O Sr. CARLOS:- Seria interessante a participação da UPB - eu digo como órgão de todos os municípios - para que eles sejam inseridos também nesse encontro de tomada de decisões e soluções.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Por último, só para concluir - e aí todos nós estaremos liberados -, quero dizer para vocês o seguinte: na formatação, Carlos, está prevista a presença de todos os parceiros estratégicos, mais a UPB. Então, quais são os órgãos interessados nesse grande encontro? Ministérios Públicos Estadual e Federal, OAB, CREA, Procon e Defensoria Pública. Além desses, a UPB. Além da UPB, os presidentes dos consórcios intermunicipais. E, além deles, os presidentes de associações regionais de municípios. Portanto, será esse o universo crucial de interesse mais objetivo e direto nesse encontro.

O que queremos? Nós queremos fazer desse encontro uma coisa que, após a sua definição na próxima semana, oficializaremos a vocês na quarta-feira seguinte para que possam vir aqui conversar com o SindiTelebrasil e as operadoras. Será no sentido de já sairmos a campo para fazer o seminário, ou seja, algo objetivo para que tenhamos suporte científico para fazer uma lei bem feita, em consonância com toda essa movimentação que está acontecendo no País.

Acho que esta, estrategicamente, será uma ação muito importante não só da CPI, mas também de todos os interessados. É nesse sentido.

O Sr. FERNANDO ORNELAS:- Tomando como referência o projeto que está lá no Congresso para ser aprovado.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- O projeto já está aqui na minha mão, com uma análise sintética dos seus aspectos. Lei Geral das Antenas. Está aqui. Nós fizemos uma análise sintética para poder observar para onde ele vai. Então, eles tomaram cuidado de, no âmbito federal, disciplinar aquilo que é do interesse da União. Ele deixa espaço para ajustes a cada Estado e também ao município que tem a titularidade no uso do seu solo, do seu território.

Então, nesse aspecto não teremos problema, porque a gente já quer fazer de forma organizada isso. Mas, por incrível que pareça, existe uma série de informações soltas relacionadas com saúde, meio ambiente e

segurança e a gente precisa congregá-las para que utilizemos isso na nossa proposta de lei.

Então, às 11h04min. encerramos aqui e quero agradecer as presenças e dizer que foi muito produtiva a sessão. Agradecer, principalmente, ao Dr. Robério, que tem constantemente vindo aqui. O Senhor já está convidado para a próxima quarta-feira e faremos isso formalmente, Dr. Fernando, Dr. Mauro, mas vocês já estão convidados, previamente, para quarta-feira, onde certamente, teremos aqui o Ministério Público Estadual, Federal, os demais, SinditeleBrasil e as operadoras.

Relato da **19ª Reunião Ordinária da Comissão de Parlamentar de Inquérito** da Telefonia, realizada em 11/06/2014.

Resumo: Oitiva com a operadora Claro e Anatel para tratar da faixa de frequência a ser explorada na zona rural dos municípios

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi): - Declaro aberta a vigésima reunião ordinária da CPI da Telefonia. Quero registrar a presença do Dr. Ornelas, representante da Anatel, representante da Secretaria de Infraestrutura, e convidar o Dr. Fábio Augusto Andrade, Diretor de Relações Institucionais da operadora Claro, que está acompanhado do Diretor Regional, Sr. Dax Aniceto Souza Filho, para que venham compor a Mesa. Registrar, também, a presença do Sr. João Bezerra, advogado que representa a empresa Claro.

A pauta desta reunião é uma explanação feita pela Claro para tratar das questões vinculadas ao funcionamento da operadora no Estado da Bahia. O tema é livre, é aberto. Posteriormente à explanação, haveremos de fazer alguns questionamentos.

Antes, porém, quero registrar o envio de um requerimento da Câmara de Vereadores de Camaçari solicitando uma visita da CPI naquele município. Os deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado. Posteriormente, definiremos a data dessa visita ao município de Camaçari.

De logo, passo a palavra ao Dr. Fábio Augusto Andrade, Diretor de Relações Institucionais da Claro.

O Sr. FÁBIO AUGUSTO ANDRADE: - Bom-dia! É um prazer estar aqui. Eu, como baiano, natural de Salvador, estar nesta Casa representando a Claro é um prazer para mim. Acredito que a gente consiga, através de um diálogo franco, trazer alguns esclarecimentos que vão melhorar nossos serviços na Bahia, em Salvador e em todo o Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi): - Eu já vou passar a palavra para que V.Sª possa fazer a explanação das atividades da empresa em nosso Estado e, posteriormente, os deputados que assim desejarem fazem alguma pergunta a S. Sªs.

O Sr. : - Bom-dia, senhores, é também uma honra estar aqui novamente. Sempre que convidados estaremos presentes. Inicialmente, vamos falar um pouco sobre a operação, lançamentos dos nossos serviços de 4G que estão sendo ampliados pelas cidades do interior também. O serviço de 4G, semana passada, foi lançado em Feira de Santana. Para a gente é um avanço muito grande na qualidade dos serviços prestados ao nosso público. Quero trazer aqui em primeira mão, também, que a cidade de Porto Seguro já está liberada com o 4G, a gente fez esse lançamento com muito esforço antes da Copa, que era nosso compromisso. As cidades de Camaçari e Mata de São João também estão lançadas com o 4G. Então, na data de hoje, temos Salvador, Feira de Santana, Camaçari, Mata de São João e Porto Seguro já inseridas com o 4G. A gente reitera o compromisso que fizemos na nossa última reunião, trouxemos a relação de cidades e todas as implementações necessárias estão seguindo para que a gente cumpra o compromisso firmado nesta CPI com as 19 cidades que foram relacionadas naquele momento. E reiteramos aqui esse compromisso.

Com relação às ampliações, estamos trabalhando sempre no intuito de melhorar o serviço do nosso consumidor final, enquanto líderes de mercado nesse estado e maior operadora desse estado, a gente também busca atender esse público com a mesma... vamos dizer assim, segurança que a gente vem atendendo até hoje. E para isso estamos ampliando os nossos serviços consideravelmente, tanto em capacidade quanto em qualidade de rede.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Quantos por cento do mercado hoje a Claro tem na Bahia?

O Sr. Dax :- Trinta por cento do mercado. Então, esse é o nosso compromisso, atender e conquistar cada vez mais a confiança desse público que está nos dando essa resposta no mercado sempre tão positiva.

Coloco-me também à disposição dos senhores para qualquer questionamento a respeito das nossas questões no Estado da Bahia. Estamos aqui também com as pessoas da área de engenharia que prestarão aqui os esclarecimentos necessários, o que fizermos por bem vamos buscar. Meu intuito é responder a todos os questionamentos que aqui acontecerem hoje nesse fórum para que não fique nenhuma pendência a respeito das nossas questões.

Então, estou aberto aos questionamentos que os senhores tiverem e fico à disposição.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço pela brilhante explanação de V.Sª, Dr. Dax. Gostaria de perguntar o seguinte: vocês encontram alguma dificuldade de ordem operacional para ampliar os serviços de instalação de antenas, de ampliação dos sinais no Estado da Bahia?

O Sr. Dax:- É óbvio que toda vez que a gente vai fazer a abertura de um novo site, de uma nova cobertura, existe um processo burocrático a ser cumprido. Não que esse processo seja uma dificuldade, mas de qualquer forma existe esse processo todo para ser cumprido, além do fato de termos que negociar uma área e ter que fazer a infraestrutura necessária para se colocar uma nova cobertura, muitas vezes no local adequado tecnicamente. E aí não vou saber precisar quais são os dados necessários para essa alocação naquele lugar específico, mas muitas vezes é um lugar que não tem energia

elétrica por ser distante ou não tem uma transmissão adequada naquele lugar. Essas são as dificuldades que geralmente nós encontramos.

O Sr. (...) :- Complementando a resposta de Dax sobre a dificuldade de se instalar antenas, deve ser do conhecimento de V.Sªs que está no Senado, aprovado pela Câmara, um projeto de lei chamado projeto de lei das antenas, é o PL das Antenas. Acredito que após sancionado no Senado e se tiver alguma alteração, volte para a Câmara, vai melhorar muito a condição de todas as operadoras de instalação de antenas. Ele vai normatizar e criar alguns padrões nacionais para a instalação de antenas. Hoje, cada município tem uma legislação que difere um pouco da outra, temos dificuldade de entender como funciona em cada município, se especializar em cada município.

E com essa nova lei federal, acredito que as operadoras vão ter um pouco mais de facilidade para instalar as antenas e isso vai melhorar com certeza a qualidade do nosso sinal e o tratamento com o usuário final.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Especificamente, em relação ao município de Salvador existe algum entrave de ordem legal em termo de legislação que dificulta de alguma maneira a instalação de novas antenas na cidade?

O Sr. :- Bom, o que seja do meu conhecimento não, não há nenhum tipo de legislação nesse sentido.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Dr. Dax, mais da metade das queixas e das reclamações que são registradas no Procon se deve principalmente às questões relacionadas à cobrança indevida que chega aos consumidores. Eu pergunto: existe algum estudo da operadora Claro no sentido de procurar fazer uma campanha publicitária que torne mais claro aquilo que a Claro está vendendo aos consumidores?

O Sr. (…....):- Bom, deputado, esse dado nos preocupa também, sobre o entendimento da tarifação do serviço, porque, muitas vezes, ele é, de fato, um tanto quanto complexo. Mas acato a sugestão de V.Exª para a gente fazer uma campanha de esclarecimento. Comprometo-me a fazer esse estudo, para minimizarmos esse foco.

Já temos um trabalho muito forte feito diante dos Procons, para responder às demandas antes que elas, efetivamente, sejam registradas para

que a gente possa responder e dar seguimento a esses questionamentos dos clientes.

Mas entendo, sim, que um trabalho de esclarecimento será muito bem-vindo, e vamos realizá-lo.

O Sr. Presidente (Paulo Azi):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Bom-dia a todas e todos.

Quero agradecer pela presença a todos vocês que se encontram aqui, em especial a Claro, para que possamos tratar de algumas questões.

Nós, com base nas informações que tivemos acerca da expansão do serviço 4G aqui, e também da ampliação do sinal na zona rural, que coube à operadora Claro aqui, na Bahia, e em outros estados, quero aproveitar a presença dos prepostos das áreas técnica e administrativa da Anatel, agência reguladora, e também a presença da nossa assessoria técnica, Dr. Robério, que está ali presente, como sempre, da área jurídica, o Dr. Thyers, e os demais cargos da área administrativa, Elbani.

Na primeira oportunidade que o Dr. Dax esteve conosco – talvez por não estar com os dados naquele momento – algumas questões que levantamos ficaram sem respostas. Reiteramos essas questões e mandamos oficialmente para vocês. Já recebemos a informação de que teremos as respostas em mãos. Uma delas se prende ao fato – o que nos causou alguma perplexidade, como simples mortais que vivem tangenciando essa área muito técnica de telecomunicações – de vocês terem participado de uma licitação na qual os serviços que vocês teriam obrigação de prestar estava numa faixa de radiofrequência para a qual vocês disseram, alto e bom som, que não existem equipamentos comerciais para prestar os serviços, que é a frequência de 450 megahertz.

Conversando com a Anatel, ela, diferentemente de vocês, deu-nos algumas luzes de ordem técnica, indicando que não era propriamente um aparelho celular, semelhante a esses outros que atuam em frequências acima de 800 e alguma coisa, e que nessa expansão da telefonia rural, caso permanecessem, vocês prestassem os serviços dessa frequência de 450 megahertz, os usuários baianos que moram nos diversos municípios do interior

do Estado teriam a possibilidade de se utilizar dessa tecnologia, desse equipamentos se fossem instalados com essa radiofrequência, com essa faixa, apenas e tão somente num raio de 30 quilômetros.

Passando a borda desse raio, em nenhum momento vocês teriam, quem erra o usuário, condição de estabelecer um diálogo ou um contato com quem estivesse de fora, com sistema em outras.frequências.

Conversando com a Anatel dissemos: então, isso acontece em outros estados? A respostas que nós obtivemos, por incrível que pareça foi que não. Só na Bahia aconteceria, Sr. Presidente. Eu coloquei, então, que teríamos na Bahia um usuário da telefonia na zona rural de quinta categoria. Ou seja, um usuário que teria um celular na mão ou um aparelho de comunicação, mas que só poderia comunicar no raio de 30 quilômetros. Ultrapassando esse raio, ele não poderia entrar no sistema de comunicação com outras rádio frequências, outras bandas, outras faixas, sei lá! Nós perguntamos a vocês, quando aqui estiveram, se poderiam cumprir aquilo que estava na licitação. Vocês disseram que não, porque não havia equipamento comercial disponível e que vocês haviam solicitado autorização - parece- me que permitia -, a Anatel analisaria e com uma outra frequência vocês poderiam atender aqui.

Efetivamente, queria saber se isso é verdadeiro. E se vocês, de fato, com a quantidade de técnicos, especialistas que dispõem, e a própria Anatel que ofereceu o serviço em licitação, os dois lados não sabiam que não existiam esses equipamentos. Vocês aceitaram participar, comprar um serviço que sabiam que não prestariam, porque não tinham equipamento, ou vocês souberam disso depois? Isso eu gostaria de ter claro. Vocês não deixaram claro, deixaram de responder, foram lacônicos, como V.Sª foi aqui agora. Eximiu-se de fazer uma apresentação, perdendo a oportunidade de dizer o que é que a Claro faz no Estado da Bahia. É um mercado que – vocês mesmos dizem – é a maior densidade em nosso País de presença de celulares por pessoa.

Eu gostaria que vocês, didaticamente, até para compreendermos esse processo, dissessem o que é que está acontecendo, já que a própria representação da Anatel está aqui e estamos no meio desse fogo cruzado de

falta de informação. Compartilho com os meus colegas da CPI não só a minha perplexidade perante essa situação, mas também a total complexidade desse tema. Gostaria de que vocês se manifestassem.

O Sr.(...):- Bom, deputado, vou tentar ser o mais claro possível. Quero deixar aberto para o Fernando Ornelas ou Mauro complementarem ou corrigirem, caso sintam necessidade.

Nós trabalhamos, basicamente, com serviço celular. Dentro dessa frequência, deputado, desculpe-me se não deixei claro da outra oportunidade, mas não existe nessa frequência de 450 o serviço de celular. Existe, sim, outros serviços que não são da nossa área de atuação, mas em comunicação ainda que podem se adequar a esse serviço. Como V.Exª falou, a gente optando por fazer uma cobertura nessa frequência não seria serviço celular, que é, sem dúvida alguma, a grande demanda da população dessas regiões.

A opção que a Claro tomou, nesse momento, é tentar viabilizar de todas as formas, fazer a cobertura com o serviço celular nessas áreas. Isto para que o usuário tenha um serviço completo, que ele possa falar, conectar o seu celular nas redes sociais - hoje, é uma grande demanda também – e consiga viabilizar isso. Essa foi uma decisão estratégica da Claro. Nós já tínhamos, sim, conhecimento do 450, da dificuldade que seria para fazer serviço celular nessa frequência quando entramos na licitação, não foi uma surpresa. Só que nessa mesma licitação nos é permitido ou nos foi aberta a possibilidade de fazer essa cobertura com outra frequência. E é essa tentativa que estamos fazendo. É essa tentativa que nós estamos perseguindo em conjunto com a própria Anatel para que a gente chegue numa solução de outra frequência, que exista o serviço celular e que este seja prestado, seja oferecido para essa população.

Para deixar muito específico e claro, sim, tínhamos conhecimento dos 450 e de que não haveria possibilidade de fazer serviço móvel celular com esta frequência; sim, há possibilidade de utilizarmos outra frequência para fazer o serviço acontecer.

O Sr. Joseildo Ramos:- Voluntariamente?

O Sr. …....:- Voluntariamente. Dessa forma, é nessa linha que estamos colocando as nossas requisições à Anatel, porque o órgão regulador precisa autorizar a empresa a fazê-lo.

Não existe nenhum tipo de conflito de opiniões a respeito disso entre a Claro e a Anatel. Existe apenas um estudo da parte de viabilidade técnica de uso das frequências que cabe, obviamente, à agência reguladora, nos autorizar ou não fazermos em determinada frequência esse tipo de cobertura. Mas essa opção foi extremamente técnica, deputado, e nos permitirá, sim, prestar um serviço de primeira linha ao usuário baiano nesses municípios e nesses distritos.

Quero me colocar à disposição para caso tenhamos maiores dúvidas sobre isso, em momento nenhum procuro ser lacônico nas minhas respostas, mas gostaria de me estender o quanto fosse necessário nesse tema para que não suscitássemos dúvida alguma a respeito desse processo, que é, para mim, muito claro e específico. Temos os nossos prazos, vamos cumprir esses prazos diante dos termos da licitação. Entre os termos da licitação, existe a possibilidade de, autorizada pela Anatel, a operadora Claro conseguir utilizar outra frequência para prestar o melhor serviço que ela achar necessário e que o público reconheça como o melhor serviço, porque, diante disso, acho que é o interesse do consumidor final que todos nós devemos preservar.

O Sr. Joseildo Ramos:- Ainda sobre essa questão, me permita, presidente, pois precisamos esgotar esse ponto. Já temos algumas informações adicionais que não tivemos na primeira vez, mas, apenas para poder obter informação, a Anatel está aqui, quero saber se ela quer se pronunciar, e o próprio Dr. Robério, que está acompanhando de perto essa questão de ordem técnica. Por favor.

O Sr. …....:- Bom-dia a todos. Dr. Dax, vocês recentemente fizeram uma consulta à Anatel a respeito do compartilhamento da faixa de frequência com a Vivo, de 850. Para isso já foi dada aprovação. É essa faixa que vocês pretendem utilizar para fazer esse atendimento?

Perguntei ao Dax, Sr. Presidente, Sr. Relator, se eles fizeram uma consulta recentemente à Anatel, e se a Anatel aprovou uma faixa de frequência

para eles compartilharem com a Vivo. É essa faixa de 850 que a Claro pretende para o atendimento?

O Sr. …….:- É exatamente essa faixa.

O Sr. …….:- Segundo, há uma faixa de 1.800 que vocês pediram à Anatel. A Anatel, num primeiro momento, negou essa faixa, mas temos informação de que o relator pediu vista do processo e existe a possibilidade também da liberação dessa faixa de 1.800. Tem alguma informação que ainda não tenhamos?

O Sr. …….:- Gostaria de passar para o Fábio.

O Sr. Fábio:- Essa faixa de 1.800 foi negada pela Anatel. Fizemos esse pedido e perdemos no conselho por 4 a 1. Entendemos as razões da Anatel, e eu gostaria de explicar a V.Exªs.

Pedimos essa faixa de 1.800 para conjugar e aumentar a nossa qualidade de serviço aqui. A Anatel negou, por quê? Agora, no mês de agosto, será feito um leilão numa faixa de 700mhz. É uma faixa do 4G, e nesse leilão, pela primeira vez, a Anatel vai abrir a possibilidade de se prestar qualquer serviço em qualquer faixa. Ela negou esse nosso pedido basicamente porque, se ela nos desse isso antes do leilão, poderia desvalorizar o leilão e, com isso, o governo arrecadar menos do que o esperado.

Com essa faixa de 700mhz que será leiloada em agosto, há a possibilidade técnica de, mesmo antes do prazo, que a faixa será cedida, que seria em 2016, a Anatel nos conceda, precariamente, caso a Claro compre um pedaço da faixa do leilão, uma autorização em caráter provisório, para utilizarmos algumas faixas no Estado da Bahia e nos Estados que necessitarmos.

Hoje, a Claro, que não conseguiu sucesso no pleito da Anatel, já está tentando focar nesse leilão com o objetivo de conseguir um pedaço dessa faixa e, posteriormente, pleitear uma autorização precária, para que com a faixa de 700 possa cobrir algumas deficiências que temos no Estado da Bahia.

Então, acredito que, a partir de agosto ou setembro, tenhamos outra realidade, outra realidade de frequência. Já estamos muito perto do leilão. Assim, poderemos oferecer novos serviços com essa nova faixa, se a Anatel nos autorizar, provisoriamente, antes de 2016.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, essa informação nos deixa mais aliviados. Podemos sentar...

O Sr. (…) :- Permita-me, Sr. Relator.

O Sr. Joseildo Ramos:- Fique à vontade.

O Sr. (…) :- Essa decisão foi tomada, semana passada, pela Anatel. Já houve a liberação dessa faixa de 850.

O Sr. Joseildo Ramos:- Perfeito! Isso abre portas, inclusive, para que a CPI... Nós já havíamos pensado nisso e também conversado com o pessoal da Claro e da Anatel que o conjunto da CPI quer negociar, quer tratar, para podermos avançar. Acredito que a Claro deve ter todo o interesse. Entretanto, observamos...

Me falta apenas um entendimento para finalizar o conjunto dessa questão, quando questionamos qualquer dos órgãos, seja as autorizadas, as operadoras, a Anatel ou quem quer que seja, o aspecto normativo é muito cobrado, é muito colocado em cheque, e não devemos nos afastar dele. Por conta disso, ainda nesse ponto, nós temos ali... A Anatel passa para a Claro, como sendo sua responsabilidade... Inicialmente, Feira de Santana estava no meio daqueles municípios, conforme a iniciativa original, aquilo que foi colocado no leilão, na época, eu tenho isso... Não sei por que Feira de Santana sai daquele rol dos primeiros 19 ou 20.

O Sr. (…) :- Permita-me, Sr. Relator. Saiu, porque tem mais de 500 habitantes. É a obrigação.

O Sr. Joseildo Ramos:- Tá bom! Não vi essa questão, mas já está elucidada. Porém, ali me chama a atenção o seguinte: esses 19... É importante o que eu vou colocar, porque precisamos compreender com base no edital e no que vocês estão oferecendo... Nós não podemos ser cobrados por alguma coisa fora da norma, fora do que foi estabelecido. Bom, esses 19 que vocês passaram a Claro deve ou deveria cumprir até junho de 2014, até o final deste mês, e naqueles 19 deve haver expansão naquela frequência que não vai poder e na zona rural. Desses 19 há três municípios que não possuem zonal rural, já falamos isso, Lauro de Freitas, Madre de Deus e Salvador.

Quando há uma licitação e se abre um serviço, isso envolve valores, direitos e obrigações de parte a parte. Ora, se foi para a expansão do sinal da

zona rural, se a Anatel entrega 19 para a Claro, expandindo a zona rural, e há três municípios que não possuem zona rural, então há alguma coisa que não está funcionando. Eu preciso entender! Essa é a primeira questão.

Segunda questão, nós solicitamos da Claro que ela nos respondesse como era a cobertura na Região Metropolita de Salvador.

Na resposta, não só Lauro de Freitas, Madre de Deus e Salvador mas também cidades como Camaçari, Simões Filho, Candeias e São Sebastião do Passé têm zona rural; e as outras não têm. Todas da Região Metropolitana de Salvador, segundo informação da Claro que nos chegou ontem, essas cidades já estão cobertas.

Segundo vocês informaram, as cidades de Lauro de Freitas, Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila incluindo Catu (que não está na Região Metropolitana) Itaparica, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz estão cobertas desde 2003 – à exceção de Madre de Deus que está coberta desde 2004 – na banda de frequência de 900 a 1.800 GSM. Quanto a esta última sigla, os senhores podem decodificar o que ela significa para nós, leigos, neste processo.

Além disso, as cidades de Lauro de Freitas, Madre de Deus e Salvador não têm zona rural. Vocês, também, a partir 2008... E tem Madre de Deus que não tem cobertura do serviço 3G e 4G.

Dito isso, a nossa perplexidade é a seguinte, qual seja, vocês estão recebendo a tarefa de dar cobertura na zona rural de 19 municípios, sendo que 3 desses municípios não têm zona rural. Vocês precisam cobrir a zona rural de municípios que, segundo vocês, desde 2003 para cá, já foram cobertos com frequências que dão uma qualidade que vocês estão pedindo para expandir as outras.

Eu queria entender por que uma vez que isso trata-se de licitação, trata-se de autorização e trata-se de mercado. Em outras palavras, tem valores envolvidos, tem gente que vai oferecer serviços, que são vocês, e há gente que vai comprar esses serviços. Então nós estamos, aqui, baratinados. Quero pedir socorro aos dois colegas para que ajudem nesta arguição, porque está muito embaralhado. E eu queria entender. E, aí, eu peço ajuda de vocês!

O Sr. …....:- Deputado, primeiro, essas cidades são citadas como não tendo zona rural. Elas, de fato, não têm zona rural. No entanto, existem distritos, segundo o IBGE, que fazem parte do nosso compromisso. Por isso, elas estão presentes. Tanto a cidade de Salvador quanto as cidades de Lauro de Freitas e Madre de Deus têm distritos a serem atendidos dentro da mesma premissa estabelecida pela licitação. Por isso, estão dentro dessa ótica. Portanto, não há nada de diferente dentre essas cidades e as outras cidades. Simplesmente, é uma questão de terem, sim, distritos pelo IBGE.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Você reforça a minha preocupação. Desculpe-me. Aí, é só para não perder. Mas você reforça a minha preocupação. Tudo bem! Há os distritos. A lógica começa aparecer. Isso é diferente do que foi dito com relação à zona rural. Mas tudo bem! Está entendido.

Mas, ainda, em sua resposta, essas áreas já estão cobertas com tecnologias e com aparelho celular por vocês mesmos. Como vocês recebem uma obrigação se já existe cobertura desde 2003, lá atrás, e 2008? É isso que quero entender.

O Sr. …..... :- Pedirei ajuda às pessoas da área técnica caso eu fale algo que precisa ser complementado. Essa cobertura feita, inicialmente, lá atrás, deputado, não tinha nenhum tipo de obrigação com relação às zonas rurais nesses municípios. Estão, mas não por obrigação. A obrigação, na data, era fazer a cobertura e as metas estabelecidas pela Anatel dentro das sedes dos municípios.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- A pergunta é a seguinte: Vocês vão trocar essas frequências que já são melhores? Como vocês vão fazer?

O Sr. FÁBIO AUGUSTO ANDRADE:- Esse municípios já estão cobertos, as premissas já estão atendidas, e assim continuará. Não há nenhum tipo de implementação que necessite ser feita que não seja de melhoria e de atendimento da qualidade dentro desses municípios e da premissa da licitação. Agora, na mesma frequência.

O Sr. Joseildo Ramos:- Ou seja, foi licitado um serviço que não havia necessidade de ser prestado, porque a área está coberta em uma frequência mais adequada. Foi isso que eu ouvi, aqui, agora?

O Sr. Cacá Leão:- Inclusive, deputado Joseildo, a fala de V.Exª me preocupa um pouco, como morador do Município de Lauro de Feitas. Quando a gente fala em troca de serviço por um pior do que o que já tem, aí é que não vai falar mesmo. Por exemplo, a Claro na minha casa não pega, não funciona. A gente falou aqui do serviço 4G em Salvador, Camaçari, Mata de São João, Feira de Santana e Porto Seguro. Não entendi porque pularam o Município de Lauro de Freitas. Queria, inclusive, saber se existe algum impedimento legal por parte do município, se o município tem feito algum critério na questão da implantação das antenas para que Lauro de Freitas tenha ficado de fora, já que está nesse corredor de cobertura? Realmente, é assustadora a forma como a Claro e as outras operadoras têm prestado o serviço.

Temos acompanhado as audiências públicas pelos municípios por onde a gente passa, percorrendo os quatro cantos do nosso Estado, e a dificuldade operacional é muito grande de todas as quatro operadoras.

Fiquei muito satisfeito quando ouvi o deputado Joseildo falar que a Anatel já tem a preocupação em mudar o regime de licitação para a implantação de um serviço de melhor qualidade. Se o que já existe, hoje, não funciona e não tem conseguido atender, imaginem um serviço com pior frequência e com ampliação dos serviços na zona rural!

Tem uma outra pergunta que eu quero fazer a vocês, que são técnicos e que têm um entendimento melhor do que nós, que somos leigos. Tenho escutado falar muito, principalmente no interior e nos grandes distritos, sobre a implantação de roteadores particulares para a ampliação dos serviços. A pessoa compra, custa algo em torno de R$ 20 mil, R$ 30 mil, um roteador que vai ampliar e levar essa frequência do serviço de telefonia para distritos. Eu queria saber como que a operadora entende isso? Se existe alguma legalidade nesse serviço? Pelo meu entendimento, isso vai piorar o sistema, porque se você está levando o sistema sem uma condição e uma carga de melhor, isso vem a piorar o atendimento dos serviços nas zonas rurais.

O Sr. FÁBIO AUGUSTO ANDRADE:- Vou tentar responder a todas as perguntas, mas se eu me esquecer de alguma, por favor...

Também sou morador de Lauro de Freitas e tenho um excelente serviço na minha residência, graças a Deus. Essa questão, deputado, obviamente que em algumas residências, por uma questão técnica, pode acontecer, sim... Aqui, na Assembleia tivemos que instalar um reforçador, os senhores tem conhecimento disso. Hoje, nós temos uma excelente cobertura, não era assim. O deputado já estava aqui quando o nosso serviço era muito ruim, principalmente no Plenário. Hoje, temos uma cobertura praticamente perfeita aqui dentro.

Nós não vamos trocar a frequência em Lauro de Freitas. O que vamos fazer, sem dúvida alguma, deputado, quando as soluções técnicas tiverem implementadas... e a gente vai lançar a internet 4G em Lauro de Freitas. Respondendo à sua pergunta, é uma questão técnica. Então a gente teve o cuidado de fazer em Feira de Santana já com uma cobertura muito boa; já estamos fazendo um lançamento em Porto Seguro, também com esse critério. Em Lauro de Freitas, em algumas regiões, já temos a infraestrutura pronta. Mas não podemos ainda fazer o lançamento em Lauro de Freitas por não termos ainda completado o projeto.

É óbvio que é muito mais fácil você fazer uma cobertura em Mata de São João do que em Lauro de Freitas, uma região muito mais populosa do que a da cidade de Madre de Deus.

Então assim será. Quando tivermos uma cobertura, será lançado no 4G, e não vai haver troca de frequência. Não se preocupe, vamos melhorar o serviço a cada dia. Não queremos de jeito nenhum causar constrangimento algum ao usuário nosso. Como o deputado bem falou, temos interesse total em melhorar os nossos serviços. Causa-me até constrangimento ouvir do deputado que na residência dele não tem. Isso para nós, sem dúvida nenhuma, é um nicho de trabalho.

Com relação aos municípios que causaram aí a preocupação dos senhores, quero também abrir para o Fernando se ele quiser - como sempre, pertinentemente - esclarecer, do ponto de vista da Anatel. Mas nós teremos, sim, uma ampliação desses serviços naqueles municípios para atender os

requisitos da licitação que nesse momento foram comprados pela Claro. Então, não é que já está pronto e vai continuar do jeito que está! Não! Existe, sim, uma ampliação dos serviços, um atendimento dos 30 quilômetros de raio que são estabelecidos pela licitação, os quais não necessariamente estavam atendidos no momento do atendimento da cobertura, pura e simplesmente.

GSM, deputado, também para esclarecer, é só a tecnologia. Essa tecnologia que a gente usa hoje. Tinha antigamente a analógica. Aí veio a TDMA, a CDMA e depois a GSM, que é a tecnologia que a gente usa de celular. Apenas isso.

Então, não sei se esqueci algum ponto.

O Sr. CACÁ LEÃO:- Sobre a questão da TecCel, ao falar da 4G eu perguntei também quando a frequência 3G vai chegar a alguns municípios, Téo. Os municípios que são cobertos pela Claro e não são...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Falou também sobre o aparelho que...

O Sr. CACÁ LEÃO:- Sobre o negócio do roteador das antenas.

O Sr. DAX ANICETO:- Ah! Sim, sim! Perfeito. O roteador.

Com relação à frequência 3G, estamos ampliando, sim, os nossos municípios. Este ano...

O Sr. CACÁ LEÃO:- Quantos municípios do Estado já são cobertos pela tecnologia 3G?

O Sr. DAX ANICETO:- Hoje são... Grimaldo, oitenta e...?

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- No documento que V.Sa. encaminhou, 89.

O Sr. DAX ANICETO:- Como é uma coisa que está crescendo dia a dia, eu quero dar a posição de hoje para não cometer nenhum... Oitenta e Nove? São 89 municípios já com a tecnologia 3G, e isso vai continuar sendo ampliado ao longo do ano. A gente também, se os deputados tiverem interesse, se compromete a frequentemente mandar essas inserções para o Robério, que pode repassá-las a V.Exªs. Ou podemos mandá-las diretamente aos senhores, se assim desejarem.

Com relação aos roteadores, deputado, não posso falar sobre eles porque a Claro não faz nenhum tipo de colocação neste sentido de colocar

roteadores para aumentar a frequência. E não sei nem julgar a eficácia disso. Certamente é algo que não está... Está apartado das operadoras. Então, recomendaria a todos que tiverem esse tipo de oferta que tomem bastante cuidado. Não sei o posicionamento do Fernando com relação a isso. (Risos!) Não é, Fernando? Mas eu não recomendaria nenhuma coisa desse tipo.

Quando a gente faz... Sim, às vezes, a gente coloca um reforçador. Mas aí tudo de acordo com a legislação vigente. Em prédios, como a gente fez aqui no prédio da Assembleia. Já tem cobertura. Mas era uma cobertura outdoor, agora é indoor. Então era ruim. A gente fez, colocou reforçador e resolveu a questão. O reforçador que a gente usa. Agora, esses roteadores, não sei nem como eles são.

O Sr. ROBERTO ORNELAS:- Aí, é uma questão de uso indevido dos técnicos. Está certo? Isso leva à apreensão do equipamento e à responsabilidade criminal desse usuário. Inclusive a responder processo.

O Sr. …..:- Olhem o nome deste. É vendido muito em São Paulo e Brasília. É um equipamento que se chama booster. Ele piora o sinal, embaralha o sinal das operadoras porque ele não tem a frequência correta de cada operadora e pega um sinal no ar. Aí, o que estiver mais próximo ele amplia, com certeza piorando o sinal da operadora que, às vezes, o usuário quer usar. Então, aproveito este fórum aqui para recomendar à população que não compre por ser ilegal e porque tecnicamente não melhora nada.

O Sr. JOSÉ MAURO:- Só um esclarecimento técnico, complementando o que foi falado. O regulamento do Serviço Móvel Pessoal já prevê dois tipos de equipamento: o reforçador e o repetidor. Então o regulamento já diz quando, onde e por quem pode ser usado. Só as prestadoras do serviço outorgadas podem fazer uso. Como falou o Dr. Ornelas aqui, quem não tem outorga vai estar incorrendo em duas infrações: a exploração não autorizada do serviço e o uso não autorizado de radiofrequência.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Dr. Dax, eu gostaria de fazer.perguntas objetivas. A Claro foi vencedora dessa licitação que dá a ela responsabilidade de prover os municípios com telefonia de final de dados na zona rural do Estado da Bahia e de outras unidades da Federação. Se não me

engano, a obrigação é de 30% em junho e 60% em dezembro, com a conclusão, em 2015, com os outros 40. Não é isso?

O Sr. DAX ANICETO:- É.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- A Bahia tem sido, em função desta questão técnica, prejudicada no atendimento das cidades do nosso Estado. E nós, membros desta CPI, temos sido cobrados de maneira muito insistente pela população em qualquer lugar em que nós façamos essas reuniões. E, também, as demandas, que chegam a esta Casa, estão, a cada dia mais, se avolumando.

Nós tivemos, hoje, uma informação, aqui, importante trazida por V.Sª como pela Anatel de que a solicitação feita à Anatel com relação à utilização da frequência 850 já foi autorizada. A pergunta que lhe faço é em cima dessa informação.

Será que, com essa autorização, a Claro tem condição de nos informar qual será a velocidade de atendimento e o que ela pretende conseguir atingir, até o final deste ano, em relação aos municípios do nosso Estado que estão, aí, sedentos por serem contemplados com a telefonia móvel rural? Será que existe uma previsão de incremento nesse atendimento?

A segunda questão está relacionada aos investimentos da empresa no Estado da Bahia. Claro, eu não vou querer, aqui, saber quantos milhões ou bilhões ou quantos mil a Claro pretende investir na Bahia. Eu gostaria de ter uma ordem de grandeza. Quantos por cento do investimento total da Claro, em nível de Brasil, estão previstos para ser aplicado na Bahia em 2014? Pergunto isso no tocante ao percentual. Quanto a empresa Claro pretende destinar, em investimentos percentuais, na Bahia, em 2014?

O Sr. DAX ANICETO:- Vamos responder à primeira pergunta. Na semana passada, foi liberada essa frequência. Obviamente, isso abre, como V.Exª afirmou, a possibilidades de ampliar e acelerar as nossas coberturas. Isso requer um trabalho técnico e um trabalho de projeto. Obviamente, os tempos não foram suficientes para que os mesmos sejam concluídos. E, aí, sim, a gente pode...

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Veja, Dr. Dakson, que V.Exª está executando um contrato que se iniciou, se não me engano, em janeiro de 2013.

Existe aí um tempo razoável para que esses estudos tenham sido feitos. Imagino isso.

O Sr. DAX ANICETO:- Esclarecendo que, para a utilização desse compartilhamento que foi aprovado, é um estudo técnico específico. Essa aprovação só se deu na semana passada. Portanto, já se iniciaram os estudos para que nós pudéssemos ter ideia do que fazer e como fazer e qual o tempo disso. Essa possibilidade facilita e ela abre muitas portas.

Mas não temos, ainda, esse cronograma pronto, dado o tempo restrito de uma semana para realizar esse cronograma. Quanto a isso, eu posso afirmar a V.Exª que os prazos licitados serão cumpridos. Então, o prazo licitado, para a conclusão do processo de cobertura rural, é de final de 2015. E isso assim será.

Sei disso perfeitamente. E temos, também, em uma medida diferente da dos Srs. Deputados, sido cobrados por isso até pelos políticos locais e até pela população que, também, requerem esse serviço. E nós temos, obviamente, todo o interesse em colocar isso o mais breve possível. Vamos fazer todo esforço necessário.

Ontem mesmo estávamos em reunião com a área técnica. As pessoas buscavam saídas e soluções para trazer novos cronogramas que excedam as cidades que já estamos compromissados para este ano, mas não tivemos tempo hábil para isso ainda, deputado.

Peço desculpas, pela informação vaga. Assim que tivermos melhor informação a respeito da aceleração eventual desses prazos, comprometo-me com os senhores a trazê-la.

O Sr. :- Quero complementar que isso foi aprovado na semana passada na a Anatel, mas a ementa final da aprovação só foi publicada anteontem. Foi quando tivemos acesso ao que foi aprovado, ao que poderemos usar. E estamos em conjunto com a Vivo para buscar as melhores soluções, isso envolve as duas operadoras. A partir da leitura dessa ementa, de todos os descritivos que foram aprovados... Então só temos 48 horas de acesso ao que realmente foi aprovado.

O Sr. Joseildo Ramos:- Ainda na linha da preocupação que envolve a pergunta do nobre deputado presidente Paulo Azi, veja, suponho que a

Claro- remontando ainda a questão da licitação- tivesse que ser obrigada a fazer uma coisa que não seria boa principalmente para a imagem. A imagem no conjunto das operadoras, vocês sabem disso, não é boa perante o consumidor geral. A imagem é a pior possível. Vocês são detentores, sem dúvida alguma, do maior nível de insatisfação dos prestadores de serviços. Vocês terão que tomar providências para poder mudar isso que é fato.

Imagino que vocês teriam um problema enorme, se entrassem naquela situação de atender conforme consta no edital da licitação de junho de 2012, considerando a frequência e aquele raio de 30 km. Seria um desconforto enorme para a Bahia, que teria no conjunto de usuários de terceira ou quinta categorias e para a imagem de vocês.

Quero me associar a esse sentimento de vocês que também é compartilhado pela própria Anatel- em uma conversa que tivemos. Baseado nisso vem uma informação importante e interessante, que trata de um possível compartilhamento de frequência adequada daquelas que vocês solicitaram para que fosse autorizada.

Nós aqui levamos a Assembleia Legislativa para todas as regiões do estado da Bahia, nas suas principais cidades. O que temos visto com relação ao usuário nos traz uma responsabilidade imensa. Chegamos ao ponto de dizer que a situação é lamentável, já histórica. O problema é drástico. Então, inclusive, vocês precisam andar na rua com equipamentos de proteção, pois se vocês forem identificados como de operadoras, correrão alguns perigos, uns mais outros menos. É uma sugestão.

Com base nisso, vamos falar de nós. Temos 27 territórios de identidade. Você acabou de dizer agora que está aberto a sugestões. Todos os deputados da CPI, a própria Anatel, na última vez que esteve aqui, compartilhamos essa nossa agonia.

Temos 27 territórios de identidade e em cada um deles há uma cidade polo, que já tem nas diversas frequências operadoras, principalmente a Vivo e vocês, que agora estão em uma faixa de frequência que podem atender.

Queremos saber se vocês aceitam uma sugestão da CPI para irem além. Parece que os investimentos necessários não são de outro mundo, em função do trabalho que vocês já dispõem- parece que isso passa a ser algo

pacífico e pode melhorar a imagem de vocês. Se vocês estão abertos para costurarmos um acordo, para que possamos levar o sinal para a zona rural nos 27 territórios de identidade- que não será nenhuma panaceia do ponto de vista dos investimentos, pelo que temos de informações de vocês próprios. Vocês topam? Vocês estão abertos?

A pergunta é para vocês e a Anatel também pode contribuir na resposta.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Só complementando a fala do deputado Joseildo, nobre relator desta Comissão, V.Sªs apresentaram um quadro a esta Comissão, chegou no dia de ontem, em que nos informam que 160 municípios do Estado da Bahia ainda não são cobertos pela operadora Claro. E aí a pergunta é a seguinte: V.Sªs têm a obrigação de, em função da licitação que fizeram, ao final de 2015, prover a zona rural de todos os municípios da Bahia de cobertura do sinal.

Imagino que no momento em que a zona rural do município for atendida, a sede que hoje não é também será, porque senão vamos chegar na situação esdrúxula de ter a zona rural atendida e a sede não. Só para nos certificar dessa informação.

O Sr. Fulano de tal:- Bom, deputado, vamos por partes.

Com relação à proposta do nobre deputado, a gente está aberto a receber essas iniciativas, sim, vamos estudar cada uma delas, submeter também à avaliação do órgão regulador, da Anatel, porque é importante, e a gente nada pode executar sem o conhecimento e a aceitação por parte da Anatel, que é o representante do Poder Público nesse caso das operadoras, e caso estejamos tecnicamente viabilizados, a Anatel de acordo, temos todo o interesse.

A gente entende que essas CPIs itinerantes, deputado, e aí, eu gostaria de parabenizar esta casa pela realização dessas CPIs, apesar da sugestão de V.Exª de a gente sair com equipamento de proteção, nós temos marcado presença em todas elas, efetiva presença, e temos gerado relatórios com relação a essas CPIs, para que a gente trabalhe os pontos levantados pela população nessas CPIs itinerantes, porque é de suma importância serem atendidas as demandas da população.

E se, nesse caso, os 27 territórios de identidade, de fato, são a demanda dos representantes dessa população que está nesta Casa, e se isso o for e estiver de acordo com a legislação vigente no País, com o órgão regulador e com a solução técnica viável para a gente, nós não temos nenhuma objeção, nobre deputado. Nós estaremos, sem dúvida nenhuma, recebendo, de braços abertos, essa sugestão de V.Exª.

O Sr. RELATOR(Joseildo Ramos):- O Dr. Fernando que sempre se mostrou atento e solícito aqui em relação às nossas manifestações, eu gostaria de ouvi-lo perante isso, obviamente que é uma palavra ainda muito preliminar sobre esse tema, mas eu queria saber qual a posição da Anatel sobre esse acordo que pretendemos alinhavar aqui.

O Sr. Fernando:- Primeiro, acho a proposta altamente interessante. Acho que atendendo essas 27 regiões, principalmente os municípios polos, acho que arrefece um pouco o clamor da população interiorana, isso eu não tenho dúvida.

E por parte da Anatel-Bahia, claro que nós fazemos um trabalho conjunto com a sede, junto à superintendência responsável, para a aprovação dessas localidades. Na verdade, quem vai determinar as localidades é a Claro. É ela que tem o poder, é ela que decide quais as localidades vai atender. Naturalmente, atendendo ao pedido desta CPI, a Anatel não tem nada a se opor.

O Sr. (…) :- Eu gostaria que a Claro tornasse mais clara essa solicitação, porque entendo que a operadora tem a obrigação de atender 100% das localidades atendidas no raio de 30Km . Isso, evidentemente, abrange os 27 territórios.

O Sr. PRESIDENTE(Paulo Azi):- A proposta é para que a Claro privilegie nesse início de novo momento, de instalação de atendimento das zonas rurais dos municípios, os 27 municípios sedes dos territórios. Entendeu? Não é que ele vá deixar de atender aos outros, é que privilegia os 27 municípios sedes nos diversos...

O Sr. Fulano de tal:- Priorizar as 27 sedes no território.

O Sr. PRESIDENTE(Paulo Azi):- Antecipar o cronograma de atendimento dessas localidades.

O Sr. Joseildo Ramos:- Apenas para não esquecer, na linha dessa preocupação que Robério teve e que você falou, Paulo. Veja: além dos municípios-sede, lembre-se que tem o cronograma – junho está aqui. Alguns municípios já estão cobertos, portanto, não vai haver esforço nenhum. A imagem das operadoras está lá, no lixo. Tem uma CPI que pode produzir algo que traduza em conforto para essa população usuária que, até então, está aí pedindo socorro e às vezes não encontra, mas é outra questão.

Então, acho que temos uma oportunidade ímpar, mas não apenas o município-sede. Não apenas. Porque tem aí, Robério, dezembro de 2014. E como a licitação é feita de uma maneira global, ou seja, não é por Estado, então, a Bahia poderia dar um salto a par da sua preterição que está evidenciada neste instante. Então, saltaremos de uma condição da Bahia preterida para que a Bahia seja minimamente respeitada no resultado, a partir do trabalho conjunto, sinérgico da CPI com a Anatel e com as operadoras.

O Sr. :- O fato é que, agora em junho, o ideal para o Estado seria termos atendido no mínimo 30% das localidades, vamos ficar muito aquém disso. E em dezembro, precisaríamos já chegar a 60%, pelo menos buscar até dezembro atingir os 60%.

O Sr. Paulo Azi :- O entendimento é que nós possamos perseguir essa meta, mesmo sabendo que a operadora... como ela pode cumprir essa meta atendendo a outros Estados, não estaria obrigada a atender o Estado da Bahia nos sessenta. Então, o nosso desejo é perseguir essa meta e sermos, Dr. Dax e Dr. Fábio, parceiros nessas iniciativas e nessas definições de prioridades.

Esse é o nosso desejo, o nosso objetivo, porque acho que assim podemos estar contribuindo e dando uma resposta à população que tanto tem nos cobrado.

Passo a palavra para que vossa senhoria possa concluir as nossas solicitações.

O Sr. :- Seria uma priorização mesmo e é disso que estamos falando, sem dúvida, de analisarmos tecnicamente se o atendimento desses 27 territórios de identidade será possível fazer isso tecnicamente e expor esse projeto para a Anatel. O interesse total é nosso. Logicamente que é nosso, mas

precisamos ainda de avaliação técnica que nós certamente vamos fazer. Temos, sem dúvida nenhuma, interesse nessa parceria, em fazer isso acontecer, temos interesse na participação desta Casa na definição dessas prioridades, e, sem sombra de dúvidas, se é um pleito da população, um pleito popular que essas cidades sejam atendidas como prioridade, nós vamos avaliar tecnicamente e o que for possível tecnicamente ser atendido será.

Então, esse foi um questionamento. Teve o questionamento do investimento também... (Manifestação fora do microfone.) Das sedes, não é? Não , das 160, está anotado aqui, 160 ainda não cobertos. Dos investimentos a que o deputado se referiu, temos hoje a Bahia representando cerca de 9% dos clientes da Claro – entre 8 a 9% –, e o investimento na Bahia é sempre acima desse percentual. Por que isso também muitas vezes não fica explícito, nobre deputado? Porque muitas das implementações que requerem investimento são nacionais. Por exemplo, a compra de uma licença ou a participação de uma licitação, se investe um valor tal e esse valor se reverte em benefício para todos os Estados da federação ou senão para parte deles. Então, esses valores também são investimentos diretos no Estado da Bahia. Quando se coloca uma transmissão, uma central, um elemento de rede que atenda todas os Estados ou atenda mais de um Estado, isso também, apesar de o investimento muitas vezes não ser visto, ele é um investimento para a Bahia. E sempre, até por uma característica da nossa população que inclusive é interessante relatarmos aqui, sempre a Bahia esteve como um dos Estados do Brasil em que mais cresce o tráfego de telefonia celular dentro das operadoras.

Então nós temos também aqui neste Estado esse crescimento, que é acelerado em relação ao País, do uso da nossa rede e, portanto, requer um investimento maior do que o percentual de clientes que temos, deputado. Espero ter respondido a sua pergunta.

Com relação às 160 sedes municipais ainda não cobertas pela Claro, é óbvio que temos aí várias iniciativas de investimento, de crescimento. Temos essa demanda para ser atendida em 2015 com cobertura obviamente para as sedes dos municípios. Seria uma excrescência ter uma cobertura na zona rural, e não tê-la nas sedes dos municípios. Isso para nós é uma questão comercial, até. Imagine não ter a cobertura nas sedes dos municípios se ela já

vai chegar no limite do município! Isso não é para nós viável, não é essa a demanda que estamos trabalhando para atender. A demanda que estamos trabalhando para atender é, de fato, cobrir as sedes dos municípios além da zona rural, de alguma forma. Então, isso será parte do projeto. E, óbvio, os prazos foram estabelecidos na licitação e serão atendidos nacionalmente.

Com relação à última pergunta que o nobre deputado fez, também queria acrescentar que esses municípios ainda não cobertos não fazem, nunca fizeram parte de outra meta da Claro em relação à cobertura. Eles fazem parte da meta de licitação feita agora com a banda larga rural. Mas todas as metas que nós recebemos de cobertura em sedes municipais foram entregues. Então, esse é um dado. É importante que salientemos também que, em todas as medições da Anatel feitas no Estado da Bahia, a Claro foi a única operadora que atendeu a 100% dos seus indicadores.

Portanto, isso pra nós é trabalho para reverter os danos de imagem a que o nobre deputado muito pertinentemente se referiu. Pretendemos cada vez mais trabalhar na qualidade dos nossos serviços e na qualidade também das contas - como foi falado -, da cobrança, da explicação. A sugestão de fazermos uma campanha de esclarecimento em relação à tarifação está aceita. Será feita, e os senhores vão ter a oportunidade de recebê-la. Vamos igualmente trabalhar no atendimento porque ele, sem dúvida, faz parte da qualidade do serviço. Então rede, atendimento e tarifação. Esses drives serão trabalhados, deputado, para que no curto, médio e longo prazos tenhamos uma outra imagem diante do nosso cliente, que, sem dúvida nenhuma, sempre nos deu um retorno muito bom nas nossas iniciativas comerciais no Estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Agradeço as considerações do Dr. Dax e a presença do Dr. Fábio e do João.

O Dr. Robério quer se pronunciar? Pois não.

O Sr. ROBÉRIO RONALD:- Gostaria de ter um esclarecimento da Claro, que estendo também à Anatel, o qual se origina no seguinte: a Vivo é a operadora que atualmente tem a concessão para usar a frequência de 800 mega-hertz no Estado da Bahia. Ela tem essa concessão, mas não a obrigação formal de atender a zona rural, como a Claro tem. Hoje, tomamos

conhecimento de que a Anatel liberou o uso dessa frequência para a Operadora Claro. Evidentemente, essa questão necessita de um entendimento entre essas duas operadoras, inclusive com a intermediação da Claro. Se isso não for feito a contento e a tempo, com certeza o programa nosso vai ser mais atrasado ainda. Qual é a situação atual dessa questão?

O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Aí é Dr. Rebouças.

O Sr. FERNANDO ORNELAS:- A Anatel, antes de tomar qualquer posicionamento, analisa o impacto que poderá ser causado por esse compartilhamento de frequências. A partir do momento em que a Agência tem esse conhecimento e acha que é viável a liberação, automaticamente ela é colocada para a apreciação do Conselho Diretor, que aprova ou não a decisão tomada pela Superintendência.

O Sr. .....:- Queria complementar, pois é importante deixar claro para V.Exªs e todos os outros que estão aqui o seguinte: quando falamos que a Agência Nacional de Telecomunicações aprovou esse compartilhamento, quero deixar bem claro que a Anatel impôs algumas condicionantes que foram diferentes da nossa proposta original, então, todo o nosso estudo que fizemos para fazer a proposta vai ter que ser refeito, porque pedimos uma coisa, a Anatel aprovou, mas não foi bem exatamente o que pedimos. Dentro desse novo formato que a Anatel nos permitiu, vamos ter que recomeçar o nosso estudo de engenharia para ver de que maneira vai ser feito esse compartilhamento. Então, é bom deixar claro que a Anatel não aprovou exatamente o que a Claro e a Vivo pediram, ela impôs algumas condicionantes, e isso dá um impacto econômico muito grande nessa aprovação. Que fique claro que há algumas coisas novas nessa decisão que têm de ser reestudadas para começar esse trabalho de compartilhamento.

O Sr. :- Essas condicionantes alteram a dimensão da cobertura originalmente prevista, altera a quantidade de localidades a ser atendida, há algum impacto que reduza o benefício que a sociedade espera desse projeto de vocês?

O Sr. :- Não podemos falar porque estamos estudando isso ainda, mas, efetivamente, não foi exatamente o que pedimos. Houve algumas condicionantes que estamos estudando, nada que impeça a realização dos

serviços, mas é um quadro um pouquinho diferente do que foi pleiteado, isso é importante deixar claro.

A dimensão desses condicionantes, realmente, ainda estamos avaliando para poder trabalhar isso, tanto que é importante vocês olharem na internet algumas reportagens sobre esse compartilhamento, as matérias falam que aprovaram, mas falam em condicionantes, então tudo que acrescenta um fato novo, um dado novo, temos que parar, reestudar, porque isso envolve engenharia e é uma coisa muito complexa.

O Sr. :- Isso automaticamente envolve a fiscalização também.

O uso inadequado dessas faixas, automaticamente, cai na fiscalização e teremos que calcular.

O Sr. :- E aí gera multas, então para tudo tem que ser feito um estudo.

Graças a Deus o Brasil é um País em que a agência regula muito o setor, e isso para o lado do consumidor é muito positivo, porque a agência olha passo a passo cada ato das empresas. E ao estudar isso, vamos poder ter um novo quadro, mas a nossa expectativa é de que possamos aproveitar o que foi aprovado.

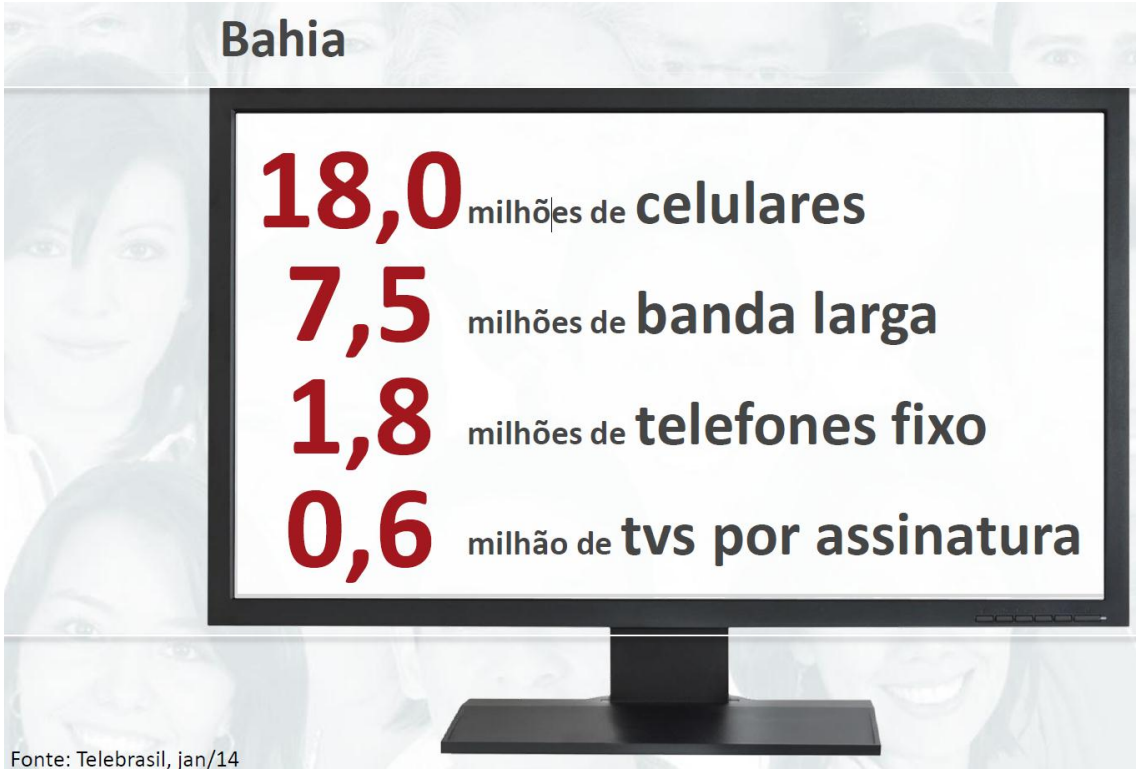
O Sr. PRESIDENTE (Paulo Azi):- Para concluir, agradeço a presença de todos, solicito ao Dr. Thyers, que é o assessor jurídico desta comissão, que siga essas informações, para que possamos também ter conhecimento dessas alterações que foram feitas, objeto desse contrato.

Solicito à Secretaria da Mesa que oficie à Vivo para que possa ser inquirida na própria reunião da CPI, fazendo com que o horário da próxima quarta-feira seja às 9 horas, com a oitiva da operadora Vivo nesta Casa.

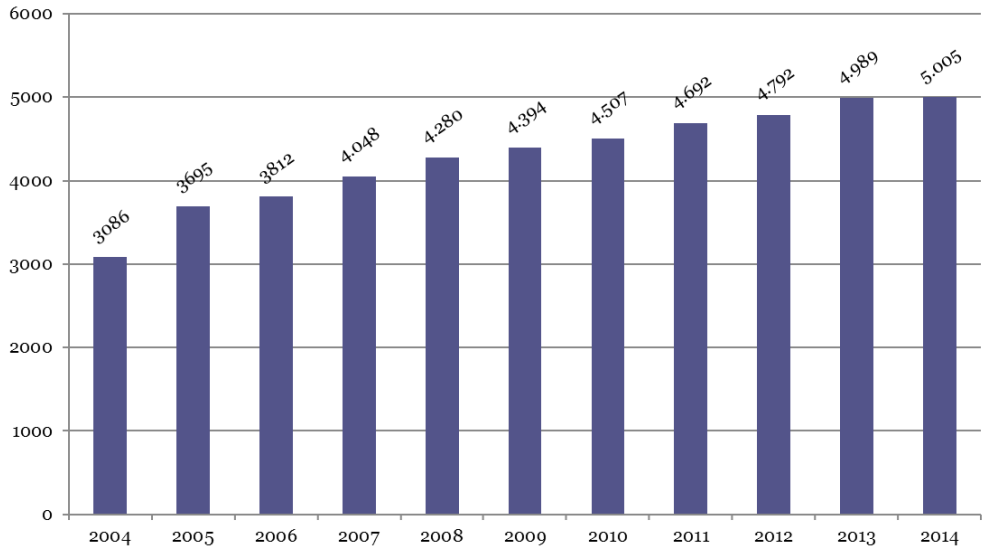
Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a sessão.

8. DADOS INFORMATIVOS DA BAHIA

Segundo dados de janeiro de 2014 da ANATEL e do Sinditelebrasil, a Bahia possui **18 milhões de telefones celulares, 7,5 milhões de usuários de Banda Larga, 1,8 milhões de telefones fixos e 600 mil usuários de TV por Assinatura.**


Bahia
18,0 milhões de celulares
7,5 milhões de banda larga
1,8 milhões de telefones fixo
0,6 milhão de tvs por assinatura
Fonte: Telebrasil, jan/14

Quantidade de Localidades atendidas com Telefonia Fixa – BAHIA



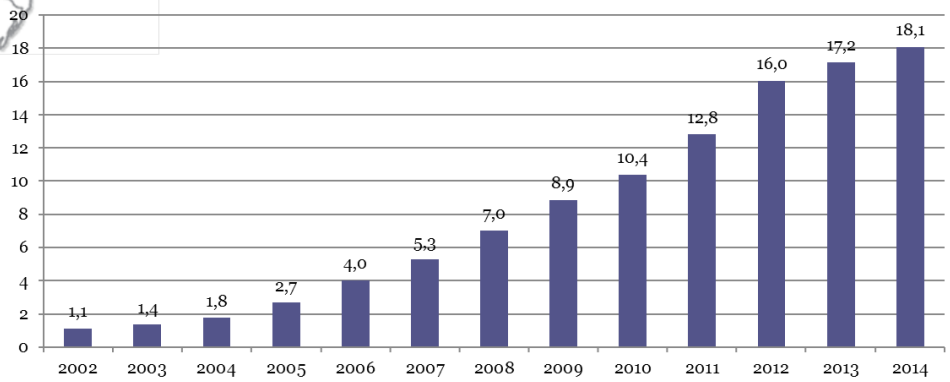
Fontes de informações:
1998: arquivos da gerência
2003 - 2007: Sistema SGOU
2007 - 2012: Sistema SGMU

Panorama Brasil – Evolução Acessos SMP



Cobertura
de 100% dos municípios

Acessos em operação Bahia (milhões)

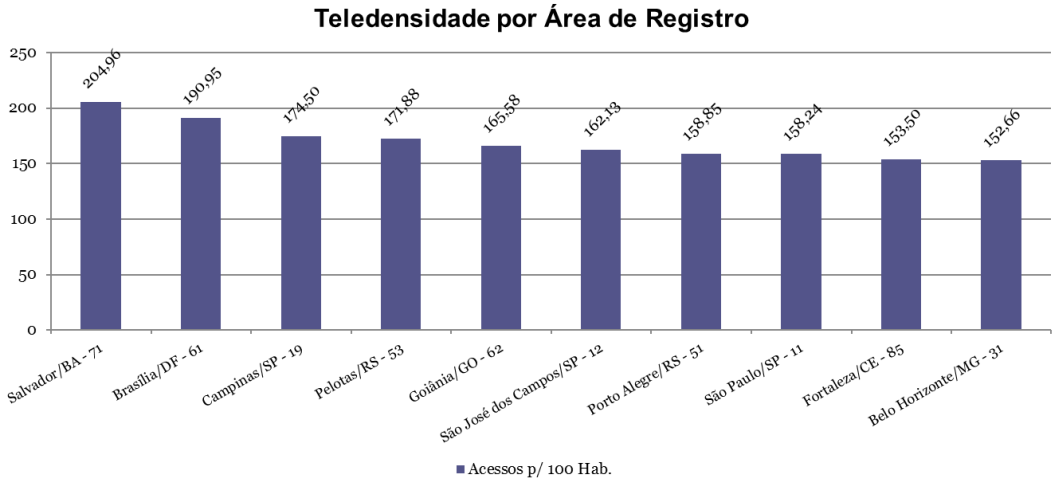


TELEDENSIDADE – TELEFONIA MÓVEL

SALVADOR É A CIDADE COM MAIOR NÚMERO DE TELEFONES POR HABITANTES DO BRASIL.

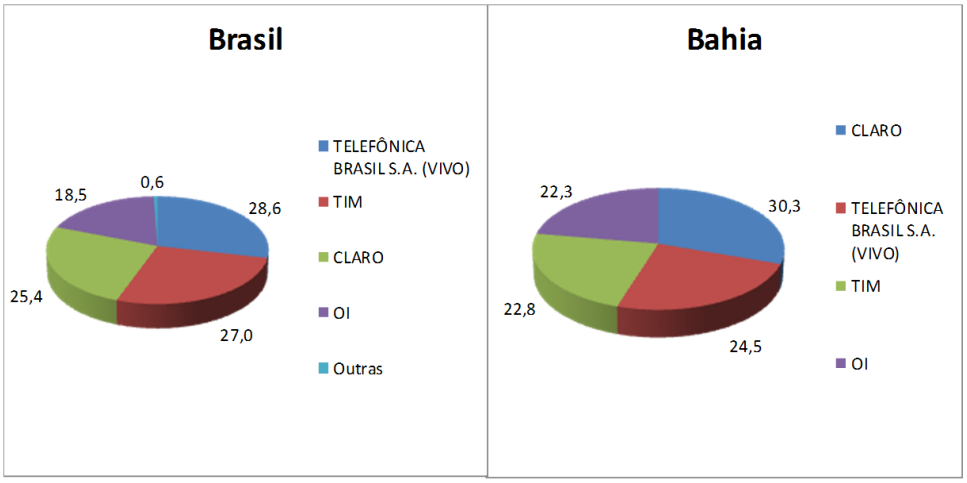
Panorama da Teledensidade

Ranking – Os 10 maiores



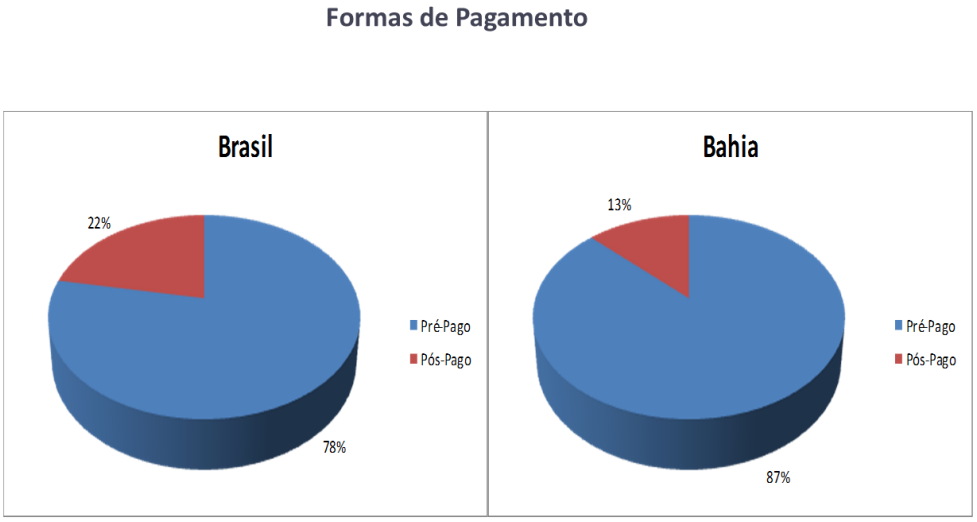
MERCADO NO BRASIL E NA BAHIA

Participação no Mercado - SMP



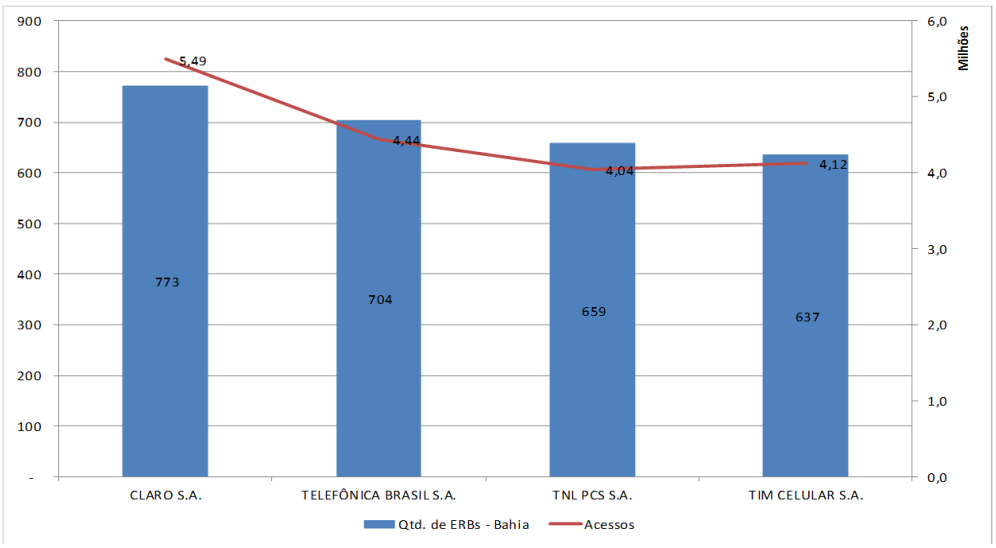
FORMA DE PAGAMENTO

Panorama Planos de Serviço do SMP

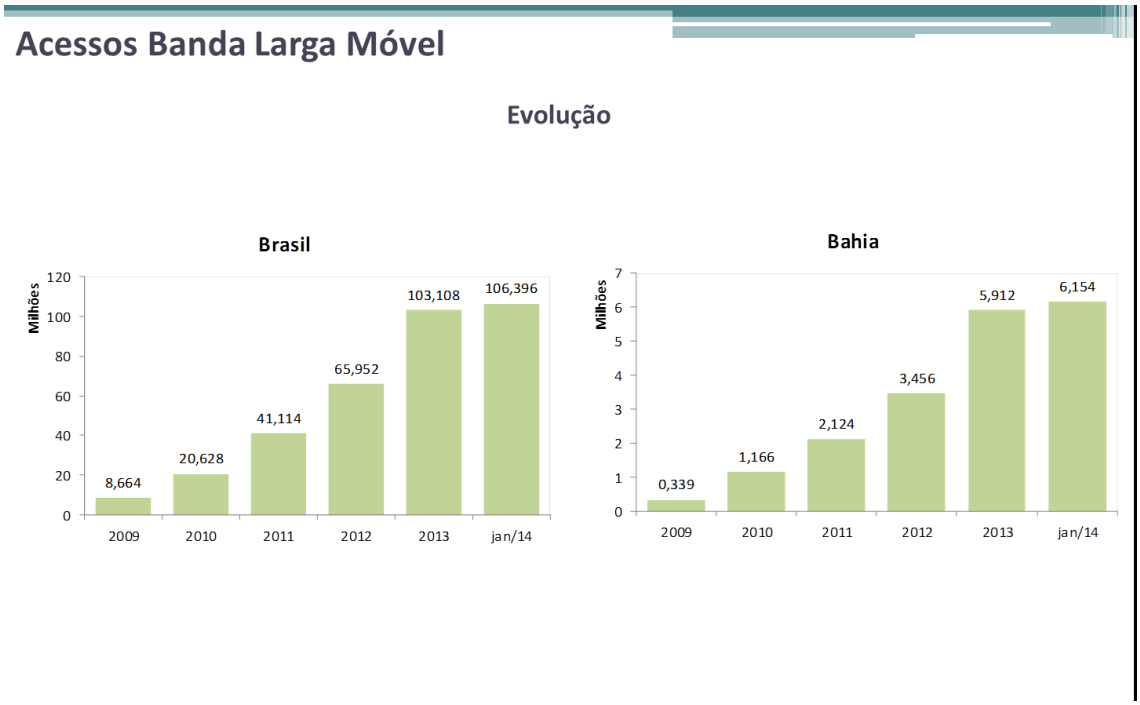


NÚMERO DE ESTAÇÕES RÁDIO BASE (ERBS) NA BAHIA POR OPERADORAS

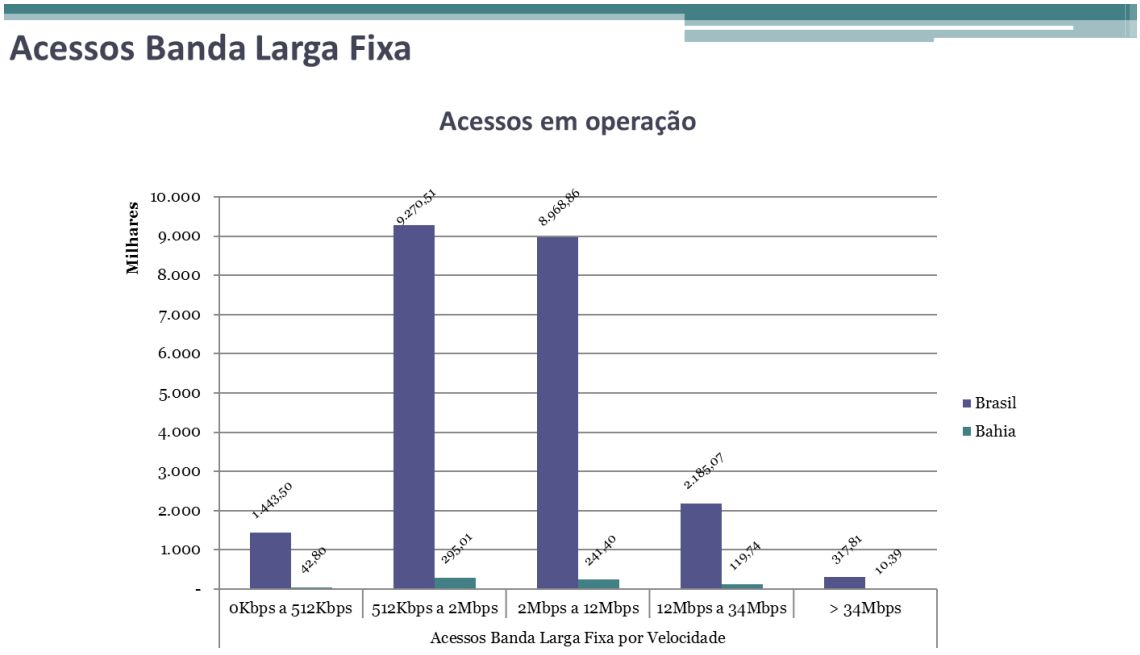
Infraestrutura de Acesso - ERBs



BANDA LARGA MÓVEL NA BAHIA

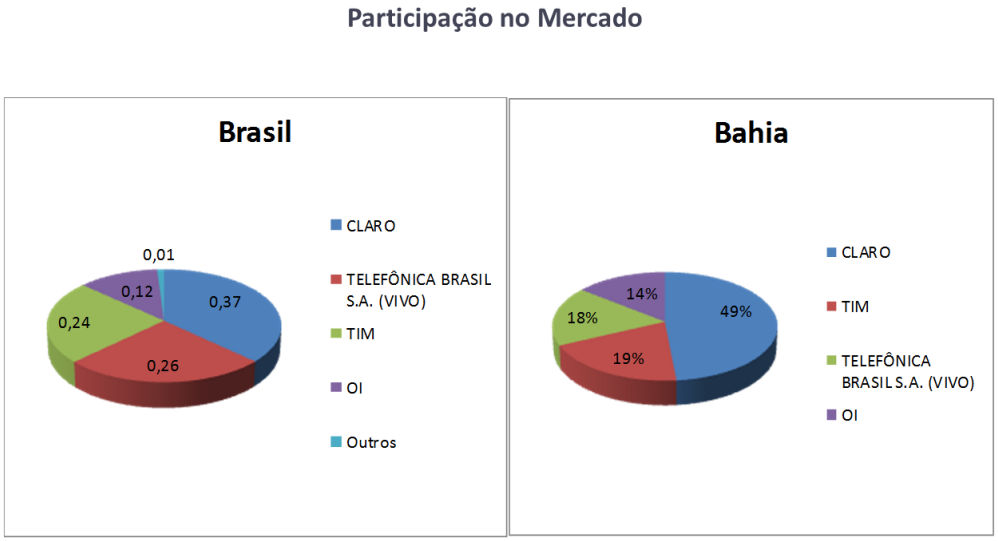


BANDA LARGA FIXA POR VELOCIDADE



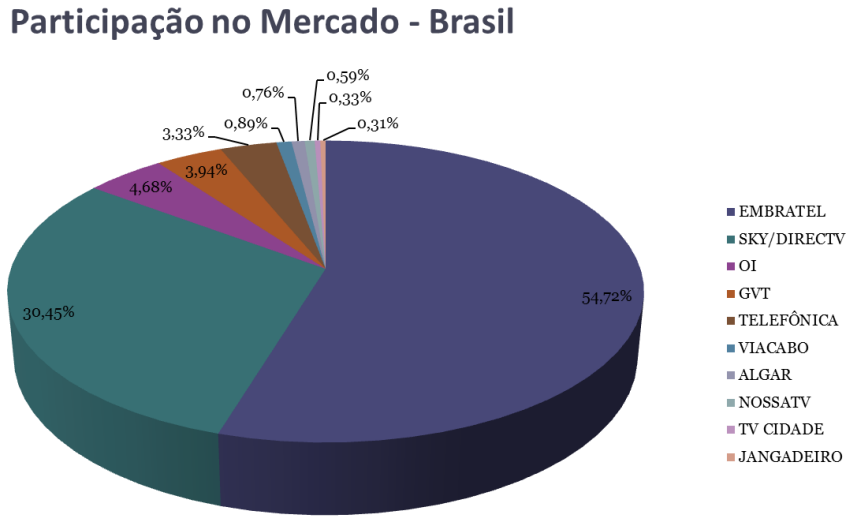
PARTICIPAÇÃO DE MERCADO – BANDA LARGA MÓVEL

Acessos Banda Larga Móvel

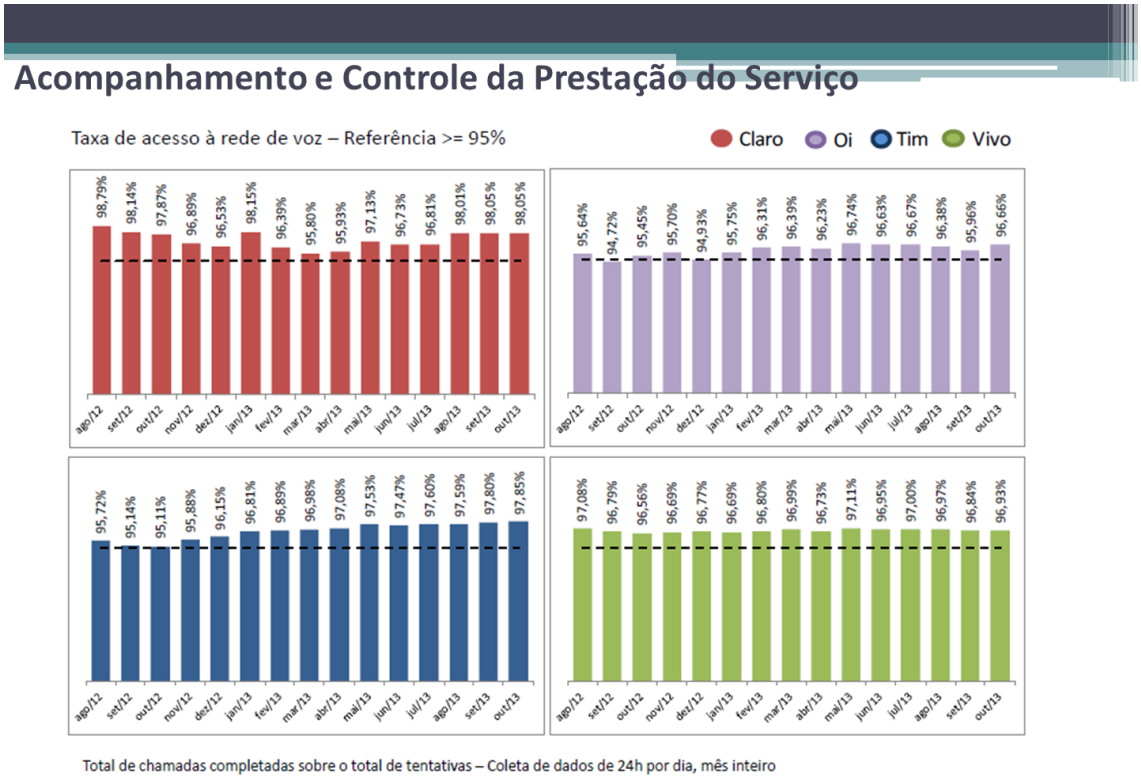


MERCADO TV POR ASSINATURA NO BRASIL

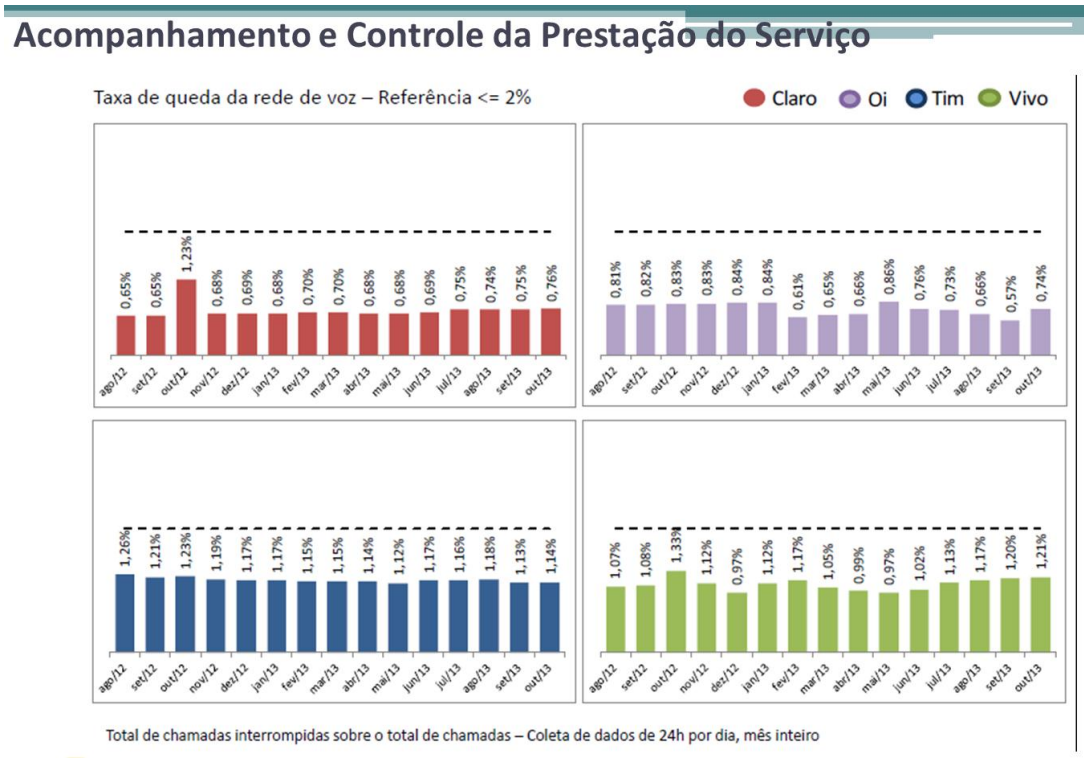
Panorama TVA



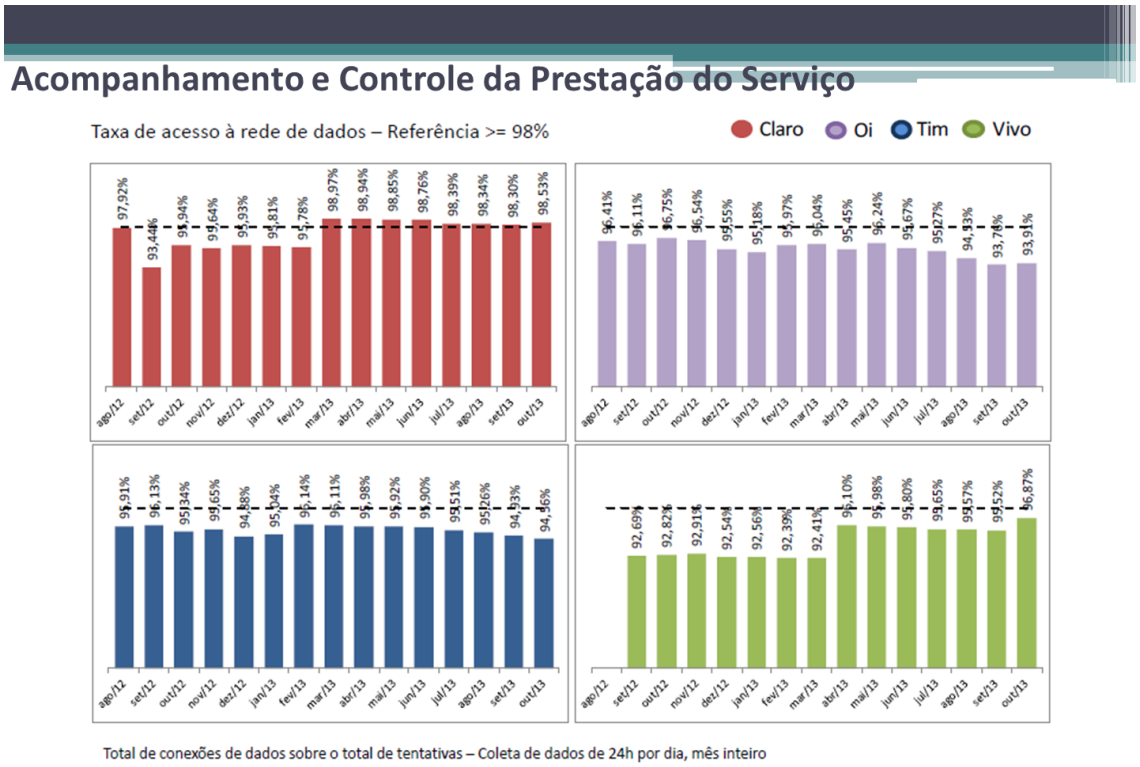
CONTROLE DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - 2013



TAXA DE QUEDA DE VOZ

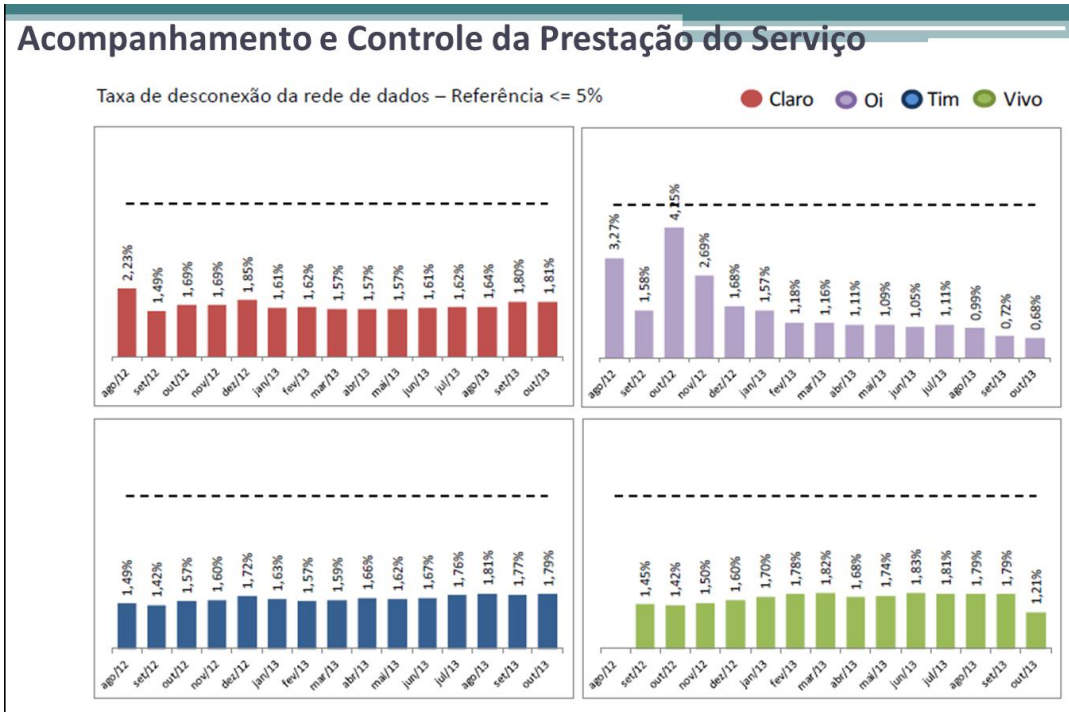

Acompanhamento e Controle da Prestação do Serviço
Taxa de queda da rede de voz – Referência <= 2%
Claro
Oi
Tim
Vivo
0,65% 0,65% 1,23% 0,68% 0,69% 0,68% 0,70% 0,70% 0,68% 0,68% 0,69% 0,75% 0,74% 0,75% 0,76%
0,81% 0,82% 0,83% 0,83% 0,84% 0,84% 0,61% 0,65% 0,66% 0,86% 0,76% 0,73% 0,66% 0,57% 0,74%
1,26% 1,21% 1,23% 1,19% 1,17% 1,17% 1,15% 1,15% 1,14% 1,12% 1,17% 1,16% 1,18% 1,13% 1,14%
1,07% 1,08% 1,33% 1,12% 0,97% 1,12% 1,17% 1,05% 0,99% 0,97% 1,02% 1,13% 1,17% 1,20% 1,21%
ago/12 set/12 out/12 nov/12 dez/12 jan/13 fev/13 mar/13 abr/13 mai/13 jun/13 jul/13 ago/13 set/13 out/13
Total de chamadas interrompidas sobre o total de chamadas – Coleta de dados de 24h por dia, mês inteiro

TAXA DE ACESSO À REDE DE DADOS



Total de conexões de dados sobre o total de tentativas – Coleta de dados de 24h por dia, mês inteiro

DESCONEXÃO DE REDE DE DADOS



Total de queda das conexões de dados sobre o total de conexões – Coleta de dados de 24h por dia, mês inteiro

INDICADORES DE REDE – CAPITAL SALVADOR E FEIRA DE SANTANA

Acompanhamento e Controle da Prestação do Serviço

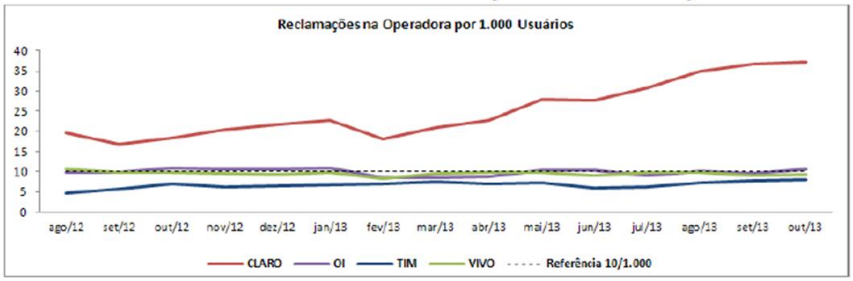
Indicadores de Rede – Capitais e cidades com mais de 300.000 habitantes

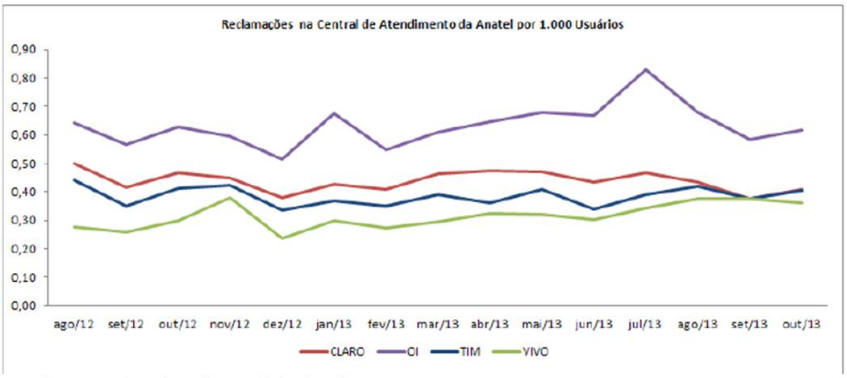
Claro Oi Tim Vivo CTBC SERCOMTEL

	Conexão de Voz			Desconexão de Voz			Conexão Dados			Desconexão Dados		
	ago/13	set/13	out/13	ago/13	set/13	out/13	ago/13	set/13	out/13	ago/13	set/13	out/13
Salvador-BA												
	99,26%	99,31%	99,84%	0,77%	0,75%	0,80%	99,62%	99,70%	99,71%	0,50%	0,55%	0,58%
	99,35%	99,80%	99,53%	0,94%	0,86%	0,89%	97,86%	97,93%	97,34%	0,45%	0,41%	0,38%
	96,57%	96,82%	96,75%	1,58%	1,48%	1,38%	98,00%	97,55%	97,20%	2,40%	2,58%	2,73%
	96,59%	97,20%	96,88%	0,94%	0,93%	0,92%	98,81%	98,88%	98,93%	0,99%	0,96%	0,94%
Feira de Santana-BA												
	99,27%	99,51%	99,77%	1,10%	0,99%	1,25%	99,11%	99,18%	98,95%	0,47%	0,47%	0,50%
	99,49%	99,81%	99,88%	0,72%	0,66%	0,63%	99,29%	99,15%	99,39%	0,94%	0,98%	0,56%
	95,57%	95,14%	95,43%	1,70%	1,78%	1,91%	87,98%	91,07%	89,94%	2,33%	2,51%	2,59%
	96,24%	96,41%	95,90%	1,36%	1,30%	1,34%	98,47%	98,49%	98,21%	1,47%	1,39%	1,30%

ACOMPANHAMENTO E NÚMERO DE RECLAMAÇÕES

Acompanhamento e Controle da Prestação do Serviço





** Considera todos os tipos de reclamações, recebidas de todos os canais.*

CONTROLE DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO - 2014

VOZ - Resultados - 2014:

UF: Bahia								
Prestadora	**Taxa de Conexão de Voz (%) - Referência: >= 95%**							
	jan/14	**fev/14**	**mar/14**	**abr/14**	**mai/14**	**jun/14**	**jul/14**	**ago/14**
Claro	99,49	99,55	99,51	99,28	99,53	99,35	99,28	99,38
Oi	99,07	99,14	98,76	98,12	98,24	98,07	98,12	98,88
Vivo	93,72	94	93,3	93,6	95,59	96,58	97,1	97
Tim	93,62	93,39	94,36	94,3	93,89	94,46	95,22	96,7

UF: Bahia								
Prestadora	**Taxa de Desconexão de Chamada de Voz (%) - Referência: <= 2%**							
	jan/14	**fev/14**	**mar/14**	**abr/14**	**mai/14**	**jun/14**	**jul/14**	**ago/14**
Claro	0,88	0,95	1,05	1,13	1,39	1,05	1,14	1,3
Oi	0,89	0,71	0,71	0,66	0,64	0,65	0,66	0,65
Vivo	1,63	1,63	1,65	1,66	1,6	1,63	1,64	1,72
Tim	1,46	1,43	1,39	1,46	1,52	1,41	1,52	1,58

DADOS - Resultados - 2014:

UF: Bahia								
Prestadora	**Taxa de Conexão de Dados (%) - Referência: >= 98%**							
	jan/14	**fev/14**	**mar/14**	**abr/14**	**mai/14**	**jun/14**	**jul/14**	**ago/14**
Claro	99,14	99,32	99,09	99,11	99,12	99,1	98,94	98,99
Oi	97,7	97,42	96,52	96	95,73	95,47	95,31	95,3
Vivo	97,2	97,18	97,01	96,73	96,81	96,39	95,8	95
Tim	91,77	92,42	91,92	91,89	91,95	92,54	93,25	94,09

UF: Bahia								
Prestadora	**Taxa de Queda de Conexão de Dados (%) - Referência: <= 5%**							
	jan/14	**fev/14**	**mar/14**	**abr/14**	**mai/14**	**jun/14**	**jul/14**	**ago/14**
Claro	0,71	0,73	0,8	0,86	0,8	0,96	0,96	0,79
Oi	0,44	0,54	0,6	0,6	0,65	0,68	0,74	0,79
Vivo	1,21	1,43	1,47	1,63	1,66	1,83	2,04	2,35
Tim	2,62	2,74	2,96	2,74	2,83	2,57	2,44	2,45

DADOS 2G - Resultados - 2014:

UF: Bahia								
Prestadora	Taxa de Conexão de Dados - 2G (%) - Referência: >= 98%							
	jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14
Claro	99,17	99,38	99,13	99,13	99,13	99,11	98,97	98,99
Oi	97,94	97,54	96,66	96,16	95,77	95,47	95,28	95,3
Vivo	97,15	97,12	96,94	96,66	96,75	96,34	95,71	94,89
Tim	90,68	91,22	90,59	90,59	90,64	91,35	92,13	92,94

UF: Bahia								
Prestadora	Taxa de Queda Conexão de Dados - 2G (%) - Referência: <= 5%							
	jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14
Claro	0,65	0,63	0,67	0,69	0,73	0,75	0,74	0,77
Oi	0,43	0,54	0,6	0,6	0,65	0,67	0,74	0,78
Vivo	1,37	1,29	1,28	1,49	1,45	1,59	1,82	2,05
Tim	2,58	2,72	3,05	2,71	2,7	2,41	2,24	2,22

DADOS 3G - Resultados - 2014:

UF: Bahia								
Prestadora	Taxa de Conexão de Dados - 3G (%) - Referência: >= 98%							
	jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jul/14	jul/14	ago/14
Claro	98,45	94,01	96,59	97,7	97,75	98,15	96,57	97,7
Oi	89,4	93,52	91,3	87,44	91,79	94,38	99,53	95,89
Vivo	98,49	98,66	98,73	98,65	98,21	97,79	97,83	97,36
Tim	98,07	98,56	98,32	97,66	97,88	98,2	98,41	98,9

UF: Bahia								
Prestadora	Taxa de Queda Conexão de Dados - 3G (%) - Referência: <= 5%							
	jan/14	fev/14	mar/14	abr/14	mai/14	jun/14	jul/14	ago/14
Claro	1,96	8,12	9,35	10,67				

9. DAS DENÚNCIAS E RECLAMAÇÕES
9.1 DA CPI ITINERANTE

Quadro Geral de Reclamações colhidas durante a Comissão Parlamentar de Inquérito de Telefonia em sua etapa Itinerante

3. Sua localização na cidade é:

ZONA URBANA	**ZONA RURAL**
TOTAL: 584	TOTAL: 28

4. Quantas linhas de telefonia móvel você possui?

UMA	DUAS	TRÊS	QUATRO	MAIS DE QUATRO	NENHUMA
141	282	129	58	29	09

5. Quantas linhas de telefonia fixa você possui?

UMA	DUAS	TRÊS	QUATRO	MAIS DE QUATRO	NENHUMA
172	58	10	03	05	225

6. Qual destes problemas é mais frequente na sua linha telefônica? (É possível marcar mais de uma opção se for o seu caso)

Linha Ocupada	Linha Fora de Área	Créditos descontados indevid.	Cobranças Indevidas	Queda ou baixa velocidade	Publicidade	SAC	SMS	Inclusão da sua linha em...	Outros
210	409	47	220	341	156	139	87	152	73

7. Qual o seu nível de satisfação com o atendimento das operadoras quando você quer fazer uma reclamação em loja física?

Péssimo	**Ruim**	**Regular**	**Bom**	**Ótimo**
358	129	111	14	03

8. Qual o seu nível de satisfação com o atendimento das operadoras quando você quer fazer uma reclamação por contato telefônico (Call Center)?

Péssimo	**Ruim**	**Regular**	**Bom**	**Ótimo**
374	160	72	11	02

9. Qual o seu nível de satisfação na resolução do problema reclamado?

Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo
309	176	106	10	02

10. Quando a reclamação é referente ao valor de sua conta, a operadora resolve de forma satisfatória?

Sim	Não	Às vezes
101	398	71

11. Existe ou existiu cobrança por serviços não contratados em sua conta? Em caso de resposta afirmativa é possível anexar os documentos a este questionário.

Sim	Não
233	334

12. Qual a operadora de internet que você utiliza em sua residência?

Oi	GVT	NET	OUTRAS	NENHUMA
284	25	27	142	109

13. Qual o seu nível de satisfação com a qualidade do sinal de sua internet fixa?

Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo
178	99	147	43	05

14. Você usa sua linha móvel para acessar a internet?

Sim	Não
349	227

15. Qual o seu nível de satisfação com a qualidade do sinal de internet móvel?

Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo
236	139	92	20	01

16. Você possui contrato de TV por assinatura? Em caso de resposta afirmativa, qual a operadora?

OI	SKY	CLARO TV	GVT	NET	OUTRAS
21	145	72	05	03	47

17. Qual o seu nível de satisfação com o serviço de TV por assinatura?

Péssimo	Ruim	Regular	Bom	Ótimo
37	35	100	72	23

18.Você já fez alguma denúncia ao Procon sobre a telefonia móvel, fixa, internet ou TV por assinatura?

Sim	Não
110	439

19. O problema foi resolvido com satisfação?

Sim	Não	Às vezes
33	294	42

OPERADORAS MENCIONADAS

CLARO	VIVO	TIM	OI
103	113	102	197

9.2 – DO SITE OFICIAL

MAPA DAS RECLAMAÇÕES RECEBIDAS ATRAVÉS DO SITE DA CPI DA TELEFONIA

Telefonia Móvel	Claro	Oi	Tim	Vivo	Net	GVT	SKY
Ausência de Sinal	06	03	06	12			
Qualidade de Ligação	06		04	03			
Qualidade do 3G	05		01	05			
Crédito e Cobrança	04			02			
Atendimento	01		01	01			
Telefone e Internet Fixa							
Qualidade de Ligação	01						
Baixa Velocidade	01	06		01		01	
Cobrança	01	01					
Falta de estrutura para Internet		02					
Atendimento		03					
TV por Assinatura							
Ausência de sinal							01

MAPA GERAL DE RECLAMAÇÕES ÚNICAS RECEBIDAS ATRAVÉS DO SITE DA CPI DA TELEFONIA

	Claro	Oi	Tim	Vivo	Net	GVT	SKY
Quantidade geral	24	15	12	24		01	01

MAPAS DETALHADOS POR MUNICÍPIO

Município: Camaçari

Telefonia Móvel	Claro	Oi	Tim	Vivo	Net	GVT
Qualidade de Ligação				01		
Qualidade do 3G				01		

Município: Feira de Santana

Telefonia Móvel	Claro	Oi	Tim	Vivo	Net	GVT
Ausência de Sinal	02		01			
Qualidade de Ligação	02					
Qualidade do 3G			01			
Crédito e Cobrança	01					
Telefone e Internet Fixa						
Baixa Velocidade	01	01				
Atendimento		01				

Município: Jaguararipe

Telefonia Móvel	Claro	Oi	Tim	Vivo	Net	GVT
Ausência de Sinal	01		01			

Município: Curaçá

Telefonia Móvel	Claro	Oi	Tim	Vivo	Net	GVT
Ausência de Sinal				01		
Crédito e Cobrança				01		

Município: São Gonçalo dos Campos

Telefonia Móvel	Claro	Oi	Tim	Vivo	Net	GVT
Qualidade de Ligação	01					
Qualidade do 3G	01					

Município: Belo Campo

Telefonia Móvel	Claro	Oi	Tim	Vivo	Net	GVT
Ausência de Sinal		02		06		
Qualidade de Ligação				01		

Município: Vitória da Conquista

Telefone e Internet Fixa	Claro	Oi	Tim	Vivo	Net	GVT
Cobrança		01				

Município: Paulo Afonso

Telefonia Móvel	Claro	Oi	Tim	Vivo	Net	GVT
Ausência de Sinal		01	03	01		

Qualidade de Ligação			01			
Telefone e Internet Fixa						
Baixa Velocidade		03				
Falta de estrutura para Internet		02				
Atendimento		01				

Município: Abaré

Telefonia Móvel	Claro	Oi	Tim	Vivo	Net	GVT
Ausência de Sinal				01		

Município: Alagoinhas

Telefonia Móvel	Claro	Oi	Tim	Vivo	Net	GVT
Qualidade do 3G	01			01		

Município: Entre Rios

Telefonia Móvel	Claro	Oi	Tim	Vivo	Net	GVT
Qualidade do 3G				01		
Telefone e Internet Fixa						
Baixa Velocidade				01		

Município: Crisópolis

Telefonia Móvel	Claro	Oi	Tim	Vivo	Net	GVT
Ausência de Sinal				01		
Qualidade do 3G				02		

Município: Santa Rita de Cássia

Telefonia Móvel	Claro	Oi	Tim	Vivo	Net	GVT
Ausência de Sinal				01		

Município: Sem Localidade Declarada

Telefonia Móvel	Claro	Oi	Tim	Vivo	Net	GVT
Ausência de Sinal	03		01	01		
Qualidade de Ligação	03		03	01		
Qualidade do 3G	03					
Crédito e Cobrança	03			01		
Atendimento	01		01	01		
Telefone e Internet Fixa						
Qualidade de Ligação	01					
Baixa Velocidade		02				01
Cobrança	01					
Atendimento		01				

10. Arquivo de Documentos

Os Parlamentares Estaduais da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, imbuídos do firme propósito de investigar as prestadoras de serviços de telefonia móvel, fixa, TV por assinatura e internet, pontualmente nas questões afetas à má qualidade na prestação dos serviços, solicitaram as seguintes informações:

10.1 Dos Documentos Expedidos e Respondidos

A) Fora solicitado da operadora Claro através do ofício 033/14 no dia 27 de maio de 2014 as seguintes informações:

- Evolução das vendas de serviços de telecomunicações no estado da Bahia (telefonia móvel, TV por assinatura e internet), contemplando as vendas ano a ano desde 2010, até o primeiro quadrimestre de 2014 e fatia do mercado que cabe à operadora na prestação dos serviços oferecem;

- Evolução dos investimentos em infraestrutura (indicando as edificações, instalações e equipamentos), visando garantir a qualidade estabelecida pela ANATEL na prestação dos diversos serviços de telecomunicações prestados no mercado baiano;

- Plano de expansão de vendas, além dos investimentos em infraestrutura e modernização tecnológica, para prestação dos serviços de telecomunicações nos padrões de qualidade estabelecidos pela ANATEL.

Em resposta ao ofício em referência, a Operadora Claro informou a base de clientes da empresa, conforme tabela abaixo:

Ano	Clientes na Base
2010	**4.044.218**
2011	**4.894.806**
2012	**5.463.670**
2013	**5.844.243**
2014 (1º quadrimestre)	**5.793.213**

Informou, ainda, que a Operadora Claro se posiciona no mercado baiano com participação de 29,63% (número de maio/14). Em relação à evolução dos investimentos em infraestrutura, visando garantir a qualidade estabelecida pela ANATEL na prestação dos diversos serviços de telecomunicações, apresentou os seguintes dados:

	2010	2011	2012	2013	2014
2G	**R$ 45.752.170**	**R$ 77.509.482**	**R$ 56.822.411**	**R$14.098.465**	**R$ 224.080**
3G	**R$ 18.683.929**	**R$ 11.677.809**	**R$ 9.739.197**	**R$31.138.967**	**R$ 9.845.845**
4G	**-**	**-**	**R$ 147.743**	**R$14.828.476**	**R$ 1.067.849**
Cabo submarino	**-**	**-**	**-**	**R$ 5.965.932**	**R$ 89.448**
Core	**R$ 3.366.709**	**R$ 11.737.379**	**R$ 12.094.103**	**R$ 8.005.194**	**R$ 483.935**
Loja	**-**	**-**	**R$ 652.563**	**R$ 1.766.515**	**R$ 803.962**
OMR	**R$ 555.633**	**R$ 709.187**	**R$ 2.649.345**	**R$ 1.305.009**	**-**
Outros	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Plataformas	**R$ 22.149**	**-**	**-**	**R$ 422.983**	**R$ 68.565**
Transmissão	**R$ 58.652.068**	**R$ 38.617.895**	**R$ 48.078.139**	**R$20.508.346**	**R$ 5.440.402**
Total Geral	**R$127.032.657**	**R$140.251.753**	**R$130.183.503**	**R$98.039.886**	**R$ 18.024.085**

A empresa ressaltou que a projeção de investimentos para a Bahia em 2014 é de R$72.000.000,00, já tendo sido investidos mais de R$ 18.000.000,00

podendo haver alteração no planejamento em função da demora na obtenção das licenças e autorizações pertinentes para a instalação das antenas, decorrente de atraso por parte dos órgãos competentes, e também nos casos fortuitos e de força maior.

Em relação ao plano de expansão de vendas, informou a Cia. que em razão do mercado competitivo no setor das telecomunicações, todo o planejamento para expansão de vendas e novos investimentos são objeto de profundas discussões entre as áreas internas, e não raramente há mudança no planejamento, e, por esta razão deixou de apresentar o plano de expansão de vendas demandado por esta Comissão Parlamentar de Inquérito.

B) Fora solicitado da operadora OI através do ofício 032/14 no dia 27 de maio de 2014 as seguintes informações:

- Evolução das vendas de serviços de telecomunicações no estado da Bahia (telefonia móvel, TV por assinatura e internet), contemplando as vendas ano a ano desde 2010, até o primeiro quadrimestre de 2014 e fatia do mercado que cabe à operadora na prestação dos serviços oferecem;

- Evolução dos investimentos em infraestrutura (indicando as edificações, instalações e equipamentos), visando garantir a qualidade estabelecida pela ANATEL na prestação dos diversos serviços de telecomunicações prestados no mercado baiano;

- Plano de expansão de vendas, além dos investimentos em infraestrutura e modernização tecnológica, para prestação dos serviços de telecomunicações nos padrões de qualidade estabelecidos pela ANATEL.

Em resposta a Operadora OI informou a evolução das vendas ano a ano desde 2010, até o primeiro quadrimestre de 2014, bem como a fatia do

mercado que cabe à operadora na prestação dos serviços oferece, nos seguintes termos:

1. Vendas ano a ano desde 2010, até o quadrimestre de 2014:

Produtos (unidade)	2011	2012	2013	Maio/2014
3G	**19.364**	**31.253**	**18.936**	**6.648**
Controle	**101.329**	**103.183**	**108.934**	**63.158**
Fixo	**175.709**	**187.035**	**147.964**	**52.627**
OI Conta Total	**51.758**	**69.401**	**51.461**	**23.252**
OI TV	**15.761**	**49.715**	**38.484**	**15.523**
Pacote-Dados	**46.462**	**51.223**	**61.634**	**25.930**
Pós-Puro	**32.419**	**59.495**	**46.022**	**25.339**
Pré-Pago	**1.612.116**	**1.567.382**	**1.744.170**	**933.878**
Velox	**142.359**	**153.289**	**137.169**	**51.006**

2. Fatia do mercado que cabe a operadora na prestação do serviço que oferece:

Serviço	Fatia do Mercado (%)
Telefonia Fixa	**66,00**
Telefonia Móvel	**22,60**
TV por Assinatura	**6,18**
Internet (Banda Larga)	**65,19**

Ao responder sobre a evolução dos investimentos em infraestrutura, visando garantir a qualidade estabelecida pela ANATEL na prestação dos diversos serviços de telecomunicação prestados no mercado baiano, a operadora Oi respondeu que no último quadriênio, investiu em infraestrutura um montante na ordem de R$64 milhões.

Em relação ao plano de expansão de vendas, a operadora Oi afirmou que os planos de expansão de vendas e de investimentos em infraestrutura constituem segredos industriais legalmente protegidos.

C) Fora solicitado ANATEL através do ofício 031/14 no dia 27 de maio de 2014 as seguintes informações:

Evolução das vendas de serviços de telecomunicações no estado da Bahia (telefonia móvel, TV por assinatura e internet), envolvendo todsa as operadoras (CLARO, OI, TIM e VIVO) contemplando as vendas ano a ano desde 2010, até o primeiro quadrimestre de 2014 e fatia do mercado que cabe à operadora na prestação dos serviços que oferece;

- Evolução dos investimentos em infraestrutura (indicando as edificações, instalações e equipamentos), visando garantir a qualidade estabelecida pela ANATEL na prestação dos diversos serviços de telecomunicações prestados no mercado baiano;
- Plano de expansão de vendas, além dos investimentos em infraestrutura e modernização tecnológica, para prestação dos serviços de telecomunicações nos padrões de qualidade estabelecidos pela ANATEL.

Em resposta a ANATEL informou que não acompanha a quantidade de vendas das prestadoras, entretanto apresenta a quantidade líquida de acessos em serviço com periodicidade mensal. Segue as informações:

TVS POR ASSINATURA	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014-04**	**PARTICIPAÇÃO**
NOSSA TV	3.811	3.699	4.096	4.813	5.171	0,80%
OI		13.741	47.096	41.684	40.098	6.18%
OUTRAS	25.740	27.813	38.936	24.764	22.716	3,50%
SKY/DIRECTV	149.758	216.259	287.657	302.125	313.525	48,32%
TELMEX (CLARO TV E NET)	85.882	177.922	195.049	211.152	221.585	34,15%
GVT		1.760	23.669	40.255	45.722	7,05%
TOTAL GERAL	**265.191**	**441.194**	**596.503**	**624.793**	**648.817**	**100,00%**

Comunicação Multimídia	**2010**	**2011**	**2012**	**2013**	**2014-04**	**Participação**
OI	291.596	344.654	415.633	445.964	447.942	60,97%
GVT	59.492	93.752	135.354	163.244	172.882	23,53%
TELMEX (EMBRATEL E NET)	19.419	28.087	42.733	54.365	60.608	8,25%
TELEFÔNICA (VIVO)	876	925	950	960	964	0,13%
TELECOM ITÁLIA (TIM)	130	260	276	234	222	0,03%
Outras	27.180	27.785	39.850	44.572	52.047	7,08%
Total Geral	**398.693**	**495.463**	**634.796**	**709.339**	**734.665**	**100,00%**

TELEFÔNIA MÓVEL	2010	2011	2012	2013	2014-04	Participação
NEXTEL				4	13	0,00%
OI	2.839.782	3.701.763	3.838.924	4.011.251	4.121.398	22,60%
TELECOM ITÁLIA (TIM)	2.799.301	3.596.134	3.842.814	4.097.053	4.175.127	22,89%
TELEFÔNICA (VIVO)	3.255.602	4.080.001	4.389.746	4.399.480	4.508.817	24,72%
TELMEX (CLARO)	3.667.306	4.479.133	5.060.229	5.452.348	5.432.345	29,79%
Total Geral	**12.561.991**	**15.857.031**	**17.131.713**	**17.960.136**	**18.237.700**	**100,00%**

STFC (Concessionárias)	2010-12	2011-12	2012-12	2013-12	2014-04	Participação
OI	1.396.988	1.308.283	1.273.932	1.170.912	1.144.461	99,99%
TELMEX (EMBRATEL)	155	132	124	124	128	0,01%
Total Geral	**1.397.143**	**1.308.415**	**1.274.056**	**1.171.036**	**1.144.589**	**100,00%**

STFC (Autorizadas)	2010-12	2011-12	2012-12	2013-12	2014-04	Participação
TELMEX (EMBRATEL)	241.563	288.230	327.143	342.788	347.637	53,18%
GVT	83.543	143.269	192.896	223.526	233.105	35,66%
TELECOM ITÁLIA (TIM)	26.820	35.885	34.446	37.192	36.899	5,64%
Outras	2.891	3.151	3.431	2.771	36.086	5,52%
Total Geral	**354.817**	**470.535**	**557.916**	**606.277**	**653.727**	**100,00%**

D) Fora solicitado da operadora TIM MAXITEL através do ofício 030/14 no dia 27 de maio de 2014 as seguintes informações:

- Evolução das vendas de serviços de telecomunicações no estado da Bahia (telefonia móvel, TV por assinatura e internet), contemplando as vendas ano a ano desde 2010, até o primeiro quadrimestre de 2014 e fatia do mercado que cabe à operadora na prestação dos serviços que oferece;
- Evolução dos investimentos em infraestrutura (indicando as edificações, instalações e equipamentos), visando garantir a qualidade estabelecida pela ANATEL na prestação dos diversos serviços de telecomunicações prestados no mercado baiano;
- Plano de expansão de vendas, além dos investimentos em infraestrutura e modernização tecnológica, para prestação dos serviços de telecomunicações nos padrões de qualidade estabelecidos pela ANATEL.

Em resposta a Operadora TIM CELULAR S/A informou sua base de clientes, ano a ano, demonstrando a evolução das vendas dos serviços de telecomunicações, conforme a tabela abaixo:

ANO	Clientes na base
2010	**2.799.301**
Dez/11	**3.596.134**
Dez/12	**3.842.814**
Dez/13	**4.097.453**
Dez/14	**4.175.127**

Informou, também, a evolução da sua participação no mercado baiano de telefonia móvel, a partir de 2010 até abril de 2014, conforme tabela a seguir:

	2010	2011	2012	2013	Jan/14	Fev/14	Mar/14	Abr/14
Mkt Share TIM	**22,28%**	**22,68%**	**22,43%**	**22,81%**	**22,79%**	**22,84%**	**22,91%**	**22,89%**

Em relação aos investimentos em infraestrutura, informou os principais investimentos em equipamentos de ACESSO, TRANSPORTE e CORE, nos últimos quatro anos.

AREA	UF	Elemento	2010	2011	2012	2013
ACESSO	**BA**	**Antenas (2G)**	**40**	**18**	**29**	**41**
ACESSO	**BA**	**Antenas (3G)**	**84**	**54**	**102**	**43**

ACESSO	**BA**	**Aumento trafego de voz e dados 2G**	**1516**	**2630**	**1323**	**698**
ACESSO	**BA**	**Aumento de trafego de dados 3G**	**0**	**5952**	**5712**	**2308**
TRANSPORTE	**BA**	**Km de redes fibra ótica**	**-**	**2.450**	**2.974**	**3.715**
TRASNPORTE	**BA**	**Sites interligados com fibra ótica**	**-**	**13**	**14**	**87**
CORE	**BA**	**Centrais Digitais Gateways**	**1**	**1**	**1**	**1**
CORE	**BA**	**Centrais Digitais Server**	**-**	**-**	**1**	**1**
CORE	**BA**	**Home Register Location**	**0**	**0**	**0**	**1**

Além dos equipamentos acima, afirmam ter realizado outras ações visando garantir a qualidade na prestação dos serviços, a saber:

- Modernização dos equipamentos existentes, em Salvador;

- Implantação, em 2013, do conceito de MBB ampliando a capacidade da sua rede 3G, em salvador;

- Reestruturação administrativa, a partir do 1º semestre de 2013;
- Inauguração de quatro novas lojas em Salvador e no interior do estado;
- Investimento de cerca de 50 milhões de reais, na modernização das ferramentas de software dos Call centers.

Em relação às informações pertinentes ao plano de expansão de vendas solicitadas, a TIM informa que em razão do plano ser utilizado para atingir e suportar seus objetivos, desafios e metas estabelecidas, é tratado como informação estratégica e sigilosa.

No que diz respeito aos investimentos em estrutura e modernização tecnológica, informou que consta em seu planejamento em 2014, os Elementos de Rede/Atualização Tecnológica expostos a seguir:

- Instalação de nova RNC. Equipamento CORE da Rede 3G;
- Ampliação de capacidade em duas RNC;
- Modernização de um equipamento CORE para aumento de capacidade de processamento de tráfego;
- Ampliação de BSC para aumento de capacidade de processamento de trafego na Rede 2G;
- Instalação de três novos sites 2G para melhoria de capacidade;
- Instalação de 10 novos sites 3G para melhoria de cobertura e capacidade;
- Modernização Tecnológica de equipamento 3G, com consequente aumento de capacidade e confiabilidade operacional em Camamu, Cruz das Almas, Ilhéus, Ipiaú, Porto Seguro, Teixeira de Freitas, Cairú, Valença e Vitória da Conquista.

E) Fora solicitado da operadora VIVO S.A através do ofício 029/14 no dia 27 de maio de 2014 as seguintes informações:

- Evolução das vendas de serviços de telecomunicações no estado da Bahia (telefonia móvel, TV por assinatura e internet), contemplando as vendas ano a ano desde 2010, até o primeiro quadrimestre de 2014 e fatia do mercado que cabe à operadora na prestação dos serviços que oferece;

- Evolução dos investimentos em infraestrutura (indicando as edificações, instalações e equipamentos), visando garantir a qualidade estabelecida pela ANATEL na prestação dos diversos serviços de telecomunicações prestados no mercado baiano;

- Plano de expansão de vendas, além dos investimentos em infraestrutura e modernização tecnológica, para prestação dos serviços de telecomunicações nos padrões de qualidade estabelecidos pela ANATEL.

Em resposta ao Ofício em referência, a Telefônica Brasil/VIVO apresentou os seguintes dados informando as vendas ano a ano desde 2010, até o primeiro quadrimestre de 2014 (resposta na coluna 4), bem como a fatia do mercado que cabe a operadora na prestação dos serviços que oferece (resposta na coluna 2):

Ano	Market Share	Quantidade de Celulares	Adições Líquidas no ano
2009	**25,00%**	**2.226.918**	**557.332**
2010	**25,70%**	**2.677.814**	**450.896**
2011	**25,90%**	**3.316.583**	**638.769**
2012	**26,00%**	**4.176.773**	**860.190**
2013	**25,30%**	**4.350.424**	**173.651**
2014	**24,50%**	**4.437.969**	**87.545**

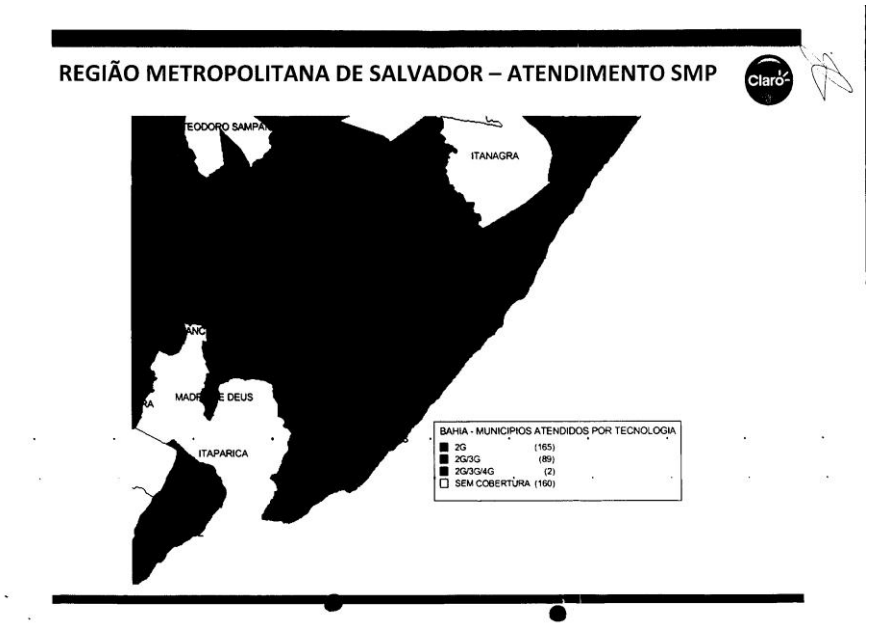
Em resposta ao quesito evolução dos investimentos em infraestrutura, visando garantir a qualidade estabelecida pela ANATEL na prestação dos diversos serviços de telecomunicações prestados no mercado baiano, a empresa apresentou as seguintes informações, chamando a atenção de que os investimentos previstos para 2014 podem sofrer alterações, pois dependem das autorizações municipais:

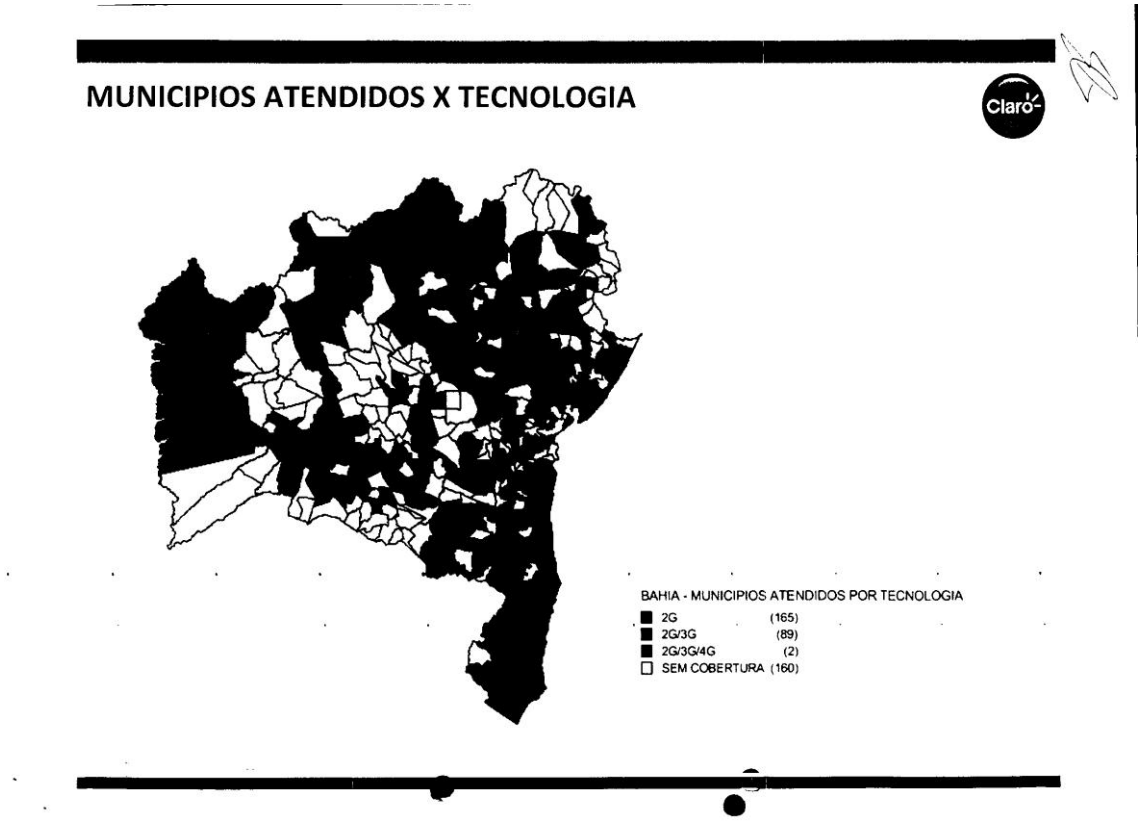
Segmento	2010	2011	2012	2013	2014
Capacidade	**R$44.753.347,56**	**R$48.331.464,16**	**R$67.495.242,88**	**R$85.573.232,28**	**R$57.673.900,00**
Cobertura	**R$12.006.977,39**	**R$1.012.977,42**	**R$12.792.294,99**	**R$5.179.374,12**	**R$7.522.084,00**
BACKBONE	**R$3.911.968,00**	**R$3.034.171,07**	**R$23.065.374,75**	**R$884.990,09**	**R$38.352.191,00**
Outros	**R$16.832.040,08**	**R$23.307.672,83**	**R$1.127.432,97**	**R$5.178.122,52**	**R$11.766.319,00**
TOTAL	**R$77.504.333,03**	**R$75.686.285,48**	**R$104.480.345,59**	**R$96.815.719,01**	**R$115.314.494,00**

F) Fora solicitado da operadora CLARO S.A através do ofício 028/14 no dia 20 de maio de 2014 a seguinte informação:

-Mapa de cobertura do sinal do Sistema Móvel de Telefonia e de Transmissão de Dados, da operadora CLARO nos municípios que integram a Região Metropolitana de Salvador (Camaçari, Candeias, Dias D'Avila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz), contemplando a evolução da expansão da prestação dos serviços, ano a ano, em termo territoriais, a partir de 2010, até 2014, indicando também as faixas de radiofrequência utilizadas.

Em resposta ao Ofício em referência, a Operadora CLARO apresentou, conforme solicitado, os seguintes mapas de cobertura:





G) Fora solicitado da Agencia Reguladora ANATEL através do ofício 027/14 no dia 20 de maio de 2014 as seguintes informações:

- Mapa de cobertura do sinal do Sistema Móvel de Telefonia e de Transmissão de Dados, das operadoras que prestam estes serviços de telecomunicação nos municípios que integram a Região Metropolitana de Salvador (Camaçari, Candeias, Dias D'Avila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz), contemplando a evolução da expansão da prestação dos serviços, ano a ano, em termo territoriais, a partir de 2010, até 2014, indicando também as faixas de radiofrequência utilizadas;

- Cópia de eventual expediente da operadora CLARO, comunicando oficialmente a ANATEL sobre a impossibilidade de atender à expansão dos serviços de telefonia móvel na zona rural da

Bahia, na radiofrequência de 450 Mhz, conforme edital que autorizou tais serviços em junho de 2012, por inexistência de equipamentos comerciais compatíveis com esta faixa no mercado nacional;

- Eventual deliberação da ANATEL anuindo com a declaração feita pela CLARO, acerca da impossibilidade de atuar na prestação de serviços de telefonia móvel na zona rural da Bahia, por falta de equipamentos comerciais no mercado para trabalhar na frequência 450Mhz, conforme consta do edital de licitação de junho de 2012;

- Cópia de possível expediente protocolizado da CLARO, solicitando alteração da faixa de radiofrequência de 450 Mhz para 850Mhz, por considerar inexequível prestar os serviços de telefonia móvel na zona rural da Bahia, na forma em que foram licitados;

- Informações sobre o condicionamento da CLARO, para o cumprimento dos prazos para atendimento dos serviços de telefonia móvel na zona rural da Bahia, à concordância da ANATEL para alteração da faixa de radiofrequência solicitada, se houver;

- Eventual decisão da ANATEL considerando viável o atendimento do que foi objeto de licitação, na faixa de frequência originalmente prevista no edital de junho 2012, na zona rural da Bahia (450 Mhz), esclarecendo se a manutenção desta exigência inviabilizaria o atendimento nos prazos previstos para ampliação dos serviços de telecomunicação na forma licitada;

- Esclarecimento acerca dos critérios objetivos definidos pela ANATEL na direção da universalização dos serviços de telefonia móvel na zona rural da Bahia, caso haja tais medidas;

- Informações sobre se a estratégia adotada pala ANATEL para expansão dos serviços de telefonia móvel da zona rural do país resguarda seu avanço por estado, independente do seu potencial econômico.

Em resposta ao Oficio em referência a ANATEL informa que não dispõe em seu banco de dados o mapa de cobertura das empresas de telefonia móvel. Apresenta um relatório extraído do sistema interativo da ANATEL onde consta a informação das operadoras que atendem aos municípios questionados, com a indicação do número de Estações Rádio Base – ERBs que atendem cada município específico, por prestadora.

ANATEL

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - Anatel
Sistema de Informações Técnicas para Administração das Radiocomunicações
Relatório de Cobertura de ERB no Brasil

Data/Hora: 02/07/2014 21:12:55

Cobertura de ERB no Brasil - Resultado da Consulta

Dados do Município

Município	UF	Pop. urb.	Reg.	Cod. nacional	CLARO S.A.		NEXTEL TELECOMUNICACOES LTDA		TELEFÔNICA BRASIL S.A.		TIM CELULAR S.A.		TNL PCS S.A.	
					Atende	Nº ERBs	Atende	Nº ERBs	Atende	Nº ERBs	Atende	Nº ERBs	Atende	Nº ERBs
Camaçari	BA	275575	I	71	Sim	29	Sim	0	Sim	23	Sim	22	Sim	18
Candeias	BA	89419	I	71	Sim	8	Não	0	Sim	6	Sim	8	Sim	7
Dias d'Ávila	BA	75103	I	71	Sim	5	Não	0	Sim	3	Sim	4	Sim	2
Itaparica	BA	22329	I	71	Sim	3	Não	0	Sim	4	Sim	2	Sim	3
Lauro de Freitas	BA	184383	I	71	Sim	14	Não	0	Sim	9	Sim	12	Sim	14
Madre de D[illegible]	BA	19600	I	71	Sim	1	Não	0	Sim	1	Sim	1	Sim	1
Mata de São João	BA	44538	I	71	Sim	8	Não	0	Sim	6	Sim	8	Sim	8
Pojuca	BA	36551	I	71	Sim	1	Não	0	Sim	4	Sim	1	Sim	2
Salvador	BA	2883682	I	71	Sim	200	Sim	60	Sim	153	Sim	277	Sim	247
São Francisco do Conde	BA	36677	I	71	Sim	4	Não	0	Sim	2	Sim	2	Sim	3
São Sebastião do Passé	BA	45090	I	71	Sim	2	Não	0	Sim	5	Sim	2	Sim	2
Simões Filho	BA	129964	I	71	Sim	12	Não	0	Sim	8	Sim	7	Sim	13
Vera Cruz	BA	41524	I	71	Sim	8	Não	0	Sim	5	Sim	8	Sim	11

Total de Municípios: 13

Usuário: otto - Otto Fernandes Solino Data: 02/07/2014 Hora: 21:12:58

Em relação aos itens 2 a 6, esclarece a ANATEL que não houve comunicado formal da CLARO acerca da impossibilidade de atender á zona rural da Bahia com a faixa de 450MHz, conforme edital de licitação. Informou que não houve deliberação da ANATEL sobre o assunto; manifestação da CLARO para alteração da faixa a ser utilizada para cumprir os compromissos previstos no Edital de Licitação; concordância da ANATEL para alteração de faixa a ser utilizada pela CLARO e decisão da ANATEL considerando viável o atendimento do objeto da Licitação na zona rural da Bahia.

Esclarece que a CLARO pode utilizar qualquer Subfaixa que já detenha autorização de radiofrequências para atender aos compromissos de abrangência assumidos. Não sendo necessário comunicar a ANATEL sobre a inviabilidade de atender aos compromissos com a faixa de 450MHz.

Acerca dos itens 7 e 8, ressalta que os compromissos de abrangência estabelecidos no Edital de Licitação n°004/2012/PVCP/SPV-ANATEL e em editais anteriores, além de outros compromissos que vierem a ser estabelecidos em novos Editais de Licitação, por exemplo, para a afixa de 700MHz, são a materialização da estratégia da Agência para massificação do acesso aos serviços de telecomunicações e constituem critérios objetivos que visam o atendimento de todos os municípios do território nacional, conforme cronograma e condições estabelecidos nos referidos editais.

Em um segundo momento, a ANATEL em resposta ao que fora solicitado no segundo quesito, apresentou a petição protocolizada pela CLARO S.A. quanto à utilização de faixas de radiofrequência atualmente autorizadas para explorar o Serviço Móvel Pessoal para atendimento de metas de cobertura originalmente designadas para atendimento com a faixa de 450 MHz.

AG NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES ANATEL
27/JUN/2014 17:14 53500 014413 2014

CT GRE 06.070 /2014 RD Claro **Brasília, 27 de junho de 2014**

Ao Senhor
Marconi Thomaz de Souza Maya
Superintendente de Outorgas e Recursos à Prestação
ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações
Brasília - DF

Assunto: Expedição de Outorgas referentes ao Atendimento Rural

Referências: Edital 004/2012//PVCP/SPV – ANATEL
Termos de Autorização de Radiofrequências 2.5 GHz 529/531/535
Termos de Autorização de Radiofrequências 450 MHz 532/533/534

Prezado Senhor,

Como é de conhecimento dessa Agência, a CLARO S/A, doravante denominada CLARO, foi a proponente vencedora do Lote 2 do processo licitatório referente ao Edital 004/2012/PVCP/SPV-ANATEL, correspondente à subfaixa W (2510 a 2530 MHz / 2630 a 2650 MHz) e também à subfaixa de 450 MHz, precipuamente para o atendimento rural. Com efeito, os Termos de Autorização de outorga de radiofrequências em referência refletem esta situação.

O mesmo instrumento licitatório permitiu que as Prestadoras utilizassem, para efeito de cumprimento de metas rurais, além do Serviço Móvel Pessoal (SMP), o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) ou o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)[1], ou a combinação destes serviços.

Dessa forma, a CLARO requer que algumas das autorizações de radiofrequências por ela detidas, atualmente associadas ao SMP, também o sejam para o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), na forma deste requerimento, para composição do atendimento das metas rurais nos 10 (dez) Estados da Federação, conforme item 8.1.1 do Anexo II-B do Edital 004/2012/PVCP/SPV- ANATEL[2], conforme lista da Tabela I.

---

[1] Item 1.2.1: "Para as Subfaixas de Radiofrequências de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz (Lotes do Tipo A e Tipo B), a critério da Proponente vencedora: Autorização para exploração do STFC concomitantemente à Autorização para exploração do SCM e/ou concomitantemente à Autorização para exploração do SMP; e/ou Autorização para exploração do SCM concomitantemente à Autorização para exploração do STFC e/ou concomitantemente à Autorização para exploração do SMP; e/ou Autorização para exploração do SMP."

[2] Item 8.1.1 do Anexo II-B:"Para o Lote 2 (Subfaixa de Radiofrequências W), as seguintes Unidades Federativas: Acre (AC), Amazonas (AM), Amapá (AP), Bahia (BA), Maranhão (MA), Pará (PA), Rondônia (RO), Roraima (RR), Tocantins (TO) e no Estado de São Paulo (SP), as Áreas de Registro 11 e 12.."

O referido instrumento licitatório permitiu também a utilização da radiofrequência de 450 MHz, ou quaisquer outras radiofrequências detidas pela Prestadora, conforme item 4.7 do Anexo II-B do referido Edital[3].

Assim, a Tabela I a seguir lista as subfaixas de radiofrequências, detidas pela CLARO, em que se deseja associar ao serviço SCM, e os demais parâmetros para o cálculo do PPDUR através da Resolução 387/04 em vigor.

Tabela I

Área / UF	Frequência (subfaixa)[1]	Área de Prestação (km2)[2]	Serviço	Prazo da Outorga	Termos SMP
AM, MA, AP, PA, RR	850 MHz	3.506.181	SCM	28/03/2023	001/2013
RO, TO, AC	850 MHz	679.435	SCM	02/07/2027	329/2012
BA	1800 MHz 2100 MHz	564.733	SCM	13/12/2027 28/03/2023	034/2007 033/2008
SP (CN11 e CN12)[3]	850 MHz	248.223	SCM	CN11:06/08/2027 CN12:31/03/2028	CN11: 411/2012 CN12: 150/2013

[1] Subfaixa de 850 MHz corresponde à Banda B; [2] Site do IBGE; [3] Área da UF São Paulo

Nesta tabela, a CLARO relaciona a subfaixa de interesse em substituição à faixa de 450 MHz, o tipo de serviço a ser autorizado (SCM) e os demais parâmetros necessários à aplicabilidade da Resolução 387/04, se for o caso.

[3] Item 4.7 do Anexo II-B: " Para o atendimento dos Compromissos de Abrangência listados no item 4 e subitens, a Proponente vencedora poderá utilizar outras Subfaixas para as quais já detenha Autorização de Uso de Radiofrequências, sem prejuízo dos Compromissos de Abrangência listados no item 6 e nos subitens (Cessão de capacidade de rede às Concessionárias do STFC).".

CLARO
SCIA QD 03 Lote F - 2º Andar - Edifício Estação Telefônica
CEP 70610-600 - Brasília - DF

Diretoria de Assuntos Regulatórios
Tel: (61) 3425-6041
2/9

Dentre os parâmetros relacionados, estão o respectivo Termo de Autorização de SMP aplicável, a data de expiração da outorga de radiofrequências e a área de prestação do serviço das UFs compreendidas pelas metas de atendimento rural da CLARO.

A CLARO entende que o parâmetro de área para o cálculo do PPDUR deve ser a UF, não só pela resposta à Pergunta 147 ao Edital[4], mas também por achar que este é o parâmetro que tem a melhor correspondência com a área de prestação do serviço, no caso do atendimento rural.

A CLARO informa que estamos cadastrando no STEL as estações correspondentes ao atendimento rural no caso do SMP e o presente requerimento objetiva disponibilizar o mesmo cadastramento de estações nas subfaixas descritas na Tabela I, associadas ao SCM.

Em suma, a CLARO, vem por meio desta, **requerer a emissão dos devidos instrumentos de Autorização de radiofrequências para o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), associadas às subfaixas de radiofrequências descritas na Tabela I**, passo inicial para o licenciamento das estações.

Certos da compreensão dessa Agência com relação à exiguidade dos prazos a serem atendidos, a CLARO, ao mesmo tempo em que agradece os esclarecimentos prestados por essa D. Agência, solicita o tratamento do presente requerimento na maior brevidade possível se colocando a inteira disposição para maiores esclarecimento, se necessários.

Atenciosamente,

Ayrton Capella Filho
Claro/EBT
Diretor de Assuntos Regulatórios

Raimundo Duarte
Claro/EBT
Diretoria de Assuntos Regulatórios

[4] Resposta à Pergunta 147 do Edital feita pela AINMT Telecomunicações Ltda. Na qual o PPDUR foi calculado pela Anatel considerando a área do território brasileiro para a outorga Tipo A.

H) Fora solicitado da Agencia Reguladora ANATEL através do ofício 024/14 no dia 09 de abril de 2014 as seguintes informações:

1. Quais os critérios objetivos definidores da rotina de fiscalização dos serviços de telecomunicações prestados pelas operadoras do sistema, no que tange a:

1.1 Oferta e qualidade dos serviços de telefonia móvel dentro da área de cobertura de cada operadora;

1.2 Observância dos critérios técnicos relativos à construção e implantação das ERBs, inclusive quanto ao número de antenas instaladas e a relação entre a AEV (Área Exposta ao Vento e a capacidade portante das torres);

1.3 Observância das exigências da lei municipal que define os critérios de implantação das ERBs, principalmente em relação à proteção da saúde e do meio ambiente;

1.4 Compartilhamento de infraestrutura na implantação dos serviços envolvendo mais de uma operadora, além das regras de operação e manutenção dos serviços que doravante serão prestados;

1.5 Qualidade dos serviços de atendimento aos consumidores;

1.6 Qualidade da apresentação das faturas mensais, objetivando garantir o pleno entendimento daquilo que é cobrado do usuário;

1.7 Qualidade da veiculação de propagandas comerciais de responsabilidade das operadoras, com foco nas leis de defesa do consumidor;

1.8 Qualidade dos serviços terceirizados, envolvendo também as condições de trabalho nos setores administrativo; de atendimento ao consumidor; de implantação, expansão, operação, manutenção e reparação dos serviços de telecomunicações;

Qual o nível de articulação formal entre a ANATEL e os órgãos ligados a defesa do consumidor, a fiscalização do cumprimento das leis e ao exercício

profissional, tais como PROCON, Ministério Público e CREA, respectivamente. Se existe a articulação, ela tem caráter sistemático?

Quais os principais indicadores técnicos definidos e adotados pela ANATEL para aferir a qualidade da prestação dos serviços de telecomunicações? Especificamente no caso da suficiência de mão de obra especializada, as operadoras cumprem os indicadores técnicos usualmente praticados, a exemplo da relação entre a disponibilidade de técnicos em telecomunicações e o número de terminais de atendimento?

2. Mapa de cobertura do sinal da telefonia móvel, atualizado, da área territorial sob responsabilidade de cada operadora.

Em resposta ao que fora solicitado, a ANATEL em relação ao item 1.1 esclarece que, atualmente tem-se empreendido análise em conjunto das reclamações de qualidade de forma a detectar interrupções sistêmicas que envolvem grande número de usuários, ou então que, indiquem possíveis municípios "críticos" de forma a adotar medidas regulatórias apropriadas que poderão incluir, se julgado necessário, por exemplo, a realização de fiscalização presencial para apuração de eventuais irregularidades, suspensão da venda/habilitação de novos terminais, dentre ouras. Enfatiza que em relação ao Serviço Móvel Pessoal, após a apresentação dos Planos de Melhoria, a ANATEL tem empreendido com periodicidade mensal a fiscalização e coleta de informações relacionadas à prestação de serviço em cada uma das estações das prestadoras, 24 horas por dia, 7 dias por semana, em todos os municípios nos quais o SMP é oferecido.

Posteriormente as informações são consolidadas e incluídas em processos específicos instaurados para cada empresa, nos quais são realizados análises das informações coletadas, resultando ao final no acompanhamento detalhado da qualidade e na divulgação trimestral dos resultados alcançados do Serviço Móvel Pessoal.

Em resposta ao item 1.2 informou que fica a critério de cada operadora dimensionar os equipamentos e respectiva rede de telecomunicações para oferecer os serviços de telecomunicações em conformidade com os indicadores/metas previstas na regulamentação. Informou que no âmbito da Gerência de Controle das Obrigações de Qualidade não se avalia o quantitativo/números de antenas instaladas, mas tão somente o cumprimento dos indicadores/metas relacionadas à qualidade que são auferidos/coletados pela ANATEL.

Em resposta a ANATEL em referência ao item 1.3, esclareceu que o artigo 74, I, da LGT preservou a obrigação das prestadoras de atenderem à legislação local e às normas de engenharia e construção civil, de forma que o cumprimento de tais obrigações deverá ser fiscalizado pelos órgãos competentes.

Em relação ao item 1.4 informou que as prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo tem direito a compartilhar a capacidade excedente da infraestrutura utilizada ou controlada por uma Detentora, de forma não discriminatória e a preços e condições justos e razoáveis. Informou que as prestadoras devem se esforçar no sentido de evitar a duplicidade de infraestrutura para prestação de serviço.

Menciona o artigo 10 da Lei 11.934/2009, que trata dos limites à exposição humana a campos elétricos, magnéticos e eletromagnéticos, que diz que é obrigatório o compartilhamento de torres de prestadoras de serviços de telecomunicações que utilizam estações transmissoras de radiocomunicação nas situações em que o afastamento entre elas for menos que 500 (quinhentos) metros, exceto quando: houver justificado motivo técnico a ser definido pela ANATEL; as antenas estiverem fixadas sobre estruturas prediais ou as antenas estiverem harmonizadas à paisagem.

Em resposta ao quesito 2, informa que a ANATEL criou a Superintendência de Relações com Consumidores, cuja principal

atribuição é aproximar as ações regulatórias do consumidor de telecomunicações.

Ressalta que as interações institucionais com órgãos externos tem destaque na atuação da Agência que possui em sua estrutura diversos órgãos de representação da sociedade encarregados de aproximar a regulação setorial ao consumidor.

Em resposta ao item 3, informou que os indicadores/metas previstos no Regulamento de Gestão da Qualidade da Prestação do Serviço Móvel Pessoal, já devem estar sendo cumpridos nas áreas de registro sob pena de instauração de Procedimento de Apuração de Descumprimento de Obrigações.

Com relação ao item 4, informou a ANATEL que o mapa de cobertura do sinal de telefonia móvel, atualizado, da área territorial sob responsabilidade de cada operadora não é informação detida pela SOR, uma vez que está associada aos compromissos de abrangência de cada prestadora do SMP, pelo que entendem ser competente a Superintendência de Controle de Obrigações – SCO para a resposta adequada.

I) Fora solicitado a Defensoria Pública através do ofício 004/14 no dia 21 de fevereiro de 2014 as seguintes informações:

- O número de ações individuais e coletivas propostas pela Defensoria Pública do Estado da Bahia tendo como objeto a defesa de consumidores pela má qualidade na prestação do serviço de telefonia móvel, fixa, TV por assinatura e internet no Estado da Bahia;
- Percentual do tipo da ação em relação ao total de ações propostas pela Defensoria Pública do Estado da Bahia;

- Sugestões para solução dos problemas existentes na má prestação do serviço de telefonia móvel, fixa, TV por assinatura e Internet;
- Outras informações julgadas pertinentes afetas ao objeto de trabalho desta CPI.

Em resposta a Defensoria Pública encaminhou relatório com informações sobre procedimentos instaurados a partir de 2010 até abril de 2014 na capital e no interior cujo objeto é a prestação de serviços de telefonia.

Observa-se que no ano de 2010, na capital, foram instaurados 06 (seis) processos contra as operadoras, e os motivos são vários: propaganda enganosa, cobrança abusiva entre outros.

Já no ano de 2011, na capital, observou-se que o número de ações contra as operadoras cresceu substancialmente. Foram instaurados 38 (trinta e oito) processos em decorrência da má prestação dos serviços de telecomunicações.

No ano de 2012 o número de processos chegou a 18 (dezoito), e em 2013 e 2014, 24 (vinte e quatro) e 09 (nove), respectivamente.

No interior, entre 2010 e abril de 2014, foram instaurados 09 (nove) processos cujo objeto é a má prestação dos serviços de telefonia.

J) Fora solicitado ao PROCON através do ofício 005/14 no dia 21 de fevereiro de 2014 as seguintes informações:

- O número de representações de consumidores referente a má prestação do serviço de telefonia móvel, fixa, TV por assinatura e internet;
- Percentual do tipo da ação em relação ao total de ações propostas pelos consumidores;

- As reclamações mais frequentes ligadas à má prestação do serviço de telefonia fixa, móvel, TV por assinatura e internet;
- Resolutividade dessas representações e o grau de reincidência;
- Sugestões para solução dos problemas existentes na má prestação do serviço de telefonia móvel, fixa, TV por assinatura e Internet;
- Outras informações julgadas pertinentes afetas ao objeto de trabalho desta CPI.

Em resposta o PROCON, no dia 31 de março de 2014, apresentou o número de representações de consumidores referentes à má prestação do serviço de telefonia móvel, fixa, TV por assinatura e internet, bem como o percentual do tipo de ações em relação ao total de ações propostas pelos consumidores a seguir expostos:

	Reclamações Total	Reclamações por má prestação de serviços	Razão (Percentual)
Telefonia fixa	**6.134**	**414**	**6,75%**
Telefonia móvel	**5.091**	**332**	**6,52%**
TV por assinatura	**3.335**	**256**	**7,67%**
Internet	**1.652**	**214**	**12,95%**

Com relação às reclamações mais frequentes ligadas à má prestação do serviço de telefonia fixa, móvel, TV por assinatura e internet, o PROCON forneceu os seguintes números:

	Serviço em desacordo com a norma/lei	Serviço não concluído/fornecido parcial	Serviço não fornecido (entrega/instalação/não cumprimento da oferta/contrato	Total por má prestação de serviços
Telefonia fixa	**04**	**81**	**329**	**414**
Telefonia móvel	**09**	**66**	**257**	**332**
TV por assinatura	**06**	**52**	**198**	**256**
Internet	**01**	**33**	**180**	**214**

Por fim, a Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do estado da Bahia – SJCDH, através da sua Superintendência de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON/BA, apresentou os dados referentes às reclamações entre o período de janeiro de 2013 a dezembro de 2013 e a resolutividade das representações, que seguem abaixo:

Especificação	Total Geral	Atendido	Não Atendido
Telefone (ex. convencional, celular, interfone)	**1955**	**22,71%**	**77,29%**
Serviço de telefonia fixa	**1154**	**35,36%**	**64,64%**
Serviço de telefonia móvel	**972**	**27,57%**	**72,43%**
Informática (ex. provedor de acesso a internet)	**279**	**51,97%**	**48,03%**

No dia 06 de novembro de 2014, o PROCON encaminhou para esta CPI Nota Técnica com dados atualizados até o dia 05 de novembro de 2014, a seguir exposta, com número de representações de consumidores

referentes à má prestação do serviço de telefonia móvel, fixa, TV por assinatura e internet, bem como com o percentual das representações em relação ao total de ações propostas pelos consumidores.

2014 (Recorte até 05/11/2014)	Reclamações Total	Reclamações por má prestação de serviços	Razão (Percentual)
Telefonia fixa	**7.069**	**1.095**	**15,49%**
Telefonia móvel	**5.161**	**437**	**8,46%**
TV por assinatura	**4.174**	**365**	**8,74%**
Internet	**1.507**	**266**	**17,65%**

Apresentou, também, a seguinte tabela com as reclamações mais frequentes ligadas à má prestação do serviço supracitado:

2014 (recorte até 05/11/2014)	Serviço em desacordo com a norma/lei	Serviço não concluído/fornecido parcial	Serviço não fornecido (entrega/instalação/não cumprimento da oferta/contrato	Total por má prestação de serviços
Telefonia fixa	**04**	**240**	**851**	**1.095**
Telefonia móvel	**21**	**71**	**345**	**437**
TV por assinatura	**11**	**86**	**268**	**365**
Internet	**03**	**33**	**230**	**366**

L) Fora solicitado a OAB-BA através do ofício 006/14 no dia 21 de fevereiro de 2014 as seguintes informações:

- Quais os problemas mais frequentes na administração da justiça e para os serviços de advocacia, causados pela má qualidade na prestação dos serviços de telefonia móvel, fixa, TV por assinatura e internet;

- Se a qualidade da internet é eficiente para a boa prestação dos serviços judiciários eletrônicos, inclusive quanto à resolutividade do site de consulta de processos judiciais;
- Em quais localidades na Bahia a prestação dos serviços de telefonia móvel, fixa, TV por assinatura e internet, interfere negativamente na administração da justiça;
- Se a OAB tem sido parte em demandas judiciais vinculadas às relações de consumo dos serviços de telecomunicações;
- Sugestões para busca de solução dos problemas existentes na má prestação dos serviços de telefonia móvel, fixa, TV por assinatura e Internet;
- Outras informações julgadas pertinentes afetas ao objeto de trabalho desta CPI.

Não obstante a Ordem dos Advogados do Brasil Seção Bahia ter sido demandada através do Ofício 006/2014 no dia 26 de fevereiro de 2014, a mesma não apresentou resposta aos quesitos supracitados, tampouco ofereceu justificativa a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, deixando, desta forma, de contribuir com os serviços aqui prestados aos baianos com o propósito de investigar as prestadoras de serviço de telefonia móvel, fixa, TV por assinatura e internet.

M) Fora solicitado ao CREA-BA através do ofício 007/14 no dia 25 de fevereiro de 2014 as seguintes informações:

- O CREA-BA mantém atividades de fiscalização das operadoras de serviços de telecomunicações? Em caso positivo, elas cumprem os critérios técnicos consagrados na prestação dos serviços?
- O CREA-BA fiscaliza a prestação de serviços de empresas terceirizadas pelas concessionárias dos serviços de telecomunicação? Em caso positivo, elas cumprem as determinações

técnicas dos serviços especializados, a exemplo de manutenção e instalação?

- O CREA-BA tem alguma interlocução com a ANATEL acerca da má qualidade e insuficiência de cobertura dos serviços de telefonia no estado?
- O CREA-BA tem fiscalizado os níveis de radiação provenientes das ERBs no ambiente urbano e rural no estado?
- Sugestões para busca de solução dos problemas existentes na má prestação dos serviços de telefonia móvel, fixa, TV por assinatura e internet;
- Outras informações julgadas pertinentes afetas ao objeto de trabalho desta CPI.

Em resposta o CREA-BA informou que enfrenta sérias dificuldades na fiscalização das operadoras de serviço de telecomunicação, bem como das empresas terceirizadas.

Informou, também, que as operadoras se furtam a fornecer informações relacionadas ao exercício profissional e que o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia não tem competência legal para fiscalizar o cumprimento dos critérios técnicos consagrados no contrato de concessão, que parece competir à ANATEL.

Aduz que a fiscalização do Conselho é voltada para a regularidade do exercício profissional e não alcança a qualidade do serviço prestado a ponto de se verificar se estão cumprindo as Normas Técnicas e padrões de qualidade da ABNT ou ANATEL.

Afirma que o Conselho tenta buscar parceria com outros Órgãos de Fiscalização, a exemplo da SUCON, IBAMA, INEMA objetivando aumentar a eficiência e eficácia dos procedimentos fiscais, entretanto, em relação a ANATEL, o Conselho garante não ter logrado êxito nessa interlocução, não conseguindo obter informações e avanços na fiscalização das operadoras de telefonia e suas terceirizadas.

No que se refere à fiscalização dos níveis de radiação provenientes das ERBs no ambiente urbano e rural no estado, o Conselho sustenta não ser

sua competência essa fiscalização, todavia, ressalta que elaborou um projeto pioneiro no país, em parceria com a UFBA, no ano de 2004, e que nenhum outro Órgão Municipal ou Estadual deu prosseguimento ao projeto.

O Conselho sugeriu estreitar a relação entre os Órgãos de Fiscalização Federais (ANATEL e CREA-BA) e as prefeituras que deverão, através dos códigos municipais, definir critérios de instalação de ERBs e fornecimento anual de laudos radiométricos de cada uma delas, com a respectiva anotação de responsabilidade técnica – ART; exigência da presença de um profissional habilitado, à frente dos serviços de manutenção e instalação.

Por fim, sugeriu, ainda, recomendar à ANATEL que estabeleça interlocução e baixe normativos que obriguem as Empresas de Telefonia e suas terceirizadas a fornecerem as informações solicitadas pelo CREA durante as ações fiscalizadoras, bem como garantir a participação de profissionais habilitados; e que esta CPI elabore um Projeto de Lei que obrigue as operadoras de telefonia móvel a realizarem monitoramento independente de emissões de radiação eletromagnéticas por ERB, que seriam publicados em um site específico mantido pelas operadoras.

N) Fora solicitado das prestadoras de serviço de telefonia móvel, Claro, Vivo, Tim e Oi através do ofício 008/14 no dia 25 de fevereiro de 2014 as seguintes informações:

- Documento de autorização emitido pelas prefeituras nas áreas de atuação da prestadora do serviço de telefonia móvel;
- Laudo radiométrico da E.R.B. (teórico e prático) com base na Resolução 303 de 02/07/2002 da Anatel e Resolução 2949 de 22/03/2002 do Cepram/Bahia, apresentado pela prestadora junto à Administração Pública local em sua área de atuação, por ocasião do início de suas atividades no município;
- Número máximo de assinantes que podem ser atendidos pela E.R.B. na H.M.M. com perdas menores que 2%;

- Velocidade máxima que os assinantes conseguem na H.M.M. e na hora de menor movimento;
- Mapa de cobertura do sinal da telefonia móvel, atualizado, da área territorial sob responsabilidade de cada operadora.

Das respostas encaminhadas pelas Operadoras, fizemos o seguinte levantamento:

Em relação ao item 01 a Operadora CLARO forneceu autorização da Anatel, mas não forneceu autorização da prefeitura.

A Operadora Oi forneceu autorização da Anatel, bem como forneceu autorização da prefeitura.

A Operadora TIM forneceu autorização da Anatel, mas não forneceu autorização da prefeitura.

A Operadora VIVO ofereceu autorização da Anatel, mas não forneceu autorização da prefeitura.

O Sinditelebrasil induz as operadoras a não responder este quesito alegando que autorização para funcionamento é atribuição da Anatel.

Em relação ao item 02 a CLARO, TIM e a OI forneceram somente o laudo teórico. Apenas a Operadora VIVO forneceu o laudo teórico e prático.

O SinditeleBrasil alega que o artigo 19 da Resolução nº 303/2002 da Anatel estabelece que medidas de campo somente serão feitas se os cálculos teóricos forem iguais ou superiores a 2/3 (dois terços) dos limites de exposição.

Em relação ao item 03, nenhuma Operadora forneceu o número máximo de assinantes que podem ser atendidos pela ERB na HMM com perdas menores que 2%.

O SINDITELEBRASIL generalizou a resposta informando que a capacidade máxima para um site 3G com três setores é de 1.080 usuários.

Em relação ao item 04, nenhuma Operadora forneceu a velocidade máxima que os assinantes conseguem na HMM e na hora de menos movimento.

O Sinditelebrasil cita que a meta da Anatel para 3G é de 1Mbit/s para download e 128Kbit/s para upload.

Por fim, em resposta ao que fora solicitado no item 05, a Operadora CLARO forneceu o mapa de cobertura do sinal da telefonia móvel da área territorial sob sua responsabilidade.
As operadoras OI, TIM e VIVO informaram que as informações podem ser encontradas nos respectivos sites.

11. DAS CONCLUSÕES

CONTEXTUALIZAÇÃO

A instalação da CPI DA TELEFONIA na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia ocorreu em meio a um movimento de âmbito nacional, que de modo quase espontâneo levou várias Casas Legislativas Estaduais a instalar CPIs tratando da má qualidade dos serviços de telecomunicações. A queixa da sociedade é tão grande, que a CPI da ALBA nasceu suprapartidariamente, unificando toda representação do parlamento baiano. Estamos debruçados sobre um problema nacional de grandes proporções, que atinge um dos maiores mercados de serviços de telecomunicações em nível mundial, certos de que sua solução passa necessariamente por medidas estruturantes, de caráter nacional, extrapolando os importantes encaminhamentos e conclusões que pautamos no presente relatório.

Preservando a legalidade, trabalhamos nesta CPI sob a ótica do direito do consumidor, sem prejuízo de tratar das várias causas que desembocam na comprovada má qualidade dos serviços de telecomunicações prestados no Brasil e na Bahia, encaminhando dados, informações e documentos colhidos das inconformidades, ilegalidades e irregularidades para os órgãos competentes, de modo que se possa ver cumpridas as obrigações que as operadoras dos serviços de telefonia, o PROCON e a ANATEL têm, buscando a plena satisfação do interesse público, neste caso em específico, do consumidor.

A CPI da Telefonia faz repercutir o sentimento de impotência da sociedade em relação a prestação dos serviços de telecomunicações, como é dever do parlamento, mesmo sabendo tratar-se de questão afeta ao direito regulatório e administrativo sancionador de competência da União. **Quando esta responsabilidade não é cumprida a contento, e sendo deficiente, repercute diretamente na má qualidade do serviço entregue na ponta ao**

consumidor, em que a relação de consumo, o direito do consumidor, constitui-se em matéria de competência desta CPI.

Os serviços de telecomunicações no Brasil foram privatizados na década de noventa do século XX, depois da histórica estatização ocorrida lá atrás nos anos sessenta, com o advento do sistema TELEBRÁS, que na época foi responsável pela ampliação e modernização desses serviços em nosso país. O Estado provedor perdia espaço para o Estado regulador, na onda neoliberal que varria o ocidente entre os anos oitenta e noventa. O governo brasileiro segue com algum atraso essa doutrina, e naquela época entrega os serviços de telecomunicações para o setor privado. Estabeleceu-se a partir daí a hegemonia de grandes empresas em sua maioria controladas por capital internacional. **A modernização e ampliação dos serviços de telecomunicações tornou-se realidade, em detrimento da sua qualidade, fato atestado unanimemente pelos consumidores brasileiros. A ampliação da acessibilidade e a incorporação de novas tecnologias alçaram o Brasil para o patamar de grande mercado mundial de telecomunicações, ao mesmo tempo em que não consegue exercer com competência seu dever regulatório. O resultado é a má qualidade na prestação dos serviços.**

A Lei Federal nº 9.472, de 16/07/1997, conhecida como a Lei Geral das Telecomunicações, regula a vinculação entre o governo federal e as empresas privadas que prestam os serviços de telecomunicações.

Os serviços de telecomunicações de telefonia e transmissão de dados fixa são prestados através de **outorga de concessão**, mediante contrato, com regras e prazos definidos.

A telefonia e a transmissão de dados móvel são serviços prestados em regime jurídico privado, com regramento flexível e diferenciado, permitindo a prática do preço de mercado. Estamos falando de um mercado que movimentará em 2015, cerca de R$ 240 bilhões de reais por ano, com serviços prestados através do **instituto da autorização**, conforme preceitua a LGT, consentindo a

prestação destes serviços por ato unilateral, discricionário e por prazo indeterminado. **A natureza desta vinculação precária entre o Estado brasileiro e as operadoras autorizadas para prestação dos serviços, produz um ambiente de insegurança e de incerteza, que acomete diretamente as empresas e o usuário dos serviços. Entendemos ser necessária imediata revisão do marco regulatório, sem prejuízo dos avanços conquistados.**

ATENDIMENTO E QUALIDADE DO SERVIÇO

A interrupção do sinal de telefonia móvel e a cobrança indevida de valores são as duas reclamações mais frequentes encontradas pela CPI em suas consultas feitas à população (Ver Capítulo Denúncias e Reclamações), realizada através da etapa itinerante e por meio da internet. **Há uma grande insatisfação com o serviço de atendimento ao consumidor e com a ausência de lojas próprias das operadoras em muitos municípios.** Uma prova disso é o grande número de reclamações do setor nos órgãos de proteção de defesa do consumidor, conforme tabela abaixo enviada pelo PROCON:

2014 (Recorte até 05/11/2014)	Reclamações Total	Reclamações por má prestação de serviços	Razão (Percentual)
Telefonia fixa	**7.069**	**1.095**	**15,49%**
Telefonia móvel	**5.161**	**437**	**8,46%**
TV por assinatura	**4.174**	**365**	**8,74%**
Internet	**1.507**	**266**	**17,65%**

A realidade do setor é ratificada pelos números da Defensoria Pública do Estado. Observa-se que no ano de 2010, na capital, foram instaurados 06 (seis) processos contra as operadoras, e os motivos são vários: propaganda enganosa, cobrança abusiva entre outros**.**

Já no ano de 2011, na capital, observou-se que o número de ações contra as operadoras cresceu substancialmente. Foram instaurados 38 (trinta e oito) processos em decorrência da má prestação dos serviços de telecomunicações.

No ano de 2012 o número de processos chegou a 18 (dezoito), e em 2013 e 2014, 24 (vinte e quatro) e 09 (nove), respectivamente. No interior, entre 2010 e abril de 2014, foram instaurados 09 (nove) processos cujo motivo é a má prestação dos serviços de telefonia.

Por todo o trabalho investido nesta CPI fica patente que o serviço prestado pelas operadoras hoje na Bahia é deficiente. Por ser ineficiente e de má qualidade, gera um grande número de reclamações e problemas que não conseguem ser atendidos pelas operadoras com taxa adequada de resolutividade. **O atendimento por meio de Call Center, pela própria natureza, não consegue dar conta do volume de queixas e reclamações, nem com a amplitude de suas variáveis.** Existem poucas lojas próprias no interior do estado ou até mesmo representantes, que poderiam solucionar os problemas encontrados pelos usuários, como o de Astor Oliveira, em Itabuna.

> *"A Oi não tem uma loja própria aqui em Itabuna, mas para vender chip tem uma venda em cada esquina"* Astor Oliveira, motorista

Mesmo quando existe o atendimento ele não é satisfatório. **Mais de 60% dos reclamantes ouvidos pela CPI Itinerante, por exemplo, classificou o atendimento das lojas próprias como péssimo. Por meio do Call Center, a insatisfação chega até 70 % dos usuários. As operadoras descumprem a Lei do SAC, regulamentada pelo decreto federal 6.523/2008 e o Código de Defesa do Consumidor com cobranças indevidas, propagandas enganosas e baixa resolutividade, dentre outras irregularidades.**

“Gostaria de mudar de operadora, tenho recebido muitas ofertas, mas não quero pagar essa multa que é injusta”

Um dos casos registrados pela CPI ITINERANTE foi o do comerciante Jefferson de Freitas. Morador do bairro do Tomba, em Feira de Santana. Ele adquiriu um pacote da OI denominado “Conta Total”, que, entre outros produtos, oferece banda larga de dois megabytes. Jefferson contou que percebeu que a sua internet estava muito lenta e foi até a loja onde adquiriu o pacote, para reclamar. “Um técnico da empresa foi à minha casa e mediu que o máximo de capacidade que eu estava recebendo era de 500k”, revelou o comerciante. Sabendo que estava recebendo apenas 25% da capacidade de tráfego de dados do pacote que estava pagando, Jefferson tentou cancelar o serviço e teve uma surpresa desagradável: teria que pagar uma multa pela quebra do contrato. “Gostaria de mudar de operadora, tenho recebido muitas ofertas, mas não quero pagar essa multa que é injusta”, contou o comerciante.

ANATEL

A ANATEL foi criada pouco depois da LGT em 05/11/1997. A constituição de 88 não previa a possibilidade de criação de agências reguladoras para serviços de telecomunicações. Após a Emenda Constitucional nº 8, de 15/08/1995, houve alteração do artigo 21, no inciso XI, permitindo a privatização destes serviços. A partir de 1995, através da EC nº 8, estabeleceu-se o suporte constitucional para criação das agências reguladoras, entre as quais nasce a primeira no Brasil, a ANATEL. Ainda no plano constitucional, mesmo com a EC nº 8, não foi estabelecida a modelagem do ente regulador, principalmente quanto ao seu grau de relação de dependência junto ao Governo Federal e ao parlamento brasileiro. **Tal previsão só ocorre com o advento da LGT, ou**

seja, o modelo das nossas agências reguladoras, entre elas a ANATEL, nasce de modo infraconstitucional e não constitucional.

O receituário neoliberal, abraçado pelos países ocidentais previa a globalização econômica na presença de um Estado mínimo, apenas regulador. Em boa daqueles países os serviços de telecomunicações eram prestados historicamente pela iniciativa privada. A criação das agências estatais reguladoras dos serviços públicos prestados pela iniciativa privada entre eles, ocorreu como algo natural. No Brasil, saímos de uma realidade em que os serviços de telecomunicações eram prestados por empresas estatais, partindo diretamente para o processo de privatização, onde as agências reguladoras não seriam implantadas a partir de um processo planejado e seguro, onde haveria previsões claras e objetivas dos papéis que doravante desempenhariam o Estado, por meio das agências reguladoras e as operadoras privadas do sistema nacional de telecomunicações.

A ANATEL nasce num ambiente historicamente anacrônico, sem o adequado planejamento, e até hoje, a exemplo de outras agências reguladoras, continuam num processo contínuo e inacabado de estruturação administrativa, operacional e financeira, com a inglória tarefa de regular e fiscalizar serviços públicos prestados pela iniciativa privada, em meio a um mercado bilionário, permeado por interesses políticos e econômicos de dimensões estratosféricas. Nesta conjuntura seria impossível para ANATEL cumprir a contento com suas atribuições legais, ao ponto de receber severas críticas por parte dos trabalhadores representados pelo SINTEL, do PROCON, do CREA, como se observou nas oitivas e diversas audiências públicas. Tais críticas também vieram à tona no contato estabelecido pela CPI ITINERANTE, que visitou quase todas as regiões do estado da Bahia, recebendo diretamente do usuário dos serviços e de várias entidades, diversas reclamações dando conta de sua inoperância. Essa é uma realidade que pode ser desnudada pelas informações encaminhadas para este relator através da própria agência reguladora quando indagada sobre o seu exercício de fiscalização como no caso do cumprimento das obrigações da

licitação para ampliar a cobertura da zona rural na Bahia. É bom salientar a falta de estrutura do órgão que em sua gerência regional responsável por cobrir a Bahia e Sergipe conta apenas com 20 fiscais, entre engenheiros e técnicos, e mais 2 coordenadores para realização das ações de fiscalização necessárias.

"Todos os cumprimentos dos compromissos de abrangência decorrentes dos editais de licitação do SMP são acompanhados pela fiscalização da Anatel, periodicamente, ***após o vencimento dos prazos".***

"No caso específico da prestação dos serviços de voz e dados, na zona rural do estado da Bahia pela prestadora Claro, a fiscalização está ocorrendo nesse momento. A previsão de conclusão é em final de fevereiro de 2015. Estão sendo fiscalizados os compromissos de abrangência em todos os estados"

"A fiscalização consiste no estudo de predição de cobertura executado na prestadora. Caso necessário, são realizadas medidas de campo em cada município, para posterior comparação com o estudo de predição."

A ANATEL posiciona-se quase que exclusivamente a partir dos dados fornecidos pelas operadoras. Estes dados são analisados sob a ótica da necessidade de cumprimento de parâmetros técnicos de qualidade. Perante os relatórios publicados pela agência, onde o cumprimento dos parâmetros técnicos é majoritariamente evidenciado, cristaliza-se o entendimento de que os patamares de excelência da prestação dos serviços seria quase uma certeza, contrastando com a voz uníssona do usuário, do consumidor brasileiro, que nas estatísticas de insatisfação e reclamações nos órgãos de defesa do consumidor, colocam os serviços de telecomunicações como campeões absolutos de reclamações no ambiente de consumo. **Esta realidade põe em cheque o modelo de funcionamento das agências reguladoras, baseados exclusivamente em critérios técnicos.**

A complexidade das relações sociais e dentre elas, a relação de consumo, não pode prescindir da mediação na solução de conflitos. De nada adianta festejarmos o cumprimento de metas de qualidade de um serviço que lá na ponta não consegue satisfazer as necessidades dos consumidores. Destacamos duas situações que caracterizam a inoperância da ANATEL:

O LEILÃO PROMOVIDO PELA ANATEL EM 06/2012

A ANATEL promoveu uma licitação em junho de 2012 para exploração do 4G na Bahia, trazendo um pacote que incluía a ampliação do acesso à telefonia móvel (voz e dados), em 80% dos municípios baianos num raio de 30 km de suas sedes (zona rural). O objeto licitado foi:

Para a faixa de frequência de 450 MHz

Ampliação da prestação de serviços de voz e dados (internet e banda larga) na zona rural e nas regiões remotas distantes até 30 quilômetros das sedes dos municípios.

Para a faixa de frequência de 2,5 GHz

Implantação da telefonia móvel de quarta geração, que permite a elevação da qualidade e da velocidade na transmissão de dados.

A vencedora foi a operadora CLARO, que arrematou o lote 2 do leilão, que trazia como obrigação, além da exploração do 4G, investimentos na telefonia móvel rural no Maranhão, Bahia, Grande SP, nos códigos de área 11 e 12, e em todos os estados da região Norte (tanto voz como banda larga). Pelas regras, a operadora é obrigada até o final de 2015 a

levar o serviço em 80% de localidades rurais distantes até 30km de raio da sede dos municípios.

A definição do objeto da licitação traz no seu bojo dois graves problemas para a Bahia:

O primeiro foi que a faixa de frequência disponibilizada para o atendimento de telefonia móvel e banda larga na zona rural do nosso estado foi a de 450 Mhz.

A CLARO, em sua oitiva na CPI, garantiu que não poderia cumprir esta parte de sua obrigação, porque nessa frequência não havia equipamento comercial disponível no mercado, além de afirmar que na frequência disponibilizada o serviço não seria prestado com celular, por limitações de ordem técnica. Afirmou também ter solicitado da ANATEL, anuência para modificação da frequência para poder atender esta exigência, conforme ofício abaixo.

AG NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES ANATEL
27/JUN/2014 17:14 53500 014413 2014

CT GRE 06.070 /2014 RD Claro **Brasília, 27 de junho de 2014**

Ao Senhor
Marconi Thomaz de Souza Maya
Superintendente de Outorgas e Recursos à Prestação
ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações
Brasília - DF

Assunto: Expedição de Outorgas referentes ao Atendimento Rural

Referências: Edital 004/2012//PVCP/SPV – ANATEL
Termos de Autorização de Radiofrequências 2.5 GHz 529/531/535
Termos de Autorização de Radiofrequências 450 MHz 532/533/534

Prezado Senhor,

Como é de conhecimento dessa Agência, a CLARO S/A, doravante denominada CLARO, foi a proponente vencedora do Lote 2 do processo licitatório referente ao Edital 004/2012/PVCP/SPV-ANATEL, correspondente à subfaixa W (2510 a 2530 MHz / 2630 a 2650 MHz) e também à subfaixa de 450 MHz, precipuamente para o atendimento rural. Com efeito, os Termos de Autorização de outorga de radiofrequências em referência refletem esta situação.

O mesmo instrumento licitatório permitiu que as Prestadoras utilizassem, para efeito de cumprimento de metas rurais, além do Serviço Móvel Pessoal (SMP), o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM) ou o Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC)[1], ou a combinação destes serviços.

Dessa forma, a CLARO requer que algumas das autorizações de radiofrequências por ela detidas, atualmente associadas ao SMP, também o sejam para o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), na forma deste requerimento, para composição do atendimento das metas rurais nos 10 (dez) Estados da Federação, conforme item 8.1.1 do Anexo II-B do Edital 004/2012/PVCP/SPV- ANATEL[2], conforme lista da Tabela I.

---

[1] Item 1.2.1: "Para as Subfaixas de Radiofrequências de 451 MHz a 458 MHz e de 461 MHz a 468 MHz (Lotes do Tipo A e Tipo B), a critério da Proponente vencedora: Autorização para exploração do STFC concomitantemente à Autorização para exploração do SCM e/ou concomitantemente à Autorização para exploração do SMP; e/ou Autorização para exploração do SCM concomitantemente à Autorização para exploração do STFC e/ou concomitantemente à Autorização para exploração do SMP; e/ou Autorização para exploração do SMP."

[2] Item 8.1.1 do Anexo II-B:"Para o Lote 2 (Subfaixa de Radiofrequências W), as seguintes Unidades Federativas: Acre (AC), Amazonas (AM), Amapá (AP), Bahia (BA), Maranhão (MA), Pará (PA), Rondônia (RO), Roraima (RR), Tocantins (TO) e no Estado de São Paulo (SP), as Áreas de Registro 11 e 12.."

O referido instrumento licitatório permitiu também a utilização da radiofrequência de 450 MHz, ou quaisquer outras radiofrequências detidas pela Prestadora, conforme item 4.7 do Anexo II-B do referido Edital[3].

Assim, a Tabela I a seguir lista as subfaixas de radiofrequências, detidas pela CLARO, em que se deseja associar ao serviço SCM, e os demais parâmetros para o cálculo do PPDUR através da Resolução 387/04 em vigor.

Tabela I

Área / UF	Frequência (subfaixa)[1]	Área de Prestação (km2)[2]	Serviço	Prazo da Outorga	Termos SMP
AM, MA, AP, PA, RR	850 MHz	3.506.181	SCM	28/03/2023	001/2013
RO, TO, AC	850 MHz	679.435	SCM	02/07/2027	329/2012
BA	1800 MHz 2100 MHz	564.733	SCM	13/12/2027 28/03/2023	034/2007 033/2008
SP (CN11 e CN12)[3]	850 MHz	248.223	SCM	CN11:06/08/2027 CN12:31/03/2028	CN11: 411/2012 CN12: 150/2013

[1] Subfaixa de 850 MHz corresponde à Banda B; [2] Site do IBGE; [3] Área da UF São Paulo

Nesta tabela, a CLARO relaciona a subfaixa de interesse em substituição à faixa de 450 MHz, o tipo de serviço a ser autorizado (SCM) e os demais parâmetros necessários à aplicabilidade da Resolução 387/04, se for o caso.

[3] Item 4.7 do Anexo II-B: " Para o atendimento dos Compromissos de Abrangência listados no item 4 e subitens, a Proponente vencedora poderá utilizar outras Subfaixas para as quais já detenha Autorização de Uso de Radiofrequências, sem prejuízo dos Compromissos de Abrangência listados no item 6 e nos subitens (Cessão de capacidade de rede às Concessionárias do STFC).".

CLARO
SCN, QD 03 Bl. F - 2º Andar - Estação Rádio Base
CEP: 70713-000 - Brasília - DF

Diretoria de Assuntos Regulatórios
Tel.: (61) 3425-6041
Fax:

Dentre os parâmetros relacionados, estão o respectivo Termo de Autorização de SMP aplicável, a data de expiração da outorga de radiofrequências e a área de prestação do serviço das UFs compreendidas pelas metas de atendimento rural da CLARO.

A CLARO entende que o parâmetro de área para o cálculo do PPDUR deve ser a UF, não só pela resposta à Pergunta 147 ao Edital[4], mas também por achar que este é o parâmetro que tem a melhor correspondência com a área de prestação do serviço, no caso do atendimento rural.

A CLARO informa que estamos cadastrando no STEL as estações correspondentes ao atendimento rural no caso do SMP e o presente requerimento objetiva disponibilizar o mesmo cadastramento de estações nas subfaixas descritas na Tabela I, associadas ao SCM.

Em suma, a CLARO, vem por meio desta, **requerer a emissão dos devidos instrumentos de Autorização de radiofrequências para o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), associadas às subfaixas de radiofrequências descritas na Tabela I**, passo inicial para o licenciamento das estações.

Certos da compreensão dessa Agência com relação à exiguidade dos prazos a serem atendidos, a CLARO, ao mesmo tempo em que agradece os esclarecimentos prestados por essa D. Agência, solicita o tratamento do presente requerimento na maior brevidade possível se colocando a inteira disposição para maiores esclarecimento, se necessários.

Atenciosamente,

Ayrton Capella Filho
Claro/EBT
Diretor de Assuntos Regulatórios

Raimundo Duarte
Claro/EBT
Diretoria de Assuntos Regulatórios

[4] Resposta à Pergunta 147 do Edital feita pela AINMT Telecomunicações Ltda. Na qual o PPDUR foi calculado pela Anatel considerando a área do território brasileiro para a outorga Tipo A.

A CPI também tomou conhecimento que, caso se pudesse atender a exigência na frequência originalmente licitada, **os consumidores baianos não teriam conectividade com o sistema de telefonia móvel, quando ultrapassassem o limite de 30 km de raio das sedes municipais**. Na prática isto significaria uma segregação de um conjunto de consumidores baianos, que teria acesso restrito e precário ao sistema de telefonia móvel. **Ou seja, a ANATEL, certamente tinha consciência de que estava licitando algo que traria prejuízos diretos para os consumidores baianos. Também assumiu o risco de licitar um objeto, cuja obrigação de cumprimento por parte do arrematador, seria tecnicamente impossível.** No primeiro momento negou anuência para modificação da frequência solicitada pela empresa CLARO, voltando atrás posteriormente, permitindo a utilização da frequência de 850 MHz (frequência utilizada para telecomunicação via celular), em parceria com a empresa VIVO, detentora de direito de uso desta frequência em nosso estado.

> A CLARO, antes de passar para a CPI as informações sobre a impossibilidade de cumprimento da obrigação supra relatada, apresentou uma lista de municípios dentre aqueles que compunham o objeto licitado, considerando haver cumprido parte de sua obrigação, utilizando outra frequência, com a qual já atende essas localidades há algum tempo. **Os membros da CPI ficaram surpresos e indignados pelo fato de constar da lista os municípios de Lauro de Freitas, Madre de Deus e Salvador, onde praticamente não há zona rural e eram áreas já atendidas por diversas operadoras, fugindo claramente do atendimento à obrigação licitada, que previa:**
>
> **A ampliação da prestação de serviços de voz e dados (internet e banda larga) na zona rural e nas regiões remotas distantes até 30 quilômetros das sedes dos municípios.**

Neste caso específico, caberiam algumas questões:

O que teria motivado a ANATEL a fixar objeto em certame licitatório, cujo cumprimento por parte do arrematador seria impossível, por questão de ordem técnica? A ANATEL teria cometido um equívoco considerado básico, em se tratando do conhecimento técnico e científico usualmente praticado na matéria?

A ANATEL não teria se pautado pela supremacia do interesse público, no caso dos consumidores baianos, ao permitir a possibilidade de utilização de um sistema precário e segregador para prestação de serviços de telecomunicações na zona rural de nosso estado?

Porque a ANATEL não se manifestou diante das informações prestadas pela CLARO, ditas no âmbito da CPI, acerca da impropriedade técnica e comercial de utilização da frequência de 450 Mhz, na licitação da ampliação da telefonia móvel da zona rural da Bahia?

Qual teria sido a motivação da CLARO, em arrematar um objeto licitado que não teria condições técnicas de cumprir? Poderíamos pensar de que ela teria uma suposta certeza de que não seria admoestada, ou penalizada? Por que preferiu o silêncio?

Por que a ANATEL encaminhou para a CLARO lista com os primeiros 19 (dezenove) municípios para atendimento nos termos do leilão, sendo que dentre eles constavam Lauro de Freitas, Madre de Deus e Salvador, municípios já atendidos pela telefonia móvel, praticamente sem zona rural e fugindo

do escopo de uma licitação promovida pela própria agência reguladora, que foi de ampliação do sinal da telefonia móvel (voz e banda larga) na zona rural?

Quem deveria estar fiscalizando o trabalho da ANATEL? O TCU, a CGU?

Demonstra-se neste episódio a fragilidade do sistema de telecomunicações do país, permitindo brechas e manobras, com a conivência da própria ANATEL, em detrimento do interesse público, do interesse do consumidor brasileiro.

O segundo e não menos grave problema, foi a "venda do direito de ampliar a telefonia móvel na zona rural" dos estados supracitados, definindo percentuais incidentes sobre o conjunto global das localidades, sem garantir horizontalidade no cumprimento do cronograma de implantação estado por estado.

O que era de se esperar, em benefício do interesse público seria que o cronograma de ampliação do sinal abrangesse percentual e igualmente todos os estados, ou seja, em 30/06/2014 a CLARO deveria cumprir sua obrigação em 30% dos municípios integrantes do rol licitado em todos os estados; em 31/12/2014, 60% e em 31/12/2015, 100% dos municípios estado por estado.

A modelagem adotada pela ANATEL é perversa e só atende o interesse privado, distanciando-a do seu papel original de agente regulador e fiscalizador de um setor estratégico e fundamental para o país e principalmente para os consumidores brasileiros.

As operadoras têm diante de si um porto seguro para alavancar seus interesses comerciais, em detrimento do interesse público, que também deveria estar presente nesta relação a partir do correto

cumprimento do papel da ANATEL. Resta neste caso a certeza de que a ANATEL não trabalha salvaguardando prioritariamente o interesse dos usuários dos serviços de telecomunicações. Neste caso fica cristalino um fato que faz da agência uma guardiã dos interesses privados neste setor tão estratégico em nosso país.

A ANATEL DIVULGA DESDE ABRIL DE 2014, O NÃO CUMPRIMENTO DOS PATAMARES DE QUALIDADE POR ELA ESTABELECIDOS NA TRANSMISSÃO DE DADOS DA TELEFONIA MÓVEL (INTERNET), POR PARTE DA OI, VIVO E TIM SENDO QUE APENAS A CLARO CUMPRIU NO ANO OS PARÂMETROS PRÉ-DEFINIDOS.

Diante desta ocorrência anunciada pela ANATEL em sua oitiva perante a CPI, foi proposto pelo seu relator o encaminhamento de uma petição junto ao Ministério Público Federal, solicitando a suspensão da venda de novos contratos por parte das operadoras deficitárias, enquanto não fossem atingidos os patamares de qualidade pré-definidos pela própria ANATEL.

A intenção de oferecer denúncia ao MPF teve ampla repercussão na imprensa, ao ponto da ANATEL enviar um ofício no dia 24 de março à CPI (N° 790/2014), justificando que as empresas teriam direito a mais alguns meses para se ajustar. Este posicionamento da agência ganhou um voto de confiança da CPI, que optou por aguardar a evolução do quadro, para tomar as providências cabíveis ainda com tempestividade. Ver ofício:

ANATEL Agência Nacional de Telecomunicações

Rua Alceu Amoroso Lima - n.º 822 -Bairro Pituba - Salvador/BA - CEP 41820-770
Telefone (71) 3616-5301 Fax (71) 3616-5276
http//www.anatel.gov.br

Ofício nº 790/2014 - GR08AT/GR08-Anatel

Salvador, 24 de Março de 2014.

A Sua Excelência ao Senhor
PAULO VELLOSO DANTAS AZI
Deputado Estadual - Presidente da CPI Telefonia
Assembléia Legislativa do Estado da Bahia
Avenida 1, nº 130 – Prédio Anexo – Gab. 303
41.745.001 – Salvador - BA

Assunto: Informações veiculadas na mídia sobre a CPI

Senhor Presidente,

1. Tomamos conhecimento por meio da internet de informações publicadas em alguns Portais de notícias, dentre elas consta que a CPI irá propor a suspensão da comercialização de pacotes de internet pelas prestadoras Oi, Tim e Vivo, por descumprimento de determinações da Anatel.

2. Em primeiro lugar cabe esclarecer que no mês de julho de 2012 a Anatel, após verificação de decréscimo na qualidade da prestação do serviço de telefonia móvel, decidiu suspender a comercialização de novos chips para as prestadoras que apresentaram o pior desempenho por Unidade da Federação (UF) e impôs a todas as prestadoras a obrigação de apresentação de um plano nacional de ação com medidas capazes de garantir a melhoria na qualidade do serviço. O referido plano deveria conter metas objetivas e organizadas em um cronograma com prazo de conclusão em até 2 (dois) anos. Após análise e aprovação dos planos por parte da Anatel, as prestadoras atingidas pela suspensão foram liberadas para comercializar novos acessos. Os resultados estão em fase de avaliação e, caso não ocorra uma evolução positiva, novas medidas restritivas podem ser adotadas pela Agência. Ressalta-se, porém, que as propostas apresentadas pelas prestadoras envolvem ações que devem refletir em resultados positivos em longo prazo.

3. Em segundo lugar, conforme consta na apresentação realizada pelo Assessor Técnico da Anatel na Bahia perante a CPI, os indicadores referentes ao acompanhamento dos Planos de Melhorias referem-se ao 5º Ciclo Avaliativo, que encerrou em outubro de 2013.

4. Tais informações estão publicadas no Portal da Anatel na Internet, no Espaço do Cidadão, mostrando todos os dados referentes ao acompanhamento dos planos de melhorias.

GR08AT/jmcr

2014900442011

desde o início do monitoramento que vem sendo feito pela Agência, e que permite obter as informações do desempenho das prestadoras no Brasil, conforme gráficos apresentados à CPI, descendo ao detalhamento por Estados e municípios, no endereço: http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalInternet.do?acao=linkInt&src=http://www.anatel.gov.br/Portal/exibirPortalPaginaEspecial.do?acao=%26codItemCanal=1792%26codigoVisao=$visao.codigo%26nomeVisao=$visao.descricao%26nomeCanal=Telefonia%20M%C3%B3vel%26nomeItemCanal=Medidas%20Cautelares%20do%20SMP%26codCanal=278%26codigoVisao=4.

5. Por fim, vale também esclarecer que ainda faltam 3 (três) ciclos avaliativos, cada um com duração de 3 (três) meses, encerrando-se o último ciclo no mês de julho de 2014, quando se encerra o prazo de 2 (dois) anos para a implementação das melhorias. Somente após a análise completa dos dados apurados nesse prazo é que a Anatel poderá decidir se houve ou não descumprimento de obrigações por parte das prestadoras.

6. Dito isso, colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos que se façam necessários.

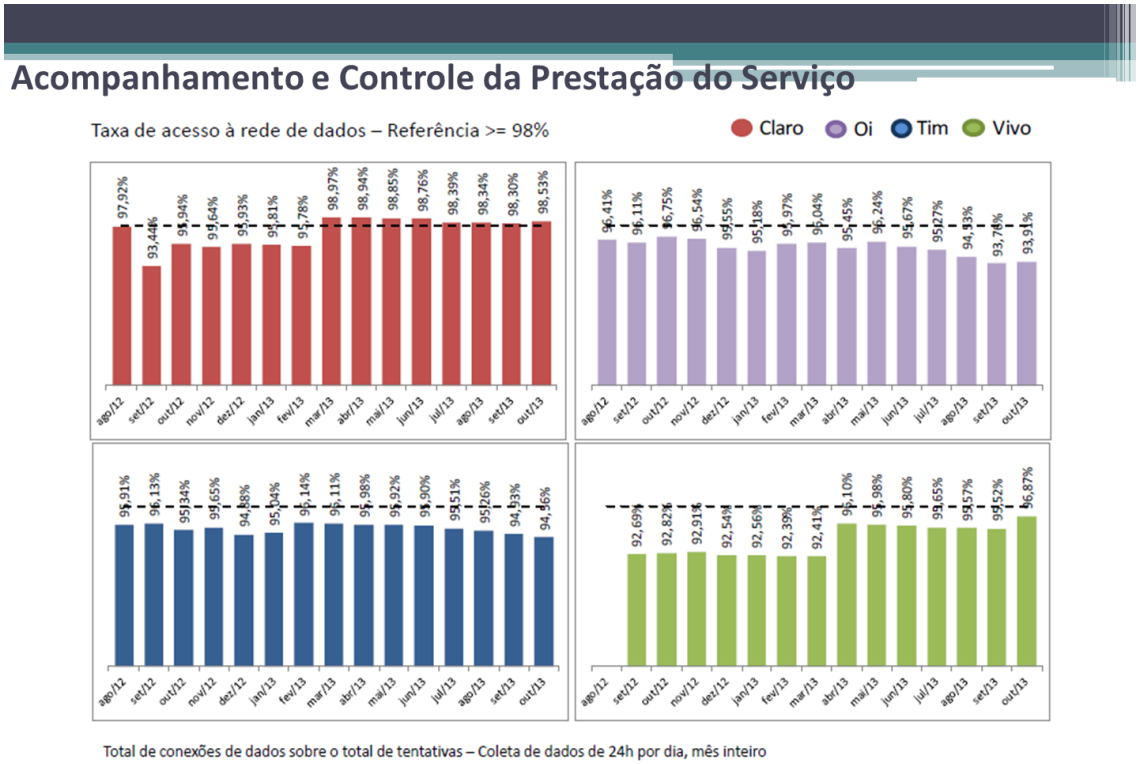
Atenciosamente,

FERNANDO ANTONIO ORNELAS DE ALMEIDA
Gerente Regional nos Estados da Bahia e Sergipe

GR08AT/jmcr

Os dados mais recentes veiculados no site da ANATEL são de agosto de 2014. O quadro atual confirma a situação de não atendimento dos parâmetros de qualidade definidos pela agência por parte das mesmas operadoras, OI, VIVO e TIM. **A agência só foi ágil para solicitar que aguardássemos as próximas aferições. O tempo passou a situação não foi alterada e até o momento não fomos comunicados de qualquer ação punitiva contra as operadoras por parte da ANATEL. Ver quadro:**

DADOS – RESULTADOS - 2013


Acompanhamento e Controle da Prestação do Serviço
Taxa de acesso à rede de dados – Referência >= 98%
Claro
Oi
Tim
Vivo
Total de conexões de dados sobre o total de tentativas – Coleta de dados de 24h por dia, mês inteiro

DADOS – RESULTADOS

2014

UF: Bahia								
Prestadora	**Taxa de Conexão de Dados (%) - Referência: >= 98%**							
	jan/14	**fev/14**	**mar/14**	**abr/14**	**mai/14**	**jun/14**	**jul/14**	**ago/14**
Claro	99,14	99,32	99,09	99,11	99,12	99,1	98,94	98,99
Oi	97,7	97,42	96,52	96	95,73	95,47	95,31	95,3
Vivo	97,2	97,18	97,01	96,73	96,81	96,39	95,8	95
Tim	91,77	92,42	91,92	91,89	91,95	92,54	93,25	94,09

> Podemos inferir o quanto de simbiose e impunidade permeia a relação entre a ANATEL e as operadoras dos serviços de telecomunicações, a partir da análise desta ocorrência e considerando que as empresas descumpridoras de suas obrigações, continuam a vender novos milhares de contratos com novos consumidores, que certamente terão dificuldades com serviços de qualidade inferior àqueles prestados anteriormente. A documentação colhida nesta ocorrência serão levadas ao conhecimento do MPF e da CGU, para fins de análise e os encaminhamentos julgados pertinentes e oportunos.

A importância da edição das normas de regulação da ANATEL, conforme preceitua a LGT, seria fundamental a partir do seu estrito cumprimento, o que infelizmente não vem ocorrendo. **Quanto à fiscalização das operadoras, entendemos que o foco da ANATEL deveria ser na direção da satisfação dos direitos do usuário dos serviços de telefonia e não apenas na ênfase ao cumprimento dos parâmetros técnicos da regulamentação.**

A ANATEL se ressente da retenção por parte do Tesouro Nacional de boa parte da arrecadação anual do FISTEL (Fundo de Fiscalização das Telecomunicações, composto pela arrecadação de recursos da Taxa de Fiscalização de Instalação – TFI, e da Taxa de Fiscalização do Funcionamento

– TFF), que seria responsável pela autonomia financeira da autarquia especial, como originalmente se previu no ato de criação do fundo. **Considerando que o FISTEL responderia pelo financiamento da agência, sua retenção pelo Tesouro Nacional configura irregularidade.**

PACTO DAS ANTENAS

Durante os trabalhos da CPI DA TELEFONIA ficou clara, principalmente a partir das diversas manifestações dos representantes das operadoras e do SINDITELEBRASIL, nas audiências públicas da etapa itinerante, além de contatos realizados com diversos prefeitos, a necessidade de uniformização dos procedimentos técnico-administrativos demandados em nível municipal para implantação das antenas, ou das estruturas de suporte das Estações de Rádio Base (ERBs).

Aspectos ligados à saúde, segurança, meio ambiente e o desconhecimento sobre os efeitos da radiação não ionizante, são na maioria das vezes a causa principal das dificuldades encontradas pelas operadoras na ampliação da cobertura do sinal da telefonia móvel, em prejuízo de significativas parcelas dos consumidores baianos.

A legislação para instalação das ERBs é de competência dos municípios, que hoje são detentores de um amplo espectro de leis, cuja essência não garante o mínimo de uniformidade nas exigências estabelecidas para liberação da implantação das antenas e os seus equipamentos. Some-se a esta situação, a demora no cumprimento de ritos burocráticos específicos das diversas municipalidades, repercutindo diretamente no atraso do avanço seguro e sem prejuízo da prevenção de danos à população e ao meio ambiente, do sinal da telefonia móvel na Bahia.

A exemplo do que ocorreu nas diversas CPIs que foram instaladas para tratar da má qualidade dos serviços de telecomunicações, propomos o “Pacto das Antenas” da Bahia, reunindo as representações municipais; a ALBA (a ser representada pelas comissões técnicas afins e deputados que integraram esta CPI); os sindicatos que representam as operadoras e os trabalhadores do setor; o governo estadual, a partir das secretarias afins; o CAU-BA.; o CREA-BA.; as representações dos vereadores baianos; a UPB, representando o conjunto dos municípios e entidades ligadas à preservação ambiental, para analisar, discutir e deliberar sobre uma minuta de PL que visa padronizar a legislação. O encaminhamento desta iniciativa está prevista no TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) que será celebrado pela ALBA, operadoras, MPF, MPE e PROCON objetivando contribuir para melhorar as telecomunicações na Bahia.

SUCATEAMENTO DA INFRAESTRUTURA DA TELEFONIA FIXA

A velocidade de agregação de novas tecnologias de telecomunicação nos últimos anos trouxe uma verdadeira revolução na sociedade contemporânea, influindo nas profundas mudanças do comportamento comunitário, inclusive nas relações interpessoais e na globalização das informações em tempo real. Hoje estamos assistindo a sistemática incorporação de inovações nas telecomunicações em nosso país. Exemplificando, temos a rápida expansão da telefonia móvel, com ampla acessibilidade para a população, alçando-nos à condição de sermos o 4º maior mercado financeiro em telecomunicações do mundo, a despeito da desigualdade de oportunidades que ainda nos caracteriza.

A telefonia fixa perdeu terreno perante a realidade acima, além de terem os serviços prestados através de outorga de concessão ou permissão pública, diferenciando-a na sua vinculação com o governo federal, das operadoras que prestam serviços de telefonia móvel através de outorga de autorização.

Durante as oitivas da ANATEL e do SINTEL, bem como nas apresentações feitas pelo professor Costa e Silva, foi unanimidade o reconhecimento do sucateamento da infraestrutura (prédios, instalações, equipamentos etc.) e a precarização da mão de obra, quase toda terceirizada.

Quando da oitiva do SINDITELEBRASIL, ao ser questionado sobre o sucateamento da infraestrutura, seu preposto reconheceu a situação, afirmou que o mercado de telefonia fixa estabilizou-se e que no contrato de concessão havia dúvida acerca dos bens considerados reversíveis em favor do estado, como uma das prováveis causas do pouco zelo para com a infraestrutura desse sistema.

A exemplo do que ocorreu com a privatização do transporte ferroviário, os bens considerados “não operacionais” também foram objeto de descaso por parte das concessionárias, expondo o desperdício de recursos públicos, transformando em ruínas edificações (inclusive prédios históricos) e instalações Brasil afora. **Faz-se necessário cobrar e o faremos, ao Ministério Público Federal e a Controladoria Geral da União, as providências cabíveis na identificação e penalização dos responsáveis por esta conduta criminosa frente ao interesse público**.

O relato do representante do SINTEL foi estarrecedor quando discorreu sobre a ausência de manutenção preventiva e corretiva na rede de cabeamento. O completo abandono das edificações e instalações outrora pertencentes à empresa estatal (TELEBAHIA), gerando invasões dos ambientes e insegurança para os trabalhadores que ainda utilizam essas estruturas. A crescente piora qualidade dos serviços de telefonia fixa também estaria vinculada à falta de atualização tecnológica de equipamentos, implementos e ferramentas; à manutenção de instalações e equipamentos com vida útil expirada, evidenciando o pouco investimento na manutenção e modernização do serviço.

Relatou também a falta de prioridade na incorporação de novos clientes de regiões consideradas de baixa renda, como é o caso dos conjuntos

habitacionais do “Minha Casa Minha Vida”, submetidos a longos períodos de espera para atendimento. Discorreu sobre a preferência da OI no atendimento de novos assinantes considerados de renda mais elevada, em detrimento da resolução de pendências e/ou reclamações feitas por assinantes em geral. **Mais uma vez registra-se a passividade da ANATEL que reconhece a situação acima e não se utiliza da valiosa contribuição que os trabalhadores e os assinantes poderiam dar na identificação de problemas do cotidiano, que afetam diretamente a percepção de satisfação do usuário.**

PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

O SINTEL, através dos seus representantes, discorreu em oitiva sobre as dificuldades que os trabalhadores do sistema de telecomunicações passam à margem das centenas de bilhões de reais que irrigam um mercado gigantesco e em ascensão.

Queixam-se insistentemente da terceirização e da quarteirização de mão-de-obra nas atividades por eles consideradas como atividades-fim das operadoras e concessionárias. Neste aspecto convém ressaltar que as operadoras têm se utilizado de uma interpretação do texto da LGT na expressão “inerente ao serviço”, contida no seu artigo 94, II, como sendo uma autorização para terceirizar atividades-fim. Sobre a matéria e em prejuízo dos interesses dos trabalhadores, não há consenso no entendimento por parte da Justiça do Trabalho, o que também haveremos de abordar oficialmente.

É importante salientar o nosso entendimento de que a terceirização faz parte da realidade atual das relações de trabalho. O pano de fundo desta questão é a forma como está embutida a relação conflituosa entre capital e trabalho. Faz-se necessário entender que até se justificaria a terceirização na direção do aumento da competitividade da empresa, respeitando-se a dignidade dos trabalhadores e a preservação dos seus direitos. Infelizmente na prática

testemunhamos, nos diversos setores da economia, a terceirização de mão-de-obra alastrando-se em detrimento da elevação da renda e dos benefícios dos trabalhadores, sendo utilizada preponderantemente na ampliação dos lucros, às custas do aviltamento de salários e das péssimas condições de trabalho.

A consistente piora na qualidade dos serviços de telecomunicações, comprovada em todas CPIs instaladas nos mais diversos estados, também decorre em virtude da precarização das relações de trabalho: mão-de-obra sem capacitação adequada; relação técnico/terminais impraticável, expondo os trabalhadores a jornadas extenuantes; o sindicato tem recebido várias denúncias de maus tratos com os trabalhadores nos ambientes de Call Center, inclusive mediante assédio moral e sexual; restrição de mobilidade no ambiente de trabalho etc.

Na visão do SINTEL, com a qual corroboramos, faz-se necessário mobilizar uma Força Tarefa envolvendo o MPT (Ministério Público do Trabalho), a SRTE (Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego) e a ANATEL, para definir um plano permanente de fiscalização in loco, e sem aviso prévio, para aferir as condições de trabalho e condições técnicas de funcionamento das "plantas" das diversas operadoras em nosso estado. Certamente esta iniciativa poderia ajudar a encontrar caminhos para equacionar boa parte das causas da má qualidade na prestação dos serviços de telecomunicações, que na relação de consumo se traduz na crescente e generalizada insatisfação dos usuários.

Outro aspecto relevante trazido ao nosso conhecimento pelo SINTEL está relacionado com o compartilhamento de infraestrutura entre as operadoras. O que a princípio poderia estar resolvendo inúmeras questões ligadas à otimização de investimentos, ganhos de produtividade, ampliação de cobertura, resolutividade no atendimento ao usuário etc., tem se revelado um problema diante do ambiente de competição e de desconfiança entre as operadoras.

Ilustrando a situação, ouvimos o relato de um dos diretores do SINTEL acerca dos desafios enfrentados pelos profissionais de manutenção: eles quando são destacados para resolver um problema numa instalação compartilhada, além de serem submetidos a jornadas extenuantes e estreitos parâmetros de produtividade, ficam impotentes e estressados frente a um emaranhado de senhas, chaves e dispositivos diferentes e desconhecidos, esperando as tratativas entre operadoras distintas, sem poder resolver um problema que poderia ser simplificado se não houvesse o ambiente excessivamente burocratizado e pouco amigável na selva da competição. Enquanto isso, o usuário fica refém desta situação por horas e às vezes por dias a fio, sem ver resolvido um problema que poderia ser facilmente equacionado. São estes aspectos do cotidiano que ocorrem à revelia do conhecimento da ANATEL, implicando diretamente na qualidade do serviço e na flagrante insatisfação do usuário.

UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

A LGT prevê a universalização e a continuidade dos serviços de telecomunicações. Quando da sua concepção, a telefonia fixa era o principal serviço e a telefonia móvel, atualmente prestado em regime privado, não encampava a perspectiva de ser uma alternativa dominante, como hoje se apresenta.

A realidade atual demanda uma profunda revisão no marco regulatório, com vistas a considerar a universalização da telefonia móvel e da internet (transmissão de dados), como algo fundamental e estratégico para o Brasil. A Lei Federal nº 9.998, de 17/08/2000, criou o FUST (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), tendo como finalidade primeira contribuir no financiamento de investimentos necessários para o alcance da universalização desses serviços.

O FUST cumpriu sua função arrecadatória e hoje amealha bilhões de reais por ano, que injustificadamente são retidos pelo Tesouro Nacional, em

prejuízo dos indicadores de inclusão digital do nosso país. Segundo consta das informações colhidas por esta CPI, cabe ao Ministério das Comunicações garantir a efetiva aplicação desses recursos, sob pena do Brasil continuar segregando imensa parcela de sua população, que hoje vive ainda sem acesso aos serviços de telecomunicações.

O FUST também deveria ser peça fundamental no financiamento da cobertura do sinal da telefonia móvel nas rodovias federais, preenchendo uma lacuna importante, que diferencia nosso país, colocando-o entre os que menos cuidam da segurança e conectividade dos usuários dos transportes rodoviários.

INSTALAÇÃO DE UMA CPI DA TELEFONIA NO CONGRESSO NACIONAL

Considerando ser o direito regulatório e o administrativo sancionador afetos à competência da União, entendemos que este debate e as soluções dele decorrentes devem sair da orbita das Assembleias Legislativas Estaduais, aproveitando o acúmulo dessas discussões que ocorreram em todas as regiões do país, para culminar no grande fórum de interesse nacional, a discutir e enfrentar os desafios que rondam as telecomunicações no Brasil, visando sua melhoria e a radicalização de sua acessibilidade como uma causa de grande interesse social do nosso povo.

12. DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE AJUSTAMENTO

ALBA na qualidade de compromitente, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual e o PROCON na condição de anuentes, as operadoras CLARO, OI, TIM e VIVO na condição de compromissárias, concordam e subscreverão esta iniciativa como forma de produzir avanços necessários, importantes e oportunos objetivando amenizar os níveis de insatisfação dos usuários dos serviços de telecomunicação.

Esta CPI adota o TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) como elemento integrante deste relatório. Esta iniciativa não tem a expectativa de resolver o conjunto de situações que envolvem o sentimento de insatisfação experimentado pelos consumidores, mas enfrenta questões estruturantes como **o "Pacto das Antenas"**; **a antecipação dos investimentos para melhoria e ampliação do sinal da telefonia móvel (voz e dados) no interior do estado,** incorporando centenas de milhares de baianos que estavam à margem do acesso a estes serviços, hoje considerados essenciais.

Encaminhamentos considerados urgentes também constarão no TAC, **a exemplo do mutirão reunindo todas operadoras, visando "zerar" o passivo de reclamações colhidas durante a vigência da CPI, além do estoque que consta nas estatísticas dos órgãos de defesa do consumidor, a exemplo do PROCON, Defensoria Pública e do Ministério Público**, de modo que possamos dar respostas imediatas a esta situação de desamparo a que estão submetidos os usuários dos serviços de telecomunicações.

Consta também no TAC o compromisso de **acompanhamento sistematizado do quanto for ajustado entre a ALBA, as representações do Ministério Público, do PROCON e da SEINFRA**, de modo que se possa garantir o cumprimento tempestivo de suas cláusulas em benefício dos consumidores

baianos. Entendemos que há motivos para celebrarmos avanços importantes na direção da melhoria das relações entre consumidores e prestadores dos serviços de telecomunicações.

Os termos e suas especificidades foram previamente acordados entre as partes supra aludidas, ficando sua assinatura prevista para o dia 27/11/2014, às 10 horas, na sede da ALBA e na sala das comissões.

13. DOS AGRADECIMENTOS

Após um ano de trabalho intenso, a Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou a qualidade dos serviços de telefonia do estado chegou ao fim. O êxito obtido por esta CPI é resultado da dedicação de uma grande equipe que se empenhou durante todo o processo em lutar pelos direitos do consumidor baiano.

É preciso agradecer, em especial, ao presidente da Casa Legislativa da Bahia, o deputado Marcelo Nilo, que acolheu de imediato e com entusiasmo a ideia de realizar esta CPI e disponibilizou todo o aparato físico e corpo técnico necessário para seu funcionamento.

Agradecemos ainda a participação de cada um dos membros desta Comissão, a começar por seu presidente, o deputado Paulo Azi, vice-presidente, o deputado Mário Negromonte Jr. Também aos demais membros titulares, os deputados Cacá Leão, Euclides Fernandes, Álvaro Gomes, Sidelvan Nóbrega e Carlos Gaban, e aos membros suplentes, os deputados Leur Lomanto Jr, Nelson Leal, Adolfo Menezes e deputada Fátima Nunes.

Com igual sentimento, agradecemos aos líderes das bancadas de maioria e da minoria da Assembleia da Bahia, respectivamente representados pelos deputados Zé Neto e Elmar Nascimento. Ao primeiro, salvamos especial congratulação por ter sido o responsável por gestar a ideia da criação desta importante CPI.

Foi também de importância fundamental os auxílios do diretor parlamentar Geraldo Mascarenhas; do superintendente Marcus Presídio, do assessor de Comunicação Social da Casa, Paulo Bina, de Armando Veloso, do procurador da Assembleia Legislativa da Bahia, o senhor Thyers Novais; do coordenador administrativo da Comissão, o senhor Carlos Teles; e da secretária responsável em nos assessorar diretamente, a senhora Elbany Oliveira. Além, claro, de todos os demais funcionários e funcionárias desta Comissão, e da

casa legislativa de forma mais ampla, que se empenharam em tornar possível a realização deste trabalho, como o servidor Valdemi Santana, fotógrafos, jornalistas, servidoras da taquigrafia e toda a assessoria deste colegiado.

Agradecemos ainda a todos os órgãos parceiros que se uniram à nós nesta árdua tarefa, como os Ministérios Públicos Estadual e Federal, Procon, Defensoria Pública do Estado e, em especial, à Secretaria de Infraestrutura do Estado, nas pessoas dos senhores Robério Ronald e Jorge Andrade, que prestaram exímio e irrestrito auxílio técnico a esta Comissão.

Por último, mas não com menos importância, agradecemos às Assembleias Legislativas dos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul, e seus respectivos parlamentares, que nos recepcionaram de forma digna e respeitosa, e que não exitaram em colaborar com os trabalhos desta Comissão.